

organizadores:
Verena Alberti
Amilcar Araujo Pereira

HISTÓRIAS DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

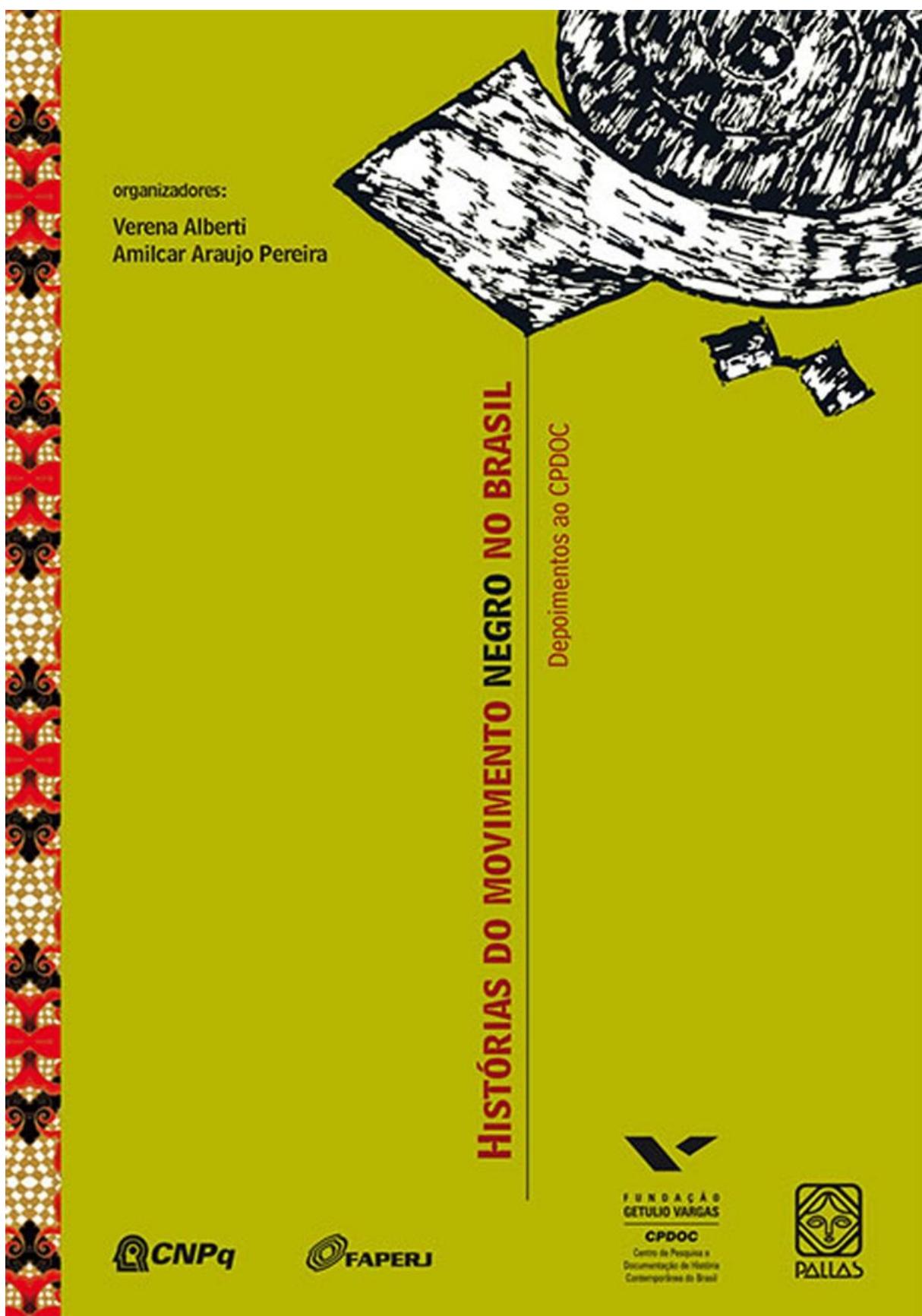
Depoimentos ao CPDOC



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

CPDOC

Centro de Pesquisa e
Documentação da História
Contemporânea do Brasil



organizadores:
Verena Alberti
Amilcar Araujo Pereira

HISTÓRIAS DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

Depoimentos ao CPDOC





SEPHIS



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

CPDOC

Centro de Pesquisa e
Documentação de História
Contemporânea do Brasil



PALLAS

HISTÓRIAS DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

Depoimentos ao CPDOC

organizadores:

Verena Alberti
Amilcar Araujo Pereira

Rio de Janeiro, 2007

Copyright© 2007

Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira

Editoras

Cristina Fernandes Warth

Mariana Warth

Coordenação editorial

Christine Dieguez

Revisão

Cindy Leopoldo

Vanessa Salustiano

Projeto gráfico de miolo e diagramação

Ilustrarte Design e Produção Editorial

Reprodução fotográfica e tratamento das imagens dos cartazes

Leandro Collares

Capa

Substância 4

Ilustração da capa

Carlos Denisiesski

Todos os direitos reservados à Pallas Editora e Distribuidora Ltda.

Não é permitida a reprodução por qualquer meio mecânico, eletrônico, xerográfico

etc. de parte ou da totalidade do conteúdo e das imagens contidas neste impresso

sem a prévia autorização por escrito da editora.

Os depoimentos reproduzidos neste livro são de responsabilidade direta e exclusiva dos entrevistados, cuja autoria é protegida pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que rege os direitos autorais.

(Este livro segue as novas regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C869a

**Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC / org.
Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira. — Rio de Janeiro: Pallas;
CPDOC-FGV, 2007.**

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-347-0598-1

**1. Movimentos sociais — Brasil — Entrevistas. 2. Negros — Brasil —
Identidade racial — Narrativas pessoais. I. Alberti, Verena. II. Pereira,
Amilcar Araujo. III. Centro de Pesquisa e Documentação de História
Contemporânea do Brasil.**

07-4106.

CDD 305.896081

CDU 316.34-054(81)

Pallas Editora e Distribuidora Ltda.

Rua Frederico de Albuquerque, 56 – Higienópolis

CEP 21050-840 – Rio de Janeiro – RJ

Tel./fax: 21 2270-0186

www.pallaseditora.com.br

pallas@pallaseditora.com.br

PREFÁCIO

“Você já leu Lima Barreto?

Não, não li.”

Essa pergunta, direta e simples, feita pelo jornalista da Folha de S. Paulo, Clóvis Moura, ao estudante de química Ivair Alves dos Santos, nos idos de 1973, pode ser um bom começo para a apresentação deste livro. Até porque foi com tal pergunta que o tal jornalista e, certamente, o tal literato colaboraram para uma maior socialização do jovem universitário com as questões, essas sim muito complexas, dos movimentos negros no Brasil. Não que Ivair fosse um completo neófito; isso ele não era. Tinha sido iniciado pela vivência universitária em São Carlos (SP), frequentava a família de um colega cujos pais tinham militância há décadas e já lia sobre o assunto. Tanto que havia escrito um artigo sobre discriminação racial para ser publicado no dia 13 de maio de 1973 no importante jornal paulista. Artigo que impressionou Clóvis Moura, que entendeu que ele deveria ler e escrever muito mais e melhor. Daí, Lima Barreto...

Ivair cumpriu bem o riscado, tanto que à época em que concedeu sua entrevista, cuja edição integra o grande conjunto que compõe este livro, era o secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Presidência da República, do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aliás, é bom sempre recordar que Lula, no mesmo ano de 1973, também andava se movimentando pelo ABC paulista, dessa feita como integrante de um sindicato que, poucos anos depois, lideraria movimentos grevistas importantes no contexto dos momentos iniciais de Abertura lenta e gradual do general presidente da República, Ernesto Geisel. 1978 foi o ano de uma grande greve no ABC, que projetou Lula nacionalmente. 1978 também foi o ano de criação do Movimento Negro Unificado, MNU, em São Paulo. Não era o primeiro movimento desse tipo, nem seria o último. Uma coisa que a gente logo aprende lendo o livro, pois a luta pela afirmação do negro no Brasil tem tradição e passado, com iniciativas que remontam à

Primeira República. Há que se ensinar isso aos militantes do movimento, mas não apenas a eles. Uma segunda lição rapidamente assimilada é a da multiplicidade e diversidade de associações e organizações do movimento negro existentes ao longo do tempo. Elas nascem, muitas vezes se cindem, outras vezes procuram se reunir. Elas se conformam em vários pontos do país e se comunicam entre si, buscando potencializar seus esforços. Elas têm visões diferenciadas sobre o que deve ser e fazer “um” movimento negro: sobre quais devem ser seus objetivos e suas formas de atuação. Algo que nos permite pluralizar o movimento negro; algo que não lhe é peculiar, pois o movimento sindical foi (e é) igualmente plural; e isso a despeito de uma unicidade construída formalmente desde os anos 1930-40. Logo, há aproximações possíveis e efetivas entre eles, mas há distanciamentos.

Como se vê, muitas águas rolaram debaixo da ponte do movimento sindical e do movimento negro no Brasil e muitas avaliações, mais ou menos positivas, mais ou menos negativas, poderiam ser feitas sobre as trajetórias de ambos, dos anos 1970 até 2007. De tudo, apenas um consenso: continuar lendo Lima Barreto. Isso porque, a meu ver, esse grande escritor fala do que é fundamental, do que, a despeito de todas as discordâncias existentes no seio dos movimentos negros (e de outros movimentos) no Brasil, permite um certo singular, um certo grau de união. Lima Barreto fala de desigualdade social e racial; e fala com a beleza e a tristeza da arte, para seu leitor compreender e se comover.

Também entendo que este livro, na pluralidade de depoimentos que registra, na sensibilidade de escolhas que realiza e na construção sofisticada que propõe, fala — e o verbo não é ingênuo — de desigualdade no Brasil. A questão do negro, ou seja, as múltiplas formas de discriminação mais ou menos explícitas com as quais o Brasil convive há séculos, é a porta de entrada privilegiada. E nisso está sua particular contribuição a uma vasta e consistente literatura sobre desigualdade, boa parte dela contemplando aspectos da chamada questão racial. E como os organizadores do volume remarcam, nesse conjunto, a presença do livro é particular e, eu diria, espetacular, pelo fato de trabalhar com entrevistas de história de vida de algumas das mais representativas lideranças dos movimentos negros no Brasil nas últimas décadas. Percorrendo vários estados da federação e várias experiências específicas de associativismo, as mais de cem horas de entrevistas, realizadas por Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira, compõem um relato que atravessa o tempo e o espaço, situando processos de

socialização, esforços de organização, disputas por posição e por ideias, articulações internas e externas, definição de objetivos mais amplos, participação em movimentos internacionais e em órgãos governamentais de vários níveis.

A composição plural e fragmentada do relato cai bem. Os movimentos negros (e não só eles) são marcados por graus de tensão e costumam produzir cisões ou dissidências que os dividem, algumas vezes os enfraquecendo e outras vezes os fortalecendo. Nada nos relatos é simplista e menos ainda maniqueísta. Nada é fácil e tudo é muito político. Por isso mesmo, um dos pontos que chamarão a atenção do leitor são as relações com a política e os políticos, quer via partidos, quer via sindicatos. Ouve-se em bom som, entre as várias falas, que a luta partidária podia fragilizar os movimentos negros, ficando, com frequência, muito aquém dos debates que neles se travavam. O Partido Comunista e em certa medida as esquerdas “não se metiam” com os movimentos negros, mas é inegável, como se verá, que os militantes desses movimentos “se envolviam” com as esquerdas. No caso dos sindicatos ocorre a mesma ambivalência: eles são criticados, mas a existência de articulações é evidente e fundamental. Em 1988, por exemplo, foi o Sindicato dos Bancários que patrocinou os milhares de boletins de propaganda da Marcha contra a Farsa da Abolição, no Rio de Janeiro, um acontecimento decisivo na construção de um discurso que sensibilizasse a opinião pública para as questões raciais, no ano do centenário.

Esse momento é particularmente coberto pela narrativa do livro, até porque se articula com os debates pela feitura da nova Constituição, que, sem dúvida, deu uma nova dimensão aos direitos no país, abrindo caminhos para o reconhecimento de novos sujeitos como as crianças, os idosos, os consumidores, as mulheres e as minorias étnicas, entre as quais os negros. Nada há de casual na centralidade que a questão da Abolição ganha em tal contexto. Seu debate é uma forma de acesso à demanda por direitos, ao estabelecimento de um dever do Estado e da Sociedade em reconhecer uma dívida histórica com a população de descendentes de escravos. E, nessa direção, não satisfazia aos movimentos negros que apenas historiadores e cientistas sociais se debruçassem sobre “sua” história. Eles mesmos queriam escrevê-la e fazê-la ao mesmo tempo. Talvez, em certo sentido, tenha sido nesse momento que os movimentos negros redescobrem os significados políticos das memórias da escravidão. Significados dolorosos, que não queriam ser ditos pelos descendentes, mas que ganhavam formas

metafóricas de extremo poder. O “tempo do vai” — do vai fazer isso, vai fazer aquilo — resume, condensa os limites da autonomia, mas não os da percepção e elaboração pelo trabalho da memória. Ao lado do “tempo do vai”, ou melhor, no mesmo tempo, há o “tempo do bom senhor”, especialmente quando ele deixa terras para seus ex-escravos. Isto é, quando essa figura e esse tempo abrem espaço para uma ressignificação das doações de terras ocupadas por descendentes de escravos, que podem ser demandadas, a partir do novo contexto constitucional.

Assim, outro aspecto de extrema importância que pode ser acompanhado com riqueza de experiências é o que remete às articulações entre militância cultural e política, se é que tal distinção pode ser traçada no caso dos movimentos negros no Brasil. Impressiona a variedade e sistematicidade de vivências no campo cultural, com destaque para a literatura e o teatro. Naturalmente, nomes mais conhecidos como os de Abdias Nascimento e Jorge Amado são citados. Mas há muitos outros e muito mais antigos. Esse é o caso de uma iniciativa como a do Centro de Cultura Afro-brasileiro, criado em 1936, com a finalidade de divulgar intelectuais e artistas negros. Chama a atenção o número de menções a livros que foram decisivos na construção da percepção de “ser um negro” ou na abertura de possibilidades de ação, pelo conhecimento de militantes históricos nessa luta. Ou seja, de como a arte é instrumento de memória e política; de como a memória é fundamento de identidade e de uma identidade que luta por direitos. Jornais, nesse sentido, sempre foram fundamentais, desde os fundados com esse objetivo específico no início do século XX, até os grandes jornais de hoje, onde publicar artigos em momentos estratégicos pode ser decisivo. Jornalistas eram e são, assim, aliados ou adversários importantes. Atuar na imprensa escrita, falada e televisada é recurso de poder, sempre foi. Enfim, escrever. Escrever livros, livros de memórias de militantes e sobre a história dos movimentos, em determinado tempo e lugar. E escrever cartilhas, numa ação pedagógica, até catequizadora, também é central: O movimento negro e as eleições, de 1983, e Ouvi o clamor deste povo... negro, de 1987, são exemplares do que se quer apontar aqui.

O livro que o leitor tem agora em mãos insere-se, sem dúvida e de forma específica, nessa biblioteca virtual que o próprio livro constrói em seu texto, em suas notas. Ele foi escrito, embora não concebido e dirigido, pelos militantes dos movimentos negros. O resultado é denso, pois não falseia disputas, não constrói harmonias, não se pretende único possível. O

resultado é denso, pois cria um relato, uma narrativa que periodiza, que organiza o tempo, fazendo história e memória dialogarem entre si. Quem sabe, em breve, alguém irá perguntar a alguém de um movimento negro ou não: Você já leu Histórias do movimento negro no Brasil? Como o leitor já percebeu, o que me importa não é a resposta, mas a pergunta. Eu li Lima Barreto.

Angela de Castro Gomes

Outubro de 2007

INTRODUÇÃO

Este livro foi “escrito” a partir de vozes gravadas, como se fosse um documentário em papel. Nele procuramos apresentar, de forma articulada, narrativas de experiências e reflexões de lideranças negras de diversas partes do país, que entrevistamos entre setembro de 2003 e abril de 2007, no contexto da pesquisa “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral”, desenvolvida no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas (CPDOC-FGV).¹ O objetivo da pesquisa foi formar um banco de entrevistas sobre a história do movimento negro contemporâneo no Brasil, que passou a integrar o acervo do Programa de História Oral do CPDOC. Fundado em 1975, esse programa conta atualmente com mais de cinco mil horas de entrevistas gravadas com pessoas que participaram de acontecimentos e conjunturas de nossa história recente, entre as quais ganham destaque lideranças políticas, intelectuais, militares, tecnocráticas, comunitárias e sindicais. Como as lideranças negras são também lideranças políticas, entendemos que esse novo conjunto de entrevistas, com quase 110 horas gravadas, se articula com a linha de acervo do Programa de História Oral do CPDOC.

Entre nossos entrevistados estão alguns dos principais personagens do movimento negro que atuam desde as décadas de 1970 e 1980 em todas as regiões do país. Foram registradas a criação e a trajetória das primeiras organizações do movimento negro, no período citado, nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Maranhão, Pará, e em Brasília, bem como as histórias de vida de suas principais lideranças. Nas narrativas aqui organizadas há uma grande diversidade, tanto em termos regionais quanto em termos de visão política e de formas de atuação, o que, aliás, é uma característica do movimento social negro no Brasil.

No início da pesquisa contamos com a colaboração de Amauri Mendes Pereira, pai de Amilcar Araujo Pereira e um de nossos entrevistados, na indicação de possíveis nomes e nos contatos. Ao longo do trabalho, outros nomes foram surgindo, alguns sugeridos pelos próprios entrevistados,

outros que ficaram evidentes durante as pesquisas que realizamos, e acabamos percebendo a existência de uma rede de lideranças negras em todo o Brasil: pessoas de diferentes gerações que mantinham algum tipo de intercâmbio, durante as décadas de 1970 e 1980, e que continuam se articulando até os dias de hoje.

Como em todo trabalho com história oral, as circunstâncias de realização das entrevistas influenciaram bastante o resultado final. Muitas delas, especialmente as que foram gravadas no CPDOC, puderam se estender pelo tempo que foi necessário, inclusive ao longo de mais de uma sessão. Mas nosso desejo de constituir um conjunto de depoimentos que abarcasse trajetórias e experiências de lideranças de todo o território nacional nos obrigou a alguns ajustes. Em quatro ocasiões, aproveitamos eventos que se realizaram em São Luís, Brasília, Salvador e Rio de Janeiro para gravar entrevistas com pessoas de diferentes locais do país que haviam se deslocado para essas cidades.² Houve casos em que realizamos as entrevistas nas próprias instalações do evento, em algum local razoavelmente reservado e silencioso, entre uma e outra palestra ou mesa. Premidos pelo tempo, muitas vezes tivemos de abreviar a conversa, ou, como chegou a ocorrer mais de uma vez, combinar um novo encontro para continuá-la. Isso tudo acaba incidindo sobre o conteúdo gravado, e é sempre bom lembrar que esse tipo de documento, apesar de gravado “para a posteridade”, como registro de memórias que se deseja preservar, é também contingente.

Estamos cientes de que, por mais que o conjunto de entrevistas seja amplo, diverso e, certamente, representativo do que é o movimento negro brasileiro em âmbito nacional, algumas importantes ausências serão sentidas, infelizmente. Esse é um risco que se corre com trabalhos dessa natureza, com limites de prazo e de orçamento. Não pudemos entrevistar todas as pessoas que gostaríamos de ouvir.

Para a elaboração deste livro, ordenamos e editamos trechos das entrevistas de acordo com um roteiro que nos foi sugerido pelo próprio conteúdo do material que coletamos. A seleção e a arrumação das falas dos entrevistados ao longo dos capítulos seguem, pois, nosso arbítrio, ao mesmo tempo em que procuramos permanecer fiéis às narrativas e às intenções dos falantes.

O primeiro capítulo traz relatos que versam sobre a construção da consciência da negritude por parte dos entrevistados. Percebemos, durante

a pesquisa, que muitas lideranças se reportam a momentos emblemáticos a partir dos quais iniciaram o processo de construção de sua identidade como negros. Outros descrevem o contexto familiar ou social de sua infância e juventude como relevante para essa tomada de consciência. As experiências variam, mas o tom é esse: como ocorre a percepção de que se é negro? No segundo capítulo, nos concentramos sobre as influências externas e a circulação de referenciais que contribuíram para a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Reunimos também indicadores da forma pela qual se estabeleceram redes de relação entre as lideranças de diferentes partes do país, nas décadas de 1970 e 1980, e contatos com militantes das décadas anteriores. O terceiro capítulo trata das articulações entre o movimento negro e grupos de esquerda e traz relatos sobre a repressão e o processo de Abertura, ainda durante o regime militar no Brasil. O quarto reúne informações sobre a formação das primeiras entidades do movimento durante a década de 1970 e o início da década de 1980, em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, São Luís, Maceió, Belém, Recife e Vitória. No capítulo seguinte são apresentadas algumas estratégias utilizadas pelos militantes e pelas organizações recém-constituídas.

Já o sexto capítulo trata de um ano que é considerado um marco importante por nossos entrevistados: 1988. Para apresentar as ações implementadas pelo movimento em torno desse ano, dividimos o capítulo em duas partes: “O negro e a Constituição” e “O centenário da Abolição”. O capítulo 7 apresenta novas formas de organização surgidas após o ano de 1988, com destaque para as organizações não governamentais, as chamadas ONGs, e para o movimento quilombola, que ganha força após a aprovação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que reconhece a propriedade das terras aos remanescentes de quilombos. O oitavo capítulo concentra-se em dois outros marcos para o movimento negro: o ano de 1995, tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, e o ano de 2001, quando ocorreu a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, em Durban, África do Sul. É no processo de preparação da Conferência de Durban que ganha fôlego a discussão sobre as políticas de ação afirmativa em alguns setores da sociedade brasileira. O assunto acaba gerando polêmicas, que são o foco da primeira parte do capítulo seguinte, o capítulo 9, que aborda duas discussões que têm tido grande visibilidade atualmente: as cotas raciais nas universidades e a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras nas escolas de todo o país.

Encerramos o livro, no décimo capítulo, com um balanço feito por alguns entrevistados da trajetória do movimento negro no Brasil durante os últimos 30 anos e com considerações sobre as relações raciais na sociedade brasileira.

Como não podia deixar de ser, a organização dessa “nossa” narrativa deixou de lado muitos outros temas tratados nas entrevistas, que são igualmente importantes para o estudo desse movimento social e da história contemporânea do Brasil. O que estamos propondo aqui é uma abordagem possível entre muitas.

Uma das principais riquezas da história oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e momentos estratégicos. Quando as “histórias dentro da história” contadas pelos entrevistados podem ser transformadas em imagens capazes de condensar uma determinada realidade, podemos perceber o ganho trazido por uma entrevista. Ao folhear as páginas deste livro, o leitor terá acesso a diversas imagens pregnantes, que revelam, sobretudo, outros olhares sobre a realidade brasileira. Além de falarem sobre a organização do movimento e sobre as trajetórias dos entrevistados, os depoimentos trazem à tona uma série de discussões que estão na “ordem do dia” na sociedade brasileira do século XXI, fornecendo elementos para a reflexão a seu respeito.

Outro interessante conjunto de fontes históricas montado durante a pesquisa e que também faz parte deste livro são os cartazes de eventos realizados pelo movimento negro contemporâneo a partir da década de 1970. Os cartazes aqui reproduzidos foram doados por alguns entrevistados e também por um militante do Rio de Janeiro, José Carlos de Almeida Rocha, a quem agradecemos.³ Eles trazem uma série de informações que ajudam a compreender as ações implementadas pelo movimento negro, como as palavras de ordem, os símbolos utilizados, as datas importantes e seus significados, além de revelarem opções estéticas dos militantes em diferentes momentos e regiões.

A elaboração deste livro não teria sido possível, evidentemente, sem a participação crucial dos nossos entrevistados, que nos cederam seu tempo, seus conhecimentos e sua disposição para que pudéssemos realizar a pesquisa. A eles, nossos primeiros e principais agradecimentos.

Institucionalmente, o CPDOC abrigou o projeto, viabilizou-o do ponto de vista administrativo e tornou-se responsável pela guarda e a preservação dos documentos sonoros e audiovisuais produzidos durante a pesquisa. O apoio financeiro do South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), os dois últimos, no âmbito do Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia, tornou possíveis a aquisição de equipamentos, as viagens, a transcrição e a edição das entrevistas, a publicação deste livro e uma bolsa de iniciação científica. Leandro Faustino da Silva, bolsista do projeto desde 2005, foi um importante auxiliar em todas as etapas do trabalho.

Nas instituições citadas muitas pessoas apoiaram a pesquisa. Gostaríamos de agradecer especialmente aos colegas do CPDOC e do projeto Pronex “Direitos e cidadania”, que discutiram conosco os primeiros resultados da pesquisa e nos incentivaram a ir adiante. Do mesmo modo, foi importante contar com fóruns de discussão nos congressos nos quais apresentamos resultados parciais do trabalho.⁴ Finalmente, o apoio de Angela de Castro Gomes, coordenadora do projeto “Direitos e cidadania”, foi fundamental para o bom andamento da pesquisa e a publicação deste livro.

Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira

1 Em seu primeiro ano de vigência, a pesquisa contou com o apoio do South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), e, em janeiro de 2004, passou a integrar o projeto “Direitos e cidadania”, sediado no CPDOC e aprovado pelo Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. Ao longo desses anos, temos produzido reflexões utilizando as entrevistas como fontes. Sete artigos foram elaborados até o momento: “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral”, trabalho apresentado no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (São Luís, UFMA, setembro de 2004); “Movimento negro e

‘democracia racial’ no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro”, trabalho apresentado na Terceira Conferência Bienal da Association for the Study of the Worldwide African Diaspora — Aswad (Rio de Janeiro, outubro de 2005); “Discriminação racial no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro”, trabalho apresentado no XIV Congresso Internacional de História Oral (Sydney, Austrália, julho de 2006) e publicado em Historia, Antropología y Fuentes Orales (Barcelona, Universidad de Barcelona, n. 37, 2007, pp. 23-31); “A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo”, Estudos Históricos (Rio de Janeiro, CPDOC, n.37, 2006/1); “O movimento negro contemporâneo”, In: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (org.). Revolução e democracia (1964-...) (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, Coleção “As esquerdas no Brasil”; v. 3); “Articulações entre movimento negro e Estado: estratégias e experiências contemporâneas”, trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Salvador, Uneb, setembro de 2006) e no III Seminário Pronex “Direitos e cidadania” (Rio de Janeiro, CPDOC, novembro de 2006), posteriormente publicado no livro Direitos e cidadania: memória, política e cultura, coordenado por Angela de Castro Gomes (Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007); e “Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil”, Estudos Históricos (Rio de Janeiro, CPDOC, n.39, 2007/1). Os três primeiros estão disponíveis em www.cpdoc.fgv.br. As entrevistas do projeto constituem também o principal conjunto de fontes para a elaboração da tese de doutorado de Amilcar Araujo Pereira, “O ‘Mundo negro’: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-2001)”, que está sendo elaborada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob orientação de Hebe Mattos e com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 Em São Luís e Salvador realizamos entrevistas durante os III e IV Congressos Brasileiros de Pesquisadores Negros, respectivamente em 2004 e 2006. Em Brasília, pudemos entrevistar lideranças do movimento negro durante a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em 2005. No Rio de Janeiro, aproveitamos a III Conferência Bienal da Associação para o Estudo da Diáspora Africana Mundial (The Association for the Study of the Worldwide African Diaspora — Aswad), que ocorreu em 2005. Em outras oportunidades que surgiram, fomos ainda aos estados de São Paulo, Pará, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. No CPDOC realizamos entrevistas com lideranças do Rio de Janeiro e também

com algumas de outros estados que estavam de passagem pela cidade.

3 O caso específico dos cartazes doados por José Carlos de Almeida Rocha, que estavam guardados no porão de uma casa na pequena cidade de Charles Town, nos Estados Unidos, e vieram parar em nossas mãos, é um dos objetos de análise da tese de doutorado de Amilcar Araujo Pereira citada anteriormente.

4 Além dos congressos especificados na nota 1, apresentamos trabalhos relativos a essa pesquisa nas mesas redondas “História oral e a questão da inclusão social: experiências de pesquisa”, durante o VI Encontro Regional Sudeste de História Oral (Universidade Federal de Juiz de Fora, novembro de 2005) e “História oral e diversidades culturais”, durante o VIII Encontro Nacional de História Oral (Universidade Federal do Acre, maio 2006), e no simpósio temático “Territorialidades da memória: espaços, identidades e conflitos sociais”, sob a coordenação de Icléia Thiesen e Marco Aurélio Santana, no XXIV Simpósio Nacional de História da Anpuh (Unisinos, São Leopoldo, RS, julho de 2007).

ENTREVISTADOS

5
-

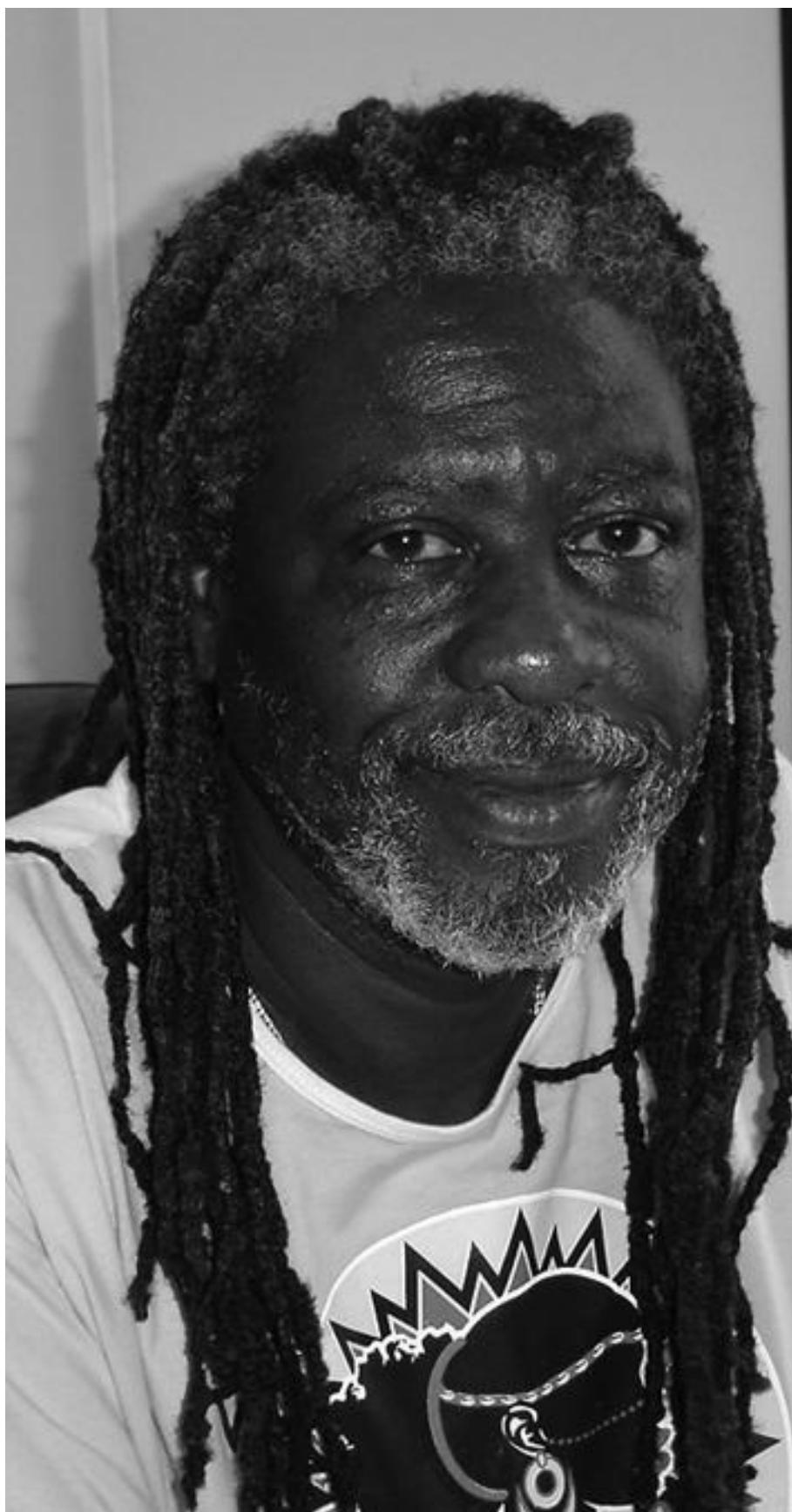


Amauri Mendes Pereira nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 22 de setembro de 1951. Formado em educação física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1974, foi fundador da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) no mesmo ano, e redator e dirigente do jornal Sinba, publicado pela entidade entre 1977 e 1980. Participou da criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, em São Paulo, e integrou a direção do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975, no Rio de Janeiro, em dois momentos: no início da década de 1980 e entre 1992 e 1996, quando foi eleito presidente da entidade. Doutor em ciências sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), à época da entrevista era pesquisador do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro.

Data: 31/10/2003, 19/12/2003 e 4/11/2004.

Duração: 8h50min.

Local: CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.

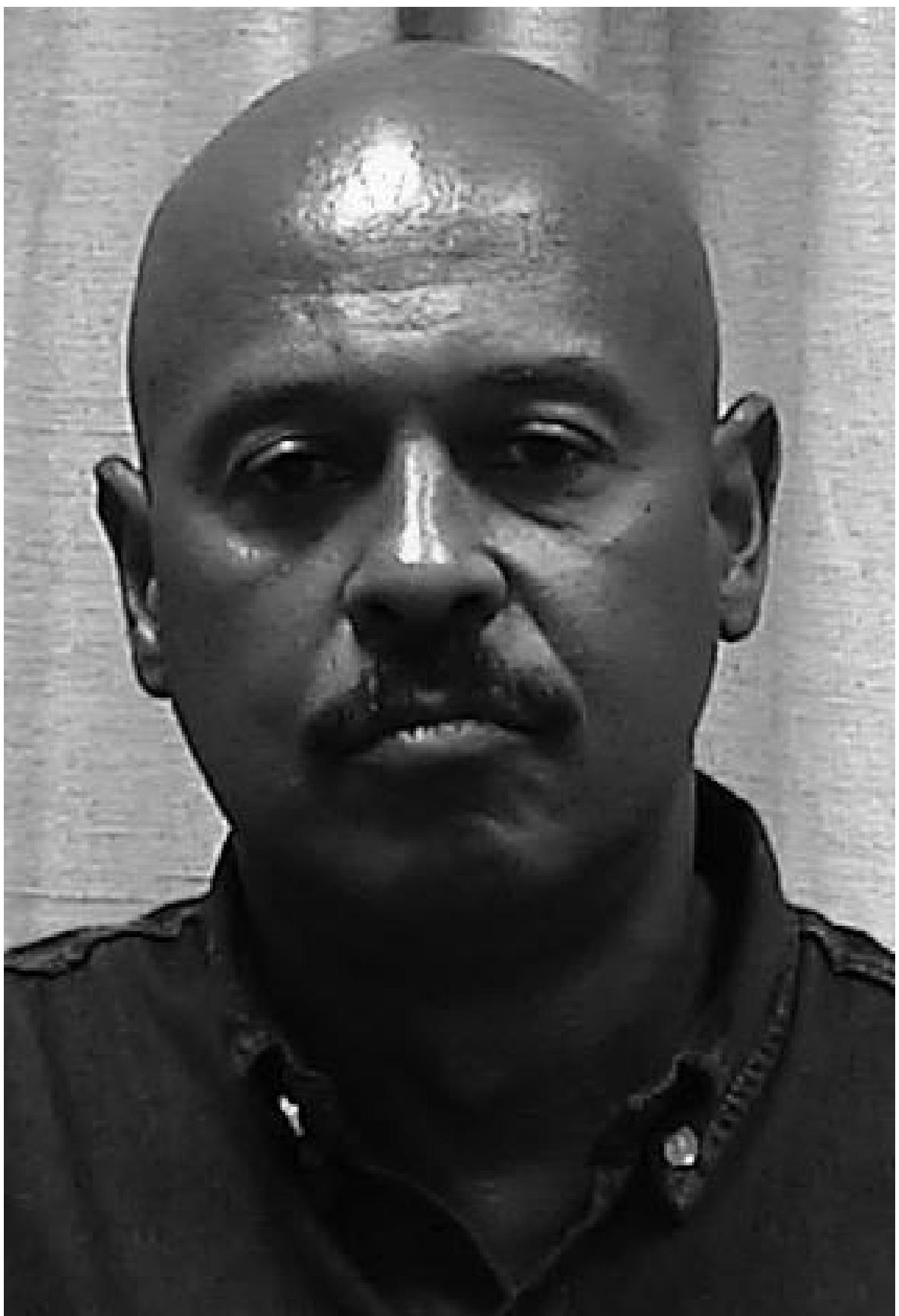


Antonio Carlos dos Santos (Vovô) nasceu na cidade de Salvador em 14 de junho de 1952. Filho de mãe Hilda, uma importante ialorixá — sacerdotisa e chefe de um terreiro de candomblé —, Vovô, como é chamado, foi fundador, com Apolônio de Jesus — já falecido —, em 1974, do primeiro “bloco afro” na cidade de Salvador, o Ilê Aiyê, do qual ainda é presidente. Antes de fundar o Ilê, Vovô foi estudante de engenharia eletromecânica e trabalhou no Polo Petroquímico da Bahia. Vovô foi também consultor para a criação de blocos afro em vários estados e membro do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, em Brasília, entre 1995 e 1998.

Data: 16/9/2006.

Duração: 1h40min.

Local: Sede do Ilê Aiyê, Salvador.



Carlos Alberto Medeiros nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 4 de agosto 1947. Formado em comunicação pela UFRJ em 1972, participou da fundação da Sinba e do IPCN, ambos na cidade do Rio de Janeiro, em 1974 e 1975. Foi chefe de gabinete da Secretaria de Estado Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras (Sedepron), posteriormente denominada Seafro, no segundo governo Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1991-1994), durante a gestão de Abdias Nascimento, de quem também foi assessor no Senado Federal (1997-1999). Assessor do ministro Extraordinário dos Esportes Edson Arantes do Nascimento (Pelé), foi membro do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra entre 1995 e 1996. Foi subsecretário adjunto de Integração Racial na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania do governo Anthony Garotinho (1999), no Rio de Janeiro. Tornou-se mestre em sociologia e direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2003 e é doutorando em ciências sociais pela UERJ.

Data: 15/4/2004.

Duração: 2h50min.

Local: CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.



Diva Moreira nasceu na cidade de Bocaiuva (MG) em 8 de junho de 1946. Em 1950 mudou-se com a mãe para Belo Horizonte, onde foi criada. Formada em comunicação social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1970, e mestre em ciência política pela mesma universidade, em 1973, fez um curso de especialização no Instituto de Política Social da Universidade Johns Hopkins, EUA, em 1993, e participou do Programa de Pós-doutorado sobre Raça, Direitos e Recursos nas Américas, no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade do Texas, entre 2001 e 2002. Foi técnica de pesquisa e planejamento da Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte, entre 1975 e 1988. Participou de vários movimentos sociais, alguns ligados à Igreja católica, desde a década de 1960 e foi integrante do Partido Comunista Brasileiro entre 1968 e 1987, quando fundou a Casa Dandara — Projeto de Cidadania do Povo Negro, uma entidade do movimento negro em Belo Horizonte. Foi presidente da Casa Dandara entre 1987 e 1995 e titular da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra de Belo Horizonte, criada por lei em 1998 e extinta em 2000. Entre 2003 e 2006 foi oficial de programa e ponto focal em raça e gênero do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD. É empreendedora social da Ashoka e consultora independente na área da diversidade racial e de gênero.

Data: 29/3/2007.

Duração: 3h40min.

Local: Residência da entrevistada, Sabará (MG).



Djenal Nobre Cruz nasceu na cidade de Aracaju em 17 de janeiro de 1956. Foi um dos fundadores da União dos Negros de Aracaju, em 1986, e do Partido dos Trabalhadores (PT) no Sergipe. Na época da entrevista estava concluindo o curso de pedagogia e era o coordenador de execução de políticas de promoção de igualdade racial da prefeitura de Aracaju, função que exercia desde 2003.

Data: 2/7/2005.

Duração: 45min.

Local: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília, durante a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.



Edna Roland nasceu na cidade de Codó (MA) em 12 de janeiro de 1951. Quando tinha sete anos mudou-se com a família para Fortaleza, onde viveu até os dez anos. A partir de então, viveu com a família em Goiânia, até iniciar o curso de psicologia na UFMG, em Belo Horizonte, em 1969. Participou da fundação do Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo, em 1984; foi membro do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, em 1988, e uma das fundadoras do Geledés Instituto da Mulher Negra, no mesmo ano. Em 1996 fundou a Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, instituição da qual é presidente de honra. De fevereiro a junho de 1998 foi pesquisadora visitante do Harvard Center for Population and Development Studies, Cambridge, nos Estados Unidos. Foi eleita Relatora Geral da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul, em 2001. Na época da entrevista era coordenadora de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial para América Latina e Caribe, da Unesco no Brasil.

Data: 22/7/2004.

Duração: 6h15min.

Local: CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.



Edson Cardoso nasceu na cidade de Salvador em 10 de outubro de 1949. Em 1973 entrou na Universidade Federal da Bahia, no curso de letras, que abandonou no quarto ano para ir morar em Porto Alegre. Em 1980, já vivendo em Brasília, fez novo vestibular para a Universidade de Brasília, onde terminou a graduação em letras e fez o curso de mestrado em comunicação. Professor de literatura da rede particular de ensino, entre 1981 e 1995 foi militante do MNU em Brasília, e em 1984 foi fundador da Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores na capital federal. Participou da coordenação executiva da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, em 1995. Foi chefe de gabinete do deputado Florestan Fernandes (PT-SP), entre 1992 e 1995, e responsável pela criação, em 1997, da assessoria de relações raciais da Câmara dos Deputados, quando o deputado Paulo Paim (PT-RS) foi eleito terceiro secretário da mesa da Câmara, cargo que exerceu entre 1997 e 1999; foi também chefe de gabinete do deputado Ben-Hur Ferreira (PT-MS, 1999-2000 e 2002-2003) e assessor de relações raciais no Senado quando o senador Paulo Paim era primeiro vice-presidente da Casa, entre 2003 e 2005. Na época da entrevista era coordenador editorial do jornal Írohìn, do qual foi fundador em 1995.

Data: 28/4/2006.

Duração: 3h50min.

Local: CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.



Flávio Jorge Rodrigues da Silva nasceu na cidade de Paraguaçu Paulista (SP) em 7 de fevereiro de 1953. Com 17 anos foi sozinho viver na cidade de São Paulo, “em busca de emprego e educação”. Formado em ciências contábeis pela PUC de São Paulo em 1981, participou do movimento estudantil durante a segunda metade da década de 1970 e foi um dos fundadores do Grupo Negro da PUC, em 1979. Fez parte da diretoria da Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (Fase), como coordenador do Programa Urbano de São Paulo, de junho de 1988 a maio de 1998. Em 1991 foi um dos fundadores da Soweto — Organização Negra e participou da comissão de organização do I Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen), realizado em São Paulo. Foi eleito primeiro secretário da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores (PT), criada em 1995, e permaneceu como secretário por dois mandatos, até 1999. À época da entrevista fazia parte do Diretório Nacional do PT, era diretor da Fundação Perseu Abramo, em São Paulo, e diretor de projetos da Soweto.

Data: 20/7/2004.

Duração: 1h55min.

Local: Fundação Perseu Abramo, São Paulo.



Frei David nasceu na cidade de Nanuque (MG) em 17 de outubro de 1952. Quando ainda tinha um ano e meio foi com a família para Vila Velha (ES), onde foi criado. Entrou para o Seminário da Ordem Franciscana em Guaratinguetá, São Paulo, e formou-se em filosofia e teologia pelo Instituto Teológico e Filosófico Franciscano, em 1983. Participou da formação dos Agentes Pastorais Negros e do Grupo de União e Consciência Negra, fundados nos anos 1980. Desde meados da década de 1980, vem atuando em paróquias da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, região onde participou da criação do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) no início da década de 1990. No final da década de 1990 fundou a Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes), que também atua como pré-vestibular no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1994 foi eleito para compor a Secretaria Executiva Latino-Americana da Pastoral Afro-Latino Americana e Caribenha. Participou da coordenação da coleção Negros em Libertação, da Editora Vozes.

Data: 11/5/2004 e 12/7/2004.

Duração: 3h35min.

Local: CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.



Gilberto Leal nasceu na cidade de Salvador em 15 de agosto de 1945. Formou-se em geologia na Universidade Federal da Bahia, onde ingressou em 1965. Durante a década de 1970, participou do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro e integrou o grupo Malê Cultura e Arte. Participou da institucionalização do MNU na Bahia, mas rompeu com a entidade ainda no final de 1979. Em 1984 fundou a Niger Okan, entidade que dirigia à época da entrevista. Participou da comissão de organização do I Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen), em São Paulo, e da construção da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), ambos em 1991.

Data: 16/9/2006.

Duração: 2h.

Local: Campus da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), durante o IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, Salvador.



Hédio Silva Júnior nasceu em Três Corações (MG) em 24 de junho de 1961. Com cerca de quatro anos mudou-se com a família para São José dos Campos (SP), onde foi criado. Em 1986 mudou-se para a cidade de São Paulo para integrar o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do estado, e, no mesmo ano, foi presidente da Convenção Nacional do Negro, realizada em Brasília. Foi assessor especial de Cidadania e Direitos Humanos da prefeitura de São Paulo nos anos de 1991 e 1992. Nesse último ano fundou em São Paulo o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert). Advogado e doutor em direito constitucional pela PUC de São Paulo, foi secretário de Justiça e Cidadania do governo paulista de maio de 2005 a março de 2006.

Data: 21/7/2004.

Duração: 3h.

Local: CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.

Helena Machado nasceu na cidade de Porto Alegre em 9 de agosto de 1943. Formada em arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1970, fez também um curso de especialização lato sensu em “Sociedade, Cultura e Política na América Latina”, na mesma universidade, em 1980. Participou do Grupo Palmares, fundado em 1971, durante toda década de 1970. Em 1981 participou da criação do MNU no Rio Grande do Sul. Foi também uma das fundadoras do grupo Ação Cultural Kuenda, em 2000. Arquiteta, trabalhou durante 17 anos como funcionária pública do município de Porto Alegre, na Secretaria Municipal de Obras e Viação e na Secretaria de Cultura. À época da entrevista, como dirigente do grupo Kuenda, estava trabalhando com o projeto “Etnia e território”, em comunidades quilombolas no município de Rio Pardo (RS).

Data: 1/12/2006.

Duração: 2h.

Local: Casa de Cultura Mário Quintana, Porto Alegre.



Ivair Alves dos Santos nasceu na cidade de São Paulo em 10 de setembro de 1952. Formado em química pela Universidade Federal de São Carlos em 1974, trabalhou em Angola entre 1979 e 1983, como consultor da Unesco para o desenvolvimento do ensino de ciências naquele país. Ao retornar ao Brasil, foi um dos fundadores do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, o primeiro órgão do poder público criado para tratar especificamente da questão racial, durante o governo de Franco Montoro (1983-1987). Trabalhou na Coordenadoria Especial do Negro, órgão da prefeitura de São Paulo, durante o final da gestão da prefeita Luiza Erundina, entre 1991 e 1992. No governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, transferiu-se para Brasília, passando a atuar como assessor na então Secretaria de Justiça e Cidadania (que mudou de nome algumas vezes) do Ministério da Justiça, e foi o representante desse ministério no Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra de 1995 a 1996. À época das entrevistas era secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Presidência da República. É mestre em ciência política pela Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, e doutorando, na mesma área, da Universidade de Brasília, UnB.

Data: 7/9/2004 e 1/7/2005.

Duração: 3h.

Local: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Neab, da Universidade Federal do Maranhão, em São Luís, durante o III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros; Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília, durante a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.



Ivanir dos Santos nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 12 de julho de 1954. Foi criado no Sistema de Atendimento ao Menor (SAM) e na Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (Funabem). Formado em pedagogia pela Faculdade Notre Dame, no Rio de Janeiro, em 1984, fundou a Associação dos Ex-alunos da Funabem (Asseaf) em 1980, e o Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (Ceap) em 1989. Participou da comissão de organização do I Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen), em 1991, e da coordenação executiva da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo pela Cidadania e a Vida, em 1995. Foi subsecretário estadual de Direitos Humanos e Cidadania durante o governo Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro, na gestão de Abdias Nascimento, em 1999.

Data: 1/12/2003.

Duração: 2h.

Local: CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.



João Francisco dos Santos nasceu em São Luís do Maranhão em 2 de junho de 1936. Participou da fundação do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), em 1979, e foi fundador da Associação Cultural Akomabu, ambos em São Luís. Foi militante do Partido Comunista durante o regime militar, tendo passado dois anos na então União Soviética, entre 1964 e 1966. Foi uma das lideranças homenageadas no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, em São Luís, em setembro de 2004.

Data: 7/9/2004.

Duração: 1h30min.

Local: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Neab, da Universidade Federal do Maranhão, em São Luís, durante o III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros.



Joseanes Lima dos Santos nasceu em Aracaju em 5 de junho de 1968. Cursou letras na Universidade Federal de Sergipe e administração de recursos humanos na Universidade Tiradentes, mas não concluiu os cursos. Participou da criação do Fórum de Mulheres Negras de Sergipe, em 1990, e da construção do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em Salvador, no mesmo ano. Em 2001 foi uma das fundadoras da Organização de Mulheres Negras Maria do Egito.

Data: 2/7/2005.

Duração: 1h15min.

Local: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília, durante a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.



Josilene (Jô) Brandão nasceu na comunidade de Salobo, próxima à cidade de Bacabal (MA), em 14 de setembro de 1968. Iniciou sua militância em grupos de jovens da Igreja católica e no Partido dos Trabalhadores. Foi assessora das mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão e, em 1987, participou do II Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão, organizado pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN). Assessora da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq), fundada nos anos 1990, à época da entrevista integrava a Coordenação Nacional de Quilombos (Conaq), entidade fundada em 1996, e fazia o curso de jornalismo.

Data: 6/10/2005.

Duração: 1h50min.

Local: Hotel Sofitel, Rio de Janeiro, durante a III Conferência Bienal da Associação para o Estudo da Diáspora Africana Mundial (Aswad).



Júlio Romão nasceu em Teresina em 22 de maio de 1917. Escritor, jornalista e teatrólogo, foi para o Rio de Janeiro com cerca de 20 anos de idade e conseguiu formar-se em jornalismo e no antigo curso de geografia e história pela Universidade do Brasil, atual UFRJ. Participou da fundação do Teatro Popular Brasileiro e da Orquestra Afro-Brasileira, ambos na década de 1940, no Rio de Janeiro. Foi um dos homenageados no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, em São Luís do Maranhão, em setembro de 2004.

Data: 9/9/2004.

Duração: 1h45min.

Local: Business Center do Hotel Calhau, São Luís, por ocasião do III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros.

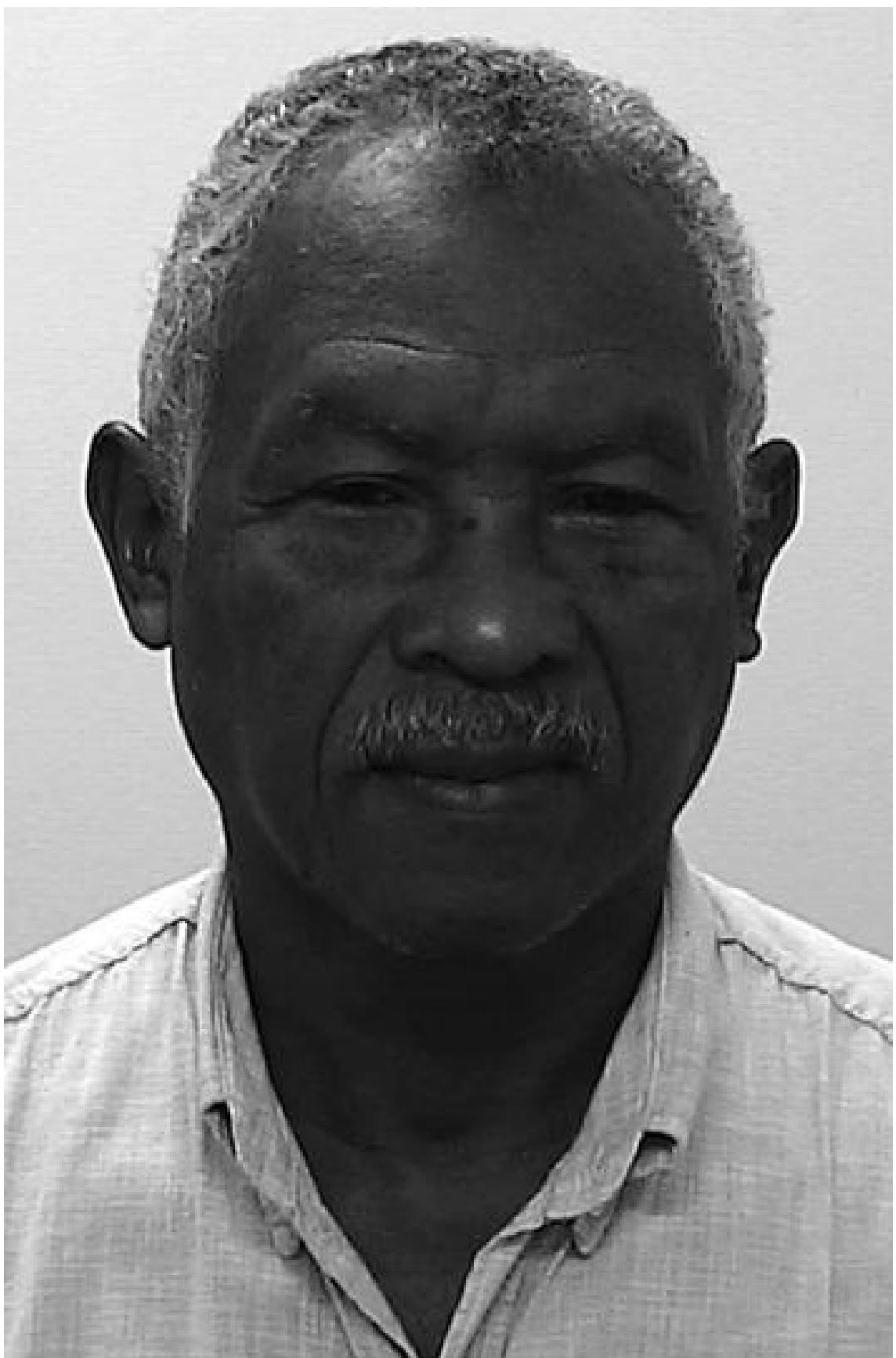


Jurema Batista nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 9 de agosto de 1957. Foi fundadora e presidente da Associação de Moradores do Morro do Andaraí em 1980 e, nesse mesmo ano, entrou no curso de letras da Universidade Santa Úrsula, que concluiu em 1983. Participou da fundação do Nzinga — Coletivo de Mulheres Negras, também em 1983. Foi vereadora da cidade do Rio de Janeiro na legenda do PT durante três mandatos consecutivos: 1992-1996, 1996-2000 e 2000-2002 — este último interrompido na metade, quando se elegeu deputada estadual pelo Rio de Janeiro. Em dois mandatos foi presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Municipal. À época da entrevista ocupava uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), onde presidia a Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional.

Data: 26/4/2004 e 11/11/2004.

Duração: 2h20min.

Local: CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.



Justo Evangelista Conceição nasceu na comunidade de Tingidor, no município de Itapecuru Mirim (MA), em 18 de maio de 1935. Trabalhador rural alfabetizado somente aos 17 anos, fez parte de três movimentos no meio rural ainda na década de 1970: da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Comunidade Eclesial de Base (CEB) e da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR). Foi o primeiro vereador negro do município de Itapecuru Mirim e exerceu dois mandatos entre 1988 e 2000. Foi um dos líderes homenageados no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, em São Luís do Maranhão, em setembro de 2004.

Data: 9/9/2004.

Duração: 1h30min.

Local: Business Center do Hotel Calhau, São Luís, por ocasião do III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros.



Lúcia Xavier nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1º de janeiro de 1959. Integrante do IPCN na década de 1980, em 1992 foi uma das fundadoras da Criola, entidade do movimento de mulheres negras que ocupava, à época da entrevista, a função de secretaria executiva da Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras. Assistente social formada pela UFRJ em 1984, foi vice-presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, no Rio de Janeiro, entre 1996 e 1997.

Data: 5/12/2003.

Duração: 2h45min.

Local: CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.



Luiz Alves Ferreira (Luizão) nasceu na comunidade de Saco das Almas Santa Cruz, no município de Brejo (MA), em 16 de outubro de 1944. Formado em medicina pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em 1971, foi, segundo o próprio entrevistado, o primeiro médico negro provindo daquele município. Fez residência em patologia na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP de 1972 a 1974, ano em que se tornou professor adjunto do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da UFMA. Luizão, como é chamado, foi um dos fundadores do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), em 1979, e primeiro presidente da entidade, de 1980 a 1982. Mestre em patologia humana pela Universidade Federal da Bahia em 1992, foi secretário da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), regional do Maranhão.

Data: 8/9/2004 e 9/9/2004.

Duração: 1h30min.

Local: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Neab, da Universidade Federal do Maranhão, em São Luís, durante o III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros.



Luiz Carlos Oliveira nasceu em Vitória em 10 de julho de 1944. É formado no curso técnico em eletrotécnica e no curso superior de administração. Como eletrotécnico e sindicalista, teve importante atuação para a conquista da regulamentação de sua profissão em âmbito nacional. Foi fundador do Centro de Estudos da Cultura Negra do Espírito Santo (Cecun), em 1983. À época da entrevista era coordenador da Rede de Educação Étnico-Racial, Reer/ES, do Fórum de Entidades Negras do Espírito Santo e do Cecun.

Data: 15/9/2006.

Horário: 2h10min.

Local: Campus da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), durante o IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, Salvador.



Luiz Silva (Cuti) nasceu na cidade de Ourinhos (SP) em 31 de outubro de 1951. Quando tinha dois anos, mudou-se com a família para Santos, onde foi criado. Formado em letras, português-francês, pela Universidade de São Paulo (USP), é mestre em teoria da literatura e doutor em literatura brasileira pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ingressou por concurso no Tribunal de Contas do Município de São Paulo, onde é chefe de redação. Cuti, como é conhecido, é poeta, ensaísta e escritor e participou da fundação do Jornegro, jornal publicado a partir de 1978, dos Cadernos Negros, publicação de contos e poesias, criada no mesmo ano e editada anualmente até hoje, e foi um dos fundadores do Quilombhoje, um grupo paulistano de escritores surgido em 1980 e dedicado a discutir e aprofundar a experiência afro-brasileira na literatura.

Data: 14/9/2006.

Duração: 1h50min.

Local: Campus da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), durante o IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, Salvador.



Magno Cruz nasceu em São Luís em 25 de maio de 1951. Engenheiro formado pela Universidade Estadual do Maranhão em 1976, é funcionário da Companhia de Água e Esgotos do Maranhão (Caema) desde 1980. Foi presidente do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) por dois mandatos consecutivos, de 1984 a 1988. À época da entrevista, era presidente do Conselho Diretor da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e era diretor de formação do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Data: 8/9/2004.

Duração: 2h25min.

Local: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Neab, da Universidade Federal do Maranhão, em São Luís, durante o III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros.



CANTANGO
SAMBA

Marcos Cardoso nasceu em Belo Horizonte em 11 de setembro de 1956. Formado em filosofia e mestre em história pela UFMG, foi um dos fundadores do MNU na cidade de Belo Horizonte, em 1979. Foi assessor da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte entre 1993 e 1996 e coordenador geral do Projeto Tricentenário de Zumbi dos Palmares e do I Festival Internacional de Arte Negra de Belo Horizonte. Analista de políticas públicas da prefeitura de Belo Horizonte desde 2001, entre 2004 e 2005 foi gerente de projetos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), órgão vinculado à Presidência da República com status de ministério, ocupando a Subsecretaria de Articulação Institucional. Foi ainda secretário executivo do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) no mesmo período.

Data: 29/3/2007.

Duração: 2h.

Local: Residência do entrevistado, Belo Horizonte.



Maria Raimunda (Mundinha) Araújo nasceu em São Luís em 8 de janeiro de 1943. Formada em comunicação social pela Federação das Escolas Superiores do Maranhão em 1975, Mundinha Araújo, como é conhecida, foi fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), em 1979, a primeira vice-presidente da entidade, de 1980 a 1982, e ocupou a presidência no mandato seguinte, de 1982 a 1984. Foi diretora do Arquivo Público do Estado do Maranhão entre 1991 e 2003.

Data: 10/9/2004.

Duração: 4h30min.

Local: Biblioteca Eugênio Araújo, pai da entrevistada, em São Luís.



Mariléia Santiago nasceu na cidade de Duque de Caxias (RJ) em 31 de julho de 1948. Filha de um militar do Exército, com cerca de seis anos de idade mudou-se com a família para Porto Alegre, já que o pai havia sido transferido para lá. Viveu no Sul até os 20 anos. Após seu retorno ao estado do Rio de Janeiro, anos mais tarde, participou da reestruturação do Centro de Estudos Brasil-África (Ceba), em São Gonçalo, na década de 1980, e foi fundadora e presidente do Conselho de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro (Cenierj), a partir do qual organizou vários encontros de entidades negras do interior do estado. Formada em pedagogia pela atual Universidade Salgado de Oliveira e professora da rede estadual de educação desde 1982, em 1999 assumiu o cargo de coordenadora de Escolas Diferenciadas da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, onde, à época da entrevista, era responsável pelas escolas de comunidades remanescentes de quilombos, de aldeias indígenas e de presídios.

Data: 11/12/2003.

Duração: 2h.

Local: CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.



Milton Barbosa (Miltão) nasceu em Ribeirão Preto (SP) em 12 de maio de 1948. Quando tinha três anos, mudou-se com a mãe e com a irmã para o bairro do Bexiga, na cidade de São Paulo, onde foi criado. Cursou economia na Universidade de São Paulo (USP), mas não concluiu, e foi diretor do Centro Acadêmico Visconde de Cairu da Faculdade de Economia e Administração da USP, no ano de 1974. Como funcionário do Metrô, foi diretor da Associação dos Funcionários do Metropolitano de São Paulo (Aemesp) entre 1978 e 1979, que mais tarde se transformou no Sindicato dos Metroviários. Foi um dos fundadores do MNU, tendo presidido o ato público de lançamento do movimento, no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Em 1982 fez parte do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, quando foi um dos fundadores da primeira Comissão de Negros do PT, na cidade de São Paulo. Foi presidente de honra na Convenção Nacional do Negro em 1986, em Brasília.

Data: 19/7/2004.

Duração: 3h15min.

Local: Residência do entrevistado, São Paulo.

Neide de Jesus nasceu na comunidade de Itamatatiua, município de Alcântara (MA), em 2 de novembro de 1948. Foi fundadora da Associação de Mulheres da comunidade de quilombolas de Itamatatiua, em 1991.

Data: 9/9/2004.

Duração: 1h.

Local: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Neab, da Universidade Federal do Maranhão, em São Luís, durante o III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros.



Nilma Bentes nasceu em Belém em 28 de janeiro de 1948. Formada em agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia em 1971, fez parte do quadro técnico do Banco da Amazônia durante 26 anos, onde fazia análise de projetos rurais. Em 1980 foi uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) e, desde então, tornou-se uma referência do movimento negro na região Norte do Brasil.

Data: 28/8/2006.

Duração: 2h.

Local: Hotel Hilton, Belém do Pará.



Oliveira Silveira nasceu em Rosário do Sul, um município da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, próximo ao Uruguai, em 16 de agosto de 1941. Foi morar em Porto Alegre em 1959, para cursar o equivalente ao ensino médio de hoje. Poeta e escritor, formado em letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1965, e fundador do Grupo Palmares em 1971, Oliveira Silveira é conhecido em todo o Brasil como o proposito, ainda em 1971, do dia 20 de novembro como dia a ser comemorado pela população negra, em substituição ao 13 de maio. Acatando a sugestão do Grupo Palmares, em 1978 o MNU declarou o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Oliveira foi também um dos fundadores do grupo Razão Negra, da revista Tição, do grupo Semba Arte Negra e da Associação Negra de Cultura, da qual faz parte até os dias de hoje. Foi professor de língua portuguesa na rede estadual do Rio Grande do Sul a partir da década de 1970. À época da entrevista integrava, desde 2004, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) da Seppir.

Data: 1/12/2006.

Duração: 2h10min.

Local: Casa de Cultura Mário Quintana, Porto Alegre.



Olívia Santana nasceu em Salvador no dia 25 de março de 1966. Formada em pedagogia pela Universidade Federal da Bahia em 1992, participou da fundação da Unegro em 1988, sendo eleita presidente da entidade em 1994. Eleita vereadora da cidade de Salvador em 2004, na legenda do Partido Comunista do Brasil (PC do B), no ano seguinte foi nomeada secretária municipal de Educação e Cultura, na gestão do prefeito João Henrique Carneiro, cargo que ocupava à época da entrevista.

Data: 1/7/2005.

Duração: 1h10min.

Local: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília, durante a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.



Pedro Cavalcante nasceu em Viçosa (AL) em 27 de abril de 1948. Ainda pequeno, mudou-se para a cidade de Palmeira dos Índios, também em Alagoas, onde foi criado. Aos 21 anos foi para Recife, para fazer o curso de arquitetura na Universidade Federal de Pernambuco, e lá fixou residência. Participou da construção do MNU no estado de Pernambuco, no final da década de 1970.

Data: 1/7/2005.

Duração: 1h40min.

Local: Colégio Galois, Brasília, durante a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.



Sueli Carneiro nasceu na cidade de São Paulo em 24 de junho de 1950. Formada no curso de filosofia da Universidade de São Paulo (USP) em 1980, foi uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo, em 1984, e conselheira e secretária geral do Conselho Estadual da Condição Feminina do estado. Coordenou o Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher de março de 1988 a julho de 1989, e é uma das sócias fundadoras do Geledés Instituto da Mulher Negra, localizado em São Paulo, onde ocupa os cargos de coordenadora executiva e coordenadora do Programa de Direitos Humanos/SOS Racismo desde 1988. É doutora em filosofia da educação pela USP.

Data: 20/7/2004.

Duração: 2h55min.

Local: Geledés Instituto da Mulher Negra, São Paulo.



Vanda Menezes nasceu na cidade de Maceió em 12 de março de 1960. Formada em psicologia pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (Cesmac) em 1983, foi uma das fundadoras da Associação Cultural Zumbi, no ano de 1979, entidade da qual foi presidente entre 1989 e 1991. Participou, desde o início da década de 1980, do processo de tombamento da Serra da Barriga, que abrigou o Quilombo dos Palmares, e da criação do Memorial Zumbi na Serra. Perita criminal, faz parte da Polícia Civil do estado de Alagoas desde julho de 1980. Em 2002 foi convidada pelo então governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, para ocupar a Secretaria Especializada da Mulher do Estado de Alagoas, função que exercia à época da entrevista.

Data: 28/10/2005.

Duração: 2h40min.

Local: CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.

Yedo Ferreira nasceu na cidade de Santo Amaro da Purificação (BA) em 27 de agosto de 1933. Quando tinha cerca de sete anos, mudou-se com parte da família para a cidade do Rio de Janeiro, onde foi criado. Foi militante comunista até a década de 1960, quando foi dispensado do seu emprego nos Correios e Telégrafos e acabou se afastando da militância comunista devido à perseguição do regime militar. Por sua experiência como militante de esquerda antes do golpe de 1964, teve grande importância na fundação e na estruturação de entidades do movimento negro na década de 1970, quando foi fundador da Sinba, do IPCN e do MNU. Em 1971 ingressou na faculdade de matemática da UFRJ, mas não concluiu o curso. À época da entrevista integrava o MNU no Rio de Janeiro.

Data: 30/10/2003, 5/11/2003 e 3/12/2003.

Duração: 6h40min.

Local: CPDOC-FGV, Rio de Janeiro.



Zélia Amador nasceu na ilha do Marajó, no município de Salva Terra (PA), em 24 de outubro de 1951. Quando tinha cerca de um ano e meio de idade, mudou-se com a família para a cidade de Belém, onde foi criada. Formada em letras pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em 1974, foi uma das fundadoras do Cedenpa, em 1980. Participou do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, criado em 1995 pelo governo federal, e foi a propositora do sistema de cotas, recentemente implantado, na UFPA, onde foi vice-reitora de 1993 a 1997 e é professora do Departamento de Artes desde 1978. Mestre em teoria da literatura, à época da entrevista era doutoranda em antropologia na UFPA, desenvolvendo tese sobre ações afirmativas e cotas para negros na universidade.

Data: 29/8/2006.

Duração: 2h15min.

Local: Hotel Hilton, Belém do Pará.

5 Todas as entrevistas foram realizadas por Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira, à exceção das entrevistas com Nilma Bentes, Zélia Amador, Helena Machado e Oliveira Silveira, realizadas somente por Amilcar Araujo Pereira. Em dezembro de 2006, José Maria Nunes Pereira Conceição também foi entrevistado para o projeto “História do movimento negro no Brasil”, mas, como não é militante do movimento negro, sua entrevista não integra este livro. Parte dela foi publicada na revista Estudos Históricos, “Brasil-África” (Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, n. 39, 2007/1).

A CONSCIÊNCIA DA NEGRITUDE

AVÓS, MÃES E PAIS

Amauri Mendes Pereira

Quem tinha preocupação com o problema racial era minha avó materna, Maria Trindade. Ela foi escrava. Nasceu em 1872, um ano depois da Lei do Vento Livre, mas só foi saber que existia essa lei na Abolição.⁶ Ela vivia sempre como escrava da família. Ela tinha uma consciência racial aguda! Sempre falava: “Meu filho, mesmo você sendo mais clarinho, um dia você vai saber o que é isso.” E aí aconteceu. Na quarta série, o último ano do primário, era assim: de cada série, um aluno que se destacava ia compor a guarda de honra da bandeira. E o aluno que se destacasse mais na escola seguraria a bandeira. Tinha o porta-bandeira da escola e um guarda-bandeira de cada série. Acho que o segundo lugar fazia a saudação. Era uma forma de prestigiar os melhores alunos. Então eu batalhei nos dois primeiros meses, março e abril, para ter a nota, porque em maio sempre tinha a solenidade da Abolição, alguém lia Castro Alves.⁷ Eu queria fazer uma homenagem para minha avó, que foi escrava. Eu queria que minha avó fosse ver. E aí tirei a melhor nota em abril. A melhor nota da escola! Pensei: “Vou segurar a bandeira!”

Na véspera do evento, a diretora me chamou e disse alguma coisa assim: “O Roberto vai segurar a bandeira.” O Roberto era um outro menino, a gente disputava na mesma turma: eu, Roberto, Zé Romualdo e Celeste, que era a única menina que chegava junto. Tínhamos as maiores notas desde os anos anteriores. O Roberto era branco. Ele ia segurar a bandeira porque vinha uma autoridade, e a diretora disse: “Você entende, não é, meu filho?” Eu saí correndo da escola, subi o morro desesperado, dizendo: “Vovó, aconteceu!” Essas coisas de criança; depois foi fazer sentido para mim. Ficou claro que eu não ia poder segurar a bandeira, porque o Roberto é que precisava ir, e isso ficou associado à cor da pele. Tanto que eu saí correndo, fui para o morro e falei para a minha avó. Ela me botou no colo e começou a falar: “Meu filho, não tem jeito não, é assim mesmo.” Aí ela falava do meu avô: “Seu avô não disse? Estou orgulhosa assim mesmo.”

Meu avô, Antônio Pereira, falava: “Você vai ser presidente da República, mas da revolução. Vocês vão fazer a revolução, a juventude tem que ser revolucionária.” Ele era um bom profissional, o mestre de obras, então

tinha uma liderança grande no sindicato. Ele que me ensinou sobre a Lei dos 2/3 do tempo do Getúlio, que obrigava toda empresa a contratar 2/3 de brasileiros, e que eu tenho usado muito, porque essa foi a primeira lei de cotas no Brasil: 2/3 dos postos de trabalho para brasileiros, que, na época, ele dizia, eram pretos.⁸ Preto que não tinha direito ao trabalho. Os trabalhos estavam nas mãos dos portugueses, espanhóis, italianos. No Rio de Janeiro, eram os portugueses, e ele dizia: “Quando veio a Lei dos 2/3, o Batista Luzardo chamava a gente, estavam construindo a rua Larga, e dizia: ‘Vai, Pereira, pega sua turma e vai trabalhar. Entra na obra, trabalha na força, pega e vai fazendo o que você achar que tem que fazer. No final do dia, o cara tem que te pagar. Se o português não te pagar, você pega ele e traz para cá. Traz até amarrado, mas não bate, não. O cara tem que pagar’.”⁹ Para fazer vingar a lei. O Batista Luzardo ficava ali onde hoje é a Central do Brasil, ali era a chefatura de polícia. Ele era o chefe de polícia. Em 1931, 32, meu avô já estava no Rio, já tinha sido um dos fundadores do sindicato da construção civil.

Como garantir a implementação da lei? Tinha que ter trabalhadores que obrigassem os camaradas a pagar. Criar o hábito, a cultura de se pagar o trabalho não só de portugueses. Porque eles se aliciavam entre si, cada um pegou o seu feudo. Os italianos são os donos até hoje da distribuição de jornais, os portugueses eram da Light, os empregos públicos eram todos deles. Eram redes de compadrio. E os negros, não. A maioria negra nas cidades sofria uma pressão enorme, mas não tinha efetivamente ninguém que puxasse para as oportunidades de emprego. E o Getúlio viu isso... Bom, aí já é análise, eu interpreto assim: o Getúlio precisava de apoio popular para se sustentar. Foi uma grande aventura a Revolução de 1930, então, ele quebra o poder oligárquico momentaneamente, mas ele tinha que ter outra base social: eram as massas das grandes cidades. E aí ele tem que fazer concessões, tem que negociar. Uma das coisas era o emprego. Com a Lei dos 2/3, ele era o “pai dos pobres”, porque ele escureceu o mercado de trabalho. Isso meu avô não dizia assim, mas em alguns momentos ele chegava a dizer “empreteceu”. Ele dizia: “A gente teve oportunidade de trabalhar.” Eu não tinha essa preocupação com a questão racial na época, mas lembro dele falando essas coisas.

Sueli Carneiro

Uma coisa é a consciência racial. Isso você traz da família, quando existe nela. E isso era uma coisa que sempre foi muito martelada dentro da minha educação. Meus pais sempre alertaram os filhos que seriam discriminados, que sofreriam processos de discriminação. Eles não tinham grandes elaborações de como, ou o que fazer com isso. Mas nós sabíamos que não poderíamos nos deixar ser humilhados. Então, em geral, a uma agressão racial a gente deveria responder de qualquer maneira, fosse inclusive de forma violenta. Minha mãe dizia: “Se chegar chorando em casa vai apanhar de novo.” Cada um que fizesse como pudesse, mas tinha que reagir. E em função disso eu me tornei uma menina bastante braba, porque eu tinha mais medo da minha mãe que do racismo! As agressões eram constantes. A partir do momento em que a gente entra para a escola, começa a vivê-las. Eu me lembro que a partir dos seis anos de idade, quando entrei para a escola, começou a aparecer: “Negrinha! Cabelo de bombril! Pelezinho!” Todo tipo de agressão, e eu não tinha dúvida: quando não tinha argumento, descia o braço, numa boa!

Também tinha um outro tipo de instrução, que é muito comum nas famílias negras: “Nós somos negros, somos visados, então temos que fazer tudo melhor. Temos que fazer tudo muito bem-feito para não dar elementos para que nos discriminem.” É o tipo de socialização que a maioria das pessoas que eu conheço teve. Nem sempre as famílias têm repertório suficientemente desenvolvido para oferecer as melhores soluções, sobretudo para as crianças se defenderem do racismo. Agora, uma coisa é ter a consciência de ser negro, ser discriminado e defender a dignidade do “ser negro”. Outra coisa é essa consciência se politizar e se transformar em uma perspectiva de ação política, no tornar-se militante. Isso pode acontecer ou não. Ninguém é obrigado a virar militante porque é preto. Mas a maioria das pessoas tem consciência de que está exposta a diferentes formas de discriminação.

Flávio Jorge Rodrigues da Silva

Minha avó paterna, Mariana, foi uma pessoa muito importante na minha vida. Ela teve 13 filhos, dos quais 12 morreram. Ela era filha de escravo. O Jorge que faz parte do meu nome é oriundo dessa pessoa que foi escrava, o pai dela, que se chamava Joaquim Jorge. A influência dela é bastante grande, e eu acho que a primeira atividade antirracismo que eu tive foi motivada pela minha avó. Só para vocês terem uma ideia de como ela tinha, do jeito dela, uma consciência racial: quando eu fiz sete anos e comecei a frequentar a escola, teve um episódio que marcou bastante a minha vida. Naquele tempo, a gente tinha umas bolsas de couro pequenas, eram bolsas tradicionais que todo menino ou menina tinha. No primeiro dia em que fui para a escola, eu recebi um caderno, um lápis e, estranhamente, a minha avó colocou na bolsa um pedaço de madeira. Ela pegou um cabo de vassoura, cortou em dois pedaços, um para mim e outro para o meu irmão, e falou: “Agora vocês vão para a escola. Vocês vão passar por momentos muito difíceis. Quando alguém chamar vocês de neguinhos, você pegue esse pau e desça o sarrafo.” A partir daquele momento comecei a ter contato com o racismo e com a diferença existente entre brancos e negros.

Nilma Bentes

Eu sempre digo que a relação escola-família é fundamental para a formação. E na escola é onde a gente aprende pela primeira vez que existe discriminação, que existe a questão do negro. Porque você não sabe explicar, mas é discriminado na escola. É uma dor que vem desde cedo e faz com que a maioria de nós, negros, ou fique dócil demais ou se rebelle, ou tente se mimetizar, se esconder: “Não quero nem ser visto.” Aqui no Pará, onde há uma miscigenação muito forte com índios, tanto índios como negros são discriminados. E mesmo, na escala hierárquica da discriminação, ser índio é menos pior do que ser negro.

No meu caso, era um colégio que naquela altura era bem conceituado, um colégio público difícil de entrar. As turmas eram selecionadas. Por exemplo: quem tirava as maiores notas entrava para uma turma especial. Estive nessa turma especial e, como eram poucos negros, o embate era feroz na questão de ter que aguentar o racismo. Na minha turma ficava um menino que era nissei, japonês; um rapaz que era portador de necessidades especiais, hoje se chama assim — ele era aleijado —, e eu. Éramos um guetozinho dentro da turma, tentando se segurar das ondas. E a resposta que eu dava era estudar: estudava, estudava, estudava até rachar. Botei muita coisa para dentro para poder sair da escola e cursar a faculdade.

Em casa não havia discussão sobre a questão racial. A minha avó, mãe do meu pai, era extremamente racista. Ela não era negra e a minha mãe sabia que ela não gostava de negro, e tentava poupar a gente. A relação com a família do meu pai era a menor possível. Ela sempre falava: “Olha, não vai ali. Se for, não fica dentro da casa das pessoas, porque, se sumir alguma coisa, vão dizer que foi você.”

Essa é uma questão difícil, porque até hoje existe essa discussão no próprio movimento negro, na criação dos filhos: você deve ou não deve colocar seu filho logo diante da situação que ele vai enfrentar? Ou será que você, colocando, vai fazer com que ele enfrente a situação já prevenido? Eu sou da ala que acha que você deve avisar, porque a criança entra de peito aberto, aí pega uma cacetada do amiguinho, que é dolorosa. Conheço casos

de pessoas que moram em edifícios em que as crianças brincam juntas o dia inteiro, mas, quando chega o aniversário da branca, ela não convida a negra.

E eu fui atleta também, então procurava não deixar minha mãe ir aos jogos, porque os apelidos saíam tenebrosos e ela ficava agoniada. Eu dizia: “Não vá.” Mas é terrível. A gente não sabia se defender naquela época. Hoje já é diferente. Felizmente, uma das coisas que o movimento negro vem tentando fazer é justamente pavimentar, como a gente diz — aliás, é até antiecológico dizer “pavimentar” —, melhorar a estrada para quem vem, no que a gente chama de revezamento: você vai entregando o bastão para o outro e faz o máximo que pode.

Mariléia Santiago

Há nesse caminhar de militância uma vitória. Hoje, falando da minha vida, eu vou lembrando. Tem hora que a gente até se emociona. Hoje eu tenho duas filhas formadas. Uma, em administração de empresas, e a outra, em biblioteconomia. Bom, o que nós concluímos? Não tem mais problemas, está todo mundo trabalhando. Mas aí vem a neta, que precisa fazer o pré-escolar, a educação infantil. Quando minha neta entra na escola infantil, em Resende, com dois para três anos, o que acontece? Como minha filha pode pagar a melhor escola da cidade, vamos dizer assim, descobre que ela ainda é a única criança negra da escola.

Mas aí tem a conscientização da casa. Teve um encontro aqui na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ, a preparação da Conferência de Durban, e minha neta veio comigo, toda faceira.¹⁰ Ela estava com quatro anos. Quando estávamos no meio do caminho, ela virou para mim e disse: “Vó, o menino disse que eu sou preta” — qualquer coisa assim. Aí eu falei para ela: “Não, você é negra. Você deve dizer que tem muito orgulho de ser negra.” Aí me vejo novamente conversando com as minhas filhas.

Nesse dia até tinha um show da dupla Pepê e Neném.¹¹ Daqui a pouco estava a minha neta lá no palco. Aquilo foi tão importante para ela que, quando ela chegou em casa, falava do pessoal do movimento negro que ela tinha visto, porque foi a primeira vez que ela tinha estado com uma porção de negros. Então é essa conscientização. Aí, no outro dia eu liguei: “Vó, o que eu tenho que falar mesmo? Que eu tenho orgulho de ser negra?” Eu estava com tranças, e ela disse: “Vó, estou com trancinha igual à sua. Vou usar trancinhas sempre.” Não sei o que está passando na cabeça dela, ao colocar tranças também. É uma reação, mas só que eles começam hoje muito mais cedo do que nós. Hoje, com seis anos, a conscientização que ela tem é bem diferente, até porque a gente mostra para ela.

Zélia Amador

Eu estava na terceira série primária e devia ter nove anos. Eu tinha um bom relacionamento na turma, porque era considerada inteligente, pois sabia matemática. Aí chegou uma pessoa na sala, pediu para interromper a aula e perguntou quem da sala queria participar de uma dança. Aí eu fiquei louca, claro que eu queria participar daquela coisa! A freira disse: “Quem quiser, levanta.” Eu levantei. A freira mesmo, professora, foi escolhendo todo mundo e não me escolheu. Como não me escolheu, eu fiquei na sala; as outras que foram escolhidas saíram. E fiquei grilada: “Por que eu não fui?” Quando acabou a aula, fui perguntar para ela por que ela não me chamou. Ela ficou relutante em dizer, mas eu insisti. Até que não teve jeito — uma moleca daquelas chatas, perguntando, perguntando, perguntando!... Como não teve jeito, ela disse assim: “Porque para essas apresentações, a gente procura umas crianças mais ajeitadinhas, mais bonitinhas.” Aí eu pensei: “Bom, tem alguma coisa.” Porque eu, em absoluto, me achava feia. E comecei a me comparar com as pessoas que ela tinha escolhido. Nunca me esqueço que disse: “Mas ela chamou a Benedita!” A Benedita era branca, mas eu achava a Benedita tão feia, com uma cara de cavalo!... Depois eu fui entender: porque, do grupo que levantou, eu era a de fenótipo marcadamente negro. Essa foi a minha primeira experiência, digamos assim, que vai marcar essa questão. Daí para a frente você começa a sacar as coisas.

Minha avó, que era quem eu chamava de mãe, Francisca Amador de Deus, era muito ciente dessa questão. Ela me dava conselhos diários e dizia: “Tu és negra, mas negro pode tudo.” E eu me achava igual. Tanto me achava igual que eu achava que podia tudo, inclusive participar da dança. Eu tive muita sorte nesse particular. Nunca tive problema de autoestima, pelo menos nessa fase, quando criança. É lógico que depois, quando você fica adolescente, você tem seus conflitos naturais da idade. Aí a questão da estética é muito séria, porque realmente você é massacrado por um padrão estético branco. Quando cheguei à adolescência comecei, de certa forma, a me sentir feia. Mas foi o único período da minha vida. Normalmente eu sempre me achei uma igual. E minha avó contribuiu para isso. Inclusive me dizia que a gente veio do Marajó para eu estudar, porque lá não tinha

estudo, e que a única forma de a gente mudar de vida era estudando. Então ela me aconselhava: “Estuda, estuda e estuda.” Era só o que eu tinha na cabeça o tempo todo.

Lúcia Xavier

Até os 12 anos, meu universo era eminentemente negro. Uma pessoa branca, quando aparecia na minha família, geralmente era alguém de uma outra classe, de um outro bairro, que vinha por causa de contatos. Quase todas as mulheres trabalhavam em empregos domésticos. Então, por exemplo: minha mãe trabalhou com uma família muito tempo, e às vezes eles iam participar de alguma atividade na família da minha avó. Mas era muito raro. E era um bairro também eminentemente negro. A gente tinha uma vizinha branca, o resto era todo mundo negro. A escola era 100% negra. Não é que não tivesse discriminação. Ao contrário, tinha tanta que a minha avó instruía a gente sobre nosso comportamento. Ela cuidava de dois sobrinhos. Um deles era muito negro e tinha a tarefa de ir para a escola limpo e voltar limpo. Não podia se sujar. Tanto que, quando ele ia brigar, eu segurava a roupa dele. Ele batia em quem tivesse que bater, se limpava todo, se vestia de novo e chegava em casa sem um pingo de suor. Eu já estava na faculdade e minha avó dizia: “Não namore um homem branco, você vai ser discriminada.” A gente sempre foi muito instruída para enfrentar o racismo.

Minha mãe, como minha avó, também tinha uma consciência racial muito forte. Ela dizia que a gente era negro, que sofria discriminação porque era negro, e contava as histórias do candomblé para nós, falava dessa origem. Ela é que dava os livros para a gente ler. Ela não falava tão facilmente, como hoje eu digo que uma pessoa pode discriminhar a outra, mas ela muitas vezes mostrava como isso tinha a ver com a nossa origem, com a nossa condição, e o que isso representava na nossa vida. E exigia da gente, então, uma reação a isso, uma postura na escola, uma postura na vida, um cuidado pessoal. Exatamente como contraponto à ação negativa que a gente poderia viver.

Antonio Carlos dos Santos (Vovô)

Minha mãe, mãe Hilda, é uma pessoa muito especial, uma mulher guerreira, batalhadora e muito responsável pelo que eu represento hoje. Nos anos 1960, 70, era muito complicado você assumir que era de candomblé. A própria comunidade negra fazia gozação, chamava de feiticeiro. Sempre teve um sincretismo aqui, ninguém nunca deixou de ir à igreja, de ser batizado. Na própria escola você tinha aulas de catecismo, porque a Igreja sempre foi muito poderosa. Às vezes, a gente ia fazer primeira comunhão até mais de uma vez só porque ia ganhar farda nova.¹² O pessoal não estava nem preocupado com a questão da religião. Mas você assumir que era de candomblé... Lá em casa nós sempre assumimos, sou nascido num terreiro de candomblé. Então não tinha como dizer que não era. Para nós não foi muito difícil ter essa consciência da questão da luta, da resistência, numa época em que o candomblé era muito perseguido pela polícia e você tinha que tirar licença na delegacia para fazer candomblé. Uma vez eu estava falando com o pessoal: “Eu não estudei para ser negro, nasci negro. Nasci numa família negra.” É diferente de muitos negros que eu ajudei a ter consciência, a começar a ter orgulho de ser negro, a se assumir como negro, o que é complicado aqui na Bahia, aqui no Brasil.

Vanda Menezes

Aprendi a negritude com meu pai, Martiniano Barbosa dos Santos. Ele me ensinava por que meu cabelo era encarapinhado, por que minha pele era negra, preta. Ele contava as histórias do continente africano, se reportava a uma terra de onde nós viemos. Não falava “o continente africano”, com essas palavras. Eu me lembro que a primeira vez que eu devo ter sofrido discriminação porque era negra foi aos seis anos de idade, na escola. Uma menina, também negra — na minha terra chamamos de saruaba: clara, cabelo mais encarapinhado, meio avermelhado —, ela me bateu muito. Não me lembro hoje por quê. Cheguei em casa chorando. Meu pai estava de férias e me esperava na porta. Ele perguntou o que era: “O que a minha escurinha tem?” Eu disse para ele o que foi. “Mas por que ela bateu?” Ela era a liderança da turma. Ele disse para mim: “Olhe, se eu bater nessa menina, o pai dela vai vir aqui bater em mim. Então vai ser um problema. Ela passa aqui na porta para ir para casa?” Eu caí na besteira de dizer que passava. “Então você volta, bate nela para ela passar aqui chorando.” Era, assim, uns três quarteirões... Mas meu pai mandou, e ele era o meu ídolo. Joguei a bolsa na mão dele e voltei. E ela lá estava, ainda se vangloriando porque tinha me batido. Quando me viu, disse: “Você está fazendo o que aqui?” Eu disse: “Eu vim lhe bater, meu pai mandou!” Bati. E quando me lembrava que ela tinha que passar chorando na porta da minha casa, eu batia mais. Foi ali que eu percebi quanta força eu tinha. Porque bati muito. E aí, quando ela passou chorando, ele perguntou: “É ela?” Eu disse: “É.” Aí ele disse: “Você não vai entender hoje, mas isso é para você aprender, quando você crescer, que onde a gente encontra, a gente deixa. Você não procura, mas se você achar, não recuse. Abacaxi se descasca.” Não entendi nada. Mas a partir dali não apanhei mais de ninguém.

Pedro Cavalcante

Nunca tive a ilusão de que era moreno. Tem até uma passagem interessante: a maioria de minhas tias morava no Sul e, em determinado momento, foram visitar minha mãe, que era cabeleireira, e ficaram todas lá em casa. E elas passaram uma tarde esticando meu cabelo e se divertindo com isso. Eu fiquei lindo! Com pastinha e tal, fiquei parecendo o James Dean. Na condição de filho — tinha uns 14 anos, mais ou menos —, não tinha que chiar. Não era dado esse direito. Então, depois da operação, eu fiquei lindo, todas as tias acharam ótimo e minha mãe também. Cheguei para o meu pai, que sempre usou chapéu, pedi dinheiro e um chapéu emprestado. Ele perguntou: “Você vai aonde?” “Vou ali e volto já.” Fui lá no barbeiro, que era conhecido da família e disse: “Dá uma máquina zero.” E o barbeiro falou: “Mas, Pedrinho, está tão lindo! Não faça isso.” Eu disse: “Você não quer ganhar dinheiro?” Sentei na cadeira e disse: “Pode raspar.” Depois que deu zero, botei o chapéu e voltei para casa. Foi um escândalo! “Estava bom, não sei o quê...”

Meu pai foi posto para fora de casa pelo meu avô, pai dele, quando tinha 12 anos, porque era um dos quatro pretos de casa. Minha tia Pastora, sua irmã, contava essa história. O pai deles era um galego maior que eu, dos olhos azuis. Só que minha avó era aquela preta imensa, dona Belarmina. E ele botou para fora de casa meu pai, meu tio João, meu tio Antonio e a tia Pastora. Tia Pastora era preta que, se ficasse em um canto escuro de parede, você só ia identificar se ela abrisse os olhos ou risse. Gente muito fina. Meu pai foi criado pelo irmão mais velho, tio João, que também tinha sido botado para fora e tinha 15 anos. Então, meu pai tinha essa consciência da negritude, mas ficava quieto, na dele, não chiava. Eu é que sabia da história.

Joseanes Lima dos Santos

Minha mãe e meu pai sempre trabalharam muito no sentido de afirmar a nossa identidade de gênero e raça. Ela era analfabeta e ele tinha a quarta série primária. Meu pai era soldado da Polícia Militar e ganhava muito pouco. Por conta disso, minha mãe teve que entrar no mercado de trabalho para suprir as necessidades. Ela era costureira e vendedora ambulante. Eles trabalhavam fora, mas minha mãe nunca deixou a gente desocupada. A gente sempre trabalhou no ambiente doméstico para que não pudesse ficar na rua. Eu tive uma infância na periferia de Aracaju, no bairro América, que sempre foi daqueles bairros de que as pessoas mais falam mal na cidade. Ninguém queria morar lá. Era o bairro que tinha a penitenciária, então você cria uma relação negativa com aquela região. Mesmo morando na periferia, eu sempre tive relação com meninas brancas, até porque a única criança negra que tinha na redondeza em que eu estudava era uma menina que morava afastada e trabalhava fora com a mãe. Ela não tinha tempo de ficar brincando com a gente. E essas outras crianças brancas, que eram meninhas mesmo, bem próximas, a gente brincava muito. Quando chegamos a certa idade, mesmo sendo vizinhas e amigas, elas começaram: “Sua neguinha!” Aí eu voltava para casa: “Mãe, fulana me chamou de neguinha.” Minha mãe dizia: “Diga a ela que você é neguinha com muito orgulho.” A gente voltava: “Minha mãe disse que eu sou neguinha com muito orgulho.” Isso aconteceu por muitos anos. As meninas da minha casa sempre repetiam isso: “Eu sou neguinha com muito orgulho.” E com isso aconteceu o quê? Aconteceu que isso afirmou a nossa identidade racial. A gente nunca teve a preocupação de negar a identidade de criança negra. Por mais que convivesse com pessoas de pele clara, com essas meninas brancas também da periferia, eu nunca neguei a minha identidade negra, por conta desse referencial de valorização que minha mãe e meu pai sempre colocaram para a gente.

Outra questão que também contribuiu muito para que as mulheres lá de casa tivessem certa firmeza do ponto de vista das relações sociais foi ela dizer: “No dia em que seu marido levantar a mão para você, bater em você, pode voltar para casa porque você tem pai e tem mãe.” Dessa forma, a gente sentia segurança do ponto de vista racial, quando criança, e segurança

enquanto mulher. E o resultado foi o seguinte: a gente conseguiu se centrar na formação da nossa identidade.

Hédio Silva Júnior

Em relação à questão racial, meu pai tinha um discurso que depois eu localizei com frequência em relatos de amigos e de militantes. Era um discurso que tinha um componente racial implícito. Eu fui o primeiro neto, e meus avós paternos, com quem eu tinha uma relação muito próxima, sobretudo meu avô e meu pai, eles me diziam que eu tinha que ser melhor do que os brancos. Então é um pouco o discurso do enfrentamento que tinha um componente racista, na verdade. Hoje eu localizo como um componente racista, porque nós tínhamos que ter um plus de competência. Era a única forma, ou possivelmente a forma que ele entendia que nos permitiria conquistar espaço social. Eu me lembro de um diálogo apenas em que a gente falou um pouco mais abertamente sobre isso, eu e meu pai.

Minha mãe, não. Ela, que era aparentemente branca, vivia frequentemente uma experiência muito dolorosa, quando as pessoas indagavam se nós éramos adotados. Era uma coisa que, em geral, a magoava muito. Eu me lembro de várias passagens em que ela falava sobre isso com muita emoção. E de outra parte ela dizia: “Vocês são negros lindos. Vocês são muito bonitos.” Ela se preocupava com isso. Meu pai tinha mais a coisa do desempenho no espaço público, da disputa, da concorrência, e a afirmação pela competência, digamos assim. E minha mãe tinha mais a coisa da constituição da gente, da relação com o corpo.

E o interessante é que eu entrei para a militância com 18 anos, e meu pai se posicionou contrariamente. Mas muito mais com medo da repressão. Isso foi em 1979, em que a memória da repressão estava muito viva, num país ainda ensaiando a mudança de regime político. E ele havia sido militar, tinha se desengajado um pouco antes, na verdade, do golpe de 1964. Então ele era muito preocupado com isso. Já minha mãe, não. Minha mãe deu total apoio quando eu fui para o movimento negro. Ela disse: “Que legal.” Então, de fato, a forma como ambos lidavam com isso em casa era diferente, com linguagens diferentes, com graus diferentes de explicitação.

Helena Machado

Claro Conceição Machado era o nome do meu pai. E o nome da minha madrinha era Branca. Eles eram amigos. Ele era o Claro, ela era a Branca, mas todos negros que se puxavam. Todos contemporâneos. É interessante botarem esses nomes. E a outra amiga — mas essa era retinta, daquelas que o beiço não é grosso, ele revira —, o nome era Morena. Era amicíssima da família. Meu pai dizia: “Morena, eu vou na Branca...” Elas moravam no Centro de Porto Alegre também, Riachuelo, por ali.

Seu pai fazia alguma reflexão sobre o nome, sobre essas questões, a amiga Branca...?

Nada. Quando eu fiz 15, 16 anos, uns rapazes começaram a ir lá em casa, a querer rondar... Naquele tempo era tudo muito lento. O rapaz vinha lá na beira do muro, depois era uma coisa para chegar na porta e entrar. E o pai só disse assim para mim: “Nem muito preto nem branco. Tem que ser um como nós assim.” E isso ele sempre repetiu. Que tu achas?

PROFESSORES E FORMADORES

Mariléia Santiago

Quando estava no primário, no Colégio São Francisco de Assis, em Porto Alegre, tinha sempre que recitar poesias. Hoje eu vejo, em termos da minha militância, como eu aprendi dentro dessa escola com as irmãs francesas. Todo final de mês a gente declamava. E tinha uma irmã, a irmã Plácida, que sempre tinha preocupação comigo, de me colocar em evidência. Claro que eu era a única menina negra da escola. Essa irmã já tinha certa idade e me chamava a atenção por ser francesa e ter aquele sotaque. E toda vez que tinha que recitar poesia, ela colocava alguma poesia com a questão da conscientização racial. Eu sempre me lembro de uma das primeiras poesias que ela me ensinou e guardo essas duas quadriínhas com muita emoção: “Sou pequena e pretinha, bonitinha como a flor. Tenho pose, sou galante e gosto da minha cor. Eu acordo bem cedinho para escola eu ir, encontrando à minha espera Sônia, Maria e Nadir.” A poesia devia ter umas dez estrofes, mas essas duas me marcaram muito.

Outra coisa também: como era uma escola católica, sempre tinha a coroação da Nossa Senhora. E naquele ano ela disse: “Esse ano não vai ter anjo. Esse ano são pastorinhas.” Era aquele grupo de meninas que ia para a igreja, para ficar em volta da Nossa Senhora com aquele terço todo, que faziam de papel crepom na época. E ela colocou as pastorinhas para cantar. A cada intervalo do terço, a gente cantava uma trovinha ainda em latim. Então era uma coisa muito importante. E ela me marcou muito, porque ela disse: “Esse ano vai ser saia estampada com a blusinha branca, e todo mundo com uma cestinha jogando flores.” Ela mudou tudo, e a igreja não podia falar nada, porque eram as pastorinhas, e entre as pastorinhas podia, na época, ter uma negra. Já o anjinho tem que ser loiro dos olhos azuis.

Ivanir dos Santos

Eu tive uma pessoa muito importante na minha vida, que era um professor de música. Ele tinha trabalhado com o João Goulart, e estava na Funabem justamente por conta da perseguição política. Chamava-se Luís Gonzaga Pires e, coincidentemente, também tinha sido aluno do Serviço de Assistência ao Menor. Ele era casado com uma mulher negra. E com esse homem eu aprendi duas coisas. Primeiro, foi o despertar da consciência racial — não da consciência política, mas do problema, porque ele protegia os negros da banda. E, ao mesmo tempo, ele dizia o seguinte: “Vocês têm que ser os melhores, porque a cor não ajuda.” Era assim que ele tratava da questão racial. É o discurso de famílias conservadoras, pobres e negras: “A cor não ajuda.” Sei que o que ele queria dizer para mim era o seguinte: “Pelo fato de ser negro, você não encontra facilidades na sociedade. Vocês têm que ser os melhores.” Ele foi um cara importante na minha vida, por isso.

Frei David

Entrei para o seminário e, no meu primeiro embate lá dentro, arrumei a mala para vir embora. Entrei em março, e em 13 de maio, a turma, cuja maioria era de origem alemã e italiana, do Sul do Brasil, inventou de comemorar a Lei Áurea no refeitório ao meio-dia. Pegaram uma mesa, botaram no meio do refeitório e deram o toque de navio negreiro. E naquele dia os negros seminaristas deveriam sentar naquela mesa para almoçar. Era a mesa navio negreiro, uma homenagem, uma brincadeirinha que eles iam fazer com os negros. E como eu nunca me imaginei negro, sempre me vi como alguém “queimadinho da praia”, das praias capixabas, e não muito mais do que isso... Eu pensava: “Sou moreno porque sou mais de praia e ponto final.” Não assumia minha negritude. E então, frente a esse fato, criou-se um clima muito difícil. Na verdade, eu nem tomei para mim a missão de sentar naquela mesa do meio. Sentei normalmente nas mesas laterais, como os demais brancos. E na hora da brincadeira alguém gritou: “Épa, tem uma cadeira vazia. Falta alguém. É o David.” Então foi lá meia dúzia de alemães grandões me puxar pelas pernas, pelos braços e me botar na cadeira, no meio da mesa. Eu disse: “Espera aí. Vocês estão me ofendendo publicamente. Vocês estão me agredindo, estão me chamando de negro diante de todo mundo. Isso é agressão. Não aceito uma coisa dessas.” E assim que me soltaram no meio daquela mesa, eu enfiei a mão na jarra de água, derrubei uns dois copos, quebrei algumas coisas e saí, fui para o meu quarto para arrumar a mala e vir embora.

E ali teve um formador que foi um cara muito estratégico, muito capaz, muito bem preparado. Eu já estava arrumando a mala, e ele disse: “O que houve?” Eu disse: “Me chamaram de negro, me agrediram, portanto estou ofendido e vou embora.” Ele disse: “Tudo bem, se você quer ir embora, você vai. Mas faz o seguinte: fica ao menos até hoje à noite para a gente conversar. Vamos conversar um pouquinho, eu quero sentir melhor o que está acontecendo. Depois você vai embora. Não tem nenhum problema. Você quer ir, vai. Você é adulto.” À noite, fui lá para o quarto dele, após o jantar. E ele criou todo um clima tranquilo: “Qual é o seu time?” Eu disse: “Sou Flamengo.” Elogiou o Flamengo e, de repente, ele disse: “Você tem aí a foto de sua mãe?” Eu disse: “Tenho sim.” Enfiei a mão na carteira, peguei a foto

da mãe e mostrei para ele. Ele olhou: “Sua mãe é branca?” Eu disse: “Lógico. Eu sou branco, minha mãe tem que ser branca.” Ele cortou o assunto e, assim que percebeu que eu estava totalmente descontraído, fez a seguinte pergunta: “Tem uma foto do seu pai?” Eu disse: “Não tenho, não.” Ele disse: “Não tem?” Eu disse: “É, freí, ter, eu tenho, mas está lá na mala.” “Vai lá buscar.” Eu disse: “Mas a mala já está fechada e eu estou pronto para ir embora...” “Você vai embora, e eu quero conhecer pelo menos o seu pai de foto.”

Eu abro a mala, pego lá no fundo a foto do pai, trago e mostro para ele, todo humilhado. E ele diz: “Seu pai é negro!” Aí deu um choque geral. Parado, nem saí do lugar, nem para frente, nem para trás, nem baixava. Ele pegou um copo d’água e disse: “O que está acontecendo?” Eu não conseguia falar, e ele disse: “Olha, você sofre de uma doença grave de que você não é culpado. Você sofre de uma doença perigosíssima, contagiente. Ela chama-se ‘ideologia do embranquecimento’. E só você tem o remédio para derrubar essa doença. Se você não trabalhar, não atacar essa doença, vai te estragar todo e você vai ser uma pessoa sempre sofrida.” Eu disse: “E como é essa doença?” Ele falou: “Essa doença leva a pessoa a rejeitar seu povo, sua raça, sua etnia.” Ele apontou para ele: “Eu, alemão, leio livro em alemão sobre meu povo toda semana. Tudo ligado à Alemanha eu estou lendo, estudando minha cultura, meu povo. Estou alimentando e mantendo. E você faz isso?” “Não senhor. Eu nunca li um livro sobre o negro.”

E aquilo ali começou a me despertar uma questão estranha: “Puxa vida, meu pai é negão, nunca falou nada sobre o negro para mim.” Aí comecei a fazer a releitura, voltar na história: meu pai praticamente neutralizou os filhos dele da família dele. Ou seja, nós todos nascemos sem conhecer a família dele. Ele se afastou de vez da família dele e nos ligou de vez à família da mãe, que são brancos. Comecei a entender como se desenvolvia em nós, em mim e em meus irmãos, a rejeição da questão racial.

Ali, em 1976, começou o despertar da consciência racial, a leitura crítica das relações raciais no Brasil e o quanto isso estava muito mal resolvido, o quanto isso era uma fonte de estrago de vida, porque o bonito é a pessoa se amar conforme Deus a criou. E se eu vivia aquilo, comecei a me perguntar: “Como é que vivem os demais negros?” E descobri que todos os negros do seminário — eram poucos, éramos oito, comigo — também negavam sua cultura racial. E comecei, na sociedade, na cidade, em reuniões, aonde eu ia,

tentava me aproximar de pessoas negras e puxar o tema do negro. E descobri que, de cada dez, nove não queriam nem papo sobre esse assunto. Então eu percebi que a rejeição estava em grau exageradamente forte, era um problema, um problema nacional. Decidi que a partir dali eu não queria ser franciscano porque São Francisco tem uma proposta de vida e tem um projeto de sociedade. Eu queria ser franciscano porque eu queria botar essa estrutura de Igreja e de franciscano a serviço de um assunto que não é bem trabalhado, que é a questão do negro.

Diva Moreira

Em 1967 eu estava com um pé na universidade, iniciando o curso de comunicação social na Universidade Federal de Minas Gerais, e um pé na luta contra a ditadura, participando de manifestações, passeatas estudantis, correndo de polícia, correndo de bomba de gás lacrimogêneo... Eu tinha a minha inserção na faculdade, a minha inserção no movimento jovem da Igreja católica, e era uma pessoa extremamente ativista. E aí conheci José Francisco Neres, o pai da minha filha, que era do Partidão, do glorioso Partido Comunista Brasileiro, em 1968, nas manifestações operárias do 1º de Maio. Eu também tive uma inserção no movimento sindical a partir da amizade com ele. Depois a gente começou a namorar. Eu era muito ligada a ele. Até hoje somos ótimos amigos, apesar dos mais de 20 anos de separação.

Mesmo com tudo isso, a questão racial não emergia. Não emergia em mim. Em todos esses movimentos sociais, em todos esses contextos sociais dos quais eu fiz parte, em toda a minha rede de relações, nunca a questão racial emergiu! Era uma coisa que não existia. No Partido Comunista, nada; na Igreja católica, nada: éramos todos filhos de Deus; no movimento estudantil, nos movimentos de esquerda, essa questão não emergiu. Ela sequer poderia ter sido chamada na época de epifenômeno, de uma questão de superestrutura, porque não existia. Era a invisibilidade total e absoluta da questão racial naquela época. E eu comecei a perceber quando fui fazer mestrado em ciência política, também na UFMG, em 1972. Foi um professor louro de olho azul, Benicio Viero Schmidt, na ciência política, a pessoa que, pela primeira vez, me chamou de negra.¹³ E falou assim: “Você gostaria que eu te apresentasse ao professor Frank Bonilla?” — que era um pesquisador especializado no Caribe que morava nos Estados Unidos e trabalhava com a questão racial.¹⁴ Ou seja, eu já era velhinha, com meus “vinte e caquerada”, quando ele chegou para mim para me perguntar se eu gostaria que ele me colocasse em contato com o Frank Bonilla para, eventualmente, ir para os Estados Unidos para estudar com o Frank, porque eu era negra. Foi a primeira pessoa que fez esse tipo de abordagem.

Naquela época, a questão racial estava no porão da minha mente. Alguma outra coisa que aparecia, uma palestra, eu ia; algum livro que caía na

minha mão... Por exemplo, eu li, muito lá para trás, um livro de James Baldwin, e desse livro eu aprendi uma lição que se encarnou em mim profundamente: os negros têm que fazer o dobro do que os brancos fazem para serem reconhecidos pelo menos a metade.¹⁵ Então essa questão do desempenho excelente, de pelo menos tentar ser muito boa, fazer o melhor, ser muito exigente, rigorosa, está muito presente em mim, graças ao autor americano chamado James Baldwin. Mas não me interessei pela sugestão de conhecer o Frank Bonilla. Já estava com mil inserções aqui, então não me interessei pela questão racial. Mas aí, pouco depois, Thomas Skidmore esteve, jovem ainda, na universidade para falar da pesquisa que estava realizando. Ele foi convidado para fazer uma palestra sobre a pesquisa que derivou no livro Preto no branco.¹⁶ Então, a partir da ciência política, meu interesse teórico pela questão racial aumentou.

Jurema Batista

Virei presidente da Associação de Moradores do Morro do Andaraí em 1980. Nesse mesmo ano, eu estava na Faculdade Santa Úrsula, e a questão racial ainda não estava na minha cabeça. Nós tínhamos o Centro Acadêmico de História Luiz Gama, que era dirigido por um grupo de negros da Bahia.¹⁷ Um dia ia ter um debate e me convidaram: “É para discutir sobre esse negócio de negro.” Eu falei: “Eu? Não quero saber disso. Está ficando maluco?” Disseram: “Porque tem racismo no Brasil.” Eu falei: “Que racismo? Onde é que vocês inventaram esse negócio? Era só o que faltava. Vocês estão trazendo coisas dos Estados Unidos para cá. Não tem esse negócio aqui não, só na África do Sul.” Nisso, começou a aula. Daqui a pouco entra um rastafari na minha sala e diz: “Vamos lá que a gente está te esperando. Vai ser um debate maravilhoso.” Fui para o debate a laço!

Cheguei lá e quem estava na mesa? Carlos Alberto Medeiros, Lélia Gonzalez e esse rapaz que foi me chamar na sala, que depois veio a ser meu assessor no meu primeiro mandato de vereadora e foi até assassinado, o Hermógenes.¹⁸ Cheguei lá com o Carlos Alberto Medeiros falando daquela forma como ele falava, e ainda por cima era muito bonito na época, muito rapazinho. E a Lélia falando daquele jeito como ela falava, maravilhosa. Aquela forma contundente como ela falava, apaixonada. Mas eu briguei emocionalmente com ela. Eu falei: “Essa mulher está ficando doida. Onde é que essa mulher arrumou isso?” Foi muita resistência, mas, ao mesmo tempo, alguma coisa ela falou que me tocou tão profundamente que eu comecei a ir aonde eu sabia que ela estava. Se eu soubesse assim: “A Lélia Gonzalez fará uma palestra na Fundação Getulio Vargas.” Eu vinha e ficava ouvindo. Aí entendi tudo. Foi exatamente nesse momento que eu tomei consciência da questão racial. E fiquei muito brava. Era uma “militante pitbull”. Porque eu fiquei com muita raiva. Depois é que entendi isso, no processo psicanalítico, inclusive. Porque fui enganada. A vida inteira eu bebi na tal história de que no Brasil não tinha racismo. Quando eu descobri que existia... As pessoas faziam as denúncias e eu comecei a ver: realmente, eu morava na favela, e via como a polícia tratava as pessoas, qual era o nível de escolaridade delas etc. Eu vivia ali no caldeirão e sabia que aquilo era verdade.

Sueli Carneiro

Mas o ponto mesmo emblemático para mim, na trajetória que fiz como militante, foi quando eu vi pela primeira vez a Lélia Gonzalez numa palestra na Biblioteca Municipal de São Paulo. Isso deve ter sido entre 1978 e 79. De fato, quando eu ouvi a Lélia Gonzalez, descobri o que eu queria ser quando crescesse! Do ponto de vista político. Porque a Lélia veio resolver o pedaço que faltava em toda efervescência desse debate, e que era fundamental para minha experiência pessoal, para minhas inquietações: como pensar a questão de gênero, a questão específica da mulher negra no contexto da luta racial? E quando eu ouvi a Lélia, parecia que ela estava dentro do meu cérebro organizando tudo o que me inquietava, tudo o que eu sentia, que eu não conseguia formular. Parece que ela botou ordem na casa. E a partir daquele dia eu sabia perfeitamente o que eu iria fazer: construir a minha militância articulando as duas questões, de gênero e de raça. Dali surgiu um engajamento mais profundo com o movimento de mulheres, com o movimento feminista, e passei a pensar formas de organização específicas de mulheres negras.

Magno Cruz

Eu entrei efetivamente para o Centro de Cultura Negra do Maranhão, CCN, em 1983. Aí já conhecia Mundinha Araújo porque um amigo lá do bairro da Madredeus era primo dela.¹⁹ A família da Mundinha gostava muito de festas e se reunia sempre. A gente se encontrava e ela sempre me convidava para o CCN. A Mundinha andava com o livro de ata de fundação do CCN para ter um número suficiente de pessoas. Inclusive, até cheguei a assinar a ata em 1980. Eu sou fundador fictício, porque não fui fundador orgânico que estava lá no início, nas primeiras reuniões, que tiveram as participações de Gilberto Gil e outras figuras de nível nacional que estavam por aqui e participaram realmente da fundação do CCN, no dia 19 de setembro de 1979. Aí, quando tinha alguns seminários, ela me convidava. Eu participava dos seminários.

Qual era a minha resistência em me engajar no trabalho do CCN? Eu não me considerava negro. Inclusive o meu apelido na faculdade era “Moreno”. As pessoas que não conheciam meu nome sempre me chamavam de Moreno. E eu era crente que eu era moreno. Essa questão da identidade é muito complicada, não é? Eu não dizia que não ia porque não me considerava negro. Mas no fundo eu tinha essa resistência. Pensava: como ia participar de uma entidade do movimento negro se eu não me considerava negro? Mas, com os seminários e com as palestras, que houve muito, eu fui mudando. Vieram vários historiadores, o Joel Rufino veio dar cursos etc.²⁰ A Mundinha deu o encaminhamento que eu acho que foi o melhor possível, porque foi de formação.

As primeiras reuniões que eu fui no CCN eram reuniões de estudo. Era uma sala, talvez um pouquinho maior do que essa aqui; quando iam mais de 30 pessoas, tinha que ficar gente do lado de fora. E era texto para a gente ler, jornal para a gente ler, para discutir, livros... Eu tinha que levar um livro para casa e, na outra semana, eu devolvia para alguém ler. Então foi formação mesmo, para a gente aprender. Ninguém sabia nada sobre a história do negro. E aí, com esses cursos, esses seminários de que eu fui participando, eu fui percebendo que era negro.

Tinha muita coisa que o pessoal falava que eu me remetia à minha vida. Aí eu vou descobrir por que eu fui estudante profissional até 18, 19 anos, e meu irmão trabalhou desde os 13. Por que meu irmão trabalhou mais cedo e eu não? E por que investiram tanto em mim? Porque, na realidade, eu era o mais claro. Meu irmão era mais escuro do que eu. E existe esse tratamento diferenciado dentro de famílias de afrodescendentes: os mais clarinhos são mais poupadinhos. Aí descubro outras coisas. O pessoal do Liceu montou um grupo para estudar. Tinha um colega nosso que era branco, a família dele era do interior, o pai dele tinha sido prefeito e quando terminou o mandato dele veio morar aqui. E tinha uma certa estrutura, uma estabilidade financeira, e a mãe dele era diretora de um colégio. E a gente só tinha aulas de manhã e de tarde. À noite a gente ia para esse colégio estudar, era o local onde a gente estudava. Então antes a gente tinha que passar na casa dele, todo mundo se encontrava lá, e de lá a gente pegava a chave e ia para a escola a pé. E eu me lembro bem que no começo ele sempre dizia assim: “Esse aqui é Magno e ele é o melhor aluno da turma.” Aí, fazendo parte do movimento negro, eu vou descobrir que aquilo já era uma forma de discriminador, como quem diz assim: “Apesar de ser negro ele é o melhor aluno da turma.” Isso foi um choque para mim. Porque ser militante não é aquele deslumbramento, você também descobre muita coisa ruim. Claro que eu continuei sendo amigo dessas pessoas, mas sempre lembrando dessas coisas que eles diziam. Aceitavam a minha presença, não por eu ser eu, mas por eu ser o melhor aluno da turma. Então todo mundo fazia questão de estudar comigo. E para me apresentar para uma família branca eles tinham que justificar por que eu estava ali.

OUTROS NEGROS

Josilene (Jô) Brandão

Quando eu já tinha terminado o primeiro grau, fui ser professora. Eu tenho uma coisa muito interessante, mamãe dizia: “Parece cigano, vive no mundo.” Porque as coisas me incomodavam. Eu fui para a comunidade e vi que os meninos não sabiam ler e não tinham escolas. Aí fui inventar de ensinar às crianças. Tinha umas igrejas, aquelas capelas que as pessoas fazem no interior, e comecei a ir todo dia dar aulas para os meninos lá. Comecei a alfabetizar crianças de várias comunidades. E mamãe dizia: “Como é que ela vai dar aulas para esses meninos? Quem vai pagar?” Mas eu não tinha nada para gastar no interior mesmo. Um dia, a comunidade mais perto que tinha escola formal me convidou para dar aulas na escola. Aí já era outra coisa, porque era a prefeitura que queria contratar uma professora. E a comunidade queria que fosse eu.

Em meados dos anos 1980, o Centro de Cultura Negra do Maranhão, CCN, realizava os primeiros encontros de comunidades negras. No ano de 1987 foi o II Encontro de Comunidades Negras do Maranhão, e o assunto era “educação”. Eles tinham feito um trabalho de identificação das áreas de quilombo, e então convidaram várias comunidades rurais. Mandaram um convite para a comunidade e as pessoas me mandaram para o Encontro, porque ia tratar da questão do negro e de educação. Foi a primeira vez que eu tive contato de fato com o movimento negro. E foi um momento marcante, porque era eu me descobrindo enquanto negra. Porque tinha a coisa de ser “morena” da família, mesmo sendo negra, mas tratando isso de outra forma. E quando cheguei no Encontro foi uma coisa muito bonita, porque foi a primeira vez que eu vi tantos negros reunidos e todo mundo muito bonito. Foi um momento que eu registrei, porque foi como se eu tivesse me achado. Quando entrei naquele auditório, tudo era negro, eram negros e negras. Era como se eu tivesse entrado e me visto. Foi essa sensação, que eu guardo até hoje: de ter me visto ali.

Eu digo que foi o lugar em que eu me achei, porque me vi igual àquelas pessoas. É a questão da autoestima: era como se eu tivesse me encaixado naquele lugar muitíssimo bem. Então fiquei super-emocionada de conhecer as pessoas do movimento negro: o Magno Cruz, a Socorro Guterres...²¹

Tenho muita lembrança do CCN. As pessoas nem sabem dessa história. Eu guardo isso com muito carinho, porque foi como se fosse nascer de novo. E também era a primeira vez que eu me sentia uma mulher negra e bonita, porque eu olhava as mulheres parecidas comigo e todas muito arrumadas. Então era diferente dos outros lugares em que eu tinha estado. É o momento em que descubro a minha própria identidade, de saber de onde eu vim e tal. Então foi o momento mais bonito da minha vida de militância, porque ali conheci pessoas, conheci o movimento e aprendi muitas coisas da vida que eu tinha diferente, como, por exemplo “ser morena”. O que era isso? Havia muitos debates sobre “ser negro”. Então ali eu comecei a aprender de fato — porque aprendizado é para a vida toda — o que era o movimento negro e o que ele significava. Foi a primeira vez que eu fui para o reggae, por exemplo.²² No meu bairro, o reggae era discriminado porque era coisa de marginal — esse era o senso comum. E eu também “viajava” nisso por não conhecer. Eu não tinha nenhum conhecimento do que significava isso. E sofria discriminação sem perceber que era assim. Eu tinha um namorado que era negro e as minhas colegas achavam esquisito: “Por que você está namorando esse negro?” Eu dizia: “Mas nós também somos negras. Qual o problema?” “Ah, não!” E às vezes não queriam sair e tal. E lá, nesse encontro, eu percebi esse universo ouvindo o Magno e outras pessoas falando o que era o movimento negro.

Voltei para a casa como se fosse outra pessoa. Já voltei totalmente com o discurso do que era ser negro, essa coisa toda. Então foi um passo super-importante na minha vida de militante, que já era militante de outras coisas, mas não necessariamente dessa causa negra.

Edna Roland

Uma coisa que meu pai fez logo que eu entrei no primeiro ano do ginásio, aos 11 anos, foi me colocar no curso de inglês e na aula de datilografia, que era o correspondente ao computador de hoje. Eu fiz curso científico no Liceu de Goiás e, no segundo ano, com 16 anos, concorri a uma bolsa de estudos e fui aprovada. Fui então para os Estados Unidos num programa de intercâmbio do American Field Service.²³ E fiquei morando durante um ano com uma família branca americana em Dixon, uma pequena cidade da Califórnia, que tinha cerca de quatro mil habitantes. Nessa cidade não havia negros, havia um pequeno grupo de mexicanos. A família onde eu fiquei era uma família Wasp: branca, classe média, protestante...²⁴ E eu, nessa época, quando cheguei nos Estados Unidos, não me considerava negra ainda, apesar de já ter vivido experiências de discriminação, especialmente no período em que vivi no Ceará.

Teve um momento que foi fundamental do ponto de vista do desenvolvimento da minha consciência racial. Um dia, os alunos da minha classe, nós fomos para Sacramento, que é a capital do estado da Califórnia. Se minha memória não falha, fomos para uma representação das Nações Unidas. Os estudantes de cada escola iam representar um país, uma simulação das Nações Unidas. Estávamos vindo em um ônibus, os alunos da minha escola, e vinha vindo um outro ônibus cheio de estudantes negros. E quando estávamos quase chegando lá no local, ouvimos barulhos de bombas explodindo. Esse era um momento bastante tenso nos Estados Unidos, um momento de rights,²⁵ não é? Não sei se eram bombas ou fogos de artifício, mas soavam como bombas. E o barulho das bombas e a aproximação de um ônibus cheio de estudantes negros fizeram com que todos os estudantes do ônibus em que eu estava entrassem em pânico. E eu, junto com os demais colegas, também comecei a sentir medo. Nesse momento, imediatamente parei e pensei: “Mas por que estamos com medo?” E eu percebi que nós estávamos tendo medo dos estudantes do outro ônibus. E percebi que se estava tendo medo dos estudantes do outro ônibus porque eles eram negros. Então parei para pensar e falei: “Mas como? Como é possível se ter medo de outra pessoa porque ela é negra? Afinal de contas, o que é isso?” Esse é um momento marcante na minha história, porque é o momento em que eu

tomo consciência: “Eu sou negra. Como é que eu posso sentir medo dos outros estudantes que estão lá?”

Hédio Silva Júnior

Três fatores colaboraram para a minha entrada na militância. O primeiro é que há um tio, Jorge, que é nove anos mais velho que eu, que durante muito tempo foi meu super-herói. Nós íamos passar as férias de verão e de inverno em Minas. Ele era irmão do meu pai. Ele que me ensinou a andar de bicicleta, a nadar, aquelas coisas. E eu ficava fuçando as coisas dele, eu queria ser ele e, com 12 anos mais ou menos, encontrei um livro que era uma biografia do Martin Luther King, que ele havia lido.²⁶ Eu fiquei encantado com aquilo. Era uma biografia muito ilustrada, com muitas fotos. Eu li o livro e fiquei com aquilo na cabeça: “Que legal que nos Estados Unidos tinha uma negrada que ficava junto.” A biografia falava muito também sobre a mulher do Martin Luther King, a Coretta, a família, a trajetória dele. Este fato foi, um pouco, digamos assim, um start em termos de elaboração mesmo, de começar a racionalizar experiências que obviamente nós vivenciávamos no cotidiano, com as piadas, com a convivência com os colegas, e também em situações de conflito, com a coisa do macaco, com as ofensas que tinham um componente racial explícito.

Então tem esse episódio desse livro. Depois, o pai do meu primeiro amigo em São José dos Campos havia sido militante de esquerda na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Ao contrário do meu pai, que foi para São José para tentar uma vida melhor, ele havia ido para lá para fugir da ditadura militar. É um comunista até hoje, o Paulo Lelis. E o senhor Paulinho era um comunista negro que de vez em quando dava uns toques para a gente. Eu me lembro de uma época em que eu fiquei apaixonado por camisas que reproduziam insígnias militares das forças armadas norte-americanas, por exemplo. Estava na moda e eu queria ter uma camisa daquelas. E aí ele me deu um toque sobre os Estados Unidos, sobre o imperialismo: “Eles querem mandar no mundo... a guerra fria...” E ele falou sobre o comunismo, que seria um outro regime político. Então, o senhor Paulinho foi um pouco o guru que, de alguma forma, me despertou — eu tinha 15 anos, adolescente —, que ajudava a gente a pensar criticamente as relações, não especificamente a questão do racismo, mas pensar criticamente a sociedade, a história da exploração do trabalho. É um pouco o cara que vai engajar mais a mim do que ao próprio filho, porque eu

me tornei um militante, e o filho dele não.

O terceiro fator ocorreu quando eu tinha mais ou menos 18 anos, por volta de 1979, e estava procurando emprego. Estava terminando o Colégio Técnico Industrial e era muito cedo, aquele horário em que a gente sabia que quem estava no ponto de ônibus estava procurando emprego. E tinha um cara negro e a gente se cumprimentou. Isso é uma coisa que ainda hoje é muito frequente: em geral, quando se cruzam, os negros se cumprimentam, se reconhecem, sobretudo se for num espaço em que a presença negra não é tida como natural. Digamos, nos corredores da universidade, no aeroporto... Você cruza com um negro, as pessoas se reconhecem. Enfim, a gente falou “Oi”. E ele me deu um jornalzinho cujo nome era Pixaim, de uma organização negra chamada Movimento Sócio-Cultural da Comunidade Negra de São José dos Campos. E aí eu me lembro que fiz logo uma crítica a ele: “Vocês precisam trabalhar para divulgar mais o movimento, as pessoas não conhecem.” Ele disse: “Pois é, quem sabe você pode ajudar a gente a divulgar?” Fui e estou até hoje.

O contato com esse grupo foi um fato que marcou a minha vida. Comigo foi uma coisa de entrega total. Três meses depois eu era editor do jornal, do Pixaim, que me rendeu vários dissabores no grupo. Eu estava chegando e diziam: “Já se tornou logo editor? Acabou de chegar.” E a gente tinha trabalho. É uma cidade pequena São José dos Campos e, aos sábados de manhã, a gente ia para uma feira de artesanato. A gente ficava ali fazendo discurso para as pessoas, panfletando. Basicamente, naquela época, a gente dizia que havia um problema racial no Brasil e tentava convencer as pessoas de que era um problema grave.

Amauri Mendes Pereira

Na universidade eu também vi o racismo. Era coisa séria, porque a gente era um grupo — eu, Yedo, Denival, Carlos Magno, Luiz Carlos, João Carlos e outros —, e tinha uma coisa interessante, para a qual um dia nós despertamos.²⁷ No Fundão tinha o bandejão com mesas redondas.²⁸ E nós éramos oito, nove ou dez, e as bandejas eram grandes, só cabiam no máximo quatro ou cinco em cima de uma mesa. Então o que a gente fazia? Botava a bandeja no colo. A gente não se separava. Até que alguém viu uma vez e disse: “Por que vocês estão assim?” “Porque nós estamos na nossa mesa.” Mas mesa de quem? Era a mesa dos negros. Em todas as outras mesas só tinha brancos. É interessante essa questão da identificação. A gente não se dizia “os negros”, e ninguém dizia para nós que nós éramos os negros e por isso estávamos separados. Não era assim. Era realmente algo que foi sendo percebido.

Carlos Alberto Medeiros

Uma coisa que me marcou foram as viagens ao Rio Grande do Sul. Minha mãe é de Jaguarão, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai. Eu nunca fui a Jaguarão, mas a Porto Alegre, porque tinha muitas pessoas da família lá. Eu até estava pensando nessa experiência, porque havia duas coisas sobre as quais nos advertiam sobre o Rio Grande do Sul: uma era o frio e a outra era o racismo. E eu tive experiências ambíguas com as duas. Por quê? O frio, eu descobri que também podia ser uma coisa legal. Descobri lá que gosto de frio. Claro, bem agasalhado, se não estivesse chovendo, você podia curtir bem o friozinho.

E a coisa do racismo como era? Era uma situação completamente diferente daqui, porque havia uma linha nítida de separação. Negros e brancos podiam conviver no trabalho, podiam até, de repente, torcer pelo mesmo time de futebol, mas o que as pessoas chamam de vida social — as festas e os clubes — era absolutamente segregado. Ou seja, não aprendi sobre segregação lendo alguma coisa sobre os Estados Unidos. Eu vivi a segregação. Você tinha os clubes de negros, como o Floresta Aurora, Marcílio Dias, Satélite Prontidão, e nas festas, tanto em casa quanto nos clubes, você não via brancos. Eles não iam. Não eram convidados, assim como os negros não iam aos clubes dos brancos, nem tampouco eram convidados. Não era por classe, era por raça. Porque mesmo na favela havia festas para negros e festas para brancos. E mesmo nos sindicatos. Era absolutamente segregado.

Aí eu descobri outra coisa. Gostam de dizer que a diferença entre Brasil e Estados Unidos está no fato de que aqui a visão é multipolar, você tem várias categorias, e lá você tem negro e branco. Não é nem bem assim lá, nem bem assim aqui. Porque aqui eu descobri que, no Rio Grande do Sul — e depois eu vi que isso não era só lá —, havia uma divisão bipolar. Foi lá que eu comecei a identificar pessoas com a pele mais clara, com a aparência menos negroide, como negras, porque elas não podiam ir nas festas dos brancos.

Ao mesmo tempo, eu descobri que, tal como o frio, aquilo também tinha um

lado muito interessante, porque eu me sentia muito bem naquelas festas, naqueles ambientes. Uma coisa que estava clara, logo de cara, é que era um ambiente seguro, no qual eu não seria discriminado. Mas era mais do que isso: era um lugar onde eu me sentia valorizado, onde a menina mexia comigo, diferente dos lugares misturados. Porque aí você tem essa situação: é misturado, mas há uma hierarquia. Está todo mundo no mesmo espaço, mas há uma valorização diferente.

Então, descobri segregação e bipolaridade no Rio Grande do Sul, no Brasil. E percebi, depois, que aquilo se estendia. Não era só no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, mas em cidades do interior de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, em Barra Mansa, Barra do Piraí... A história do clube de negros está por toda parte e, no entanto, querem nos dizer que isso é uma importação dos Estados Unidos. Aí você vai vendo nas histórias de movimento negro nesses lugares todos, como havia uma segregação. Campinas tinha cinema em que os negros tinham que sentar na parte de cima; barbeiros que não atendiam negros e, quando não atendiam negros, não atendiam ninguém que se parecesse negro. Então, eu fui um pouco introduzido também à ambiguidade das relações raciais, aquilo que você pensa: o bom pode não ser tão bom e o que é ruim também pode não ser tão ruim.

Luiz Silva (Cuti)

Na minha casa não havia discussão sobre a questão racial. Muito pelo contrário, havia a manifestação do racismo introjetado. Era a ignorância do meu pai, querendo que o pente de osso passasse até a nuca, com o cabelo crespo. Eram as minhas irmãs com a ideia de namorar pessoas brancas. Enfim, era isso. Agora, tinha uma coisa importante que era a manifestação cultural e também a presença do coletivo. Era uma família grande, e os meus irmãos e minhas irmãs tinham muitos amigos. Então a casa vivia cheia de negros. Essa era a época do jazz, Louis Armstrong aparecendo. Em geral, domingo, a sala onde se comia virava um salão de festas. Domingo à tarde se dançava muito rock, Little Richard, muito jazz. Ali eu aprendi a dançar. Foi nesse ambiente que, pequeno, eu já dançava no colo das minhas irmãs e das amigas. Era realmente um ambiente cultural muito rico. Também com os negros que moravam na mesma rua havia uma troca muito intensa de contatos mesmo, uma coisa muito forte.

Havia uma figura, dona Sinhá, que até está presente em um livro infanto-juvenil que escrevi, chamado *A pelada peluda no largo da bola*.²⁹ Nesse livro eu retrato uma coisa que acontecia muito em Santos quando eu era garoto, que era uma partida de futebol entre negros e brancos. Às vezes, estávamos lá e dizíamos: “Vamos tirar um preto contra branco?” “Vamos!” Aí montávamos os grupos de negros, os grupos de brancos, e fazíamos uma partida de futebol. Tinha aqueles que ficavam no meio e não sabiam onde iam jogar. Então eu resolvi, depois de muitos anos, transformar isso num livro infanto-juvenil, que é uma disputa, no fundo. E no livro aparece essa figura, que é a dona Sinhá, uma senhora negra que vendia cocadas e que, na rua, era quase considerada uma santa. Era uma pessoa de porte de rainha, que colocava aqueles panos na cabeça, aquele vestido de baiana. Ela saía para vender cocadas e, quando voltava, todas as crianças corriam para pegar a cesta da dona Sinhá, porque depois ganhavam umas cocadas. Ela dava. Eu transformei isso numa história, onde há essa disputa entre crianças e depois há uma briga muito forte, um fica com raiva do outro e tal. E a dona Sinhá chega com a cocada e acaba a briga ali dizendo umas palavras e dando a cocada branca para o negro, e a cocada escura para o branco.

Então, esse é um período muito vivo, muito interessante. E a família da dona Sinhá também. Eles eram uns negros muito altivos. Eu me lembro que um deles era um ícone para todos nós, porque era um negro que andava, naquela época, com aquelas motos. Ele tinha uma moto poderosa. Era um cara que trabalhava no cais, chamado Sisenando. Nós tínhamos um orgulho... Quando ele chegava, aquilo era uma admiração para as crianças negras: o Sisenando com a roupa de couro.

Marcos Cardoso

Minha família conversava muito pouco sobre a questão racial, porque também era uma família muito voltada para a luta cotidiana da sobrevivência. Agora, era uma família, na época, muito festiva. Minha mãe era uma pessoa muito ligada à umbanda; meu pai, muito ligado à música, ligado ao samba. O Barreiro, por exemplo, onde eu morava, hoje é um bairro que tem três ou quatro terreiros de candomblé autênticos. Só que depois, com o tempo, você vai descobrindo uma presença forte da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base, presença sindical... Então, como é que eu vou tomado consciência disso? Primeiro, através da música. Através da identificação, por exemplo, com o Michael Jackson, quando criança, que era da minha época, com o James Brown, com a música soul, daí os bailes e a tentativa de organizar a juventude naquele momento.³⁰ Aí é que começa esse processo de discussão. Além disso, como eu morava num bairro operário, a violência era muito presente. No período final da ditadura era um bairro onde a polícia estava constantemente prendendo, averiguando, pegando documentos, humilhando operários... Isso vai criando uma revolta, você acaba virando um rebelde sem causa, e daí começou um processo de formação da consciência para dar o salto para a organização.

Mundinha Araújo

Tinha uma professora na escola em que eu trabalhava que era muito discriminada. Uma das professoras negras. Ela falava baixinho, os meninos pintavam e bordavam com ela, e a gente falava: “Maria José, te impõe mais.” Ela também era filha de ferroviário, mas muito tímida, muito recuada. Aí nós já começávamos a falar dessa história do preconceito racial. Eu tenho a lembrança que a revista Realidade, em 1967, foi o primeiro veículo de comunicação a abordar essa questão do preconceito racial.³¹ Eles fizeram a experiência de mandar para um hotel um casal de negros e um casal de brancos. Aí, para os negros não tinha vaga e para os brancos tinha. Nós levamos isso para o colégio e começamos a discutir. E acho que aí começou.

Em paralelo a isso, meu irmão, que tinha ido para o Rio de Janeiro estudar, voltou para o Maranhão de férias. Ele começou a falar do preconceito que ele não sentia acintosamente aqui no Maranhão. Por exemplo: de a polícia pedir os documentos do estudante negro e não pedir para o branco, se estivessem numa parada de ônibus. E ele começou a falar de muitos fatos que nós aqui não sentíamos. Aí ele disse: “Vocês ainda não perceberam.” Começamos então a ver como o preconceito se manifestava; nem toda vez tinha que ser muito acintoso para que fosse percebido. E a gente, na realidade, não percebia. A gente vivia uma ilusão. Você imagina: morar aqui no Centro da cidade, a quatro quadras da rua principal. Nós não tínhamos essa identidade com o negro de periferia, não se tinha a identidade com o negro. Não sei dizer, vivíamos assim como se fosse a nossa vida, sem perceber a comunidade negra, que estava distante de nós. O fato de ter pai negro, mãe negra, avó negra, isso não nos ajudava, porque eles sempre viveram aqui no Centro da cidade, não iam nas comunidades de terreiro, não eram do interior. Minha mãe era da periferia, mas casou com 20 anos e ficou aqui no Centro.

Aí meu irmão começou a dizer: “Bota isso na cabeça de vocês.” Primeiro, ele disse que já estava começando o movimento black power nos Estados Unidos. Ele já vem com o cabelo natural e diz: “Parem de alisar esse cabelo. Fica horrível. Preto tem que usar o cabelo como ele é.” Ele falava assim: “E

vocês não são mulatas coisa nenhuma. Nós todos somos pretos.” Esse nosso irmão é que começa a discutir a questão racial com a gente dentro de casa. Mas isso era todo o tempo: ele vinha de férias e o nosso assunto era só esse. Mamãe dizia: “Agora vocês só falam nisso. Eu sou preta e nunca vi isso.” Aí ele dizia: “A senhora nunca viu, mamãe, porque vive como eles dizem; a senhora sabe o seu lugar. É porque a senhora nunca saiu daqui de casa. A senhora e o papai estão na vida de vocês. A gente só começa a sentir na hora em que quer uma ascensão social.”

E lá no Rio, ele tinha relação com algumas pessoas do movimento negro?

Não. Era com os outros estudantes negros do Maranhão. Muitos negros daqui da Escola Técnica também foram para lá. E todos começaram a sofrer essa coisa que eles não sentiam aqui. Aí começaram, eles mesmos, a fazer esses exercícios: “Por que os pretos são tratados dessa forma?” Aí depois eles também viram: “O Rio de Janeiro tem uma postura em relação aos negros, mas isso não quer dizer que no Maranhão a gente também não seja discriminado. Lembra quando a gente ia tirar aquelas meninas para dançar e elas nunca dançavam com a gente?” Porque os negros também levavam ferro. As meninas que não eram negras também não queriam dançar com pretos.

Eu acho que quando a gente descobre, quando a gente toma consciência, começa a sofrer. Eu sofri. Aí não era mais em relação a mim, era em relação ao povo negro. Aí a minha tomada de consciência já vai ser assim para o coletivo. Porque até agora, nada que fizesse a gente não gostar da gente mesma tinha acontecido, não houve nada forte. Chamar de “preta”: tudo bem, eu sabia que era preta. Mas aí, quando a gente foi percebendo o tratamento que era dado aos negros, aí sim. E eu também acompanhava o movimento dos Estados Unidos. A Angela Davis vai ser a minha inspiração.³² Quando eu vi aquela mulher com aquele cabelo natural imenso, e os Jackson Five, aquela família todinha, aí eu me encantei.³³ Eu disse: “Ah, eu vou deixar meu cabelo ficar assim.” E parei de passar pasta. Isso já era 1967, 68, eu já estava no magistério e tudo.

Em 1967, eu vou ao Rio pela primeira vez. Fiquei lá onde meu tio morava, em Parada de Lucas, mas ia para o Centro. E já tinha o movimento hippie,

aquelass pessoas com as túnicas, saias longas, e já tinha negros também usando o black power. Eu disse: “Meu Deus!” Fui acompanhando a lavagem cerebral que eu tive para o bem, para me assumir como negra. Isso se refletiu também no meu vestuário. Eu disse: “Nossa!” As roupas que eu levei, todas tão formais... Eu me vestia tão formalmente que as minhas fotos com 20 anos parecem de uma senhora. E lá as pessoas davam força. Porque era novidade também você ir deixando o cabelo natural. Foi no final dos anos 1960, quando já tinha o movimento Black Rio, na Zona Norte, e eles já estavam todos com aqueles cabelos enormes, passavam perto de mim e cumprimentavam.³⁴ Pronto, aí eu comecei a ver que estava relacionada de fato com uma comunidade. E achando aquilo muito bonito.

Eu ia para o Rio e passava uns três meses, porque professora tinha uns três meses de férias. Quando retornei, o cabelo já estava bem carapinha. Aí foi um choque. Eu acabei sendo a primeira mulher negra a usar o cabelo assim natural em São Luís. Chamava a atenção da rua inteira e era agredida, me davam vaia na rua: “Ê, mulher, de onde saiu isso?” “É Tony Tornado?” Eu preciso saber o ano em que Tony Tornado apareceu no festival com o cabelo black power, porque eles me chamavam assim: “Tony Tornado, vai alisar esse cabelo!”³⁵ E eu era tímida. O magistério tinha me libertado para o fato de comunicar com mais desembaraço, mas eu era tímida. Eu disse: “Nossa, e agora?” Mas nunca pensei, em nenhum momento, em alisar o cabelo. Estudava na Aliança Francesa, que era na Gonçalves Dias, aqui em São Luís, e eu tinha que descer uma longa rua, que era a rua dos Remédios. Tinha o colégio particular São Luís. Bastava ter um aluno na janela ou na porta, me via de longe, que eles vinham chegando para a porta e para a janela. Quando eu tinha que passar na frente do colégio, já estava aquela aglomeração só para me ver e dar vaia: “Ê, diabo, vai alisar esse cabelo!” “O que é isso? É o cão?” E eu tinha que enfrentar isso, não sei quantos dias durante a semana, mas nunca mudei de rua. Eu poderia ir pela outra rua para não passar na porta do colégio. Eu dizia: “Não. É o meu cabelo. Não vou deixar que esses moleques me abatam.” Mas aquilo incomodava.

Hoje em dia todo mundo faz permanente afro, mas nesses anos 1970, 80, ninguém encarava. Em 1973, eu entrei no coral da universidade. E tinha muitas negras. Aos poucos, elas foram deixando o cabelo natural, mas passavam uns três meses, lá vinham elas com o cabelo alisado. Eu entendia, realmente era difícil assumir essa aparência de negro. Porque os próprios negros não davam força. A minha mãe também dizia: “Tu também queres o

quê? Não quer pegar vaia? Sai com um cabelão desses e não quer?” Era como se a gente quisesse agredir. Uma vez eu fui passando por uma rua e tinha um garotinho: “Mamãe, vem cá depressa, depressa.” Aí eu vi que era para me olhar. Quando a mãe chegou, ficou toda sem jeito porque o menino tinha chamado para me olhar.

Até então eu era uma pessoa anônima, ninguém me olhava. De repente, toda cidade te olha. Ia para o cinema — ainda sou da geração em que todas as pessoas iam ao cinema — e comecei mesmo a me impor: eu passava pelo meio, entre as fileiras, e ia até lá na ponta. Porque, quando eu via que eles iam começar a virar todos para olhar na hora em que eu sumia no salão, eu dizia: “Deixa eu fazer logo o desfile para eles me olharem.” Aí eu ia lá, como se estivesse procurando lugar, até que achava um lugar e sentava. Se ia para a rua do Comércio, entrava em uma loja, quem estava vendendo parava de vender, quem estava comprando também. Horrible! E desde essa época tem gente que fala: “Tu passa perto da gente e nem olha.” Eu digo: “Desde o tempo que me vaiavam na rua que eu aprendi a ir olhando só para a frente.” Camelô, que chamavam nesse tempo de marreteiro, esses vendedores da rua, todo mundo se achava no direito de me vaiar: “É hippie?!”

Mas aí eu entro na universidade, no curso de comunicação social, em 1971, participo de um grupo de teatro, que é o Laborarte, e vou ter mais força é dessas pessoas: “Que legal! Está igual à Angela Davis.” Essas pessoas, que tinham acesso à informação, já viam a minha aparência vinculada com o movimento negro americano. É bem verdade, eu pensei: “Eu estava fazendo, por enquanto, o ‘meu movimento’.” Era isolado. Mas aí eu já começava a pensar: “Eu tenho que fazer alguma coisa. Isso é mais sério do que pensam.”

[6 A Lei nº. 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, concedeu liberdade aos filhos de escravas nascidos a partir de sua promulgação. Os senhores de suas mães tinham obrigação de criá-los até a idade de oito anos, após o que poderiam utilizar-se dos seus serviços até completarem 21 anos, ou entregá-los ao Estado mediante o recebimento de indenização de 600\\$000 \(seiscentos mil réis\). A Abolição ocorreu em 13 de maio de 1888, quando a princesa imperial regente, Isabel de Bragança,](#)

sancionou a Lei nº 3.353, que havia sido decretada pela Assembleia Geral do Império, declarando extinta a escravidão no Brasil. Ver www.senado.gov.br, “Legislação”, acesso em 25/7/2007.

7 Antônio Frederico de Castro Alves (1847-1871) faleceu aos 24 anos, vítima de tuberculose, deixando inacabado o poema Os escravos, uma série de poesias em torno do tema da escravidão, entre as quais se destaca “O navio negreiro” (1868). Ficou conhecido como “o poeta dos escravos”. Ver www.academia.org.br, acesso em 26/7/2007.

8 O Decreto nº 20.291, de 12 de agosto de 1931, que ficou conhecido como a Lei dos 2/3, regulamentou a obrigatoriedade das empresas com três ou mais empregados em manterem brasileiros natos entre pelo menos 2/3 dos seus empregados. Ver Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, edição revista e atualizada (Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001), doravante designado apenas como DHBB.

9 João Batista Luzardo (1892-1982) participou da Revolução de 1930 e foi chefe de polícia do Distrito Federal de 1930 a 1932. Ver DHBB.

10 A III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata foi realizada em Durban, África do Sul, entre 31 de agosto e 7 de setembro de 2001.

11 Pepê e Neném são as gêmeas Potiara e Potiguara Silva, cantoras negras que fizeram sucesso com “Mania de você” e “Mais uma vez”. Ver http://ofuxico.uol.com.br/Materias/Noticias/noticia_7515.htm, acesso em 23/7/2007.

12 Farda é o mesmo que uniforme.

13 Benicio Viero Schmidt foi professor no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais de 1973 a 1976. Ver www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 23/7/2007.

14 O acadêmico norte-americano Frank Bonilla (1925), descendente de porto-riquenhos, tornou-se especialista em “Puerto Rican Studies”. Doutor em sociologia por Harvard, foi professor no Massachusetts Institute of Technology (MIT) e nas universidades de Stanford e New York. Ver www.wikipedia.org, acesso em 23/7/2007.

15 James Arthur Baldwin (1924-1987), escritor negro norte-americano.

16 Thomas Elliot Skidmore (1932), historiador norte-americano
brasiliánista, publicou, além de Preto no branco: raça e nacionalidade no
pensamento brasileiro (1976), os livros Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-
1964 (1975), Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985 (1988), O Brasil visto
de fora (1994) e Uma história do Brasil (2000).

17 Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882), rábula, jornalista e escritor
negro, foi importante personagem do movimento abolicionista no Brasil.
Destacou-se pela defesa de inúmeros cativos, que conseguiu libertar com
base na Lei Diogo Feijó, de 7 de novembro de 1831, que determinava que
todos os escravos que entrassem no Brasil a partir daquela data seriam
livres. Sobre Luiz Gama, Julio Romão, um de nossos entrevistados, escreveu
Crítica à crítica: Luiz Gama, o mais consequente poeta satírico brasileiro
(Teresina, Gráfica e Editora Júnior Ltda, 2004).

18 Lélia de Almeida Gonzalez (1935-1994), militante do movimento negro,
era graduada em história e geografia pela Universidade do Estado do Rio de
Janeiro (UERJ), fez mestrado em comunicação na Universidade Federal do
Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorado em antropologia na Universidade de
São Paulo (USP). Foi professora em escolas e em instituições de ensino
superior no Rio de Janeiro, como a PUC, a UERJ e a UFRJ. Candidatou-se
a deputada federal pelo Rio de Janeiro nas eleições de 1982, na legenda do
Partido dos Trabalhadores (PT), e a deputada estadual nas eleições de 1986,
na legenda do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Publicou Lugar de
negro, em coautoria com Carlos A. Hasenbalg (Rio de Janeiro, Editora
Marco Zero, 1982), e Festas populares no Brasil (Rio de Janeiro, Index —
livro promocional da Coca-Cola, premiado na Alemanha, 1987). Ver
<http://www.leliagonzalez.org.br>, acesso em 23/7/2007 e Raquel de Andrade
Barreto, “Aquela ‘neguinha’ atrevida: Lélia Gonzalez e o movimento negro
brasileiro”, In: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (op.cit.), pp. 451-478.
Hermógenes de Almeida e Silva, poeta e militante do movimento negro, foi
vítima de assassinato a tiros no Rio de Janeiro no ano de 1994. Ver
http://www.almg.gov.br/dia/A_1994/06/L240694.htm e
<http://www.cultura.rj.gov.br/atabaquevirtual/junho.html>, acesso em
23/7/2007. Carlos Alberto Medeiros é um dos entrevistados deste livro; para
informações biográficas, ver o quadro de entrevistados.

19 Maria Raimunda (Mundinha) Araújo é uma das entrevistadas deste livro; para informações biográficas, ver o quadro de entrevistados.

20 Joel Rufino dos Santos (1941), historiador e jornalista negro, integrou a equipe de historiadores que elaborou a História nova do Brasil, conjunto de livros produzidos entre 1962 e 1964 pelo Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) (criado em 1956 e extinto em 1964), com a finalidade de renovar o ensino da história no nível médio. Após o golpe político-militar de 1964, com a invasão e a extinção do Iseb, os livros foram apreendidos e seus autores, presos — com exceção de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Rubem César Fernandes, que se exilaram. Joel Rufino foi professor da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e presidente da Fundação Cultural Palmares, fundada em 1988. Publicou, entre outros: Zumbi (1985), O que é racismo? (1985) e Épuras do social — como podem os intelectuais trabalhar para os pobres (2004). Ver Nelson Werneck Sodré, História da história nova (Petrópolis, Vozes, 1986) e Nei Lopes, Enciclopédia brasileira da diáspora africana (São Paulo, Ed. Selo Negro, 2004).

21 A pedagoga Maria do Socorro Guterres foi orientadora educacional do Projeto de Educação e Formação em Comunidades Quilombolas promovido pelo Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão, coordenadora pedagógica do projeto Quilombo Resistência Negra e empreendedora social da ONG Ashoka. Ver www.redeamigodacrianca.org.br/artigo_assolan.htm e <http://www.matraca.org.br/noticias323.htm>, acesso em 23/7/2007.

22 O reggae se expandiu no Maranhão desde meados da década de 1970, quando surgiram as primeiras “radiolas”, grandes sistemas de som mecânico semelhantes aos sound-systems jamaicanos. Inicialmente, a grande maioria dos frequentadores das festas de reggae era composta de negros e pobres, fato que se modificaria com o passar dos anos. Atualmente, o reggae maranhense transformou-se num atrativo turístico do estado. Para uma discussão sobre a importância do reggae para a identidade negra no estado do Maranhão, ver Carlos Benedito Rodrigues da Silva, Da Terra das Primaveras à Ilha do Amor: reggae, lazer e identidade cultural (São Luís, Editora da Universidade Federal do Maranhão, 1995). Ver <http://paginas.terra.com.br/arte/massivereggae/danca.htm>, acesso em 26/7/2007.

23 American Field Service é um programa de intercâmbio cultural que abrange mais de 50 países e surgiu em 1914, com a missão de transportar soldados franceses feridos. Ver <http://www.afs.org>, acesso em 23/7/2007.

24 Wasp é a sigla para “White Anglo-Saxon Protestant” (protestante branco anglo-saxão).

25 O movimento pela igualdade de direitos civis entre negros e brancos nos Estados Unidos, conhecido como “Civil Rights Movement”, estendeu-se durante as décadas de 1950, 1960 e 1970.

26 Martin Luther King (1929-1968), pastor negro da Igreja Batista, foi líder do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960, defendendo métodos baseados no amor cristão e na ação não violenta. Foi assassinado em agosto de 1968. Ver Nei Lopes. Enclopédia... (op.cit.).

27 Yedo Ferreira é um dos entrevistados deste livro; para informações biográficas, ver o quadro de entrevistados. Os outros amigos citados são Denival Barbosa, Carlos Magno Celestino, Luiz Carlos Batista e João Carlos dos Santos.

28 “Fundão” é o nome genérico de um dos campi da UFRJ, que fica localizado no bairro da Ilha do Governador, Rio de Janeiro.

29 Cuti. A pelada peluda no largo da bola (São Paulo, Editora do Brasil, 1988).

30 O cantor, compositor e dançarino Michael Jackson (1958) começou a carreira aos cinco anos de idade, como líder vocal do grupo The Jackson Five, e se lançou em carreira solo nos anos 1970. James Brown (1933-2006) foi um ícone da música negra americana nas décadas de 1960 e 1970 e símbolo do movimento soul e do funk. Ver www.wikipedia.org, acesso em 25/7/2007.

31 Realidade era uma revista mensal da Editora Abril, que circulou de abril de 1966 até 1976. Com reportagens em torno de temas polêmicos e inovações gráficas, chegou a alcançar a tiragem de quatrocentos mil exemplares em seu primeiro ano de circulação. O número especial a que se refere Mundinha Araújo trazia na capa o título “Racismo: EUA — Brasil” (ano II, número 19, outubro de 1967). A principal reportagem, intitulada

“Existe preconceito de côr no Brasil”, foi assinada pelos repórteres Narciso Kalili e Odacir de Mattos — esse último, um militante negro que participou, mais tarde, da constituição do movimento negro contemporâneo em São Paulo, como se verá a seguir, em um trecho da entrevista de Milton Barbosa.

32 A ativista Angela Davis (1944) usava o cabelo black power como uma espécie de marca registrada. Feminista, estudante e depois professora de filosofia, seguidora de Herbert Marcuse e estudiosa de Jean Paul Sartre, na década de 1960 filiou-se ao Partido Comunista dos Estados Unidos e aos Panteras Negras, Black Panthers — nome reduzido da agremiação Black Panther Party for Self Defense, fundada em 1966, nos Estados Unidos, com o objetivo de enfrentar, por meio da luta armada, a discriminação sofrida pelos negros. Ver Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.) e www.wikipedia.org, acesso em 23/7/2007.

33 O grupo musical The Jackson Five, formado por cinco irmãos, tendo Michael Jackson à frente, atuou de 1962 a 1990. Ver www.wikipedia.org, acesso em 23/7/2007.

34 Sobre o movimento Black Rio, ver capítulo 2.

35 Antônio Viana Gomes (1930), o Tony Tornado, interpretou a composição “BR-3”, de Tibério Gaspar e Antônio Adolfo, acompanhado pelo Trio Ternura, no V Festival Internacional da Canção, em 1970. Ver http://dicionariompb.com.br/detalhe.asp&tabela=T_FORM_A&qdetalhe=a1 acesso em 23/7/2007.

INFLUÊNCIAS EXTERNAS E CIRCULAÇÃO DE REFERENCIAIS

ESTADOS UNIDOS E ÁFRICA

Hédio Silva Júnior

Podemos identificar três matrizes de pensamento no discurso da geração que se engaja no movimento negro nos anos 1970 e 80. Três diferentes fontes, diferentes influências externas. Você tem o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que sempre mobilizou a atenção da militância; você tem as lutas independentistas no continente africano, sobretudo, até pela facilidade da proximidade linguística, nos países lusófonos, notadamente Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau. E, por fim, o movimento pela négritude, que a rigor sempre foi um movimento literário na verdade, um movimento cultural de intelectuais de África e das Antilhas que se encontram em Paris nos anos 30 do século passado e que vão formular algumas ideias a respeito do que seriam o ocidentalismo e o orientalismo na perspectiva africana, nos valores africanos.³⁶ Enfim, um modo africano de ser por meio de várias linguagens.

Carlos Alberto Medeiros

Eu trabalhava no Jornal do Brasil, que era na avenida Rio Branco, 110. Eu passava lá e via revistas estrangeiras nas bancas de jornal. E havia uma revista da qual eu já ouvira falar no Rio Grande do Sul, a revista Ebony.³⁷ Raça e racismo eram temas das conversas entre os negros, porque era algo muito direto, muito presente ali. Eu passava, via a revista, tinha até alguma curiosidade. Mas até para comprar a revista, a primeira vez, eu tive que romper com alguma coisa. Porque comprar uma revista de negros tinha um significado de identificação. Eu já tinha um domínio do inglês que dava para ler. Até que um dia eu comprei. E era final da segunda metade de 1969, na época em que estava aquela coisa do black is beautiful, do cabelo afro. Não é black power. O nome era afro, ou natural, natural afro. E aquilo foi quase um amor à primeira vista. Bati o olho e falei: “É isso que falta.”

Eu me lembro como foi o impacto que essa coisa do cabelo teve sobre mim. Primeiro, porque percebi, inclusive, que passei a ser visto de uma outra maneira. Nunca vou esquecer uma situação muito engraçada: uma vez eu estava no ônibus em pé, e tinha um casal. A menina ficava beijando o cara, mas ficava me olhando. Nunca tinha acontecido isso antes. Tinha a história de ser uma coisa diferente que estava rolando, e tinha o quanto de afirmação que aquilo continha. Era uma outra visão, era uma outra coisa do negro. É difícil hoje descrever, porque isso se diluiu com o tempo. Hoje não tem mais esse significado. Mas era muito forte.

Então, foi esse o primeiro contato, que não era só o cabelo; você tinha ali os textos que estavam falando das coisas que estavam acontecendo lá. A revista Ebony é voltada para a classe média negra, que, naquele momento, também estava muito mobilizada. Então você tinha lá os artigos, você tinha debates: separação ou integração? E eu conseguia perceber que, embora muita coisa fosse específica, tinha muitas coisas com as quais eu podia me identificar plenamente com a situação do Brasil.

Eu ia muito para Madureira, tinha uns amigos lá, e frequentava o Imperial Basquete Clube, que hoje não existe mais — era na estrada da Portela. E lá tinha um baile que, no domingo, começava às três da tarde e ia até meia-

noite. Era ótimo. Hoje eu verifico também: por que eu saía da Tijuca, de repente, e ia para Madureira? Lá em Madureira eu me sentia mais à vontade. Embora não fosse um ambiente exclusivamente negro e houvesse “jogos” dessa coisa racial. Por exemplo, lá acontecia o seguinte: um negro ia tirar uma menina branca para dançar. E era como se todos os negros estivessem observando aquilo para ver o que ia acontecer. Então, se essa menina dançasse com ele, legal. Logo em seguida apareceria outro negro para tirá-la para dançar. É misturado, mas tem hierarquia, tem um monte de coisas. Mas, de qualquer maneira, havia muitos negros e eu ia muito para lá.

E o que eu fazia? Pegava a Ebony, que tinha um formato da Life antiga, aquela revista grande, botava aquela pilha de Ebony debaixo do braço, ia para lá e ficava mostrando: “Olha aí. Deixa o cabelo assim também. É legal.” E alguns diziam: “Não. Isso fica legal em você, não fica em mim.” Mas, rapidamente a coisa pegou. Claro, não foi por minha causa. Tinha televisão, filmes americanos etc. Rapidamente aquilo se alastrou, até que, num determinado momento, todos os negros usavam afro, independentemente de qualquer coisa.

Ivair Alves dos Santos

A gente conversava em casa, sabia que a discriminação racial existia. Então, tinha histórias que contavam; por exemplo, a dos três reis magos. A história que se contava em casa era que, enquanto os três reis estavam caminhando em busca da estrela, teve um momento em que disseram: “Você vai para cá, você para lá...” E ensinaram o caminho errado para o Baltazar, o rei negro, mas ele chegou primeiro. Eu me lembro também de uma situação muito complicada, que foi a seguinte: na época, os livros didáticos tinham aquelas fotografias de negro apanhando, não é? Aí um dia eu perguntei: “Mas por que eles só apanham? Não tem outra coisa que eles fazem a não ser apanhar?” E eles argumentaram que não era só aquilo. Mas é que me incomodava aquele processo. E você sabe que criança é cruel, em sala de aula é marcante.

No período em que eu estava quase no último ano do científico, comecei a tentar organizar o movimento negro lá onde eu morava, na Zona Leste de São Paulo. Apresentei a ideia para as pessoas, montamos estatuto... Eu não tinha muita clareza, porque as fontes de informação que eu tinha eram o pouco que eu estava lendo naquele momento. Eu tinha uns 16, 17 anos, e o que me impactou foi a revista Realidade. Imagina você andar daqui até o Centro da cidade.³⁸ Eu fazia isso só para poupar a grana para comprar a revista Realidade. Quando minha mãe queria me bater, quando eu tinha aprontado alguma, a única coisa que ela sabia que me afetava era rasgar uma revista. Quando ela rasgou uma revista foi a pior coisa. Porque aquela revista para mim era um mundo. O mundo chegava para mim através da revista Realidade. E teve um número que foi especificamente sobre racismo.³⁹ Aquele número foi demolidor. Eu tinha os mesmos 16, 17 anos quando li. Foi um impacto grande, uma das leituras que marcaram muito a minha trajetória. Porque várias daquelas pessoas que deram entrevistas, depois eu cruzei com elas na militância. E eu estava na periferia de São Paulo, sem nenhum contato, tentando montar aquilo que eu achava que era militância, com base naquilo que tinha lido...

Edna Roland

No final do ano que passei nos Estados Unidos, nós tivemos uma viagem proporcionada pelo programa American Field Service, em que nós atravessamos os Estados Unidos de ônibus. Saímos de São Francisco e fomos até Nova York, todos estudantes estrangeiros, bolsistas dessa instituição, que estavam naquela região. Eu não me recordo quantos dias nós levamos para atravessar os Estados Unidos. O meu ônibus era uma verdadeira Nações Unidas, porque tinha gente de todos os lugares do mundo. Essa foi uma experiência muito importante também: ter africanos, asiáticos, latino-americanos, europeus, todo mundo dentro do ônibus. E você reconhecer toda a diversidade cultural e étnica dos seres humanos. Lembro claramente que a questão da minha consciência negra começou a aflorar durante o período dessa viagem, e foi se tornando cada vez mais intensa. E, nesse processo de atravessar os Estados Unidos, comecei a transformar a minha própria imagem, comecei a deixar cabelo black power, num momento em que a imagem de Angela Davis era muito forte na televisão, essa coisa toda. E quando chego no Brasil, eu já chego com o cabelo black power.

Oliveira Silveira

Minha família é mista. Meu pai era branco, filho de uruguaios. Na nossa família a questão racial até passava ao largo, a ponto de nós não nos considerarmos negros. Meus avós paternos, Nicácio Silveira e Maria Gregória Martins Silveira, eram uruguaios, segundo a minha certidão de nascimento e as de meus irmãos. Eu convivi bastante com o meu avô. Ele usava expressões espanholas frequentemente. E era às vezes chamado por alguns de “castelhano Nicácio”. Castelhano para nós é a pessoa de fala espanhola, especialmente uruguaios e argentinos. Nós dizemos “os castelhanos” aqui no Rio Grande do Sul. A questão racial vai surgir para mim muito mais adiante.

Na universidade é que comecei a despertar mesmo para a questão racial. Teve um livro importante para mim, que foi emprestado por uma escritora, a poetisa Lara de Lemos, gaúcha, que foi inclusive professora do Colégio Estadual Júlio de Castilhos.⁴⁰ Uma vez eu falei com ela e ela me emprestou esse livro, *Reflexões sobre o racismo*, de Jean Paul Sartre. O livro é importante porque, na segunda parte, contém o *Orfeu negro*, que é a apresentação que Sartre faz para a Antologia da poesia negra e malgaxe, de Léopold Sédar Senghor — o poeta senegalês que foi presidente do país e é uma das expressões da négritude, que surgiu na França, mas é de matriz antilhana e africana.⁴¹ Aimé Césaire, Léon Damas e Léopold Sédar Senghor são os três nomes básicos da négritude.⁴² Então, a leitura desse *Orfeu negro* foi importante não só pelo texto de Sartre, mas principalmente pelos fragmentos de poesia negra que ele apresentava ao longo da sua análise, do seu trabalho. E isso foi realmente um impulso muito grande para a minha conscientização. Depois eu pedi ao meu professor de francês, que trabalhava como adido no consulado da França, que encomendasse pelo malote livros de Senghor e de Césaire. Os livros vieram por preço muito acessível, de modo que eu pude ler não só biografia, estudo crítico sobre a obra de Senghor e de Césaire, mas também o “*Cahier d'un retour au pays natal*”, que é o famoso poema de Aimé Césaire, que eu até andei tentando traduzir para melhor compreender. Então, durante o período de universidade, de 1962 a 65, foi que eu tomei contato com a literatura negra. Tanto com esses autores de língua francesa como com outros, inclusive brasileiros: Solano

Trindade, Cruz e Sousa...

Quando Luther King foi assassinado, em 1968, eu publiquei um poema sobre ele. Eu acho que o poema foi feito logo no dia seguinte da morte dele, e foi publicado dois, três dias depois num jornal aqui em Porto Alegre, o Correio do Povo. Eu não me lembro do poema, mas o título era “Réquiem para Luther King”. Começava assim: “Martin Luther King Júnior, mártir Luther King Júnior...” Foi um poema muito saudado.

Amauri Mendes Pereira

Eu fiquei muito impressionado com a morte do Luther King, com os Panteras Negras, aquilo me galvanizou. Eu acompanhava tudo, ponto por ponto: Muhammad Ali era Cassius Clay; a Angela Davis, que saltou do tribunal para fugir; o julgamento e a luta dos Panteras Negras; os assassinatos...⁴³ E acompanhava na revista Realidade, que era uma revista meio contestadora no período da resistência democrática.

Em 1972, a Neusa, minha esposa, não queria parar de estudar e foi para a escola AnaBral, pertinho da nossa casa, em Irajá. Um dia fui encontrá-la e, no caminho, ela vinha com um cara grandão, o Artur, que era uma espécie de secretário particular do Énio Silveira.⁴⁴ Eles estavam terminando o primário. Quando ela disse “meu marido gosta de estudar”, ele deve ter pensado: “Como é que uma moça que está no primário é casada com um rapaz que está na universidade e que gosta de estudar?” Aí o Artur me trouxe um monte livros da editora Civilização Brasileira. Entre esses tinha o Alma no exílio, de Eldridge Cleaver, e Os condenados da terra, de Frantz Fanon.⁴⁵ Eu comecei a ler Alma no exílio, que foi a experiência do Cleaver, que era uma das principais lideranças dos Panteras Negras, e logo depois “entrei” no Fanon. Li os dois ao mesmo tempo. Foi uma loucura! Aquilo era demais! Fanon era a crucialidade: “a violência como a parteira da História.” O Fanon era um pouco mais para mim do que era Che Guevara. Porque o Che era um revolucionário que tinha morrido, portanto perdeu, e foi aqui na América, e não era negro. O Fanon era negro. Foi uma proximidade maior que eu tive com ele. O Fanon não foi morto na luta, eles ganharam, fizeram a revolução. E na minha cabeça, aquilo me apaixonou. Vivia com os livros debaixo dos braços. Tinha todo um folclore de que, na ditadura, quem vivia com livros tinha que ler encobrindo os nomes, olhando para os lados. Havia todo um temor.

Gilberto Leal

Nós líamos não só livros, mas artigos de Clóvis Moura, Florestan Fernandes etc.,⁴⁶ das pessoas que eram referências na literatura nacional em termos da questão racial. Sobre África nós líamos livros traduzidos; por exemplo, o Condenados da terra de Frantz Fanon, que era quase uma bíblia. Então a gente lia muito. E também lia muitas matérias, a gente conseguiu revistas sobre África. Então, o movimento negro, seu pensamento de afrobrasiliade, formou-se muito com referência em algumas lideranças negras americanas e em lideranças dos países da linha de frente nos processos de libertação africana. As referências eram Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Samora Machel...⁴⁷ A gente tinha que acompanhar o legado que eles deixavam na época para a formação da consciência negra.

Quanto aos americanos, Malcolm, Luther King, eram essas as pessoas que a gente tinha como referência.⁴⁸ Na verdade, a gente ia lá na biblioteca do Instituto Cultural Brasil-Alemanha, Icba, no Centro de Salvador, na avenida Sete, onde é até hoje, e às vezes a gente tirava alguns livros e socializava com a galera. Mas eram muitos artigos, aqueles pedaços de papel para lá e para cá, xerocados ou então mimeografados — textos que a gente datilografava e rodava, para socializar para a galera.

A biblioteca do Icba era muito rica e aberta ao público; muito rica em livros de concepções filosóficas, políticas, livros sobre a África, sobre a internacionalidade... Então, a gente ia para lá para fazer estudos e absorver conhecimento. Lá sempre teve livros sobre África. Acho que é fruto dessa história de estar no Brasil e ser uma cultura considerada como cultura de primeiro mundo. E consequentemente, tendo um curso de alemão, tinha na sua biblioteca elementos, às vezes em inglês, às vezes em alemão, e a gente tinha que encontrar alguém que pudesse fazer esse processo de tradução. Tinha muita música, muitos discos de África, de música africana. A gente tinha interesse em escutar. Eles tinham uma cabine para escutar música. Por que não desfrutar dessa particularidade, já que a gente não pagava nada por isso? Então a gente utilizava muito.

Luiz Silva (Cuti)

No período da ditadura militar, junto com o Manifesto Comunista, junto com o Livro Vermelho do Mao Tsé-Tung, chegavam também textos de Amílcar Cabral e alguns livros americanos. Um livro fundamental foi Alma no exílio, do Eldridge Cleaver, que chegou numa tradução feita no Brasil. O Frantz Fanon também, com Os condenados da terra, foi um livro que quase todo militante que estava ali em volta leu. Foram livros muito importantes e que reforçaram um conteúdo de militância muito grande. Emprestavam-se livros, porque o movimento negro em São Paulo foi feito basicamente por estudantes universitários que estavam enfrentando a dificuldade da universidade e estavam lendo, eram pessoas que lia e que tomavam contato. E essas revoluções africanas, sobretudo a revolução dos países de língua portuguesa — Moçambique, Angola e Guiné Bissau —, foram muito importantes para a gente. Toda informação que vinha de lá: poemas de Agostinho Neto, informações de Moçambique, a poesia moçambicana revolucionária. Tudo isso também teve muita influência nesse momento, fazia parte de um conjunto de informações importantes. Mas chegava com muita dificuldade. A gente sabe que as traduções, no Brasil, passam por um crivo, por uma peneira ideológica muito séria.

Ivair Alves dos Santos

Um dia eu decidi e falei: “Lugares em que eu quero trabalhar.” Áí coloquei três lugares em que eu gostaria de trabalhar. Fui lá, me apresentei, e no último me chamaram. Dei sorte. O chefe foi com a minha cara. Eu disse: “Eu quero trabalhar aqui. Por isso eu vim.” “Mas não tem nada” — ele disse. “Eu sei que não tem nada, mas eu estou me predispondo. Eu quero trabalhar nessa empresa.” Era a Funbec, Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino da Ciência. Saí de um lugar em que eu ganhava x e passei para um lugar em que eu ganhava 3x. O cara ficou surpreso de eu ir lá procurar emprego e falou: “Pode trabalhar aqui comigo.”

Essa fundação fazia material didático para o ensino de química. Era um trabalho delicioso. Eu podia ler, estudar, fazer experiências. O maior barato. Tinha coisa melhor? Tentei fazer mestrado. Era impossível fazer mestrado trabalhando. Quebrei minha cara: entrei no mestrado em química, mas não consegui continuar porque não tinha como fazer as duas coisas. Áí, um belo dia na Funbec ouvi alguém falando se não queria convidar algumas pessoas para ir para Angola. A Unesco estava convidando para trabalhar com o ensino de ciências lá. O cara que estava na minha frente não queria ir e falou assim: “Vou fazer o quê lá?” Eu falei: “Está bom.” Áí o cara ligou lá da Tunísia: “Ivair, me manda o teu currículo.” Mandaram o meu currículo e eu fui chamado. Isso foi em 1979. Tinha o emprego na Funbec e ficaria em Angola três meses. Mas chegando em Angola, eu falei: “Não vou voltar mais.”

Era casado, com filho, vivi todo o drama que você possa imaginar: família que nunca tinha viajado para fora, um país estranho, em guerra... Mas para mim era aquele negócio de “volta à África”. Fui para lá com a cara e a coragem. Fui ficando, ficando, e acabei ficando quase quatro anos. Trabalhava com ensino de ciências no Ministério da Educação. Lá em Angola percorri o país inteiro. Das 17 províncias, fui a 12 pelo menos. Fui o brasileiro que mais percorreu aquelas zonas de perigo, aquelas confusões todas: caí numa emboscada, fiquei preso num lugar lá... Eu me metia em tudo, pela vontade de conhecer, vontade de sacar.

Eu achava que tinha um papel militante lá também. Aí, no primeiro dia em que fiquei lá, comecei a mandar sistematicamente jornais, revistas e livros para o Brasil inteiro. Mandei milhares, pode colocar milhares. Eu chegava segunda-feira no correio com 50 pacotes de jornais, revistas e livros. Ficava circulando lá, via o que interessava, sábado e domingo ficava fazendo o pacote e mandava para o Brasil. Fazia isso com o meu dinheiro. Eu ganhava bem, era consultor da Unesco durante todo esse período. E mandei tudo o que você pode imaginar, para o Vovô do Ilê Aiyê, que eu nunca tinha ouvido falar, bem como para os meus amigos todos. Tudo o que as pessoas ouviam falar de África, eu comecei a desconstruir mandando aquilo: “África não é isso. África é isso, é isso...” Mandei centenas de livros do Pepetela.⁴⁹ Você já imaginou: “Tem um cara lá em Angola, militante, mandando jornais, revistas...” Essa era a minha válvula de escape.

Depois de uma semana lá você aprende o que é viver num país em guerra: as prioridades são outras. A questão lá é de sobrevivência. Aquele discurso que eu tinha não tinha nada a ver com aquela realidade, que lá é muito mais cruel. Eles precisavam de coisas muito concretas. O que eu estava fazendo era poesia diante da realidade dura. Isso é que eu queria mostrar para o pessoal, ou seja: “A África que tem aí não é essa. A África de que nós precisamos é outra. Tem que ter um outro olhar. O marxismo que nós aprendemos? O marxismo que estou vivendo aqui é esse. O que é revolução? Revolução é isso.” Quem passa por uma revolução como aquela, onde você vê fome, miséria, falta, é dureza. Você não pode falar de negritude se você precisa comprar uma lâmpada. E como é que você vai comprar essa lâmpada? Você precisa ter produção. E você fica dependendo da lâmpada, porque se você não tiver a lâmpada você não pode iluminar a sala. Você tem que importar a lâmpada. Como essas relações de importação se dão? Essas coisas você vivencia em uma revolução. Uma pilha tem um valor enorme num período de revolução. Como é que você vai ligar o seu radinho sem uma pilha? Então, esses detalhes eram mais importantes para mim. Por exemplo, numa revolução, você entrar num prédio e ele estar limpo é um ato revolucionário. Mas você entra num prédio, não tem luz, roubaram a lâmpada, aquela sujeira e tal, você vai falar em negritude ali? Então comecei a me confrontar com as lideranças aqui: “África não é essa poesia que você está falando, é muito mais duro.” Você precisa comer, precisa trabalhar, e tudo conta: a cadeira onde você senta, o lugar onde você está, se está limpo, alguém vai limpar, alguém tem que fazer isso, como é que faz? A experiência em Angola fazia com que eu visse quem estava no Brasil como

ingênuo, achando que aquilo era o essencial. E não era. Não conheci a África rica, então comecei a ser, digamos assim, muito crítico e intolerante com certos discursos em relação à África. Aquilo não batia com o que eu tinha vivido. Mãe África, essas coisas, me deixavam aborrecido.

Hédio Silva Júnior

A gente lia muito, qualquer coisa. Eu me lembro que o Ismael, que era do grupo, havia sido colega do Ivair na Universidade Federal de São Carlos. E o Ivair nessa época morava em África e mandava jornais e livros para algumas pessoas. Eu me lembro que li Amilcar Cabral, li textos do Samora Machel, um livro de poemas do Agostinho Neto que me deixou perplexo quando vi um médico revolucionário que era um poeta — me parecia incompatível a condição de revolucionário com a condição de poeta. Um autor que a gente discutiu bastante foi Frantz Fanon, um psiquiatra que estudou o colonialismo na África. Mas a gente lia de tudo; o que caísse... Palmares: a guerra dos escravos, de Décio Freitas, o cara que escreveu o primeiro livro sobre Palmares, um historiador do Rio Grande do Sul;⁵⁰ Clóvis Moura, de quem a gente lia Rebeliões da senzala... O que surgisse no grupo a gente lia e discutia. Então era uma complicação, porque você estava lendo sobre a experiência das lutas independentistas em África lusófona e estava lendo o psiquiatra que estudou efeitos psíquicos do colonialismo em África, e Décio Freitas... Enfim, tudo o que pintasse de preto, de racismo, a gente lia.

Djenal Nobre Cruz

Minha visão política foi marxista primeiro. Conheci os livros de Marx, tinha grupo de estudo, fiz movimento estudantil secundarista por dois, três anos. Depois eu tive que entrar para a questão racial, já em 1973, 74, porque me descobri como negro. Angola tinha sido liberta em 1974, mais ou menos, e eu comprei um livro do Agostinho Neto chamado Poemas de Angola.⁵¹ Eu li e me impressionei, achei fantásticos os poemas. Esse livro circulava no meio para debatermos os poemas, para recitá-los. E eu comecei a ficar interessado nisso. Comecei a me descobrir como negro nessa trajetória política. A partir daí eu disse: “Tenho que fazer uma opção de luta; ficar com a minha opção política, mas focar a minha luta dentro do movimento negro de Sergipe.” A partir daí eu comecei a descobrir essa questão racial.

Lúcia Xavier

Acho que foi em 1983 que me filiei ao Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, IPCN.⁵² O Orestes me apresentou ao Amauri e ao grupo dele — porque o Amauri já era um grupo de oposição lá, vindo da construção da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, Simba.⁵³ E aí a gente começa a militar dentro do IPCN e passo a ser oposição, praticamente até romper com o Amauri, quando saí do IPCN. Não foi onde “fechei” melhor a minha identidade, mas foi onde terminei de estruturar melhor esse meu compromisso com a questão racial. O IPCN sempre teve uma biblioteca, muito mal utilizada, mas razoável. Na verdade, os que são os nossos intelectuais hoje já estavam lá. Então você vivia o tempo inteiro essas discussões. Lá eu pude acompanhar toda a trajetória africana de mudança de governo, de ação política, todo o processo de apoio à luta contra o apartheid — tudo lá dentro, nessa experiência política.⁵⁴

O IPCN foi importante para perceber que nós não estávamos sozinhos nessa história, o mundo inteiro vivia esse drama e havia várias formas de solução desse problema. Principalmente esse grupo, que tinha como ponte os revolucionários africanos: Amilcar Cabral, Patrice Lumumba...⁵⁵ O Amauri fazia uma releitura do ponto de vista intelectual. Ele pegava os escritos, relia a realidade brasileira e re-traduzia as ideias. Não que a gente não tivesse acesso às ideias, mas, como ele era a liderança em torno da qual nós estávamos e ele é aquele tipo de pessoa que tira as frases de efeito — como a famosa “há muitos perigos na vida” —, ele pegava aquelas frases desses revolucionários, você estava no maior caos e, de repente, ele dizia: “Porque Amilcar Cabral falava...!” Isso ia nos ajudando a ter essas referências. A gente tinha uma África mítica, mas sob o ponto de vista da releitura dos nossos heróis e heroínas.

No carnaval de 2003 eu fui para Salvador com um amigo que também fez parte do IPCN. Nós estávamos na sala da casa onde nós ficamos hospedados e, de repente, eu falei: “Nossa! Estou impressionada com essa foto.” Era um pôster. Aí ele falou: “É. Nunca na minha vida eu imaginei ver um pôster do Samora Machel na casa de ninguém.” Foi a maior emoção. Aí ficamos os dois lá olhando o Samora Machel com uma criancinha no colo. Foi como se

a gente reconhecesse um parente. Essa vivência, no IPCN, foi possível. A gente não sabia como o Mandela era, porque era um desenho, mas a gente tinha o entendimento da luta contra o apartheid.⁵⁶ O IPCN era um ponto de referência — era a única organização que tinha lugar fixo, que não se perdia nas mudanças, nem nas desestruturações dos grupos, que tinha informação, mesmo que muito precária. Era um ponto de difusão, de irradiação de informação. Nos ajudou a ampliar o leque de entendimento. Ao mesmo tempo, tinha as referências americanas e as coisas que aconteciam no continente europeu. A gente tinha lá um caldo profundo de releitura teórica sobre as maneiras de superar o racismo, de enfrentar, e de pensar que nação nós queríamos, que mundo nós queríamos — se mais à esquerda, se mais à direita.

Carlos Alberto Medeiros

Embora eu visse com muita identificação o que acontecia nos Estados Unidos, via como algo de fora, algo que os negros brasileiros resistiriam muito a fazer. Não haveria aqui o mesmo grau de solidariedade, talvez por não haver segregação oficial — embora a gente já visse que a segregação existia em algumas situações na prática. Mas em 1974 fui parar no Clube Renascença.⁵⁷ Uma vez fui a um ensaio na Mangueira e, nesse ensaio, conheci várias pessoas, entre elas um negro americano chamado Jimmy Lee — o nome dele era James Samuel Lee e é uma figura meio controvertida.⁵⁸ E foi também quando conheci o Filó, que era quem fazia, no Renascença, os bailes chamados “A noite do Shaft”.⁵⁹ Shaft era aquele detetive negro no cinema — foi o primeiro filme a apresentar um negro como detetive particular.⁶⁰ Agora até houve uma versão Shaft 2000, feita com o Samuel L. Jackson. Claro que essa figura do detetive negro hoje está totalmente incorporada, mas aquele foi o primeiro. Então foi um filme que marcou muito.

A festa do Filó era aos domingos à noite no Renascença e era um negócio emocionante. Hoje você pode ter um vislumbre do que é isso no baile charme, por exemplo, nas noites de quinta-feira no Bola Preta.⁶¹ Mas era um impacto muito maior porque era também uma novidade. No Rio de Janeiro reencontrei aquela coisa do Sul: um lugar em que eram, praticamente, todos negros. Aí, poderia haver um ou outro branco, mas era um ambiente em que quem dava o tom eram, sem dúvida, os negros, com os cabelos afro, aquela afirmação de identidade negra, às vezes com coisas africanizadas. E o Filó, diferentemente de outras equipes de soul, era um dos poucos que tinha um trabalho racial consciente. Ele passava slides, por exemplo, com fotos de famílias negras, de crianças negras, e botava palavras como “estude e cresça”. Então era um negócio que trazia uma mensagem muito positiva.

Acho que a Polícia Federal e os órgãos de informação ficaram meio preocupados. Foi um choque quando a sociedade carioca tomou conhecimento disso, graças a uma reportagem que saiu no Jornal do Brasil, que deu o nome ao movimento — chamou de “Black Rio”.⁶² Apareceu ali

pela primeira vez. As pessoas não chamavam assim, chamavam de “festa black”, “festa de soul”. E virou “Black Rio”. Causou um impacto, tanto à direita, quanto à esquerda. Aí foi interessante porque se levantou o establishment branco. Você via críticas no jornal Movimento.⁶³ O Movimento chegou a publicar uma matéria idiota, dizendo que o soul era a pior forma de música negra. O soul é lindo! É claro que há um montão de bobagens, mas o melhor do soul é uma coisa maravilhosa. Ray Charles é soul, Aretha Franklin, aquela música que vem da igreja e que, todas as vezes que vou lá, me faz chorar... E a direita achava que era uma parte da conspiração comunista, enquanto os comunistas rejeitavam como uma expressão do imperialismo americano. Gilberto Freyre publicou um artigo em que dizia que estava havendo uma invasão, estavam trazendo dos Estados Unidos uma “música melancólica” — essa era uma tradução curiosa para soul, porque algumas coisas de soul podiam ser melancólicas, outras eram revolucionárias.⁶⁴

Havia até um setor do movimento negro que também criticava, não era todo mundo que gostava disso. No início dos anos 1970, enquanto James Brown estava cantando “Say it loud: I’m black and I’m proud” — “Diga em voz alta: sou negro e tenho orgulho” —, o Salgueiro teve um samba-enredo que era assim: “Ô, ô, ô... Que saudade da fazenda do senhor.”⁶⁵ Não dava para competir. Estava conversando ontem com o Zé Maria sobre isso.⁶⁶ O samba nunca trouxe, mesmo o samba que falava dos heróis negros, do Chico Rei, nunca foi uma coisa de ir para frente e dizer: “sou negro e tenho orgulho.” Essa não era a forma à qual os negros tinham sido catequizados a ser. Então o soul trazia uma outra coisa. Eu falo do soul e seus filhotes. O reggae é um filhote do soul — o Bob Marley era cantor de soul. Eu estava conversando outro dia com o Vovô, fundador do Ilê Aiyê,⁶⁷ recuperando essa história, porque tem um livro do Antônio Risério, Carnaval Ijexá, em que ele mostra como o soul está ligado ao próprio surgimento dos blocos afro.⁶⁸ E o Vovô confirmou: “Nós dançávamos o Brown.” E a coisa do Brown é tão forte que “Carlinhos Brown” é por causa do James Brown.⁶⁹

Antonio Carlos dos Santos (Vovô)

Na década de 1970 tinha a influência, a gente já ficando rapazinho, do movimento negro americano. Com toda a dificuldade da ditadura, mas a gente já tinha acesso, na época, às músicas que chegavam, aos discos, às nossas festas, porque todos nós aqui usávamos cabelo black, todo mundo curtia o Brown. Todo mundo se vestia à moda do negro americano. Mas, quando fundamos o Ilê Aiyê, nós optamos pela África: “Vamos trabalhar com a origem, com a mãe África.” Nós viemos falar em Estados Unidos, acho que foi em 1991 ou 1993.⁷⁰ Na verdade, a ideia não era nem essa, a ideia era falar sobre o sonho africano de Marcus Garvey, que queria retornar, comprou aquele navio...⁷¹ Mas aí, na discussão, resolvemos falar da “América negra”, mostramos a evolução do negro americano, da época da escravidão, esse ciclo todo. Mas a nossa busca sempre foi essa relação com a ancestralidade, com a África, com a religião. Isso sempre foi muito mais forte.

Edson Cardoso

Acho que o primeiro livro de uma pessoa negra que eu li foi um do Édison Carneiro.⁷² Circulavam muito algumas traduções da editora Civilização Brasileira, eu me recordo que eram títulos que davam conta da agitação negra nos Estados Unidos dos anos 1960. O impacto era grande. Você não abria uma Fatos & Fotos, uma Manchete, sem estar diante de manifestações negras nos Estados Unidos.

Nós estávamos vivendo uma época em que a ditadura tinha consciência do noticiário que estava no mundo, das lutas na África e do que estava acontecendo nos Estados Unidos. E houve a tentativa, sabendo qual era a situação no Brasil, de criar um “tapume”, porque aqui era um foco de possível agitação. Ou seja, o tema era controlado pela polícia, e nos veículos de comunicação ou na televisão havia interdição explícita a ele. Então, não era uma banalidade ler numa revista como a Manchete, nos anos 1960, uma matéria sobre mais um verão quente nos Estados Unidos com manifestações contra o racismo. Aquilo foi importante para nós. Primeiro, porque aparecia em revistas perfeitamente acessíveis, que você encontrava numa biblioteca. Isso provocava comparações, possibilidades de analogia — são as primeiras referências de liderança que você vai ter. Depois, porque os Estados Unidos tiveram uma força muito grande em chamar a atenção e mostrar coisas. Havia uma moda diferente, todo um visual que as pessoas estavam vestindo e fazendo em seu cabelo. E para os negros havia um referencial diferenciado. Você ainda estava numa época em que os bairros populares em Salvador, por exemplo, de maioria negra, tinham placas afixadas: “Alisa-se cabelo”. Quando cheguei em Brasília, conversando com a Lourdes Teodoro,⁷³ ela me disse assim: “Edson, eu fui a primeira pessoa a usar o cabelo black power em Brasília e eu sei o que eu sofri com isso.” Então, com essas mudanças que vieram na aparência, um cabelo mais negro era uma atitude de rebeldia.

Zélia Amador

Dentro da Ação Popular, AP, não havia discussão em relação à questão racial.⁷⁴ A questão era “classe”, não é? E essa continua sendo até hoje a grande premissa da esquerda brasileira. Quando entrei na AP, o livro de referência era o Livrinho Vermelho de Mao Tsé-Tung. E não se discutia a questão racial. Essa era uma falta que eu sentia, inclusive. A grande máxima, digamos assim, era rejeitar o imperialismo dos Estados Unidos. E esse era um drama que eu carregava, porque tinha um lado daquela sociedade de que eu gostava. Eu gostava dos Panteras Negras, eu gostava da luta pelos direitos civis, e carreguei comigo este drama durante todo o meu período de participação, porque você rejeitava o imperialismo mas aquela era uma sociedade que tinha algo que agradava. E o algo que me agradava era a luta racial. Acredito que todos os negros daquele momento, que participavam, que tinham atividade política mais forte, também sentiam isso.

Naquele período estava começando todo o processo de libertação das colônias do neocolonialismo. Aí, claro, você vai ler Senghor, Agostinho Neto, todo aquele pessoal da négritude. Então isso alimentou a gente durante muito tempo. Tanto que eu acho que, quando o movimento negro ressurge em 1978, essas são as referências. Além dos Estados Unidos, a grande referência são as lideranças dos movimentos de libertação na África.

Carlos Alberto Medeiros

Houve uma reunião na Faculdade Cândido Mendes, em Ipanema, no Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Seria acho que no dia 13 de maio mesmo — se não era 13, era 14, é só verificar lá no ano de 1974, num sábado. E me lembro que cheguei atrasado, o pessoal já tinha saído. Disseram: “Vai ter no outro sábado.” No outro sábado, eu cheguei na hora. Esses encontros reuniam 30, 40, 50 pessoas lá na Cândido Mendes, o que, de certa forma, foi o embrião de tudo o que iria acontecer depois. A gente não tinha muito contato com o que tinha acontecido anteriormente. A gente não tinha contato com o Abdias, não tinha ninguém ali que fosse elo com o Teatro Experimental do Negro, nada disso.⁷⁵ Era como se estivéssemos começando do zero, embora não fosse.

Então, tínhamos muita inspiração tanto na luta na África, quanto na luta nos Estados Unidos. Como é que a gente traduziria aquilo, como é que a gente pegaria as informações interessantes daquilo? Em nenhum momento se imaginou que fosse possível copiar as formas de luta nos Estados Unidos, muito menos na África — particularmente na África do Sul, que é mais semelhante com a questão daqui, do que a questão da luta anticolonial. Mas eram referências. Por exemplo: a valorização da história africana, que era uma coisa que valia lá na África e nos Estados Unidos e também era válida aqui. Aqui a gente poderia acrescentar a história afro-brasileira, adaptar essa ideia e trazer isso para cá. Isso era absolutamente válido e necessário. A valorização de uma estética negra, isso era uma coisa que cabia... Certas formas de luta, certas coisas específicas podiam ser trocadas. Inclusive num movimento que acabou sendo não de mão única, mas algo de mão-dupla: os negros americanos, curiosamente, têm vindo muito para cá. Salvador está virando uma espécie de meca dos negros americanos. Então não é uma coisa subserviente de imitação do estrangeiro. É contato, é troca. E isso a gente começou a fazer naquela época, e estava claro para a gente.

CONTATOS COM ANTIGOS MILITANTES E REDES DE RELAÇÕES

Ivair Alves dos Santos

Quando entrei na Universidade Federal de São Carlos, em 1970, as coisas mudaram, porque foi um rompimento total com a vida que eu tinha em São Paulo. Eu mergulhei na cidade de São Carlos. Lá comecei a construir um outro tipo de relação de afeto e cheguei a ficar um mês sem ir para casa. Só ia para casa quando tinha carona. Meu pai me dava uma grana, que era pouca, mas minhas sobrevivências eu acabei construindo lá. E aconteceu o seguinte: teve um dia em que a maré estava braba, era fome mesmo. Aí mandaram a gente para uma reunião do Diretório Central de Estudantes, o DCE. Fui para a república onde se construíam as chapas do DCE. Cheguei lá com uma fome! Os caras disseram: “Quer jantar?” Talvez a comida mais gostosa que eu comi na minha vida tenha sido a que nós comemos naquele dia: arroz, feijão e ovo. Estava havia quase dois dias só naqueles expedientes, e não tinha restaurante universitário. Aquela república depois me chamou para morar lá. Fui morar lá e depois fui presidente do DCE, a partir desse meu envolvimento.

Mas quando entrei na universidade, acho que no segundo ano, cruzei com outro negro que passou por mim e estudava lá. Eu falei: “Opa, tudo bem?” Ele era de outra faculdade. Aí voltei a conversar com ele, sempre trocando impressões. Depois vim a saber que o pai dele, Henrique Cunha, tinha sido militante.⁷⁶ Então, a gente se cruzou, dois negros na cidade, ele era engenheiro, e a gente estabeleceu uma relação de amizade. Ele estava com o pai e com a mãe — aí eu já tinha onde comer de vez em quando. Quando apertava, eu ia lá na casa deles para comer uma comida natural, essas coisas diferentes. Ali também serviu de apoio.

No 13 de maio de 1973, o Cunha Júnior falou: “Eu tenho que escrever alguma coisa sobre racismo. Escreve um artigo que eu escrevo outro.” Eu falei: “Está bom.” Aí escrevemos dois artigos para os dois jornais da cidade. O cara que leu o meu artigo me chamou para conversar. Quem era? Clóvis Moura. Eu falei: “Eu conheço você.” Aí esse cara me adotou. Ele falou: “Você já leu o Lima Barreto?” Eu falei: “Não, Clóvis, não li.” Ele começou a me abrir portas e me chamou para trabalhar com ele como revisor do jornal Folha de S. Paulo. Então me encaixei e tinha um emprego, conseguia pagar

a república todo mês, independentemente do dinheiro do meu pai, que já não vinha mais. Comecei a me virar.

Aí a trajetória política foi natural. O Cunha depois me trouxe para São Paulo e me apresentou aos militantes antigos: Correia Leite, Jayme Aguiar — toda essa turma da velha guarda eu ainda conheci na casa dele.⁷⁷ Quem é que eu comecei a conhecer? Odacir de Mattos, os caras que participaram da revista Realidade, aquele grande projeto. Ali eu estava em casa. Aí nos deparamos com um intelectual de peso que era o Eduardo de Oliveira e Oliveira, que nos enquadrava um pouco.⁷⁸ Mas eu bebi na fonte dos velhos militantes da década de 1930, aqueles saraus, e era uma coisa muito sofisticada.

Luiz Silva (Cuti)

Uma coisa importante para mim foi encontrar um livro do Oswaldo de Camargo, chamado O carro do êxito.⁷⁹ É um livro de contos, mas foi o primeiro livro de literatura que eu comprei, numa livraria comum na praia em Santos, que falava das entidades negras de São Paulo. E também tinha uma coisa fundamental: ele escreve muito em primeira pessoa, a primeira pessoa de um negro. Aí eu vi a foto do autor e falei: “Puxa!” Foi um deslumbramento para mim. Tanto é que, quando eu cheguei em São Paulo, em meados da década de 1970, procurei entidades negras, me associei, e conheci o Oswaldo de Camargo, que é amigo meu até hoje. O Oswaldo foi uma pessoa importantíssima como um elo de gerações. Sabia muito! Ele conheceu o Correia Leite quando ainda era novo. Então, para mim, esse livro foi um deslumbramento, assim como foi o livro do Abdias, O negro revoltado, que eu também comprei em Santos.⁸⁰ Foi também um grande deslumbramento saber que já tinha havido congressos, jornais, Teatro Experimental do Negro e tantas outras coisas. Essas duas obras nortearam bem minha vida nesse período.

A minha militância se dirigiu mais para área da cultura e, depois, mais precisamente para área da literatura. Mas continuei uma pessoa interessada em outros aspectos da questão racial, sobretudo a questão da memória. Aí foi que eu encontrei o Correia Leite. Foi uma pessoa que me recebeu muito bem. Aliás, recebia bem todas as pessoas que iam lá procurar entrevistas e informações. Ele foi um grande incentivador da militância. O pessoal do Cecan, o Centro de Cultura e Arte Negra, por exemplo, todos o conheciam, todos iam à casa dele conversar, convidá-lo para ir falar em algum lugar ou visitar alguma exposição, e ele sempre recebia muito bem todo mundo. Como eu estudava na época, pensei em fazer um trabalho sobre o Correia Leite e fui conversar com ele. Na primeira conversa, eu desisti, porque percebi que não tinha nada que fazer um livro sobre o Correia Leite; tinha que fazer um livro dele, com depoimentos dele. Tinha que ser o Correia Leite mesmo falando, se mostrando, se expondo. Era a memória que era a coisa mais interessante de fazer. Então eu fiz o ...E disse o velho militante José Correia Leite.⁸¹ As pessoas às vezes perguntam: “Por que aqueles pontinhos?” Esses pontinhos iniciais do título, as reticências, são exatamente

para caracterizar que há uma história muito grande e bonita de militância e, depois, a fala. Ele criou muitas entidades, jornais, participou de muita coisa, fez tudo isso, e disse.

O Correia Leite era uma espécie de ícone mesmo da “memória viva”, onde todos nós fomos beber a sabedoria, a transmissão oral do que foi o movimento negro das décadas de 1920, de 1930. Porque ele nasceu em 1900; quando a Frente Negra foi criada, ele estava com 30 anos.⁸² Então foi uma pessoa que pegou todo esse início do movimento negro em São Paulo e praticamente deu a vida pelo movimento negro, porque deixou de fazer carreira em qualquer profissão e tudo para se dedicar à imprensa negra. E isso também era um exemplo para todos nós. Eu me recordo muito bem que, certa vez, o Correia Leite perguntou: “Como está o Jornegro?”⁸³ Aí o Isidoro Telles falou: “Está muito difícil, muito caro...” O Correia Leite virou para ele e disse: “Olha, é bom que seja difícil, porque assim você valoriza esse trabalho; uma coisa muito fácil não é militância.” Então tinha muito disso, era uma pessoa que dava exemplo, era um homem muito honesto, muito correto, muito limpo. Agora, discutia como um jovem. Era uma pessoa muito rica.

Por causa disso e da nossa identidade também resolvi fazer o livro. E foi um livro que, para minha surpresa, teve uma boa aceitação no conjunto da população negra. Muitas pessoas que não são leitoras habituais acabaram lendo o livro exatamente por causa desse apelo à oralidade. É um livro que a gente ouve, a leitura é uma leitura auditiva, porque você sente que há uma fala, uma fala generosa, de contar realmente o que houve.

Amauri Mendes Pereira

O objetivo da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, Sinba, criada em 1974, era fazer intercâmbio Brasil-África. Mas como fazer isso? Não tinha nada. África, para a gente, ainda era a África, a gente ainda não conhecia nada. Começamos a conhecer toda essa literatura, essa luta, através do Centro de Estudos Afro-Asiáticos. O passado a gente só veio a conhecer naquele momento. Eu não tinha a menor noção de “movimento negro”. Para mim, a referência era os Estados Unidos. No Brasil, nunca tinha tido. Eu vou ouvir o nome de Abdias Nascimento já em 1975, 76: um, dois anos depois de estar dedicado à luta. Ninguém conhecia. O Yedo Ferreira uma vez falou: “Eu lembro que tinha o Abdias Nascimento.” Mas o Yedo também não conhecia, porque na época ele era do Partido Comunista, então não mexia com movimento negro, nunca tinha participado.

No início de 1975, já havíamos criado a Sinba, fazíamos reuniões. Aí, ouvimos a notícia de que tinha surgido na Bahia um bloco afro que ia enfrentar a polícia, que ia fazer e acontecer no carnaval. Então nós nos programamos para ir para o carnaval na Bahia. Até porque, imagina: um carnaval na Bahia...! Mas claro que não era isso. A militância é que era importante. Só que eu não tinha nada, não tinha emprego. Eu disse: “A gente dá um jeito!” Só que não deu para ir antes. Acabou o carnaval, nós fomos, eu e Denival Barbosa. Sem dinheiro nenhum, de carona na estrada. Mas nós levamos os documentos da Sinba para mostrar, para conhecer alguém na Bahia que fizesse isso. Não tínhamos referência nenhuma! Eu tinha o livro de capoeira do Waldeloir Rego, que era de uma biblioteca lá no Teatro Castro Alves.⁸⁴ A gente ia lá perguntar por ele e, a partir dele, chegar no candomblé e chegar no Ilê Aiyê. Era um pouco assim.

Ficamos cerca de dez dias na Bahia, entre outras coisas, visitando as praias, visitando tudo. Mas, não: “Nós temos que conhecer o ‘movimento’.” Era incrível! A gente visitava a praia com medo de estar errado: “Não é isso que nós viemos fazer aqui.” Entrava em crise. Ainda mais o Denival, que era mais purista que eu. Não sei, às vezes, eu era mais que ele. Era terrível o nosso rigor. A gente tinha todo um negócio salvacionista. Disciplina: “Temos que acordar cedo. É missão!” A gente queria informação, bibliografia,

queria tudo. A gente dizia: “Nós somos representantes da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África.” Perguntavam: “O que é isso?” E a gente respondia: “Criamos uma organização de negros no Rio de Janeiro.” “Mas por que de negros?” Aí a gente tinha todo um discurso, um pouco misturado com África, com Estados Unidos, Luther King, Malcolm X e Panteras Negras, um negócio que a gente ia inventando, a gente estava criando uma teoria, e escrevia muito mesmo. Tudo era escrito.

E na Bahia eu conheci Henrique Cunha Jr. Como? Chegamos lá sem o dinheiro da volta, mas, como o mundo era nosso e a gente estava lá em uma missão, a gente tinha que voltar de avião. “Vamos tentar voltar de avião! Vamos para o aeroporto.” Chegando lá, fomos perguntar: “Como é que se faz para voltar de avião para o Rio?” A gente aprendeu que tinha o Correio Aéreo Nacional e que você podia pedir, mas levaria um mês. Dissemos: “Não, um mês não. Tem que ser amanhã.” “Não tem condição.” E nessa negociação, tinha um outro negão esperto também querendo voltar de avião, era o Henrique Cunha Jr. Nós falamos para ele lá: “Nós estamos aqui numa missão do movimento negro.” Ele disse: “Meu pai é o Henrique Cunha da Frente Negra Brasileira.” “O que é isso?”

Aí nós sentamos e passamos duas noites ali no aeroporto. O Cunha era da nossa “turma” e foi o primeiro professor doutor. Ele foi livre docente na USP, na área de engenharia. Era o máximo. Ele foi para a França, fez um curso lá, porque a família dele já vinha de longe. Tinha história. O pai e a mãe são militantes da linha de frente na década de 1930. Então, aquilo para nós foi um escândalo! “Tem isso tudo em São Paulo?” “Temos que ir para São Paulo. Vamos voltar para o Rio o mais rápido possível para ir a São Paulo.” Aí começou a articulação com os paulistas.

Conseguiram voltar de avião?

Não. Claro que não! Voltamos na estrada do mesmo jeito, ele também, pegando carona.

Mundinha Araújo

Tudo foi um processo. Quando entrei para a universidade já comecei a falar da questão racial. Alguns diziam: “Que nada. Isso está só na sua cabeça.” E eu sempre saía em defesa. O Flávio Cavalcanti tinha um programa, e tinha o Erlon Chaves como jurado, que era negro, um excelente músico.⁸⁵ Ele morreu ainda novo, eu acho. E o Erlon Chaves era rigoroso nas suas avaliações. Quando chegava na faculdade, ouvia: “Aquele preto! Viu aquele preto? É só ele que dá nota baixa. Mas é porque é preto.” Bem, a essas alturas eu já não suportava esse negócio de ouvir falar de preto perto de mim. Aí eu dizia: “Mas ele é quem sabe mais de música ali.” Aí eu comecei logo cortando: “Porque ele é preto?” Eu já comecei com uma atitude, toda vez que falavam de preto perto de mim, fosse local de trabalho, fosse onde fosse, eu já dizia: “Sim, porque é preto? E tu és branca?” Aí eu comecei também nessa, como se fosse uma caça de pureza de sangue, dizendo: “Quem é branco aqui? Todo mundo quer ser descendente de português, de francês, que passou aqui só dois anos. E de índio e preto? Ninguém descende de preto? E teu nariz? E esse teu cabelo?” Mas era uma luta solitária, era eu sozinha.

Tinha um médico, o doutor Cesário Coimbra, que era o médico da família e era negro.⁸⁶ Eu acredito que ele foi o primeiro médico negro daqui de São Luís, não tenho certeza, porque teve também o Nunes Freire.⁸⁷ Mas acho que ele era mais velho que o Nunes Freire. O doutor Cesário Coimbra ocupou cargos, foi deputado estadual, deputado federal, era rico, tinha fazendas no interior e estudou no Rio Grande do Sul. E quando estudou lá, ele foi de movimento, de uma associação dos negros de cor.⁸⁸ Uma vez ele me mostrou o estatuto. Ele já tinha alguma vivência de organização. E quando eu ia me consultar, ele gostava muito de conversar comigo, e dizia para a minha mãe: “Sua filha é muito inteligente, gosto de conversar com ela.” E nós começávamos a falar de preconceito, discriminação, e ele dizia: “Olha, aqui se precisa criar um grupo. Nós precisamos criar um grupo para ver essas questões.” Se teve alguém que me influenciou foi o doutor Cesário Coimbra. O consultório dele era ali na rua do Sol. Ele era um excelente cirurgião e um clínico geral. E atendia muitas pessoas. Quem pudesse pagar, pagava. Quem não podia, não pagava. O consultório dele vivia cheio de

negros, porque era de uma região onde se concentra também a população negra aqui, que é Cururupu. Ele é desse município, e vinham os negros de lá. Ele era solteiro, foi casar com mais de 70 anos. Eu gostava muito dele.

Em dezembro de 1979, eu fui para o Rio em mais uma de minhas viagens e disse: “Agora eu vou procurar as entidades que estão lá.” Falei com o pessoal: “Vou pegar estatutos, vou conversar...” Porque o Neiva Moreira tinha orientado que a gente se formalizasse: “Não vão ficar o tempo todo. Vocês estão pretendendo o quê? Crem um grupo formal, regularizem, tenham um estatuto, uma diretoria, vão logo pensando nisso.”⁸⁹ Porque a gente pensava em ser só grupo de estudos. Quando chegou dezembro de 1979, a gente já estava pensando em realmente se transformar numa entidade, existindo juridicamente. E fui para o IPCN, onde encontrei o Amauri, o Yedo e o Orlando, que era o presidente do IPCN.⁹⁰ E conversei muito com eles, eles me deram uma cópia do estatuto e procuraram me mostrar as dificuldades. Nessa vez, no Rio, conheci a Lélia Gonzalez também, e já algumas pessoas que eles me apresentaram. E fiquei muito feliz. Para vocês verem: esse intercâmbio, que vai se prolongar por muitos anos, começa logo aí, antes do CCN estar formalizado. Ainda não tinha nome, não tinha nada. Mas a gente já sabia que queria fazer pesquisa, queria ir para a comunidade negra, queria fazer denúncia de racismo, de preconceito, não era uma coisa só.

Luiz Carlos Oliveira

Conheci a Mundinha Araújo no Rio, porque ela ficou na casa da Lucila Beato quando teve um encontro na Candido Mendes, no início da década de 1980.⁹¹ Ah, foi ela quem me deu o modelo de estatuto para criar o Centro de Estudos da Cultura Negra, Cecun, em Vitória. Eu me baseei no modelo de estatuto do CCN do Maranhão. Lucila tinha convidado Miriam Cardoso para o evento, mas ela não quis ir e me falou: “Recebi um convite para ir lá no Rio, num encontro assim, assado, mas eu não estou mais militando...”⁹² Aí eu fui para o Rio de Janeiro. Fiquei num hotel, com a negrada toda. Lá, a Lucila, que era a pessoa na Candido Mendes, falou: “Vamos dormir lá em casa?” Eu sei que nós dormimos na casa de Lucila, naquele bairro de Martinho da Vila, Vila Isabel, e lá eu conheci Mundinha. Isso foi antes de fundarmos o Cecun, em fevereiro de 1983.

Flávio Jorge Rodrigues da Silva

Como o grupo que formou o Grupo Negro da PUC de São Paulo, em 1979, era muito imaturo na discussão da questão racial, a gente começou a ter contato, a convidar grupos de fora. Eu conheci o Amauri nessa época, junto com o Yedo. Eles tinham um jornal lá no Rio, o Simba, e a gente foi para uma atividade promovida acho que pela Cândido Mendes. Na época, a gente convidou os dois para falarem um pouco sobre as lutas de libertação lá da África, porque eles tinham muita relação com as lutas do continente africano. Da mesma forma, por exemplo, vieram os grupos da Bahia — João Jorge, que é do Olodum, o próprio Vovô, eles começaram a vir para São Paulo.⁹³ Começou a ter um intercâmbio São Paulo-Bahia. A gente era um grupo que intercambiava muito e, até pelo jeito meio “porra louca positivo”, como eu chamo, a gente não se vinculava muito a nada. A gente não era do MNU; com o PT, a gente tinha resistência, embora achasse que o PT fosse interessante... Era um jeito de se organizar bastante estranho, eu acho. Tínhamos um grupo que reivindicava muita autonomia frente a tudo. Talvez tenha sido muito fruto da juventude da gente. Mas os primeiros contatos foram nessa linha.

Nilma Bentes

Eu tinha pouco acesso, aqui em Belém, às informações que vinham de fora sobre os Estados Unidos, direitos civis, muito pouco. Uma das coisas que me motivaram muito nesse aspecto foi aquela Olimpíada em que apareceu aquele pessoal dos Estados Unidos que ganhou, mas estavam protestando.⁹⁴ A minha visão dos norte-americanos, nesse período, era esses atletas olímpicos que protestaram e o Cassius Clay, Muhammad Ali, que, naquele tempo, não quis ir e perdeu o cinturão. Então era assim uma coisa bem forte para nós aqui, apesar da distância. Mas Martin Luther King muito pouco chegava aqui, Malcom X também não chegava. Chegavam só essas figuras, e pouco, muito pouco. A gente teve sorte de ter até esse pouquinho. Porque, de qualquer maneira, o pessoal diz: “Vocês se baseiam nos norte-americanos.” Não. Porque, no processo político no Brasil, quando foi caindo a ditadura, quase todos os movimentos se articularam: movimento de direitos humanos, de mulheres, e nós fomos também.

O marco fundamental na nossa trajetória foi a mobilização para o Memorial Zumbi, que o Abdias estava tentando implantar na Serra da Barriga, em Alagoas. E ele fez isso no estilo Abdias: vai fazendo e vai rompendo. Até chegar aqui a coisa foi difícil, mas nós estivemos representados lá. A gente considera um marco importante essa participação na Serra da Barriga, numa das primeiras reuniões para a criação do Memorial Zumbi, em 1980.

Vanda Menezes

A gente fez uma caminhada até a Serra da Barriga, se não me engano, em 30 de agosto de 1980. Foi uma coisa simbólica, de tomada da Serra. No calendário da Fundação Palmares tem isso. A gente constituiu o Memorial Zumbi, que era uma reunião anual, em 19 de novembro, o dia inteiro, de todas as pessoas e entidades do Brasil que se juntavam em Maceió para discutir a questão negra no Brasil. Chamava-se “Reunião do Memorial Zumbi”. Olympio Serra, Ordep Serra, Carlos Moura, Dulce Pereira, Hamilton Cardoso...⁹⁵ O romance entre Hamilton Cardoso e Dulce Pereira começou lá. Zezé Motta, Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, Abigail Paschoa, Amauri Mendes, Januário Garcia, Telma Chase, Wanda Chase, Zumbi Bahia, Inaldete, Vovô...⁹⁶ Todo esse povo são meus companheiros por causa do Memorial Zumbi, que a gente instituiu. Não me pergunte como a gente chegava lá, mas todo mundo ia, de avião, de ônibus, não sei como. Eu era a responsável pela recepção. Em 1980, a gente convocou todos os embaixadores africanos. Na primeira caminhada da Serra da Barriga, a gente formou o Memorial. E os embaixadores iam, todos os anos. De todas as embaixadas africanas no Brasil dos anos 1980. O Memorial Zumbi nos deu condições de discutir a Serra da Barriga e de querer o tombamento. A gente tombou a Serra em 1985.

Diva Moreira

Nós homenageamos o professor Abdias, aqui em Belo Horizonte, fizemos questão. Fizemos homenagem ao professor Milton Santos também.⁹⁷ Hélio Santos e Sueli Carneiro estiveram conosco.⁹⁸ Quem mais? Não me lembro que outras lideranças negras estiveram conosco. Mas a gente fazia uma vez por mês o dia de estudo, que era uma combinação da informação, da construção dessa consciência racial, com comida de origem africana. Aí eram comidas de santo, para desconstruir a imagem negativa das religiões africanas no Brasil e entre nós. Meu irmão é de santo e ele costumava explicar como aquela comida era feita, por que era feita, para que santo era feita. E tinha apresentações culturais. Aí rolou de tudo: maculelê, capoeira, dança afro, jogral... As pessoas dançavam, roda de samba... Era muito agradável.

Zélia Amador

A gente sempre teve, desde que o Cedenpa foi criado em 1980, relações com outros movimentos, seja na Bahia, em Pernambuco, no Maranhão, com o povo do CCN, enfim, com o país todo.⁹⁹ Naquele período você não tinha computador, então era carta e telefone. Mas a gente sempre teve essa relação, aqui do Pará. E você acaba elegendo algumas figuras no país. Eu sempre digo para o Hélio Santos que ele é o meu guru, eu brinco com ele, porque ele foi uma figura importante para o Cedenpa, uma referência importante. Em 1984, eu acho, o Franco Montoro criou o Conselho de Participação da Comunidade Negra, e vão para lá o Hélio, o Ivair, a Aparecida Bento, que vai trabalhar com mercado de trabalho, a Sueli Carneiro, a Rachel de Oliveira, que continua trabalhando com educação até hoje, o Hédio Silva, e esse pessoal sempre foi nosso interlocutor.¹⁰⁰ A gente fez grandes amizades.

Magno Cruz

O Amauri e o Yedo escreveram uma cartilha, O negro e as eleições, que serviu muito para a nossa formação.¹⁰¹ Para discutir a questão político-partidária, a gente tinha aquilo como bíblia, como base. Ela foi fundamental para nós e, inclusive, fala o que hoje o pessoal está falando: que eleição acontece todo o tempo e não muda a situação do povo negro; muda? Porque se eleição mudasse alguma coisa, a gente no Brasil estaria em uma outra situação, porque tem eleição de dois em dois anos. A gente não pode jogar peso em uma eleição. Porque, querendo ou não, a gente acaba sendo uma referência do movimento negro. Na época em que fui candidato, muita gente dizia assim: “Ora vejam, a gente acreditava que você era um militante do movimento negro, mas estava só sendo um oportunista.” Nesse país, as pessoas ainda não conseguem ver, e têm razões para isso, o político ligado a um partido como uma pessoa séria. Qualquer pessoa que passe a fazer parte desse círculo é vista com muita restrição. Então não é legal para o movimento negro que referências que hoje têm, vamos dizer assim, o aval de falar e de criticar, façam parte desse círculo. Porque o que eu falo, o que a Mundinha fala, o que Luizão fala, o que João Francisco fala são coisas que a sociedade ouve com muita respeitabilidade, com muita credibilidade.¹⁰² Acho que hoje a luta partidária acaba fragilizando muito os movimentos. Por isso me afastei, para não enfraquecer mais o próprio movimento.

Gostaria que aqui no Brasil a gente tivesse a mesma constituição que tem a Colômbia. Se não me engano, é lá que tem candidato por movimento: o movimento de mulheres lança sua candidata, o movimento dos indígenas lança seu candidato — pelo movimento, não por partido político.¹⁰³ Tem uma cota estipulada para os

movimentos. Então, o movimento negro também tem um candidato. Seria bom, porque eu me candidataria pelo movimento negro, não teria que sair por partidos, que, com muita dificuldade, discutem a questão do negro. A discussão nos partidos está muito aquém do que a gente já discute. Ir para dentro de um partido hoje é um atraso, porque é começar praticamente do zero. Nos dias 1 e 2 de setembro eu estava em Brasília participando de um seminário realizado pela CUT.¹⁰⁴ O Sindicato dos Urbanitários me mandou como representante. Mas a gente ouve durante um encontro desses coisas terríveis: “A situação está preta!” “O buraco negro.” Ou então: “Fulano denegriu a imagem...” Denegrir é enegrecer. São expressões extremamente racistas, coisas em relação às quais nós já nos policiamos, para não reproduzir na nossa fala o racismo. Então, os partidos estão nesse patamar de discussão e a questão racial sempre fica muito longe. A CUT, também, vai resgatar a história do trabalhador brasileiro e começa a falar dos imigrantes europeus. E os negros e os índios? Não eram trabalhadores?

[36 O movimento literário que ficou conhecido como négritude surgiu na França na década de 1930, reunindo produções que valorizavam o patrimônio cultural e a perspectiva negro-africana, em contraposição à cultura ocidental. Seus fundadores foram o senegalês Léopold Senghor, o martinicano Aimé Césaire e o guianense Léon Damas. Ver www.wikipedia.org, acesso em 25/7/2007.](#)

[37 Ebony foi fundada em 1945 pelo empresário das comunicações e de cosméticos John H. Johnson \(1918-2005\), fundador da Johnson Publishing Company e primeiro negro a aparecer na lista dos quatrocentos mais ricos da revista Forbes. Ver www.wikipedia.org, acesso em 26/7/2007.](#)

[38 Do campus da Universidade Federal do Maranhão até o centro histórico de São Luís do Maranhão.](#)

39 Realidade, ano II, número 19, outubro de 1967, conforme já informado em nota no capítulo 1.

40 Lara Fallabrino Sanz Chibelli de Lemos (1925), natural de Porto Alegre, formou-se em história e geografia (1945) e em pedagogia (1951) pela PUC do Rio Grande do Sul e fez especialização em literatura inglesa e contemporânea na Southern Methodist University, Estados Unidos. Entre 1957 e 1994 colaborou em periódicos gaúchos, como Correio do Povo, e cariocas, como Jornal do Brasil e Tribuna da Imprensa. De 1966 a 1978 trabalhou em diversos setores do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro. Foi professora de economia política da Faculdade Cândido Mendes. Publicou seu primeiro livro, Poço das águas vivas, em 1957 (Porto Alegre, Editora Globo). Ver <http://www.astormentas.com/din/biografia.asp?autor=Lara+de+Lemos> e http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/catalogo/lara_obra.html, acesso em 30/7/2007.

41 Trata-se do prefácio escrito por Jean Paul Sartre para a Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française (Antologia da nova poesia negra e malgaxe de língua francesa), organizada por Léopold Sédar Senghor e publicada originalmente pela editora Presses Universitaires de France (PUF) de Paris, em 1948. Léopold Senghor (1906-2001), poeta senegalês e um dos líderes do movimento literário négritude, foi o primeiro presidente da República do Senegal, cuja independência ajudou a proclamar, em 1960, permanecendo no poder, após sucessivas reeleições, até 1981.

42 O poeta Aimé Césaire (1913), natural da Martinica, foi também deputado pelo Partido Comunista (1945-1993) e prefeito da capital de Martinica, Fort-de-France. Léon Damas (1912-1978) nasceu em Cayenne, na Guiana Francesa, e fez seus estudos secundários na Martinica, onde conheceu Césaire. Ambos conhecaram Senghor em Paris na década de 1930. Ver www.wikipedia.org, acesso em 23/7/2007.

43 Nascido Cassius Clay (1942), o boxeador Muhammad Ali mudou de nome após ter se tornado membro da Nação do Islã, organização religiosa de muçulmanos negros, em 1964. Em 1966 recusou-se a servir no Exército norte-americano e a lutar na Guerra do Vietnã. Na ocasião não atendeu ao comando de um oficial que o chamou pelo nome antigo, alegando que

“Clay” era um nome dado a um antepassado seu por um homem branco. Em abril do ano seguinte, não atendeu três vezes ao pronunciamento de seu nome antigo por ocasião de uma luta em Houston. Em razão dessas recusas, permaneceu três anos sem poder atuar nos EUA e perdeu o título de campeão dos pesos pesados que tinha conquistado em 1964. Quanto a Angela Davis, em agosto de 1970, ela passou a integrar a lista dos dez fugitivos mais procurados do Federal Bureau of Investigation (FBI), acusada de participar do sequestro e do homicídio de um juiz durante a tentativa de fuga de um tribunal de três militantes dos Panteras Negras. Desapareceu por dois meses, mas acabou sendo presa em outubro. Seu julgamento mobilizou a opinião pública mundial e durou 18 meses, ao final dos quais foi inocentada de todas as acusações. Ver www.wikipedia.org, acesso em 23/7/2007.

44 Énio Silveira (1925-1996) foi proprietário da editora Civilização Brasileira de 1948 até 1996. A editora teve papel importante no debate político e cultural durante o regime militar. Ver http://www.editorasonline.com.br/editora_civilizacao_bras.asp, acesso em 24/7/2007.

45 Eldridge Cleaver (1935-1998) foi um dos fundadores e o porta-voz do movimento Panteras Negras, criado em 1966. Alma no exílio (Soul on Ice) foi escrito enquanto esteve preso condenado por assalto, entre 1957 e 1966. Frantz Fanon (1925-1961), médico e militante negro nascido na Martinica francesa, nas Antilhas, atuou na guerra de independência da Argélia e escreveu obras de referência sobre as lutas de libertação africanas, como Pele negra, máscaras brancas (1954), um estudo sobre a psicologia dos negros antilhanos, e Os condenados da terra (1961), obra que influenciou as ações revolucionárias dos países do chamado terceiro mundo na década de 1960. Ver www.wikipedia.org, acesso em 28/11/2005, e Nei Lopes. Enciclopédia ... (op.cit.).

46 Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2004), nascido em Amarante (PI), era filho de mãe branca e pai negro. Filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1945 e atuou como jornalista na Bahia e em São Paulo. Em 1959 publicou Rebeldes da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas, livro pioneiro no tratamento da história social do negro no Brasil. Escreveu diversos livros de sociologia e história, como Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha (1964), A sociologia posta em questão (1978), Brasil:

raízes do protesto negro (1983), entre outros. Ver Érika Mesquita, “Clóvis Moura e a sociologia da práxis”, Estudos Afro-Asiáticos (Rio de Janeiro, 2003, v.5, n.3), em www.scielo.br, acesso em 24/7/2007. Florestan Fernandes (1920-1995) nasceu em São Paulo, filho único de uma imigrante portuguesa. Começou a trabalhar aos seis anos para ajudar a mãe, como ajudante de barbeiro, engraxate, num açougue e em diversos locais. Como não pôde frequentar a escola normalmente, aos 17 anos matriculou-se num curso de madureza e em 1940 concluiu os estudos. Cursou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP de 1941 a 1943, formando-se em ciências sociais. Em 1947 obteve o título de mestre pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, com uma dissertação sobre os Tupinambás, tema sobre o qual também versou sua tese de doutorado, defendida na USP em 1951.

Em 1953 tornou-se livre docente da cadeira de sociologia da USP. Envolvido desde o início da década de 1950 com o Programa de Pesquisa sobre Relações Raciais no Brasil, patrocinado pela Unesco, Florestan Fernandes desmentiu a tese sobre a inexistência de racismo no Brasil. Em 1955, publicou com Roger Bastide Negros e brancos em São Paulo, no qual inverteu a ideia de que o negro constituía um “problema” social, afirmando que a sociedade é que constituía um problema para a população negra. Em 1964 tornou-se catedrático em sociologia, com a tese A integração do negro na sociedade de classes, demonstrando como a desigualdade de acesso de negros e mulatos ao mercado de trabalho constituía obstáculo para a realização de uma sociedade democrática no Brasil. Foi preso por ocasião do movimento político-militar de 1964, mas não ficou muito tempo na cadeia devido à grande repercussão de uma carta aberta que fez circular pela imprensa. Não obstante, em 1969 foi afastado da USP e aposentado pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Entre 1969 e 1972 atuou como professor visitante nos EUA e no Canadá. Após a redemocratização do país, elegeu-se deputado constituinte (1987-1988) e deputado federal (1988-1994) por São Paulo na legenda do Partido dos Trabalhadores (PT). Ver DHBB.

47 Amilcar Lopes Cabral (1924-1973) fundou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1956, e foi um dos dirigentes da luta pela libertação da Guiné-Bissau. Em 1972, anunciou a criação de um governo provisório nos territórios controlados pela guerrilha do PAIGC, mas foi assassinado pouco depois, em janeiro de 1973. Agostinho Neto (1922-1979), médico e poeta, fundou o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e foi o primeiro presidente da República

Popular de Angola, de 1975 a 1979. Samora Moisés Machel (1933-1986) tornou-se líder da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) após a morte de Eduardo Mondlane (1920-1969), que havia sido seu primeiro dirigente. Machel foi o primeiro presidente de Moçambique após a proclamação da independência, em 25 de junho de 1975, permanecendo no cargo até sua morte por acidente de avião, na África do Sul. Ver Almanaque Abril (São Paulo, Editora Abril, 2002); Encyclopédia Abril (São Paulo, Editora Abril Cultural, 1971); Nei Lopes. Encyclopédia... (op.cit.); Grande Encyclopédia Larousse Cultural (s/l, Nova Cultural, 1998).

48 Malcolm X (1925-1965), cujo pai, um pastor batista, foi morto pela Ku Klux Klan, foi líder do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, defendendo o uso da luta armada como forma de ação. Malcolm X foi líder da Nação do Islã, organização religiosa de muçulmanos negros, de que, contudo, se desligou em 1964, sendo essa possivelmente a causa de seu assassinato no ano seguinte. Ver Nei Lopes. Encyclopédia... (op.cit.).

49 Pepetela é o pseudônimo do escritor angolano Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, nascido em 1941.

50 Décio Bergamaschi Freitas (1922-2004), formado em direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi jornalista e historiador autodidata, tendo publicado mais de uma dezena de livros sobre temas da história do Brasil. Em 1961, foi nomeado pelo presidente João Goulart procurador-geral da Fundação Brasil Central, em Brasília. Depois do golpe político-militar de 1964, exilou-se em Montevidéu, onde permaneceu até o início da década de 1970. Palmares: a guerra dos escravos foi publicado pela primeira vez no Uruguai, com o título La guerrilla negra (editora Nuestra América). No Brasil, sua primeira edição data de 1971 (editora Movimento). Ver <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2004/03/09032004/062> e <http://www.paginadogaucho.com.br/pers/df.htm>, acesso em 26/7/2007.

51 Agostinho Neto. Poemas de Angola. Prefácio de Jorge Amado (Rio de Janeiro, Codecri, 1975, 52 p.).

52 O Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) foi fundado em 1975, no Rio de Janeiro.

53 A Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) foi fundada em 1974, no Rio de Janeiro.

54 O apartheid (palavra africâner que significa “separação”) foi o regime de segregação das populações negra e branca, veiculado pela política oficial de minoria branca da República da África do Sul entre 1948 e 1992, quando foi abolido por uma maioria de 69% dos votos de um plebiscito só para brancos proposto pelo então presidente branco Frederik de Klerk. Somente em 1994 foi realizada a primeira eleição livre para presidente da República, que foi vencida por Nelson Mandela, principal líder da luta contra o apartheid na África Sul. Ver Dicionário Houaiss da língua portuguesa (Rio de Janeiro, Objetiva, 2001), Almanaque Abril 2002 (São Paulo, Editora Abril) e <http://wikipedia.org>, acesso em 11/8/2007.

55 Patrice Émery Lumumba (1925-1961), líder nacionalista do Congo Belga, lutou pela independência de seu país durante a década de 1950. Fundou o Movimento Nacional Congolês (MNC) em 1958. Após a independência da República do Congo, em 30 de junho de 1960, foi eleito primeiro-ministro. Contudo, parte da administração e das forças armadas continuava em mãos de autoridades belgas, que, ao lado das companhias mineradoras, se opunham às medidas nacionalistas promovidas por Lumumba (como a africanização do Exército) e fomentavam a secessão da região mineradora de Katanga. Como a Organização das Nações Unidas (ONU) não enviasse ajuda militar para pôr fim à guerra civil, Lumumba pediu ajuda à União Soviética (URSS). Receando que o Congo se alinhasse à URSS, a agência norte-americana de inteligência CIA financiou os opositores de Lumumba, a quem forneceu armas. Em setembro de 1960, o general Joseph Désiré Mobutu tomou o poder, após um golpe de estado, e, em janeiro do ano seguinte, Patrice Lumumba foi preso e assassinado. Ver Almanaque Abril (São Paulo, Editora Abril, 2002); Encyclopédia Abril (São Paulo, Editora Abril Cultural, 1971); Grande Encyclopédia Larousse Cultural (s/l, Nova Cultural, 1998), e www.wikipedia.org, acesso em 22/11/2005.

56 Nelson Rolihlahla Mandela (1918), nascido em Qunu, na África do Sul, pertencente ao grupo étnico dos xhosas, formou-se em direito em 1942 e tornou-se um dos maiores líderes da luta contra o racismo no mundo. Militante do Congresso Nacional Africano (ANC na sigla em inglês), a principal organização negra dedicada à luta contra o regime racista sul-africano, desde 1944, foi preso em 1962 e condenado à prisão perpétua em

1964. Em 1990, em função da campanha do ANC e da pressão internacional, foi libertado e, em 1993, ganhou o prêmio Nobel da Paz, juntamente com o presidente da África do Sul, que o libertou, Frederik de Klerk. Em 1994 Nelson Mandela foi eleito presidente da República da África do Sul, tornando-se o primeiro presidente negro daquele país. Ver http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1993/mandela-bio.html, acesso em 16/8/2007.

57 O Clube Renascença foi criado em 1951, no bairro Lins de Vasconcelos, no Rio de Janeiro, por um grupo de negros da classe média, com o objetivo de dispor de um espaço para atividades sociais em que não se sentissem discriminados. Logo atraiu a elite social e intelectual negra do Rio de Janeiro. Na década de 1960, o clube se transferiu para o bairro do Andaraí e suas atividades, como festas, bailes de carnaval e concursos de beleza, atraíam artistas, políticos, jogadores de futebol, intelectuais e grupos de diferentes classes sociais da cidade. No entanto, foi na década de 1970 que surgiu a proposta de resgatar atividades especificamente voltadas para a juventude negra que oferecessem novas formas de identificação étnica. Ver Sonia Maria Giacomini, “Elite negra e o drama de ser dois”, I Simpósio Internacional O Desafio da Diferença (Salvador, abril 2000), em www.desafio.ufba.br/gt6-004-html, acesso em 8/7/2005.

58 Jimmy Lee, ativista negro norte-americano, intermediou o financiamento para a compra da sede do IPCN feita pela Interamerican Foundation, do Partido Democrata dos Estados Unidos. Ver www.casadeculturadamulhernegra.org.br/noticias_03.htm, acesso em 23/9/2005, e <http://www.fnpi.org/premio/2003/finalistas/pdf/2003CSC1491p.pdf>, acesso em 24/7/2007.

59 Asfilófio de Oliveira Filho (1949), conhecido como Filó, nasceu no Rio de Janeiro e foi mentor do movimento sociocultural Black Rio, que eclodiu nos subúrbios do Rio de Janeiro na década de 1970, no rastro dos movimentos de afirmação dos negros norte-americanos e a partir da moda da soul music. Nos anos 1990 foi presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Esportivo (Indesp) e, em 2002, presidente da Superintendência de Esportes do Estado do Rio de Janeiro (Suderj). Ver Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.).

60 Shaft, lançado em 1971, foi o primeiro filme da trilogia que tinha Richard Roundtree no papel principal. Os outros dois foram Shaft's Big Score (1972) e Shaft in Africa (1973). A série de TV protagonizada pelo detetive John Shaft foi produzida entre 1973 e 1974. Ver www.wikipedia.org, acesso em 24/7/2007.

61 Os bailes de charme, herdeiros das festas e dos bailes soul da década de 1970, surgiram em meados da década de 1980, na cidade do Rio de Janeiro. A música “charme” descende diretamente do soul norte-americano, com algumas pequenas diferenças, como, por exemplo, o ritmo um pouco mais lento e cadenciado, que permite a criação de diferentes passos de dança. A elegância da música e dos frequentadores dos bailes teria determinado o próprio nome do estilo musical “charme”. Até o ano de 2005, o disk jockey (DJ) Corello se apresentava às quintas-feiras nos bailes de charme promovidos pelo tradicional Clube do Cordão do Bola Preta, localizado na Cinelândia, no Centro do Rio de Janeiro.

62 No dia 17 de julho de 1976, o Caderno B do Jornal do Brasil publicou uma reportagem de quatro páginas, assinada por Lena Frias, intitulada “Black Rio — o orgulho (importado) de ser negro no Brasil”. Ver Hermano Vianna, “O mundo funk carioca”, em www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto_link.asp?cod_link=136&cod_chave=1&letra=c, acesso em 24/7/2007.

63 O jornal Movimento foi um semanário de São Paulo que circulou entre os anos de 1975 e 1981. Foi reconhecido por sua linha editorial de combate à ditadura. Ver DHBB.

64 Em artigo intitulado “Atenção, brasileiros”, publicado no Diário de Pernambuco em 15 de maio de 1977, Gilberto Freyre pergunta: “Será que estou enxergando mal? Ou terei realmente lido que os Estados Unidos vão chegar ao Brasil, (...) norte-americanos de cor, (...) para convencer os brasileiros também de cor de que seus bailes e suas canções afro-brasileiras teriam de ser de ‘melancolia’ e de ‘revolta’?”. E prossegue: “O que se deve destacar, nestes tempos difíceis que o mundo está vivendo, com uma crise terrível de liderança, (...) é que o Brasil precisa estar preparado para o trabalho que é feito contra ele, não apenas pelo imperialismo soviético, (...) mas também pelo dos Estados Unidos.” O artigo está citado em Carlos Alberto Medeiros. Na lei e na raça: legislação e relações raciais, Brasil-

Estados Unidos (Rio de Janeiro, DP&A, 2004, p. 70).

65 Trata-se do samba “Batuque do Morro Velho”, de Adil de Paula, Zuzuca do Salgueiro, gravado no disco Zuzuca, de 1974. A letra diz: “Ô, ô, ô, / Que saudade da fazenda do Sinhô, / Morro Velho das Palmeiras, / Onde canta o sabiá, / Morro Velho, das jaqueiras, / De Sinhô e de Sinhá, / Morro Velho, das fazendas, / Como é doce recordar, / Os negros em dias de festa, / Cantando em promessas aos nossos Orixás, / No mato tem, / Oi, no mato mora, / Mestre Dourado, / Lambari que puxa tora.” Ver http://www.dicionariompb.com.br/detalhe.asp?nome=Zuzuca+do+Salgueiro&tabela=T_FORM_A&qdetalhe=art e http://musicasantigaseletras.com.br/carnaval/morro_velho.html, acesso em 24/7/2007.

66 José Maria Nunes Nunes Pereira Conceição (1937) foi cofundador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1973. Nascido em São Luís do Maranhão, estudou em Portugal (1947-1962) e participou dos movimentos de libertação das colônias portuguesas na África. Graduou-se em ciências sociais na Universidade Federal Fluminense (1972), é mestre (1991) e doutor (1999) em sociologia pela USP. Também foi entrevistado no projeto “História do movimento negro no Brasil”, mas, como não é militante do movimento negro, sua entrevista não integra este livro. Parte dela foi publicada na revista Estudos Históricos. “Brasil-África” (Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, n. 39, 2007/1).

67 O bloco afro Ilê Aiyê foi fundado em Salvador, em 1974.

68 Antônio Risério. Carnaval Ijexá (Salvador, Corrupio, 1981).

69 O Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira confirma que o cantor, percussionista e compositor Antônio Carlos Santos de Freitas (1962) adotou o nome artístico de Carlinhos Brown nos anos 1970 inspirado em James Brown. Ver http://www.dicionariompb.com.br/detalhe.asp?nome=Carlinhos+Brown&tabela=T_FORM_A&qdetalhe=art, acesso em 24/7/2007.

70 O tema de 1993 recebeu o título “América negra — o sonho africano”. Ver www.ileaiye.com.br, acesso em 23/1/2007.

71 O jamaicano Marcus Garvey (1887-1940) fundou a Universal Negro

Improvement Association e a African Communities League. Estabelecendo-se nos Estados Unidos, chegou a fundar uma companhia de navegação em 1919, a Black Star Line Steamship Corporation, para promover o transporte dos afrodescendentes para a África. A empresa, contudo, foi processada por irregularidades, e Garvey foi deportado para a Jamaica. Em 1935 fixou-se em Londres, onde faleceu.

72 Édison Carneiro (1912-1972) nasceu em Salvador, onde se formou em direito em 1935. Especialista em cultos de origem africana, escreveu diversos livros a respeito, entre os quais Candomblés da Bahia (1948). Foi um dos fundadores e presidente (1961-1964) da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, órgão executivo ligado ao Ministério da Educação criado em 1958. No ano de 1966 foi o delegado da missão brasileira no I Festival de Artes Negras de Dakar, no Senegal. Ver Eduardo de Oliveira. Quem é quem na negritude brasileira: volume 1 (São Paulo: Congresso Nacional Afro-brasileiro; Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 1998) e
<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EdisoSou.html>, acesso em 24/7/2007.

73 Maria de Lourdes Teodoro (1946), escritora, formou-se em letras, em Brasília, e foi professora de língua e literatura francesa no Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub), fundado em 1968. Doutorou-se em literatura comparada na Universidade de Paris III — Sorbonne nos anos 1980, período no qual publicou poemas e artigos nas revistas Le Soleil Éclaté e Présence Africaine. Sua tese de doutorado intitulou-se “A identidade do homem colonizado”, e nela estudou Mário de Andrade e Aimé Césaire. Professora do Instituto de Artes da Universidade de Brasília (UnB), fez pós-doutorado em arte e psicanálise na Universidade de Harvard, nos EUA. Publicou, entre outros, Modernisme brésilien et Négritude antillaise: Mário de Andrade et Aimé Césaire. (Paris/Montreal, Editions L'Harmattan, 1999). Ver <http://www.arte.unb.br/women/lourdes.html>,
http://www.allaboutarts.com.br/dv/showpage.asp?code=0604L3&version=portugues&name=Lourdes_Teodoro,
<http://www.ida.unb.br/adm/cedad.asp>, acesso em 25/7/2007.

74 A Ação Popular (AP) foi fundada em 1962 e reunia membros da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC). Após o 31 de março de 1964 muitos de seus membros foram presos, ou passaram à clandestinidade. Ver DHBB.

75 Abdias Nascimento (1914) nasceu em Franca (SP), fundou o Teatro Experimental do Negro, em 1944, e foi um dos organizadores da Convenção Nacional do Negro, encontro realizado por dois anos (1945 e 1946), no Rio e em São Paulo, que propôs à Constituinte de 1946 a tipificação da discriminação racial como crime de lesa-pátria. Participou também como organizador do primeiro Congresso do Negro Brasileiro, em 1950. Em 1968 exilou-se nos Estados Unidos em decorrência do endurecimento do governo militar, no poder desde abril de 1964, e foi professor em diversas universidades norte-americanas. Participou da fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978, e criou, em 1981, o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro) na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. No exílio, tornou-se amigo de Leonel Brizola, com quem fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) em maio de 1980. Fundou a Secretaria do Movimento Negro do PDT e foi deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 e senador pelo mesmo estado de 1991 a 1992 e de 1997 a 1999. Durante o segundo governo de Leonel Brizola no estado do Rio de Janeiro (1991-1995), ocupou a Secretaria Extraordinária para Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras (Sedepron), posteriormente denominada Seafro, e, durante o governo de Anthony Garotinho (1999-2003), foi secretário de Direitos Humanos e da Cidadania do Rio de Janeiro. Ver DHBB.

76 Henrique Cunha (1908-2006) foi diretor do jornal Clarim d'Alvorada, fundado em São Paulo, em 1924; integrou a Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, e o Clube Negro de Cultura Social, fundado em 1932, e foi um dos fundadores da Associação Cultural do Negro, em 1956. Ver http://www.ptrj.org.br/mostra_noticia.asp?id=4219, acesso em 25/7/2007. Seu filho, Henrique Cunha Júnior, formou-se em engenharia elétrica pela USP de São Carlos e em sociologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Araraquara. Mestre em história, doutorou-se em engenharia na França e defendeu tese de livre-docênci na USP. Foi fundador e primeiro presidente (2002-2004) da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e é professor titular da Universidade Federal do Ceará. Publicou, entre outros, Tear africano: contos afrodescendentes (São Paulo, Selo Negro, 2004). Ver Eduardo de Oliveira. Quem é quem... (op.cit.) e <http://www.espacoacademico.com.br/arquivo/cunhajr.htm> e http://www.gruposummus.com.br/autor.php?autor_id=764, acesso em 24/7/2007.

77 José Correia Leite (1900-1989) e Jayme de Aguiar fundaram, em 1924, o jornal Clarim d'Alvorada, um dos jornais da chamada imprensa negra paulista do início do século XX. Correia Leite também foi um dos fundadores da Frente Negra Brasileira, em 1931, mas desligou-se da agremiação ainda no momento da aprovação do estatuto, por divergir de sua inclinação ideológica. Fundou então o Clube Negro de Cultura Social, em 1932. Participou da Associação do Negro Brasileiro, fundada em 1945. Em 1956, quando já tinha 60 anos, fundou em São Paulo, com outros militantes, a Associação Cultural do Negro (ACN) e, em 1960, participou da fundação da revista Niger. Ver José Correia Leite. ...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos. Organização e textos Cuti (São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1992).

78 Eduardo de Oliveira e Oliveira (1928-1980), sociólogo, foi professor de sociologia da Universidade Federal de São Carlos, fez parte da Associação Cultural do Negro, criada em 1956, em São Paulo, e foi fundador do grupo de teatro Evolução, no interior do estado, em 1971, e do Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan), em 1972. Ver Monica Grin. “Modernidade, identidade e suicídio: o ‘judeu’ Stefan Zweig e o ‘mulato’ Eduardo de Oliveira e Oliveira.” Topoi (Rio de Janeiro, dezembro 2002), em <http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/topoi5a8.pdf>; www.iuperj.br/biblioteca/teses/monica%20grin.pdf e www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/47.pdf, acesso em 2/7/2007.

79 Oswaldo de Camargo (1936), escritor e poeta, publicou, entre outros, Um homem tenta ser anjo (1959); 15 poemas negros (1961), com prefácio de Florestan Fernandes, e O negro escrito (1987). Foi também cofundador do grupo Quilombhoje Literatura, em 1980. Ver www.usp.br/nce/africabrasil/paginas/presenca_e www.quilombhoje.com.br/calendario/calendario.htm, acesso em 8/3/2007.

80 Abdias Nascimento. O negro revoltado (Rio de Janeiro, Edições GRD, 1968). Sobre o livro, ver Antonio Sergio Alfredo Guimarães. “Resistência e revolta nos anos 1960 — Abdias Nascimento”, XXIV Encontro Nacional da Anpocs, Caxambu, outubro de 2005, em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Resist%EAncia%20e%20revolta%20Abdias%20do%20Nascimento.pdf>, acesso em 24/7/2007.

81 José Correia Leite. ...E disse o velho militante José Correia Leite:

depoimentos e artigos. Organização e textos Cuti (São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992).

82 A Frente Negra Brasileira (FNB) foi criada em 1931 na cidade de São Paulo. Entre seus fundadores estavam Arlindo Veiga dos Santos e José Correia Leite. A agremiação, com ramificações em vários estados do país, foi transformada em partido político em 1936, mas foi extinta no ano seguinte, juntamente com os outros partidos políticos, após o golpe do Estado Novo (1937-1945). Sobre a FNB, ver Petrônio José Domingues. A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937) (tese de doutorado em história, FFLCH-USP, 2005). Sobre Arlindo Veiga dos Santos e José Correia Leite, ver Maria Claudia Cardoso Ferreira. As trajetórias políticas de Correia Leite e Veiga dos Santos: consensos e dissensos no movimento negro paulistano (1928-1937) (Dissertação de mestrado em história, UERJ, 2005).

83 O jornal Jornegro, órgão de divulgação da Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo, Feabesp, teve seu primeiro número lançado no início de 1978. Luiz Silva (Cuti) participava da elaboração do jornal, primeiro como um dos redatores e depois, a partir do nº 3, como um dos correspondentes. O diretor responsável do Jornegro era Odacir de Mattos, um dos jornalistas que elaboraram o número especial sobre racismo da revista Realidade de outubro de 1967. Sobre o Jornegro, ver Ubirajara Damaceno Motta. “Jornegro, um projeto de comunicação afro-brasileiro, São Paulo 1978.” (Dissertação de mestrado em comunicação social, Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo do Campo, IMS/SBC, 1986).

84 Waldeloir Rego. Capoeira Angola — ensaio sócio-etnográfico (Salvador, Editora Itapuã, 1968). Ver www.fundacaocultural.ba.gov.br/04/revista%20da%20bahia/Folguedos/acul acesso em 2/7/2007.

85 Erlon Chaves (1933-1974), arranjador e músico, foi um dos críticos musicais do Programa Flávio Cavalcanti, do jornalista e apresentador de rádio e televisão Flávio Cavalcanti (1923-1986). Como diretor musical, foi um dos responsáveis pela realização do I Festival Internacional da Canção, em 1966. Disponível em: www.dicionariompb.com.br, acesso em 2/7/2007.

86 Cesário Guilherme Coimbra (1908) formou-se em medicina e ingressou no Exército como primeiro-tenente-médico em 1947. Eleger-se deputado estadual pelo Maranhão no pleito de 1954 e assumiu a cadeira em fevereiro do ano seguinte. Entre 1957 e 1961 foi secretário de Saúde e Assistência do Maranhão, durante o governo de José de Matos Carvalho. Candidatou-se a deputado federal nas eleições de 1958 e 1962, alcançando a terceira e a segunda suplências, respectivamente. Assumiu a cadeira de deputado federal em 1960, 1962, 1964 e 1966-1967. Nas eleições de 1982, candidatou-se ao governo do Maranhão, mas não obteve êxito. Ver DHBB.

87 Oswaldo da Costa Nunes Freire (1911-1986), nascido em Grajaú (MA), formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1938. Retornando ao Maranhão, foi secretário de Saúde do estado em duas ocasiões (1946 e 1966), deputado estadual por quatro mandatos consecutivos (1951-1967), deputado federal por dois mandatos consecutivos (1967-1975) e governador do estado (1975-1979). Ver DHBB.

88 A União dos Homens de Cor foi criada em Porto Alegre, em 1943, e cinco anos mais tarde se ramificou por mais dez estados da federação. Ver Joselina da Silva. “A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50.” Estudos Afro-Asiáticos (Rio de Janeiro, 2003, v. 25, n.2), em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000200002, acesso em 25/7/2007.

89 José Guimarães Neiva Moreira (1917), jornalista, foi deputado federal pelo Maranhão de 1955 a 1964, quando foi cassado pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 9 de abril. No final de 1964, após vários meses de prisão no Rio de Janeiro e em Brasília, exilou-se, primeiramente na Bolívia, depois no Uruguai, onde morou dez anos, em seguida na Argentina, no Peru e no México. Retornou ao Brasil após a Anistia de agosto de 1979. Segundo Mundinha Araújo, Neiva Moreira participou, em outubro de 1979, de uma das primeiras reuniões do grupo que logo depois formou o Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão e, na ocasião, falou sobre África. Na época, era editor da revista Cadernos do Terceiro Mundo, que havia relançado no México. Depois da redemocratização do país, Neiva Moreira voltou à vida política e candidatou-se a deputado federal pelo Maranhão na legenda do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em algumas eleições alcançou apenas uma suplência e em outras, foi eleito. Exerceu o mandato em diferentes legislaturas, com algumas interrupções, de 1993 a 1994 e de

1997 a 2007. Ver DHBB e <http://www2.camara.gov.br/deputados>, acesso em 25/7/2007.

90 Orlando Fernandes, sargento do Exército cassado após o golpe militar de 1964, foi presidente do IPCN entre 1979 e 1980. Ver <http://www.dpf.gov.br/DCS/clipping/dezembro/DCS%2015%20de%20Dezembro>, acesso em 25/7/2007.

91 Lucila Bandeira Beato integrou a Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ver http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/promocaodh/ID_csearchterm=beato, acesso em 25/7/2007.

92 Miriam Cardoso foi secretária de Cidadania e Segurança Pública de Vitória, no Espírito Santo, e integrou o Comitê Nacional de Combate à Discriminação instalado em Brasília pelo Ministério da Justiça, em 2000. Ver www.vitoria.es.gov.br/secretarias/cidadania/negrosensino.htm, acesso em 19/4/2007.

93 O bloco afro Olodum foi fundado em 25 de abril de 1979, no bairro do Maciel-Pelourinho, em Salvador. Em 1984 institucionalizou-se, transformando-se no Grupo Cultural Olodum. João Jorge Santos Rodrigues, seu atual presidente, formou-se em direito pela Universidade Católica de Salvador (2001) e é mestre em direito pela UnB (2005), onde é pesquisador voluntário. Sua dissertação de mestrado intitulou-se “As ações afirmativas para afro-brasileiros: acesso ao ensino superior”. Já foi presidente (1989-1995, 1998-2005) e diretor de Cultura (1983-1989 e 1995-1998) do Olodum; diretor da Fundação Gregório de Matos, que se ocupa da política cultural de Salvador (1989-1995); fundador da Coordenação do Conselho de Entidades Negras da Bahia (Cenba), em 1986; presidente da Federação dos Blocos Afro do Brasil (1993-1995), e membro do conselho consultivo da Fundação Palmares. Publicou, entre outros, Olodum: uma estrada da paixão (Salvador, Edições Olodum, 1996). Ver <http://olodum.uol.com.br/>, www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, e http://www.puc-rio.br/nirema/res_incl/curriculos.html, acesso em 26/7/2007.

94 Nilma Bentes foi atleta em várias modalidades de esporte, de salto em distância até esportes coletivos, como vôlei e basquete. Na Olimpíada de

1968, realizada na cidade do México, os atletas norte-americanos Tommy Smith e John Carlos, respectivamente medalhistas de ouro e bronze na prova dos 200 metros rasos, subiram ao pódio de punho erguido, com luvas negras, cabisbaixos e descalços, em protesto contra o racismo. Em apoio ao protesto, o atleta australiano Peter Norman, medalha de prata, subiu ao pódio com um adesivo a favor da igualdade racial. Ver Dorrit Hazarim. “O terceiro homem: Peter Norman, o branco solidário com o protesto negro.” Revista Piauí, novembro de 2006, em <http://www.revistapiaui.com.br/2006/nov/despedida.htm>, acesso em 25/7/2007.

95 Olympio Serra, antropólogo voltado para a questão indígena, tornou-se diretor do Parque Nacional do Xingu em 1975, sucedendo a Orlando Villas Bôas, e permaneceu no posto durante três anos. Durante sua gestão foi responsável pela contratação dos primeiros índios como funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai). Em 1978, passou a trabalhar no Centro Nacional de Referência Cultural, que mais tarde foi incorporado pela Fundação Nacional Pró-Memória. Nessa instituição, engajou-se na defesa da preservação da Serra da Barriga. De 1980 a 1988 presidiu o Conselho do Memorial Zumbi, então criado. Com a extinção da Fundação Pró-Memória no governo Fernando Collor, passou a trabalhar no Ministério da Cultura e presidiu a Fundação Mata Virgem. Trabalhou também na Fundação Palmares e, nos anos 2000, passou a integrar a União Nacional dos Indiosdescendentes (Unid). Ver http://drosofila.blogspot.com/2005_01_01_archive.html, <http://www.brasiloeste.com.br/noticia/1191/posto-leonardo-villas-boas>, www.ifcs.ufrj.br/~observa/universidades/ufba/PAA_UFBA.pdf, acesso em 25/7/2007. Seu irmão, Ordep José Trindade Serra, formado em letras pela Universidade de Brasília (UnB) (1967), mestre (1979, UnB) e doutor (1997, USP) em antropologia, é professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) desde 1980. Ver www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 25/7/2007. Carlos Moura, advogado e escritor, ocupou a secretaria-executiva do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1998-2002) e no ano de 2002 assumiu a presidência da Fundação Cultural Palmares. Atualmente é secretário geral da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ver www.cnbb.org.br/index.php?op=pagina&subop=607, acesso em 17/8/2007. Dulce Maria Pereira, arquiteta e antropóloga, foi presidente da Fundação

Cultural Palmares entre os anos de 1997 a 2000. Nesse último ano assumiu, por um período de dois anos, a Secretaria Executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Em 2002 foi assessora especial ligada ao gabinete da Presidência da República para questões relativas à comunidade negra. Foi professora de linguística geral e romântica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e publicou O essencial sobre crioulos de base portuguesa (Lisboa, Editorial Caminho, 2006). Ver www.portalafro.com.br/revista/numero2.htm; www.noolhar.com/opovo/politica/124461.html, acesso em 10/6/2005, <http://www.dgdc.min-edu.pt/conferenciaportugues/DulcePer.htm> e http://html.editorial-caminho.pt/show_autor_q1area--3Dcatalogo--3D_obj--3D66728_q236_q30_q41_q5.htm, acesso em 25/7/2007.

Dulce Pereira foi casada com Hamilton Bernardes Cardoso (1954-1999), jornalista e escritor, fundador e militante do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. Hamilton Cardoso fundou a revista Ébano, em 1981, e publicou (Re)vivendo Palmares (2000) e O resgate de Zumbi (1986). Foi também cofundador da revista Lua Nova, do Centro de Estudos e Cultura Contemporânea do Brasil (Cedec). Ver www.partes.com.br/consciencia_02.html e www.consciencia.br/reportagens/negros/15.shtml, acesso em 3/6/2005.

96 Zezé Motta (1944), nome artístico de Maria José Motta de Oliveira, atriz e cantora negra. Atuou em dezenas de produções cinematográficas, entre elas Xica da Silva (1976). Foi fundadora e idealizadora do Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro (Cidan). Ver Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.). Abigail Paschoa Alves de Souza (1939) formou-se assistente social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e concluiu o curso de especialização em Planejamento Regional e Urbano pela UFBA. Durante a sua trajetória na militância do movimento negro, fundou o Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (GMN-RJ), em 1980. Ver Eduardo de Oliveira. Quem é quem... (op.cit.) e Schuma Schumaher e Érico Vital Brazil. Mulheres negras do Brasil (Rio de Janeiro, Senac Nacional, 2007). Januário Garcia, militante negro, foi presidente do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), no Rio de Janeiro, entre 1987 e 1991. Fotógrafo, publicou 25 anos de Movimento Negro no Brasil: 1980-2005 (Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2006), livro no qual são reproduzidas inúmeras fotos de sua autoria sobre o tema. Ver www.afirma.inf.br/htm/negra/especial_lg_inovadoranofazerenopensar.htm, acesso em 6/10/2005. Telma Chase presidiu a sociedade cultural Maracatú

Leão Coroado, do Recife, nos anos 2000. Ver Ivaldo Marciano de França Lima e Isabel Cristina Martins Guillen. “Entre a cultura do espetáculo e a identidade afrodescendente: os maracatus-nação do Recife”. Tempos Históricos. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. v. 9, 2º semestre 2006, pp. 169-186, em

http://www.unioeste.br/cursos/rondon/historia/revista/volumes/revista_9.pdf acesso em 16/10/2007. Wanda Chase, jornalista, formou-se em comunicação social pela Universidade Federal do Amazonas e trabalhou em Manaus, Recife, Campina Grande (PB) e Salvador, onde se estabeleceu em 1988. Ver [http://ibahia.globo.com/redebahairevista/apresentadores.asp](http://ibahia.globo.com/redebahiarevista/apresentadores.asp), acesso em 16/10/2007. Zumbi Bahia é mestre de capoeira. Ver http://bvgf.fgf.org.br/portugueses/obra/artigos_imprensa/possibilidades.htm acesso em 16/10/2007. Inaldete Pinheiro de Andrade (1946), escritora e militante negra, é mestre em ciências sociais pela Universidade Federal de Pernambuco e autora de Pai Adão era nagô e Palavras de mulher, entre outros. Ver Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.) e http://www.casadeculturadamulhernegra.org.br/m_aa_acurso03.htm, acesso em 16/10/2007.

97 O geógrafo negro Milton Almeida dos Santos (1926-2001) formou-se em direito pela Universidade Federal da Bahia (1948) e doutorou-se em geografia pela Universidade de Estrasburgo, na França (1958). Nas décadas de 1960 e 1970 foi professor na França, nos Estados Unidos, no Canadá e na Tanzânia. De volta ao Brasil em 1977, trabalhou na Universidade Federal Fluminense e na UFRJ e tornou-se professor titular da USP em 1984. Publicou dezenas de livros, entre os quais O povoamento da Bahia (1948), O espaço dividido (1979) e Por uma outra globalização (2000). Em 1994 ganhou o prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel de geografia, instituído pelo Festival Internacional de Geografia pela primeira vez em 1991. Ver www.wikipedia.org,

www.nossosaopaulo.com.br/Reg_SP/Educacao/MiltonSantos.htm,
www.teatrobrasileiro.com.br/entrevistas/stoklos-santos.htm e
www.mercator.ufc.br/revista%20mercator%201%20em%20pdf/mercator1a acesso em 24/5/2007.

98 Helio de Souza Santos graduou-se em contabilidade (1969) e em administração de empresas (1970) pela Faculdade Mineira de Ciências Econômicas, diplomou-se mestre em finanças (1980) e doutor em administração (1988) pela USP. Pela mesma universidade, foi pesquisador

do Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Negro. No ano de 1995 integrou o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. Estudioso da questão racial e da desigualdade social brasileira, publicou, entre outros, A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso (São Paulo, Senac, 2001). É professor do programa de mestrado em Educação, Administração e Comunicação da Universidade de São Marcos, em São Paulo, e da Fundação Visconde de Cairu, em Salvador. Em setembro de 2006 recebeu a Grã-Cruz da Ordem do Ipiranga no Palácio dos Bandeirantes. Ver Eduardo de Oliveira. Quem é quem... (op.cit.); www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”; http://www.smarcos.br/novoportal/index.php?option=com_content&task=view&id=17&Itemid=57 e www.mundonegro.com.br/noticias/index.php?noticiaID=144, acesso em 3/7/2007.

99 Cedenpa é a sigla do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará.

100 O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo foi criado entre 1983 e 1984, durante o governo de Franco Montoro (1983-1987). Trata-se do primeiro órgão de governo criado para tratar exclusivamente da questão racial. Sobre o assunto, ver Ivair Augusto Alves dos Santos. O movimento negro e o Estado (1983-1987): o caso do Conselho de Participação da Comunidade Negra no Governo de São Paulo (Dissertação de mestrado em ciência política, Universidade Estadual de Campinas, 2001). Maria Aparecida Silva Bento (1952) graduou-se em psicologia (1977) pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Farias Brito, em Guarulhos (SP), diplomou-se mestre em psicologia na PUC de São Paulo (1992) e doutorou-se em psicologia escolar e desenvolvimento humano pela USP (2002). Foi psicóloga organizacional da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) de 1978 a 1985. De 1986 a 1992 trabalhou no Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo, na Secretaria de Estado de Governo. Esposa de Hélio Silva Júnior, um dos entrevistados deste livro, é diretora executiva do Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), em São Paulo. Publicou, entre outros, Cidadania em preto e branco (São Paulo, Ática, 2003). Ver www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 25/7/2007. Rachel de Oliveira é educadora, mestre em educação pela PUC de São Paulo, com a dissertação Relações raciais na escola: uma experiência de intervenção (1992), e coordenadora do Grupo de Educação para a Diversidade Étnico-Racial da

Secretaria de Educação do Município de São Paulo. Publicou Tramas da cor: enfrentando o preconceito no dia-a-dia escolar (São Paulo, Selo Negro, 2005). Ver <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/noticia.php?it=2454>, http://www.acaoeducativa.org.br/base.php?t=nger_0144&y=base&x=Inger_0001&z=03,
http://www.afropress.com/agenda_2.asp?id=208, acesso em 25/7/2007.

101 Trata-se da cartilha O movimento negro e as eleições, de autoria de Amauri Mendes Pereira e Yedo Ferreira (Rio de Janeiro, Ed. Coomcimpra, janeiro de 1983).

102 Luiz Alves Ferreira e João Francisco dos Santos são entrevistados neste livro; para informações biográficas, ver o quadro de entrevistados.

103 O Poder Legislativo na Colômbia prevê a representação por circunscrição especial. No Senado, ao lado da circunscrição nacional, há duas circunscrições especiais representando comunidades indígenas. Na Câmara de Representantes, de 166 lugares, cinco são de circunscrição especial, com representantes de minorias étnicas e políticas e de colombianos residentes no exterior. Ver www.wikipedia.org, acesso em 25/7/2007.

104 O ano é 2004, quando o entrevistado era diretor de formação do Sindicato dos Urbanitários de São Luís do Maranhão.

POLÍTICA NO BRASIL

PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE ESQUERDA

Júlio Romão

Eu morava em Teresina e a sede do integralismo era na rua onde eu nasci, em 1917, e me criei com a minha avó.¹⁰⁵ O chefe do partido integralista ia me dar a camisa verde para eu vestir, para a juventude integralista aprender a usar punhais na praça pública, e a minha avó ficou preocupada de eu fazer parte da juventude integralista. Não aceitei aquilo, achava que tinha qualquer coisa ali que não estava casando comigo. Aí eu virei comunista no Piauí, porque queimei a camisa verde. Eu era jovem, tinha 15 anos mais ou menos. Sempre tive uma tendência mais para a esquerda. Eu não aceitava o arianismo, não podia aceitar! Sou comunista e me juntei às pessoas de esquerda em Teresina.

Quando eu já estava no Rio de Janeiro, junto com o Solano Trindade e o Aladir Custódio, fundamos o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, para estimular o rompimento do Brasil com as potências do Eixo: Itália, Alemanha e Japão.¹⁰⁶ Eu era jovem, estava com vinte e poucos anos. O Comitê Democrático era uma derivação do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, que teve grande expressão em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Pernambuco.¹⁰⁷ No IBGE, de cuja fundação fui um dos pioneiros, nós tínhamos um comitê.¹⁰⁸ Eu era chefe de publicações lá, chefe de indicação social, e era secretário da célula comunista que tínhamos dentro do IBGE. Entrei no IBGE logo no princípio, na década de 1940. Eu era ligado ao Luiz Carlos Prestes, era amigo do Luiz Carlos Prestes, tenho fotografias com ele.

Yedo Ferreira

Entrei para o quadro de telegrafistas dos Correios, por concurso, em 1957. Aproveitando a facilidade que a gente tinha de pagar serviço, fui trabalhar como suboficial eletricista em uma companhia de navegação costeira, para poder viajar. E pagava, nos Correios, o colega que trabalhava para mim. Isso foi bom porque eu viajava pelo Brasil. O máximo que nós fomos foi a Buenos Aires e Montevidéu, quando peguei um navio de turismo; o resto era do Rio Grande a Manaus.

Fui ser filiado ao Partido Comunista em 1955. E eu queria conhecer as Ligas Camponesas.¹⁰⁹ Toda vez que eu viajava para o Recife não conseguia entrar em contato com ninguém, porque o Partido estava na clandestinidade. Mas, como estava preocupado com isso e queria entrar em contato, conversei com um assistente de base daqui, que era o Elias — ele lutou na Guerra Civil Espanhola, tinha sido metalúrgico, foi preso em 1935, torturado, a mulher dele também foi torturada, parece que morreu, e, quando ele saiu da prisão, depois de ser torturado pelo Getúlio Vargas, aquele negócio todo, a Internacional mandou ele para a União Soviética.¹¹⁰ Quando ele veio ser assistente da base dos Correios, que era o pessoal todo do telégrafo, eu passei a ter uma boa relação com ele, justamente porque sempre me interessei muito pela Guerra Civil Espanhola, sempre lia a respeito. Pedi um contato lá em Recife; ele não gostou muito, porque o Partido proibia isso, mas falou: “Tudo bem, eu vou te dar o nome de uma pessoa que você pode encontrar lá em Recife para estabelecer um contato.”

Fui lá, encontrei o companheiro, que me encaminhou para eu poder visitar as Ligas Camponesas. Fui para a Paraíba, Sapé. Era Mamanguape. A gente ia até o final da linha de trem. Eu gostei muito de ver aquele negócio todo. Tinha uma companheira que era telegrafista e estava numa das Ligas Camponesas. Mas a ordem do Partido era a seguinte: “Não podemos deixar que o pessoal radicalize a luta. Pelo contrário, devemos mostrar que nós temos que esgotar ainda as possibilidades dentro do sistema democrático, porque vai ter eleição em 1965.” Essa era a linha do Partido, não é? Aquelas besteiras todas, que acabou não tendo nada. Eu disse: “Tudo bem, não vim aqui para fazer discurso nem nada, e tampouco participar. Eu só queria

conhecer.” Foi o que fiz. Mas eu discordava. Falei: “Acho que se eles querem radicalizar, deixa radicalizarem, porque eles sempre lutaram dessa forma.” Fiquei ali, em Recife, uns dez meses. Depois me tiraram do navio e eu regressei para o Rio de Janeiro.

Justo Evangelista Conceição

Nasci em 1935, no povoado de Tingidor, que fica a 42 quilômetros da sede do município de Itapecuru Mirim, no Maranhão. Não tive oportunidade de estudar. Um dia, quando tinha 17 anos, estava numa fila, éramos quatro jovens. O de lá sabia ler, eu aqui não, o outro aqui também não, e o outro dali sabia. O dali pegou um papel, escreveu não sei o quê, e me entregou. Eu não sabia ler e entreguei o papel para o outro aqui, que também não sabia ler, e ele entregou para o de lá, que sabia ler. Esse pegou, escreveu, passou para mim de novo, passou para o outro, e começaram a rir. E aquilo me decepcionou. Naquele dia mesmo, tinha uma mulher que sabia ler, e eu a contratei por 30 contos na época, não sei qual era a moeda. Estudei apenas quatro meses. Só com ela, até hoje. Aí o movimento foi que me ensinou. Eu olhava a sua letra, olhava no quadro, conversava e ia imitando, ia copiando, e isso foi o estudo que eu tive até hoje.

Por volta de 1963, 64, observando o povoado em que eu estava morando desde 1961, Alto de Pedra, município de Santa Rita, que é uma comunidade negra, percebi que ninguém sabia ler, nem os adultos, nem criança, nem os velhos, ninguém. Meus pais não sabiam. E comecei a ensinar a eles voluntariamente, de noite. Aquilo que eu sabia, aquele pouquinho, ao menos fazer o nome. E eu comecei. Até os meus pais estudaram comigo. Hoje, poucos dos que ainda estão lá não sabem assinar o nome. Pouquíssimos. Só mesmo isso, mas aprenderam. Depois, em 1966, apareceu aquele ensinamento, o Mobral.¹¹¹ Era um projeto do governo federal de alfabetizar os adultos à noite. E eu comecei também pelo Mobral. Mas o meu conhecimento era pouco, e tinha uma professora em outro povoado que eu chamei para o nosso povoado, para ajudar. E ela veio e ajudou. Maria Negra — era conhecida assim. E nós trabalhamos; bem poucos não aprenderam a assinar seu nome. Depois a minha filha foi para lá, a que eu tinha botado para estudar, e ela ficou como professora, já ajudando outras comunidades.

Aí quando deu 1966, eu entrei em um movimento por nome Catequese, um movimento pela Igreja. E eu, naquela comunidade, assumi o papel de dirigente. Assumindo esse papel, comecei a fazer reunião nas outras

comunidades, criando comunidades e deixando lá dirigentes. Em 1967, a Igreja, vendo o meu trabalho, começou a enviar padres para nos ajudar. Apareceu primeiro o padre Luís, que tinha o apelido de Lula; depois veio o padre Miguel; depois teve o frei Godofredo, depois teve o padre João Maria. Com esses padres nós intensificamos o trabalho nas outras comunidades, nos outros municípios, fizemos encontros regionais que juntavam até trezentos lavradores e lavradoras. Era um trabalho feito na base do evangelho, um trabalho de conscientização, e ali, nesse trabalho de conscientização, a gente já tinha como meta despertar pela educação, pela saúde e na luta pela terra. Dali eu comecei.

No mesmo ano, 1967, eu entrei em outro movimento por nome ACR, Animação dos Cristãos no Meio Rural, que tinha um boletim por nome Grito no Nordeste.⁸ Ele atingia apenas nove estados do Nordeste, justamente os estados mais pobres. Esse movimento trabalhava na meta do “ver, julgar e agir”. “Ver”: ver primeiro a situação que as comunidades passavam, se era situação de terra, se era de ameaça; por que estava acontecendo essa situação; quem estava envolvido naquilo; quem era o causador. Esse era o primeiro ponto, o “ver”. Segundo, “julgar”: o que Deus diz dessa situação na vida das pessoas? Deus gosta? Por que Deus gosta? Se não gosta, por que Deus não gosta? Onde está escrito isso no evangelho, se Deus gosta ou não? Aí se procurava um texto para confrontar. Se havia praticamente uma situação de injustiça, situação de perseguição, Deus não gosta. E o terceiro ponto: nós já vimos a situação, já julgamos a situação na palavra de Deus, o que vamos fazer agora para mudar esse quadro? Então era a meta desse ponto. Esse movimento era dedicado a trabalhar com o lavrador, com o cortador de cana-de-açúcar, com a mulher quebradeira de coco e com as viúvas vítimas da violência, porque em 1964 apareceu o golpe militar, que era reprovação. Então a Igreja e os movimentos populares sofreram muito. Morreu padre, morreu sindicalista, morreram muitos lavradores na época. Principalmente aqueles que se dedicavam às lutas dos pequenos. Morreu muita gente.

Teve um momento em que eu ia viajando para Recife e, às vezes, levava correspondência no bolso. E aqui no Maranhão, acho que como em todo o Brasil, tinha um movimento da polícia por nome Dops, que acompanhava você no transporte sem você perceber a vida toda e dizia tudo depois que a gente tinha feito e para onde a gente tinha ido.¹¹² E eu, às vezes, quando entrava uma pessoa estranha no ônibus, eu tirava a carta no bolso e mordia,

porque pensava de ser entrevistado e acharem aquela carta dos companheiros no bolso. Cansei de fazer. Mordia, amassava e jogava fora. Queimamos muitos materiais de reunião, relatórios, porque a gente foi revistado. Muitos encontros nossos foram atacados pela polícia, e morreu gente. O movimento parou um pouco.

Depois eu entrei em outro movimento: CPT, Comissão Pastoral da Terra, porque nós já estávamos envolvidos na luta pela terra e ela tinha assessor jurídico para nos ajudar nessa questão. Então, nessa época, eu já fazia parte de três movimentos: a CEB, Comunidade Eclesial de Base, a ACR e a CPT.¹¹³ Comecei a participar dos encontros, fiz parte de uma coordenação municipal, depois de uma coordenação estadual e depois de uma coordenação nacional. Na coordenação nacional, pela ACR, durante três anos, a gente ia todo mês em Recife e se reunia lá no seminário em Olinda, na antiga capital de Pernambuco. Ali a gente via no pelourinho onde os negros que vieram da África ficavam presos e eram vendidos no mercado. Foi ali que eu comecei a me revoltar, quando vi onde os negros que vieram dos navios ficavam — em um lugar isolado, sem janelas, sem acesso —, e dali iam para o mercado onde eram negociados botando apenas a cara em uma portinha para ser olhado. Aí eu não aguentei. Eu fiquei revoltado pela situação por que nós negros, que viemos da África, passamos e estávamos passando aqui no Brasil. Foi dali que eu comecei a me integrar nessa luta.

João Francisco dos Santos

Minha irmã Rosilda era da Ação Católica.¹¹⁴ Ela era muito amiga da família do bispo do Maranhão, porque costurava muito bem, e as coisas do palácio do bispo dom Adalberto Sobral, as roupas, tudo, era ela quem cuidava.¹¹⁵ Nós tínhamos essa vida muito estreita com a Igreja. Eu sempre ia para a Ação Católica com ela, e aí, pronto: quando me dei conta, já estava na JOC, Juventude Operária Católica, que era uma organização da Igreja. Na JOC, as lutas começaram a se acirrar mais no sentido da libertação do campo, dos trabalhadores. Aí eu fui nessa.

A primeira vez que fui ao Rio de Janeiro foi pelo movimento estudantil. Fiquei hospedado lá na União Nacional dos Estudantes, porque eu era do movimento secundarista aqui do Maranhão. Devia ter uns 20 anos no máximo, por volta de 1956. Depois me meti na política e vi tanta gente, participei de tanta coisa... Eu tinha muitos amigos aqui, e ganhei uma bolsa de viagem do movimento estudantil internacional, da Internacional Socialista, que seria de dois meses, para a Europa. Quando deram o golpe de 1964, aqui no Brasil, eu já estava na Europa. Como eu tinha no meu passaporte o carimbo com a foice e o martelo, não pude voltar. Passei dois anos em Moscou. Mas antes disso, eu estive em Portugal, na Espanha, na Tchecoslováquia, estive em Praga, que é uma cidade linda. A perseguição era muito grande. Como é que eu ia voltar com um passaporte daquele, “queimando”? Não podia. Voltei dois anos depois, para a clandestinidade, pelo Uruguai. Nessa andança toda, eu só não estive na Argentina e no Chile, nesse pinga-pinga para voltar para o Brasil. Do Uruguai, depois entrei pela fronteira com o Brasil. Voltando pela fronteira, eu já tinha umas ligações boas com um pessoal que trazia a gente para cá, e entrei na luta contra a ditadura. Fiquei lá no Rio de Janeiro. Fui para São Paulo, fui para Minas, porque nós ajudávamos na resistência contra a ditadura. E para mim era uma beleza, porque pensavam: “Esse não serve para nada.” Eles não estavam nem preocupados com os negros. Então eu andava muito bem, não tinha problemas. Nós montamos em Niterói um jornal, eu levava os tipos em uma cesta com verduras por cima. A maior fiscalização em Niterói, revistando gente, e eu passava de barca e voltava. Era uma beleza. Eu tirei vantagem mesmo, nesse sentido, de as pessoas acharem que eu não

representava... Não quero dizer de você, mas assim, você admitiria que eu tivesse vivido dois anos na Europa?

Zélia Amador

Eu sempre questionei muito esse negócio: por que alguns têm algumas coisas e outros não? Sempre fui muito questionadora e cedo comecei a ter uma participação no movimento estudantil. Primeiro comecei a participar de movimento na paróquia, na paróquia de São Sebastião. Ali tinha uns padres holandeses crúzios, que tinham uma certa linha da Teologia da Libertação e reuniam diversos grupos.¹¹⁶ Criaram uma associação, a Associação Cultural Cristã, mas fiquei pouco tempo lá porque não dava certo, eu questionava demais. E a gente acabou criando um grupo à parte, que era um grupo de jovens mais questionadores, que não concordavam com várias coisas. Sobretudo com a questão das injustiças. Fazíamos durante o Natal uns presépios que eram referência para a cidade, fazendo a ligação do período do Natal com a questão das injustiças na sociedade. De lá caminhei para o movimento estudantil.

Aquele era o período da ditadura militar e você não podia falar nada abertamente. Em 1964, eu estava na segunda série ginásial. Dentro do Instituto de Educação tinha o grêmio cívico, que estava mais ou menos parado. Ele já tinha sido atuante antes, só que, com o golpe, ficou quieto, mudo. E tinha a União dos Estudantes Secundaristas Paraenses, a Uesp, que também estava muito ruim naquele período: era atrelada ao poder. Junto com colegas de outras escolas, nós criamos em 1968 uma entidade clandestina para se opor à Uesp. Chamava-se Frente de Ação Secundarista Paraense, Faspá. Grande parte das pessoas da Faspá foi recrutada pela Ação Popular, AP.¹¹⁷ Num primeiro momento, faziam parte de uma liga para-partidária, e eu fiz parte dessa liga. Mais tarde passei a fazer parte da AP.

Saí da AP em 1970 porque ela foi detonada aqui, pois se fundiu com o PC do B e eu não queria ir para o PC do B.¹¹⁸ Mas não parei com minha atividade política, acabei me engajando na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, na Var-Palmares.¹¹⁹ Fiquei muito pouco tempo, porque logo depois ela foi esfacelada, a ditadura acabou com esses movimentos de resistência. A grande referência, a grande liderança que a gente tinha aqui, Margaret Refkalefsky, foi presa. Não cheguei a participar de guerrilha

urbana. Cheguei a cobrir vários pontos, encontrar com pessoas, porque a gente tinha ligação com o Maranhão, com Goiás, que hoje é Tocantins, e eu cobria esses pontos. Cheguei a treinar tiros inclusive, mas nunca usei. Isso eu nunca falei para ninguém, viu? Era segredo. A não ser para aquelas pessoas que eu conheci naquele período.

Eu sei que na Var-Palmares teve uma certa discussão, não tanto pela questão racial, mas para a escolha do nome. Um dia desses, eu estava conversando com o Alfredo Wagner, que era daquele tempo também, só que era do Rio, do Colégio de Aplicação do Rio de Janeiro, e perguntei: “Alfredo, por que Var-Palmares?” E ele me disse que a discussão que rolou é que podia ser Palmares ou Canudos.¹²⁰ E acabaram escolhendo Palmares por causa da questão do território: território livre, território de liberdade. Eu entendo que, naquele período, Palmares era um símbolo muito caro para quem estava em busca de se livrar das teias do regime militar, e passou a interessar inclusive a jovens brancos como símbolo de liberdade.

Edna Roland

No terceiro ano de psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1971, numa aula de francês, eu conheci uma pessoa que veio a ser o meu companheiro e depois meu marido. Ele tinha vínculos com a Polop, Organização de Combate Marxista-Leninista — Política Operária, e então me recrutou.¹²¹ A gente fazia reuniões clandestinas em que estudava marxismo, O capital, textos de Lênin, ou textos de Emir Sader — os irmãos Sader eram da Polop.¹²² Um dia, em 1973, nós já morávamos juntos, chegamos em casa e a porta tinha sido aberta, arrombada creio. Nossa casa funcionava como um arquivo da organização, nós tínhamos uma mala com quilos de documentos considerados clandestinos. E essa mala tinha sido revirada, coisas foram reviradas na casa. Informamos então aos companheiros e isso foi considerado como tendo sido a repressão que teria entrado na nossa casa. Aconteceu com outros companheiros, mais ou menos na mesma época, e se julgou que eram situações semelhantes. Enfim, a organização achou que pelo menos três diferentes grupos estavam sendo vigiados pela repressão e considerou que havia riscos de prisão.

A Polop vivia então um momento que se chamava “ROP”, “Recuo Organizado Provisório”. A avaliação política que se fazia era que a ditadura militar tinha condições de eliminar fisicamente a esquerda no Brasil e, nesse sentido, a tarefa prioritária de todos os militantes era permanecer vivo. A direção da Polop então decidiu que não havia condições para a nossa permanência em Belo Horizonte e que nós devíamos entrar para a clandestinidade. Isso, em 1973. Na época não acreditei muito nessa interpretação dos fatos, eu falei: “Poxa, mas se a repressão quer nos pegar, por que não ficou nos esperando? Por que deixou sinais da sua presença?” Eu achava que não era muito coerente essa interpretação. Mas os companheiros diziam: “Você não tem que ficar cobrando coerência da repressão. Os fatos estão aí. Há elementos que indicam que há riscos.” Parece que o pessoal da AP também tinha indícios de que haveria quedas, como se falava. Enfim, eu e meu companheiro, que se chama Antônio Maurício Fonseca de Oliveira — foi meu primeiro marido —, permanecemos ainda cerca de um mês ou dois em Belo Horizonte, já escondidos, não mais morando em nossa casa, eu morando na casa de

alguns amigos e ele morando na casa de outras pessoas, aguardando que a direção da Polop defenisse para onde a gente ia. Nessa época, na verdade, eu era de uma OPP, organismo para-partidário; eu nem era propriamente militante da organização. E aí, finalmente, a Polop definiu que nós deveríamos ir para São Paulo e que teríamos que romper todos os laços com nossa vida anterior. Isso significava romper relações com a família, com o trabalho, com os amigos etc. Estabelecer um corte de tal forma que, vivendo em São Paulo, ninguém pudesse nos localizar e a repressão não nos pudesse atingir.

Flávio Jorge Rodrigues da Silva

Ingressei em 1974 na PUC de São Paulo. A PUC começava a ter um movimento de abertura política, movido pelos alunos e professores que atuavam lá dentro. E participei do primeiro trote, sem ser violento, que foi organizado na época por um núcleo dentro da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis, que estava tentando reorganizar o diretório acadêmico. Eles tinham um grupo de teatro e, nesse trote, entrei no grupo. Sete meses depois fui passar umas férias com esse pessoal do grupo de teatro e fui convidado para entrar na Liga Operária.¹²³ Era um grupo clandestino que atuava dentro da universidade. Um grupo trotskista até. Para mim foi um choque, porque eu não tinha nem noção de que existiam grupos clandestinos dentro da universidade. Já era o final da luta armada no Brasil, 1974. Era governo Geisel.

Esse núcleo era contrário à luta armada porque tinha uma outra visão de organização política e estava investindo muito na organização estudantil. Chamava-se Liga Operária, mas tinha uma ligação muito frágil com os operários. Se vocês estudarem a formação da Convergência Socialista, verão que esse grupo é um dos núcleos que, aqui em São Paulo, estruturaram a Convergência Socialista.¹²⁴ Agora, o que esse grupo tem de importante? Eu comecei a militar no movimento estudantil da época e, um ano e meio depois, a gente conseguiu criar uma primeira diretoria dentro do diretório acadêmico, que era um diretório que centralizava as escolas de Economia, Administração e Ciências Contábeis, e, na sequência, o primeiro centro acadêmico da universidade, construído por uma aliança desse grupo com o grupo do PC do B lá dentro. O governo da época não permitia a existência de centros acadêmicos, que eram considerados centros livres, na concepção que a gente tinha. Já o diretório acadêmico era totalmente atrelado à universidade: a diretoria, para ser eleita, tinha que passar pelo crivo da reitoria. Se a reitoria não permitisse, você não criava o diretório. Então, a gente aproveitou as brechas da lei da época e criou o diretório da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis, em 1976, e, em 1977, transformou o diretório em centro acadêmico. Começamos um movimento de criação de centros acadêmicos nas outras faculdades, criamos a primeira comissão pró-DCE da PUC e eu me integrei a essa comissão. Pela

participação, eu já comecei a virar uma liderança dentro da escola a que eu pertencia, que era a Escola de Ciências Contábeis. Fui estudando e entrando na militância política.

A USP também já tinha um movimento de criação do DCE, e a gente começou a ampliar essa organização. Aí eu concorri para a primeira chapa do DCE da PUC. A gente já não estava mais com o PC do B, e a Liga Operária já se aproximava do grupo que seria a Convergência mais à frente. A gente perdeu a direção do DCE, mas eu conheci duas pessoas que foram muito importantes na minha vida: o falecido Hamilton Cardoso, que vinha da Universidade de São Paulo, e o Milton Barbosa, que também já estava dentro da Faculdade de Economia da USP.¹²⁵ E eles tinham um núcleo já da questão racial, dentro da universidade. Tinha o Rafael Pinto, o Milton Barbosa, o Hamilton e, dentro da PUC, tinha uma pessoa que hoje mora no Rio, o Astrogildo.¹²⁶ Ele estudava na PUC, fazia ciências sociais. E o Astrogildo um dia me falou assim: “Flavinho, você não tem interesse nenhum pela questão racial? Você vai ser o tempo todo do movimento estudantil?” Eu fiquei meio chocado, porque a minha cabeça era totalmente dirigida para o movimento estudantil. Aí eu falei para o Astrogildo: “Nem sei da existência de movimento...” Ele disse assim: “Nós temos um agrupamento dentro da Liga Operária que começa a discutir movimento negro.” Esse grupo se chamava Núcleo Negro Socialista, que foi, na minha opinião, o grupo que começou esse movimento mais à esquerda dentro do movimento negro brasileiro. Era um núcleo que impulsionava, aqui em São Paulo, o surgimento do Movimento Negro Unificado, do qual o Miltão e o Hamilton faziam parte. E o Astrogildo me convidou para fazer parte desse agrupamento dentro da Liga Operária.

E quem começou isso dentro da Liga Operária, o senhor tem ideia?

Foi um jornalista que veio do exterior. O nome dele é Jorge Pinheiro.¹²⁷ Os “Jorges” sempre marcaram a minha vida. Ele era da direção da Liga Operária, e eu não sei por onde ele anda. Ele era negro, se reivindicava negro, e teve uma passagem pelo Chile — um autoexílio —, morou na França e, por essa passagem, começou a ter contatos com os movimentos negros lá de fora e já voltou com essas ideias na cabeça. E, por influência dele, esse pessoal — Hamilton, Milton, Rafael, Astrogildo —, começou a

discutir a questão racial. Ele foi um dos responsáveis pela organização daquele jornal Versus, que foi um núcleo bastante importante do debate racial aqui no Brasil.¹²⁸ Dentro desse jornal foi criada uma seção que se chamava “Afro-Latino-América”. Foi um jornal fundamental para existência do movimento negro; ele centralizava o debate mais teórico sobre o racismo no Brasil em textos muito importantes.

Milton Barbosa

Em 1973, quando entrei na universidade, a gente começou a ter uma discussão política mais sistemática. A gente teve contato com a Liga Operária, da qual fiz parte e que veio a dar depois na Convergência Socialista. E é um negócio interessante, porque o Odacir de Mattos, que já era “nego-velho”, não acreditava em nada daquilo, mas acho que ele pensou: “Eu não vou deixar esses neguinhas entrarem sozinhos.” Ele entrou junto com a gente na Liga Operária. Aí nós exigimos uma direção regional para o Odacir de Mattos, que era a pessoa em que nós confiávamos, mas os caras enrolaram e não deram. Era um negócio, assim, meio barra. A gente tinha uma assistência política nessa Liga Operária. Em um primeiro momento era um “puta quadro”, um quadro dirigente principal, que dava assistência para nós. Mas depois começou a vir um branco de movimento estudantil conversar com a gente. Aí a gente começou a ficar meio revoltado. E eu ficava doido quando pagava a minha cotização. Eu trabalhava no Metrô e, quando eu pegava uma parte do meu salário e dava na mão do cara, eu ficava revoltado: “Estou sustentando esse troço...” Ficava meio cabreiro: “Esse boyzinho”, eu pensava. Era um cara até legal, gente fina, batalhador.

Mas havia discussão sobre os negros nesse universo?

Lógico. Discussão política mesmo, de organização. A gente tinha cursos, debatia, fixava nortes... Nós debatíamos tanto a ação no movimento negro como a ação no movimento estudantil, e montamos uma celulazinha. Mas a nossa célula era de negros. Tinha um negro que não era, mas os outros eram de movimento negro. Aí teve um congresso da Liga Operária em Itanhaém, onde a gente discutiu a questão do negro, e eles me tiraram para ir representar a nossa célula. Uma coisa que marcou também foi que, apesar de a discussão ser feita com esses setores, eu senti que aquilo não entrou de forma sistemática como ação daquele grupo. Então isso já começou a me deixar meio cabreiro. E fez com que inclusive depois, em outro momento, eu me desligasse, junto com o Rafael — que era um companheiro do dia-a-dia,

fundador do movimento — e mais uma turma: Vanderlei José Maria, Adãozinho, Neusa Maria Pereira, Hamilton Cardoso, Antônio Leite, Eduardo de Oliveira, que agora é desse Cnab.¹²⁹ Um time de primeira linha.

Acho que eles ficavam também meio que resistindo com a gente do movimento negro. Na realidade, eles queriam a nossa discussão, o nosso conteúdo, mas não queriam nos inserir de fato no negócio. E a gente sentiu isso e depois rompeu. Mas essa discussão com a Liga Operária teve um papel importante para o surgimento de uma nova fase do movimento: as coisas que a gente estudou, discutiu e tudo o mais. Aprender sobre o programa de transição de Trotsky, sobre a lei de desenvolvimento desigual e combinado...¹³⁰ A gente leu muito sobre a questão internacional, sobre a questão da África do Sul, e a gente teve muitas descobertas: o Frantz Fanon, o Pele negra, máscaras brancas, o Condenados da Terra. Isso estimulou coisas que a gente já estava descobrindo. Deu um ritmo maior. Havia muitos cursos. Na época da ditadura militar se estudava muito mais, se exigia muito mais, porque você tinha que enfrentar uma barra pesada.

Gilberto Leal

O movimento estudantil, na verdade, era um encontro, um aglutinamento de vários cursos, para ir para a rua, para enfrentar. Eu passei a adicionar à minha militância estudantil a condição de uma militância negra. Porque, em meados da década de 1970, eu passo a encontrar outros militantes que já vinham também com uma formação de militância negra. Por exemplo: Lino de Almeida, Leibe Carteado, Antonio Godi.¹³¹ Foram pessoas que eu já encontrei vindo da universidade, já saindo dela com esse alicerce de formação política negra. Encontrei essas pessoas no início do movimento negro mais organizado na Bahia, no movimento que se organizava na periferia do MDB da época, que era a única oposição do período.¹³² Não cheguei a ser filiado ao MDB, mas como a gente vinha com uma visão mais para a esquerda, a gente se encaixou ali.

Enquanto movimento organizado na Bahia, a gente trabalhava se reunindo, debatendo, e enfrentando uma luta de duas vertentes: tanto enfrentando a direita, opressora e reacionária, como também, dentro do campo da esquerda, aqueles que não admitiam a bandeira específica da luta racial, por dizerem que bastava uma luta em prol de uma sociedade justa para que essas questões da discriminação racial se resolvessem. E nós dizíamos que não, porque encontrávamos no convívio com os brancos, mesmo os de esquerda, muitas posturas também danosas à condição de respeito à cidadania negra, muitas posturas racistas. Entendíamos que nós éramos parceiros em comum numa bandeira mais geral, mas na bandeira específica ficava por nossa própria conta enfrentar.

Ivair Alves dos Santos

Quando eu era estudante, em 1974, havia dois partidos: MDB e Arena. Em São Paulo tinha um clube na avenida São João chamado Coimbra, que já não existe mais. Nesse clube, a gente fazia até arte, fazia música, e lá eu conheci o candidato a deputado pelo MDB, o Hélio Santos. Na época a gente pregava “anular o voto”, mas ele me convenceu que era importante se filiar ao MDB e fazer política lá. Comecei a apoiar a campanha dele, e isso, nos anos seguintes, acabou se constituindo numa fase importante para mim, quando me filiei ao MDB e fiz política partidária. Primeiro fiz parte do diretório onde eu morava, no Tatuapé. E era uma política complicada porque era muito diferente, só tinha dois partidos.

Nessa política partidária, que depois foi interrompida com minha ida para Angola, em 1979, conheci outra pessoa que também foi importante: Esmeraldo Tarquínio, uma das maiores lideranças negras do estado de São Paulo.¹³³ Ele foi prefeito de Santos e foi cassado em 1968 pelo Erasmo Dias, o cara do regime militar.¹³⁴ Eu fui atrás dele porque ia convidá-lo para ir ao meu bairro fazer uma palestra. Dois dias antes de ele conseguir sua anistia, em 1978, eu o convidei para ir a minha casa e ele foi, de Santos até a minha casa na Zona Leste de São Paulo, para contar um pouco a experiência dele como político cassado. O Tarquínio era um cara brilhante, orador fantástico, uma personalidade marcante.

Iniciei minha vida político-partidária dentro do MDB fazendo filiação. As nossas primeiras filiações que eu fiz na Zona Leste serviram, digamos assim, de moeda de troca para o Fernando Henrique Cardoso se tornar membro do grupo do MDB. O Hélio Santos era ligado ao Fernando Henrique Cardoso, que precisava se apresentar no MDB com um mínimo de filiações.¹³⁵ Ele sempre teve uma relação próxima com o Fernando Henrique, de quem nós acabamos nos aproximando nesse período, quando ele se candidatou a senador, em 1978. Então as filiações que nós fizemos no MDB fazem parte, um pouco, desse processo de entrada de jovens com outra linha de pensamento, contrapondo-se às linhas tradicionais. Infelizmente fomos sempre derrotados, nunca conseguimos ter um candidato negro eleito por nós.

REPRESSÃO E ABERTURA¹³⁶

Yedo Ferreira

Voltei para o Rio de Janeiro, mas continuei no navio e pagando serviço nos Correios. Quando houve o golpe, em 1964, eu estava embarcado, vindo de Santos para o Rio de Janeiro. Quando cheguei de manhã estava um zunzunzum, o João Goulart já tinha saído, aquele negócio todo.¹³⁷ E eu, preocupado, porque pagar serviço era uma coisa ilegal e a primeira coisa que os caras faziam, toda vez que havia qualquer mudança, era proibir imediatamente. Falei: “Alguma coisa aconteceu lá nos Correios.” O navio ficou fundeado aqui na baía de Guanabara porque, segundo a informação que veio, ele ia levar tropas para o Rio Grande do Sul, onde estava tendo uma reação feita pelo Leonel Brizola, que tinha ido para o Sul justamente para criar resistência.¹³⁸ Tinha um companheiro, o Cleto, que era maquinista e de Santa Catarina. Ele falou: “Yedo, vamos fazer o seguinte: se esse navio for levar tropas, você vai desligar o motor auxiliar, eu vou abrir o tanque, e esse navio vai a fundo. Porque esses caras vão morrer.” Falei: “Tudo bem.” Mas o navio não pegou tropas, não pegou nada.

Quando voltei aos Correios eram uns dez dias depois. Nesses dez dias, tinha acontecido o Ato Institucional.¹³⁹ Felizmente, nos Correios aconteceu uma coisa, de certa forma, boa. Porque o general Taurino foi nomeado para ser da Comissão Geral de Investigação, a chamada CGI.¹⁴⁰ Então, nós éramos chamados e entrevistados por aqueles oficiais. Cheguei lá: “Não, estava trabalhando.” O pensamento dos oficiais dessa comissão era de que eu estava na União Soviética, tinha estado em Cuba... E a orientação do Partido era negar, não só por segurança do Partido, como também segurança da própria pessoa. Então neguei: “Defendo mais é que o Brasil seja um país independente...” Aquele discurso todo que não dizia coisa alguma. E a comissão, com o general Taurino, não era muito rígida, até porque, depois, o filho dele foi preso em Recife como subversivo. O filho dele era economista e era da Sudene.¹⁴¹ E foi preso, como o Celso Furtado.¹⁴² O general Taurino parece que ficou chocado com aquilo, pediu demissão, saiu, mas nós já tínhamos passado pela Comissão, não tinha mais nenhuma implicação.

Sabiam que todo mundo ali era comunista mesmo, mas não tinham prova

concreta. Porque teve um outro fenômeno: no período do Juscelino, os órgãos de repressão não foram muito atuantes e alguns deles até ficaram praticamente desativados. Veio o governo João Goulart, que foi pouco tempo, mas também desativados. E, quando veio o golpe militar, praticamente não tinha registro de subversivo nenhum. Tanto assim que eles só pegaram pessoas de 1935, 36, que estavam lá ainda e que, às vezes, muitos já eram idosos, não tinham nada a ver. Então nós ficamos em duas coisas: aposentadoria compulsória para aqueles que exerciam função de direção e confinamento para aqueles que não exerciam função de direção, mas eram considerados subversivos. Como eu não exercia função de direção nenhuma, até porque nem estava nos Correios nesse período, eu estava viajando na Marinha, entrei na lista do confinamento. Me confinaram na cidade de Chapecó. Naquela época, Santa Catarina era praticamente de colonização alemã e eu era o único negro na cidade. É uma coisa que, na época, a gente não percebe. Só fui perceber isso mais tarde, depois de estar envolvido com a questão racial: o porquê de eles me mandarem para lá. Depois, em 1965, fui transferido para a cidade de Pato Branco, no Paraná. Mas só que, em 1965, estava marcada a eleição para governador e essa eleição se realizou. Como a transferência caiu justamente dentro dos seis meses antes das eleições, alguns funcionários entraram com um mandado de segurança e conseguiram ganhar, reverter. Quando eles conseguiram reverter, nós fomos beneficiados também, porque também fomos remanejados em período eleitoral. Isso fez com que todos nós, então, voltássemos: quem era do Rio de Janeiro, para o Rio de Janeiro, e por aí afora.

Já em 1965, o Partido tinha determinado o seguinte: desligar os filiados que eram “queimados”. Quem era “queimado”, o Partido desligava, porque aí eles não tinham que dar assistência, e não colocavam em risco o assistente, porque ele tinha que nos acompanhar. Então, algumas vezes o assistente me procurou e, depois, na última vez, me comunicou: “Você vai ser desligado. A prática do Partido é essa. Vai ficar restrito ao pessoal profissional do Partido e, depois, quando acabar a ditadura, o Partido chama todo mundo.” Nunca mais voltei.

Nesse período não existia militância política, estava tudo parado, o Partido parou, parou tudo. Eu falei: “Não tem nada para fazer. Bom, então vou estudar.” Resolvi, então, voltar a estudar: fui fazer vestibular para entrar para a universidade. Aí, fazendo vestibular, é que eu fui encontrar alguns

negros estudantes, sensibilizados com as questões que estavam acontecendo nos Estados Unidos, a luta pelos direitos civis, aquele negócio todo.

Edson Cardoso

O portão do Colégio da Bahia, onde eu estudava, ainda em 1968 era aberto. Quando veio o AI-5, levantaram um muro no lugar do portão, abriram uma porta lateral e colocaram um soldado nela.¹⁴³ Muitos alunos foram expulsos da escola. Alguns optaram pela clandestinidade mesmo. Às vezes alguns estudantes que tinham sido expulsos nos pediam para entrar com alguns panfletos para colocar no banheiro. Era uma escola muito politizada. Em 1969, então, foi muito difícil terminar o terceiro ano. Eu terminei e acho que devo muito aos professores, porque alguns deles sabiam do que estava acontecendo e entendiam por que às vezes bons alunos estavam apresentando um quadro de apatia, como nós estávamos apresentando. Esse foi um ano terrível. Passeatas estavam proibidas no país. A última passeata de que participamos em Salvador já era com o jornal na banca dizendo “Proibido passeata em todo o país”. E teve uma repressão brutal aos estudantes à luz do dia, em uma manhã de segunda-feira, atirando nas pessoas, uma coisa tão violenta que as pessoas se deram conta de qual era exatamente o quadro de repressão que a gente estava vivendo. Algumas pessoas deixaram a escola e foram presas, a gente soube logo depois. E aí baixou um período muito ruim de tudo isso. Eram livros escondidos sob a camisa...

Terminei meu segundo grau e não fui fazer vestibular, tal o quadro. Eu lia muito. Fui trabalhar, fui ser propagandista de laboratório. E vivi uma situação, em 1970, no Hospital do Exército, como propagandista de laboratório, que acho importante registrar para quem quiser conhecer o clima daquele período. Nós tínhamos produtos controlados no laboratório de que mesmo a amostra, ao ser entregue, o médico tinha que assinar uma requisição bem nítida sobre a quantidade recebida. Eram produtos, por exemplo, como Medazepam 10 mg, às vezes 20 mg, que tinham a venda controlada. Eu tinha que prestar conta para onde a amostra tinha ido e precisava da assinatura de um médico com seu registro e tudo mais. Então, depois de falar sobre os remédios, apresentar os produtos e deixar as amostras, eu entreguei o bloco de controle para o médico assinar. Ele me pediu uma caneta. Coloquei a mão no bolso interno do paletó, onde tinha mais de uma, e puxei uma caneta. Só que a caneta que eu puxei era

vermelha. Um fato absolutamente banal. O médico levantou da cadeira e, com o dedo na minha cara, disse assim: “Essa cor não entra no Exército brasileiro.” E eu pensando comigo: “Ele vai me prender aqui porque entreguei uma caneta vermelha.” Eu disse: “Desculpe, doutor, vou lhe entregar uma caneta azul.” Foi uma situação tão bizarra que eu acho que dá a ideia do clima que a gente vivia.

Antes de ser propagandista de laboratório passei um tempo na revisão do Diário de Notícias em Salvador. E tinha um quadro na parede, um papel fixado, com os itens que, caso tivessem passado na redação, o revisor tinha a responsabilidade de ver. Um dos itens era “racismo e relações raciais”. Ou seja, se a matéria era sobre racismo: “Para, chama e avisa o chefe.” Se tivesse passado pela redação, o revisor não podia dizer: “Isso foi da redação.” “Não. Você tem responsabilidade aqui.” Então ficava o aviso na sala da revisão. Eu passei lá pouco tempo. Não vivi nenhuma situação como essa.

A ideia de racismo no Brasil era censurada. Toda a imprensa negra que estava sendo feita nos anos 1960 e 70 foi acompanhada. Vazou, em uma reportagem do Correio Braziliense, a informação de que o jornal Árvore das Palavras, e várias outras iniciativas foram acompanhadas pelo Serviço Nacional de Informações, SNI.¹⁴⁴

Nos debates do Teatro Casa Grande, aqui no Rio, em 1974, 75, publicados pelas editoras Paz e Terra e Opinião, tem um depoimento do Avancini sobre televisão.¹⁴⁵ Você estava vivendo a chamada redemocratização, o começo do projeto de Abertura, uma efervescência cultural, todo mundo debatendo, já fazendo avaliação. Aí o Avancini diz que havia uma interdição explícita — eu estava falando do Diário de Notícias em Salvador, ele está falando da Rede Globo de Televisão — de que o tema “racismo e relações raciais” não poderia estar nas novelas. Ele falou “proibição explícita”. Depois que deixou de ser explícita, será que passou a ser implícita? Porque depois é um tema que vai ser abordado com muito cuidado pela Globo.

Gilberto Leal

Durante o AI-5, falar que o Brasil era um país racista era subversão e, consequentemente, você estava sujeito a todas as penalidades. Então, nós convivíamos com a luta negra em plena ditadura militar, com o cacete da polícia, com o braço armado da ditadura batendo firme na gente. Eu sei que muita gente fala: “Nós temos um movimento cultural que também se desenvolveu no período.” Mas não enfrentava a ditadura militar e não era um movimento de contestação política. Era um movimento de ocupação de espaço estético e era real, ainda é até hoje. Mas quem começou com o processo na Bahia de movimento político contestatório enfrentando os poderes constituídos foi o movimento negro organizado.

Tivemos passeatas de movimento negro, a partir da instituição do Dia Nacional da Consciência Negra em 1978, e começamos a criar atos específicos da população negra. Por exemplo: nós contestamos a relação do Brasil com a África do Sul na época do apartheid e fizemos um ato do movimento negro na porta de uma empresa de turismo que fazia pacotes turísticos para a África do Sul. Dizíamos que não concordávamos com aquilo, fomos lá, fechamos a empresa, invadimos. Como era ditadura militar, recebemos toda a repressão. Então, “cana” para todo mundo, todos os líderes foram presos. Não me lembro agora exatamente a data, mas isso foi em 1980. Fomos todos para a Polícia Federal e ficamos presos por um mês, mais ou menos. Depois nos liberaram. Cada um foi liberado em período diferente e também fomos interrogados diferentemente. O interrogatório foi duro como todo interrogatório, psologicamente torturador. Não chegaram à violência física, mas a ameaças, sim. Diziam: “Quem são os caras?” “Vocês estão recebendo de quem?” “Estão influenciados por quem?” “Quem são os seus grandes mentores?” Era para você entregar gente, porque eles estavam caçando e, na época, o chefe da Polícia Federal era um tal de Luiz Arthur, extremamente violento e repressor.¹⁴⁶

Amauri Mendes Pereira

Em julho de 1977 saiu o primeiro jornal Sinba. Era ditadura militar: “Como é que a gente faz para distribuir esse jornal?” Era proibido. Era e não era. Tudo era meio assim: pode e não pode. Diziam que era proibido. Aí a gente saía com um monte de jornais e botava num táxi, saltava em outro lugar e pegava outro táxi. Tudo paranoia. Mas alguém disse que viu alguém atrás. O cara da gráfica disse que tinham ido perguntar pelo jornal, porque eles iam sempre — nas gráficas pequenas, eles realmente iam. Tinha um serviço regular do SNI, do CIE, parece, que fazia visitas nas gráficas para ver as provas, e que estranhou aquilo.¹⁴⁷ Aí, o Branquinho, que era nosso paginador, escondeu nosso material e falou para a gente: “Mas vocês levam isso daqui rápido, porque, se o cara passar de novo aqui, a gente está lascado. Se isso parar nas mãos deles, vocês estão fritos e nós também.”

Edna Roland

O processo de Abertura é uma coisa que eu acredito que tenha sido vivido de formas muito diferentes pelos militantes. O momento em que cada pessoa considerou que podia retomar uma vida normal, um espaço maior de liberdade, eu acredito que variou de pessoa a pessoa. Eu, a princípio, tinha um desejo de voltar para Minas Gerais e ver se eu voltava para a universidade, mas acabei ficando em São Paulo. Primeiro, fiz vestibular na USP para ciências sociais, que eu não concluí; depois, entrei no mestrado na PUC de São Paulo, em 1981. Concorri a uma bolsa de estudos lá na PUC e, para poder concorrer, eu tinha que definir um tema de pesquisa. Foi uma coisa rápida, eu tinha que fazer. E, na hora em que falei “o que eu vou estudar, o que eu vou fazer?”, me veio o tema do emprego doméstico: queria estudar a relação entre patroas e empregadas domésticas, que eu imaginava então que seriam mulheres de raças diferentes provavelmente. E defini o meu projeto incluindo a temática racial. Era uma das coisas que eu queria investigar. Porque até então a questão da consciência racial, para mim, era uma coisa puramente, digamos, de ordem pessoal, individual. Tinha acontecido lá nos Estados Unidos, redefiniu a minha identidade pessoal, eu me considerava negra, mas não teve imediatamente uma militância política. A minha militância foi, inicialmente, no movimento estudantil e, depois, nessa questão do movimento underground contra a ditadura, vinculada a essa organização. Na década de 1970 eu não tinha contatos com o movimento negro.

Eu estava estudando psicanálise e era um momento em que eu estava bastante entusiasmada, estudando Freud e essas coisas todas. Então eu tinha, de um lado, um referencial de economia política, por conta da minha formação marxista, e, de outro, um referencial psicanalítico. Eu queria pegar essas duas coisas “bem simples” e ver como articular esses dois níveis da realidade. E também queria fazer uma pesquisa que fosse mais participante, ter um grau de envolvimento com a situação. Para realizar essa pesquisa é que eu começo a buscar o pessoal do movimento negro. Porque eu queria encontrar os sujeitos da minha pesquisa, eu queria entrevistar, eu queria procurar mulheres negras empregadas domésticas. E o caminho como eu achei que deveria fazer isso foi através do movimento

negro. A ponte pode ter sido o Miltão Barbosa. Eu lembro que o contato com o Miltão foi no momento em que eu queria contato com o movimento negro. Aí eu já não era mais a pesquisadora procurando sujeitos de pesquisa. Aí já é um momento em que eu queria realmente me tornar militante. Porque, nesse processo de investigar, vai acontecendo uma coisa de identificação minha com o movimento, com a temática, com a luta. E isso vai se tornando não um tema de pesquisa, mas um tema para a minha vida. Vai ocorrendo esse processo de transformação.

Zélia Amador

Em 1974, o general Geisel entra na presidência da República e inicia aquele tal processo de Abertura lenta e gradual. Aí as coisas vão, digamos assim, se abrindo. É quando vai ressurgir o movimento negro com essa face mais político-reivindicativa. Não é que ele tenha deixado de existir. Mas ele existia muito mais com uma face sociorrecreativocultural, voltado às vezes para a pesquisa. Em 1974 surge o Ilê Aiyê, mas a grande marca do Ilê é a cultura. Lá no Sul, você tem o Oliveira Silveira, mas a grande marca ainda é o teatro, uma marca mais artística. Esse movimento mais político-reivindicativo propriamente dito vai ressurgir a partir de 1978, após a grande greve do ABC, que, digamos assim, foi o grande teste para ver se, de fato, a Abertura estava funcionando.¹⁴⁸ Aquele foi o teste. E aí é que vai surgir o MNUCDR.¹⁴⁹ E acabam, no país todo, surgindo outras entidades. É nesse bojo que vêm o Cedenpa e o Centro de Cultura Negra do Maranhão, por exemplo.

105 A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento político fundado em 7 de outubro de 1932, na cidade de São Paulo, tendo como líder o jornalista Plínio Salgado (1895-1975). A AIB era um partido que tinha inspiração fascista e fundamentava-se, basicamente, em valores morais, nacionais e religiosos, sintetizados no lema “Deus, Pátria e Família”. Ver DHBB.

106 O Comitê Democrático Afro-Brasileiro, fundado em 1945, no Rio de Janeiro, reivindicava a anistia dos presos políticos durante o regime do Estado Novo (1937-1945). Ver www.abdias.com.br/biografia/detalhada_texto.htm, acesso em 29/8/2007. Francisco Solano Trindade (1908-1974), poeta, militante, ator e diretor de

teatro, participou dos congressos afro-brasileiros realizados em 1934 e 1937, em Recife, onde nasceu, e em Salvador, respectivamente. Foi o criador da Frente Negra de Pernambuco e do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, em 1936, do Teatro Popular Brasileiro, em 1950, e também participou da fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944, no Rio de Janeiro. Ao longo de sua trajetória como poeta publicou, entre outros, Poemas de uma vida simples (1944) e Seis tempos de poesia (1958). Ver Maria do Carmo Gregório. Solano Trindade: raça e classe, poesia e teatro na trajetória de um afro-brasileiro (1930-1960) (Dissertação de mestrado em história, UFRJ, 2005) e Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.).

107 O Centro de Cultura Afro-Brasileiro, fundado no ano de 1936, tinha como objetivo divulgar os intelectuais e artistas negros. Ver www.portalafro.com.br/literatura/solano/solano.htm, acesso em 4/7/2007.

108 A criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) remonta a 1934, quando foi criado o Instituto Nacional de Estatística (INE), que iniciou suas atividades em 29 de maio de 1936. No ano seguinte, foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao INE, que passou a se chamar, então, IBGE. O IBGE é uma instituição da administração pública federal, subordinado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ver www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/instituicao.shtml, acesso em 29/8/2007.

109 As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco e, depois, nos estados da Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás e outras regiões do país. Exerceram atividades entre 1955, quando surgiram, e a queda do governo de João Goulart, em 1964. Suas reivindicações se concentravam em torno da posse e do usufruto da terra e na crítica aos latifúndios improdutivos. Elas promoviam a organização dos camponeses — tanto pequenos proprietários de terra como posseiros ou arrendatários — contra a expulsão da terra, a elevação do preço do arrendamento e a prática do “cambão”, pela qual o colono tinha de dar um dia de trabalho por semana de graça para o dono da terra. Ver DHBB.

110 Elias Reginaldo da Silva, de codinome “Sousa” ou “André”, era membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Esteve em

Moscou em 1934, quando participou de uma reunião da Internacional Comunista com os representantes dos partidos comunistas latino-americanos, e foi um dos principais articuladores do levante comunista de 1935, em Recife. Ver DHBB, verbete “Luís Carlos Prestes”.

111 A instituição do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), órgão do Ministério da Educação e Cultura, foi aprovada pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e efetivada pelo Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, durante o governo do general Costa e Silva. O Mobral foi criado com o objetivo de propiciar a alfabetização funcional para jovens e adultos “como meio de integrá-los à sua comunidade”. Em 25 de novembro de 1985, após o fim da ditadura militar, o Decreto nº 91.980, assinado pelo então presidente José Sarney, redefiniu os objetivos do Mobral e alterou sua denominação para “Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos — EDUCAR”. Ver www.senado.gov.br, “Legislação”, acesso em 6/7/2007.

112 Dops é a sigla para Departamento de Ordem Política e Social.

113 As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são organismos da Igreja Católica propostas como instrumento pastoral durante a II Conferência dos Bispos da América Latina, realizada em Medelín, Colômbia, em 1968, ligando a forma comunitária à opção preferencial pelos pobres, estabelecida pelo Concílio do Vaticano II, no início da década de 1960. A partir de então, as CEBs se difundiram no Brasil, numa conjuntura marcada pelo regime militar. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em outubro de 1975 para atuar nas questões agrárias. Ver DHBB.

114 A Ação Católica Brasileira (ACB) foi uma ação civil católica criada em 1935 por dom Sebastião Leme da Silva Cintra, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, em resposta às solicitações do Papa Pio XI para que fossem fundadas associações leigas vinculadas à Igreja, “com a finalidade de estabelecer o reino universal de Jesus Cristo”. No interior de cada diocese, a ACB deveria se dividir em grupos para fins de recrutamento de associados. Foi nesse contexto que surgiram, entre outros, a Juventude Operária Católica (JOC), em 1948, a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), ambas em 1950, destinadas à difusão dos ensinamentos e da doutrina da Igreja no meio operário, no meio estudantil e no meio universitário, respectivamente. Ver DHBB.

115 Dom Adalberto Accioli Sobral foi arcebispo da arquidiocese de São Luís do Maranhão de 1947 a 1951. Ver http://pt.wikipedia.org/wiki/Arquidiocese_de_S%C3%A3o_Lu%C3%A7%C3%ADo, acesso em 22/6/2007.

116 A Teologia da Libertação foi um movimento cristão, originado na América Latina na década de 1960, que procurou sintetizar conceitos provenientes das ciências sociais com ideias bíblicas e teológicas. Seu principal instrumento de participação popular eram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Entre os representantes brasileiros desse movimento, destacam-se Rubem Alves e Leonardo Boff. Ver www.historia.uff.br/nec/dezembro2005/teoliberta.htm, acesso em 6/7/2007.

117 A Ação Popular (AP) foi fundada em 1962 e reunia membros da JUC e da JEC. Após o 31 de março de 1964 muitos de seus membros foram presos, ou passaram à clandestinidade. Ver DHBB.

118 PC do B é a sigla para Partido Comunista do Brasil, criado em fevereiro de 1962 por ex-dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ver DHBB.

119 A Var-Palmares foi uma organização político-militar surgida em 1969, em decorrência da fusão entre o Comando de Libertação Nacional (Colina), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e outros grupos revolucionários do Sul do país e da Bahia. Ver DHBB.

120 Alfredo Wagner Berno de Almeida, mestre (1978) e doutor (1993) pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atuou em diversas instituições de pesquisa e ensino superior, como a UFF, a UFSC, o Museu Paraense Emílio Goeldi, a Funai, a UFAC, a UFPA e a UFMA. Atualmente é professor da Universidade Federal do Amazonas, no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, e trabalha principalmente com os seguintes temas: povos tradicionais, cartografia social e Amazônia. Entre 1997 e 1999, desenvolveu no Maranhão o projeto “Identidade, conflito e etnia: as terras de preto como território de afirmação étnica”, que resultou na publicação Projeto Vida de Negro. Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento (São Luís, Centro de Cultura Negra do Maranhão e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, 2002). Ver

www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 29/8/2007.

121 A organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-Polop) foi formada em 1970, com parte dos antigos dirigentes da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop), criada em fevereiro de 1961, constituída essencialmente por intelectuais e estudantes, com bases, sobretudo, em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ver DHBB e

<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/links/polop.html>, acesso em 9/10/2007.

122 Emir Simão Sader (1943) é formado em filosofia (1965) e doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (1990), onde trabalhou como professor entre 1988 e 1997. Foi pesquisador do Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade do Chile (1971-1973) e atualmente é diretor do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde é professor. Publicou, entre outros, A ciência da história (1968) e Democracia e ditadura no Chile (1984). Seu irmão, Eder Simão Sader (1941-1988), ativista político e sociólogo, foi um dos fundadores da Polop. Perseguido pelo regime militar, exilou-se no Chile entre 1971 e 1973, onde militou no Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) chileno, contra o governo de Augusto Pinochet. Em seguida exilou-se na França, entre 1974 e 1979, e lecionou na Universidade de Paris. Ao regressar ao Brasil, tornou-se docente de sociologia na USP e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Escreveu, entre outros textos, Mao Tsé-Tung (1982) e Che Guevara: política (1985). Ver www.cnpq.br, “Plataforma Lattes” e <http://pt.wikipedia.org>, acesso em 29/8/2007.

123 A Liga Operária foi uma organização de inspiração trotskista constituída no final de 1973 por brasileiros exilados na Argentina, que já haviam integrado a Ação Popular, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e o Movimento Nacionalista Revolucionário. Mas foram, sobretudo, os ex-militantes dessa última organização que compuseram sua diretoria. Ver www.uem.br/~dialogos/include/getdoc.php?id=602&article=208&mode=pdf, acesso em 29/7/2007.

124 A Convergência Socialista foi uma organização política criada em 28 de janeiro de 1978, em São Paulo, e uma das correntes atuantes no Partido dos

Trabalhadores a partir de 1980. Deixou de existir em 1994, quando seus membros passaram a integrar o recém-criado Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Ver DHBB.

125 Milton Barbosa, também chamado de Miltão, é um dos entrevistados deste livro; para informações biográficas, ver o quadro de entrevistados.

126 Rafael Pinto, cientista social formado pela USP, participou da fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978. Atualmente é diretor da Associação dos Funcionários do Banespa e membro da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen). Ver
<http://www6.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/cultura/2006/05/0008> e
www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/08/390261.shtml, acesso em 18/8/2007. Astrogildo Esteves Filho é jornalista e trabalhou como revisor na Editora Nova Fronteira.

127 Jorge Pinheiro dos Santos foi militante da Ação Popular, da Liga Operária e do Movimento Nacionalista Revolucionário durante o regime militar. Em 1970 exilou-se no Chile e concluiu o curso de ciências sociais na Universidad de Chile (1973). Em 1974 voltou ao Brasil. Em 1977 foi viver na Europa, onde tomou contato com as ideias que o levaram à Convergência Socialista, da qual foi um dos fundadores no Brasil, no ano seguinte. Trabalhou como jornalista na revista Manchete e nos jornais Folha de S. Paulo e Versus, do qual, além de um dos editores, foi também diretor, justamente a partir do nº 23 (julho/agosto de 1978), após a saída do criador do jornal, o jornalista Marcos Faerman. Em 2001 concluiu a graduação em teologia pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo, tornando-se pastor. Fez também mestrado (2001) e doutorado (2006) em ciências da religião na Universidade Metodista de São Paulo. Atualmente é professor da Faculdade Teológica Batista de São Paulo. Ver
www.pastoral.org.br/2006/t_text/a12.htm e www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 29/8/2007.

128 O jornal Versus circulou de outubro de 1975 a outubro de 1979, e chegou a ter circulação nacional, com edições de 35 mil exemplares. Ver
www.cce.ufsc.br/~nelic/Boletim_de_Pesquisa_6_7/versus6_7.htm, acesso em 30/8/2007.

129 Neusa Maria Pereira foi editora assistente do jornal Versus, em cuja

coluna “Afro-Latino-América” também publicava artigos. Eduardo de Oliveira (1926), professor e poeta, no ano de 1995 fundou a entidade Congresso Nacional Afro-brasileiro (Cnab), através da qual publicou em 1998 a enciclopédia biográfica Quem é quem na negritude brasileira.

130 O programa de transição para o regime socialista foi elaborado por Leon Trotsky em Périgny (França), em 3 de setembro de 1938 e está disponível em

www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/09/03_programadetransicao/cap_1 acesso em 30/8/2007. A lei do desenvolvimento desigual e combinado foi criada pelos fundadores do materialismo histórico, Karl Marx e Friedrich Engels. O marxista norte-americano George Novack (1905-1992) assim a definiu: “os aspectos fundamentais da lei podem ser brevemente exemplificados da seguinte maneira: o fato mais importante do progresso humano é o domínio do homem sobre as forças de produção. Todo avanço histórico se produz por um crescimento mais rápido ou mais lento das forças produtivas neste ou naquele segmento da sociedade, devido às diferenças nas condições naturais e nas conexões históricas. Essas disparidades dão um caráter de expansão ou compressão a toda uma época histórica e conferem distintas proporções de desenvolvimento aos diferentes povos, aos diferentes ramos da economia, às diferentes classes, instituições sociais e setores da cultura.” Ver

www.marxists.org/portugues/novack/1968/desenvolvimento-desigual/cap01.htm, acesso em 30/8/2007.

131 José Lino Alves de Almeida (1958-2006), sociólogo, radialista e cineasta, foi um dos fundadores do Movimento Negro Unificado na Bahia, em 1978, e da Legião Rastafari, em 1981, entidade que ajudou a popularizar o reggae na Bahia. Antonio Jorge Victor dos Santos Godi (1952) é pesquisador, artista plástico, ator, diretor e produtor musical. Formado em direção teatral pela Universidade Federal da Bahia (1979), fez um curso de especialização em ciências sociais (1986) e o mestrado em comunicação e cultura contemporânea (1997) pela mesma universidade. Atualmente é professor na Universidade Estadual de Feira de Santana, no Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Núcleo de Estudos e Pesquisa da Contemporaneidade. Ver www.overmundo.com.br/overblog/a-memoria-de-lino-de-almeida e www.cnpq.br/, “Plataforma Lattes”, acesso em 30/8/2007.

132 O Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro 1965, determinou a

extinção dos partidos políticos e a posterior instauração do bipartidarismo. Foram formados então o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instaurado no país em abril de 1964, e a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao governo. Ver DHBB.

133 Esmeraldo Tarquínio (1927-1982) foi vereador na cidade de Santos de 1959 a 1962, ano em que foi eleito deputado estadual em São Paulo. Reeleito deputado estadual nas eleições de 1966, disputou e venceu as eleições para a prefeitura de Santos em 1968, na legenda do MDB, mas não chegou a assumir, porque foi cassado em 13 de março de 1969, dois dias antes de tomar posse. Ver www.camarasantos.sp.gov.br/noticia.asp?codigo=1287&COD_MENU=102, acesso em 30/8/2007.

134 Antônio Erasmo Dias (1924), militar, participou do movimento de março de 1964, sendo responsável pela ocupação da refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão (SP). Em fins de 1968 participou do cerco a Ibiúna (SP), durante a realização do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, que resultou na prisão de quase oitocentas pessoas. Em novembro teve participação direta na cassação do então prefeito eleito de Santos, Esmeraldo Tarquínio. Em abril de 1974 foi nomeado pelo governador Laudo Natel secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, passando para a reserva como coronel do Exército. Foi mantido na Secretaria pelo governador Paulo Egydio Martins, empossado em março de 1975. Em maio de 1978 descompatibilizou-se do cargo para concorrer a uma cadeira de deputado federal por São Paulo nas eleições de novembro daquele ano, na legenda da Arena. Foi substituído por Énio Viegas Monteiro de Lima, secretário de Segurança Pública de São Paulo de março a novembro de 1978. Vitorioso nas eleições, Erasmo Dias ocupou uma cadeira na Câmara Federal de 1979 a 1983. Nas eleições de 1986, 1990 e 1994 foi eleito sucessivamente deputado estadual por São Paulo, permanecendo na Assembleia Legislativa do estado de 1987 a 1998. Ver DHBB e Síntese da ação governamental. Governo Paulo Egydio Martins — 1975/1979 (s.l., s.d.).

135 Fernando Henrique Cardoso (1931) filiou-se ao MDB durante as eleições legislativas de 1978, para concorrer ao cargo de senador pelo estado de São Paulo. Conseguiu a segunda colocação, perdendo a vaga para Franco Montoro. Ver DHBB.

136 A chamada Abertura, um projeto de distensão política que se configurou em uma lenta e gradual transição para a democracia, teve início no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), com participação ativa de seu auxiliar direto, general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. O processo só se encerrou em março de 1985, quando José Sarney assumiu a presidência da República, em substituição ao último presidente do regime militar, o general João Figueiredo.

137 O golpe militar teve início na madrugada de 31 de março de 1964. No dia 1º de abril, o presidente João Goulart, que estava no Rio de Janeiro, retornou a Brasília. Na noite desse mesmo dia, saiu da capital e voou para Porto Alegre, deixando para o chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro, a tarefa de comunicar oficialmente ao Congresso Nacional que permanecia em território brasileiro. A comunicação oficial, lida em sessão tumultuada, foi ignorada pelo senador Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso, que declarou a vacância da Presidência da República, investindo no cargo, no mesmo ato, o presidente da Câmara de Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli. Ver DHBB.

138 João Goulart se reuniu no dia 2 de abril com Leonel Brizola em Porto Alegre, onde se planejava organizar a resistência, que acabou não acontecendo. Ambos deixaram a capital do estado, refugiando-se no interior, e depois se exilaram no Uruguai. Ver DHBB.

139 O Ato Institucional de 9 de abril de 1964, posteriormente conhecido como Ato Institucional no 1, AI-1, concedia ao comando revolucionário as prerrogativas de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por dez anos, deliberar sobre a demissão, a disponibilidade e a aposentadoria dos que tivessem “atentado” contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade de administração pública. Ver DHBB.

140 Em abril de 1964, Estêvão Taurino de Resende Neto (1900-1982) foi nomeado pelo presidente Castelo Branco chefe da Comissão Geral de Investigações (CGI), organismo encarregado de coordenar os inquéritos policiais militares (IPMs) então instaurados para apurar atividades subversivas. Demitiu-se do posto em julho do mesmo ano, em decorrência de acusações feitas por militares do IV Exército de que seu filho, o economista Sérgio de Resende, estaria envolvido em atividades subversivas.

Ver DHBB.

141 Sudene é a sigla para Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

142 Celso Monteiro Furtado (1920-2004), economista, integrou a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), de 1949 a 1957, e presidiu o Grupo Misto Cepal-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1953. Foi primeiro superintendente da Sudene, criada no governo Juscelino Kubitschek, de 1959 a 1964, e ministro do Planejamento de João Goulart, de 1962 a 1963. Seu nome constou da primeira lista de cassados com base no Ato Institucional no 1, de abril de 1964. A partir desse momento foi pesquisador em diversas instituições do exterior, tendo assumido a cátedra de professor de desenvolvimento econômico na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. Voltou ao Brasil com a Anistia, em 1979, e foi ministro da Cultura durante o governo José Sarney, de 1986 a 1988. Ver DHBB.

143 O Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, foi o mais drástico de todos os atos institucionais até então editados pelo regime militar instaurado em 1964. Autorizava o presidente da República, entre outras medidas, a decretar o recesso dos órgãos legislativos, a cassar mandatos eletivos, a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão e a suspender a garantia de habeas-corpus. Ver DHBB.

144 O jornal Árvore das Palavras era mimeografado e distribuído em São Paulo por militantes do movimento negro paulista no final da década de 1970. O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi um órgão da Presidência da República, criado em 13 de junho de 1964 pela Lei nº 4.341, com o objetivo de superintender e coordenar nacionalmente as atividades de informação e de contrainformação, em particular aquelas de interesse para a segurança nacional. O SNI foi extinto através da Medida Provisória nº 150 de 1990, que atribuiu à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República a responsabilidade de assumir as funções que não foram transferidas para a Polícia Federal. Ver DHBB. Entre os acontecimentos dignos de registro para o SNI nos anos 1970, encontram-se, por exemplo, uma conferência de Florestan Fernandes promovida em 13 de outubro de 1975 pelo Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (Ibea), em São Paulo, e uma reportagem da revista Manchete de 1º de novembro do

mesmo ano com o “novo campeão mundial de salto tríplice” João Carlos de Oliveira, que poderia contribuir para que a discriminação racial se transformasse em “mais uma bandeira das esquerdas, avalizada pela significativa representação de homens de cor do Brasil”. Esses relatos constam da Apreciação Sumária nº 12 do SNI, datada de 10 de novembro de 1975. Já a Apreciação Especial que constitui um “retrospecto de 1977 com perspectivas para 1978” do mesmo SNI registrou, no início de 1978, a seguinte avaliação: “Continuando o acompanhamento que vinha sendo feito, com mais intensidade, desde o ano passado, foram detectadas várias manifestações de racismo negro, exteriorizado de forma mais concreta no movimento ‘soul’, que tomou conta da juventude negra do Rio de Janeiro e São Paulo e começou a espalhar-se para o Nordeste com o movimento ‘Black Bahia’. Também os institutos de cultura afro-brasileira, ampliando-se ultimamente, têm, em muitos casos, parcela de responsabilidade no estímulo a atitudes racistas e revanchistas por parte de jovens negros, que veem neles e no movimento ‘Black’ uma maneira de autoafirmação racial. Esses movimentos, caso continuem a crescer e se radicalizar, poderão vir a originar conflitos raciais.” (Arquivo Ernesto Geisel, CPDOC-FGV, EG pr 1974.03.00, II-15, F-1024, e VII-1, F-0007).

145 O livro Ciclo de debates do Teatro Casa Grande (Rio de Janeiro, Editora Inúbia, 1976) contém os registros do I Ciclo de Debates da Cultura Contemporânea, realizado de 7 de abril até 26 de maio de 1975, no Teatro Casa Grande do Rio de Janeiro, que contou com a participação de Walter Avancini, Muniz Sodré, Fernando Torres, Plínio Marcos, Albino Pinheiro, Sérgio Cabral, Sérgio Ricardo, Chico Buarque, Ziraldo, Zuenir Ventura, Mino Carta, Antônio Houaiss, Alceu Amoroso Lima, Affonso Romano de Santana, Antônio Cândido e Antônio Callado, entre outros. Nunciato Walter Avancini (1935-2001), escritor, autor e diretor de telenovelas, fez carreira nas principais redes de televisão do Brasil desde a década de 1960. Ver <http://pt.wikipedia.org>, acesso em 30/8/2007.

146 O coronel Luiz Arthur de Carvalho foi superintendente da Polícia Federal e ex-secretário da Segurança Pública da Bahia entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970. Ver www.ssp.ba.gov.br/noticia.asp?cod_Noticia=387 e www.emilianojose.com.br/galeriaf/texto_lembanca_19.htm, acesso em 30/8/2007.

147 CIEx é a sigla para Centro de Informações do Exército. A pesquisadora Paulina Laura Alberto encontrou no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro vários documentos da Direção Geral de Investigações Especiais (DGIE) que demonstram que os organismos de repressão estavam atentos ao que era produzido pelas organizações do movimento negro durante aquele período. Alguns documentos alertavam: estão “pregando a luta racial” (Assunto: Boletim do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, 9/01/1978, DGIE, 252, p. 197); ou “fomentando a desagregação racial” (Assunto: Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, 14/10/1977, DGIE 252, p. 160). Ver Paulina Laura Alberto. Black Activism and the Cultural Conditions for Citizenship in a Multi-Racial Brazil, 1920-1982 (Dissertation in History Presented to the Faculties of the University of Pennsylvania in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy, 2005).

148 Em maio de 1978, sob a liderança de Luiz Inácio da Silva, o Lula, os metalúrgicos do ABC paulista — dos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano — realizaram uma grande greve, que atingiu primeiramente a indústria automobilística da região e depois se expandiu. Durante as greves de maio a junho de 1978 foram mobilizados mais de 500 mil trabalhadores urbanos na área do ABC, em São Paulo e em Osasco. As vitórias conquistadas pelos operários do ABC abriram uma alternativa não só para os trabalhadores urbanos de São Paulo e Osasco, que se mobilizaram em junho, mas também para outros setores da sociedade. Ver DHBB.

149 Trata-se do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), que surgiu em 1978 e, no ano seguinte, tornou-se somente Movimento Negro Unificado (MNU), como se verá no próximo capítulo.

ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO

PRIMEIRAS ENTIDADES DA DÉCADA DE 1970

Oliveira Silveira

Eu me formei em letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1965 e comecei a me dar conta de que não convivia muito com a comunidade negra. Passei a tentar conhecer mais pessoas negras. Houve algumas apresentações de teatro que me chamaram a atenção. Por exemplo, uma delas, na década de 1960 ainda, foi o Orfeu da Conceição, uma montagem feita por dois grupos negros, um grupo da Sociedade Floresta Aurora, chamado Teatro Novo Floresta Aurora, e o GTM, Grupo de Teatro Marciliense, que pertencia ao Clube Náutico Marcílio Dias, um clube que já está extinto.¹⁵⁰ Os dois grupos se uniram e fizeram essa montagem, que foi apresentada no Teatro São Pedro, o principal teatro de Porto Alegre. Assisti a esse espetáculo e conheci algumas pessoas ali. Mas, antes disso, eu, um amigo universitário e minha esposa — ainda não éramos casados — tentamos formar um grupo que se reuniu na Sociedade Floresta Aurora. Foi a primeira vez que entrei na Sociedade, e descobri que ela tinha sede na rua Lima e Silva, onde eu tinha residido. Logo que cheguei a Porto Alegre morei a mais ou menos uma quadra da Sociedade Floresta Aurora e não sabia que ela existia.

Uma das primeiras definições que eu fiz, à medida que comecei a me reconhecer como negro, foi formar uma família negra, com uma mulher negra. E aí acabei conhecendo a minha esposa e casamos um tempo depois. Nos conhecemos na universidade. Casamos e tivemos uma filha. Como esse grupo não deu certo, continuei ainda com a ideia de aproximação da comunidade negra, e conheci uma das pessoas que tinha participado daquele grupo do Orfeu da Conceição, o Antônio Carlos Cortes. Através dele, eu passei a participar de um grupo informal que se encontrava na rua da Praia, que era uma rua de passeio. Era comum as pessoas irem para lá formar um grupinho e ficarem conversando. A gente ficava caminhando, andando de um lado para o outro, ou fazendo o que tinha que fazer. Então passamos a nos encontrar ali. Aí chegou mais gente, mais negros, e dali começaram a surgir a questão do 13 de Maio e outras questões ligadas ao negro.

Nessa altura, eu já tinha até publicado um livro chamado Banzo saudade

negra e tinha ganhado uma menção honrosa da União Brasileira de Escritores no Rio de Janeiro. Recebi carta de Stella Leonardos, grande escritora e poetisa brasileira, que era secretária da União Brasileira de Escritores, e ela foi muito favorável ao livro.¹⁵¹ Isso me entusiasmou. Eu publiquei em 1970 e, nesse livro, já tinha um poema feito no dia 13 de Maio de 1969 com esse título: “13 de Maio”. É um poema longo, mas três versos dele são bastante conhecidos e dizem assim: “13 de Maio traição / Liberdade sem asas / e fome sem pão.” Ao mesmo tempo, talvez por estarmos por volta de maio, época em que o oficialismo nos propunha comemorar a Lei Áurea, homenagear a princesa Isabel, essas coisas, eu sei que a discussão se tornou muito interessante a esse respeito. O Jorge Antônio dos Santos, que era uma das pessoas que frequentava seguidamente essa roda, era um dos principais críticos do 13 de Maio: com bastante veemência afirmava que não devíamos comemorar, não devíamos considerar como uma data tão importante.

Isso me levou a trabalhar um pouco a questão da história do Brasil e a verificar como estava a história do negro nesse contexto todo. E um fascículo da Editora Abril foi importante, ele fez parte da série Grandes personagens da nossa história, e é um número dedicado a Zumbi.¹⁵² Estava ali a história de Palmares e a morte de Zumbi em 20 de novembro. Então me chamou muito a atenção. Mas era uma obra que não poderia ser tomada como uma fonte que a academia, por exemplo, exigiria para se fazer a defesa de uma data dessas. Então fui procurar a fonte. Como gostava de folclore, já conhecia o Édison Carneiro. E na bibliografia dele aparecia o livro Quilombo dos Palmares.¹⁵³ Falando ao Antônio Carlos Cortes, ele me disse que o livro estava na Biblioteca Pública de Porto Alegre. Fui verificar e lá estava mesmo a história de Palmares, tinha sido a base para o fascículo, e o 20 de novembro estava lá. Então, já passei a ter certeza, porque o Édison Carneiro era um etnógrafo consagrado. E, para corroborar isso, lembrei que tinha em casa um livro que nunca pegava e que tinha sido emprestado pelo meu sogro, a essa altura já falecido, o professor José Maria Viana Rodrigues, que era negro. E no livro, que é de Ernesto Ennes, e se chama As guerras nos Palmares, o autor não só contava como foi a campanha de Palmares durante aqueles anos todos, como transcrevia documentos.¹⁵⁴ E lá estava a morte de Zumbi no dia 20 de novembro. Então corroborou.

Sem ter mais dúvidas, propus àquele grupo que a gente fizesse uma reunião para examinar a possibilidade de formar um grupo de estudos ou coisa

parecida. Nessa primeira reunião éramos quatro pessoas: Antônio Carlos Cortes, estudante de direito na época, Ilmo da Silva, que era funcionário público, e Vilmar Nunes — acho que também era funcionário público. Tinha mais uma pessoa, um outro amigo, que não quis se integrar. Já nas reuniões seguintes nós convidamos outras pessoas que não quiseram aderir. Mas aderiu uma estudante chamada Nara Helena Medeiros Soares, falecida já. Cerca de dois meses depois ingressou outra componente chamada Anita Leocádia Prestes Abad. Então essas seis pessoas são consideradas as iniciadoras do Grupo Palmares, as fundadoras, digamos assim. E o Grupo se reuniu nessa primeira oportunidade, no dia 20 de julho de 1971. Se não é essa data, é em torno dela. Adotamos essa data porque esquecemos de registrar.

Na reunião seguinte, que foi onde moravam Antônio Carlos Cortes e seus pais, aqui na rua da Praia, já foi dado o nome “Grupo Palmares”, justamente porque reconhecíamos ou entendíamos que Palmares era a passagem mais importante da história do negro no Brasil. E também, logo em seguida, passamos a estabelecer um programa de trabalho para aquele ano. Seriam três atos: uma homenagem a Luiz Gama, em agosto, que acabou acontecendo no início de setembro; uma a José do Patrocínio, em 9 ou 10 de outubro, no aniversário de nascimento; e a homenagem a Palmares, que seria realizada em 20 de novembro de 1971. Nós cumprimos esse calendário nesse ano e realizamos, então, em novembro, o primeiro ato evocativo de celebração do 20 de Novembro, no Clube Náutico Marcílio Dias. Um jornal noticiou como sendo uma atividade de teatro: “Zumbi, a homenagem dos negros do teatro.” Como o teatro era muito visado pelo governo militar, nós fomos chamados a registrar a programação para obter a liberação da censura na sede da Polícia Federal. Fomos lá, conseguimos a liberação e realizamos o ato, que não era uma atividade teatral. Nós íamos contar a história de Palmares e defender a data de 20 de novembro, como fizemos. Então passamos a marcar essa data a partir de 1971.

Helena Machado

Entrar para o Grupo Palmares foi realmente importante para mim. Não é que eu tenha despertado, mas foi a partir daí que comecei a construção desse quebra-cabeça, que é interior. E essa militância eu não consegui largar nunca mais. A gente não consegue. Quando entrei no Grupo Palmares, em novembro de 1971, eles já tinham feito reuniões. Acho que era a primeira atividade pública, e a minha participação, à época, foi com toda a força, com toda a convicção, comecei a ler e a conhecer a proposta histórica, porque foi um trabalho de revisão histórica, não é? E foi muito bom. Essa época foi muito boa, porque eu não tinha participado da construção de eventos ainda. Então, a necessidade de divulgar isso, de publicizar, de fazer isso fervilhar no meio negro, para o pessoal começar a entender, isso tudo me emocionou muito, me motivou, e eu participei. Só que isso foi dando os frutos. Comecei a ter contato também com a população de base, as populações de vilas,¹⁵⁵ as comunidades mais carentes. Comecei a ter mais contato e a fazer esse paralelo: como é que eles viam essa coisa do 13 de Maio e como é que eles viam a república de Palmares, o fato de ter existido por quase cem anos uma república livre dentro de um Brasil que era colônia? Para entender isso, tinha que ter contato com a história, com os fatos históricos.

Devido a essa proximidade com comunidades de uma outra inserção social, comecei a ver que a coisa não era bem assim. Primeiro, que a necessidade não era criar um herói, porque essa história de criação de heróis é do sistema, que é quem precisa de heróis. Os nossos heróis existem e vão continuar existindo, são coletivos. O trabalho desses heróis tem um suporte coletivo que não aparece. E é isso que nós tínhamos que ter feito. E não fazíamos, não conseguíamos, não enxergávamos. Eu só ficava naquela ansiedade porque aquele trabalho se esgotava em si mesmo. A outra questão é que o 13 de Maio não pode ser negado como um fato histórico. Ele tem que ser colocado dentro de um processo. Assim como o 20 de Novembro.

Milton Barbosa

Eu fui do Centro de Cultura e Arte Negra, Cecan, em São Paulo.¹⁵⁶ A Thereza Santos fazia parte, depois ela foi para Angola.¹⁵⁷ Mais ou menos em 1974, o Odacir de Mattos escreveu para ela, pediu autorização, e começamos a retomar as atividades do Cecan, que é uma das entidades que foram o embrião do Movimento Negro Unificado. Nós tivemos uma sede na rua Maria José, no Bela Vista, e a gente fazia reuniões, atividades, debates e organizava trabalhos, que eram feitos fora de lá. Fizemos uma exposição sobre candomblé. Foi muito interessante e muito bonito, porque foi com uma mãe de santo lá de São Vicente. Conversamos com essa mãe de santo e ela se propôs a fazer uma exposição. Montamos uns tipos de bonecos, pusemos as roupas dos orixás e foram “arriadas” algumas obrigações. Teve uma menina que passou a fazer parte da religião e, com certeza, influenciou muito outras pessoas. Então, foi muito legal o trabalho do Cecan, que foi uma entidade cultural importante em São Paulo, porque era através dela que a gente fazia atividades na cidade toda, nos relacionávamos com outras cidades do interior do estado e com o Rio de Janeiro, e tínhamos contato com outras organizações.

Yedo Ferreira

Em 1971 fui fazer matemática na Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, na ilha do Fundão. Me deu na cabeça de fazer, porque eu gostava de matemática. Na verdade, eu gostava — e gosto até hoje — de história, mas só que naquele período história era muito perigoso. As ciências sociais, de um modo geral, eram perigosas mesmo, e eu já era um cara “queimado”. Se eu bato lá, então, eles não me dão nem um dia. Os caras vêm todos para cima de mim. Aí fui fazer matemática. Era um curso que não tinha grandes implicações e não existia uma perseguição em cima das pessoas que faziam.

Mas o importante é que acabo encontrando alguns estudantes negros. Porque a gente tem que ver a ligação disso com a questão do “milagre brasileiro”.¹⁵⁸ Muitas pessoas voltaram a estudar acreditando poder ser incorporadas ao mercado de trabalho, principalmente os negros: “Vamos estudar, porque aí nós vamos começar a trabalhar.” Para mim não tinha muita importância, porque eu já tinha uma certa idade, já estava com trinta e poucos anos, e mais: eu trabalhava nos Correios, o dinheiro já dava. Então não tinha essa preocupação. Mas a maioria estava realmente à procura de emprego. E é quando vou encontrar esses grupos de negros que estavam fazendo também pré-vestibular e tal. O Carlos Negão foi para física, o Denival também, depois chegamos lá e encontramos o Amauri, que fazia educação física.¹⁵⁹ E a gente, de vez em quando, se reunia lá no bandejão.

Como a imprensa divulgava muito, a gente ficava sensibilizado pelos direitos civis dos negros dos Estados Unidos. Na verdade, eu não estava muito voltado para isso. Como internacionalista, era aquele negócio: “A luta de classes...”, aquela bobagem toda que colocaram na nossa cabeça. Então eu não estava muito voltado para as questões raciais. Mas ali encontrei a negrada, deixei de ser internacionalista e fui ser defensor da questão racial.

Eu só tinha me sensibilizado, no início dos anos 1960, pela morte do Patrice Lumumba. Porque ele era membro do Partido Comunista e, quando morreu, os partidos comunistas de todo o mundo resolveram fazer agitações para denunciar: “O colonialismo! A morte de Patrice Lumumba!” O Partido mandou e nós fomos fazer aquela agitação, aquele negócio todo,

contra o colonialismo. E me chamou a atenção, diga-se de passagem, o fato de que o Lumumba também era funcionário dos Correios — do Congo.

Então isso realmente me sensibilizou e fez eu me voltar para a África. Quando chegou em 1968, teve uma peça montada pelos atores negros: Milton Gonçalves, Zózimo Bulbul...¹⁶⁰ Por quê? Porque na televisão não tinha espaço para atores negros, então eles resolveram montar, no largo do Boticário, a peça Memórias de um sargento de milícias, com atores negros, para denunciar inclusive o Sérgio Cardoso, um ator da Globo que pintou a cara de negro para fazer a novela Cabana do pai Tomás.¹⁶¹ A negrada achava um absurdo: “Como é que você vai pintar um ator de negro, com tantos atores negros aí desempregados?” Fizeram, então, um ato. E o Sérgio Cardoso, que era um cara até meio consciente, explicou a razão de ele fazer aquilo: ele tinha comprado um apartamento e estava endividado, aí ofereceram para dobrar o salário dele, que era para fazer dois papéis — o pai Tomás e um outro personagem. Para fazer o pai Tomás ele se pintava de negro. Então ele falou assim: “Eu aceitei porque eu estava precisando de grana.” O que se vai fazer? Então, juntou-se todo mundo negro e criaram até o Grupo Ação, com atores e com todos os negros que quisessem se incorporar, mas que foi criado num dia, e no outro acabou... Começaram as divergências: “Você quer ir para a Globo!” Aí acabou, cada um foi para um lado. Nunca vi um grupo ser criado e dissolvido com tanta rapidez quanto o Grupo Ação.

Eu estava na universidade com esse pessoal todo em 1973, 74, e soubemos que o Zé Maria queria fazer uma reunião. Ele falou: “Olha, estão aqui os livros.” Ele praticamente montou a sala do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, CEAA, que era, na época, na Faculdade Cândido Mendes, em Ipanema. A cunhada dele era a Beatriz Nascimento — falecida, foi assassinada —, que fazia sociologia na UFF; já estava fazendo mestrado, me parece.¹⁶² E ele falou com ela: “Vem cá, tem que chamar os negros e tal.” E ela conseguiu entrar em contato com uns negros lá na UFF, que conheciam algumas pessoas daqui no Rio, e eu tomei conhecimento dessa reunião. Na primeira reunião, que foi num sábado, eu me lembro muito bem de que tinha oito pessoas.

O Zé Maria era uma pessoa que também tinha sido atingida pelo Ato Institucional, então tinha sido perseguido e preso.¹⁶³ Ele era uma pessoa muito voltada para a África. Nunca vi uma pessoa tão voltada para a África

quanto o Zé Maria. Pela madrugada! Mas depois eu fui saber a história dele: é por conta de ele ter ido estudar em Portugal. Quando chegou em Portugal, tinha a Casa dos Estudantes do Império, porque o Salazar achava que o Brasil ainda fazia parte do império português.¹⁶⁴ Ele nunca se convenceu de que o Brasil era independente. E o Zé Maria foi para a Casa dos Estudantes do Império e era o único brasileiro; lá só tinha angolano, guineense, moçambicano... Mas eram todos estudantes já voltados para as lutas de libertação na África. Foram para lá, começaram a fazer aquela agitação danada, e o Salazar falou: “O quê? Que negócio é esse?” Aí acabou com a Casa dos Estudantes do Império e deportou todo mundo. E o Zé Maria veio para o Brasil. E ele, então, passou a se dedicar a estudar somente África, África... Tem uma biblioteca imensa sobre África. E ele queria criar o Centro de Estudos Afro-Asiáticos e conseguiu, com o Cândido Mendes, um espaço. Mas criar só o Centro e não ter frequência não correspondia a coisa alguma. Então ele criou o CEAA e convidou alguns negros para irem lá e frequentarem. E eu fui. Tanto assim que sou considerado por ele como um dos fundadores do Centro. O Zé Maria tinha interesse em que a gente tivesse conhecimento sobre África. Ele nos apresentou a biblioteca e, como eu já tinha me interessado pela conversa com as pessoas e conhecia pelo menos o Patrice Lumumba, quando apareceu a oportunidade eu disse: “Está aí, é interessante essa biblioteca.” Porque aí fui saber de algumas coisas que não sabia, principalmente sobre África. Tinha ouvido falar sobre Fanon, aquele pessoal todo. Então a gente passou a se reunir aos sábados regularmente. E daí surgiu a discussão para se formar uma instituição negra. Veio a Sinba.

Amauri Mendes Pereira

Em 1974, quando foi fundada a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, a Sinba, o que a gente fazia era aglutinar e discutir, e tentar fazer eventos chamando a atenção para o problema racial. Organizava semanas de debates, algum tipo de evento que pudesse mexer com a sociedade.

Primeiro, para informar a gente mesmo e, depois, aglutinar mais gente. A gente dizia: “Precisamos ter audiência, falar sobre isso.” A Sinba não tinha sede própria. A gente conseguiu uma sede com o Sebastião Rodrigues Alves, que era um velho militante do Teatro Experimental do Negro, TEN, do tempo do Abdias.¹⁶⁵ Ele tinha uma casa em Guadalupe, na avenida Brasil, em frente ao Country Clube de Guadalupe, que na época era um dos principais polos daquela turma do Black Rio — o movimento da soul music. Essa garotada fazia grandes encontros de Black pelo subúrbio inteiro, e o Country Clube era um local de aglutinação dessa massa de juventude negra. E nada melhor para a gente do que ter uma sede ali. Só que ali a gente tinha que pagar, e nenhum de nós tinha dinheiro. A gente estava tentando se profissionalizar, entrar no mercado de trabalho, no meu caso. O Yedo estava semiaposentado, porque ele era comunista, então os caras encostaram ele, não chegou a ser cassado, mas foi encostado. Ele ficava o dia todo cuidando de movimento negro. Também porque não podia atuar politicamente, já que estava em refluxo, a ordem do PC era segurar. Então nós alugamos aquele espaço perto dos bailes Black, não pagamos e perdemos a sede. Também porque era no subúrbio e alguns moravam longe. Como é que a gente ia lá para o subúrbio para se reunir? Tinha que ser uma sede no Centro, e não teve. Perdemos aquela e não conseguimos fazer nada. A gente se encontrava nas bibliotecas: no Ministério dos Transportes, no Ministério do Trabalho, ou no da Justiça. As bibliotecas eram nosso bureau, porque tinha cafezinho, tinha até um biscoitinho. Como a gente estava sempre lá, os funcionários eram nossos amigos, e a gente tinha liberdade, pegava todos os livros sobre negro para ler.

Depois houve uma cisão na Sinba. Isso foi um processo que foi acontecendo. Primeiro nasce a Sinba e logo depois vem o IPCN, que a gente dizia que era a elite negra, os negros que queriam ficar na Zona Sul, em volta do Milton Gonçalves e do Jorge Coutinho, que eram atores já com um certo espaço —

o Milton Gonçalves já era ator da Globo —, da Léa Garcia, do Zózimo Bulbul, esse pessoal que vinha do Teatro Experimental do Negro.¹⁶⁶ Alguns não vinham, mas tinham essa memória no meio artístico. Então, um grupo de negros, uma parte desses que já estavam na Sinba, se articulou com outros que tinham participado das reuniões no CEAA mas tinham tomado outro rumo. O Benedito Sérgio era compadre do Milton Gonçalves e resolveu criar não uma Sociedade de Intercâmbio Brasil-África, mas um Instituto de Pesquisas das Culturas Negras.¹⁶⁷ Tanto que o Milton foi um dos fundadores. O Yedo foi enviado pela Sinba para conversar, para ajudar a criar o IPCN. Mas também porque o Yedo tinha uma coisa que ninguém tinha: ele sabia fazer estatuto. Ele era um quadro do Partidão e tinha orgulho disso. E isso era um diferencial. Ele sabia como registrar a organização, fazer as jogadas nas atas, ele sabia esse processo institucional. E nós não tínhamos essa cultura. Então ele foi ajudar o IPCN e acabou sendo fundador, embora não soubesse — ele só foi saber depois que era fundador do IPCN.

Havia uma certa articulação entre nós, mas a gente dizia assim: “Eles são os negros burgueses. A pequena burguesia negra. Nós estamos fora. Somos revolucionários negros, nossa visão é revolucionária. Nossa referencial não é Estados Unidos. Estados Unidos criaram uma elite negra. Nossa visão são as lutas de libertação africanas, luta armada.” Esse era o nosso referencial: Samora Machel, Eduardo Mondlane, Agostinho Neto, Amílcar Cabral... A gente fazia essas cisões, que depois vimos que eram completamente inconsistentes. Mas demoramos a aprender. E aí havia uma diferença mesmo. Tanto que, se você pegar o jornal Sinba nº 1, nós fizemos um artigo dos mais violentos contra o IPCN. Porque eles fizeram um boletim em 1976, início de 1977, dizendo que criaram um novo processo, que estavam lavrando terreno para a luta pela valorização do negro. E nós dissemos: “Como é que estão lavrando terreno? Isso é burguesia!” Não lembro exatamente como era o artigo, mas é mais ou menos isso.¹⁶⁸ Isso era uma coisa que a gente execrava. A gente ia para as reuniões deles e brigava, discutia muito. Também tinha uma certa coisa particular, porque alguns membros tinham saído da Sinba para ir para o IPCN, “porque o IPCN dava página de jornal, porque foi criado no Teatro Opinião...”¹⁶⁹

Em um sábado de tarde estavam Milton Gonçalves, Jorge Coutinho, Léa Garcia e a Vera Manhães, que é mãe da Camila Pitanga.¹⁷⁰ E no nosso meio deu um burburinho danado porque a Vera Manhães foi discriminada. Ela ia

fazer a Gabriela, do Jorge Amado.¹⁷¹ A Gabriela era negra. Ela era uma atriz que, na época, era muito respeitada. Estava tudo certo para ela fazer o papel na Globo. Aí chamaram a Sônia Braga, que teve que tomar quantidades de banhos de luz para escurecer um pouco a pele para entrar como negra na novela. Isso foi um escândalo na época, no meio negro. Não repercutiu muito na mídia, mas para nós foi um absurdo. Nós fomos lá prestar solidariedade.

Com base em tudo isso, com esse burburinho no meio negro militante, com a gente adquirindo, construindo essa consciência negra, foi assim que surgiram a Sinba e o IPCN, em 1974 e 1975. Depois a gente viu que, para avançar mais, para conseguir mexer mais, a gente tinha que ter um veículo de comunicação, um jornal. Aí fizemos o primeiro jornal Sinba, em julho de 1977.

Nessa época houve outra cisão na Sinba. O IPCN era a elite da elite. Nós, não. Nós éramos os radicais. Mas havia os mais radicais que nós, que tinham que fazer reunião na base, no caminho de Itararé, lá dentro do conjunto habitacional de Inhaúma, que era um grande complexo de conjuntos habitacionais, favela Nova Brasília... Eles tinham criado o grupo 22 de Novembro, porque na época tinha havido dúvida se a data da morte de Zumbi era 20 ou 22. O livro do Décio Freitas não tinha esclarecido muito. Então, eles fizeram a entidade lá no caminho de Itararé, na base. E diziam que a gente é que estava se institucionalizando: “A Sinba já está vivendo muito no Centro da cidade, querendo jornal...”

Mariléia Santiago

As pessoas de Niterói, Magé e São Gonçalo vinham para as reuniões no Rio de Janeiro, onde estava se tratando da fundação do IPCN; então alguém disse: “Vocês já viram o grande número que está vindo do lado de lá pra cá?” Aí eles acharam por bem criar uma entidade do lado de lá, até para facilitar. Fundaram o Ceba, Centro de Estudos Brasil-África, em 1975. O Jorge Santana, a Dulce Vasconcelos — a fundação se dá na casa dela —, o Edésio, que hoje é diretor da Faetec, a Matilde Santana, que na época era casada com o Jorge Santana, professora também.¹⁷² Engraçado que esse movimento teve um grande número de professores. O Ceba funcionou de 1975 até 1977, quando ele deu uma parada. O movimento negro tem uma fase em que as pessoas precisam tratar da sua vida profissional — a gente já percebeu isso. Então, com isso, as pessoas começaram a se dispersar: a Dulce foi para o Rio de Janeiro, morar em Campo Grande, e lá criou outro grupo.¹⁷³ O interessante é isso: que as pessoas vão, mas com aquela proposta de criar um outro grupo. Em 1982, 83, por aí, eu falei: “Gente, eu quero entrar em uma luta aí de movimento negro.” Aí as pessoas: “Tem o Ceba, tem o Jorge Santana” — que sempre foi aquela pessoa de referência dentro de São Gonçalo. Eu o procurei no escritório e nós demos um novo formato ao Ceba. Porque até então era mais de discussões e pesquisa mesmo. E em 1982, 83, nós começamos a entrar na fase de reunir os jovens e começamos a realizar grandes festas afro-brasileiras nos clubes.

Antonio Carlos dos Santos (Vovô)

Nós não tínhamos modelo de bloco afro e resolvemos fazer um bloco, eu e Apolônio, um dia vindo da praia. Todo domingo a gente ia fazer samba em Itapuã, no Mercado Modelo. Sentamos ali no lago, começamos a conversar e surgiu essa ideia de fazer um bloco. Mas havia muitos blocos na Liberdade. A gente pensou em fazer um bloco de índio, depois, “Os brutos também amam”... Cada dia um dava uma ideia. A gente se reunia ali, ficava batendo papo, sabendo onde eram as festas, esse negócio todo. E no dia em que resolvemos, aí sugerimos: “Vamos fazer um bloco só de negão?” “Vamos.” Aí começamos a conversar, começamos a nos empolgar, e um disse: “Um bloco afro.” Nós nunca tínhamos usado esse termo, “afro”. Desci, falei com a minha mãe e perguntei o que ela achava — porque essas coisas sempre funcionaram comigo assim: sempre ia perguntar à mãe. Ela falou: “Acho bom.” Eu disse: “Então, vamos pra frente.” Isso foi no final de outubro de 1974. Aí começamos a procurar as coisas, nos informar, fomos à federação, começamos a conversar com as pessoas, convidamos umas pessoas e formamos uma diretoria. Depois escolhemos o nome do bloco.

Nós tínhamos um amigo, o Radovan, um belga que morava aqui na época, que já tinha viajado para a África e tinha muito material de lá. Ele nos emprestou uma cartilha com vários nomes em iorubá e com os significados em português. Nós escolhemos cinco nomes. Eu não queria Ilê Aiyê, porque na verdade eu queria um significado como “poder negro”, alguma coisa assim. Nós tentamos botar esse nome no bloco, mas fomos aconselhados pelo pessoal da Polícia Federal de que não era bom. Até porque era na época da ditadura muito braba, em que muita gente “sumia”. Tinha “Negro Forte”, “Rei Negro”, mas comecei a ficar perguntando às pessoas e todo mundo escolhia Ilê Aiyê. Tirei o significado em português e deixei só em iorubá, mas continuou sendo Ilê Aiyê. Aí também não mudei o resultado, apresentei ao pessoal, para felicidade nossa, e ficou. Ilê Aiyê significa “casa grande, mundo negro”.

Nós saímos com cem pessoas no primeiro ano, em 1975, com uma dificuldade muito grande. Na verdade, do segundo ano em diante, 1976, 77, os primeiros patrocinadores do bloco pode-se dizer que fomos nós. Porque a

gente trabalhava no Polo Petroquímico. O Apolônio já trabalhava lá, depois fui para o Polo também, e o Polo Petroquímico, na época, pagava muito bem.¹⁷⁴ Entrei como estagiário, estava solteiro e tinha 21 anos. Então a gente mesmo tinha condição de bancar as coisas do bloco. Chegou uma época em que o bloco parecia até um depósito de bebidas; por onde a gente ia passando que vendia cerveja, a gente ia comprando. A gente tinha instrumento, tinha som próprio... No segundo ano, o bloco saiu com umas quatrocentas pessoas mais ou menos; no terceiro, saiu com umas setecentas e poucas e, a partir daí, nunca mais saiu com menos de mil. Depois nós limitamos em três mil pessoas, porque já era muito complicado, apesar de toda a nossa experiência. Hoje o bloco sai no automático, mas nós somos o único bloco que tem condições de dizer que só aceitamos negros e ainda cortar, porque os outros blocos afro não conseguiram isso. Também nunca se preocuparam muito. No início, os blocos vieram com intuito de começar a trabalhar em cima dos nossos erros, já que nós não tivemos nenhum modelo. Mas eles já tinham o parâmetro do Ilê Aiyê. Tanto que eu falo que tem que ter a cartilha do Ilê Aiyê. Essa cartilha nunca foi escrita, mas todo mundo segue, todo mundo sabe qual é.

Gilberto Leal

O primeiro grupo do movimento negro baiano nesse período da década de 1970 foi o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, fundado em 1972, 73. Esse grupo se consolidou como um grupo de estudo, de debates sobre a questão social negra. Éramos pessoas preocupadas com a questão racial e nos sentíamos na obrigação e com a necessidade de nos preparar para o debate e para o enfrentamento dessa questão na sociedade. Entendíamos que precisávamos ter um olhar mais internacionalizado sobre a realidade do negro para nos capacitar, acumular conhecimentos para fazermos a luta local. Então, a ideia era ter uma visão global para agir localmente.

Nós não tínhamos sede, então nos reuníamos em diversos lugares, até na sede do Instituto Cultural Brasil Alemanha, Icba. O Icba ficava no Centro da cidade, na avenida Sete de Setembro. Quem convivia lá dentro e era negro era o Luiz Orlando, que acabou de falecer muito recentemente.¹⁷⁵ Ele foi um dos elos disso. O Luiz Orlando participava, dentro do Icba, de um grupo que trabalhava com a questão do cinema. Mas havia outros negros que frequentavam a biblioteca como estudiosos, por exemplo, da bibliografia ligada mais à sociologia.

Yedo Ferreira

As reuniões do IPCN eram em lugares que as pessoas emprestavam, como o Icba, o Instituto Cultural Brasil-Alemanha. Porque o Itamar, um dos que participavam do IPCN, trabalhava lá. Então, conversaram com o diretor e ele concordou com as reuniões aos sábados no auditório do Icba, no início da rua Erasmo Braga, no Centro do Rio. Eles se reuniam ali, mas tinham dificuldades, porque a reunião só podia acontecer quando o Itamar estivesse presente, porque ele era o responsável e ficava com a chave. E o IPCN, diferentemente da Sinba, conseguiu juntar um maior número de pessoas, e o número cada vez aumentava mais. Então, eles viam que não podiam interromper aquelas reuniões, mas tinham esse drama de não ter local para se reunir.

Em 1977, um norte-americano chamado Jimmy Lee, que tinha vindo para o Brasil jogar basquete no Flamengo, propôs conseguir recursos da Interamerican Foundation para a compra de uma sede. Esse recurso viria a fundo perdido, porque a Interamerican era do Congresso norte-americano e emprestaria o dinheiro para a compra de uma casa. E o Benedito Sérgio comprou a sede na avenida Mem de Sá, 208, e ali se instalou o IPCN. Uma coisa engraçada é que, sempre que tem uma reunião de negros, se chega um norte-americano negro ou um africano, ele se aproxima e passa a fazer parte. E o Jimmy passou a fazer parte daquela reunião, acompanhou todas as dificuldades e conseguiu o recurso. E foi um drama para o Benedito Sérgio comprar a sede, porque as pessoas eram contra, achavam que aquele dinheiro era da CIA,¹⁷⁶ que era meio perigoso... Eu mesmo fui um desses. Mas, com toda a razão, ele acabou comprando, e o IPCN passou a se reunir na avenida Mem de Sá. O curioso é que, logo que o IPCN passou a ter sede própria, começou a divisão entre as pessoas que faziam parte. Se você for hoje perguntar a muitos daqueles que provocaram a divisão, eles mesmos não sabem por que dividiram. E o IPCN ficou um tempo naquela discussão: um combatia o Benedito Sérgio, o outro era a favor. Até que o Benedito Sérgio ficou aborrecido — ele era engenheiro do IBGE, era um bom técnico — e transferiu-se para Brasília. O IBGE pediu para ele ir, ele foi e deixou o IPCN. Então, com aquela divergência toda, briga com um, briga com outro, o IPCN foi esvaziando até ficar praticamente vazio no final da década de

1970.

Luiz Silva (Cuti)

No início da década de 1970 saí de Santos já com endereços de gente em São Paulo que fazia movimento negro, endereços de entidades. Havia um clube chamado Coimbra, que fazia bailes. No Coimbra a militância se reunia, lia poesias; era um clube de diversão, mas tinha esse lado militante também. Ali se estabeleciam grandes debates. Estive lá várias vezes, o movimento negro fazia almoço e tal. Tinha o Aristocrata Clube também, que fazia atividades na sua sede lá do Centro. Então era um momento assim de muita efervescência.

Agora, essas eram entidades que primavam, vamos dizer assim, pela coisa mais lúdica, os bailes e tal. E havia outras entidades que queriam discutir a questão racial, como é o caso do Cecan. Daí que nascem jornais, e nasceu também, no ano de 1978, o Feconezu, o Festival Comunitário Negro Zumbi, que é realizado até hoje no interior de São Paulo. Todo ano, em novembro, esse festival é realizado e reúne pessoas de várias cidades. Começa sexta-feira à noite, no sábado de manhã tem esporte e depois atividades culturais, debates, e culmina com uma grande festa, um baile. É um congraçamento muito bonito que existe até hoje e que foi criado por nós nessa época. Eu, Isidoro e militantes do interior também. Inclusive, vocês vejam, o primeiro Cadernos Negros foi lançado no primeiro Feconezu, onde nós tivemos atividades importantíssimas.¹⁷⁷ Foi onde apareceu o Ismael Ivo, que hoje é um bailarino famoso na Europa, mais especificamente na Alemanha.¹⁷⁸ O Ismael Ivo levou um grupo de bailarinos negros que fizeram um espetáculo fabuloso na cidade de Araraquara, em um local chamado Gigantão. Eu me lembro até de que os bailarinos negros estavam com o corpo todo pintado de vermelho. Foi um espetáculo belíssimo! O primeiro Cadernos Negros foi um livrinho pequenininho, onde havia poetas: eu, Hugo Ferreira, que foi o criador comigo do Cadernos Negros, o Oswaldo de Camargo, o Jamu Minka, e acho que Abelardo Rodrigues também estava.¹⁷⁹ Aí começa praticamente a minha militância em São Paulo.

O Cadernos Negros é uma publicação anual feita pelos autores. Num ano ele publica poemas e, no ano seguinte, publica prosa, principalmente contos. Nesse ano de 2006 ele vai fazer 29 anos de publicação ininterrupta. Com

todas as dificuldades. E ali também, no Cecan praticamente, nasceu o Quilombhoje, com o encontro meu, do Oswaldo de Camargo, e depois do Paulo Colina.¹⁸⁰ Nós saímos e fomos nos reunir nos bares, especificamente num bar chamado Mutamba. Depois eu vim a descobrir que mutamba é uma grande árvore africana da região de Angola. Aí a gente falou: “Puxa vida, nós fizemos o Quilombhoje embaixo de uma grande árvore angolana e não sabíamos!” Essas coincidências são muito bonitas.

A FUNDAÇÃO DO MNU (1978)

Sueli Carneiro

Eu entrei no curso de filosofia da Universidade de São Paulo em 1972. Aí já tinha o Cecan e aí começou também o contato com os negros universitários, lá para 1973, 74. Foi aí que eu conheci Hamilton Cardoso, Milton Barbosa, Rafael Pinto e o Vanderlei José Maria, que foram quatro cavaleiros do apocalipse também na minha vida. Mas acho que isso já é mais tarde, já em 1978. Não estou certa das datas. Porque tem um momento inacreditável, em que foi feita, acho, a primeira assembleia na Universidade de São Paulo, e esses caras estavam todos nesse debate. Foi um debate enorme, que mobilizou a universidade inteira e em que eu enlouqueci, porque eu via o vigor daquelas lideranças, o discurso, a articulação. Eu sei que aquilo foi mais um empurrão definitivo para mim. Em 1978 nasceu o MNU, por isso não estou certa das datas, e essas pessoas são ponta-de-lança do MNU, que traz uma nova perspectiva para se pensar a questão racial do ponto de vista do ativismo, articulando os temas raça e classe. O MNU traz um nível de politização maior para o debate racial e situa o movimento negro em uma perspectiva mais de esquerda, que eu acho que foi a influência fundamental de toda a militância da minha geração.

Acho que o fato político mais importante do movimento negro contemporâneo foi aquele 7 de julho de 1978, porque tudo o que ocorre depois se referencia a esse ato inaugural de re-fundação, digamos, do movimento negro contemporâneo.¹⁸¹ Muitas das organizações que existem hoje são releituras das teses que existiam, porque a visão estratégica que foi colocada naquele momento orienta até hoje. Não foi criada uma outra grande tese tão abrangente como a que o MNU traz e provavelmente é possível dizer que ela teve e tem uma influência política maior do que a do próprio MNU enquanto instituição. No tempo, as teses acabaram sobrevivendo mais do que a própria instituição tal como foi concebida originalmente.

Milton Barbosa

Em 1978 nós fizemos uma reunião em São Paulo, no Centro de Cultura e Arte Negra, no dia 18 de junho, e criamos um movimento. Participaram várias entidades: o Cecan, de que a gente fazia parte; tinha um grupo Brasil Jovem, que era um pessoal da Casa Verde; tinha lá um centro de estudos afro-brasileiros, que eram os irmãos Wilson e Celso Prudente e o Clóvis Moura;¹⁸² veio o filho do Adalberto Camargo, que era deputado federal, representando a Câmara de Comércio Afro-Brasileira;¹⁸³ o Núcleo Socialista Afro-Latino-América — era o Núcleo Negro Socialista, mas, no surgimento do MNU, nós não estávamos mais na Liga Operária, nem na Convergência Socialista.¹⁸⁴

As pessoas já foram para a reunião para criar o movimento. Aconteceu que um rapaz, primo do Rafael Pinto, o Robson Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, foi preso em uma feira, acusado de estar roubando frutas. Ele foi preso no 44º Distrito Policial de Guaianazes e foi torturado, vindo a falecer em consequência das torturas. Isso revoltou a população negra e saiu no jornal Folha de S. Paulo. Logo em seguida teve a discriminação de quatro garotos negros, que foram impedidos de treinar no time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê.¹⁸⁵ Também nos deixou enraivecidos. Havia o João Bolquiam, um dos técnicos lá, que denunciou. Nós fizemos reuniões e resolvemos fazer uma grande manifestação. E a gente discutia que não havia um movimento para aglutinar as várias entidades. Tinha um menino, o Sebastian, um jovem atleta negro, o Hamilton Cardoso, um jornalista, então a gente fez uma mobilização, convidamos várias entidades e fizemos essa reunião no dia 18 de junho. Nela discutimos a criação de um movimento unificado contra a discriminação racial e o lançamento público no dia 7 de julho.

Foi escolhido o 7 de julho porque era mais ou menos o tempo que daria para a gente preparar a manifestação. Tínhamos umas três semanas, tempo suficiente para rodar material, fazer contato com a imprensa, com a Igreja, setores de direitos humanos, contatos internacionais. Tinha uma menina que participou com a gente, uma judia, a Mirna Grzich, tinha o Barrinhos, que era o namorado dela, e eles nos ajudaram a fazer contatos

internacionais e com a imprensa. Nesse período, nós fazíamos reuniões quase que diárias para organizar essa atividade, elaboramos a carta para distribuir — basicamente fomos eu e Hamilton que escrevemos aquela carta, em discussão com o grupo todo. Naquela discussão tinha Neusa Maria Pereira, Hamilton Cardoso, Osvaldo Rafael Pinto Filho, Antônio Leite, Eduardo de Oliveira, o Júnior, filho do Adalberto Camargo, Vanderlei José Maria, o José Adão, conhecido como Adãozinho, que era trabalhador do Correio. Então tinha uma quantidade grande de pessoas. E inclusive tivemos que usar de esperteza: havia setores um pouco mais conservadores meio que querendo pular fora, porque exigiram que a gente fosse entregar uma carta para o secretário de Segurança do estado. A gente percebeu, nesse dia, que a gente tinha que manter aquele setor e tinha que entregar a carta lá para o secretário de Segurança. E elaboramos uma carta meio besta, dizendo que a gente ia fazer uma manifestação para evitar que forças alienígenas... Um tema esquisito. E foi entregue para o secretário de Segurança, que, naquele momento, eu acho que era o Erasmo Dias.¹⁸⁶ Eu dei uma sorte que, no dia, a gente tinha uma reunião com o Boris Casoy na Folha de S. Paulo e eu fui convocado para ir a essa reunião — nós estávamos discutindo o apoio, para sair na Folha de S. Paulo. Então não tive que ir lá pagar o mico de entregar uma cartinha para o secretário de Segurança. Foi uma comitiva, acho que o Eduardo de Oliveira, o Antônio Leite, e foi bom isso porque, nesse contato, em função daquela cartinha, liberaram a praça. Não montaram esquema de repressão. E nós distribuímos carta à população convocando.

No dia, nos encontramos na galeria Nova Barão e saímos meio que abraçados uns nos outros, morrendo de medo. Eu mesmo tinha ido no banheiro toda hora no meu trampo — nessa época eu ainda trabalhava no Metrô. Assim, susto mesmo. Teve gente que falou que foi no banheiro toda hora mesmo, um troço doido. Estábamos assustados e aí nós caminhamos: “Vamos nessa!” Nos inspiramos em todo mundo, Martin Luther King, todo mundo e “vamos que vamos”. E caminhamos para as escadarias do Teatro Municipal. Ocupamos espaço, colocamos faixa lá. Tivemos presença também do Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, vieram o Amauri e o Yedo do Rio, estavam aí pessoas de cidades do interior, recebemos cartas da Bahia. Recebemos um documento dos presos da Casa de Detenção, porque nós fazíamos um trabalho dentro da Casa de Detenção: colocávamos livros, alguns advogados para ajudarem os presos lá dentro, cópias de processos, e eles faziam discussão sobre o negro lá. E eles mandaram um documento:

faziam parte do movimento que estava surgindo. Foi um ato muito bonito.

A gente percebeu, imediatamente quando ocupamos a praça, que a polícia se arrependeu de ter deixado, pelas coisas que eles falavam, ficavam xingando e ameaçando. Mas aí já era tarde. Foi um negócio barra-pesada, não foi mole não. Época de ditadura militar. Agora, nós nos articulamos muito bem com a Igreja, com a imprensa toda. A mesma grande imprensa que estava contra a ditadura militar, que queria derrotar o regime, abriu espaço para nós. Então nós trabalhamos com todas essas contradições. A articulação internacional foi muito bem feita. Amigos nossos que vieram da Guiné-Bissau, da Argentina, dos Estados Unidos vibraram quando viram as nossas fotos, a manifestação. Foi uma coisa que correu o mundo. Foi muito bem-feita e muito bonita. E foi uma grande vitória. E tinha uma piada, diziam: “Havia 20 mil pessoas em volta para ver duas mil pessoas apanharem.”

Tudo foi feito com muita discussão, com muito rigor, a gente analisou cada passo. Por exemplo: o Vanderlei José Maria propôs que eu fosse o presidente do ato. Ato público não tem presidente. Mas como era um negócio muito barra-pesada, tinha que ter um controle das ações. Então fui eleito para ser o presidente. Deveria haver apenas um comando. E de fato funcionou, porque a polícia provocou muito, mas ninguém aceitou as provocações. E foi um ato vitorioso que estourou no Brasil inteiro e no mundo inteiro. Quando nós ocupamos a praça, não tinha mais como eles reprimirem porque o Brasil vendia a imagem de país não racista. Estava comprando petróleo na Nigéria, em Angola, e foi o primeiro país a reconhecer a libertação dos países africanos, em especial Angola.¹⁸⁷ Então eles ficaram de mãos amarradas. Quando nós pisamos lá no Teatro Municipal, tínhamos conquistado uma vitória importante.

E foi interessante também, porque foi a primeira manifestação, o primeiro ato público no centro de uma grande cidade no Brasil que foi feito e não foi reprimido, naquele período. Havia greves em São Bernardo, houve manifestação lá no largo dos Pinheiros, dos estudantes, mas nós fizemos a primeira no Centro da cidade de São Paulo. Em 1978. Em 1976 eles reprimiram, jogaram bombas em tudo quanto é canto. Aquela nossa, não, foi feita e foi vitoriosa. Eles tiveram que engolir. Se reprimissem ia ficar claro que eram racistas mesmo, porque o mundo inteiro estava antenado: saiu na Folha, no Estadão, saiu em tudo quanto é lugar, nas rádios,

televisão...

E os negros ficavam em pé lá naquela região. Era um lugar de lazer. Por exemplo, quando comecei a curtir, começamos a ir para cidade, eu e meus amigos, a gente chegava lá, tinha uns caras mais antigos, estavam nas rodas conversando. A gente começava a falar, eles vinham com o cotovelo e nos jogavam para trás, e eles é que falavam. Aí depois nós aprendemos e fazíamos isso nos outros. Chegava lá, tirava os caras e a gente é que ficava contando as vantagens. É um tipo de carreira mesmo, de você ir se destacando. Chegava nos lugares, tinha festa, a gente ia para a cozinha, abraçava as tias, nós já éramos muito conhecidos. Então era um lugar onde a negrada conversava, distribuía as programações dos bailes. Antes do MNU, havia um pessoal que fazia os bailes de soul, funk. Distribuíam circulares, convitinhos. No Rio, chamavam de mosquitinhos. Era o penteado afro, era alguma coisa que tinha a ver com o negro, um negócio que começava a ser meio engajado, de conscientização.

Antes do MNU era distribuído lá o Árvore das Palavras, que era um jornal dos nossos grupos. A gente se inspirou nas experiências de Angola e Moçambique. Então, tentava fazer discussão política, mas usava uma linguagem simples, coloquial. E a negrada recebia muito bem. Tinha pessoas que ficavam em pé esperando esse jornal. Então, antes houve uma preparação para aquele ato: lá era um espaço do movimento negro. Um espaço do negro, na verdade. E aí nós ocupamos a praça Ramos e nos demos bem.

Amauri Mendes Pereira

O ato foi nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Eu e o Yedo erramos o caminho. Não sabíamos onde era e fomos direto no Cecan, que era nossa referência. E eu conhecia um pouquinho São Paulo porque a Diana, minha filha mais velha, foi operada em São Paulo. Ela foi operada com o dr. Zerbini, ele era o único que fazia operação cardíaca na época. E consegui viver um mês em São Paulo. Minha mãe foi comigo, para a Diana operar em 1976. Quem me segurou emocionalmente foram esses amigos. O Cunha me apresentou um pessoal, mas ele estava estudando muito. Quem ficou mais comigo foi Miltão, Rafael, Hamilton, que eram os amigos chegados, o pessoal do movimento negro lá. Esse é o pessoal que está na frente em 1978. Então a referência era o Cecan, que foi a primeira organização de negros criada em São Paulo na rua Maria José, 450. Chegando lá, soubemos que não era lá, era no viaduto do Chá. Aí voltamos tudo a pé. Eu e Yedo fomos quase correndo. Chegamos lá já estava aquele negócio “vai, não vai”.

Havia muita polícia e a polícia em São Paulo são aqueles caras enormes, todos brancos. Eu sempre lembro assim: “Um pescoço desse tamanho!” A gente cria as coisas. Os caras, do lado, e a gente, na calçada do Mappin; à direita, o viaduto do Chá; em frente, a igreja do Rosário, o largo do Paissandu e o Teatro Municipal, a praça Ramos de Azevedo. Para começar, tinha que atravessar do Mappin para a escadaria do Teatro. E quem vai dar o primeiro passo? Isso era uma interrogação. Porque era assim: a polícia estava ali para reprimir. A liderança é liderança falando, mas quem vai fazer? E o Mappin era um lugar em São Paulo, já naquele tempo, de concentração da juventude negra. Do mesmo tipo de soul music dos Black Rio, da garotada que usava uns sapatos enormes, calça boca estreita, cintura alta, cabelão... O Mappin era aquele lugar de encontro da garotada negra, que era muito fustigada pela polícia, muito discriminada. Ali era uma base natural para fazer aquele momento. Mas quem vai? Ninguém sabe quem foi primeiro. Num dado momento foi e, quando foi, a polícia não reprimiu. E foi muito importante aquele momento. Aí foi um ato público, saiu em todas as primeiras páginas de todos os jornais. E ninguém sabia como fazer depois: “Como vai ser? O grupo que organizou tem que sair

daqui para algum lugar e organizar isso. Isso deu repercussão nacional, mundial. É agora que começamos. Vamos lá!"

E conseguimos ir para um lugar. São Paulo tem isso: associações de negros. Na rua da Consolação tinha a Associação Cultural Brasileira Beneficente, ACBB, porque eram associações de negros, mas que quase nunca tinham nome de negro, como o Aristocrata Clube. A ACBB tinha sede própria em um lugar bom, fomos para lá. Dos mil, ou novecentos, ou oitocentos, não sei ao certo, que estavam lá, foram uns 15, 20, talvez um pouco mais, para organizar. Aí a gente viu: "Hoje não temos condições de organizar nada, até porque não tem mais imprensa aqui. Vamos estruturar uma pauta para amanhã, e amanhã nós voltamos para cá." Aí fomos dormir na casa de uma colega. Havia muito essas redes de sociabilidade, de favores, e foi isso que fez a estrutura do movimento negro no início dos anos 1970. Tudo isso virava teoria para a gente. Tudo isso está escrito, na época. Não é só racionalização de hoje. Tem um pouco, claro que tem, mas isso está muito escrito na época.

Então, foi fundado o MNU e, no outro dia, veio o Abdias Nascimento, já com Elisa Larkin.¹⁸⁸ Que era um negócio meio mítico para nós, porque Elisa vinha com aquela áurea de ser uma branca, mulher do Abdias Nascimento. Era branca, mas era uma branca de luta, então valia a aliança com ela. A gente tinha um negócio assim: "A Elisa é nossa!"

E aí se faz a discussão, as maiores brigas. Já queriam detonar o Abdias, porque as principais lideranças ali eram Hamilton e Miltão. Um pouco Rafael e um pouco Neusa Pereira. E, principalmente, Hamilton e Neusa eram filiados à Convergência Socialista, que ainda estava na luta armada. Eram os mais radicais: a Convergência Socialista, os trotskistas. O Hamilton era realmente filiado; Miltão, não tenho certeza, mas acho que também era. Eles eram as principais lideranças, ultrarradicais. Eles diziam: "O Abdias é um burguês negro que foi para os Estados Unidos. Agora vem aqui querendo mandar. Não tem nada disso. Vamos detonar o Abdias." Aí, tivemos que circular um papel dizendo: "O que é isso? É hora de juntar, hora de união. O cara lutou, o cara é de luta!" Enfim, aceitamos o Abdias, "quebramos o galho" dele — realmente era assim, a radicalidade era muito grande: era quase um favor ao Abdias Nascimento.

Passamos aquilo, marcamos uma outra data e evoluiu o movimento negro.

O ato público foi no dia 7, no dia 8 de julho nos reunimos — essa segunda reunião onde estruturamos, onde pensamos o que a gente tinha representado. Porque a gente tinha os jornais na mão e um monte de jornalistas lá fora. A gente sabia que o que a gente dissesse ali seria veiculado, ainda mais porque a gente estava em um sábado, e seria veiculado num domingo. O que nós falamos? “Estamos estruturados aqui e vamos organizar um congresso nacional, uma reunião nacional do movimento negro.” Isso ficou marcado para o dia 23 de julho.

No dia 23 de julho voltamos para lá, de novo sem o dinheiro da volta. Saímos daqui de noite, eu e Yedo, pegamos um ônibus e, no ônibus — o Yedo sempre repete isso —, eu fui dizendo para ele: “Yedo, nós vamos chegar lá, muito bem. E como vai ser a estrutura dessa nossa organização? Vamos criar uma organização nacional, como é que vai ser isso?” E ele dizia: “Amauri, vamos dormir. Quando chegar lá, a gente pensa.” Eu dizia: “Não, a gente tem que estruturar isso.” Direcionei a lâmpada do ônibus e fui anotando. Chegamos lá e passamos o dia em articulação, andando de um lado para o outro. Fora de casa, a gente tem essa noção de que tudo é rápido, porque a gente não tem horário, não tem família, não tem nada em volta, então tudo se acelera muito, a gente tem que fazer aquilo, só aquilo. Então aquilo toma uma dimensão maior. Sei que fomos dormir à noite e a reunião era no outro dia. E aí, onde a gente ia ficar? Fomos dormir, exatamente, no prédio alugado pela Convergência Socialista, que o Hamilton nos levou lá. Não tinha colchão. Nós pegamos os assentos acolchoados de algumas cadeiras e botamos em cima das mesas, as mesas geladas de mármore, e foi onde nós dormimos. Um frio... O Hamilton quis ficar com a gente solidariamente. Ele ia dormir com a gente ali, sentado num canto. Mas nós dissemos para ele: “Hamilton, para de besteira, não tem nada disso. Nós vamos dormir bem, pode ir para casa.”

E para dormir? O Yedo dizia: “Amauri, vamos dormir.” E eu dizia: “Yedo, temos que acabar de fazer aquilo. Temos que preparar essa estrutura.” Ele dizia: “Não, a gente chega lá e fazemos todos juntos.” E eu dizia: “Que nada. Você sabe que o Hamilton e o Miltão vão querer comandar porque são da Convergência, eles são organizados. Eles vão querer aparelhar isso. Lélia está chegando, e a gente sabe como ela é.” Lélia ia para a reunião, e ela vinha com a força de ser uma intelectual negra. “Ela vai querer controlar, e nós é que temos que ter a hegemonia.” Eu adorava o Gramsci. Hegemonia era uma coisa que eu falava o tempo todo. “Então nós temos que chegar

prontos!" Áí fomos rascunhando, eu também mal dormi naquela noite. Chegamos lá com a estrutura: fazer uma organização assim, tinha que ter um manifesto... Estava tudo esquematizado. Áí ganhamos, porque a gente estava preparado.

O Yedo, como velha raposa da política antiga, que chegava com tudo pronto, tudo esquematizado, tinha conversado com um, com outro... Tudo isso eu fui aprendendo com ele. Ele era o cara que realmente tinha essa experiência, essa vivência de política de base, de organização. E no dia 23 de julho, uma das coisas que nós levamos, da nossa proposta pronta, era que tinha que mudar o nome. Em vez de ser Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, porque no início tinha judeus — indígena não tinha, mas era para entrar —, tinha que ser Movimento Negro! A partir do dia 23 de julho de 1978 foi que se tornou Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial.

Milton Barbosa

No início era Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, MUCDR. Com o tempo, o “Contra a Discriminação Racial” ficou como uma palavra de ordem e ficou só Movimento Negro Unificado. Mas a palavra “negro” quem propôs foram Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez, e todo mundo aceitou. Isso deu uma mexida em termos de concepção. O Hamilton esperneou muito. Mas realmente foi o Abdias Nascimento que propôs essa mudança, que foi feita numa reunião aqui no dia 23 de julho. Ficou Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, MNUCDR. Depois ficou só o MNU, porque a gente colocava que “contra a discriminação racial” era uma bandeira, uma palavra de ordem.

Yedo Ferreira

Eu e Amauri apresentamos, na reunião do dia 23 de julho, em São Paulo, a proposta de ter uma carta de princípios e a proposta do estatuto. E, na plenária, todo mundo concordou: “Ótimo, estatuto!” Evidentemente, cada um tinha sua própria organização na cabeça. Então, tiramos a coordenação. Vimos o seguinte: “Como vamos tirar essa coordenação?” Como os maiores grupos eram de São Paulo e do Rio de Janeiro, dissemos: “Vamos tirar a coordenação Rio de Janeiro - São Paulo.” Chamou-se coordenação interestadual: três de São Paulo e três do Rio de Janeiro. Os três de São Paulo eram o falecido Hamilton, o Eduardo de Oliveira e a Maria Inês Barbosa.¹⁸⁹ Do Rio de Janeiro, isso foi que deu uma complicação danada. Porque a Lélia tinha uma certa divergência em relação a nós — eu e Amauri. Como viam a gente atuar sempre muito bem organizado, na cabeça das pessoas nós éramos elementos de uma determinada organização política que eles não conheciam, e que estava querendo influenciar o movimento. Todo mundo ficava sempre com o pé atrás, sempre com receio. E não era nada daquilo: é só porque a gente procurava atuar mais organizado. Então, para escolher os três do Rio de Janeiro foi que deu um problema danado. A proposta da Lélia, com que todo mundo concordou, era que a Lélia fosse escolhida. Depois fizeram a proposta da Vera Mara, porque ela fazia parte do Núcleo Negro Socialista.¹⁹⁰ Ela não tinha nada de trotskista, mas fazia parte do Núcleo Negro Socialista por falta de uma entidade para ela participar, e acabou participando. Porque ela era da Sinba antes, mas depois saiu. E faltava o terceiro nome: a Lélia propôs a Elisa Larkin. “Porque as mulheres!...” Aí o Amauri disse: “Isso não é possível. É uma coisa que não vai dar certo.” Eu falei: “Amauri, o problema é o seguinte: você observa que as pessoas já vêm com o pé atrás em relação a nós. O que nós podemos fazer? As pessoas não tinham proposta nenhuma, nós fizemos a proposta. Se eles já estão fazendo isso agora, vai ser pior até mais à frente. Mas vamos ver.” Mas tinha uma garota, que tinha, naquela época, uns 14 anos, a Simone. Ela morava aqui no Itararé. A Simone olhou e falou: “O que é isso? Que organização nós estamos criando? Não é possível! Nós estamos criando uma organização de negros, fizemos questão de colocar a identidade de negro. Como é que vocês sugerem colocar uma branca e, além disso, norte-americana? Que nem no Brasil vai ficar! E vão deixar o Amauri

de fora? Eu não posso aceitar isso.” Aí recuaram: “Não, está certo, a Simone está com a razão.” Aí, a Lélia, para não perder o embalo, queria propor a Dulce Vasconcellos, que era do Ceba. O pessoal falou: “Não, espera aí. Já tem duas mulheres, Lélia, vamos colocar pelo menos um homem. O pessoal de São Paulo foi bem equilibrado. São Paulo tem dois homens e uma mulher; aqui já tem duas mulheres, vamos colocar um homem.” Ela não gostou muito. Aí o Amauri entrou. Aqui no Rio de Janeiro ficaram Lélia, Amauri e Vera Mara. Depois, a própria Elisa falou: “Ela está com a razão. Porque eu embarco terça-feira, vou embora para os Estados Unidos.” Isso era num domingo. E o Abdias veio e falou a mesma coisa: “Não, gente, nós vamos embora para os Estados Unidos. O máximo que nós podemos ser é representantes do MNU nos Estados Unidos. Nós não sabemos quando vamos voltar para cá. Não faz sentido. Está correto. A menina está com a razão.” Então, foi aprovado e ficaram os três. A coordenação interestadual, formada por seis pessoas.

Então, fomos à proposta da carta de princípios e à proposta de estatuto. Novamente, a mesma coisa: não tinha proposta de coisa nenhuma. Aí, o Amauri: “Já que eu vou fazer parte da comissão, vamos fazer um esboço da carta de princípios e o anteprojeto de estatuto, que nós vamos discutir na comissão.” Falei: “Tudo bem. Vamos pegar o exemplo de uma organização política, que vai ser mais fácil. Porque a organização política tem, pelo menos, uma estrutura mais assemelhada à associação, embora muitas organizações políticas não sejam nacionais. Não é um partido e é uma organização mais próxima do que nós queremos.” O Amauri falou: “Espera aí, eu me lembro de que vi um estatuto da Frelimo.”¹⁹¹ “Onde?” “No Afro-Asiático.” “Vamos ver se a gente pega lá.” Fomos lá para o Afro-Asiático, que era em Ipanema, ainda. Aí, pegamos, adaptamos mais ou menos para o Brasil. E a carta de princípios, vimos a partir do exemplo da ONU: “Bom, então vamos pegar o exemplo da ONU.” Pegamos e fizemos uma carta de princípios mais próxima à nossa realidade. E o Amauri levou, então, para discutir. Passaram três meses discutindo essa carta de princípios e o estatuto, de julho a setembro.

A Assembleia Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, MNUCDR, ficou marcada para o dia 9 de setembro, no Rio de Janeiro. E nós ficamos responsáveis, eu e Amauri, por organizar essa assembleia aqui. Fomos organizar no IPCN, porque, na verdade, o IPCN estava esvaziado, com aquela divergência que tinha acontecido, as

brigas internas, aquilo tudo. Todos sumiram do IPCN e ficou só o Almir, que foi morar lá, tomando conta da casa. Nós fomos, então, pedir para que fosse feita a assembleia lá, até para ajudar o IPCN, e o Almir concordou.

E, nesse período, o Amauri estava discutindo na comissão para apresentar, nessa assembleia, um projeto de estatuto e o esboço da carta de princípios. Adicionaram outras coisas, melhoraram a carta de princípios e a original é, praticamente, essa que está aí.⁴¹⁹²

Amauri Mendes Pereira

Nós tivemos que fazer a carta de princípios e o estatuto entre 23 de julho e 9 de setembro. O estatuto, o Yedo fez, e a carta de princípios, eu fiz. Mas, na verdade, o Yedo me ajudou na carta de princípios e eu o ajudei no estatuto, porque eu estava querendo aprender a fazer. Fizemos um estatuto revolucionário. Pegamos o livro do Samora Machel, A luta continua, que tem o estatuto da Frelimo, e, com base no estatuto da Frelimo, fizemos um documento de 20 pontos, revolucionário. Mas o Hamilton achou que aquilo era burguês, muito careta, a Vera Mara o apoiou e foram contra. Como trotskistas, eles tinham o direito das minorias. Então fizeram outro. Aquilo chegou lá como recomendação da comissão organizadora, mas eles já chegaram apresentando outro.

Eu tinha um grande orgulho de ter feito a definição que está na carta de princípios e que valeu para sempre no MNU: “Entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça.”¹⁹³ Esse cabeçalho se manteve sempre, e a estrutura da carta é a mesma, com “Resolvemos”, “Consideramos”... Isso só o Yedo sabia, e eu tinha aprendido com ele.

Yedo Ferreira

O estatuto foi que teve um problema sério. A comissão aceitou apresentar o estatuto na assembleia, no dia 9 de setembro. Só que o pessoal de São Paulo, com receio, novamente, de que eu e Amauri quiséssemos ser hegemônicos, já que nós estávamos propondo tudo, resolveram fazer lá um outro estatuto. Quando chegou no dia da assembleia, eles vieram com o estatuto debaixo do braço. Falei: “Espera aí, existia uma comissão que nós aprovamos para discutir o estatuto.” “Não, mas nós aprovamos um outro.” “Tudo bem. Vamos discutir.” O estatuto que nós tínhamos apresentado foi posto em discussão e eles acabaram “passando o rodo”; eu e Amauri fomos praticamente massacrados. Eles propuseram, então, que o estatuto a ser discutido era o que eles tinham aprovado lá em São Paulo. A Lélia concordou, a Vera Mara concordou, o Hamilton também e o Eduardo de Oliveira. Só quem ficou do lado do Amauri foi a Maria Inês, porque ela era muito mais ligada ao Cecan, que tinha um bom relacionamento conosco. Mas o resto ficou contra o Amauri. O Amauri ficou praticamente sozinho para apresentar o estatuto e, com isso, ficou o outro estatuto em vez do que estávamos apresentando.

Tinha uma diferença fundamental entre os dois estatutos. Por quê? O nosso estatuto dizia: o MNU tem que ser mobilizador. No estatuto deles, dizia que o MNU tinha que ser reivindicativo. E essa discussão, embora pareça uma coisa simples, é uma questão teórica, de princípios. Se ele é reivindicativo, não propõe coisa alguma, fica apenas no âmbito de fazer reivindicações. E nós dizíamos que ele teria que ser mobilizador, na medida em que vimos que ele teria que trabalhar com a massa da população negra. Não simplesmente reivindicar os direitos de uma elite negra — que era o que a gente colocava, na época —, e sim mobilizar a massa da população negra para reivindicar, porque ela está no subemprego, está favelizada... Mas eles não tiveram essa compreensão, não quiseram, não concordaram, passaram por cima. E essa discussão foi que realmente deu o racha. Porque nós tínhamos até como princípio: “O problema do negro brasileiro é o problema da maioria dos negros do Brasil.” Até o Carlos Hasenbalg falava: “Poxa, vocês escrevem uma tautologia.”¹⁹⁴ “Não, nós queremos uma coisa que nós vamos seguir. O problema não é individual, nosso; é um problema da massa da população.”

Mas fomos derrotados. E fomos observar que as nossas propostas, todas elas, eram derrotadas; mesmo aquelas que nós achávamos que estavam mais próximas às deles. Isso nos levou a observar: “Olha, não vai dar pé. O ambiente mudou, começou a divergência.” No próprio dia, alguns se afastaram. E o grupo que ficou defendendo alguns princípios entre os que nós tínhamos apresentado foi eu, Amauri, o Ivair, o Henrique Cunha Jr., os irmãos Wilson e Celso Prudente... Nós ficamos defendendo sozinhos, mas eles eram maioria, então ganharam.

Com o estatuto e a carta de princípios, podemos dizer que ficou consolidada a fundação do MNU, que veio do dia 18 de junho, passou pelo 7 de julho, 23 de julho e 9 de setembro. E esse ciclo vai se fechar no dia 4 de dezembro, me parece — ou 4 de novembro —, em que ele faz a primeira assembleia na Bahia. Onde? No Instituto Cultural Brasil-Alemanha da Bahia.

Milton Barbosa

A assembleia nacional no dia 9 de setembro no Rio foi interessante. Ela durou 36 horas. Foi puxada, chegou uma hora em que nós falamos: “Espera aí! Está todo mundo dormindo.” Aí tivemos que dar um tempo e acordar as pessoas. Aí já devia ter pouca gente, umas 30, 40 pessoas. Foi puxada. Começou com umas duzentas, trezentas pessoas. Na realidade, o que causava os debates e o prolongamento da assembleia eram a questão do programa de ação, quais eram as bandeiras; a questão do estatuto, como ia ser organizada a entidade, e a carta de princípios. Havia muitas divergências de concepções. O próprio Yedo Ferreira, o pessoal da Sinba, saiu do MNU nessa assembleia.

Amauri Mendes Pereira

Nessa assembleia no IPCN, no dia 9 de setembro, em que estava se decidindo o estatuto do MNU, às quatro horas da manhã, as pessoas estavam mais brigando, as mulheres chorando, aí fomos embora. Para nós acabou o MNU. O grupo continuou. Isso foi em 10 de setembro de 1978. A assembleia nacional foi em 9 e 10 de setembro. Eu e o Yedo saímos do MNU ali. Quem fez o relatório dessa assembleia nacional foi o Jair, um amigo meu que depois voltou para a Sinba, mas que tentou fazer todo esse percurso por dentro do MNU. Ele depois contou que não tinha mais ninguém, todos já estavam dormindo. Já era madrugada de domingo para segunda-feira. E aí alguém empurrou para cima da Lélia, que era doutora. Ficaram ela e Jair fazendo a ata. Ele disse: “Amauri, acabamos eu e ela, não tinha mais ninguém. Eu peguei uma grana com ela para ir comprar um pão com mortadela e fomos embora depois.”

Gilberto Leal

Em meados da década de 1970, a nossa militância era na Bahia, nós éramos bem domésticos. Quando passamos a integrar o MNUCDR foi que passamos a ter uma inter-relação nacional. E aí eu passei a conhecer outros militantes: Amauri, Yedo, Januário Garcia, Miltão, e aí vão os grandes históricos. Abdias Nascimento retornou da sua vida fora do Brasil e passou a integrar, veio à Bahia. Passamos a conhecer Lélia Gonzalez, que também vinha à Bahia nesse processo. Em 1978, quando foi fundado o MNUCDR, a gente mandou uma carta de apoio. Mandaram a informação para a Bahia sabendo que já existia esse movimento aqui, porque alguns, como o Lino de Almeida, circulavam, iam para São Paulo e voltavam. Então mandaram para o endereço da nossa organização aqui na Bahia e nos consultaram sobre a possibilidade de darmos esse apoio. Aí a gente fez uma assembleia, fizemos a correspondência e enviamos para lá. Eu fui um dos redatores dessa carta de apoio, que chegou lá em São Paulo e foi lida no ato do dia 7 de julho de 1978. Não fomos ao ato, mas fomos à primeira assembleia no Rio de Janeiro, que se deu no IPCN, em setembro de 1978. Então, observe que estávamos iniciando a retomada da luta negra nacionalizada; depois da Frente Negra, talvez a mais nacionalizada.

A segunda assembleia foi em Salvador, no Instituto Cultural Brasil-Alemanha. O Icba foi tão referência para quem militou politicamente nesse período que — pouca gente no Brasil sabe disso — a aprovação do dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra se deu na Bahia, dentro do Icba, numa assembleia geral do MNUCDR em plena ditadura militar, no final de 1978. Sabe por que isso? Porque a polícia repressora, baseada no AI-5, não permitiu que fizéssemos a assembleia, e o diretor do Icba, que já convivia com essa nuance de debate negro lá dentro, porque a gente frequentava — o Luiz Orlando, o Manoel Almeida, o Roberto Santos... —, ele cedeu o espaço e topou a briga, porque o Icba, por ser um território alemão, não poderia ser invadido pela polícia. Então, a criação do Dia Nacional da Consciência Negra foi na Bahia, dentro do Icba, contraditoriamente num território alemão. Mais branco do que isso não poderia ser. Esse é um pedaço da história do porquê o Icba passou a ser referência para nós.

Edson Cardoso

O Roland Shaffner, que era diretor do Instituto Cultural Brasil-Alemanha, Icba — também chamado de Instituto Goethe —, era um alemão bastante diferente, um homem tão especial que, inclusive, casou com uma mulher negra na Bahia.¹⁹⁵ Ele achava o seguinte: se a Bahia era de maioria negra, o Instituto Goethe tinha que estar aberto para a maioria. Olha que raciocínio diferente.

O Instituto Goethe foi importante para a história do movimento negro no Brasil. Por quê? Quando o MNUCDR foi fazer a sua assembleia no final de 1978 na Bahia, e que a Polícia Federal não deixava fazer em lugar nenhum em Salvador, o Shaffner disse: “Que faça no Goethe, que eu quero ver a Polícia Federal impedir.” Então a reunião se fez no Goethe, com gente do lado de fora, inclusive, e com a polícia o tempo todo perturbando a assembleia do MNU.

Oliveira Silveira

Em 1978, o Grupo Palmares encerrou a sua primeira fase e, em agosto, se desfez. Mas, nessa altura, o 20 de Novembro já estava implantado no país, através das entidades em São Paulo e no Rio de Janeiro, que adotaram a data e já tinham aderido. Como o MNUCDR foi formado basicamente por entidades de São Paulo, como o Cecan, e as do Rio, essa organização acabou propondo, na assembleia de Salvador, em novembro de 1978, a adoção do nome “Dia Nacional da Consciência Negra”. E só agora, em 2006, eu fiquei sabendo que essa feliz expressão, que tem sido tão útil ao movimento, foi criada pelo militante carioca Paulo Roberto dos Santos, um prezado amigo, que, inclusive, foi presidente do IPCN.¹⁹⁶

AS ENTIDADES PÓS-MNU

Flávio Jorge Rodrigues da Silva

Fui convidado pelo Astrogildo para a minha primeira reunião do movimento negro aqui em São Paulo. Eles se reuniam na época num clube que existia aqui na avenida São João, o Clube Coimbra. Era um grupo muito heterogêneo. Esse núcleo já tinha um jornalzinho clandestino, o Árvore das Palavras, um jornal que o Astrogildo pedia para a gente xerocar no Centro Acadêmico da faculdade de economia, para o grupo da Liga Operária, e que era distribuído em bailes aqui em São Paulo. Na época, a gente xerocava quinhentos exemplares, e tudo em pedaços. A gente ia no final de semana ou à noite — isso não era público —, xerocava, eu dava para o Astrogildo e ele passava para o pessoal.

Aí fui nessa primeira reunião no Clube Coimbra. Era no final de 1977, início de 1978, quando já começava a haver aqui em São Paulo a organização do Movimento Negro Unificado, que na época não se chamava assim, ainda era Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Era uma visão mais ampla da luta racial, que não envolvia só os negros. Foi uma disputa que teve no começo do MNU: uma parte achava que tinha que ser só de negros e a outra parte achava que tinha que ser uma coisa mais ampla, que envolvia judeus e índios, por exemplo. Era uma discussão interessante.

Essa reunião do Coimbra foi um choque para mim, porque era um grupo muito fechado na questão racial. Tinha um grupo basicamente de homens, todos jovens e, quando entrei, uma pessoa pediu para eu sair da sala. Eu falei que tinha sido convidado pelo Astrogildo. Aí perguntei por que eu não podia participar da reunião. “Porque você não é negro!” foi a resposta. Era o início da organização do movimento na década de 1970, você tinha que ser negro retinto para ser considerado negro. Por isso que a discussão da cor, no movimento, sempre esteve presente. E eu fui colocado para fora da reunião. Eu era um moleque briguento, aí falei assim: “Agora vou querer entrar nesse movimento para valer.” Até hoje me lembro: o Coimbra era num andar de cima de um prédio. Embaixo tinha um bar, onde fiquei tomando cerveja esperando o Astrô sair. Quando ele saiu, eu falei assim: “Astrô, eu quero aceitar seu convite para entrar no movimento negro.” Aí foi uma

guinada razoável na minha vida, porque comecei a deixar a militância estudantil para ter uma entrada no movimento negro.

Na época, a gente começou também a organizar os negros da PUC. O Emilson, que era uma outra pessoa dentro da universidade — fazia filosofia, uma pessoa muito interessante, porque já usava trança no cabelo, brinco, e isso lá em 1978 —, ele foi uma pessoa que cumpriu, aqui em São Paulo, um papel muito significativo.¹⁹⁷ Ele era um organizador. E começou a discutir conosco a necessidade de formar um grupo dentro da PUC, de universitários. Por coincidência, a PUC fez um censo dentro da universidade, no início de 1978, para conhecer quem eram os estudantes. E o Emilson conseguiu introduzir dentro do censo o item cor. Isso foi uma iniciativa totalmente inédita. Ele conseguiu através da reitoria. Era uma reitoria mais progressista. Acho que o nome da primeira reitora era Nadir Kfouri. Ela era mulata, vamos dizer assim. E o Emilson, durante uma discussão, provocou: “A senhora é negra.” Ela ficou chocada. Aí falou: “É, realmente eu sou.” “Então, a senhora vai nos ajudar a saber quantos somos aqui dentro da universidade” — disse o Emilson. E esse censo foi muito importante na época. A PUC tinha em torno de 15 mil alunos, e o censo concluiu que nós éramos em torno de duzentos a 250 alunos negros. E estávamos concentrados: os homens, exatamente na área em que eu atuava, que era ciências contábeis, administração. Os homens achavam que através desses cursos poderiam entrar no mercado de trabalho imediatamente. As mulheres estavam centralizadas, quase todas, no curso de serviço social. Nos cursos mais nobres — aqueles de período integral — não tinha ninguém. Na psicologia tinha uma menina, na medicina e na fonoaudiologia não tinha ninguém, porque eram cursos de período integral.

E esse grupo, criado com influência minha e do Emilson, foi o embrião da minha entrada no movimento negro. Esse grupo chamou-se Grupo Negro da PUC, e já começou a brigar com o grupo que se reunia no Coimbra. Tanto é que nós não participamos do ato das escadarias do Teatro Municipal no dia 7 de julho de 1978.

O pessoal da Liga Operária, que distribuía o jornal Árvore das Palavras, era minoritário dentro desse agrupamento do Coimbra. Por isso, na construção do MNU tem uma disputa muito grande. E até hoje tem uma discussão sobre qual grupo originou o MNU. Eu acho que o grupo que deu corpo ao MNU foi o Núcleo Negro Socialista. Eles tinham mais consistência,

elaboraram o primeiro manifesto, fizeram os primeiros documentos do MNU. Era tudo construído por Miltão, Hamilton, Rafael, Astrogildo, que era o grupo que conseguia elaborar mais sobre a questão racial, que já tinha um primeiro acúmulo, que tinha influência. Esse é o primeiro agrupamento no Brasil que começa a discutir a questão racial, dentro do campo da esquerda.

Voltando ao Grupo Negro da PUC, a gente foi o primeiro grupo dentro de universidade voltado para um debate do movimento negro. Acho que a existência do Grupo Negro da PUC foi muito importante por isso, porque foi o primeiro núcleo de estudantes preocupados com a questão da educação, que sempre foi uma preocupação da gente, minha inclusive, e nós organizamos esse grupo já com o apoio da instituição PUC, que deu essa abertura quando fez o censo. E nós dizíamos o seguinte: “Nós somos poucos dentro da universidade e a gente tem um compromisso com quem não chegou aqui.” Tem alguns documentos nossos que traduzem um pouco essa visão. No final de 1978 chegou na PUC o Abdias Nascimento, que criou o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, o Ipeafro, dentro da PUC de São Paulo.¹⁹⁸ Depois, quando o Abdias resolveu morar no Rio de Janeiro, levou o Ipeafro para lá.

Helena Machado

No final da década de 1970, o mundo começa a apresentar as suas modificações: os grandes movimentos sociais, as greves etc. E o MNU aparece nesse bojo. Para mim, ele veio responder às minhas questões. A época em que passei no Grupo Palmares, aqui em Porto Alegre, foi de constatação e conhecimento, basicamente. Aí, quando surgiu o MNU, quando li a carta de princípios do MNU, eu disse: “Mas é isso que tem que ser feito no Brasil!” E comecei a ir aos congressos. Eu já estava no grupo da revista *Tição*. As coisas meio que se imbricaram: eu estava saindo do Palmares e estava entrando no MNU com mala, bagagem, sacola, cabeça, tudo.

Antes de entrar no MNU participei de eventos comemorativos, eventos de divulgação e elucidação, para marcar o 20 de Novembro. Até cartazes eu desenhei. Mas eu, o Oliveira, não sei quem, nós não éramos representativos do negro em Porto Alegre. E onde estão as massas negras de Porto Alegre? Eles não querem nem saber se o Zumbi foi decapitado ou o que aconteceu. Eles querem saber de outras coisas. A gente pode até chegar e conversar sobre isso, mas tem que ter todo um cursinho pré-vestibular antes, nosso com eles. Eu levava as minhas inquietações para o grupo, mas não dava em nada, porque umas pessoas diziam: “Mas eu não quero saber de política. Isso aí é política.” Porque aí também a gente já emendava todo um discurso contra a ditadura: “Tu tens que ter uma visão conjuntural para te posicionares.”

Eu ia aos congressos do MNU e trazia inclusive informações para as matérias do *Tição*, que foi o canal que nos fez colocar o MNU na roda em Porto Alegre. Começamos a criar os grupos do MNU aqui e a incentivar todos aqueles princípios e aquelas normativas, que, por fim, se tornaram excessivas e estrangularam o MNU no Rio Grande do Sul: aquelas exigências de estatuto, de ata, de relatório, com uma frequência impossível de ser cumprida. Nisso foi um ano, dois, três, quatro. No início foi uma maravilha.

O que me ganhou no MNU foi a proposta sindicalista. Tanto que, em uma

discussão que tive com o pessoal do PT, eu defendia que o MNU era um movimento sindical. De tal forma ele estava vinculado organicamente que os militantes — basicamente em São Paulo e Minas também — eram do movimento sindical. E eles levaram essa visão para dentro do MNU. Não foi tanto a discussão que o MNU trazia que me ganhou, mas a ação. A ação e os fatos que vão acontecendo. Porque a gente ainda estava num regime totalitário. Então os fatos iam se sucedendo e você tinha que dar uma resposta à altura e contextualizada. E que não era a resposta de um grupinho, era a resposta de negros, mas que tinham a visão do conjunto dos movimentos sociais. Achei isso muito importante.

Marcos Cardoso

No final dos anos 1970, eu entrei para o movimento negro. Eu percebia a diferença de tratamento entre negros e brancos no cotidiano — na escola, nas condições de vida, em tudo — e começava a discutir essa questão do racismo. Começava a falar sobre isso. E comecei a ter acesso a um jornal chamado Versus, que tinha uma coluna chamada Afro-Latino-América. Eu comprava o jornal só para ler essa coluna. Tinha que procurar, porque era uma época em que o pessoal estava incendiando banca de revista, você imagina.¹⁹⁹ Então, a partir do Afro-Latino-América comecei a me inteirar do debate da questão racial, em 1977, 78. Ainda tinha vinte e poucos anos. E fiquei sabendo da organização do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial — li a matéria no jornal.

E como é que eu entro no movimento? Numa dessas manifestações do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, na praça do Trabalhador, na cidade industrial, em Belo Horizonte, me aparece um cidadão, Hamilton Cardoso, que veio criar o Movimento Unificado aqui em Belo Horizonte, com um casal de advogados que são meus amigos. Conhecia Hamilton porque ele assinava algumas matérias do jornal. Eu estou lá tomando cachaça, conversando e tal, me aparece um cara black, e nós começamos a conversar. Era 1º de maio de 1979. O Hamilton e esse pessoal deixaram comigo o livro do Abdias, O genocídio do negro brasileiro.²⁰⁰ Eu li o livro acho que naquele dia mesmo, e pensei assim: “Era uma luz que estava me faltando para poder organizar as ideias.” Porque o que Abdias dizia naquele momento d’O genocídio do negro brasileiro era quase o que eu pensava sobre o que acontecia com o negro no Brasil. A partir daquele momento eu ingressei, comecei a militar organizadamente no Movimento Negro Unificado.

Naquela semana de maio de 1979 estava sendo organizada aqui na faculdade de filosofia a primeira dessas semanas do negro, coordenada por um antropólogo daqui chamado Romeu Sabará, da Universidade Federal de Minas Gerais.²⁰¹ Aí nós começamos a discutir que era interessante participar dessa semana, que tinha aquela visão do 13 de Maio, da Abolição da escravidão, princesa Isabel, aquela coisa toda. Naquela semana mesmo eu já estava no DCE rodando o primeiro boletim que se chamava Força

Negra, num mimeógrafo a tinta, acho que era até manual, rodando de madrugada, para a gente lançar o boletim dentro da Fafich da Universidade Federal de Minas Gerais.²⁰² Então, naquele processo de encontrar Hamilton Cardoso, que eu considero o meu guru, Lucimar Brasil e Maria Lúcia, mais uma meia dúzia que estava começando a organização do movimento em Belo Horizonte, começamos a fazer reuniões, e deu no que deu.²⁰³

Eu não era de nenhuma célula de organização de grupo de esquerda. Era muito ligado ao movimento de bairro, à região, ao ativismo da oposição sindical e ao grupo de jovens. Por exemplo, quando teve a primeira greve do ABC, em 1978, foi feito um movimento forte em solidariedade, na minha região.²⁰⁴ Não em Belo Horizonte — estou falando na região operária, que é a região de Barreiro, cidade industrial. Você ia nas missas de domingo panfletar, soltar documentos, pedir contribuição financeira, conversar com o padre para poder falar, você aproveitava esses momentos de aglomeração: missa, feira do bairro, baile, fila de ônibus, porta de escola. A gente fazia todo esse trabalho de distribuição de material, de pichar muro, campanha eleitoral, essas coisas todas. É nesse processo que surge inclusive a ideia do Partido dos Trabalhadores. Nós criamos o PT aqui. Mas quando isso aconteceu, o movimento negro já existia e eu já estava no MNU, já era militante e já estava organizando atividades para debater essa questão.

Nesse período, por exemplo, uma coisa forte que me bateu no debate no movimento negro foi a questão da violência policial, que era uma coisa concreta que a gente vivia no bairro. Não é à toa que uma das primeiras atividades que eu fiz na região foi um ato contra a violência policial, num salão paroquial com quatrocentas pessoas. Deu muita briga com a Igreja, trouxemos capoeiristas, fizemos um movimento grande. Como é que pode um jovem na minha idade mobilizar uma comunidade para levar quatrocentas, quinhentas pessoas para discutir violência policial? Sem partido, sem central sindical, sem dinheiro... A não ser o apoio da Igreja, porque emprestaram o espaço.

Então, o processo de entrada no movimento se deu assim: através da participação em grupos no movimento sindical clandestino, do contato com as organizações de esquerda naquele período, do acesso ao Versus, aos jornais, e, a partir daí, do contato com as pessoas que estavam organizando ou retomando o movimento negro no Brasil. Dali até hoje não parou mais.

Frei David

Em 1981 foi criado em Petrópolis o Grupo de União e Consciência Negra, Grucon, do qual eu fazia parte. Fizemos vários seminários sobre o negro no Brasil com gastos financeiros da CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A CNBB financiou grandes assembleias do Grucon. O objetivo era criar um grupo de negros católicos que trabalhasse com qualidade a questão do negro no Brasil. Trouxemos também para esse grupo pessoas não católicas que eram militantes de esquerda de maneira bem convicta. E esses grupos de negros de esquerda que não tinham referencial católico e outros católicos que tinham grande conhecimento histórico da Igreja no Brasil e no mundo, logo nas primeiras reuniões, fizeram um volume imenso de críticas à Igreja, dizendo que ela não tinha autoridade para trabalhar com o tema do negro, porque essa Igreja foi violenta, escravizou o negro, beneficiou-se da escravidão e, portanto, não admitiam que a Igreja criasse uma pastoral do negro.

Nós, negros católicos, queríamos usar como estratégia botar a Igreja a serviço da causa — se a Igreja Católica contribuiu com o mal-estar da escravidão, ela tem que hoje contribuir com a libertação. Era nossa estratégia. E esses negros não católicos e outros católicos não admitiam essa estratégia e queriam que todos os negros trabalhassem a defesa do negro fora da Igreja. E aí, em uma das grandes reuniões do Consciência Negra, em que estávamos discutindo o rumo do trabalho, houve uma votação para decidirmos se deveria ser pastoral do negro ou um grupo independente. Na votação, ganhou ser um grupo independente, por pouquíssimos votos. Então, saiu o Grupo de União e Consciência Negra, e nós, que tínhamos consciênciade que deveríamos continuar, retomamos o trabalho com o nome de Agentes de Pastoral Negros, APNs. Depois de alguns anos houve outro racha. Ficaram os APNs como um grupo civil e nasceu a Pastoral do Negro. Os Agentes de Pastoral Negros são um grupo social pluri-religioso, não católico, só que a maioria das pessoas é católica.

Mundinha Araújo

Em 1978 fiz parte de um comitê político aqui em São Luís. Eu já tinha despertado havia muito tempo para o problema do preconceito e do racismo e já abordava essa questão, porque promovi muitas palestras sobre o tema. Esse comitê político foi antes da Anistia.²⁰⁵ Todo o pessoal de esquerda resolveu se reunir para lançar candidatos, todo mundo que fazia oposição à ditadura.²⁰⁶ Isso foi muito bom porque também foi um aprendizado. Eu ia para a periferia, conversava com os moradores, sabia das histórias e, ao mesmo tempo, a gente estudava e discutia muito. E, mais uma vez, eu já ficava colocando a questão, mas a verdade é que eu falava só. Os outros não estavam entendendo bem, porque ainda estavam muito naquele mito da democracia racial. Ainda estavam convencidos de que no Brasil não tinha isso, era só nos Estados Unidos e na África do Sul. Mesmo as pessoas do grupo, os estudantes da minha turma diziam: “Não, Mundinha, você está exagerando. Isso não é assim. Você quer transformar isso aqui nos Estados Unidos?” Eu falava só, não tinha ressonância.

Aí chegou 1979, e já tinha o MNU. Eu fiquei sabendo de tudo, quando começou o MNU em São Paulo, lendo nos jornais. Lá onde eu trabalhava, no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Estado do Maranhão, recebíamos os jornais de São Paulo e do Rio. A essas alturas eu também já tinha uma bibliografia, eu viajava muito, trazia livros sobre negros, comprei o do Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes* e outros títulos.²⁰⁷ E já tinha uma leitura também, não era só coisa da minha cabeça. Aí tinha um professor de educação física negro que ainda mora aqui, o Isidoro Cruz Neto, que é de São Paulo e estava sempre em contato com o povo de lá. Embora ele nunca tenha militado como os demais que depois chegaram, a contribuição dele nessa nossa história do movimento é importantíssima, porque ele foi no meu trabalho um dia e disse: “Mundinha, por que nós não fazemos aqui um movimento, uma passeata no 20 de Novembro?” Tinha havido um manifesto em São Paulo e eles iam fazer uma passeata lá no 20 de Novembro. O MNU já estava forte em 1979. Eu estou dizendo que falava sozinha, não é? Ainda não tinha conseguido ninguém que desse ouvido a esse negócio. Eu disse: “Isidoro, como é que a gente vai fazer isso aqui se não tem nem consciência negra? Todo mundo se

diz moreno.” Aqui todo mundo se chamava de moreno. Chamar de preto aqui, só quando queria ofender. “Nós vamos, você chama umas pessoas, eu chamo outras. Vamos ver, nos reuniremos e lá se decide” — ele disse.

Tinham criado também a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos nesse mesmo ano, em fevereiro de 1979, e estavam com uma casa alugada na rua da Saavedra.²⁰⁸ Como o pessoal da Sociedade era todo do mesmo comitê de que eu tinha feito parte em 1978, conversei com eles e eles disseram: “Mundinha, a gente pode ceder uma sala para vocês.” Era uma casa grande. Aí nós marcamos a primeira reunião em 19 de setembro de 1979. Sempre com a minha mania de anotar tudo, em toda reunião tinha uma ata e eu botava a data bem em cima. Ainda guardo até hoje os manuscritos. Então, a primeira data está lá: 19/9/1979. Eu também anotava quem estava na primeira reunião, na segunda, na terceira...

Foi fundamental sermos duas pessoas. Pelo menos eu já não estava mais sozinha. E o Isidoro também conhecia muita gente, muitos negros, porque ele era professor de educação física e estava sempre em contato com os atletas. Ele também chamou os estudantes negros da universidade, porque ele era professor de lá. Eu fui procurando entre as meninas do coral, porque tinha muitas negras. E fizemos a primeira reunião para discutir esse negócio: “Faz manifesto, não faz?” Eu coloquei a minha preocupação: não tinha grupo formal, não tinha nada, não tinha consciência de nada, e como a gente ia fazer um manifesto no Dia da Consciência Negra? Porque o MNU já tinha determinado que o dia 20 de novembro era o Dia Nacional da Consciência Negra.

E ganhou a minha proposta de formar um grupo de estudos, no qual a gente começasse a discutir as questões do preconceito, da nossa história, e ficássemos chamando quem tinha as mesmas preocupações para participar. Porque tinha professores também, mesmo sem serem negros, que já conversavam comigo dessa ausência, de não ter uma produção aqui sobre o negro. Diziam: “Mundinha, com uma população dessa, não ter um livro...? Tem O negro no Pará, O negro na Bahia, negro não sei por onde... Aqui ninguém produz nada sobre o negro.” Essas e outras questões: tem mesmo preconceito? Não tem preconceito? Existe a democracia? Como é que o negro se vê? Era uma série de questões que foram levantadas para que a gente começasse a conversar entre nós mesmos. E depois se pensaria no que fazer.

Bem, muita gente começou a ficar animada. Lógico que ainda existia muito medo. A Anistia tinha sido em agosto... Qualquer ajuntamento, qualquer grupo ainda chamava a atenção. Depois eu fui ver nos registros do Dops, lá no Arquivo Público do Maranhão, que em 1983, 84 ainda tinha gente participando de nossas reuniões e fazendo relato. Eu ficava pensando: “Puxa, quem seria daqueles?” Porque a maioria era negra, e alguém estava lá só anotando. Já era 1983, 84, o Joel Rufino vinha dar cursos e tinha sempre alguém lá espiando. O meu nome está no Dops, muita gente está no Dops por conta desses eventos. Porque na hora em que você se pronunciava, já era fichado: “Falou não sei quem sobre isso...” Aí já abria uma ficha para a gente.

Tinha os jornalistas que iam. Hoje, avaliando esse período de 25 anos, todo mundo foi importante. Qual era o problema dos jornalistas? É que todos os dias eles botavam no jornal, e era um jornal sensacionalista: “Hoje os negros estão se reunindo para não sei o quê.” E tudo o que a gente discutia às vezes nem era para ser divulgado, e eles já estavam botando. E foi gerando uma expectativa na população. Ninguém sabia que negros eram esses. “O grupo de negros...” Tanto que uma senhora uma vez, conversando comigo, não sabia que eu fazia parte e me disse: “Mundinha, tu já ouviste falar em um grupo de negros?” Aí eu disse: “O que foi?” Ela disse: “Menina, tu não achas isso uma loucura? Eles querem fazer como se aqui fosse os Estados Unidos. Isso é uma loucura!” Eu disse: “Não é loucura, não, dona Maria. Eu estou no grupo.” Ela ficou toda sem jeito.

Em outubro de 1979, o Gilberto Gil veio fazer um show e esses jornalistas o levaram para a reunião, porque ele era negro. E isso já era parte da prática dos jornalistas: o negócio era chamar a atenção para esse grupo. Nessa reunião é que foi uma turma do PDT:²⁰⁹ o Luizão,²¹⁰ que já era do PDT, o Neiva Moreira, que era daqui do Maranhão, viveu no exílio e tinha retornado. Eu sei que era um bando de retornados que foi para essa reunião para saber o que a gente pretendia, e Neiva Moreira falou sobre a África, porque ele era jornalista do Cadernos Terceiro Mundo — ele e a mulher dele.²¹¹ E todos davam muita força para que a gente levasse adiante, porque tinha que existir esse tipo de grupo. O Gilberto Gil também parabenizou, disse que essas iniciativas deveriam existir. Todos se pronunciaram e lembraram as lutas de independência de Moçambique e Angola. Isso era muito recente. Eu também acompanhava isso através da imprensa.

Esse grupo resolveu que eu seria a coordenadora, porque acabava sendo a única pessoa, naquele momento, que tinha um pouco mais de informação sobre a situação do negro. E tinha livros. Aí eu tirava cópia de capítulos e levava. Perdi também muitos livros, porque às vezes eu emprestava e não devolviam o livro. Tudo pela causa. Criamos quadro de associados e fomos logo discutir, em março, abril de 1980, a possibilidade de criar de fato uma entidade. Discutíamos o nome. Eu sugeriu que fosse Centro de Estudos da Cultura Negra, mas disseram: “Não. ‘Estudo’ ainda é visto como coisa de militantes de esquerda, que criam os núcleos de estudos.” Aí o Luizão sugeriu: “Vamos botar Centro de Cultura Negra, que é abrangente e a gente vai fazer o que se quer sem chamar muita atenção.” A maioria concordou e ficou assim.

Fomos na casa do doutor Cesário Coimbra, nós o queríamos como presidente da entidade, porque ele era uma figura já conhecida, um homem idoso, com representatividade. Ele não quis. Eu não queria de maneira alguma, não sei o que eu temia. Queria mais estar na organização, nos debates. Mas não estar à frente. E o doutor Cesário disse: “Quem tem que ser é você.” Eu disse: “Mas eu não quero.” Aí nós fomos catequizar o Luizão, porque, com a trajetória dele, um negro, médico, envolvido com a discussão, com consciência das lutas populares, vindo da zona rural, com toda a luta para se formar em medicina e com a sua simplicidade... Para nós era interessante que estivesse à frente do grupo alguém que tinha ascendido através da educação, mas que tinha uma origem de trabalhador, para não se distanciar tanto da população negra com a qual nós íamos trabalhar. Ele disse: “Não. Vocês sabem que eu estou chegando agora. Tu é que tens que ser, Mundinha.” Eu disse: “Não, Luizão.” “Então, quando tiver que dar entrevistas em jornal, em televisão, eu não vou. Tu é que vais. Porque agora é que estou começando, estou aprendendo.” E assim ficou. Elegeram a primeira diretoria, eu era a vice-presidente, e a vice-presidente é que ia para tudo. Como eu tinha idealizado. As coisas estavam muito claras na minha cabeça, o direcionamento de tudo. E assim foi.

Luiz Alves Ferreira (Luizão)

Construímos o Centro de Cultura Negra do Maranhão, fizemos estatuto, tudo isso, aí me escolheram, me indicaram para a primeira diretoria, para participar como primeiro presidente. Eu nem estava querendo, eu dizia: “Mundinha, tu que tens que ficar.” Os companheiros todos diziam isso. Mas foi uma certa convocação. Aí aceitei e ficamos: eu, presidente; a Mundinha, vice; mais João Francisco, Raimundo Antônio, Rosário e outros companheiros de que não me recordo agora. E começamos essa trajetória. A fundação do CCN foi no Sindicato dos Sapateiros, Lustradores e Garçons aqui na rua de São Pantaleão. A Mundinha conseguiu o espaço, porque era amiga do pessoal lá. Devia ter umas duzentas, trezentas pessoas lá; entre elas, o doutor Cesário Coimbra, o poeta Nascimento Moraes Filho, a doutora Maria Aragão, uma médica, militante comunista e negra, que foi presa, torturada — aqui em São Luís tem até um Memorial Maria Aragão.²¹²

O que eu disse no dia da fundação do CCN, em 1979, repito hoje, continuo repetindo depois de 25 anos: “Negro tem que dançar tambor. É da sua cultura, não tem que ter vergonha. Negro tem que ir para sua casa de santo, para sua casa de culto. Mas negro tem que ser físico, tem que ser médico, tem que ser matemático, tem que ser empresário, para ajudar a dirigir o Estado brasileiro.” E acho que é o ponto central, que nós estamos tocando.

Vanda Menezes

A Associação Cultural Zumbi surgiu em Maceió, em 1979, porque um companheiro nosso, Marcelino Maximiniano Dantas, que fazia medicina, foi para um baile no Clube Fênix Alagoana, que era um clube fechado, como os outros clubes da época, e foi convidado a sair desse baile porque era negro. Ele era filho de Laura Dantas, uma mulher negra que foi professora de governadores. Hoje, inclusive, tem uma escola chamada Laura Dantas no estado.²¹³ E, por conta dessa atitude do cara que tomava conta do clube, houve uma revolta dos próprios companheiros brancos que faziam medicina com ele. Foi uma confusão. Não me lembro se saiu página em jornal. Mas foi uma coisa muito doida, porque era um homem, filho de uma mulher negra, mas muito bem relacionada, que fazia medicina, e que foi posto para fora da Fênix. E aí muitos companheiros começaram a discutir sobre isso. Todo mundo se mobilizou e resolveu fazer uma reunião para discutir essa coisa da discriminação, desse racismo. Éramos 33 pessoas no primeiro encontro, duas mulheres e 31 homens, que se reuniram na Universidade Federal de Alagoas, Ufal, porque Zezito Araújo, na época, já estava na Ufal.²¹⁴ Dos que foram à reunião, poucos estavam na universidade ou tinham curso superior. A maioria só trabalhava ou estava sem emprego, ou ainda fazendo ginásio ou científico, como era chamado na época.

A gente fez a reunião, o Marcelino contou a história toda, aí a gente se revoltou e resolveu fazer um grupo para discutir isso. A Associação Cultural Zumbi, ACZ, era um grupo político. Era um movimento político, que revolucionou aquela cidade e o estado como um todo. Foi a Associação Cultural Zumbi que ajudou a constituir o Memorial Zumbi e que brigou, junto com outras entidades e militantes, como Carlos Moura, Joel Rufino, Abdias, Lélia, Abigail e tantos outros, para tomar e desapropriar a Serra da Barriga.²¹⁵ A gente constituiu a ACZ e, logo depois, em 1981, foi criado o primeiro Neab, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, na Ufal.²¹⁶ Acho — com 99% de certeza — que foi o primeiro Neab do Brasil. Depois foi o do Maranhão, com o Carlão, e o de Sergipe, com a Nele dos Santos.²¹⁷

A Associação Cultural Zumbi dava força ao Neab, já que ele ainda não era conhecido. Era um núcleo pequeno, de extensão. Então, a gente fazia tudo

juntos: Neab e Associação Cultural Zumbi. Zezito é um companheiro de luta que foi diretor do Neab toda a vida. A gente fez a primeira reunião na universidade, mas a segunda foi debaixo das árvores da praça dos Palmares. Houve uma hora em que a gente não tinha onde ficar, e fomos para a Secretaria de Cultura, depois para o Neab e depois para o DCE da Ufal.

O nome Associação Cultural Zumbi foi escolhido nas primeiras reuniões, quando a gente pensou e decidiu que teríamos uma entidade, um grupo para discutir, que teria que ser uma coisa escrita, com estatuto, com tudo. Tanto que a gente passou de 1979 até 1981 para registrar a entidade. Mais ou menos em fevereiro de 1981, a gente se constituiu em uma organização com estatuto passado em cartório. Éramos responsáveis pelo 20 de Novembro, éramos a referência. Depois surgiram outras entidades, alguns dissidentes da ACZ fizeram outras entidades. E depois começaram a surgir muitos grupos culturais: bandas, grupos de capoeira, de dança afro. Mas sempre tinham na Associação Cultural Zumbi o porto seguro. Porque éramos nós que íamos para o embate político. Discussão política era com a ACZ. Tanto que ela se desarticulou nos anos 1990 e a gente até hoje não tem uma entidade do movimento negro com a articulação política como a gente teve.

Zélia Amador

Quando chegou em 1978, a criação do MNUCDR acabou respingando pelo país inteiro essa necessidade de se organizar e lutar contra a discriminação. Em seguida, eu já entrei de cabeça e criamos o Cedenpa. Isso já é 1979, 80. O Cedenpa surgiu porque você já tinha um grupo dentro da Universidade Federal do Pará, e até fora dela, que se encontrava, que conversava e que dizia da necessidade de se criar uma organização. Eu me lembro de que, na universidade, o meu grande interlocutor era o Felisberto Damasceno, que fazia direito naquele período. Hoje em dia ele mora em Brasília, mas foi um dos fundadores do Cedenpa. Fora da universidade você tinha a Nilma Bentes, que eu também conhecia e que também tinha essa necessidade. Eu conhecia a Nilma aqui da praça da República, desse burburinho de amigos comuns. Ela era atleta, jogava tudo e era considerada boa, uma guerreira. Fazia das tripas coração, jogava e ganhava. Então ela era conhecida. E aí esse grupo que estava sentindo essa necessidade acabou se reunindo, e criamos o Cedenpa. Quem deu esse nome para o grupo, Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, foi o Felisberto.

Nilma Bentes

A informação sobre a criação do MNU vem no final da década de 1970, quase colada com o movimento do Abdias para criar o Memorial Zumbi. O Abdias tinha articulações pelo Brasil, e ele queria uma maior representatividade na tentativa de criação do Memorial Zumbi na Serra da Barriga. Então ele se articulou com várias pessoas. E, por acaso, aqui ele se articulou com um rapaz negro chamado Paulo — já falecido —, que trabalhava no Banco do Brasil. O Paulo conhecia uma amiga minha e disse que inclusive tinha uma passagem para uma pessoa daqui ir para Alagoas. E aí nós fizemos uma pequena reunião com quem a gente conhecia, e quem foi nos representar lá foi um rapaz que naquela altura era seminarista, o Brasilino Santos Correa. Depois que ele voltou, nós continuamos o nosso processo. O que havia em nós era um desejo e uma raiva. Você sabe que a raiva é muito mais produtiva que a alegria. Se o pessoal ficar alegre, não vai a nada. Mas a raiva cria. E havia essa raiva, mais raiva nuns do que outros. Quem sofria mais, quem sofria menos... Já havia um grupo, mas não era político. Era um grupo de amigos, e que foi sendo politizado de acordo com a demanda e com o estímulo. Daí a gente fez contato com outra pessoa que era universitária, naquela altura já estava sendo criado o PT.

A nossa entidade tinha um “tripé ideológico”. Tinha eu, que era a louca do pedaço — o pessoal até dizia que eu era anarquista; tinha a Zélia, que era da área de arte, de teatro, e o Felisberto Damasceno, que era engajado no PT. Ele, advogado; ela, professora de letras, e eu, agrônoma. Hoje ele trabalha em Brasília, na assessoria do PT na Câmara Federal; ela é professora da Universidade Federal do Pará, naquela altura não era, e eu, depois que saí do Banco da Amazônia, fiquei aposentada e trabalhando no movimento negro direto. Claro, estou falando do “tripé ideológico”, mas tinha várias outras pessoas que eram do grupo. Nos reunimos num centro comunitário e mudamos várias vezes de lugar. Às vezes, inclusive, por medo. Porque você estava na casa de uma pessoa se reunindo e, logo no começo, tinha muito medo. Aí existia aquela questão: legaliza ou não legaliza a entidade? Porque havia aquela rebeldia — “Não legaliza!” —, mas ainda tinha aquele negócio do pessoal ficar na clandestinidade, o medo, uma sopa de coisas. Aí nós optamos por legalizar, por não conseguir conviver com esse

negócio escondido. Legalizamos no ano seguinte logo. E depois a gente fez essa articulação, que foi se estreitando, com o Nordeste, os encontros na Serra da Barriga, que foram fundamentais, e isso tudo desencadeou os encontros de negros do Norte-Nordeste.

Todo mundo sabe que, no começo, o movimento negro foi muito combatido pela esquerda, porque achavam que a gente ia dividir, que não era para formar nada porque, primeiro, era a questão social, de classe. E depois, quando não conseguiram acabar, eles tentaram aparelhar. Os partidos tentaram ficar dentro das entidades. Mas também não deu certo para eles. E a gente foi como o pessoal da Bahia no carnaval: abre o cotovelo e vai abrindo caminho.

Pedro Cavalcante

Entrei na Universidade Federal de Pernambuco em 1971, no curso de arquitetura. A minha turma iniciou com 85 alunos. Desses, tinha cinco pobres, que, coincidentemente, eram os cinco pretos. Mas não tinha nenhuma afronta do pessoal da Escola de Arquitetura, de uma maneira geral não tinha grandes problemas. No momento seguinte, em 1978, 79, é exatamente quando aflora no país inteiro a ideia do movimento negro se recuperando, do Movimento Negro Unificado botando a cara, essa coisa toda. Então, isso chama a atenção. Aparece a necessidade de ler mais sobre a história para poder se estruturar e ter como conversar. E há o encontro das pessoas: gente da saúde, gente do núcleo que trabalhava a questão racial, gente da universidade de uma maneira geral. Aí começamos a sentar e a conversar. E até hoje você tem quase a mesma situação: as visões diferenciadas e a dificuldade de juntar para poder sentar e dizer “O problema da gente é esse aqui, e é aqui que a gente tem que centrar fogo”, para depois você tratar as diferenças — “Quais são as nossas diferenças mesmo?” A base da história é essa.

O MNU foi fundado em Pernambuco em 1979. Uma coisa interessante de observar é que o MNU, na hora em que dispara o processo, já dispara para o país inteiro. Aí ficou aquele negócio meio PCB clandestino. Você sabia que tinha um núcleo em tal canto e dizia: “Vamos lá conversar.” A preocupação, pelo menos na minha cabeça, era ver como a gente identificava os indivíduos que concordavam com aquela estrutura e aquela forma de conversar. Inicialmente, era papo mesmo, tipo sarau, para depois você discutir: “Como é que faz uma ação?” “Como é que a gente chama uma pessoa para vir conversar?” Através desses mecanismos é que você vai chegando às outras figuras.

No caso de Pernambuco tem uma coisa carregadíssima para discutir esse negócio, porque quem começa, institucionalmente, botando a cara para falar sobre isso é a moçada ligada ao mestre Gilberto Freyre, com a lógica dele, da democracia racial e vai por aí afora.²¹⁸ Era o pessoal ligado à Fundação Joaquim Nabuco, a Fundaj.²¹⁹ A base freyriana está lá dentro.

Luiz Carlos Oliveira

Em fevereiro de 1983, eu criei, em Vitória, o Centro de Estudos da Cultura Negra, o Cecun. Nós pensamos assim: “Poxa, precisamos criar uma entidade no estado, precisamos dar uma politicada nesses terreiros, nas escolas de samba, ter alguma coisa para politicar esse meio. Fazer esse meio mais crítico e tal.” E ali formar uma intelectualidade negra crítica. Essa foi a ideia para criar o Centro de Estudos da Cultura Negra.

Antes eu conversei com várias pessoas, na época tinha um sociólogo negro que me acompanhava legal, o Paulo César. A gente sempre se encontrava para discutir. Ele era de Brasília, mas já estava trabalhando em Vitória há um tempo — era professor também, quando estava em Brasília, da Universidade de Brasília. Ele foi para Vitória para trabalhar naquele negócio de BNH, acho que era isso.²²⁰ E contava os episódios lá da universidade, em Brasília, em que ele dizia que só tinha um aluno negro e, quando ele puxava a questão, o menino ia para o banheiro. Sabe que é isso? Já passei por vários casos desses. Hoje ainda é assim, mas se você tiver militância, se a pessoa tiver uma formação... Pior é quando alguns levantam dizendo que não tem racismo — porque fiz muita palestra em sala de aula de faculdade e passei por isso.

Mas eu e o Paulo César, a gente sempre conversava a respeito, e fomos a algumas reuniões de outros grupos. Por exemplo, aquele pessoal da Igreja que criou um grupo, nós chegamos a ir a algumas reuniões lá. Fomos a umas três reuniões, fizemos críticas e vimos que a coisa era assim... Aí eu pensei: “Nós precisamos criar uma entidade autônoma.” Aí entra a questão da autonomia: não pode estar dentro de Igreja, dessas coisas, porque não tem condições de esse pessoal criar um projeto político para negros. Não tem condições. Aí pensei: “Tenho que criar essa entidade.” Contatei várias pessoas, andei fazendo reunião e, um dia, fiz uma convocação na Casa da Cultura, ali no Centro de Vitória. Eu disse: “Vamos fazer uma convocação aí, vamos convidar os negros todos para a gente criar o Centro de Estudos da Cultura Negra.” Apareceram várias pessoas lá, daí a gente discutiu a necessidade e tal: “Uma entidade assim, assado, para trabalhar em escola de samba, politicar terreiro também, para a gente começar a discutir com os

caras e politizar mais. A gente precisa desse pessoal consciente e forte para poder levar o nosso projeto à frente. Precisamos criar a entidade de uma forma que, se o bispo da Igreja é ouvido pela sociedade, a gente precisa ser ouvido no estado também. Temos uma população grande, e a gente precisa ser ouvido.” A intenção também foi essa, de ter força política mesmo. Ser uma força política no estado, porque é um segmento político grande que é prejudicado e que precisa ser ouvido também. Além da conscientização do nosso segmento, para ficar forte, politicizado, e para chegar a esse ponto. Aí foi quando a gente criou o Cecun, no dia 24 de fevereiro de 1983. Não sei se nesse dia a gente já aprovou estatuto, porque já vínhamos fazendo uma proposta estatutária, eu e Paulo César, que também ajudou.

Edna Roland

A minha inserção no movimento negro se dá no início da década de 1980, através de um grupo. Rafael Pinto, Sueli Carneiro e sua irmã Solimar Carneiro, eu e mais algumas outras pessoas criamos um bloco afro. Tinha havido o III Congresso de Cultura Negra das Américas, em 1982. Abdias Nascimento e Elisa Larkin, através do Ipeafro, realizaram este congresso na PUC de São Paulo. E para esse congresso veio o pessoal do Ilê Aiyê. Nós ficamos todos maravilhados com a questão do Ilê Aiyê e resolvemos que íamos criar um bloco afro em São Paulo. Nos articulamos então com um militante negro vinculado à Escola de Samba Vai-Vai, que tinha um grupo com ideias bastante mirabolantes acerca das relações com África e com a cultura negra no mundo. Era o Ciro Nascimento a figura-chave, que tinha o poder de aglutinar todo mundo em torno da criação do bloco, porque ele vinha dos espaços de escola de samba. Começamos a pensar a proposta do tal do bloco, e eu e o Ciro elaboramos lá na minha casa os estatutos. Ele tinha uma ideia maluca que nos impôs. Ele achava que o bloco tinha que ter um conselho vitalício e que esse conselho teria a tarefa de garantir o respeito à tradição africana, a fidelidade à verdadeira matriz cultural africana. E ninguém estava de acordo com essa ideia do Ciro, mas ninguém tinha condição de enfrentá-lo, porque ele era o cara que tinha as relações com a Vai-Vai, com todas as escolas de samba e que ia garantir o espaço para a coisa funcionar. Na hora da definição do tal conselho vitalício, eu fui indicada para fazer parte. Eu falei: “Gente, mas eu cheguei ontem no movimento negro. Como é que eu posso fazer parte desse conselho vitalício?” Disseram: “Não, mas você tem que estar no conselho vitalício.” Então, faziam parte do conselho eu, Sueli Carneiro, Rafael Pinto, o Flavinho...²²¹

Esse bloco foi a primeira organização negra de cuja fundação eu participei. E se convocou uma frente amplíssima. Todas as forças políticas de São Paulo foram convidadas. O bloco se chamava Bloco Afro Alafiá. Alafiá é uma palavra iorubá. É uma posição do jogo de búzios. É, digamos, a resposta perfeita, a posição dos quatro búzios abertos, uma resposta que diz: “Tudo de bom que há no mundo.” Se você consegue “alafiá” na resposta, todos os caminhos estão abertos. Depois chegou a ter uma eleição e

fui eleita presidente. Saí do conselho vitalício e virei presidente antes de o bloco morrer. Ele teve uma vida muito efêmera. E eu sempre no papel de carregar piano, no papel de formiga, de quem organiza. E quase simultaneamente à experiência do bloco, se criou o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo. O bloco foi um pouquinho antes do Coletivo.

Sueli Carneiro

O que a Lélia Gonzalez já tinha para nós mulheres negras? Ela tinha uma elaboração teórica, conceitual e política da contradição que era ser mulher negra na sociedade brasileira, de como isso era uma identidade política específica, que nos colocava em rota de colisão, por exemplo, com o feminismo, sob determinados aspectos, na medida em que ele, ao não incorporar a dimensão racial na problemática de gênero, não reconhecia o papel que a racialidade cumpria nas desigualdades entre as mulheres. Eu estou falando isso tudo com um discurso de hoje, que não era nem o discurso da Lélia na época e muito menos o meu. Mas o que a Lélia sabia? Sabia conceituar e formular a contradição específica de ser mulher negra, a questão de como a desigualdade, o racismo e a discriminação produziam a nossa realidade de exclusão e diferenciavam a nossa inserção social em relação às mulheres brancas. E a Lélia tinha uma coisa maravilhosa: ela conseguia positivar todas aquelas coisas com as quais nós éramos estigmatizadas. Ela falava, nas palestras, de como tínhamos que curtir muito e “numa boa” as nossas características físicas: somos coxudas, somos bundudas, temos graça, temos charme, dançamos... Contrariando a lógica — que é opressora, inclusive, no interior das famílias negras, sobretudo aquelas em processo de mobilidade — de castrar esses traços culturais que marcam o nosso corpo e de nos formatar dentro de um ajustamento à figura feminina hegemônica. A Lélia subvertia tudo isso, ela resgatava a imagem da mãe preta, a imagem da mulata, ela positivava, ela invertia a leitura tradicional que se fazia desses estereótipos e nos devolvia o que havia de positivo nessas coisas, o que havia de grandiosidade, de lúdico, de vitalidade nessa cultura, que nos

fazia sermos mulheres diferentes das brancas, das índias e de outras. E de como nós não tínhamos que abdicar de nada disso, sobretudo para exigir respeito e para sermos valorizadas na sociedade. E ela apontava como isso era uma luta política, como ser mulher negra encerrava também uma possibilidade de protagonismo político, que ela já exercia na organização que ela criou no Rio de Janeiro, a Nzinga.²²² Inspiradas, então, nessa experiência, eu e outras mulheres negras criamos aqui o primeiro Coletivo de Mulheres Negras, já em 1984.

O Coletivo surgiu de uma disputa que nós, mulheres negras, acabamos travando aqui em São Paulo, quando da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, no governo Franco Montoro, o primeiro conselho da mulher criado no Brasil.²²³ Ele foi criado com 32 conselheiras e não tinha nenhuma mulher negra como conselheira. E isso produziu uma indignação. Na época nós tínhamos uma radialista negra chamada Marta Arruda, que denunciou. Ela tinha um programa de rádio e, sabendo que o Conselho havia sido criado sem nenhuma representação de mulher negra, ela botou a boca no trombone. O programa dela tinha muita audiência, e ela começou a fazer essa denúncia: “Como é que criam um Conselho da Condição Feminina em São Paulo e não tem nenhuma representação de mulheres negras?” E foi em função disso que nós criamos o Coletivo, que, primeiro, foi uma frente mesmo, não tinha pretensões de se institucionalizar. Começamos a negociar com as conselheiras a inevitabilidade de incluir pelo menos uma mulher negra no Conselho Estadual. Levamos os nomes da Thereza Santos para ser a titular, representando as mulheres negras, e da Vera Saraiva para ser a sua suplente. Mas aí, como nós tínhamos travado uma verdadeira guerra aqui em São Paulo para entrar no Conselho, o Coletivo acabou tendo que continuar articulado para dar sustentação ao mandato das conselheiras negras, produzir ideias e documentos, e

continuamos organizadas em torno desse mandato.

O Conselho fez uma coleção sobre “a década da mulher”, e a Thereza exigiu que fosse feito um documento específico sobre a mulher negra: “Nós vamos escrever um livro específico sobre a mulher negra dentro dessa coleção. Não pode sair uma coleção fazendo uma avaliação da situação da mulher em São Paulo sem ter uma discussão sobre a mulher negra.” E aí era duro dizer “não” para a Thereza Santos porque ela era “porretíssima”. Eu sei que as pessoas nem se atreveram, porque disseram: “E quem vai fazer, vocês têm?” Ela disse: “Nós temos massa crítica para fazer isso. Nós fazemos.” Aí ela chega para mim e fala: “Faz o livro.” Era bem o jeito dela: “Eu falei que a gente ia fazer, agora faz.” Foi aí que produzimos aquele que é o primeiro estudo sobre a situação da mulher negra e sobre as desigualdades entre negras e brancas, de 1985, eu acho, que foi editado pela Nobel. Eu acho que é o primeiro trabalho que vem com esse recorte no Brasil.

224

Depois de cumprido o primeiro mandato da Thereza, no processo de renovação, nós conseguimos ampliar a representação de mulheres negras e criamos a Comissão para Assuntos da Mulher Negra no Conselho, institucionalizamos um espaço específico para pensar a questão. Aí chegamos a ter, acho, umas 20 mulheres negras trabalhando nessa Comissão dentro do Conselho. Foi aí que eu fui convidada para me tornar conselheira e depois fui eleita para ser a secretária-geral do Conselho, na gestão da Zuleika Alambert.

225

[**150 Orfeu da Conceição, peça de Vinícius de Moraes, em que Orfeu é um**](#)

condutor de bonde e sambista, foi premiada no concurso do IV Centenário de São Paulo, em 1954, estreou no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 1956, com elenco majoritariamente negro e música de Tom Jobim. Em 1958, a peça chegou ao cinema, com o filme Orfeu do carnaval, uma produção franco-ítalo-brasileira dirigida por Marcel Camus, que recebeu a Palma de Ouro no Festival de Cannes de 1959 e o Oscar de melhor filme estrangeiro. Um segundo filme, Orfeu, foi lançado em 1999, com direção de Carlos (Cacá) Diegues. Ver

<http://www.mpbnet.com.br/musicos/vinicius.de.moraes/index.html>,
<http://www.overmundo.com.br/overblog/orfeu-da-conceicao-orfeu-do-carnaval-orfeu> e <http://www.carlosdiegues.com.br/>, acesso em 9/10/2007.

151 A poetisa Stella Leonardos (1923) teve sua peça teatral Palmares encenada em 1945 pelo grupo Teatro do Estudante do Brasil, com a colaboração do Teatro Experimental do Negro, que estava iniciando suas atividades. No ano seguinte concluiu o curso de letras neolatinas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1957, por seu livro Poesia em 3 tempos, recebeu o Prêmio Olavo Bilac de Poesia, concedido pela Academia Brasileira de Letras. Nos anos seguintes produziu literatura infantil em prosa e verso, além de peças teatrais infantis, tendo mais de 70 livros publicados. Disponível em: www.astormentas.com/din/biografia.asp?autor=Stella+Leonardos e
http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/encyclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=cias_biografia&cd_verbete=649, acesso em 1/8/2007.

152 “Zumbi.” In: Grandes personagens da nossa história. Volume I (São Paulo, Editora Abril Cultural, 1969. pp. 141-156).

153 Édison Carneiro. O quilombo dos Palmares (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966).

154 Ernesto Ennes. As guerras nos Palmares (subsídios para sua história) (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938).

155 Vila em Porto Alegre é o termo equivalente à favela no Rio de Janeiro.

156 O Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan) foi fundado na cidade de São Paulo em 1972.

157 Thereza Santos, pseudônimo de Jaci dos Santos, foi atriz, publicitária e

militante negra. No início dos anos 1970, assumiu a direção do setor de teatro do Ministério da Educação e Cultura de Guiné-Bissau. A partir de 1976, exerceu função similar em Angola, tendo chefiado a delegação angolana no 2º Festival de Arte Negra, na Nigéria, em 1977. Retornando ao Brasil em 1979, em 1984 participou da fundação do Coletivo de Mulheres Negras, em São Paulo, e passou a integrar o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Também fundou e dirigiu a Associação Cultural Agostinho Neto e foi assessora da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo de 1984 a 1985. Ver Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.).

158 O chamado “milagre econômico brasileiro” foi um período em que o país alcançou taxas médias de crescimento muito elevadas e sem precedentes, entre 1968 e 1973, graças a uma conjuntura internacional bastante favorável, que permitia a contratação de empréstimos externos. Ver DHBB.

159 Carlos Negão é o apelido de João Carlos Araújo Santos. Denival Barbosa formou-se em jornalismo e, à época da entrevista, era produtor executivo do programa “A vida é um show” na TVE. Ver www.samba-choro.com.br/noticias/arquivo/4753, acesso em 23/8/2005.

160 Milton Gonçalves (1934), ator e diretor, surgiu no cenário artístico no final da década de 1950. Atuou no Teatro de Arena em São Paulo, onde participou de montagens que abordavam a questão do negro, tais como Arena conta Zumbi e A mandrágora. Na televisão, distinguiu-se nas funções de ator e diretor de telenovelas e programas especiais da Rede Globo. Ao longo de sua carreira tomou como preferência não interpretar personagens que ferissem a autoestima dos afrodescendentes e lutou por uma maior visibilidade do negro na mídia. Ver www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u52190.shtml, acesso em 19/8/2005, e Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.). Zózimo Bulbul, nome artístico de Jorge da Silva, é ator e diretor cinematográfico. No teatro, na década de 1970, personificou Orfeu, em Orfeu da Conceição, em duas montagens no Rio de Janeiro. Escreveu e dirigiu Dia de alforria (1981) e atuou, entre outras produções, em Deusa negra (1979). Em 1988 realizou, com apoio do Ministério da Cultura, o documentário Abolição, em função do centenário do fim da escravidão. Em 2002 concluiu o documentário Pequena África. Ver Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.).

161 O romance Memórias de um sargento de milícias de Manuel Antônio de Almeida foi publicado inicialmente em folhetim entre junho de 1852 e julho de 1853. A telenovela A cabana do Pai Tomás, baseada no romance Uncle Tom's Cabin (1852) da escritora norte-americana Harriet Elizabeth Beecher Stowe, foi exibida pela TV Globo entre 1969 e 1970 e abordou a crueldade da escravidão no sul dos Estados Unidos. Ver www.wikipedia.org, acesso em 17/8/2007.

162 Maria Beatriz do Nascimento (1941-1995), historiadora e professora formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), participou do processo de fundação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Faculdade Cândido Mendes e lecionou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros e Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi roteirista e narradora do documentário Ori: o processo da cultura afro-brasileira. Morreu assassinada na cidade do Rio de Janeiro ao tentar defender uma mulher. Ver Nei Lopes. Encyclopédia... (op.cit.); Alex Ratts. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento (São Paulo, Imprensa Oficial, Instituto Kuanza, 2007) e www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104_026X2002000100013&script=sci_arttext&ting=pt, www.sec.rj.gov.br/atabaquevirtual/candences.html, acesso em 23/8/2005.

163 Para conhecer a trajetória de José Maria Nunes Pereira, ver sua entrevista publicada em Estudos Históricos (Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, n. 39, 2007/1).

164 Antônio de Oliveira Salazar (1889-1970), primeiro-ministro de Portugal de 1932 a 1968, foi o principal personagem da ditadura que se estendeu de 1926 a 1974 em Portugal.

165 Sebastião Rodrigues Alves (1913-1985) foi fundador, juntamente com Abdias Nascimento, do Teatro Experimental do Negro e do movimento negro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), respectivamente em 1944 e 1948. Ver www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/josesantos.pdf e www.abdias.com.br/biografia/detalhada_texto.htm, acesso em 31/7/2007.

166 Jorge Coutinho (1937), ator e diretor teatral, foi um dos fundadores do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo, ambos em 1975. Formou-se em

artes cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Atuou nos filmes Ganga Zumba (1964), Quilombo (1984) e Chuva de verão (1978) e nas novelas A cabana do pai Tomás (1969), Irmãos coragem (1970) e Roque Santeiro (1985), entre outras. Foi assistente do gabinete civil no governo de Marcello Alencar (1994-1998), no estado do Rio, e dirigiu o Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro. Ver Eduardo de Oliveira. Quem é quem... (op.cit.). Léa Garcia (1935), atriz, começou sua carreira na década de 1940, no Teatro Experimental do Negro, ao lado de Abdias Nascimento e Ruth de Souza. Entre suas atuações no cinema, destacam-se Orfeu do carnaval (1959), Ganga Zumba, Ladrões de cinema (1977), A deusa negra (1978), A noiva da cidade (1978) e Quilombo (1984). Com seu último longa metragem, Filhas do vento (2004), de Joel Zito Araújo, ganhou o prêmio de Melhor Atriz no Festival de Gramado de 2004, dividido com a companheira de elenco, Ruth de Souza. Ver www.mulheresdocinemabrasileiro.com/leagarcia.htm, acesso em 31/7/2007.

167 Benedito Sérgio de Almeida Alves foi fundador, em 8 de julho de 1975, e primeiro presidente do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN).

168 Refere-se ao artigo intitulado “Movimento negro e associações”, publicado no jornal Sinba nº 1, de julho de 1977, p. 3, no qual afirma: “Tristemente ridículas são afirmativas como essas, surgidas num boletim recente de uma associação de negros: ‘Este primeiro aniversário simboliza imensos campos semeados à espera de bom tempo e de boa colheita.’ Que campos? Quantos sejam os aniversários que este movimento de ‘elites de cor’ tenha completado, não passarão nunca de repetição de conchavos, omissões e mistificações; serão, isto sim, sementes de uma vida de privilégios para essas minorias — alguns até em exílio voluntário se agarrarão a cátedras no exterior, onde passarão o resto da vida às custas de uma experiência falsamente representativa (...).”

169 O Teatro Opinião foi fundado em 1965, no bairro de Copacabana, Rio de Janeiro.

170 Vera Manhães (1951), atriz e bailarina, atuou nos filmes A Moreninha (1970) e Quando o carnaval chegar (1972) e em várias novelas da TV Globo durante a década de 1970, entre as quais Ovelha negra (1975) e Marrom-glacê (1979). Foi casada com o ator Antônio Pitanga, com quem teve dois filhos: Camila e Rocco Pitanga. Ver

http://pt.wikipedia.org/wiki/Vera_Manh%C3%A3es_e
[http://www.terra.com.br/istoegente/208/reportagens/capa_camila_02.htm,](http://www.terra.com.br/istoegente/208/reportagens/capa_camila_02.htm)
acesso em 31/7/2007.

171 A novela **Gabriela, baseada no romance Gabriela cravo e canela (1958), de Jorge Amado, foi veiculada no ano de 1975 pela TV Globo.** Ver <http://dirce.globo.com/Dirce/canal/0,6993,IP875-700,00.html>, acesso em 7/2/2006.

172 Jorge Santana é professor e advogado. Ver <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro.nsf/f95042bef101dbd703256532006e38ad> OpenDocument, acesso em 30/9/2007. Dulce Vasconcellos (1940) formou-se em letras pela Universidade Federal Fluminense, em 1965. Ver sua entrevista publicada no nº 34 da revista Democracia Viva, publicação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Rio de Janeiro, Ibase, jan-mar de 2007).

173 A entidade criada em 1988, em Campo Grande, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, e presidida por Dulce Vasconcellos é o Centro de Estudos e Divulgação das Culturas Negras (Cedicun).

174 Refere-se ao Polo Petroquímico de Camaçari, Bahia.

175 Luiz Orlando (1945-2006), cineclubista, foi um dos grandes incentivadores do cinema negro brasileiro. Dono de um dos maiores acervos de filmes negros do Brasil e militante do movimento negro, foi responsável pela exibição, em comunidades negras e cidades do interior do país, de documentários que retratavam histórias da população negra. Prestou também assessoria e esteve em diversos festivais de cinema ao redor do mundo. Ver www.palmares.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=430, acesso em 1/8/2007.

176 A Central Intelligence Agency (CIA) é a agência de inteligência do governo norte-americano.

177 O primeiro volume da série Cadernos Negros foi publicado em 1978, em formato de bolso, com 52 páginas. Reunia trabalhos de oito poetas, que dividiram os custos do livro: Eduardo de Oliveira, Oswaldo de Camargo, Jamu Minka, Ângela Galvão, Henrique Cunha Jr., Célia Aparecida Ferreira, Hugo Ferreira e Cuti (Luiz Silva). Desde então foram lançados 29

volumes, um por ano, alternando poemas e contos de estilos diversos com contribuições de escritores de vários estados do Brasil. Ver www.quilombhoje.com.br/cadernosnegros/historicocadernosnegros.htm e www.luizcuti.silva.nom.br/poecri.htm, acesso em 1/8/2007.

178 Ismael Ivo, coreógrafo e bailarino nascido em São Paulo, trabalhou com Alvin Ailey em Nova York no início dos anos 1980 e vive na Alemanha desde 1985. Foi diretor de dança do Teatro Nacional de Weimar de 1996 a 2000. Ver Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.), www.magazine-deutschland.de/magazin/LA-Kreative_5-04_POR_P.php, http://www.theaterlabor.de/360o_Festival/Programm05/Ismael_Ivo/ismael_ivo.html e <http://www.culturebase.net/artist.php?540>, acesso em 1/8/2007.

179 Hugo Ferreira, advogado e poeta negro, foi membro do Cecan na década de 1970 e criou, juntamente com Cuti, a publicação Cadernos Negros. Oswaldo de Camargo (1936), escritor e poeta, publicou, entre outros, Um homem tenta ser anjo (1959), 15 poemas negros (1961) e O negro escrito (1987). Foi também fundador do Quilombhoje, em 1980. Jamu Minka é jornalista e participou de vários projetos político-culturais que atingiam a juventude negra paulistana durante a década de 1970, como os jornais Versus e Jornegro. Foi também um dos fundadores da série Cadernos Negros, militante do Cecan e mais tarde do Quilombhoje. Abelardo Rodrigues (1952), escritor e poeta negro, também é um dos fundadores do Quilombhoje. Publicou, entre outros, Memórias da noite (1978). Ver www.usp.br/nce/africabrasil/paginas/presenca, www.quilombhoje.com.br/calendario/calendario.htm, <http://brazilianmusic.com/aabc/literature/palmares/abelardo.html>, www.luizcuti.silva.nom.br/poecri.htm, acesso em 1/8/2007, e Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.).

180 O movimento literário Quilombhoje foi fundado em São Paulo, em 1980, por um grupo de escritores negros: Oswaldo de Camargo, Cuti (Luiz Silva), Paulo Colina, Abelardo Rodrigues e Mário Jorge Lescano. Seus objetivos eram discutir e aprofundar a experiência afro-brasileira na literatura. Em 1982 tornou-se responsável pela publicação dos Cadernos Negros. Com o passar do tempo e com a saída dos outros quatro fundadores, Cuti permaneceu associado aos que foram se integrando paulatinamente ao grupo: Sônia Fátima da Conceição, Jamu Minka, Oubi

Inaê Kibuko, Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Márcio Barbosa, Vera Lúcia Alves e José Abílio Ferreira. Ver Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.), www.luizcuti.silva.nom.br/poecri.htm e www.quilombhoje.com.br, acesso em 1/8/2007.

181 Em 7 de julho de 1978 foi realizado o ato público de lançamento do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR) nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo.

182 Trata-se do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (Ibea), fundado em 1975 pelo jornalista e historiador Clóvis Moura. Wilson Roberto Prudente foi militante em entidades do movimento negro de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde atuou no projeto SOS Racismo do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), em 1987. Mestre em sociologia e direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a dissertação Igualdade jurídica e pensamento racial, defendida em 2002, atualmente é procurador do Ministério Público do Trabalho, órgão do Ministério Público da União, e trabalha na Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, no Rio de Janeiro. Celso Luiz Prudente, seu irmão, é antropólogo, doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (Neinb) da mesma universidade. É autor, entre outros, de Mão negras: antropologia da arte negra (São Paulo, Editora Panorama, 2003). Ver www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=17918, www.uff.br/ppgsd/disertacoes2002.html e www.unb.br/acs/unbagencia/ag0206-28.htm, acesso em 1/8/2007.

183 Adalberto Camargo (1923), político e empresário, foi diretor de várias empresas em São Paulo, entre elas a Táxi Amarelinho S.A. Em 1968 fundou a Câmara de Comércio Afro-Brasileira, com a finalidade de estimular o comércio entre o Brasil e os países do continente africano. Foi o primeiro negro a se eleger deputado federal por São Paulo, em 1966, assumindo a cadeira em janeiro do ano seguinte. Reeleito três vezes, permaneceu ao todo quatro legislaturas na Câmara, de 1967 a 1983. Casou-se com Ester Lobo Camargo, com quem teve dois filhos. Provavelmente foi representado nessa reunião por seu filho mais velho, Adalberto Camargo Júnior, que anos depois integrou a Coordenadoria Especial do Negro da Prefeitura de São Paulo durante o governo de Celso Pitta (1997-2000). Ver DHBB; Ivo de Santana. “Relações econômicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-

Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano.” (Estudos Afro-Asiáticos, v. 25, n. 3, Rio de Janeiro, 2003), disponível em www.scielo.br e <http://www.al.sp.gov.br/portal/geral/comissoes/ata.jsp?idAta=266&comissao=8508&legislatura=14>, acesso em 1/8/2007.

184 “Afro-Latino-América” era o nome da coluna de responsabilidade de Hamilton Cardoso publicada no jornal Versus, na época vinculado à Convergência Socialista. Hamilton Cardoso também pertencia ao Núcleo Negro Socialista.

185 A discriminação de quatro negros pelo Clube de Regatas Tietê foi comentada pelo nº 23 do jornal Versus, edição de julho/agosto de 1978, p. 33: “Os quatro meninos atletas negros chegaram à porta do Clube de Regatas Tietê. Há muito esperavam para serem considerados militantes do clube, um dos melhores de São Paulo. Por que o negro não pode querer o melhor? Só porque nasceu na miséria? Muitos garotos praticam esportes no Clube Tietê. Garotos brancos. Ao chegar, o porteiro explicou que não poderiam entrar. Um deles burlou o porteiro e chamou um dos técnicos, que os mandou entrar. O diretor do clube chamou o técnico para lhe explicar que os garotos não poderiam ser aprovados porque eram negros. Os técnicos, os atletas protestaram. (...) Um dos diretores do Clube explicou: ‘Se deixo um negro entrar na piscina, cem brancos saem imediatamente’ ...”

186 Com a desincompatibilização de Erasmo Dias do cargo de secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo para concorrer a uma cadeira de deputado federal por São Paulo nas eleições de 1978, a Secretaria foi ocupada por Énio Viegas Monteiro de Lima, entre março e novembro de 1978. Ver Síntese da ação governamental. Governo Paulo Egydio Martins — 1975/1979 (s.l., s.d.).

187 O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em 11 de novembro de 1975.

188 Elisa Larkin Nascimento, escritora e cientista social nascida nos Estados Unidos, é mestre em direito e em ciências sociais pela Universidade do Estado de Nova York e doutora em psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). É cofundadora, com seu marido, Abdias Nascimento, do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), em 1981. Entre suas obras destacam-se Pan-africanismo na América do Sul (Petrópolis,

Vozes, 1981), Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira (Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997) e O sortilégio da cor. Identidade, raça e gênero no Brasil (São Paulo, Summus, 2003).

189 Maria Inês da Silva Barbosa, nascida em São Paulo, foi militante do Cecan na década de 1970. Graduada em serviço social pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (1976), mestre em serviço social pela PUC de São Paulo (1992) e doutora em saúde pública pela USP, com a tese Racismo e saúde (1998), é professora do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso e subsecretária de Ações Afirmativas da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), órgão vinculado à Presidência da República. Ver www.presidencia.gov.br/seppir e www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 2/8/2007.

190 Vera Mara Bragança Teixeira foi militante da Sinba em meados dos anos 1970. Formada em canto pelo Conservatório Brasileiro de Música, após iniciar sua carreira como cantora no Brasil e se apresentar em diversos países, como Suíça, Áustria e Turquia, passou a fazer apresentações com o irmão e pianista Cidinho Teixeira, com quem foi para os Estados Unidos em 1984. Desde então apresentou-se em importantes espaços de jazz, como o bar Blue Note, o S.O.B's, o Tavern on the Green e o Lincoln Center, e tornou-se uma cantora respeitada no cenário da música brasileira em Nova York, onde vive atualmente. Ver www.cantaloupeproductions.com/veramara/index.html, acesso em 2/8/2007.

191 A Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), de orientação marxista, foi fundada em 1962, sob a liderança de Eduardo Mondlane.

192 Refere-se à Carta de Princípios do MNU publicada em 1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo, livro de autoria do Movimento Negro Unificado (São Paulo, Confraria do Livro, 1988), pp. 18-19, cuja cópia estava entre o material consultado durante a entrevista.

193 Diz a Carta de Princípios do MNU: “Nós, membros da população negra brasileira — entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça —, reunidos em Assembleia Geral, CONVENCIDOS da existência de: discriminação racial; marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro;

péssimas condições de vida; desemprego; subemprego; discriminação na admissão de empregos e perseguição racial no trabalho; condições subumanas de vida dos presidiários; permanente repressão, perseguição e violência policial; exploração sexual, econômica e social da mulher negra; abandono e mau tratamento dos menores, negros em sua maioria; colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura; mito da democracia racial, RESOLVEMOS juntar nossas forças e lutar pela defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de: maiores oportunidades de emprego; melhor assistência à saúde, à educação e à habitação; reavaliação do papel do negro na história do Brasil; valorização da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção; extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos; liberdade de organização e de expressão do povo negro, E CONSIDERANDO ENFIM QUE: nossa luta de libertação deve ser somente dirigida por nós; queremos uma nova sociedade onde todos realmente participem; como não estamos isolados do restante da sociedade brasileira, NOS SOLIDARIZAMOS: com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira que vise a real conquista de seus direitos políticos, econômicos e sociais; com a luta internacional do racismo. POR UMA AUTÊNTICA DEMOCRACIA RACIAL! PELA LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO!" (In: Movimento Negro Unificado. 1978-1988. 10 anos de luta contra o racismo. São Paulo, Confraria do Livro, 1988, pp. 18-9.)

194 Carlos Alfredo Hasenbalg, nascido na Argentina, é licenciado em sociologia pela Universidade de Buenos Aires (1965) e doutor em sociologia pela Universidade da Califórnia, em Berkeley (1978). É professor titular do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) da Universidade Cândido Mendes. Entre suas obras destacam-se: Discriminação e desigualdades raciais no Brasil (Rio de Janeiro, Graal, 1979) e Estrutura social, mobilidade e raça (com Nelson do Valle Silva, São Paulo, Vértice, 1988).

195 O Instituto Goethe de Salvador foi inaugurado em 1962 e em 1970 passou a ser dirigido por Roland Schaffner. Ver Dilson Rodrigues Midlej. "Adam Firnekaes e Juarez Paraiso: duas faces da abstração na Bahia." Revista Ohun. Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA. Ano 2, nº 2, outubro 2005

[\(http://www.revistaohun.ufba.br/html/firnekaes_paraiso.html\), acesso em 18/8/2007.](http://www.revistaohun.ufba.br/html/firnekaes_paraiso.html)

[196 Paulo Roberto dos Santos, formado em letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi presidente do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras \(IPCN\) entre 1982 e 1985. Em 2006 era presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Negro \(Cedine\), órgão da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro.](#)

[197 Emilson André Jacinto, já falecido, foi um dos fundadores do Grupo Negro da PUC \(1979\) e da Soweto Organização Negra \(1991\), em São Paulo. Ver \[www.soweto.com.br\]\(http://www.soweto.com.br\), acesso em 18/7/2007.](#)

[198 O Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros \(Ipeafro\) foi criado em 1981, por Abdias Nascimento, na PUC de São Paulo, com o objetivo, expresso em seu estatuto, de “cooperar com a população de descendência africana na recuperação de sua história, e na manutenção e expansão de seus valores culturais de origem e do respeito à sua integridade e dignidade étnicas”. Ver \[www.ipeafro.org.br\]\(http://www.ipeafro.org.br\), acesso em 4/8/2007.](#)

[199 Durante o período que ficou conhecido como de Abertura política, nos governos dos generais Ernesto Geisel \(1974-1979\) e João Figueiredo \(1979-1985\), bancas de jornais que vendiam periódicos da imprensa alternativa sofriam ataques a bomba executados por grupos extremistas contrários ao processo de transição para a democracia. Tratava-se de ações do mesmo teor que os ataques a prédios de jornais da oposição, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, à sede da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio — este último resultando na morte da secretária Lyda Monteiro, em agosto 1980 — e ao Riocentro, em 1º de maio de 1981.](#)

[200 Abdias Nascimento. O genocídio do negro brasileiro \(Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978\).](#)

[201 O antropólogo Romeu Sabará da Silva foi professor na Universidade Federal de Minas Gerais entre 1970 e 1996. Em 1997 doutorou-se em antropologia social na Universidade de São Paulo, com a tese “Comunidade negra dos Arturos e o drama do campesinato negro brasileiro”. Ver \[www.cnpq.br\]\(http://www.cnpq.br\), “Plataforma Lattes”, acesso em 5/8/2007.](#)

[202 Fafich é a sigla para Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da](#)

Universidade Federal de Minas Gerais.

203 O casal de advogados Lucimar Brasil da Silva e Maria Lúcia de Oliveira Brasil, dois dos fundadores do Movimento Negro Unificado em Belo Horizonte, foi homenageado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais no dia 19 de novembro de 2004, em função das comemorações pelo Dia Nacional da Consciência Negra. Ver http://www.almg.gov.br/dia/A_2004/11/L251104.htm, acesso em 4/8/2007.

204 O ressurgimento do movimento operário, ainda no período da ditadura militar, ocorreu a partir do segundo semestre de 1977, através da campanha pela reposição salarial lançada pelos sindicatos metalúrgicos do ABC paulista, a região das cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano. Esse movimento culminou com a deflagração da primeira greve, em 12 de maio de 1978, quando dois mil operários da empresa Saab-Scania, de São Bernardo, compareceram mas não trabalharam, na tentativa de “negociar com as máquinas paradas”. Foram seguidos por trabalhadores da Ford e da Mercedes-Benz e, em menos de quatro dias, o movimento já atingia setores da Volkswagen. O movimento se espalhou e atingiu, no mês seguinte, empresas nas cidades de São Paulo e Osasco. Durante as greves de maio e junho de 1978, mais de quinhentos mil trabalhadores urbanos foram mobilizados na área do ABC, em São Paulo e em Osasco, principal núcleo de desenvolvimento industrial do país. Ver DHBB.

205 A Lei nº 6.683, conhecida como Lei da Anistia, de 28 de agosto de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro do mesmo ano, concedeu anistia a todos os que cometiveram crimes políticos ou conexos entre 1961 e 1979. Com a Anistia, os exilados políticos foram pouco a pouco retornando ao país, mas o último preso político só seria libertado em outubro de 1980. Ver DHBB e www.senado.gov.br, “Legislação”.

206 As eleições legislativas de 15 de novembro de 1978 representaram um aumento significativo da oposição ao regime militar. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que agregava essa oposição, saiu vencedor no quantitativo de votos para o Senado, com 17 milhões de votos, contra 13 milhões do partido da situação, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Na votação para a Câmara Federal, o MDB perdeu para a Arena, mas por uma pequena margem — 14,8 milhões para 15 milhões de votos. Ver www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/003/Alves_e_Baptista_pp29-52.pdf,

acesso em 17/7/2007.

207 Florestan Fernandes. A integração do negro na sociedade de classes (São Paulo, Editora Nacional, 1965).

208 A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) foi criada em 12 de fevereiro de 1979, como entidade da sociedade civil de natureza pública, com o objetivo de constituir um espaço político de denúncia contra o arbítrio e a violência. Ver www.smdh.org.br, acesso em 4/8/2007.

209 Em junho de 1979, em um encontro promovido por Leonel Brizola ainda no exílio, foi elaborada a Carta de Lisboa, documento que continha as bases programáticas do partido trabalhista que Brizola pretendia fundar no Brasil. Com o fim do bipartidarismo e a instituição do pluripartidarismo, em 29 de novembro de 1979, e já de volta ao Brasil, beneficiado pela Lei da Anistia, Brizola disputou na Justiça Eleitoral com Ivete Vargas o direito ao uso da sigla PTB para nomear o novo partido. A batalha jurídica estendeu-se até maio de 1980, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que a legenda caberia ao grupo de Ivete Vargas. Brizola e seus aliados optaram então pelo nome Partido Democrático Trabalhista (PDT), que foi fundado em 16 de setembro de 1980. Ver DHBB.

210 Luiz Alves Ferreira é um dos entrevistados deste livro; para informações biográficas, ver o quadro de entrevistados.

211 Os jornalistas Neiva Moreira e Beatriz Bissio, uruguaia radicada no Brasil desde 1980, fundaram a revista Cadernos do Terceiro Mundo na Argentina em 1974. Fugindo do regime ditatorial instalado naquele país, refugiaram-se no México em 1976, onde viveram por quase quatro anos e de onde partiam para várias viagens à África e ao Oriente Médio durante as décadas de 1970 e 1980. Em 1975, Neiva e Beatriz, que foram casados até o ano de 2001, acompanharam o conturbado processo de independência de Angola e Moçambique, onde fizeram entrevistas, entre outros, com Agostinho Neto e Samora Machel. Essas e outras entrevistas foram publicadas no Brasil nos Cadernos do Terceiro Mundo e contribuíram para a circulação de referenciais sobre a África entre os militantes do movimento negro contemporâneo. Ver www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=10752, acesso em 5/8/2007.

212 O poeta e escritor negro José Nascimento Moraes Filho (1922) foi fundador, ainda jovem, do Centro Cultural Gonçalves Dias, na década de 1940. No início dos anos 1980, deflagrou o movimento ecológico no Maranhão, com a criação do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís. Publicou, entre outros, Clamor da hora presente (1955) e Esfinge do azul (1972). Ver www.guesaerrante.com.br/2005/11/28/Pagina63.htm, acesso em 4/8/2007. A médica negra Maria José Aragão (1910-1991) foi uma importante liderança do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Maranhão e também do Partido Democrático Trabalhista (PDT). O Memorial Maria Aragão, espaço público aberto em São Luís, comporta mais de 15.000 pessoas. O projeto foi assinado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, em 1998. Ver www.saoluis.ma.gov.br/cultura/conteudo.aspx?idConteudo=418 e <http://www.niemeyer.org.br/OscarNiemeyer/biografia2.htm>, acesso em 5/8/2007.

213 A Escola Estadual Professora Laura Dantas está localizada na cidade de Maceió, Alagoas.

214 Zezito Araújo (1952), formado em história pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), participou de várias entidades negras, entre elas a Associação Cultural Zumbi, da qual foi fundador em 1981, e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Ufal, que dirigiu de 1983 a 1991. Durante o segundo mandato do governo Ronaldo Lessa (2002-2006) em Alagoas, assumiu a Secretaria Executiva de Defesa e Proteção das Minorias do Estado de Alagoas. Ver www.sedem.al.gov.br/index.php?sec=secretario, acesso em 11/4/2007.

215 O Memorial Zumbi foi fundado em 20 de novembro de 1980 na Serra da Barriga, em Alagoas, com o objetivo de ser um ponto de encontro de entidades negras e de centros de documentação e pesquisa da história dos movimentos negros no Brasil. Outra proposta do Memorial Zumbi foi reivindicar a preservação das terras onde se localizou o quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga. Ver Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.)

216 O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) foi criado em 1981 como órgão suplementar da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), vinculado ao gabinete do reitor. Ver www.nucleo.ufal.br/neab/historico.htm, acesso em 10/4/2007.

217 Carlos Benedito Rodrigues da Silva (Carlão), antropólogo, militante do movimento negro e doutor em ciências sociais pela PUC de São Paulo, é professor da Universidade Federal do Maranhão desde 1981. Ver www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 5/8/2007. Maria Nele dos Santos, mestre em história pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi professora do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe durante a década de 1980. Atualmente é professora da Universidade Tiradentes (Unit) em Aracaju. Ver www.ufs.br/departamentos/dhi/historico.htm e www.unit.br/universidade_graduacao_historia.asp, acesso em 19/8/2007.

218 Gilberto de Melo Freyre (1900-1987), sociólogo, escritor e antropólogo, mestre em ciências políticas, jurídicas e sociais e doutor em letras pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, foi um dos escritores brasileiros mais conhecidos no mundo inteiro. Recebeu vários prêmios e o título de doutor honoris causa em várias universidades de diversos países e ocupou cargos no governo federal e em órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, onde foi consultor da comissão sobre relações entre raças na União Sul-Africana, em 1954. Foi eleito deputado federal por Pernambuco nas eleições de 1945, exercendo o mandato entre 1946 e 1951. Em sua obra, destaca-se Casa-grande & senzala, de 1933, com 18 edições e traduções para o inglês, o francês, o espanhol, o alemão e o italiano. O livro é considerado por muitos intelectuais como um dos mais importantes das ciências sociais no Brasil do século XX. Embora Casa-grande & senzala não contenha o termo “democracia racial”, e sim a palavra “confraternização”, quando Freyre se refere às relações entre as raças no país, o livro tornou-se um dos maiores símbolos da ideia de democracia racial no Brasil. Essa ideia induz à crença de que as relações de raça no Brasil seriam harmoniosas e que a miscigenação seria uma espécie de contribuição brasileira à civilização do planeta. Vários autores afirmam que o movimento negro contemporâneo constituiu-se justamente no enfrentamento do hoje chamado “mito da democracia racial”. Ver DHBB; Joel Rufino dos Santos. “O Movimento Negro e a crise brasileira”. In: Política e Administração (v. 2. jul-set de 1985); Sérgio Costa. Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo (Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006) e Amauri Mendes Pereira. Trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro (Rio de Janeiro, Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional da Alerj, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro,

2005).

219 A Fundação Joaquim Nabuco foi criada a partir de um projeto de lei do então deputado federal Gilberto Freyre, que resultou na Lei nº 770, de 21 de julho de 1949, que criou o “Instituto Joaquim Nabuco”, na cidade de Recife, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde. Mais tarde, a Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979, transformou o Instituto na Fundação Joaquim Nabuco. Ver www.fundaj.gov.br, acesso em 5/8/2007.

220 O Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964, era um sistema de financiamento de casas próprias para famílias de baixa renda. Ver www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/habitacao/casa_propria.html, acesso em 24/4/2007.

221 Flavinho é Flávio Jorge Rodrigues da Silva, um dos entrevistados deste livro.

222 A entidade Nzinga Coletivo de Mulheres Negras foi criada por Lélia Gonzalez na cidade do Rio de Janeiro em 1983.

223 O Conselho Estadual da Condição Feminina foi criado em São Paulo, pelo Decreto nº 20.892 de 4 de abril de 1983. André Franco Montoro (1916-1999) foi governador de São Paulo de 1983 a 1987, na legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ver DHBB.

224 Sueli Carneiro. A mulher negra brasileira na década da mulher (São Paulo, Nobel, 1985).

225 Zuleika Alambert (1922), escritora e militante feminista, formada em ciências contábeis, fez parte do grupo de estudos para a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, órgão do qual foi presidente (1986-1987), coordenadora da Comissão de Educação, Cultura e Meio Ambiente (1994-1996), e vice-presidente (1995). Ver www.bahai.org.br/premio/premio97biografias.asp#ZULEIKA, acesso em 18/8/2007.

FORMAS DE AÇÃO

ESTRATÉGIAS INICIAIS

Carlos Alberto Medeiros

Uma das primeiras atividades que o IPCN fez, ainda em 1975, foi passar um audiovisual com slides e textos gravados, intitulado Passado africano, que eu produzi e era sobre os impérios africanos do Sudão Ocidental. Isso foi feito muito em cima de um material, de coisas que eu recebi dos Estados Unidos sobre o Reino de Gana, o Império de Mali e Songai. E foi um negócio que eu passei em muitos lugares e que puxava a discussão. O Paulo Roberto dos Santos chamava minha palestra de “Da melanina ao século XXI”! Porque eu vinha desde a coisa do surgimento da humanidade, o fato de a humanidade ter surgido na África, de os primeiros seres humanos precisarem da melanina como proteção contra os raios de sol, por causa do grau de insolação daquela região, como é que as outras, chamadas, raças aparecem, o processo de síntese da vitamina D... Eu vinha dessa história toda até discutir questões atuais e usava o audiovisual como um chamariz. Era bem-feito, tinha uma música bonita, e funcionou bem durante bastante tempo.

Em 1975 eu estava trabalhando numa gravadora chamada Tape Spot, que fazia spots e jingles. Spot é aquele comercial que é só falado, e o jingle é o que tem música. Então, eu fazia textos para spots e fazia letras de música para jingles também. Era uma gravadora cujos donos eram o maestro Cipó, o Jorge Abicalil, que é um cara de publicidade espertíssimo, e a Zezé Gonzaga, aquela cantora que ainda é viva. Foi uma experiência muito interessante. E lá eu tinha um ambiente também muito propício, a gente não tinha muito trabalho. Às vezes, num dia, a gente fazia dez jingles, porque eles tinham lá muitos registros, muita fita, coisa gravada que se adaptava. Uma coisa que tinha sido feita para o Norte, mudava um pouco a letra e fazia para o Sul etc. Mas às vezes passava-se o dia sem fazer nada. E tinha lá todo o equipamento de slides. Aí eu pude fazer o audiovisual, gravar em estúdio, botar música com os técnicos, uns caras legais que curtiam fazer a coisa comigo. Então foi um pouco por causa disso.

Nós passamos esse audiovisual já em julho de 1975 na cinemateca do MAM.²²⁶ Saiu no Caderno B do Jornal do Brasil e encheu. Era uma programação cultural: passar um audiovisual na cinemateca do MAM tem

mídia. Talvez a própria cinemateca tenha anunciado. O Milton Gonçalves participou desse debate e a cinemateca estava apinhada de gente. Quando terminou: “Então, agora vamos falar sobre o trabalho.” Eu é que ia falar. Umas trezentas pessoas... Não ia chegar lá e gaguejar. Sou um cara tímido, mas tenho facilidade de fazer isso, o que é um negócio meio paradoxal. E aí comecei e descobri uma outra veia. Eu passei a ser um palestrante independente, porque não tenho vínculo. As instituições são importantes, mas eu não tenho a menor disposição para aquelas brigas internas. Então percebi que isso eu podia fazer sozinho e colaborar com todas. Qualquer instituição me chamava. Eu me lembro de pegar ônibus para fazer uma palestra lá em Acari, numa escola do lado de um riacho fedorento, do mesmo jeito que ia à PUC, a qualquer lugar.

Oliveira Silveira

O primeiro ato público que fizemos em 1971 contou com menos de 20 pessoas. No ano seguinte, a forma que nós encontramos foi publicar uma matéria no jornal Zero Hora. Eu entrei em contato com o redator, Juarez Fonseca, que é branco, e ele acolheu a ideia. Então preparei o material quase todo, porque parte dele foi um manifesto elaborado pela coordenadora do Grupo Palmares naquela ocasião, que era a Helena Vitória dos Santos Machado. Tinha inclusive um conto meu, um poema do Solano Trindade, e ocupou sete páginas da revista Zero Hora, que era um suplemento do jornal. Saiu no dia 19 de novembro de 1972, com capa elaborada por uma artista plástica que era ilustradora do jornal, Maria Lídia Magliani, que também ilustrou um conto meu, o que encerrou essa matéria toda, chamado “Zumbi no morro”. Fizemos um histórico de Palmares, em que eu aproveitei bastante o livro de Décio Freitas, que ainda não era Palmares: a guerra dos escravos, mas Palmares: la guerilla negra, que ele tinha publicado no Uruguai e ainda não estava publicado em português. E era uma novidade também para nós o livro, de modo que foi ótimo poder aproveitar aquele trabalho de grande peso desse historiador gaúcho Décio Freitas, que inclusive assistiu à nossa primeira manifestação do ano anterior, no dia 20 de novembro de 1971.

Foi um caso muito curioso e muito interessante, porque nós tínhamos feito todo um trabalho de pesquisa sobre Palmares. Eu até tinha escrito um artigo chamado “A epopeia dos Palmares”, que saiu no jornal Correio do Povo no dia 21 de novembro de 1971, que era domingo. Às vezes a gente entregava a matéria no meio da semana para sair no domingo, porque tinha cadernos especiais. E a matéria saiu com toda uma bibliografia citada que não incluía o Décio Freitas, porque a gente não o conhecia. Ele ficou sendo conhecido do Grupo naquele ato de 20 de novembro de 1971. Porque ele viu no jornal a divulgação do evento, compareceu e assistiu, mas sem se identificar, porque não era interesse dele, já que estava voltando do exílio no Uruguai, e não queria aparecer. Deve ter sido muito doloroso para um grande historiador ficar acompanhando aquele trabalho ali de um grupo de negros desconhecidos, falando sobre aquela matéria que ele conhecia bastante. Mas foi o que nós fizemos.

No outro ano, 1973, fizemos um show musical intitulado Do carnaval ao quilombo, no teatro hoje conhecido como Teatro de Câmara Túlio Piva, que é da Prefeitura Municipal. Além do show, havia uma palestra do Décio Freitas, que foi nosso convidado, e uma exposição de três pintores negros: Magliani, que eu citei; Paulo Chimendes, que é meu conterrâneo de Rosário do Sul, e J. Altair, um artista plástico que eu creio que é de Porto Alegre. Então foi essa a forma de celebrar o 20 de Novembro, em 1973.

Em 1974 nós não tínhamos muita possibilidade de fazer alguma coisa, então decidimos fazer um manifesto. Como o Jornal do Brasil tinha nos entrevistado em maio de 1973 a respeito dessa questão, numa reportagem de Alexandre Garcia — o mesmo da Rede Globo, que é gaúcho de Cachoeira do Sul e trabalhava na sucursal do Jornal do Brasil —, então nós o procuramos para ver a possibilidade de publicar esse manifesto. E ele publicou no Jornal do Brasil, assinando inclusive, porque fez uma redação em que ia passando o conteúdo do manifesto. E, junto a esse trabalho, nós colocamos uma sinopse do que foi o quilombo dos Palmares. O importante no manifesto também foi que o Grupo Palmares sugeriu expressamente a revisão dos livros didáticos quanto à história do negro e indicou bibliografia: Décio Freitas, Édison Carneiro, Ernesto Ennes, não sei se o Clóvis Moura também — creio que sim. É isso que está acontecendo agora com a Lei 10.639.²²⁷ E o Grupo Palmares também não foi o primeiro. Porque antes disso tinha outros grupos que colocavam essa questão muito bem. Podemos citar o Teatro Experimental do Negro, através do jornal Quilombo, iniciativas de cursos na UNE...²²⁸ A própria Frente Negra Brasileira tinha se preocupado com isso, criando escolas de alfabetização, de madureza, de preparação para concursos, essas coisas. Era uma preocupação muito antiga, que também aparecia no jornal O Exemplo, de Porto Alegre, que foi um jornal criado em 1892 que durou até 1930, com interrupções.²²⁹ O grupo desse jornal também tinha essa preocupação com a instrução, como diziam, com o acesso ao ensino.

A divulgação da nossa reivindicação pelo 20 de Novembro sempre aconteceu, primeiro, por jornal e, depois também, por rádio e televisão — e aí a gente ressalta a importância dos aliados nesse meio jornalístico. Desse modo, a partir especialmente de 1973, 74, ela começa a ganhar visibilidade nacional. Em 1975 já surge em São Paulo a Semana do Negro, pelo Grupo de Teatro Evolução de Campinas,²³⁰ e depois, em 1976, há um registro da II Semana do Negro em Campinas e de uma “Semana do negro de Zumbi”,

não sei qual é o título, em São Paulo, pelo Cecan, Centro de Cultura e Arte Negra. No Rio de Janeiro também, porque em 1975 o Carlos Alberto Medeiros e o Orlando Fernandes estiveram aqui e nos procuraram em função disso. Eles eram do IPCN, que tinha sido fundado naquele ano. O Carlos Alberto era o “relações públicas” da entidade. E trouxeram também um material audiovisual, que parece que usaram aqui.

Frei David

Sempre que eu tocava na questão do negro com uma pessoa negra, a primeira coisa que ela fazia era recusar a ideia. Então, eu procurava formas indiretas, procurava trabalhar outros dramas. Por exemplo: os desempregados. Através do drama número um para ele, naquele momento desempregado, a gente discutia e, em seguida, uma vez que ele desocupava a mente daquela questão número um, a gente colocava a questão número dois. Puxava o assunto do negro depois de criar um laço de amizade e de confiança com a minha pessoa. O mesmo caso com os desabrigados e outros grupos. Para puxar o assunto do negro nós projetávamos slides sobre a história do negro no Brasil, dando a eles consciência histórica, porque entendíamos que a consciência histórica é o primeiro passo para o despertar de consciência. Quem produziu esses slides fomos nós, uma equipe grande, com a assessoria do Ibase, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, que tinha sido fundado em 1981 pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.²³¹ O nome do slide era “A história que não foi contada”. O segundo slide chamava-se “A vida renasce da luta”. O Betinho realmente foi alguém chave. Ele tinha uma consciência racial muito madura, criou uma equipe de pessoas negras e fez uma linha de financiamento do Ibase para um projeto voltado para a questão da negritude. E ele contratou uma universitária recém-formada chamada Wânia Sant’Anna, que foi a coordenadora desse projeto.²³²

O Betinho fez parte da nossa vida, do nosso despertar. Nós éramos amigos e ele foi corresponsável por outra grande enrascada, outro grande conflito em que me meti com prazer. Foi no ano de 1983, eu acho, em que nós organizamos o primeiro encontro de religiosos, seminaristas e padres negros. Esse encontro foi organizado aqui no Rio de Janeiro, em um grande colégio de freiras, Colégio Assunção, que tem ali na rua Almirante Alexandrino. Organizamos esse encontro com uma grande divulgação dentro do mundo católico. E naquele tempo era cardeal do Rio de Janeiro dom Eugênio Sales, um cardeal superconservador.²³³ Ao saber que estava sendo organizado o encontro, ele proibiu que fosse realizado, mandou fechar tudo e ponto final. Aí eu mandei uma carta falando para ele que estava em jogo um drama de consciência: eu não sabia se obedecia à voz de

Deus, que estava em meu coração, ou se à voz dele e à autoridade eclesiástica. E a minha tendência era respeitar a voz de Deus. E pedi a ele que retirasse a proibição porque eu não conseguiria dizer não para Deus, e iria fazer o encontro. Ele me achou atrevido e mandou meu superior me punir.

Meu superior ficou confuso e eu então reuni a comissão organizadora. O encontro estava sob a organização da Conferência dos Religiosos do Brasil, CRB, e propus à comissão que a gente se desligasse, para libertar a CRB, para ela não ser responsável e não ter que ser punida por causa de nós.²³⁴ Foi outra estratégia. Então mandamos uma carta para a CRB nos desligando. Esse grupo, portanto, de dez pessoas que estava organizando esse encontro, se declarava autônomo e fazia esse encontro por conta própria. E mandamos uma carta para o cardeal dom Eugênio comunicando que estávamos nos desligando da CRB e que, se ele era contra o encontro, deveria punir a nós, que o encontro ia acontecer e que nós achávamos que Deus tinha mais autoridade do que ele no buscar a Justiça.

Foi algo desastroso, porque o homem nunca se sentiu tão agredido no poder dele — não na autoridade, isso é poder. O poder dele foi desafiado. Foi a pior coisa da história da vida dele, nunca ninguém tinha feito aquilo, e isso aí estourou na imprensa. E aí entrou o Betinho. O Betinho foi quem nos ajudou a discernir esse problema, porque nós estávamos em crise, e ele deixou claro: “Frei David, há uma história sua de luta. Tem uma coerência. Você não entrou nessa porque você quis. Toda uma situação histórica está te jogando nessa direção. Se você agora ouvir a voz do poder, você estará traindo sua consciência. Quem te deu essa consciência foi Deus. Essa consciência você não comprou no supermercado, foi Deus que deu. Portanto, irmão, você tem um saber que não veio com a Igreja, mas veio apesar da Igreja. Lembre-se, frei: a Igreja é racista.” E ele foi por aí. Conclusão: decidimos que ele estava com razão, a assessoria dele foi boa, me ajudou a sair do muro e a discernir, e criamos a estratégia de fazer o encontro.

Amauri Mendes Pereira

Nós conseguimos o primeiro financiamento no início da década de 1980. Acho que ninguém nunca tinha conseguido financiamento, a não ser para a compra da sede do IPCN. Nós conseguimos um dinheiro com o Betinho, do Ibábase, para fazer uma pesquisa: “História do negro no Brasil”. O título do projeto era “Três momentos do movimento negro”. O Betinho conseguiu um financiamento para a gente lá do Canadá e depois de alguém da Holanda. Foi assim: uma amiga nossa, economista, trabalhava no IBGE e tinha estudado na Inglaterra. O pai dela era um negro importante no Espírito Santo, ele era da Igreja Metodista, um cara importante na hierarquia, e que tinha sido presidente do Instituto Superior de Estudos da Religião, Iser. Ela tinha um certo trânsito nesse meio e chegou para nós e disse: “O Betinho do Ibábase está vindo e ele quer conversar com a gente.” O Betinho era um cara famoso, tinha feito a luta armada e tinha toda uma áurea em torno dele. Dissemos: “Vamos lá. Para nós, é ótimo, temos o maior respeito pelo Betinho.”

E, realmente, o Betinho era um doce de pessoa. A gente sempre se reunia com o Betinho, o Carlos Afonso e o Marcos Arruda.²³⁵ Eles queriam saber o que era o movimento negro. A gente contava e falava: “Queremos isso, queremos aquilo, vamos fazer, vamos acontecer...” Aí o Betinho falava: “Vem para cá, vamos montar isso juntos aqui.” A gente dizia: “Não. Nós temos que ter independência.” Eu já tinha recusado ir para o Afro-Asiático, porque o Victor Vockerodt insistiu comigo para eu ir para lá, e eu disse: “Não, temos que ter independência no movimento negro. Não posso estar filiado a lugar nenhum.”²³⁶ Eu lembro que o Victor ainda disse assim: “Tudo bem. Mas quem é que paga o seu aluguel?” Na época eu até criei essa frase: “Não tem problema. Tudo por conta de Zumbi.” Coisas que a gente cria...

Yedo Ferreira

Em 1978, a gente já tinha um relacionamento com outras entidades. Por exemplo, com o Cecan, lá em São Paulo, com o IPCN, aqui no Rio de Janeiro, e outras entidades. Porque já tinham sido feitas manifestações, atos, e uma convidava a outra. O jornal Sinba tinha saído em 1977 e já existia esse intercâmbio. Mas antes, não. Esse período de 1971, 72, que era o início, a gente fazia intercâmbio através de parentes e pessoas que viajavam e que tinham conhecimento. Diziam: “Olha, tem tal negro ali.” Por exemplo, o Thierno Gueye era um senegalês, já falecido, que tinha ido para a Venezuela; da Venezuela, ele foi para a Argentina e, da Argentina, ele veio para o Brasil. Ele estava andando na avenida Nossa Senhora de Copacabana e deu de cara com o Lincoln Peixoto dos Santos, um negro também, que falava muito bem inglês.²³⁷ E o Gueye, que também falava inglês, disse: “Eu sou africano. Como é aqui no Brasil?” Aí começaram a conversar. O Lincoln imediatamente disse: “Nós temos grupos de negros que se reúnem.” Ele disse: “Onde?” “Tem lá no Renascença Clube, tem no Afro-Asiático, eu sou da Sinba...” Aí trouxe o Gueye para o nosso meio. Era assim que se fazia. Encontrava o outro no meio da rua e se identificava. Era a questão da visibilidade. Via o outro: “Vem cá, você é de movimento negro?” “Sou.” “Ah, legal!” Se ele dizia “Não, não sou”, a gente falava: “Tudo bem. Então deixa pra lá.”

Em 1977, por exemplo, eu e Amauri fomos levar o jornal Sinba para Brasília. O Gueye foi junto, porque ia aproveitar para ir até a embaixada do Senegal. O Amauri falou: “Vamos levar logo 1.500 jornais.” Ele tinha conseguido um contato aqui com um rapaz do soul, que falou: “Lá em Brasília tem o fulano de tal, do soul. Vão lá e entrem em contato com ele.” E deu todo o endereço para o Amauri. Só que o Amauri perdeu o endereço no meio do caminho. Aí chegamos em Brasília e não tinha lugar para a gente ir. O Gueye falou: “Vamos lá na embaixada.” Fomos na embaixada, conversamos com o embaixador, mas o problema era: onde nós íamos ficar? Evidentemente não dava para ficarmos na embaixada. Ainda mais naquele período. Aí pensamos: “Então vamos ficar lá na rodoviária.” Resolvemos ficar na rodoviária até aparecer um negro de movimento negro.

A gente não podia sair dali, porque eu tinha levado o dinheiro das minhas passagens de ida e volta, mas o Amauri e o Gueye só levaram o dinheiro da ida, porque o Amauri falou: “Lá a gente vende o jornal, pega o dinheiro e volta.” Eu falei: “Bom, ir embora e deixar vocês aqui também não fica bem. Então, vamos ficar nós três aqui na rodoviária até aparecer um negro aí para ver se tem um movimento negro. E esse meu dinheiro vai servir pelo menos para a gente comer alguma coisa aqui.” O dinheiro, que era para a minha passagem de volta, nós utilizamos para comer pastel com caldo de cana. Comemos tanto pastel com caldo de cana que eu até enjoei. Era o nosso almoço e o nosso jantar. O Gueye conseguiu a passagem para voltar lá na embaixada; eu e Amauri ficamos de quinta-feira até sábado à noite dormindo no banco da rodoviária.

Eu não tinha sono, ficava andando. De repente, eu olhei e estavam passando, mais ou menos, uns cinco ou seis negros. Duas moças e três rapazes. Eu falei: “Acho que eles devem ser do movimento negro.” E perguntei: “Vem cá, eu queria saber o seguinte: vocês conhecem alguém aqui das entidades de movimento negro?” Uma moça falou: “Conheço sim. Também participo!” Eu falei: “Ah, é? Porque nós estamos aqui, eu mais um companheiro, que está lá embaixo...” Estava o Amauri sentado, cochilando. Ela disse: “É mesmo?” Tinha um rapaz que era namorado dessa moça, que se chamava Faustino e era da Guiné-Bissau. Aí sentamos eu, ele e Amauri e ficamos lá conversando, todo mundo. Ele disse: “Mas vocês estão aqui há quanto tempo?” “Nós estamos aqui desde quinta-feira.” Ele falou: “Mas não é possível. Vocês dormiram onde?” “Dormimos aqui.” Aí ele perguntou se a gente queria ir para a Universidade de Brasília. O Amauri falou: “Yedo, vamos.” Eu falei: “Não, Amauri. Não vamos, não.” Tinha tido uma manifestação lá na universidade e a polícia tinha reprimido. Eu falei: “Se nós formos para lá, nós vamos ser considerados os agentes que vieram fazer agitação.” Porque eles iam dizer: “O que vocês vieram fazer em Brasília? Vocês não são daqui. Teve agitação na universidade, vocês estão dentro da universidade: são agitadores.” “Nós vamos ser presos, Amauri. Vamos ficar por aqui mesmo.” Aí eles falaram: “Então vamos ficar aqui junto com vocês, vamos bater papo.” Ficaram, mais ou menos, até umas três horas da manhã, aí o Faustino falou: “Vamos fazer o seguinte: amanhã a gente entra em contato e passa aqui para apanhar vocês.” Eu falei: “Então tudo bem. Vocês vão descansar, nós vamos ficar por aqui mesmo.” Quando chegou de manhã, mais ou menos umas oito horas de domingo, eles vieram. Aí fomos para a casa da Luísa, almoçamos bem na casa dela, tomamos banho...

Naquela época ela trabalhava no Banco do Brasil. Dissemos: “Trouwemos o jornal...” Ela falou: “Caramba, o jornal de vocês?!” Contamos o fato todo, nosso drama, e foi ela que emprestou o dinheiro para nós voltarmos. Eu falei: “Assim que eu chegar no Rio de Janeiro, a gente manda o dinheiro de volta para você. Não tem nenhum problema, não.” Ela disse: “Então está bom.” Nós pegamos o ônibus e voltamos de domingo para segunda.

Chegamos aqui e eu fui falar com o Célio de Oliveira, que trabalhava num cartório e também era da Sinba. Ele falou: “Não tem problema, eu vou apanhar o dinheiro com o Paulo e depois a gente paga.” O Paulo era o oficial do cartório onde ele trabalhava. Fomos lá, e o Paulo disse: “Tudo bem.” Na segunda-feira mesmo mandamos o dinheiro para a Lúisa.

E os jornais ficaram lá para ela distribuir. Aí não se pensou mais em vender, pensamos em distribuir. Eles distribuíram os 1.500 jornais. Depois eu falei para o Amauri: “Olha, por favor, nunca mais me diga que tem um pessoal conhecido nem em Niterói, porque eu não vou atravessar de barca de jeito nenhum! Nessa aventura eu não vou mais!”

Amauri Mendes Pereira

No final da década de 1970, aos poucos, a Sinba foi se dissolvendo. O Carlão já não podia estar todo dia, o Célio já não podia mais, Miranda foi trabalhar longe...²³⁸ Mas a gente ainda tinha um mandato, então fizemos os jornais 2, 3, 4 e 5. O último Sinba saiu em 1980.²³⁹ Aí já começou a ficar uma certa polêmica interna, porque a gente era Sinba, mas estava dentro do IPCN. Nós fazíamos as coisas dentro do IPCN, mas eu só me filiei em 1980. Da mesma forma que Célio, Miranda e Carlão tinham um certo “grilo” com o IPCN — um negócio assim: “Nós somos Sinba, eles são IPCN; nós somos os primeiros, eles são os segundos” —, do lado do IPCN também tinha isso, porque o Orlando Fernandes e o Benedito Sérgio diziam: “Vamos tomar esse negócio de novo, porque o Amauri e o Yedo é que estão comandando.” Aí eu disse: “Tenho que me filiar, porque vai ter assembleia geral.” O meu número já foi 220, uma coisa assim. Me filiei depois de muita gente que eu botei lá. Porque quando fui para lá não tinha ninguém, só os fundadores. Não tinha 50 sócios no IPCN.

Enfim, chegamos em 1980 como Sinba ainda, mas desse momento em diante a gente deixa, cada vez mais, de assinar como Sinba e passa a assinar como IPCN. Em 1980 lançamos o Cadernos Sinba; em 1983 ainda lançamos a Coleção Sinba.²⁴⁰ Porque para nós era assim: o IPCN era a instituição, abrigava todos os negros, e a Sinba era a agitação. Através da Sinba nós faríamos a revolução. Na minha cabeça era assim: “Vamos conquistar o poder, vamos estar juntos!” Não só nós negros. Eu tinha clareza, o Fanon dizia para mim e eu repetia isso onde ia: “Nenhum homem político pode ter em sua mente, em sua consciência, a criação de repúblicas negras. O que interessa são as relações de poder que se estabelecem. E essas relações não podem ter cor.” Uma coisa assim. E Amilcar Cabral tinha me ensinado que “Homens não lutam por ideologias, por ideias que surgem nas cabeças de outros homens. Eles lutam por educação, saúde, segurança, emprego, dignidade, por melhores condições de vida para a sua família.” A gente decorava isso. Fazia efeito falar frases inteiras de Luther King. A gente impactava! Tinha que ter um negócio de performance.

Assumimos a direção do IPCN em 1982. O Yedo arrumou uma ata lá e

assumimos a direção. Dissemos: “A casa é nossa e vamos fazer coisas diferentes, vamos agitar.” E fizemos. Era uma época de muita política, a volta dos exilados, a Anistia “ampla, geral e irrestrita”, um processo intenso de fermentação política... Conseguimos então um espaço grande para atuar. Fizemos uns ciclos de conversas, de discussões que não terminavam nunca: “Sociedade e questão racial”, “Partido político e questão racial”, “Igreja e questão racial”, tudo podia ser junto com a questão racial. O Yedo era o “cabeça”, foi ele que planejou muito bem isso na época. Toda semana tinha um diferente: “Lutas camponesas e a questão racial”, “Imprensa e questão racial”... A gente colocava sempre um de fora e um nosso para falar. O IPCN entupia. Vinha muita gente. O Brizola participou de um; o dom José Maria Pires, que era o único bispo negro, veio da Paraíba...²⁴¹

A Sinba fazia assim: a gente ia para a rua e agitava, ia para os calçadões do subúrbio para vender o jornal Sinba. A gente levava uns megafones de latão, com uma boca enorme. Chagas Freitas, tentando urbanizar um pouco, fez os grandes espaços de comércio se tornarem calçadões, onde não podia passar trânsito.²⁴² Aí, se tornavam espaços exclusivamente comerciais, lugares com canteiros. E ali era ótimo, porque a gente chegava com uma parafernália de mapas, de cartazes com letras feitas em normógrafo. Por exemplo: pegamos extratos do discurso contra o colonialismo de Aimé Césaire, frases do Luther King; o Roberto K-zau fez para nós desenhos da Angela Davis, dos Panteras Negras, do Mahatma Gandhi, do Malcolm X.²⁴³ A gente colocava aquilo nas praças, levava pregador e pregava nas árvores. Chamávamos de “Ação do negro na rua”. A gente chegava lá, botava uma banca, botava os jornais em cima e começava a gritar: “O Movimento Negro! Estamos na luta!” O povo achava meio estranho. Aos poucos o pessoal começou a aceitar, depois que a polícia não ia mais pegar. Porque, no início, a polícia vinha em cima de nós: “Não pode, camelô não pode!” Mas a gente tinha um discurso político, que o PM ficava meio assim: “Nós não somos camelôs. Nós estamos na luta contra o racismo. Somos cidadãos. Por favor, só um momento. Sem mãos, nada de mãos em cima da gente. Nós vamos ao seu comandante. Segunda-feira estaremos lá com um ofício, porque nós temos uma organização...” O IPCN assinava. Era isso que a gente queria: o IPCN era o nosso aparelho institucional. Isso, na nossa visão. A luta era feita na rua, no calçadão, no subúrbio.

Mais tarde, a partir de 1987, com o SOS Racismo, que era o grande projeto do IPCN, a ação contra a violência policial ganhou mais visibilidade. A ideia

do Romão, que era o cara de frente do SOS Racismo, era de agir mais contra o racismo institucional: questionar os partidos, questionar governos, o negro nos espaços públicos, o negro no mercado de trabalho...²⁴⁴ Mas eles cometiveram o erro, que foi um grande acerto, de colocar o Wilson Prudente, que era completamente “pirado”, à frente. O Prudente hoje é procurador da República, procurador do Ministério Público do Trabalho. Ele é preto retinto, um cara que fala com muita veemência, aquele negão muito impetuoso, e foi perseguido pela polícia, sofreu repressão no subúrbio, tinha tudo isso. Pelo perfil do Romão e do Januário, seria diferente. Mas o Prudente, não. O peso que ele dava ao projeto era ir para as delegacias: qualquer queixa que se dava, ele corria atrás.

A gente estava junto, em Belford Roxo, e eu lembro de ele entrando na delegacia já com o dedo na cara do delegado: “Vocês prenderam um negro! É uma atitude racista!” E o delegado olhando: “O que é isso?” E o cara cheio de autoridade, mas de terno: “Eu sou sociólogo do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras!” Com essa autoridade, o delegado olhava e pensava: “É, não posso dar um tapa nesse negão.” O delegado dizia: “Está falando muito alto, por favor, doutor, vai devagar...” E eu olhando para o Prudente; até para mim, eu pensava: “Não é possível que esse cara esteja fazendo isso.” Era assim que ele fazia, e em vários lugares. Então, o SOS Racismo mudou. Acabou sendo uma coisa contra a discriminação racial pela polícia, que é uma coisa muito drástica, muito sensível no meio negro, entre os mais pobres.

Outra ação que a gente fazia era entrar, por exemplo, na Associação Brasileira de Imprensa, ABI. Naquele período da luta contra a ditadura, da resistência democrática, os jornalistas se reuniam na ABI. Aí o Olímpio vinha falar para a gente: “Tem isso lá na ABI. Doutor Barbosa está na mesa.”²⁴⁵ E a gente ia lá. Fazer o quê? Gritar. Em dado momento a gente ia entrando pelo plenário. Não podia, mas a gente falava: “Por que não pode? Nós somos negros e temos direito. Aí não tem negro!” Num momento que a gente achava melhor, invadia, ia entrando. E aí pausadamente, porque eu tinha sempre na minha cabeça o Amilcar Cabral em Havana. Imagina: Ho Chi Minh, Fidel, Sukarno, os que fizeram as revoluções no mundo inteiro estavam em 1966 na Tricontinental de Havana.²⁴⁶ Todo mundo ia lá e falava: “O imperialismo...!” O Amilcar Cabral, com seu um metro e cinquenta e poucos, vinha andando serenamente — na minha mente, não tem filme sobre isso —, chegava no palco e dizia o discurso dele escrito, que eu tinha

decorado: “Não viemos aqui nos pegar contra o imperialismo. Isso nós fazemos de arma na mão na nossa terra. Nós viemos aqui mostrar para vocês a importância da arma da teoria.” Para mim isso era o máximo.

Por exemplo, estou lembrando um momento em que fui entrando, aí o Carlão ainda tentou me segurar porque o Olímpio disse que não, porque ia começar outra discussão, a gente ia atrapalhar muito e talvez todo mundo se virasse contra nós. Mas eu já tinha incorporado e não tinha jeito, já tinha “descido o santo”. Aí fui entrando serenamente, como Amilcar Cabral, todo mundo olhando. Cheguei na mesa e disse: “Boa noite.” Falavam: “Quem é? Tira esse cara daqui!” Aí eu falei: “Estou aqui em nome do movimento negro brasileiro!” Começava assim, daqui a pouco perdia o controle: “Porque não tem negro na primeira fila. Nós nunca somos chamados... O racismo...!” Aí ficou aquele negócio e alguém disse: “Chamem a segurança. É provocação. São os órgãos de repressão.” Eu disse: “Que órgão de repressão nada. Fulano me conhece.” A gente sempre conhecia um ou outro e, principalmente, o Olímpio, que era o nosso camarada, era um cara velho do Partidão que foi cassado e preso. Aí Olímpio disse: “É meu amigo. É um homem de esquerda, um rapaz bom. O que ele está falando tem sua razão. Temos que pensar.” Aí o doutor Barbosa olhou para mim e disse: “Mas, meu filho, por que você está gritando tanto?” Eu disse: “Porque nós temos que fazer a luta...!” Ele disse: “Tudo Bem. Você quer falar depois?” Eu disse: “Sim, senhor.” Ele disse: “Então, tudo bem. Vamos aqui rapidamente. Me dirijo ao plenário que permita que logo depois fulano tenha... Três minutos está bom?” Eu disse: “Está.” Ele disse: “Três minutos de palavra.” Porque eu queria ir para a mesa. Ele disse: “Vamos fazer o seguinte: fale ali com o secretário. Ele vai ver se tem uma nova cadeira, vocês negociam.” Era assim que a gente fazia. Invadi muitos lugares.

Ivair Alves dos Santos

Em maio de 1979, a gente teve um ato político em frente à Mãe Preta, no largo Paissandu, em São Paulo. Mãe Preta é uma estátua em homenagem às mães negras, em que todo ano, no dia 13 de maio, havia manifestações de apoio. Era um local político onde alguns grupos mais conservadores faziam discursos — uma exaltação do povo negro, mas ao mesmo tempo um compromisso com essas alas mais tradicionais. Para ser mais duro ainda: eram negros que apoiavam o regime militar. E nós fomos para lá fazer um protesto contra o racismo, com faixas e tal. Foi a primeira vez em que me agrediram fisicamente em uma manifestação do movimento negro. Como eles nos viram como estraga-festas, nos agrediram. O cara estava falando sobre a história do negro, as conquistas do negro, e alguém grita lá: “Contra o racismo no Brasil!” E lá estava a Globo, estavam as forças do movimento de 31 de março, todo aquele povo estava lá, e nós cutucando os caras. Isso, em 1979.

Eram várias as tensões: os grupos de esquerda se aprofundavam na questão interna, no debate sobre o marxismo e o socialismo nas diferentes correntes, e entravam no movimento discutindo isso; ao lado disso, você tinha aquelas pessoas que tinham uma trajetória no campo cultural querendo reafirmar sua posição e, ao mesmo tempo, pessoas que estavam querendo fazer mudanças. E havia outro grupo, que não era expressivo, era pequeno, formado pela classe média negra mais tradicional de São Paulo, que nos via como comunistas e não via com simpatia nossas intromissões.

Todas essas tensões apareceram ali, naquela manifestação. Você ia para uma reunião e falava: “Vamos chegar lá e vamos ler um documento para falar sobre o 13 de Maio.” Você tirava uma coisa, chegava na hora, o cara ignorava a decisão do conjunto e apresentava a proposta dele. Não era só aquele documento que era lido, todo mundo do movimento fazia um documento. O cara do movimento fazia um e o pessoal da Igreja fazia outro; era lido aquele e distribuído um outro da Convergência. Essas tensões começaram a aflorar. E isso acabou se aprofundando depois com o PT, que se tornou partido. Na hora em que, em 1979, começa a haver os partidos: “E agora? Quem vai para onde?”²⁴⁷ Eu não participei desse

movimento porque, em setembro de 1979, fui embora para Angola e caí numa outra realidade. Não vivenciei essa fase de transição. A tendência era eu ir para o PT, porque toda a minha turma estava lá, embora minha militância político-partidária tenha começado no MDB. Quando cheguei, era natural que eu fosse para o PMDB.

Mundinha Araújo

Já em maio de 1980 fizemos a primeira Semana do Negro e, desde a primeira, a gente se voltou para fazer palestras nas escolas. Nesse mesmo ano comecei a ir para o Arquivo Público para pesquisar, porque achei que tinha que ter informações sobre o negro no Maranhão nos arquivos. E lá eu já pesquisei sobre as leis abolicionistas, pegava logo os textos: o que foi a Lei do Ventre Livre? Pegava o texto da Lei Áurea. Porque eu sabia que isso era desconhecido de todo mundo. Aí a gente já discutia: a Lei dos Sexagenários será que libertou mesmo?²⁴⁸ E esses meninos? — era o texto da Lei do Ventre Livre, que mostrava que, na realidade, a criança não estava liberta.²⁴⁹ Poxa, isso causava uma sensação nas escolas. Não era só por você estar dizendo “no Brasil tem discriminação”, mas era pelo novo que a gente estava levando, era pelas coisas que nunca antes tinham sido discutidas com os professores, e o próprio preconceito na sala de aula, o preconceito em todo o local.

Foi o CCN que inventou essa história da Semana do Negro com essas características: trabalhar com estudantes e, ao mesmo tempo, ir para a periferia fazer palestras em união de moradores. A parte das discussões mais teóricas foi aqui na esquina, na São Pantaleão da Misericórdia, que era a sede do Sindicato de Peixeiros, Carroceiros e Garçons. Nós pedimos o salão emprestado e eles participaram da primeira Semana do Negro. Foi uma semana inteira. Durante o dia nós íamos para as escolas ou para o museu fazer palestras, nós envolvemos todo mundo. E à noite nós chamávamos os palestrantes, que eram professores de universidades — foram mais negros. Veio a Esterlina Mello; veio o José Carlos Sabóia, que era das ciências sociais; veio Estevão Maya-Maya, um maranhense que mora em São Paulo há muitos anos e que já era de movimento negro.²⁵⁰ Ele trouxe o Arnaldo Xavier, conseguiu que o Florestan Fernandes fizesse um manifesto sobre a primeira Semana do Negro no Maranhão e mandou para nós.²⁵¹ Foi muito bom. Nós temos cópias de tudo. Encheu o auditório. Vieram pessoas de grupos, das casas de culto, de tambor de crioula, e foi nessa primeira Semana do Negro que a primeira diretoria assumiu.²⁵² Aí a entidade já tinha um nome e já tinha diretoria.

Teve apresentação também na Cafua das Mercês, que chamam também de Museu do Negro.²⁵³ Aí foram os grupos culturais, que depois o MNU condenava: “Imagina, festa no 13 de Maio?!” E a gente, nessa primeira Semana do Negro, queria era mostrar tudo. Não era para festejar a princesa Isabel, isso nem passou na nossa cabeça, mas para fazer uma apresentação dos grupos, para que os negros se considerassem importantes, os negros que estão aí mantendo os grupos de boi, de tambor de crioula, de tudo. Depois, nunca mais se fez assim. Isso também foi no primeiro ano. As outras Semanas do Negro não tiveram apresentações culturais. Aí eram só os debates, projeção de filmes, peças cujos textos a gente fazia e levava para periferia, era assim.

Depois nós criamos a Semana da Consciência Negra, em novembro. Em maio, a gente chamava de Semana do Negro. Aí, na Semana do Negro seguinte, já em parceria com a universidade, a universidade mandou imprimir uns quinhentos cartazes. E os rapazes que já estavam no movimento saíram prendendo esses cartazes em todos os lugares. Você chegava em uma lanchonete, estava lá o cartaz, chegava na rua Grande, n vitrines com os cartazes. Chamou atenção. E ficou no meu registro que os meninos uma vez disseram que ouviram na universidade alguém que olhou o cartaz e disse: “Ih, até negro já tem semana?” Para ver o inusitado.

Nessa Semana do Negro, em 1981, Joel Rufino dos Santos já veio fazer palestras junto conosco. E veio um casal que tinha vivido na Guiné e que fez um documentário fotográfico nas áreas de libertação de Moçambique, Angola etc., e trouxeram os slides. E isso foi ótimo, nós levamos para esses bairros todos e ficou marcada na memória a reação das pessoas quando viam negros na tela. Eles nunca tinham visto aquelas crianças negras em situações muito parecidas com a da periferia daqui, os barracos, os casebres. E nas primeiras vezes em que a gente botou os slides, os meninos foram ao delírio, mas não era vibrando, era vaiando: “Olha esses pretos! São macacos! Feios!” Aí a gente já aproveitava naquela hora para dar logo uma aula. Depois que projetava: “Vocês estavam rindo de quê? De quem? Tem tanta criança parecida aqui. Os que estão lá parecem com vocês.” Aí, num daqueles lugares, um menino negro levantou e disse: “Mas eu não sou africano. Eu sou é jamaicano.” Olha só, porque já estava o movimento do reggae, e não é que ele não quisesse ser negro — isso é o que nós entendemos —, era a identidade! Ele estava querendo mais ir para o lado dos pretos da Jamaica: lá tinha o reggae, tinha o Jimmy Cliff, Bob Marley, aquelas

figuras negras que eles viam nos discos e aquele som pelo qual todos os negros se apaixonaram aqui no Maranhão. Hoje é domínio público, mas era só a negrada que dançava reggae, só a negrada que ia para os bailes, todos na periferia.

E aí a gente começou a adotar uma prática. Antes de começar as palestras, perguntava: “Quem é preto aqui?” Ninguém. “Ah, não tem preto?” Aí, no final, depois que a gente mostrava toda essa história do negro, a gente perguntava: “E agora vamos ver: quem é negro aqui?” Todo mundo levantava o braço. E assim a gente foi aprendendo com eles. Nós não estávamos na periferia, no interior, só para ensinar, foi um aprendizado. E, com a minha máquina, comecei a fazer fotos deles também na periferia. Depois eu retornava com essas fotos e meu projetor de slides, estendia um lençol no meio da rua, e eles foram se acostumando a se ver. E realmente as fotos eram belíssimas. Quando eles apareciam, eu dizia: “Nossa! Mas está bonito! Vocês não estão achando bonito, gente?” Aí eles riam, para irem se acostumando a ver a beleza deles. Eu dizia: “Olha, mas com essa trança...!” As meninas estavam começando a usar trancinha. E foi muito bom. Todo mundo que participou desse início diz: “O começo do CCN é que era bom, que a gente ia domingo para a periferia.” Mas foram outros tempos. Eu acho que a gente precisava, naquela época, estar em todos os lugares chamando a atenção e nos multiplicando. Tinha que ser algo assim mesmo. Parecia que éramos muitos, mas não éramos. Éramos poucos.

Magno Cruz

No Maranhão, a maioria dos negros está na zona rural — naquela época e ainda hoje. Então, como íamos para as escolas? Mandávamos um ofício com antecedência e tinha uma negociação com a diretoria da escola. Algumas escolas eram sensíveis a isso, quando tinham uma diretora negra que entendia. Porque tudo era novidade, ninguém discutia a questão dos negros. Então, ir para a escola, falar da história do negro, desmistificar a história oficial não era uma coisa fácil. Havia algumas barreiras. Teve vez que a Mundinha fez intercâmbio com a própria Secretaria de Educação, aí as coisas ficavam até oficiais.

No início, até pela inexperiência que se tinha, eu, particularmente, ia para essas palestras só para ouvir, porque tudo era novidade para mim e tinha muitas perguntas que eu ainda não sabia responder. O pessoal perguntava: “E na África do Sul, como é o apartheid?” Eu não sabia. Mas eu acho que era interessante porque, a partir das palestras que a gente ia dar nas escolas, a gente via as nossas limitações e procurava aprender e estudar.

Quando foi na nossa gestão, a partir de 1985, nós continuamos esse trabalho. E o que fizemos? Nós ampliamos essas equipes, chegamos a ter umas 15, 20 equipes de três pessoas. Geralmente tinha um que já tinha um desenvolvimento, uma experiência em palestras, em dar aulas, e botava duas pessoas para aprender, porque, na realidade, era uma prática também de ensinar novos militantes nesse trabalho. Mas tivemos muitas barreiras. Tinha escola em que a gente chegava, já tinha mandado o ofício há um mês e o diretor não queria a palestra. A gente tinha que ameaçar denunciar na Secretaria de Educação. Não foram fáceis esses momentos. Depois, a coisa se tornou mais rotineira, aí já tinha colégio que convidava a gente, até as escolas particulares — escolas como o Marista, Dom Bosco, que são escolas que têm pouquíssimos negros, mas que chamavam a gente também.

Diga-se de passagem: a Mundinha foi a precursora em ir para as comunidades. Ela botava uma máquina fotográfica debaixo do braço e ia para a zona rural, para as comunidades negras tirar fotos, fazer slides, e depois voltava para mostrar. Nós apenas demos continuidade a isso de uma

forma mais sistematizada e mais articulada. Uma coisa que se fez a partir da nossa gestão foi ir para a rua. Além do bloco Akomabu, a partir de 1985 nós fizemos o primeiro ato em praça pública.²⁵⁴ Armamos palanque, era uma festa, porque aí a militância que não trabalhava ia para a praça armar o palco. A gente comprava tábua, prego, não tinha nada de palco pré-moldado, era a gente que construía o palco. Quando não era palco, era em cima de caminhão, mas fazíamos a manifestação dia 20 de Novembro. Em 1985 foi o primeiro; daí em diante foi sendo sempre construído, e dava cinco, dez mil pessoas na praça. Foi um momento muito forte nesse período.

Vanda Menezes

O MNU tentou se constituir lá em Alagoas também; não deu certo. Mas a gente tinha uma boa relação, principalmente com Salvador, onde o MNU era fortíssimo. A gente tinha muitas trocas. O Ilê Aiyê era muito parceiro, Vovô sempre foi muito parceiro. Depois, João Jorge, Kátia Mello, Gilberto Leal, Bujão — do Malê Debalê, do Niger Okan —, Telma Chase, Zumbi Bahia — do Balé Arte Negra de Pernambuco —, Wanda Chase, Marquinhos — do MNU de Pernambuco —, Mundinha, do Maranhão.²⁵⁵ São todas pessoas com quem a gente sempre contou para aprender, para trocar experiência. E a gente tinha uma coisa chamada Encontro de Negros do Norte-Nordeste todos os anos. Então era perfeito. Em 1984, a gente faz em Maceió. É nesse encontro que as mulheres negras se encontram e resolvem sair do movimento misto para fazer o movimento de mulheres negras. E o Norte-Nordeste era muito mais forte que o Sul-Sudeste. Tinha muita gente do Sul-Sudeste que ia para o Norte-Nordeste, porque era fortíssimo o movimento. O encontro era maravilhoso. O Nordeste inteiro se encontrava todo ano para discutir temas. A gente não sabe como aquilo acontecia, porque todos os anos a gente se encontrava. Todo mundo ia. Sem e-mail, sem telefone e sem grana. É interessante: onde a gente achava aquela grana para pegar o ônibus? A gente lotava o ônibus. A gente fazia pedágio, pintava.

O primeiro Encontro de Negros do Norte-Nordeste foi em 1981, em Recife; em 1982 foi em João Pessoa; em 1983 foi em São Luís do Maranhão; em 1984 foi em Maceió; em 1985 foi em Salvador; em 1986 foi em Aracaju, e a gente foi fazer esse encontro lá, porque houve um racha e o pessoal estava muito verde. Então a gente teve que ir: Alagoas, Pernambuco e Bahia foram fazer esse encontro junto com Sergipe. Em 1987 foi em Belém do Pará; em 1988, em Pernambuco e, em 1989, a gente fez na Bahia. Na Bahia definimos que o seguinte seria em Manaus, e aí quebrou. Manaus não deu conta. Nem sei se aconteceu, mas se aconteceu foi ínfimo.

Mundinha Araújo

Em 1980 teve o primeiro encontro do Memorial Zumbi, em Alagoas, em agosto. Nós tínhamos feito a primeira Semana do Negro aqui em maio, então a gente já tinha essa referência de comunidades negras. O diretor do Iphan, que era meu amigo, disse: “Mundinha, vai ter esse encontro em Alagoas. Acho que você devia ir. O Iphan dá a passagem.”²⁵⁶ Isso foi uma coisa realmente muito boa, porque nesse encontro foi a primeira vez, depois da Anistia, em que estavam se reunindo as lideranças antigas, como Abdias Nascimento, Joel Rufino, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura, com o pessoal que tinha aparecido em 1978, 79, que era o nosso caso. Porque de 1979 tinha aqui o Centro de Cultura Negra, tinha o Movimento Alma Negra do Amazonas, o Ceab de Brasília e tinha o movimento de Pernambuco, que depois vão ser MNU, mas no começo era Movimento Negro do Recife. O de Alagoas vai ser criado em 1980 e o Cedenpa do Pará também. E aí foram mais de 80 representantes dessas entidades. Muita gente. Isso também foi fundamental para o crescimento do CCN, porque lá teve um momento para todos fazerem seus relatos, aí já falei do grupo que a gente tinha criado, das nossas atividades, e todo mundo achou que a gente estava no caminho certo. E quando falei que a gente estava indo para as escolas e que a gente já estava discutindo leis abolicionistas, aí todo mundo já pegou o que chamavam de “cartilhinha”, diziam: “A gente pode reproduzir?”

Aí muita coisa que a gente foi fazendo aqui a gente já foi socializando, assim como nós usávamos o que vinha de fora. Teve um manifesto aqui que veio de Salvador. Havia isso: a gente mandava o material para outros estados e outros estados mandavam para nós. E todo mundo estava na mesma luta, independente de a denominação do grupo ser diferente. O importante é que todo mundo tinha entendido que não existia uma democracia, e que a gente estava aí para derrubar a ideologia do branqueamento e para mostrar a história do negro.²⁵⁷ O Joel também ia para a periferia. Conheci o Joel e o Abdias lá em Alagoas, em 1980, e eles se prontificaram a vir para cá assim que a gente quisesse. Em 1981, a segunda reunião do conselho do Memorial Zumbi já foi aqui no Maranhão.

Também em 1981 aconteceu o primeiro Encontro de Negros do Norte e

Nordeste, em Pernambuco. O segundo foi na Paraíba, em 1982, e o terceiro foi aqui, em 1983. E durante uns dez anos teve encontros de negros do Norte e Nordeste. Isso que facilitou o intercâmbio. Se eu não tivesse ido para Alagoas, como é que ia conhecer essas pessoas? Como é que nós íamos intercambiar as informações? Aí, pronto, todo mundo já foi com endereço e foi muito proveitoso. Lélia Gonzalez também veio nessa reunião do Memorial Zumbi, o Olympio e o Ordep Serra, que eram do Iphan, muita gente. E para nós era importante, porque cada intelectual negro que vinha de fora para participar dos nossos cursos, das nossas reuniões, a comunidade participava, a universidade, os estudantes participavam. O nosso grupo, o CCN adquiria maior credibilidade e respeito: “O pessoal está trabalhando com coisa séria.” E nunca se fazia manifestação de rua, a gente nunca quis fazer isso. Nós achávamos que a luta era dentro das escolas, era fazendo parcerias.

Em 1982 nós fizemos um convênio com a Secretaria de Educação porque nós queríamos a participação dos professores. Eles colocaram os professores à disposição para participarem da Semana do Negro. A gente fazia assim: “Vamos para o bairro do João Paulo.” Todos os professores das escolas que ficavam no bairro do João Paulo e adjacências iam para o mesmo local. E nós distribuímos o material que a Secretaria de Educação também ajudou a rodar, deu o papel e tudo. E os de nós que seguravam mais eram os professores: eu, Carmem Lúcia, a Fátima, minha irmã, o Carlão, o Luizão...²⁵⁸

Foi algo que depois nós fizemos um documento e apresentamos lá no encontro da Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1982. Me convidaram para participar de uma mesa redonda chamada “Movimento negro nos anos 1980”. O Amauri também estava nessa mesa e tinha outras pessoas. Quando fiz o relato, depois eles disseram: “Incrível, você esteve em 1979 conversando conosco e nós lhe demos orientação. Hoje você chega aqui e mostra um movimento que ninguém está fazendo. E lá no Maranhão!” Todo mundo ficou encantado que a gente estivesse principalmente trabalhando o aspecto da educação, que a gente considerava prioridade.

Magno Cruz

Na época, parecia que os Encontros de Negros do Norte e Nordeste não davam em nada, mas depois a gente foi analisar e viu que isso era uma riqueza imensa, porque havia um intercâmbio dos trabalhos, das experiências. A experiência que o CCN tinha de ir para colégios dar palestras foi copiada no Nordeste todo. A experiência dos blocos afro da Bahia, praticamente copiada também, porque aqui a gente fez o Akomabu, lá em Pernambuco também, Belém fez também bloco afro. Então eram experiências válidas.

Por exemplo, apareceu a discussão da questão da mulher negra dentro do movimento negro, e elas sentiram a necessidade de ter uma autonomia. Áí, criou-se, dentro do CCN, o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, que hoje é um grupo independente.²⁵⁹ Criou-se também o grupo de capoeira dentro do CCN. Isso não significa que antes não houvesse algumas coisas de capoeira; havia, mas não formalizado em um grupo. Foi criado um grupo de dança, que é o único que ainda sobreviveu desse período, o grupo de dança afro Abanjá, que significa “na luta agora já” — não sei em que língua. E criou-se o time de futebol, porque tinha a experiência, em um estado, dentro do movimento negro, de um time de futebol. Tudo isso porque as pessoas que iam para o CCN iam querer participar do time de futebol. Depois, o time de futebol já tinha 1^a e 2^a divisão, porque era muita gente. Uma condição sine qua non para entrar nos grupos era participar das reuniões de formação. Então, o que fazia o time de futebol, além de jogar? Eles iam para a periferia jogar com os times da periferia e iam para as comunidades negras rurais, mas antes do jogo eles tinham uma conversa, falavam um pouco da história do negro, e, na época, eles mesmos elaboraram uma cartilha, que distribuíam no final do jogo para o pessoal.

Então era um trabalho que se fazia. Mas isso causou muito conflito interno. Por exemplo: o grupo de mulheres negras achava que o time de futebol era muito machista e havia um embate muito grande. Mas acho que isso foi salutar, porque a gente começou a trabalhar as contradições que estão na própria sociedade. É claro que, como o CCN se ampliou, se abriu, essas contradições da sociedade foram para dentro do CCN. A gente sempre

estava chamando o pessoal, para não se perder e achar que a finalidade era ganhar jogo. Porque a gente não queria criar um time de futebol para ir para Copa do Mundo, mas para fazer a consciência. E eles chegaram a realizar a Copa Negro Cosme, que é um dos heróis da história do negro no Maranhão, que envovia várias cidades do interior, além da capital.²⁶⁰ Tinha as eliminatórias primeiro lá no interior, aí vinham aqueles que venciam para cá e ficavam durante três, quatro dias, com toda uma estrutura de hospedagem e alimentação. Aí todo mundo se envovia. Acho que foi um momento muito rico que a gente viveu.

Nilma Bentes

No começo, as ações do Cedenpa eram de denúncia. Inclusive, existia a minha posição e a posição das outras pessoas. A minha posição era meio conservadora, naquela altura. Era assim: “O movimento negro, a nossa entidade, vai ser intermediária. Ela tem que trazer o negro e estimulá-lo a participar.” Ou seja, ela é intermediária, ela não é de ponta. Já os outros achavam que não: “Ela tem que ser tudo! Temos que agir!” Aí ganhou ser tudo. Daí a luta geral começou a vir para dentro da entidade. E nós nos agarramos um pouco na luta indígena. Desde cedo a gente trabalhou com projetos. Conseguimos que uma agência de cooperação internacional que apoiava os índios apoiasse um projetinho nosso. Com esse projeto, construímos nossa sede, porque tínhamos tido uma experiência horrível para nos reunir aqui e ali. E a gente trabalhou primeiro na questão cultural. Esse projeto se ligava à elaboração de um caderno básico, a nossa cartilha do Cedenpa, que já teve três edições, e tinha também a aquisição de instrumentos musicais para um bloco afro que a gente criou.

Nesse momento nós tínhamos alguns militantes que eram da Bahia e sofremos influência desse grupo. O Cedenpa era meio interestadual porque tinha Bahia, Maranhão e Pará. E o bloco era uma influência muito forte da Bahia. Tanto que aqui a religião afro fundamental é a mina,²⁶¹ depois vem a umbanda e a quimbanda,²⁶² e o candomblé é o último praticamente.²⁶³ Mas como eles entraram na entidade e tinham um astral muito bom, eles influenciaram tanto que a gente sacou que falar em orixás tinha mais efeito dentro do nosso ambiente amazônico do que falar das entidades que eram mais conhecidas aqui, que eram da mina — ou era mais mariana, jarina, tinha muito caboclo.²⁶⁴ Então, quando você entrava com a linguagem de orixás, dava um impacto maior. No fundo, no fundo, era um uso político da religião. Só que nós não estávamos sabendo tudo isso naquela altura. Hoje a gente já pode ver o que foi que aconteceu. Isso criava às vezes alguns atritos com estudiosos daqui do Pará, mas a gente não entendia por quê. Só depois a gente foi compreender que, como o candomblé era fraco, a gente estava fortalecendo uma coisa que não era muito daqui, era mais da Bahia. Retomamos então o valor da mina, que é influência também da mina do Maranhão, e que é mais forte aqui no estado.

Então nosso bloco era político-religioso. Nós fazíamos questão de dizer que estávamos fazendo homenagem aos orixás, e não trazendo a religião para a rua, porque isso era violar os preceitos. A nossa entidade sempre foi ecumênica, porque a gente sabe que a maioria dos negros, aqui e no Brasil, são cristãos. Mas o nosso dever também é valorizar as religiões afro. Fortalecemos a articulação dos terreiros daqui, das casas de culto, ou bate-folha, como dizem, ilê axé.

O Cedenpa tinha uma ação na área cultural com o bloco e com o teatro. Nós tínhamos uma peça que se chamava Face, negra face, e era uma “carrada” de atores para contar a história dos negros. A gente passou um bocado de tempo com essa peça e com o bloco. O bloco afro Axé Dudu, que quer dizer “força negra”, eu acho que saiu nove anos seguidos. Hoje a gente direciona o nosso serviço mais para as áreas da educação e de quilombo fundamentalmente. Temos uma banca na praça da República, temos um carro que vai para cima e para baixo e que vai aos quilombos.

ARTICULAÇÕES COM A POLÍTICA PARTIDÁRIA E O PODER EXECUTIVO

Jurema Batista

Entrei na Faculdade Santa Úrsula pra lá de alienada, em 1980. Não tinha noção de nada. Eu só queria estudar na universidade católica. Não sei como na época eu não pensei na PUC do Rio de Janeiro. Vim para a faculdade e tinha um monte de pré-conceitos na minha cabeça. Achava que a maioria dos negros não conseguia nada porque eles não queriam nada, porque não corriam atrás. Eu tinha uma visão de que recebi algumas coisas da vida e que tinha que devolver. Era uma visão cristã, mas não sabia disso. Então, resolvi começar um trabalho dentro da minha comunidade, de alfabetização de adultos. Busquei um preparo para fazer isso e me apresentaram o método Paulo Freire.²⁶⁵ Aí começou a abrir um pouquinho a minha cabeça. Tinha um grupo do PT lá em Vila Isabel, chamado “PT da Educação”. Só que eu não sabia o que era PT, não sabia nada disso. Sabia que era um grupo que estava se reunindo para preparar pessoas para dar aulas para alfabetização de adultos. Então entrei nesse grupo em 1980, no ano em que entrei para a faculdade.

Logo depois começou o surgimento do PT, e as pessoas começaram a falar em filiação. Foi tudo junto: a consciência do movimento negro e a consciência político-partidária. Era muito engraçado, porque lá onde eu morava tinha uma escola de samba que era um bloco carnavalesco na época, e eu gostava de ficar cantando todo final de semana lá. Eu era a “puxadora de samba” do bloco. Eu gostava de cantar à beça. E é um mundo extremamente machista. Quando a quadra estava cheia, eles chegavam para mim e diziam assim: “Muito obrigado, Jurema. Agora, vamos começar o samba.” Um dia desses em que eu estava lá cantando o samba, veio um cara do PT que sempre estava comigo e me passou uma cantada, falou assim: “Nós estamos criando um partido dos trabalhadores.” Eram só dois partidos: Arena e MDB. “E a gente está brigando para mudar esse país. A gente precisa criar um partido, mas tem que ser um partido que tenha a cara dos trabalhadores.” Eu falei: “Estou nessa! Mas quem é que está nisso?” Ele falou assim: “Tem o Lula lá em São Paulo.” Eu falei: “O Lula, aquele barbudo?” Toda animada, me filiei. Sou uma das primeiras filiações aqui do Rio de Janeiro. Aí, depois que me filiei, ele falou assim: “Agora, não é só isso não, você vai ter que filiar um montão de gente. Porque a gente está

construindo um partido.” Eu me lembro que na época eu filiei seiscentas pessoas, porque era mole: eu cantava no samba, dava aulas para os adultos, depois ainda fiquei dando aulas para as crianças na comunidade. Eu tinha uma relação muito boa com o pessoal lá no morro.

Flávio Jorge Rodrigues da Silva

No início da década de 1980 eu já comecei a me envolver com a organização do PT. E esse pessoal da USP também veio junto. O Milton Barbosa entrou e foi uma pessoa fundamental nesse processo de organização do PT, junto com o Hamilton. E ele criou, dentro do PT, o primeiro núcleo para discutir a questão racial no partido. A gente conseguiu colocar a Lélia Gonzalez no primeiro diretório nacional — ela era uma pessoa muito ativa dentro do PT —, e a gente começou a ter uma organização mais partidária. E esse pessoal todo do Grupo Negro da PUC entrou para o PT. A gente filiou quase todo mundo e começou a fazer parte desse embrião de organização partidária, que na minha vida também teve uma importância muito grande. Eu comecei a ter uma relação mais partidária, porque nunca tinha sido filiado a partido nenhum. Não passei pelo MDB, pelo PMDB, nada. Entrei direto no PT.

Em 1982 o PT participou da primeira eleição aqui no estado de São Paulo. O Lula foi candidato a governador.²⁶⁶ O Miltão foi candidato a deputado federal nessa época, e a gente apoiou sua candidatura. Esse fato também é significativo: foi a primeira vez que a gente participou, de forma organizada, em uma eleição com candidato próprio. Eu lembro dos panfletos da época, que diziam: “Milton Barbosa, candidato do movimento negro.” O Grupo Negro da PUC foi um movimento muito importante aqui. Chegamos a ser, em alguns momentos, em torno de 60 estudantes. Aí nós começamos a aglutinar estudantes de outras faculdades e de outras universidades. Mesmo quem não era da PUC se reunia com a gente. E esse grupo todo entrou no PT e começamos a ter essa intervenção mais partidária mesmo.

Ivair Alves dos Santos

O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo surgiu a partir da minha entrada no governo Montoro, em 1983. O PMDB tinha ganhado as eleições e eu tinha acabado de chegar de Angola. Não tinha participado das eleições, mas fui chamado para uma reunião política, onde fui indicado para participar da Secretaria de Assuntos Políticos do governo. Eu não conhecia o governador Montoro. Nessa secretaria, fui trabalhar no Palácio Bandeirantes, que foi uma espécie de escola.

Logo no início do governo havia uma grande insatisfação, porque não havia participação efetiva do negro dentro do governo, muito pouca gente havia conseguido ser nomeada no governo. Mas duas pessoas estavam no Palácio: eu, que trabalhava com assuntos políticos, e o Hélio Santos, que trabalhava no ceremonial do Montoro. Mas eu pude observar, por exemplo, que as mulheres tinham criado um conselho, o Conselho da Condição Feminina. E a partir dessa experiência eu sugeri à Secretaria de Assuntos Políticos, ao chefe de gabinete Carlos Figueiredo: “Por que não criar um conselho do negro?” Ele achou interessante a ideia e me deu sinal verde. Comecei a trabalhar nisso. Conversei com o Hélio, que achou interessante, e conversei com outros colegas: o Antônio Carlos Arruda e o Genésio. E nós quatro começamos a trabalhar politicamente essa ideia.

Isso era fevereiro, março de 1983, logo no início do governo. Como o Hélio trabalhava no ceremonial, nós marcamos uma audiência com o Montoro, comemorando o 13 de Maio no Palácio Bandeirantes. E fizemos da seguinte forma: colocamos três pessoas fazendo perguntas sobre a situação da criança e da mulher negra, da violência policial, e terminávamos a fala com os militantes perguntando: “Por que não criar um Conselho?” Se fosse só uma reunião... Mas isso foi filmado pela TV Cultura. E o governador Montoro perguntou para o Hélio Santos, na fala dele, se o governo estava de fato respeitando o negro. E o Hélio falou: “Não.” O Hélio confirmou de viva voz que não havia, de certa forma, essa incorporação. E aí, no dia 11 de maio de 1983, o Montoro topou criar o Conselho.

Mas entre a decisão de criar o Conselho e ele de fato ser criado, isso compreendeu um processo, porque as pessoas viam a criação de um órgão de governo do negro como um órgão que ia contribuir para o racismo. Naquela época ainda era vigente a Lei Afonso Arinos.²⁶⁷ Então, a tarefa toda era convencer os outros de que aquele órgão ia fazer política para combater o racismo. E, como vivíamos no Palácio, a gente aprendeu logo uma coisa: que era importante pautar as ações do movimento dentro da agenda governamental, da agenda política do país. Começamos a trabalhar com esse olhar. E aí você pode imaginar: em 1983 era Diretas Já.²⁶⁸ A gente começou a utilizar a máquina do governo para incluir a questão negra no movimento das Diretas Já. Teve um dia, um dia até bem marcante, em que nós estávamos no prédio da Folha de S. Paulo para tirar aquela famosa fotografia da sociedade civil a favor das Diretas Já, e eu tinha sido um dos negros chamados para a fotografia.²⁶⁹ O Montoro estava do meu lado e começamos a conversar. Ele disse: “Por que a gente não cria logo esse Conselho? Está há mais de um ano, desde 11 de maio de 1983; 1984 já, e nada de criar. Então vamos criar.” Aí nós lotamos o Palácio Bandeirantes e fizemos um grande ato público na criação do Conselho.

Mas o Conselho, veja só, não surgiu de uma demanda do movimento negro. Muitos negros tinham o entendimento de que aquilo poderia ser uma Funai, ou alguma coisa que fosse tutelar os negros.²⁷⁰ E naquela época havia uma tensão muito grande, pelo seguinte: qualquer participação no Estado era uma cooptação, você estava sendo cooptado e tal. Eu tinha clareza de que era mais uma arena política em que a gente estava trabalhando. Mas isso nos impediu, por exemplo, de ter uma aproximação maior com o movimento, que ficou muito desconfiado com o que ia ser aquilo ali.

O Conselho foi o primeiro órgão de governo, depois do regime militar, criado para combater a discriminação racial e fazer políticas públicas. Tínhamos uma pauta bastante concreta. A pauta era o que o movimento negro vinha defendendo: contra o racismo no trabalho, na educação, enfim, nas diferentes áreas. A gente fez como se fosse um trabalho de desbravar a máquina de Estado. Começamos a fazer trabalhos em várias frentes: na educação, no trabalho, na área de comunicação... Isso criou uma avalanche de atividades. Nosso primeiro evento foi na Secretaria do Trabalho. O secretário de Trabalho era o Almir Pazzianotto.²⁷¹ Foi uma atividade no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que, na época, era presidido pelo Joaquinzão, um líder sindical importante.²⁷² E foi interessante porque a

gente pegou um assunto quente, que era o mercado de trabalho. E aí nós utilizamos uma foto muito bonita de um jornalista negro chamado Luiz Paulo, que mostrava um trabalhador negro.²⁷³ Aquela matéria acabou indo para o boletim informativo do Palácio Bandeirantes, que era o boletim do governo do estado. E aí eu falei: “Ficou muito bonita, está mostrando como nós estávamos agitando.” Fui conversar com o diretor da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e pedi a ele dez mil exemplares daquela matéria. Ele falou: “Não, vamos fazer um jornal.”

O diretor da Imprensa Oficial era o Audálio Dantas, jornalista de peso, o cara que apresentou para a sociedade a grande escritora negra Carolina Maria de Jesus, a “cinderela negra”, autora do livro Quarto de despejo.²⁷⁴ Ele falou: “Vamos fazer um jornal.” Aí, tudo bem. “Qual a tiragem do jornal?” Eu falei: “50 mil exemplares.” “Tudo bem, vamos fazer.” Quando eu cheguei no Conselho e falei, eles ficaram loucos: “Como é que nós vamos distribuir 50 mil exemplares? É muito jornal.” Eu falei: “Vamos, que a gente consegue. 50 mil para o estado de São Paulo.” E aí nós fizemos o jornal, que foi o nosso grande instrumento. Começamos com 50 mil e chegamos a quatrocentos mil exemplares. Era um jornal para panfletar que nós existíamos. Nós aprendemos como as coisas ocorriam na máquina administrativa e aprendemos a utilizar essa máquina como militante. Descobrimos, por exemplo, que as pessoas gostavam muito de ver fotos de negros conversando com o governador. Então, as fotos eram importantes. Descobrimos então quem batia as fotos no Palácio e para onde iam essas fotos. E aí essa pessoa ficou muito próxima a nós e nós montamos um arquivo de fotos no Palácio. E outra coisa que a gente aprendeu é que colocar o nome do Conselho na audiência também dava uma repercussão grande no estado. Então nós começamos a colocar o nome do Conselho e a fazer audiências com o governador do estado. Essas pequenas coisas também mostravam um certo empoderamento. Os outros órgãos do governo — eu estou falando do estado de São Paulo, de milhares de trabalhadores de n órgãos — nos colocavam quase como uma secretaria. Em todos os eventos com o governador nós estávamos lá presentes. E aí começávamos a confundir a agenda política com a nossa agenda.

Amauri Mendes Pereira

Durante a campanha das Diretas Já, em 1984, a gente conseguiu um momento muito bom. Fui o orador oficial representante do movimento negro. Eu sempre faço questão de dizer: tudo decidido em assembleias com mais de cem pessoas. Cada momento foi decidido: “Vamos ou não vamos participar do comitê do Rio de Janeiro pró-Diretas?” Isso era janeiro, fevereiro. Havia a posição “Vamos participar” e havia “Não, temos que fazer o nosso”. Dissemos: “Não. Vamos fazer o nosso aqui, mas têm que estar todos juntos.” Aí conseguimos vencer. Depois fomos decidir quem seria a representação no comitê pró-Diretas. Aí o Abdias Nascimento foi, porque ele já era um cara do PDT e, um pouco por causa disso, era governo.²⁷⁵ O Abdias é Abdias, era deputado federal, mas era o Abdias do PDT, e a gente batia: “Não. O movimento não pode ser partidarizado. Se o Abdias for o representante, quem é o representado é o PDT. Tem que ser alguém de fora.” Aí eu fui eleito.

Depois tinha que ver quem seria o orador. Aí a Lélia foi disputar. Eu ainda falei com ela: “Poxa, Lélia, sai dessa. Você chega assim na última hora. Você não participou desse processo, não está quente com isso.” Ela disse: “As mulheres negras vão me apoiar.” Não apoiaram, as mulheres negras não apoiaram. E ela era uma pessoa muito importante, uma pessoa de muita força, mas não participou do processo.

O primeiro comício seria dia 21 de março, que seria o grande comício. Mas, na última hora, o Brizola ficou doente e não poderia comparecer ao comício, e aí, ao invés de se fazer um grande comício, se jogou o comício para adiante.²⁷⁶ Mas nós já tínhamos feito um carnaval, porque eu ia para as reuniões, e conseguimos o seguinte: em todos os milhões de folhetos oficiais da campanha das Diretas estava escrito: dia 21 de Março — que era o dia do comício — “Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial”.²⁷⁷ Isso foi uma conquista extraordinária do movimento negro, porque todo folheto tinha isso, e foram milhões de folhetos. Todo mundo que fazia tinha que botar isso, embora alguns tenham tentado fazer sem botar. Mas foram poucos, só um sindicato ou outro, porque diziam: “Não se pode particularizar.” A gente dizia: “Mas particularizar o quê? Se a passeata

**caísse dia 8 de março, não se colocaria ‘Dia Internacional da Mulher’?
Qualquer dia significativo de alguém dessa aliança, se é o dia, por que não?’”
Diziam: “Mas é porque não pode prevalecer a visão do movimento negro.”
A gente dizia: “Não é prevalecer. Isso é um acordo.” E aí acabamos
costurando isso, e saiu. E foi um sucesso muito grande.**

Hédio Silva Júnior

Nessa época, 1982, 83, logo depois que entrei no movimento negro, também tive um contato com a esquerda e acabei me juntando ao grupo que estava construindo a CUT e o Partido dos Trabalhadores.²⁷⁸ Em 1982, em São José dos Campos, naquela região do Vale do Paraíba, a gente conseguiu ganhar o primeiro sindicato para a CUT, que era o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, um sindicato poderoso exatamente pela presença das indústrias automobilísticas. Como eu tive uma participação bastante intensa no trabalho da chapa, na campanha, eles me chamaram para trabalhar no sindicato. Era para eu trabalhar na escola do trabalhador metalúrgico, que, na verdade, era uma fachada para uma escola de formação de quadros. A tarefa era formar os operários para tomarem o poder e se insurgirem contra o capital, a exploração etc. Eu ensinava o que tinha lido de forma desorganizada mas com muita avidez. Eu tinha lido o que a esquerda lia. Um pouco de história geral, alguns autores, O capital, Trotsky, por quem eu tinha uma certa simpatia. Havia um texto, que era O capital: uma leitura popular, eu acho, de um autor chamado Carlo Cafiero.²⁷⁹ Ele fazia uma síntese de O capital, e essa era um pouco a nossa bíblia lá com a peãozada.

Eu fiquei trabalhando no sindicato até 1985, 86 e, um pouco antes disso, entrei em contato com o Ivair. Eu não o conhecia pessoalmente, tinha notícias dele por conta dos materiais que ele mandava de Angola, do período em que morou lá. Encontrei o Ivair, e ele e o Hélio Santos estavam criando o Conselho da Comunidade Negra em São Paulo e queriam um sindicalista para tocar um trabalho com as centrais sindicais. E me acharam lá; eu tinha um trabalho no sindicato, dava aulas para peãozada, tinha um bom trânsito na CUT do estado todo, enfim, tinha experiência mesmo da militância sindical além da militância do movimento negro. Então me propuseram que eu assumisse esse papel no Conselho. Fui para São Paulo.

Diva Moreira

Em 1998, criamos em Belo Horizonte a primeira Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra criada por lei. Porque todas as experiências anteriores foram de coordenadorias, de conselhos, lembra? O primeiro, em São Paulo, com o Franco Montoro ainda. Eu fazia uma avaliação daquela institucionalidade anterior à Secretaria, e a gente via a fragilidade institucional, aquela coisa do governador simpático que criava, aí outro governador vinha e fechava. Como aconteceu com a Sedepron no Rio de Janeiro.²⁸⁰ O Brizola era simpático, criou. O Marcelo Allencar não era simpatizante da causa, destruiu.²⁸¹ Então a gente falou o seguinte: “A gente tem que fazer alguma coisa diferente.”

Na verdade, eu não estava nem pensando na questão racial quando apoiei o Célio de Castro no primeiro turno da eleição para prefeito, em 1996.²⁸² Eu conhecia Célio de Castro das lutas pela reforma sanitária no país, ele era médico. Então, como parte significativa do pessoal do MNU era do PT e eu nunca fui do PT, eu apoiei já de cara o Célio de Castro, do PSB, e não estava apoiando o PT. Quando ele assumiu, eu nem estava no país, estava nos Estados Unidos. Mas o pessoal me avisou que eu deveria voltar logo porque ele estava falando que queria uma pessoa negra no secretariado e que estava querendo conversar comigo para eu ter um cargo no gabinete dele.

Ainda de fora do país, mandei uma carta, pedi para o meu irmão e passei para outra pessoa ligada ao movimento negro, para discutirem essa proposta de criação de uma secretaria específica, criada por lei, para fazer políticas de promoção da igualdade racial na cidade de Belo Horizonte. Mas acho que as pessoas não tiveram espaço para discutir essa proposta, porque, a rigor, o pessoal do movimento negro estava discutindo outra coisa. Ninguém estava pensando na criação de uma secretaria nova, estavam pensando em nomes para uma eventual secretaria ou alguma administração regional da prefeitura. A discussão era outra.

Aí, quando eu cheguei, tive uma conversa com o Célio de Castro e fiquei impressionada com a receptividade dele. Ele, em nenhum momento, falou o seguinte: “Esse negócio que você está propondo é exagerado demais, é

extravagante demais, eu tenho que conversar com os meus pares, com o pessoal do meu partido e com os secretários que eu já indiquei para ver como é que eles vão aceitar essa ideia.” Nada. Ele ali, junto comigo: “Você topa, Célio?” “Eu topo.” Numa boa. Fui chamada para ser assessora e me autointitulei “assessora municipal para Assuntos da Comunidade Negra”, porque tinha que firmar essa marca, esse nome. Pessoalmente, coloquei como prioridade, naquele momento, ganhar os vereadores.

Porque, quando o prefeito anunciou a criação da Secretaria — ele não tinha tomado posse ainda —, foi um escândalo na cidade. Teve vereador que falou: “Isso é uma vergonha para Belo Horizonte. Imagina, se fora daqui me perguntarem: ‘Uai, que trem esquisito, em Belo Horizonte tem uma secretaria para assuntos da comunidade negra?’ Isso é uma bobagem, é uma vergonha para Belo Horizonte uma secretaria dessas.” Aí combinei com o Célio — a gente fazia reuniões regulares: “O negócio é fazer uma advocacia na Câmara para ganhar os vereadores.” Gente, foi um negócio, uma das mais belas experiências da minha vida. Foi fantástico! Eu me encontrava com repórteres pelos corredores da Câmara, e eles falavam o seguinte: “A gente está anotando quem é a favor dessa Secretaria. Só tem um vereador.” Que era um negão que era do PC do B, o Paulão, acho que é Paulo Augusto dos Santos.²⁸³ Só tinha ele a favor da criação da Secretaria. A negociação era com cerca de 30 vereadores.

Aí, é claro, com minha experiência de Partidão: “Vou montar uma tática para que a gente alcance tal objetivo estratégico.” Qual era a minha tática? Era conversar com os líderes de bancada primeiro, porque eles “azeitariam” seus comandados. Tinha uns mestiços lá, e teve gente que falou: “Eu não recebo ela.” Só teve um, um evangélico, que categoricamente não me recebeu. Eu chegava com caderno e caneta e dava uma aula sobre a questão racial para eles. Foi um negócio impressionante. Agora, eles se depararam com uma pessoa com quem eles nunca tinham se deparado na vida: uma intelectual negra. Entendeu? E eu chegava com a maior paciência também, não chegava esnobando, senão perdia os caras na hora. Chegava com um sorriso, “vereador e tal”, e eles vinham com todas as reações deles: “A senhora é tão inteligente. O Célio é racista. Ao invés de convidar a senhora para a Secretaria de Educação, para a Secretaria da Cultura, para a Secretaria do Desenvolvimento Social, foi convidar para a Secretaria da Comunidade Negra. Isso é racismo! Belo Horizonte não tem a questão racial. Os negros são discriminados por serem pobres e não por serem

negros.” Era tudo o que eu ouvia naquela época: “Vai acirrar o racismo dos negros contra os brancos. Vai ser um vexame isso, porque daqui a pouco os homossexuais vão querer ter a secretaria dos homossexuais, os carecas...” Aí virava avacalhação, o debate realmente caía de nível. Eu falava: “Vereador, espera aí. Agora o senhor vai me ouvir, não é? Eu já ouvi o senhor. Agora o senhor vai me ouvir.” É claro que eu não ia pegar desde que a gente pôs os pés aqui, em 1535. Qual era o meu marco? O meu marco era o pós-Abolição. Aí eu falava: “No pós-Abolição não foram implementadas políticas que permitissem a integração plena da população negra na sociedade brasileira. Então nós não somos discriminados apenas por sermos pobres, mas nós somos majoritariamente pobres por sermos negros.” E falava, e falava... Tinha uns que, no final, ficavam assim comigo: “Nunca soube disso. Nunca tinha pensado nisso. A senhora tem razão.” Até hoje eu não tenho o menor motivo para achar que aquela pessoa estava representando para mim. Eu não tinha nada para oferecer: não tinha cargos... O prefeito não falou para mim: “Diva, se estiver difícil lá, você fala que x obras que eles querem fazer serão feitas.” Não foi. Não teve nada para barganhar com eles. Era uma comunidade que não tinha dinheiro nenhum, não tinha nenhum capital eleitoral, que eu pudesse falar: “Olha, se você não votar a favor da Secretaria, nas próximas eleições você não vai ser aprovado pelo eleitorado, porque nós vamos te dar bomba nas eleições.” Eu não tinha nada. Eu tinha o meu convencimento e minha poderosa fé em Deus, que nunca eu desgrudo dela.

E foi interessante, porque eles começaram a conversar entre eles. E eu também fiz contatos. Bem relacionada na cidade, fui atrás de um grande amigo, bem mais velho do que eu, que era do PSDB, e falei assim: “Você tem que amansar seu pessoal lá na Câmara. Conversa com eles lá, pelo amor de Deus.” Porque eles eram muitos, e poderiam obstruir, poderiam fazer tudo para atrapalhar a aprovação do projeto de lei. O PSDB era oposição ao Célio de Castro, que era PSB-PT — depois ele convidou o PT para estar na administração, apesar de ter concorrido contra o PT no primeiro turno. Então, o PSDB apoiar essa ideia? Nunca.

Mas nós tivemos um apoio fantástico para elaborar o projeto de lei. Eu fui a pessoa que basicamente elaborou o projeto de lei. Mas e as justificativas? Foi o Hédio Silva Júnior. Tinha vereadores que falavam assim: “Nós não entendemos nada disso. Arranja alguém para fazer para nós e a gente lê lá na hora.” Então, o parecer da Comissão de Constituição da Câmara foi todo

feito pelo Hédio Silva Júnior. Eu já conhecia o Hédio de São Paulo. Eu disse: “Ah, mas que homem brilhante!” Eu fui bolsista da Fundação MacArthur e ele foi convidado para ser consultor e para falar num encontro que teve lá em São Paulo.²⁸⁴ Foi lá que eu o conheci. Quem apoiou também a Secretaria, e foi fantástico, foi o Edson Cardoso, de Brasília. Ele chegou a pegar ônibus com o dinheiro dele para vir participar de debates. Nós trouxemos... eu acho que o Hélio Santos falou, o Hédio Silva falou em plenário. Isso foi antes, para a construção de todo um convencimento político para a lei ser aprovada.

Aí, então, eu vou resumir uma bela história para vocês: esse nosso povo simples, miudinho, nas comunidades pobres, começou a fazer pressão em cima dos vereadores majoritariamente eleitos nas comunidades. Aí eles vinham sem firulas, sem sutilezas: “Olha, tem que votar a favor da Secretaria, senão a gente vai avisar o eleitorado todo que você é racista!” Era por aí. Aconteceram também reuniões em administrações regionais, tinha gente negra em administrações regionais que organizou debates com os vereadores que eram mais votados naquelas regionais ou que viviam naquelas regionais. Então foi criando uma coisa na cidade. Ah, fora a mídia. A mídia era incrível! Uma vez eu recebi uma jornalista, ela chegou assim como um pavão em cima de mim para desmontar essa ideia da criação da Secretaria. Uma jovem jornalista negra. Olha, ela acabou fazendo uma das mais belas matérias sobre a Secretaria. Até essas colunistas, tipo coluna social, fizeram artigos.

O dia da votação foi um dos dias mais belos de toda a minha vida. A Câmara de Vereadores amanheceu — e aí era a nossa turma trabalhando — com bandeirinhas com as cores da unidade africana nos jardins, faixas, essas faixas que são colocadas em postes, com mensagens para todos os vereadores de todos os partidos.²⁸⁵ Ah, poucos dias antes da votação, o líder do PSDB me chamou para uma reunião e disse: “A bancada está liberada. E eu vou votar contra. O que vai acontecer comigo? Vocês vão me vaiar?” A votação era aberta. E ele tinha que ser coerente, era de oposição até o fim. Eu disse para ele: “Vereador, ninguém vai vaiá-lo. Sabe por quê? Eu faço política para a vida inteira. Posso precisar do senhor de novo, e o senhor vai fechar as portas para mim. Então pode ficar tranquilo.” Gente, vocês não vão acreditar na capacidade de organização do nosso povo. Quando ele votou “não”, não teve uma vaia. E as galerias estavam entupidas de gente, entupidas! Eles falaram que foi o momento mais bonito daquela Câmara,

nenhum vereador faltou, foi o maior quorum. Estava todo mundo lá. E aquela coisa, aquele burburinho. Na entrada da Câmara tinha várias redações que a nossa meninada fez, pedindo aos vereadores para a cidade ficar melhor, sem racismo, para as crianças negras viverem melhor. Ou seja, a Câmara estava engalanada, toda enfeitada. Aí não teve nenhuma obstrução, a votação foi colocada para ser o primeiro ponto da pauta, e foi o único. Quando acabou, da plenária foi jogada uma chuva de pétalas de flores em cima da Câmara. Depois eles falaram: “Antes jogavam em cima da gente moedinhas, notas de um real.” Tipo assim: “Vendidos!” Não podiam jogar pedra nem pau por causa da segurança, mas umas moedinhas jogavam em cima deles. Aí foi magnífico! Eles interromperam a sessão, eu desci, os vereadores todos me abraçando, tirando fotos, aquela coisa toda que você já sabe que político faz, aí me deram a palavra e eu fiz um dos mais emocionantes discursos em toda a minha vida. Foi muito bonito. Muito bonito.²⁸⁶

Ivair Alves dos Santos

Em 1985 aconteceu um outro fato importante: a grande mobilização para a eleição do Tancredo.²⁸⁷ No Conselho da Comunidade Negra, nós nos pautamos para entrar com o Tancredo. Viemos para Brasília para conversar com ele, para ver de que maneira poderíamos apoiar a eleição. Tiramos aqui uma fotografia com ele e botamos no jornal do Palácio, para dizer: “Movimento negro conversa com Tancredo.” Isso nos colocava sempre na agenda nacional: “Os negros estão se articulando...” Mas quando o Tancredo resolve montar a “Comissão dos Notáveis”, que eram umas 50 pessoas do país que iam elaborar o projeto de Constituição, por uma razão que a gente nunca vai saber, era para ser o Milton Santos o indicado e, de repente, deixou de ser.²⁸⁸ E ficou um vazio. Não tinha negros incluídos na comissão. Nós montamos uma estratégia de ocupar esse lugar que seria de um negro. Mas não podia ser só uma reivindicação.

Um dia, a Folha de S. Paulo resolveu fazer um dia do governador do estado, acompanhar o governador por 24 horas. E acontecia um fato interessante — não esqueçam que eu tinha vindo de Angola e estava sempre antenado com o negócio da África do Sul, para bombardear e tal. E aí teve uma situação em que eu colei no governador: “Governador, nós temos que fazer alguma coisa contra o apartheid.” E a Folha de S. Paulo ouviu e registrou que os negros de São Paulo estavam preocupados com a África do Sul. “Então vamos fazer um ato.” Aí fizemos um ato no Palácio contra o apartheid. Chamamos vários cônsules que estavam em São Paulo e embaixadores africanos, chamamos a banda militar para tocar o Hino Nacional e tal. Fizemos tudo como manda o figurino, e dentro do governo do estado. A embaixada da África do Sul mandou uma carta protestando, e um representante do Ministério das Relações Exteriores devolveu a carta sem abrir, como um gesto elegante para dizer: “Nós vamos fazer o ato e acabou.”

Antes, nós sentamos no Conselho e dissemos: “Vamos planejar bem esse ato. Ele tem um objetivo muito concreto. É apartheid? É. Entretanto, Hélio, nós queremos é entrar na Comissão Constituinte. Então você vai ter que falar disso: não tem um negro lá... Temos que protestar em relação a isso.” Aí

falamos assim: “Você, Jurandir, quando o Hélio falar isso, você fica de pé e bate palmas, dizendo que é isso mesmo.” Tudo combinado. Não deu outra. Fomos lá, fizemos, quando o Hélio começou a falar — o Hélio fala muito bem —, um levantou, o outro levantou, aí a plateia levantou: “Onde já se viu não ter um negro na Constituinte?” Aí o Montoro, que não é bobo nem nada, pegou o microfone e disse: “Eu vou falar com o Tancredo. Eu vou ligar agora e pedir para um negro entrar, e o negro vai ser o Hélio Santos.” Foi nessa aí que o Hélio virou o cara da Comissão dos Notáveis para a Constituinte. De presidente do Conselho ele virou um cara nacional. Mas foi toda uma coisa orquestrada para ele chegar lá na frente.

Nós conseguíamos, de alguma forma, ter a sacação de que nós estávamos vivendo um momento tão rico que o negócio era pautar a questão nacional. Nós tínhamos que discutir com o país. Então, nosso jornal deixou de ter uma circulação estadual e passou a ter uma circulação nacional. A gente panfletava no país todo dizendo que existia um órgão nesse sentido. Muita gente protestava, era contra, mas o Conselho não estava aí para nada disso. Na verdade, nós estávamos abrindo uma nova esfera de intervenção, na estrutura, na máquina do Estado.

Edson Cardoso

Em 1984 aconteceu um encontro casual: encontrei uma pessoa chamada Arlete Sampaio, que tinha sido minha contemporânea de Colégio da Bahia.²⁸⁹ Conversa vai, conversa vem, ela me perguntou o que eu fazia lá em Brasília. Eu disse: “Estou fazendo movimento negro.” Ela falou: “Por que você não vem para o PT?” Eu falei: “Partido, não.” “Edson, por que partido não? É um partido aberto, dos movimentos sociais. Você pode entrar para transar isso.” Então, através desse convite da Arlete, e entrando nessa conversa de que era aberto, movimento social, eu entrei no PT para criar a Comissão do Negro do PT no Distrito Federal. Como não conhecia ninguém, saí procurando as pessoas: “Você conhece algum militante negro?” “Conheço fulano.” Aí montamos a Comissão do Negro do Partido dos Trabalhadores em agosto de 1984.

Eu tinha entrado para o MNU em 1981, mas aí meus vínculos se esmaeceram, porque o MNU de Brasília não aceitava essa ligação com o partido. Então fiquei na Comissão do Negro do PT e me entreguei de uma maneira total à militância. Em 1984 eu já estava fazendo o meu mestrado em comunicação na UnB, mas eu nem falava nisso com as pessoas, porque não era como hoje que tem muita gente fazendo mestrado. Imediatamente o que eu organizei? Encontro de estudos. Achava que as pessoas tinham que estudar. Selecionevamos textos e fazíamos discussão dos textos na Comissão do Negro do PT, que foi crescendo. Começamos a trazer pessoas para fazer palestras dentro da sede do PT. Em uma reunião fiquei sabendo que São Paulo tinha Comissão do Negro, que tal lugar tinha comissão... Falei: “Mas a gente deveria organizar esses negros do PT nacionalmente.” Olha a minha ingenuidade. A Arlete era a pessoa que viajava a São Paulo porque era a representante do PT do Distrito Federal na Direção Nacional. Então, dentro da Comissão, nós organizamos um texto propondo ao Partido dos Trabalhadores o I Encontro Nacional dos Negros do PT. Arlete levou isso e foi aprovado no Encontro Nacional do PT. O Francisco Weffort, que era o secretário, saindo do encontro, deu uma entrevista ao Diário Popular: “Esse encontro foi muito importante. Inclusive aprovamos uma decisão da maior importância para o Partido dos Trabalhadores, um I Encontro do Negro do PT.” O encontro da direção foi em 1986 e nosso I Encontro ficou aprovado

para 1987.

Eu me destaquei tanto no Distrito Federal que, como independente, cheguei à Executiva do PT lá no Distrito Federal. Criamos um jornal, o Raça e Classe. O PT no DF não tinha jornal. Os negros criaram um jornal. Um bom jornal, inclusive. Quem for estudar imprensa negra brasileira não vai poder ignorar o Raça e Classe. Bom, veio a campanha da Constituinte, em 1986.²⁹⁰ Aquela campanha foi muito importante. Era a primeira eleição do Distrito Federal e ela tinha uma característica: todos os candidatos à Constituinte teriam acesso a televisão e rádio. E nós avaliamos isso na Comissão. Nós queríamos que negros que não assumiam a questão racial e que eram fortes fossem candidatos. No caso bem específico, era Chico Vigilante, que já foi deputado federal e hoje é deputado distrital.²⁹¹ Eu jamais colocaria meu nome para ser candidato, porque nem tinha raiz na cidade, nem tinha dinheiro para a candidatura. Cheguei à cidade em 1980; até 1984, eu fugi da política, embora todo mundo me conhecesse por causa da livraria Galilei, onde trabalhei, e por causa disso e daquilo. Tinha me envolvido com o MNU, que era bastante incipiente no DF, mais nada. Então o que nós avaliamos na Comissão? Nós não tínhamos candidatos, mas gostaríamos que tivesse um candidato negro porque a luta da Constituinte era fundamental: criminalizar o racismo, aquelas bandeiras da época. Aí fomos procurar o Chico Vigilante para ver se ele toparia essas bandeiras. Ele falou que não. Aí a Comissão voltou, avaliou e falou assim: “Nós precisamos ter um candidato.” E eu fui tirado indicado para a plenária como candidato para a eleição constituinte pela Comissão do Negro. Nunca passou pela minha cabeça isso. Aí, aceita, não aceita: “Mas fazer uma candidatura assim?”

Eu tenho uma fita que eu vou passar para CD com todos os programas do PT nas eleições de 1986. Estão lá todas as minhas inserções, pequenas. Todas com absoluta coerência com tudo o que estou falando aqui. O símbolo que usei foi uma máscara nigeriana imensa, muito bonita. E o slogan foi assim: “A hora e a vez da nossa cidadania.”²⁹² Aí vinha aquela máscara, quando aparecia o meu retrato era atrás, por dentro do folder. Para o azar meu, o Correio Braziliense fez uma pesquisa de amostra e, por acaso, fizeram uma amostragem de Sobradinho e duas ou três pessoas citaram o meu nome. Então, na pesquisa aparecia o meu nome e os candidatos organizados apareciam abaixo. O PT começou a imaginar que eu tinha alguma coisa. Não tinha nada. Eu sofri muito por causa do PT durante a

campanha. Mas a gente fez a propaganda de rádio, a propaganda de TV, a gente visitou casas... Foi uma campanha muito bonita. Eu tive em torno de seiscentos votos no Distrito Federal. Por essas coisas de destino, na primeira urna do DF aberta, eu fui o primeiro voto apurado. A Comissão do Negro cresceu durante a campanha. Quando terminou a campanha, o PT não elegeu ninguém e marcou uma reunião na UnB no mesmo dia em que nós marcamos uma plenária da Comissão do Negro. Tinha quase cem pessoas na nossa plenária e o PT não tinha nem 50. O partido começou a dizer que nós estávamos construindo algo, aí começou a briga feia. E eu decidi, fiz minha carta e deixei o Partido dos Trabalhadores em 1987.

Magno Cruz

Hoje eu sou presidente do Conselho Diretor da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e também faço parte do Sindicato dos Urbanitários, inclusive como diretor de formação. Noventa por cento da diretoria do sindicato é negra, mas o pessoal sempre se nega a discutir a questão racial. Eles têm dificuldades. Eles são exímios diretores, exímios sindicalistas da CUT na discussão, no embate contra o empresariado. Isso eles fazem com competência. Mas na questão racial... Então o meu papel dentro do sindicato hoje é levantar a questão racial. E eu sempre digo: “Sou efetivamente um militante do movimento negro.” Em qualquer lugar em que eu esteja, estou lá enquanto militante do movimento negro. Já fui militante do Partido dos Trabalhadores, inclusive em 1988 fui candidato. Tive uma votação expressiva mas, como não conseguimos o coeficiente eleitoral, o PT elegeu só um candidato e eu fiquei como suplente. E daí em diante não me candidatei mais. O pessoal sempre diz: “Mas por que você não se candidatou?” Teve muita confusão na época. Muitas contradições: o PT achava que o meu discurso era só do movimento negro, que eu não falava do partido; e o movimento negro, por outro lado, achava que eu falava do partido e não falava do movimento.

Mas o que mais me chocou durante a campanha em 1988 foi o que aconteceu quando eu estava saindo de uma reunião na sede do CCN — que é num bairro de periferia, o bairro João Paulo. Eu já tinha gravado o programa eleitoral do PT. Cada vereador tinha um espaço de dez segundos. Hoje tem mais, porque o partido cresceu, mas na época era cruel. Dez segundos eram para eu dizer assim: “Eu sou Magno.” Ou então: “Meu número é 13...” Não lembro mais o número. Não dava para dizer as duas coisas. Nessa época eu estava barbudo — o tipo do petista era usar barba, o Lula usava —, usava uma boina colorida, roupas coloridas e com esse cabelão. Então causava um impacto a minha imagem, não é? Aparecia e sumia rapidamente. Eu vinha subindo para pegar o ônibus, passei por uma casa humilde e vi a chamada do PT. Tinha uma música que era característica da inserção. Aí me lembrei que nesse dia eu ia aparecer, porque não era todo dia que aparecia, eram muitos candidatos. Eu nunca tinha me olhado na televisão em campanha, aparecia mais na televisão como

militante do movimento negro. Corri e fiquei numa janela lá na casa: a televisão ligada, uma família negra, todos indubitavelmente negros, e o pai sentado. Tinha três filhos, parece que dois rapazes, uma jovem já quase adolescente e a mulher. Aquela postura do pai com o pé na cadeira, sentado em uma poltrona, aquela coisa do chefão, não é? A mulher sentada de uma forma mais submissa, e os filhos assim. Na realidade ninguém estava olhando para a televisão. No horário político ninguém olha para a televisão. E na hora em que eu apareci todo mundo olhou. Então o pai se levantou e muito indignado falou para a televisão: “Mas o que esse negro quer, rapaz? Esse negro não está vendo que isso não é lugar para ele?”

Eu não consegui superar isso até hoje, acredita? Mesmo com toda a militância, com toda a força, aquilo me deprimiu tanto que pensei seriamente, no outro dia, em abandonar a campanha. Mas a gente já estava no barco e não tinha mais como voltar atrás, até seria uma covardia. Mas ver o meu povo dizendo aquilo me chocou muito. O meu povo não ia votar em mim. Na realidade, eu cheguei a essa conclusão. Até que tive mil e poucos votos. Teve candidato com seiscentos que se elegeu, porque tinha a questão do coeficiente eleitoral. Mas aí cheguei à conclusão, para superar isso, que nós temos que trabalhar. Não adianta lamentar. Eu não faço apologia que negro tem que votar em negro, mas tem que votar no negro que tenha coerência com a luta.

Jurema Batista

Quando eu tomei consciência da questão racial fui para a extrema. Eu era da extrema esquerda do PT, eu era da extrema esquerda do movimento negro, em tudo eu era dos extremos! Nisso, eu procurei o IPCN e me filiei ao IPCN. Logo depois, a Lélia criou o Nzinga Coletivo de Mulheres Negras — eu participei com a Lélia da fundação. Porque a gente percebeu que tinha a questão racial, mas, dentro da questão racial, também tínhamos a questão de gênero. Elas me mandaram para o primeiro — acho que foi o primeiro — Encontro Feminista Latino-Americano, no Peru. Eu fui representando o Nzinga, e aí comecei a ser militante. Eu sentia facilidade para falar, as mulheres sempre me indicavam para tudo: “Vai lá. Agora você vai representar a gente na Bahia, em Minas, São Paulo...” E no PT também aconteceu a mesma coisa: “Você vai representar o PT não sei onde...” Na primeira convenção nacional do PT, eu fui representar parte do grupo do Rio.

Em 1982 fui candidata a vereadora. Foi a fundação do PT e a gente tinha que lançar um monte de candidatos, que era para legalizar o partido. Não tinha estrutura nenhuma, a gente andava de ônibus. Tive três mil e poucos votos. Naquela época teve o voto vinculado, e o PDT de Brizola arrebentou, elegeu todo mundo — elegeu o Agnaldo Timóteo com quinhentos mil votos...²⁹³ O pessoal se animou e falou: “Poxa, você tem voto.”

Não fui eleita em 1982, mas a Lélia foi convidada para trabalhar com a Benedita e falou para a Benedita que, para compor o gabinete, tinha que ter mais pessoas, inclusive de comunidades. E me indicou. Fui assessora da Benedita até 1985.²⁹⁴ Foi uma experiência legal, uma experiência boa, que me “cacifou” para depois. Quando me candidatei de novo, eu já sabia um pouco como transitar dentro do parlamento, já tinha a experiência de ter sido assessora de uma parlamentar negra, mulher, vinda de uma comunidade.

Aí fui eleita vereadora, fiquei em sexto lugar no partido. No meu primeiro mandato, de 1992 a 1996, a gente dizia que seria o porta-voz dos excluídos na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Quando assumi a vereança, levei

essas questões todas para lá: a questão racial, a questão da mulher, a questão das favelas. Mas as pessoas começaram a identificar no mandato a possibilidade de trazer outras demandas. E aí começou a vir gente de todos os lados, de outras comunidades, Zona Sul, Zona Oeste, começou a aparecer um monte de demandas de setores minoritários na sociedade: portadores de deficiências, o movimento gay me procurava trazendo a questão da violência contra os gays... E aí o que aconteceu? Por conta desse compromisso que a gente estava assumindo com esses movimentos, eu fui ser presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Aí que ampliou mais ainda. Qualquer pessoa que se sentia discriminada e tinha seus direitos humanos aviltados me procurava na Câmara. Foi um belo de um mandato. É o meu mandato inesquecível, porque foi onde eu aprendi tudo sobre parlamento também.

O pessoal colocou o nome do nosso gabinete de “quilombo” lá na Câmara. Porque diziam que aquilo lá era um quilombo, só tinha crioulo e favelado. Na campanha já tinha acontecido isso. Na campanha fizeram uma entrevista com vários parlamentares: o que eles tinham de carros? Um tinha van, outro tinha ônibus, outro tinha não sei o que lá, outro tinha uma frota. Aí me perguntaram o que eu tinha. Deu até uma matéria grandona no jornal O Globo: eu falei que eu tinha um quilombomóvel. Aí o pessoal falou: “Mas por quê?” “Meu carro não é um automóvel, é um quilombomóvel. Só anda cheio de crioulos. Um sentado em cima do outro, um quase cuspido pela janela...” Isso já deu a cara do mandato, que foi construída exatamente com quem abraçou a candidatura. Aí também foi uma coisa legal, porque nós pedimos que cada setor indicasse o seu representante para compor o mandato. O movimento negro indicou o Hermógenes Almeida; o movimento de mulheres indicou a Verônica Marques, uma moça que trabalhava comigo e agora está na USP; o pessoal de Campo Grande indicou a dona Aparecida, de quem eu não lembro o sobrenome; o pessoal de Oswaldo Cruz indicou o Mozart Chalfun, que veio até candidato agora pelo PT;²⁹⁵ o pessoal do Engenho Novo indicou uma moça chamada Edna Adelaide. Cada grupo indicou uma pessoa para vir trabalhar, não fui eu que escolhi.

Aí, em 1996, teve uma outra eleição e eu tripliquei a votação: de cinco mil para 17 mil votos. Ou seja, as pessoas apoiaram a ideia daquele mandato. Fomos para o segundo mandato e depois para o terceiro. E depois disso o pessoal decidiu, então, que ia me lançar deputada. Agora fui eleita deputada estadual.

Ivanir dos Santos

Sempre fiz política partidária a partir de uma perspectiva do movimento negro. Nunca fiz política no movimento a partir do PT. Tem diferença. Não é à toa que eu tenho companheiros que me apoiam justamente porque tenho essa visão e, ao mesmo tempo, tenho dificuldades no partido por conta disso, porque eu não sou da corrente a ou b. Tanto que agora nós decidimos criar uma corrente chamada “Alternativa Popular”, de maioria negra, no interior do Partido dos Trabalhadores.

Mas estou dizendo para vocês que a gente é de um movimento social que não é movimento social tradicional. Quais são os dois movimentos sociais tradicionais, na lógica partidária? O movimento estudantil e o movimento sindical. A maioria dos quadros partidários vem desse movimento ou daquele. Aqui está a intelectualidade e aqui está o operário, a vanguarda, mas estão também os setores médios que se organizam em sindicatos. Normalmente a massa não participa desse tipo de movimento. Movimento de favelas, movimento negro, movimento de crianças e adolescentes são movimentos olhados de forma secundária dentro do partido. Não são valorizados dentro da disputa partidária. Porque tradicionalmente não são setores que, segundo eles, enfrentam o capital. Essa é a noção dos partidos de esquerda, que acham que esses segmentos dividem a luta de classe. Como o movimento negro, até bem pouco tempo, dividia. Eles nunca compreenderam que o movimento negro é um dos movimentos mais revolucionários que esse país pôde produzir. Mexe com a ruptura, inclusive, de uma visão eurocêntrica de uma sociedade que tenta se firmar como eurocêntrica. Mesmo a luta dos operários no Brasil, em dado momento, é dirigida por pessoas com noções eurocentristas. Se você olhar esse movimento a partir de uma visão de Gramsci, da luta da contracultura, do bloco hegemonicó, é super-revolucionário. Você não sabe o que é botar 40% de negros na Faculdade de Medicina, que confusão isso vai dar. Vai ter beijo na boca, vai ter reação das famílias. Não é à toa que muita gente é contra. Porque não quer mesmo a mistura, porque é um lado da sociedade em que as pessoas nunca conviveram com negros em condição de igualdade.

CULTURA E POLÍTICA

Luiz Alves Ferreira (Luizão)

Nós recebemos críticas de algumas pessoas do MNU porque botamos o nome da entidade de Centro de Cultura Negra. Aí eu perguntei para um companheiro uma vez se ele tinha lido as obras de Amilcar Cabral, do Mario Pinto de Andrade e do Agostinho Neto para falar de cultura.²⁹⁶ Porque ele pensava que a gente estava fazendo cultura pelo culturalismo. Eu via o Amilcar Cabral dizendo: “Você não vai lá numa comunidade para falar o que você aprende na universidade. Você tem que trazer para a comunidade e melhorá-la.” E ele era marxista no início. Mas tem os dogmáticos até no nosso movimento. Eu falei: “Leia o Amilcar Cabral!” Comecei a ler mais para conhecer, porque não tinha isso na universidade, ninguém lia. Não chegavam livros aqui sobre as independências na África. Tive contato com o Amilcar Cabral no movimento negro mesmo. Quando viajava para São Paulo, via um livro, pegava e comprava: Amilcar Cabral, Mario Pinto de Andrade... Aliás, esse movimento de independência na África ajudou também o movimento e a luta pela democracia aqui no país. Não só para a comunidade negra, mas para todo mundo, eu acho. Na hora da fundação do CCN não tinha só negro lá, tinha gente que estava com a gente, tinha todo mundo.

Teve até um colega que perguntou por que nós não entramos no MNU. Eu falei: “A gente estava aqui e já vinha trabalhando isso desde 1978.” Qual era a nossa luta aqui? A luta pela manutenção da terra, do lugar onde morar. E lugar onde morar, tanto faz se é urbano ou rural. No nosso caso era mais na zona rural. Primeiro, nós fomos na comunidade quilombola de Mandacaru dos Pretos, foi a primeira denúncia que nós fizemos. Então começou aí o trabalho. E a gente fazia debates, fazia discussão, ia para o interior, chamava gente de fora para vir aqui. E aí fizemos Semana de Cultura Negra, Semana de Política Negra, porque a visão que a gente tem é que a cultura está dentro da política e vice-versa.

Djenal Nobre Cruz

Severo Darcelino, que era um ator negro e militante, montou o Grupo de Arte Cênica Castro Alves em 1973, a entidade mais antiga do movimento negro de Sergipe. Em geral, todo mundo do movimento negro passou por essa entidade. Era como se fosse a primeira formação. Foi uma figura de referência para o pessoal que veio depois. Ele trabalhava com poemas, trabalhava com teatro, chamava todo mundo do movimento negro, todo mundo que queria descobrir a cultura negra. Eu acho que ele foi fantástico, porque era uma figura que estava na ditadura militar, em que não se discutia essa questão, e ele dizia: “Tem racismo nesse país, nesse estado.” E mostrava e tal. Ficava difícil de se manifestar contra o chamado mito da democracia racial, que foi a ditadura que colocou na cabeça do povo.

Mas a gente tinha algumas diferenças políticas e ideológicas, então passava por lá e ia embora fazer o movimento. Ele tinha uma visão mais conservadora da questão, era mais à direita, e a gente era mais à esquerda na compreensão do processo de luta. Ele trabalhava a questão cultural como forma de atrair as pessoas para discutir a questão racial, e a gente trabalhava com a questão política, porque a questão racial é uma questão política dentro dessa sociedade. A gente tem que quebrar pelo político, e não pelo cultural; politicar a questão para a sociedade, levar a ideia de que esse país tem um apartheid que é culpa dessas elites, que libertaram entre aspas e não contemplaram um projeto político que estava na questão da libertação. E ele não tinha essa visão da coisa. Ele achava que tinha que ser uma coisa mais negociada, não tinha que ser uma ruptura desse processo. A gente brigava muito, brigava muito. Porque a gente também tinha uma visão mais marxista da questão.

Aí tem uma questão: quando eu foquei em Marx, tive um rompimento também com a esquerda. Para eu compreender a sociedade, eu tinha primeiro que me assumir como negro e, a partir daí, ver a sociedade como um negro. E eu estava achando que Marx só resolvia a questão social e não contemplava a minha questão como negro. Para mim, isso foi fundamental, porque eu acho que a esquerda, a chamada “esquerda branca”, só analisa a questão da sociedade pelo foco marxista. E, dentro desse foco, não

contempla algumas diferenças, diversidades, dentro da sociedade. Isso para mim era muito limitado.

Hoje tenho a visão da sociedade como negro e, a partir daí, pelos elementos de Marx, eu analiso. É um outro olhar. O Severo Darcelino compreendia na teoria que a elite trouxe esse apartheid para a sociedade brasileira, mas não concordava com os métodos de luta. Ele fazia uma conciliação nesse jogo. Ele achava que o método era outro, de tentar sensibilizar. Eu não concordava: a gente tinha que denunciar, confrontar.

Ivair Alves dos Santos

Em 1976, 77, já havia uma tensão, no meio do movimento negro, entre aqueles que defendiam que era uma mudança cultural e os que defendiam uma mudança mais profunda. Os primeiros achavam que a mudança tinha que acontecer através de informação: “Temos que publicar mais, organizar poesia, organizar contos, fazer eventos esportivos, tentar reunir a comunidade.” Era a linha do Feconezu, era a linha do Quilombhoje — uma tendência que a gente batizou de “culturalista”. Eram pessoas que tinham feito as opções corretas, mas que a gente não sabia avaliar naquele momento. E havia as pessoas oriundas, como eu, do movimento político, que queriam uma manifestação mais política, mas nós não tínhamos nenhum cabedal para fazer isso. Eles tinham um projeto específico de literatura, de teatro, de festival, e nós querendo transformar aquilo em uma coisa política, negando que aquilo fosse política. No bojo disso surge uma cisão e, na minha avaliação pessoal, o MNU surge dessa cisão.

Antonio Carlos dos Santos (Vovô)

Nós já fomos chamados de “falso africano” e de “tocador de tambor” pelo próprio pessoal do movimento negro. Essas pessoas achavam que tinha que ser pelo político e não pelo cultural. Só que nós mostramos ao pessoal que só o fato de a gente criar um bloco desses já foi um ato político. E você faz o político junto com o cultural. Porque você fazia aqui reuniões de movimento negro e só iam os mesmos. Às vezes tinha mais brancos do que negros nas reuniões, nos seminários onde tinha pesquisadores. E no bloco afro, você faz na rua. Você tem o apelo popular, e ali você passa todas as informações. No início foi difícil: se eu parasse para alguém falar, para dizer uma poesia, tomava vaia. Mas nós fomos educando o pessoal. Hoje você para qualquer pessoa aqui para falar, para o ensaio, a festa, e todo mundo presta atenção em tudo, fica ligado em tudo o que você fala. Então, se eu botar um político, não tem negócio de vaia, não tem nada. O pessoal tem consciência. Aos poucos fomos conquistando o pessoal e depois eles entenderam.

Tem pessoas que já foram inimigas ferrenhas do bloco afro. Tem gente no movimento negro que não queria saber de candomblé, que dizia que era alienação, que estava ligada com o poder. Hoje todo mundo é confirmado, todo mundo é ogã, todo mundo frequenta terreiro.²⁹⁷ Eu não digo nada, acho bom que eles assumam. Nunca critiquei ninguém por isso, mas já tomei muita porrada aqui: “Você é uma pessoa porreta, mas tem um defeito: você é de candomblé!”

Nunca mudei o discurso, nós nunca mudamos a filosofia do bloco. Nunca fomos racistas, nunca discriminamos ninguém aqui, mas sempre afirmamos que nós somos negros. As pessoas estranham ainda, porque a coisa aqui não é mascarada, todo mundo sabe que o Ilê é um bloco afro dirigido por negros e voltado para a melhoria de qualidade de vida de todo o povo negro. Hoje, nos projetos sociais, nos cursos profissionalizantes, nós atendemos todo mundo. Agora, a filosofia do Ilê, se você vier estudar aqui, você vai sair um cara menos perverso, com outra visão, porque nós formamos cidadãos. Porque aqui nós não incentivamos que os garotos tenham ódio de branco, nem de índio, nós primamos pela igualdade. Qualquer pessoa que precise, que procure a gente, a gente atende aqui.

Agora, para o carnaval, ainda não. As pessoas às vezes confundem, porque, no início do Ilê, só saía negro preto, vamos dizer, porque as pessoas não se assumiam. As pessoas que não se assumiam como negras, chegavam aqui e a gente barrava. Elas iam para o bloco de trio, e lá eram barradas. Aí tinham que se definir: o que elas eram? Os blocos de trio barravam e barram os negros. Tem bloco aqui em que só sai branco. E não é só branco, o cara tem que ser branco classe média, tem que estudar; não pode ser o branco da Liberdade, que estude por aqui no Duque de Caxias, na Escola Parque. Ele tem que estudar nas escolas mais caras daqui, tem que morar no bairro considerado nobre. Tanto que eles vendem as fantasias nesses locais para evitar a mistura. Tem bloco também que não aceita gordo, que não aceita baixo, que não aceita gente com mais de 30, tem bloco onde tem que ser jovem e com dinheiro. Hoje, mesmo os mais claros, se eles se assumirem como negros, são aceitos no Ilê.

Aqui no Ilê é tudo muito em cima da música. A música é um veículo condutor muito importante. E nós só trabalhamos com as nossas músicas, a não ser que seja uma música muito especial, num determinado momento. Aqui tem música tema, que é a música do tema do ano, que é a música que educa. Nossa música não toca no rádio, mas desde a época do ensaio na rua você vai ouvindo essa música todo dia, vai aprendendo, vai repetindo, e aquilo vai ficando gravado. Então é a música com que você informa; informa a nós e à cidade. Não é só para educar o branco; para a gente também, porque nós não tínhamos essa informação, não temos no dia-a-dia, no livro didático.

Acho que em 1998 ou 2000, eu fui para os Estados Unidos a convite da Usia e fui conversar com um cara do centro islâmico lá.²⁹⁸ Ele era um especialista e estava me mostrando um livro que tinha uma parte que falava sobre África. Tinha informações sobre Gana, o reino do Mali, sobre o reino do ouro, império de Mansa Musa...²⁹⁹ Em 1983 o Ilê falou sobre isso.³⁰⁰ Aí comecei também a falar. Eu tinha informações que o livro não tinha. Aí o cara ficou assim: “De onde vêm essas informações?” Eu disse: “Rapaz, essas informações eu peguei pesquisando para o tema de carnaval, com o tema de carnaval que me informou e nós informamos a cidade.” Em 1986, eu estava vindo de Benin, nós fizemos escala em Abidjan e, quando chegamos lá com o tecido do Ilê, com tantas informações, eles ficaram pirados sem saber como é que a gente sabia aquela história toda certinha.³⁰¹ A Regina Casé foi para Moçambique e levou um tecido;³⁰² quando mostrou lá, os africanos

ficaram: “Como é que pode...?”, com as informações tão exatas que a gente conseguiu. E agora nós começamos a pegar esse material de uns 12, 15 anos atrás, e a transformar em caderno de educação para utilizar nas escolas. Mas ainda é muito pouco aproveitado isso. Quando a gente fala na Lei 10.639, nós já fazemos isso há 30 anos.

E tem a música poesia, que é uma música que não fala de branco, nem bem nem mal, não critica ninguém, mas só fala de negro de forma positiva. Então tudo de ruim que a gente sempre ouviu, que negro é feio, que negro fede, que negro é maluco, que mulher negra tem o cabelo ruim, tem que espichar o cabelo, tudo isso — as palavras também que sempre foram usadas para tentar macular a imagem do negro —, nós sempre usamos de forma positiva. A gente ensaiava na rua, aí um compositor chamou nossa sede de “Senzala do Bairro Preto” e ficou.³⁰³ As pessoas perguntam: “Por que a senzala? A senzala sempre foi um lugar de muito sofrimento.” Sim, foi um lugar de muito sofrimento, mas aqui é uma nova senzala, um lugar de alegria, de conforto, de beleza. Então, essa coisa do Ilê, o perfil azeviche do Ilê, essa é a marca nossa. O que é perfil azeviche? O perfil bastante negro. Tudo o que você vê do Ilê Aiyê, você vê a marca, sempre tem o símbolo do perfil azeviche, os tecidos, tudo. Enfim, temos consciência de que nós somos uma entidade que é ouvida.

Luiz Silva (Cuti)

O movimento negro é uma coisa muito difusa: são muitas atividades e muitas entidades. E o meu potencial estava dirigido exatamente para a área da cultura. Foi por isso que as áreas em que eu mais atuei foram no Feconezu, o Festival Comunitário Negro Zumbi, na criação do Quilombhoje e dos Cadernos Negros e, depois, na manutenção dessas atividades. Eu percebi que nós tínhamos que afunilar muito mais energia para esse campo da literatura. Por quê? Porque era um campo muito difícil. Muitos militantes que liam, vamos dizer, teoria política, não gostavam de poesia, não gostavam de contos. Então percebi que nós tínhamos que ter o nosso grupo, um grupo que fizesse e que gostasse de literatura, de poesia. E foi o que fizemos.

O que caracteriza a poesia negra? Nesses dois termos, nós temos um substantivo e um adjetivo. Entretanto, esse adjetivo “negra” é um disfarce do substantivo. Na realidade nós temos dois substantivos aí, e dois substantivos imbricados, sem a necessidade do conectivo. E eu digo isso por quê? Porque a literatura que nós fazemos traz uma subjetividade que não encontrou guarida na literatura brasileira como deve, como merece. Tudo aquilo que nós negros sentimos em relação à violência do racismo, à violência da escravidão, tudo isso que nós sentimos não trafega na literatura, porque o branco só pode ver o negro por fora. O branco não pode ver o negro por dentro para ter essa empatia capaz de se colocar no lugar do negro. Determinados sentimentos, determinadas simbologias são muito particulares. Você precisa ter passado determinadas coisas para você perceber e ser capaz de traduzir isso em palavras. Você veja, por exemplo, uma pessoa que sofre uma discriminação muita violenta e tem que ir para

casa sem poder reagir. Esse mundo interior que ela vive, essa combustão interior só ela experimenta. Uma pessoa branca não tem acesso a essa experiência subjetiva de como pensar o outro, como pensar a sua perspectiva de vida, como encarar a sua história, como encarar o seu próprio corpo, porque é através desse corpo que ela recebe as agressões.

Tudo isso são questões muito pessoais de negros, são questões muito íntimas que um branco, para traduzir em palavras, em arte, ele precisa ter uma empatia muito profunda, uma empatia muito especial, muito fina. Há um poema do Éle Semog, reparem bem: “Não basta apenas a didática teórica para perceber a beleza do ébano / é preciso alma, calma, paciência e tempo / é preciso mais que simpatia para entender o ébano por dentro.”³⁰⁴ Então o Semog, quando faz isso, está justamente traduzindo esta subjetividade. Você percebe no texto de um autor negro, engajado, militante, consciente, politicamente envolvido com a ideologia do movimento negro, você percebe esse outro olhar. Sem contar que nós temos fenômenos interessantes, como, por exemplo, a questão do interlocutor. O “eu” negro, o “eu” poético ou o “eu” na primeira pessoa, no caso da prosa, ele fala com alguém. E esse “eu” negro dirige-se muitas vezes para o branco e muitas vezes para o negro. E, quando ele se dirige para o negro, existe um conluio que vai resultar na palavra “nós”, uma fusão de dois “eus”: o “eu” do emissor e o “eu” do receptor. Isso, falando dentro do próprio texto. Não estou fazendo análise subjetiva da biografia do autor, eu estou falando exatamente do texto.

Nós negros vivemos essa questão séria de não sermos o emissor do texto e nem o receptor de muito texto, de muita literatura brasileira. Então, a contribuição da literatura negra vem exatamente nesse sentido de provocar o estranhamento naqueles que não estão identificados como negros. E talvez gerar, como tem

gerado muito, essa identidade naqueles carentes dessa identidade. E aí eu falo não apenas dos negros e mestiços, mas dos brancos também. Porque, quando você é branco e você lê um texto de negro na primeira pessoa, não tem como, você tem que aderir, ou então você vai ter uma leitura muito tensa, se você se colocar em oposição àquele “eu” que está narrando a história. Se o texto for denso, dali a algumas páginas você está aderida a um “eu” negro, e essa experiência subjetiva é importantíssima para o Brasil.

Eu gostaria de declamar um outro poema, um poema meu. Por exemplo, “Quebranto”, que vai nessa linha: “Às vezes sou policial que me suspeito / me peço documentos e / mesmo de posse deles me prendo e me dou porrada / às vezes sou porteiro / não me deixando entrar em mim mesmo / a não ser na porta de serviço / às vezes sou o meu próprio delito / corpo de jurados, a punição que vem com o veredito / às vezes sou o amor que me vira o rosto / o quebranto, o encosto / a solidão primitiva que me envolvo com o vazio / às vezes as migalhas do que sonhei e não comi / outras o bem-te-vi com olhos vidrados trinando tristezas / um dia / um dia fui à abolição / que me lancei de supetão no espanto / depois um imperador deposto / a República de conchavos no coração / e em seguida uma Constituição / que me promulgo a cada instante / também a violência do impulso / que me põe do avesso / com acessos de cal e gesso / eu chego a ser / às vezes eu faço questão de não me ver / e entupido com a visão deles / sinto-me a miséria concebida como um eterno começo / fecho-me o cerco / sendo gesto que me nego / a pinga que me bebo e me embebedo / o dedo que me aponta/ e denuncio o ponto que me entrego / às vezes.”

Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro.

227 A Lei nº 10.639, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 9 de janeiro de 2003, tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras em todas as escolas de ensino básico do país. O processo de sua elaboração é assunto do capítulo 9 deste livro.

228 O jornal Quilombo, criado por Abdias Nascimento, era publicado no Rio de Janeiro e circulou entre 1948 e 1950.

229 O jornal O Exemplo foi o primeiro jornal da imprensa negra no Rio Grande do Sul, fundado em 1892. No início da República, na primeira década do século XX, entre 1902 e 1910, o jornal publicava denúncias contra o “preconceito de cor”, que impedia o negro de se reunir em público, de frequentar escolas, hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, bondes e praças públicas em Porto Alegre. Ver Maria Angélica Zubaran, “A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910)”. Trabalho apresentado no III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, realizado em maio de 2007, na Universidade Federal de Santa Catarina, e disponível em www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/47.47.pdf, acesso em 10/8/2007.

230 O Grupo de Teatro Evolução de Campinas foi fundado por Thereza Santos e Eduardo Oliveira em 1971.

231 Herbert de Souza (1936-1997), o Betinho, formou-se em sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1962, no mesmo ano em que participou do núcleo que fundou a Ação Popular (AP). Chegou a exercer funções de coordenação e assessoria no Ministério da Educação e Cultura durante o governo João Goulart (1961-1964) e passou a atuar na resistência à ditadura militar, após o golpe militar de 1964. Em 1971, com o endurecimento do regime militar, exilou-se no Chile, onde foi assessor do presidente Salvador Allende, que foi deposto pelo golpe do general Augusto Pinochet, em 1973. Em 1974, já vivendo um processo de desengajamento da AP, foi para o Canadá e depois para o México, onde cursou o doutorado. De volta ao Brasil, com a Anistia em 1979, Betinho trouxe do exterior a experiência de um novo modo de organização da sociedade civil que não passava pelos partidos políticos e pelos sindicatos, e fundou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), em 1981. Ver

www.ibase.org.br, acesso em 10/8/2007.

232 Wânia Sant'Anna, militante do movimento negro, é historiadora e foi pesquisadora do Ibase na década de 1980. Foi conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher entre 1999 e 2003 e secretária de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro em 2002, durante o governo de Benedita da Silva (2002).

233 Dom Eugênio de Araújo Sales (1920) foi cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro entre 1971 e 2001, quando foi substituído por dom Eusébio Oscar Scheid, ex-arcebispo de Florianópolis. Ver DHBB e <http://pt.wikipedia.org>, acesso em 10/8/2007.

234 A Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) foi criada no dia 11 de fevereiro de 1954 pelos superiores e superioras maiores de ordens e congregações religiosas e de sociedades apostólicas, presentes no I Congresso de Religiosos e Religiosas do Brasil, realizado na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 7 e 13 de fevereiro daquele ano. Ver www.crbnacional.org.br/arquivo.htm, acesso em 10/8/2007.

235 Carlos Alberto Afonso foi cofundador do Ibase, estudou engenharia naval na Escola Politécnica da USP e formou-se mestre em economia pela York University, em Toronto, Canadá, onde também cursou doutorado em pensamento social e político. Foi membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (1995-1997) e é diretor de desenvolvimento da Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits). Marcos Arruda, também cofundador do Ibase, economista e educador, é doutor em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador geral do PACS (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul). Ver www.comciencia.br/reportagens/internet/net17.htm e www2.mg.trt.gov.br/informe/acs/2005/n030605.htm, acesso em 10/8/2007.

236 Victor Vockerodt, sul-africano de mãe xhosa e pai alemão, foi pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos entre o final da década de 1970 e início da década de 1980. Ver a edição da entrevista com José Maria Nunes Pereira publicada na revista Estudos Históricos (Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, n. 39, 2007/1).

237 Lincoln Peixoto dos Santos (1949-2007), arquiteto, dançarino e ator, foi

militante do movimento negro desde o início da década de 1970 e participou da criação do Movimento Negro Unificado em 1978. Foi o criador do Festival de Cinema Brasileiro em Gotemburgo, na Suécia, onde viveu nos últimos 25 anos. Ver www.afropress.com/noticias_2.asp?id=1283, acesso em 31/8/2007.

238 Trata-se de Carlos Alberto da Silveira (Carlão), Célio de Oliveira e Jorge de Miranda Teodoro.

239 O quinto e último número do jornal Sinba foi publicado em setembro de 1980.

240 Ao optar por títulos como Cadernos Sinba e Coleção Sinba, os dirigentes da entidade explicitavam a intenção de produzir várias edições. Entretanto, em função de problemas como a falta de infraestrutura e a ausência de recursos, que eram comuns nas entidades do movimento negro nas décadas de 1970 e 1980, foi realizada apenas uma publicação de cada “coleção”. O Cadernos Sinba publicou em 1980 o título Caderno de descolonização da nossa história: Zumbi, João Cândido e os dias de hoje (Rio de Janeiro, Ed. Coomcimpra, 1980) e a Coleção Sinba lançou a cartilha já citada O movimento negro e as eleições (Rio de Janeiro, Ed. Coomcimpra, janeiro de 1983). Outra “coleção”, intitulada Textos Sinba, lançou o livro Libertaçāo africana: falar de Amilcar Cabral é falar da luta de um povo (Rio de Janeiro, Ed. Coomcimpra, 1983). Todas as publicações são de autoria de Amauri Mendes Pereira e Yedo Ferreira.

241 Leonel de Moura Brizola (1922-2004) foi eleito prefeito de Porto Alegre em 1955 e governador do Rio Grande do Sul em 1958. Em 1962 teve a maior votação do país para a Câmara Federal, representando o estado da Guanabara. Cassado pelo movimento militar de 1964, Brizola ficou no exílio até a Anistia de 1979, quando retornou ao país. Com a reorganização partidária, fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), pelo qual se elegeu duas vezes governador do estado do Rio de Janeiro, exercendo o cargo de 1983 a 1987 e de 1991 a 1995. Ver DHBB. Dom José Maria Pires (1919) foi arcebispo da Paraíba entre 1966 e 1995.

242 Chagas Freitas foi governador do estado da Guanabara de 1971 a 1975 e do estado do Rio de Janeiro de 1979 a 1983.

243 Roberto da Silva Casau (1949), conhecido como Roberto K-Zau, é fotógrafo, artista plástico e militante do movimento negro. Nascido em Campinas (SP), entre o final da década de 1960 e meados da década de 1980 viveu no Rio de Janeiro, de onde se mudou para São Luís do Maranhão, cidade em que vive até hoje. Mohandas Karamchand Gandhi (1869-1948) foi o líder pacifista da independência da Índia, conquistada em 1947. Gandhi ganhou notoriedade internacional por sua política de desobediência civil e pelo uso do jejum como forma de protesto, que começou a desenvolver durante o período em que viveu e atuou como advogado na África do Sul, no início do século XX. Era chamado de “Mahatma”, que na língua sânscrito significa “a grande alma”. Ver http://pt.wikipedia.org/wiki/Mahatma_Gandhi, acesso em 10/8/2007.

244 Marcos Romão é jornalista e militante do movimento negro. Participou da diretoria do IPCN durante os dois mandatos de Januário Garcia (1987-1991) e coordenou o primeiro programa de “SOS Racismo” no Brasil, em 1987. Há cerca de 15 anos está radicado em Hamburgo, na Alemanha, onde coordena e lidera a organização Quilombo Brasil e mantém a rádio Mamaterra. Ver www.viapolitica.com.br/comunidade_view.php?id_comunidade=48, acesso em 11/8/2007.

245 Olímpio Marques dos Santos (1919-1981) atuou com Solano Trindade no Centro Democrático Afro-brasileiro, nos anos 1950, e trabalhou em vários jornais cariocas como revisor. Nas décadas de 1970 e 1980 participou do IPCN. Ver: Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.). Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000), bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife (1917), foi advogado, jornalista, escritor, historiador, professor e político. Deputado federal por Pernambuco (1935-1937, 1946-1948, 1959-1963) e governador do mesmo estado (1948-1951), foi presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) entre 1926 e 1927, 1930 e 1932 e de 1978 até 2000, ano de sua morte. Ver DHBB e www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=203, acesso em 11/8/2007.

246 A Conferência de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina, conhecida como Conferência Tricontinental, foi realizada em Havana, Cuba, em janeiro de 1966, sob o impacto das vitórias das revoluções cubana e argelina e da ocupação militar dos Estados Unidos no Vietnã. Antes dela, haviam sido realizadas quatro Conferências de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, a primeira delas em Bandung,

Indonésia, em 1955. A quinta conferência incorporou ao movimento a América Latina e dela resultou a Organização de Solidariedade com os Povos de Ásia, África e América Latina (Ospaaal). Entre outras personalidades presentes, estavam Amílcar Cabral, líder revolucionário de Cabo Verde e Guiné-Bissau; Ho Chi Minh, chefe de estado do então Vietnã do Norte; Fidel Castro, líder da Revolução Cubana de 1959, e Ahmed Sukarno, líder da independência e primeiro presidente da Indonésia, entre 1945 e 1967. Ver Emir Sader et al. (org.) Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe (Rio de Janeiro, UERJ; São Paulo, Boitempo, 2006) e www.wikipedia.org, acesso em 10/8/2007.

247 Em 17 de outubro de 1979, o presidente João Figueiredo enviou ao Congresso Nacional uma mensagem propondo o fim dos dois partidos existentes — a Arena, de situação, e o MDB, de oposição — e a formação, em 18 meses, de novos partidos. A medida visava evitar o caráter plebiscitário das eleições, que levara a um crescimento cada vez mais expressivo do MDB, e impedir que o governo ficasse em posição difícil no colégio eleitoral que escolheria o próximo presidente da República. A extinção do bipartidarismo foi aprovada pelo Congresso em 29 de novembro do mesmo ano, abrindo espaço para a organização de um sistema pluripartidário no Brasil. Com esse novo sistema, no ano de 1980 vários partidos políticos foram criados, entre eles o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), criado logo em janeiro, o Partido dos Trabalhadores (PT), em 10 de fevereiro, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 16 de setembro, entre outros. Ver DHBB, verbete “João Figueiredo” e www.cpdoc.fgv.br, acesso em 11/8/2007.

248 A Lei nº 3.270, de 28/9/1885, ficou conhecida como a Lei dos Sexagenários. Mesmo sendo uma lei de pouco efeito prático, já que libertava escravos que, por sua idade, tinham uma força de trabalho pouco valiosa, ainda previa uma indenização aos senhores de escravos, que seria paga por um fundo de emancipação. A lei afirmava também, entre outras coisas, no Artigo 3º, parágrafo 10º: “São libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta lei, ficando, porém, obrigados a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de três anos.” Ver www.direitoshumanos.usp.br/counter/Doc_Histo/texto/Sexagenarios.html, acesso em 11/8/2007.

249 Ver nota 1, no primeiro capítulo deste livro.

250 Maria Esterlina Mello Pereira fez mestrado em história na Universidade Federal Fluminense (1983) e foi professora da Universidade Federal do Maranhão. José Carlos de Sabóia Magalhães Neto (1945), formado em sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1970, e mestre em antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1974, foi eleito deputado constituinte pelo Maranhão em 1986. Na Assembleia Nacional Constituinte, integrou a Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Após a promulgação da Constituição, em outubro de 1988, continuou seu mandato como deputado federal, para o qual foi reeleito em 1990 e em 1994. Permaneceu na Câmara Federal até 1996, quando foi afastado do mandato de 1995 a 1999 em virtude da recontagem de votos no Maranhão. Ver DHBB e www.camara.gov.br, acesso em 11/8/2007. Estevão Maya-Maya, militante do movimento negro, é poeta, diretor de teatro, cantor e maestro do coral Cantafro, criado por ele em 1986, a partir de um grupo de fiéis da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em São Paulo. Publicou poesias em diversos livros e revistas, no Brasil e nos Estados Unidos. Ver www.facasper.com.br/radiouniversitaria/notas.php?id_nota=435, acesso em 11/8/2007.

251 Arnaldo Xavier (1948-2004) foi poeta e militante do movimento negro. Publicou, entre outros, Antologia da nova poesia brasileira (1992) e Antologia da poesia negra brasileira (1993). Ver www.facom.ufba.br/etnomidia/humor.html, acesso em 11/8/2007.

252 O tambor de crioula é uma dança afro-brasileira encontrada no estado do Maranhão e praticada sobretudo por descendentes de africanos. A principal característica coreográfica da dança é a formação de um círculo com solistas dançando alternadamente no centro. Um de seus traços distintivos é a punga ou pungada (a umbigada). O tambor de crioula foi reconhecido pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no dia 18/6/2007, como 11ª expressão da cultura brasileira a ser considerada bem imaterial do país e a primeira maranhense a receber o título. Ele integra oficialmente o Livro das Formas de Expressão, o que equivale a seu tombamento e ao reconhecimento como patrimônio imaterial do Brasil. Ver www.cultura.gov.br/noticias/na_midia/index.php

[p=27397&more=1&c=1&pb=1 e](#)
[www.cmfolclore.ufma.br/Htmls/Boletim%2003.htm, acesso em 11/8/2007.](#)

[253 A Cafua das Mercês foi criada pelo Decreto nº 5.536, de 5 de fevereiro de 1975, e inaugurada no mesmo ano. Situa-se no bairro da Praia Grande, antigo bairro das grandes casas comerciais do início do século XIX do Maranhão. Segundo consta, o local era um antigo mercado de escravos, construído no século XVIII para receber os negros africanos, que ali desembarcavam vindos da África para serem comercializados. Ver](#)
[www.cultura.ma.gov.br/eventos/anexos/cafuaDasMerceas.htm, acesso em 11/8/2007.](#)

[254 O bloco afro Akomabu foi criado no CCN em 3 de março de 1984. Ver](#)
[www.ccnma.org.br/akomabu.htm, acesso em 11/8/2007.](#)

[255 Kátia Mello, esposa de João Jorge Santos Rodrigues, foi coordenadora pedagógica do bloco afro Olodum. Ver](#)
[www.cult.ufba.br/enecult2007/FernandoConceicao.pdf, acesso em 11/8/2007.](#)
[Raimundo Gonçalves dos Santos, conhecido como Raimundo Bujão, foi membro da Secretaria Estadual de Combate ao Racismo da Bahia, membro da Coordenação Nacional de Entidades Negras \(Conen\) e atualmente é coordenador de projetos especiais da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza \(Sedes\) do estado da Bahia. Ver www.sedes.ba.gov.br, acesso em 11/8/2007. Sobre o bloco afro Malê Debalê e sobre o grupo Niger Okan, ver trecho da entrevista de Gilberto Leal no capítulo 7 deste livro.](#)

[256 Iphan é a sigla do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.](#)

[257 A chamada teoria do branqueamento do início do século XX supunha que, em três ou quatro gerações, com a entrada maciça de imigrantes brancos, a população brasileira se tornaria cada vez mais branca. Em 1911, no I Congresso Internacional das Raças, realizado em Londres, João Batista de Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro apresentou sua tese no trabalho “Sur les métis au Brésil” \(“Sobre os mestiços no Brasil”\) de maneira direta: “O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução.” Segundo Lilia Schwarcz, “O país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo](#)

acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural (quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco.” Ver Lilia Moritz Schwarcz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930) (São Paulo, Companhia das Letras, 1993), pp. 11-12. A teoria do branqueamento, ao lado da ideia de democracia racial, teve grande impacto na construção das relações raciais no Brasil do século XX. Ambas foram os primeiros grandes alvos de denúncias do movimento negro contemporâneo no Brasil, a partir da década de 1970.

258 Carlão é Carlos Benedito Rodrigues da Silva, já citado no capítulo 4, e Luizão é Luiz Alves Ferreira, um dos entrevistados deste livro.

259 O Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa foi criado em 23 de junho de 1986, dentro do CCN, mas no início dos anos 1990 assumiu estrutura própria. O nome do grupo é uma homenagem às mães de santo e faz uma referência especial a Andresa Maria de Sousa Ramos, quarta mulher a chefiar a Casa das Minas, terreiro com organização matriarcal fundado por escravos africanos procedentes do Daomé, atual Benin, tombado pelo Iphan em 2002. Ver <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=44>, www.ufma.br/canais/gpmina/informacoes.asp e www.irohin.org.br/imp/template.php?edition=17&id=14, acesso em 12/8/2007.

260 Cosme Bento das Chagas, mais conhecido como Negro Cosme, nasceu escravo entre 1800 e 1802, na cidade de Sobral, no Ceará. Em 1839 já era uma liderança quilombola no Maranhão e adotou o título de Dom Cosme Bento das Chagas, Tutor e Imperador da Liberdade Bem-Te-Vi, como eram chamados os membros ou simpatizantes do Partido Liberal. Fundou um grande quilombo na fazenda Tocanguira e tornou-se uma das lideranças da revolta da Balaiada, comandando cerca de três mil quilombolas. A Balaiada foi uma revolta de fundo social, ocorrida entre 1838 e 1841 no interior do Maranhão, durante o período regencial, e tem esse nome por causa de um dos líderes da revolta, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, conhecido como Manuel Balaio, que fazia cestos grandes de palha como profissão. Ver Maria de Lourdes Mônaco Janotti. A Balaiada (2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1991); Matthias Röhrig Assunção. “Histórias do Balaio: historiografia, memória oral e as origens da Balaiada.” História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral (n. 1, junho 1998, pp. 67-

[89\), e http://pt.wikipedia.org, acesso em 13/8/2007.](http://pt.wikipedia.org)

[261 Tambor de mina é a denominação mais difundida das religiões afro-brasileiras no Maranhão e na Amazônia. A palavra “tambor” deriva da importância do instrumento nos rituais de culto. O tambor é como um livro sagrado, indispensável à transmissão oral, pelos cânticos, da sabedoria ancestral feita pelos sacerdotes e filhos de santo. O nome “mina” deriva do termo negro-mina de São Jorge da Mina, denominação dada aos escravos procedentes da “costa situada a leste do Castelo de São Jorge da Mina”; segundo Pierre Verger, na atual República de Gana, trazidos da região das hoje repúblicas do Togo, Benin e da Nigéria, que eram conhecidos principalmente como negros mina-jejes e mina-nagôs. Ver Pierre Verger. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos. \(Salvador, Currupio, 1987\), p. 12,](http://pt.wikipedia.org)
www.tvebrasil.com.br/doctv2/adescobertaamazonia.htm e
[http://pt.wikipedia.org, acesso em 13/8/2007.](http://pt.wikipedia.org)

[262 A umbanda é uma religião nascida no Rio de Janeiro, entre o fim do século XIX e o início do século XX, que originalmente juntava elementos espíritas e de origem africana banto, estes já plasmados sobre elementos jeje-iorubás, e que hoje se apresenta segmentada em variados cultos caracterizados por influências muito diversas, como indigenistas, catolicistas, esotéricas, cabalísticas etc. A quimbanda é uma segmentação da umbanda que utiliza especialmente exus em suas práticas, nas quais se incluem supostos malefícios endereçados a pessoas, animais etc. A denominação é-lhe atribuída pelos adeptos da “umbanda de linha branca”. Em linguagem leiga, seus centros e atividades são chamados de “macumba”. Ver Dicionário Houaiss da língua portuguesa \(Rio de Janeiro, Objetiva, 2001\).](http://pt.wikipedia.org)

[263 O candomblé é uma religião original do golfo da Guiné, trazida pelos africanos apresados pelo tráfico escravagista, e na qual sacerdotes e adeptos encenam, em cerimônias públicas e privadas, uma convivência com forças da natureza e ancestrais. Caracteriza-se pelo culto dos orixás, divindades iorubás, e desenvolveu-se no Brasil a partir da Bahia. Embora confinado originalmente à população de escravos, proibido pela Igreja Católica e criminalizado por alguns governos, o candomblé prosperou e se expandiu consideravelmente desde o fim da escravidão. Ver Dicionário Houaiss da língua portuguesa \(Rio de Janeiro, Objetiva, 2001\); Nei Lopes.](http://pt.wikipedia.org)

Enciclopédia... (op.cit.) e <http://wikipedia.org>, acesso em 14/8/2007.

264 No tambor de mina são cultuados voduns da região do Daomé, como Averequete, Doçu, Poliboji, Sobô e muitos outros (mais de 60 são conhecidos só na Casa das Minas), mas aparecem também orixás conhecidos no candomblé, como Iemanjá, Xangô, Nanã e outros. Há ainda caboclos das linhas de cura e pajelança, deuses indígenas, nobres encantados — como dom Sebastião e Marquês de Pombal —, junto com sultões e princesas do Oriente, cuja história remonta à época das Cruzadas. Nos aproximadamente 2.500 terreiros de mina existentes na Grande Belém, as princesas turcas Mariana, Herondina e Jarina são as entidades mais cultuadas entre todas as que fazem parte do mundo da encantaria. Ver Sergio F. Ferretti. “Diversidade religiosa e cultural do Maranhão”, disponível em www.ufma.br/canais/gpmina/Texto/5.doc e www.tvebrasil.com.br/doctv2/adescobertaamazonia.htm, acesso em 13/8/2007.

265 Para o educador Paulo Freire (1921-1997), os temas e as palavras geradoras do processo de alfabetização de adultos deveriam ser extraídos da prática de vida dos próprios educandos. Assim, era preciso antes de mais nada conhecer o aluno enquanto indivíduo inserido num contexto social, de onde deveria sair o conteúdo a ser trabalhado. O objetivo da alfabetização de adultos era promover a conscientização acerca dos problemas cotidianos, a compreensão do mundo e o conhecimento da realidade social. Ver www.paulofreire.org/Biblioteca/metodo.htm e <http://pt.wikipedia.org>, acesso em 13/8/2007.

266 Luiz Inácio Lula da Silva foi candidato a governador de São Paulo na legenda do PT em 1982, mas perdeu a eleição para Franco Montoro, do PMDB.

267 A Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, chamada “Lei Afonso Arinos” por ter se originado de um projeto de autoria do então deputado federal Afonso Arinos de Mello Franco, incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. A diferença em relação à legislação atual é o fato de o racismo ter deixado de ser contravenção e passado a ser crime inafiançável, segundo o item XLII do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 7.716, sancionada em 5 de janeiro de 1989, conhecida como “Lei Caó” por resultar de projeto

de autoria do deputado federal Carlos Alberto de Oliveira, que definiu os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Ver “Legislação” em www.senado.gov.br, acesso em 8/12/2006.

268 A campanha das “Diretas Já” foi um movimento político e social suprapartidário que pedia o retorno das eleições diretas para a presidência da República em 1984. A pressão ganhou força após a volta das eleições diretas para governador, em 1982. Um acordo entre os partidos de oposição — PMDB, PDT, PT e PTB — levou à apresentação, em março de 1983, de uma emenda constitucional do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) propondo eleições diretas para presidente. A partir daí tiveram início as mobilizações que culminaram numa série de comícios nos primeiros meses de 1984. Não obstante a mobilização de milhões de pessoas em todos os estados do país, a emenda Dante de Oliveira foi derrotada na Câmara dos Deputados em 25 de abril de 1984 por uma diferença de 22 votos, e a eleição do primeiro presidente civil após 20 anos de governo militar ainda foi feita por via indireta. Ver DHBB.

269 No dia 23 de abril de 1984, 61 artistas, políticos, dirigentes sindicais, esportistas e intelectuais se manifestaram em favor da aprovação da emenda que restabeleceria eleições diretas para presidente no país e fizeram uma fotografia no heliponto do prédio da Folha de S. Paulo. Ver www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/clipping/abril2004/clipping040425.html, acesso em 13/8/2007.

270 Funai é a sigla para a Fundação Nacional do Índio, criada em 1967. Ver www.mj.gov.br/Institucional/estrutura/Funai.htm, acesso em 26/12/2006.

271 Almir Pazzianotto Pinto (1936), advogado especializado na área trabalhista, foi o principal assessor jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema durante a greve dos metalúrgicos do ABC de 1978. Deputado estadual por São Paulo (1975-1982), no início de 1983 assumiu a Secretaria das Relações de Trabalho no governo de Franco Montoro, cargo que exerceu até o início de 1985, quando assumiu o Ministério do Trabalho no governo José Sarney. Permaneceu no Ministério até em 1988, quando foi nomeado ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ainda pelo presidente Sarney. Ver DHBB.

272 Joaquim dos Santos Andrade (1926-1997), conhecido como Joaquinzão,

foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo entre 1965 e 1986 e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) de 1986 a 1991, quando apoiou Luís Antônio de Medeiros na criação de outra central de trabalhadores, a Força Sindical. Ver DHBB.

273 Luiz Paulo Lima, jornalista e fotógrafo, é assessor de Relações Institucionais do Museu Afro Brasil, em São Paulo. Foi consultor para a criação da Frente Parlamentar pela Ética na TV na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e membro do Fórum Paulista de Entidades pela Ética na TV. Também é membro da Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Em agosto de 2006 realizou a exposição “A fé em águas onde o profano é sagrado”, na Faculdade Cásper Líbero, com as fotografias que fez ao percorrer nove países da África entre 1995 e 2002, para entender o processo de fusão política e religiosa no continente. Ver www.usp.br/nce/africabrasil/paginas/palestrantes.htm e [www.facasper.com.br/cultura/site/entrevistas.php? tabela=dialogoentrevista&id=125](http://www.facasper.com.br/cultura/site/entrevistas.php?tabela=dialogoentrevista&id=125), acesso em 13/8/2007.

274 O jornalista Audálio Dantas (1929) iniciou a carreira como repórter da Folha da Manhã, hoje Folha de S. Paulo, passando em seguida pelas redações das revistas O Cruzeiro, onde foi redator e chefe de reportagem; Quatro Rodas, nas funções de editor de turismo e redator-chefe; Realidade, como redator e editor; Manchete, como chefe de redação, e Nova, como editor. Desde 2005 é vice-presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Ver www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=370, acesso em 14/8/2007. Carolina Maria de Jesus (1914-1977) nasceu em Sacramento, interior de Minas Gerais, em uma família de oito irmãos, extremamente pobre, e estudou apenas até o segundo ano primário. No final da década de 1930, mudou-se para São Paulo, indo morar na favela do Canindé. Ganhava seu sustento e de seus três filhos catando papel. No meio do lixo, Carolina encontrou uma caderneta. Transformou-a em diário e passou a registrar seu cotidiano de favelada. Em 1960, descobertas pelo jornalista Audálio Dantas, suas anotações foram transformadas no livro Quarto de despejo (São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1960), que vendeu mais de cem mil exemplares e depois foi traduzido para 13 línguas em 40 países. Ver Azoilda Loretto da Trindade. “Saberes e fazeres: modos de interagir”, volume 3 do projeto A cor da cultura (Rio de Janeiro, Fundação Roberto Marinho, 2006), pp. 144-145.

275 Leonel Brizola, do PDT, foi governador do estado do Rio de Janeiro em dois mandatos, de 1983 a 1987 e de 1991 a 1994.

276 O comício das Diretas Já no Rio de Janeiro foi marcado inicialmente para a data de 21 de março, mas teve de ser transferido em virtude de uma crise renal do governador Leonel Brizola e acabou ocorrendo em 10 de abril. No dia 21 de março foi realizada uma grande passeata no Centro do Rio, entre a Candelária e a Cinelândia. Ver DHBB.

277 O massacre de Sharpeville, distrito negro de Johannesburgo, ocorreu em 21 de março de 1960, quando o Exército sul-africano atirou sobre uma multidão de 20 mil negros que protestavam pacificamente contra a lei do passe, que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os locais por onde podiam circular. O saldo da violência foram 69 mortos e 186 feridos. Em função desse evento, o dia 21 de março foi oficializado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.

278 A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo (SP), no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. Ver www.cut.org.br, acesso em 14/8/2007.

279 Carlo Cafiero (1864-1892), anarquista italiano, escreveu Compendio de O Capital, também conhecido como O Capital: uma leitura popular, um resumo da obra de Marx destinado à classe operária italiana quando O capital ainda não havia sido lançado em italiano. Ver [http:// wikipedia.org](http://wikipedia.org), acesso em 14/8/2007.

280 Criada no início do segundo governo de Leonel Brizola (1991-1994), com Abdias Nascimento à frente, a Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Negras (Sedepron), mais tarde chamada Seafro, tinha como objetivo a formulação e a implementação de políticas públicas em favor das populações discriminadas. Ver www.abdias.com.br/secretarias_estado/secretarias_texto.htm, acesso em 14/8/2007.

281 Marcello Alencar foi governador do Rio de Janeiro de 1995 a 1998.

282 No primeiro turno das eleições municipais, em outubro de 1996, Célio de Castro foi apoiado por uma coligação que reunia o Partido Socialista

Brasileiro (PSB), o Partido Popular Socialista (PPS) e o PMDB. No segundo turno, realizado em novembro, juntaram-se à coligação PT, PC do B, PDT e Partido da Frente Liberal (PFL). Seu mandato começou em 1º de janeiro de 1997. Reeleito em outubro de 2000, assumiu o segundo mandato em janeiro do ano seguinte, mas licenciou-se do cargo em abril de 2003 por motivo de saúde. Ver DHBB e www.wikipedia.org.br, acesso em 1/8/2007.

283 Paulo Augusto dos Santos, o Paulão, desde 1997 é vereador em Belo Horizonte, onde exerce seu terceiro mandato consecutivo pelo PC do B. Foi membro do Conselho Municipal de Saúde por duas vezes, assessor da administração Regional Leste na gestão Patrus Ananias (1993-1997), presidente e vice-presidente da Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte e atualmente integra a Comissão de Administração Pública e é membro do Conselho Municipal de Habitação. Ver www.cmbh.mg.gov.br/index.php?option=com_vereador&Itemid=296, acesso em 14/8/2007.

284 A Fundação MacArthur, instituição privada fundada nos EUA em 1978, patrocina grupos ou indivíduos que colaboram para a melhoria da condição humana. Ver www.macfound.org, acesso em 26/8/2007.

285 A Organização da Unidade Africana (OUA) foi criada em 25 de maio de 1963 em Adis Abeba, Etiópia, por representantes de 32 governos de países africanos independentes. Foi substituída pela União Africana em 9 de julho de 2002. A entrevistada refere-se às cores verde, amarelo e vermelho, conhecidas no Brasil como “as cores da unidade africana”. São as cores do movimento pan-africanista, que defende a unidade da África, dos africanos e seus descendentes espalhados pelo mundo, em especial nas Américas, e tem como uma de suas principais referências o jamaicano Marcus Garvey (1887-1940). As cores verde, amarelo e vermelho foram as cores adotadas na bandeira da Etiópia, país em que foi criada a OUA, e nas bandeiras de mais 14 países africanos. Entretanto, as cores da bandeira da OUA, assim como da União Africana, que a substituiu, são: verde, amarelo e branco. Ver <http://pt.wikipedia.org>, acesso em 14/8/2007.

286 A Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra de Belo Horizonte (Smacon) foi extinta no final de 2000, como parte de uma reforma administrativa aprovada pela Câmara Municipal. Esse assunto também foi tratado na entrevista de Diva Moreira. A nova estrutura

organizacional da Administração Direta do Poder Executivo do município de Belo Horizonte, com a Smacon já extinta, foi disposta pela Lei nº 8.146, de 29 de dezembro de 2000, publicada no dia seguinte no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. Ver <http://bhz5.pbh.gov.br/dom2000.nsf/jornaldehoje?readform>, acesso em 14/8/2007.

287 Tancredo de Almeida Neves (1910-1985), deputado federal por Minas Gerais (1951-1953, 1954-1955, 1963-1979), ministro da Justiça no segundo governo Vargas (1953-1954), primeiro-ministro na fase parlamentarista do governo João Goulart (1961-1962) e senador por Minas Gerais (1979-1983), foi eleito governador de Minas na legenda do PMDB em 1982 e assumiu o mandato no ano seguinte, mas renunciou em 1984 para se candidatar à presidência da República na legenda da Aliança Democrática, formada pelo PMDB e pela Frente Liberal, que reunia dissidentes do Partido Democrático Social (PDS). Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves derrotou o candidato do PDS, Paulo Maluf, no Colégio Eleitoral, por 480 votos contra 180. Na véspera da posse, em 15 de março, contudo, foi internado com uma crise de diverticulite, assumindo em seu lugar o vice-presidente José Sarney. Depois de ser submetido a várias cirurgias, faleceu em 21 de abril de 1985. Ver DHBB.

288 Em 1985, o presidente eleito Tancredo Neves, acolhendo sugestão do jurista Afonso Arinos de Mello Franco, decidiu convocar uma comissão de estudos constitucionais para, em nome do Poder Executivo, elaborar um anteprojeto que subsidiasse o trabalho dos futuros constituintes. Com o falecimento de Tancredo, o cumprimento da agenda de transição do regime militar para a democracia coube ao vice-presidente José Sarney. No dia 18 de julho de 1985, Sarney assinou o Decreto nº 91.450, instituindo a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais — conhecida como “Comissão Arinos”, em homenagem a seu idealizador e presidente —, no âmbito do Ministério da Justiça. A Comissão Arinos entregou seu trabalho no dia 24 de setembro de 1986. Ver DHBB.

289 Arlete Sampaio (1950), formada em medicina pela UnB, foi uma das fundadoras do PT e da CUT no Distrito Federal. Foi duas vezes candidata a senadora, sem obter êxito, em 1986 e em 1998, e foi eleita vice-governadora do Distrito Federal, na chapa encabeçada por Cristovam Buarque, nas eleições de 1994. Foi eleita deputada distrital pelo PT do Distrito Federal

[nas eleições de 2002. Ver](#)
www.cl.df.gov.br/portal/parlamentares/paginas/deputada-arlete-sampaio,
acesso em 14/8/2007.

290 As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte foram realizadas em 15 de novembro de 1986, concomitantemente às eleições para os governos estaduais e para deputados estaduais.

291 Francisco Domingos dos Santos (1954), conhecido como Chico Vigilante, foi um dos fundadores do PT e da CUT no Distrito Federal. Trabalhador da construção civil e vigilante, ajudou a criar a Associação dos Vigilantes do DF em 1979 e foi presidente da entidade de 1980 a 1985, ano em que ajudou a transformar a Associação em Sindicato dos Vigilantes, de que foi presidente até 1990. Em 1989, Vigilante foi um dos coordenadores da campanha de Lula à presidência da República. Foi duas vezes eleito deputado federal pelo Distrito Federal, na legenda do PT, em 1990 e em 1994. Em 2002 foi eleito deputado distrital pelo mesmo partido. Ver DHBB e
www2.camara.gov.br/deputados/index.html/loadFrame.html, acesso em 15/8/2007.

292 Uma reprodução do cartaz da campanha de Edson Cardoso para a Constituinte, com o símbolo e o slogan da campanha, pode ser encontrada no livro Consciência negra em cartaz, de Nelson Fernando Inocêncio da Silva (Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2001), p. 118.

293 O sistema de voto vinculado, adotado nas eleições de 1982, fazia com que quem votasse para governador de um partido fosse obrigado a votar no mesmo partido para os outros cargos, sob pena de ter o voto anulado. Como afirma o Artigo 8º da Lei nº 7.015, de 16 de julho de 1982: “Nas eleições previstas nesta Lei, o eleitor votará apenas em candidatos pertencentes ao mesmo partido, sob pena de nulidade do voto para todos os cargos.” Ver
www.senado.gov.br, acesso em 15/8/2007.

294 Benedita Souza da Silva (1942), nascida e criada em comunidades carentes do Rio de Janeiro, foi eleita em 1976 presidente da Associação de Moradores do Morro do Chapéu Mangueira, no Leme, onde morava e participava também do movimento de mulheres. Foi fundadora do departamento feminino da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj) e do Centro de Mulheres de Favelas e Periferias

(Cemuf). Uma das fundadoras do PT no Rio de Janeiro, em 1982 foi eleita nessa legenda vereadora da cidade do Rio de Janeiro. Cumpriu o mandato até 1986, quando foi eleita deputada federal constituinte pelo estado do Rio de Janeiro. Benedita da Silva foi a primeira mulher negra a acessar alguns dos mais importantes cargos na República brasileira: foi eleita senadora pelo estado do Rio de Janeiro em 1994, vice-governadora nas eleições de 1998 e, em 2002, com a renúncia do então governador Anthony Garotinho para concorrer às eleições para a presidência da República, assumiu o cargo de governadora do estado do Rio de Janeiro, que exerceu de abril a dezembro daquele ano. Foi nomeada ministra da Assistência e Promoção Social pelo presidente Lula em 2003 e permaneceu no cargo até janeiro do ano seguinte. Atualmente é secretária de Ação Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. Ver DHBB e www.social.rj.gov.br/perfil_secrt.asp, acesso em 20/8/2007.

295 Mozart Santana Chalfun foi candidato a vereador da cidade do Rio de Janeiro na legenda do PT nas eleições municipais de 2004. Ver www.tse.gov.br/sieeseireweb/seire.jsp?modulo=RE&anoConexao=2004, acesso em 15/8/2007.

296 Mario Pinto de Andrade (1928-1990) foi presidente do MPLA entre 1960 e 1962 e dedicou-se, em seguida, à sua atuação como intelectual, participando de seminários e fóruns, onde representou uma importante voz na luta pela independência angolana. Além de artigos e ensaios, publicou os livros Antologia temática de poesia africana (1953, 1979) e Origens do nacionalismo africano (1997). Ver www.fundacao-mario-soares.pt/arquivo_biblioteca/dma_biografia.asp, acesso em 28/2/2007.

297 Ogã, no candomblé e religiões afins, é o título e o cargo atribuído àqueles capazes de auxiliar e proteger a casa de culto, e aos que prestaram serviços relevantes à comunidade religiosa. O cargo inclui funções seculares, como questões financeiras e organização das cerimônias públicas e religiosas. Confirmação, nos candomblés, é o ato de um ogã reafirmar, em cerimônia pública ao fim da iniciação, o seu desejo de fazer parte da comunidade da casa. Ver Dicionário Eletrônico Houaiss, 2001.

298 A Usia, United States Information Agency, organismo voltado para relações internacionais, existiu entre 1953 e 1999, quando foi incorporada ao Departamento de Estado. Ver <http://dosfan.lib.uic.edu/usia/>, acesso em

23/1/2007.

299 Mansa Musa foi um lendário imperador do império islâmico do Mali, um dos maiores impérios do mundo no século XIV, entre 1312 e 1337. Ver <http://www.sbmrrj.org.br/Historia-americas.htm>, acesso em 28/1/2007.

300 O tema de 1983 recebeu o título “Ghana-Ashanti”. Ver www.ileaiye.com.br, acesso em 23/1/2007.

301 Os tecidos de cada carnaval têm palavras e informações relacionadas ao tema do ano. Desde 1995 também são publicados pelo Ilê Aiyê os Cadernos de Educação, com informações e histórias sobre os temas de cada carnaval. Ver www.ileaiye.com.br, acesso em 15/8/2007.

302 Regina Casé, atriz e apresentadora da Rede Globo de Televisão, criou e apresentou o programa Minha periferia, exibido aos domingos à noite, durante o programa Fantástico, que teve quatro episódios gravados em comunidades carentes da cidade de Maputo, capital de Moçambique, durante o ano de 2006.

303 Senzala do Bairro Preto é o nome do prédio que é a sede do Ilê Aiyê, no bairro do Curuzu, em Salvador.

304 Luiz Carlos Amaral Gomes (1952), mais conhecido como Éle Semog, poeta e escritor nascido em Nova Iguaçu (RJ), fundou, em 1984, o grupo “Negrícia, Poesia e Arte de Crioulo” e foi cofundador do jornal Maioria Falante, no Rio de Janeiro, em 1988. Em 2006 era coordenador do Instituto Palmares de Direitos Humanos (IPDH). Publicou seus poemas em diversas coletâneas de poetas negros, no Brasil e no exterior, e os livros O arco-íris negro (1978) e Atabaques (1983), em colaboração com J. C. Limeira, entre outros. Ver Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.) e Domício Proença Filho. “A trajetória do negro na literatura brasileira”. (Estudos avançados, v.18, nº 50, São Paulo, 2004), disponível em www.scielo.br, acesso em 15/8/2007.

305 O poema “Quebranto” (palavra que, de acordo com o Dicionário Houaiss, significa, entre outras coisas, “efeito malévolos, segundo a credice popular, que a atitude, o olhar etc. de algumas pessoas produzem em outras”) foi publicado no Cadernos Negros nº 5, de 1982 (pp. 17-18).

6

1988

O NEGRO E A CONSTITUIÇÃO

Mundinha Araújo

Na década de 1970, eu já estava envolvida com esse negócio de querer saber mais sobre a gente mesma, e ouvia falar, de vez em quando, de locais em que só moravam pretos no interior. Como eu sou daqui de São Luís, não tinha essa referência, nem sabia disso. Eu disse: “Mas só preto?” “Só preto. Não se misturam com os brancos.” Aí eu já fiquei com a coisa do jornalismo, da investigação; já tinha aprendido o suficiente para ver o que é assunto para você investigar mais e o que não é. Fiquei logo querendo ir numa dessas comunidades. E a primeira para onde fui, em 1977, eu acho, foi a comunidade Cruzeiro, no município de Dom Pedro. Eu trabalhava lá no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais e tinha uma colega que era desse município. O irmão dela era prefeito de Dom Pedro. Todo mundo, lá onde eu trabalhava, já sabia dos meus interesses por tudo quanto era coisa de negros. Se aparecia notícia em jornal, fosse de fora, o diretor lia lá em cima e dizia: “Manda para a Mundinha, tem uma coisa aí.” Aí eu recortava e já ia fazendo o meu arquivo.

Em Dom Pedro, cheguei e fiquei hospedada, porque, de qualquer forma, eu já conhecia o prefeito, que era irmão da minha amiga. Acho que peguei minha bolsa, nem sei se pensei para onde eu estava indo. Não levei um lençol, só estava com uma saia comprida, porque eu ando com umas saias longas, e uma camiseta. Não esperava encontrar o que eu ia encontrar. Ele me deixou lá e disse: “Mundinha, amanhã eu venho te pegar.” E fiquei para dormir. Não era grande o povoado, mas me impressionou. O primeiro impacto é que tinha muitas mulheres, assim, nas portas, e os casebres — como é típico da zona rural —, de barro, cobertos de palha. A imagem que vi eu só tinha visto no cinema, na África. Uma imagem que eu nunca vou esquecer e que depois se repetiria em todas as comunidades. Mas era a primeira vez que eu estava vendo isso. É costume ficar na porta mesmo. Na parte da tarde as pessoas ficam, conversam, ou então ficam socando o arroz no pilão. É assim, típico de aldeia, em que as casas ficam mais ou menos dispostas em círculo. E não era um povoado grande.

Eu cheguei e falei que estava conhecendo os lugares. Tinha levado uma pauta: qual a origem? Já estavam lá havia muitos anos? O que era isso? Aí

eles vinham me contar histórias, procurei saber coisas do tempo do cativeiro. E tinha a figura de uma mulher de que eu fiz uma foto, ela devia ter bem mais de 1,80m, a cabeça pelada. Anair. Era de uma nação sem cabelo. O cabelo era rente ao couro cabeludo. Não tinha, praticamente. O que ficava sendo bem exótico para mim era justamente esses negros que têm pouco cabelo, que o cabelo não cresce. Não são todos, mas uma boa parte. No segundo cartaz da Semana do Negro botamos essa figura. E, para mim, ela era uma africana, o tipo dela, esbeltíssima. Era uma palmeira. E ela estava pilando arroz. Então fiz muitas fotos dela com o pilão, depois dela sentada conversando. Eu já estava com toda uma conversa sobre o que eu queria saber, recordando coisas do tempo do cativeiro, aí uma hora ela falou comigo: "Nós, dessa nação..." Ela se referiu à nação. Não sei se ela estava falando em relação à cor, já que ela tinha nascido aqui, mas era a forma de falar que foi passando de pai para filho. E não tinha praticamente mistura nenhuma. Tinha um terreiro também, os tambores, as mulheres do culto.

Fui uma única vez lá. Mas bastou para que eu quisesse conhecer outras. Fiz muitas anotações, fiz as fotografias, depois mandei para eles as fotos. Eu, em princípio, quando ia para esses povoados, queria conhecer, que eles me conhecessem, ficava conversando, ouvindo histórias. Porque ainda não estava pensando em criar o movimento, nada. Era mais para fazer fotografias, andava sozinha. Não sei como é que eles viam a minha figura, com aquele cabelão, aquelas saias compridas, uma máquina fotográfica.

Mas e o lençol? Como foi para dormir?

Ah! Quando chegou a noite eles me deram uma redezinha numa casa em que ficava um vão aberto. Veja só, eu também fui de oferecida. As pessoas não tinham me chamado para ir até lá nem nada, e eram muito pobres. E resolvo dormir. Eu vi que não tinham comida. Nem sei se comi no outro dia, se almocei, ou o quê. Jantar eu sei que não teve nesse dia, não tinha. E ela armou uma rede que parecia de criança. No interior do Maranhão é muito quente durante o dia, mas à noite veio um frio, mas um frio, eu nem podia me proteger com a beira da rede porque era muito pequena. E não tinha um lençol. Depois eu vi que não era hábito; no interior eles não usam lençóis nos povoados. E sofri tanto que, quando amanheceu, eu tremia de frio e procurava me cobrir com a saia comprida, me encolher o máximo para ficar

debaixo da saia. E aprendi desde aí a não viajar nunca mais para povoado sem levar lençol. Foi meu batismo, mas gostei muito.

Depois fui para umas comunidades de Alcântara, de que eu já sabia da existência. Fui muitas vezes em Cajueiro. Mas aí a gente já estava começando o movimento, em 1979 para 1980. Ali é que foi também o encantamento. Tinha muitas mulheres, todas trabalhadoras, e a gente percebia que as mulheres é que eram o grande referencial ali na comunidade. Não tinha um visitante que chegasse lá que não se encantasse com aquela energia ali. E ali dançavam o tambor de crioula, tinha terreiro e elas sempre dispostas a conversar com a gente, sempre. Mas também foi da mesma forma: “Qual é a origem?...” Muitas fotos, muitas coisas, para saber como era o povoado. E gostava mesmo de estar conversando com elas. Elas vinham do banho dos rios — e a gente também se sentia em uma própria aldeia africana —, só com a saia, só com uns panos amarrados, os peitos todos do lado de fora, coisa assim inusitada de a gente imaginar. E o banho era coletivo. Aí uma professora depois, conversando comigo, dizia: “Aquele povo do Cajueiro dança tudo junto, banha tudo junto.” Na verdade costuma ter rio de mulher e rio de homem nesses povoados. Mas isso foi depois; no começo, dizem que todo mundo banhava junto. Eles diziam: “Mas nós somos todos parentes.” Aí diziam: “Parentes? Mas vocês não se casam aqui? Então não é todo mundo parente.” Mas dava para entender. E fui me iniciando nesse negócio de comunidade e aprendendo com eles. E sabendo como chegar, o que era possível, eles ficavam logo gostando muito de mim. Porque a gente tem que adquirir a confiança dessas pessoas. Acho que, pelo fato de eu ser negra, eles não achavam nada de estranho que eu quisesse saber mais sobre os pretos daquele lugar e sobre a forma de viver deles.

Eles chamavam de “terra de preto”? De onde vem essa designação?

Não. “Terra de preto” foi atribuído, assim como se atribuiu “quilombo”. Eles, quando muito, falavam em comunidade, acho que pelo trabalho das Comunidades Eclesiais de Base. Em todo lugar teve esses padres trabalhando. E eles denominavam tudo de comunidades. Nação eu só ouvi mesmo a senhora lá no Cruzeiro. Nessa época só se falava em comunidade. E quando era caso só de preto, comunidade negra. Agora, as terras de preto, o Alfredo Wagner é que já vai chamar. Dentro dessa estrutura

agrária, ele diz, tem terras de índio, terras de preto, terras de santo... Já foi uma classificação atribuída pelo antropólogo. Terra de santo pode ser até terra de preto. É como Itamatatiua: eles dizem que as terras são de Santa Teresa.³⁰⁶ Na realidade eram terras da Irmandade do Carmo, da Ordem do Carmo, dos carmelitas, que tinham ali uma fazenda de escravatura. Mas os negros sempre disseram que eram as terras de Santa Teresa. Tem terras de Sant'Ana também. É sempre de uma santa. Mas é porque estão ligadas a uma ordem religiosa.

E a Ordem do Carmo hoje em dia tem direito sobre aquela terra?

Não. Aqui a Ordem foi extinta. O que eu vi uma vez no papel é que eles tinham passado para a União as terras, que me mostraram em Itamatatiua, em 1982, quando eu estive por lá. E assim fui percebendo que tinha diferenças. Em cada lugar o acesso à terra tinha sido diferenciado. Alguns foram compra e venda; lá mesmo, em Alcântara, depois da Abolição, os pretos adquiriram. Eles chamavam de terra de herança. É porque tinha vindo desde os pais, passou para os filhos e para os netos: terra de herança. Só que essas terras, quando o Alfredo fala “terra de preto”, é porque elas são reconhecidas na sociedade daquele município como um todo como de pretos. E muitos têm essa denominação: Santo Antônio dos Pretos, Santa Rosa dos Pretos, Mandacaru dos Pretos, Sant'Ana dos Pretos. Aí ficaram sendo reconhecidas pelo que a gente chama “terra de pretos”.

Em alguns lugares eles têm mais memória da escravidão do que em outros. No Cajueiro, eles não gostavam de falar de escravidão. Aí toda vez que eu tocava no assunto: “Não. Isso não. Isso foi do tempo do vai.” Eles dizem que os brancos só diziam: “Vai fazer isso! Vai fazer aquilo! Vai encher água! Vai!” Aí eles ficaram dizendo que era do tempo do “vai”. Aí o que eu deduzi? Em alguns lugares, mesmo que todos tivessem em comum a história do cativeiro, uns procuraram apagar da sua memória. Deve ter sido algo muito traumatizante, muito violento. Em algumas regiões mais do que em outras, em alguns estabelecimentos mais do que em outros, porque não se pode dizer que todos os senhores davam tratamento igual. “Todos eram sádicos, todos torturadores” — não, não pode. Não era assim. E, de acordo com o tratamento recebido pelos antepassados deles, que eles ouviram contar, em alguns lugares você vai ouvir histórias e mais histórias. Como em

Santa Rosa dos Pretos, onde era muito viva a memória. Eu ainda conversei com descendentes, filhos de escravos. Quando fui lá, em 1986, ainda tinha quatro irmãos filhos do antigo carreiro da fazenda. Era ele que levava o barão pra cá e pra lá, era um escravo de casa, teve muitos filhos, e restavam quatro. Tive a sorte de gravar entrevistas com eles, e eles falavam desse tempo. Nesse caso, eles diziam que aquele senhor era bom. O pai deles dizia que aquilo não era senhor, aquilo era um pai. Tão bom que, quando morreu, deixou a terra para eles. E que o barão dizia: "Isso aqui não é meu. Isso aqui é para vocês. Isso aqui mesmo é de vocês." Esse barão, o único filho que ele teve foi com uma mucama, em 1874, quando já era viúvo. E no testamento ele reconheceu esse filho, deixou as terras para a América, a mucama, também, e para os filhos dela, porque ela teve outros filhos, e pretos, com outros depois do barão. O senhor Vito dizia que: "Quem olhava aquele homem não dizia que ele era filho daquela preta. Porque ele saiu puxando todo para o pai." Agora não sei até que ponto é o branco deles, não é? Porque basta clarear um pouco e eles já dizem que não é preto, é branco. Porque, de qualquer forma, o cara era mestiço.

O branco, com o advento da Abolição, não tinha mais recursos para tocar para frente nada, já estava meio arruinado. Foi abandonando, e os negros que já estavam lá permaneceram. Tem caso de terra que foi adquirida, e vão enfrentar a questão da grilagem. Tem comunidade que, nos anos 1940, já estava enfrentando grileiros. Outros já são de 1960, 70. Quando a gente começou o movimento, em 1979, 80, já visitava comunidades que estavam sofrendo muito e muitas outras já tinham passado por essa fase, já tinham sido expulsas das terras. Mas desde o início a gente pensou logo que tinha que trabalhar com as comunidades negras.

Magno Cruz

Em 1986 nós fizemos o primeiro encontro de negros da zona rural. Esse encontro vai se dar num momento em que o país todo discutia a questão da Constituinte para a Constituição de 1988. E nós achávamos que não era interessante que somente nós, aqui na capital, na cidade, discutíssemos quais eram as nossas reivindicações para a Constituição, e não ouvíssemos o segmento majoritário, que era o negro do interior, o negro da zona rural. Por isso resolvemos realizar esse primeiro encontro, que tinha como tema “O negro e a Constituinte”. Fui presidente do CCN por duas gestões, de 1985 a 87 e de 1987 a 89. Em 1988 a gente fez o segundo Encontro. Fizemos não mais na capital, fizemos no interior, num lugar chamado Bacabal. Até para descentralizar um pouco da capital.

Mundinha Araújo

Em 1986 fizemos o I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão, que teve como tema “O negro na Constituição”, porque já estava se discutindo isso. Aí não era só o Maranhão. Tinha a Mari Baiocchi lá em Goiás, com a questão dos Kalunga, já tinha saído o Negros de Cedro, que é sobre essa comunidade, e já tinha algumas pessoas fazendo denúncias em relação a essas terras de preto.³⁰⁷ Eu também participava de um bando de encontros e já levava slides das comunidades. Agora, de onde saiu para botarem “remanescentes de quilombos” na Constituição, eu não sei.³⁰⁸ Porque a gente já sabia que o negro tinha tido diversas formas de acesso à terra, não necessariamente só essa de ser remanescente de quilombo.

Acho que de 1980 até 1988 essa questão foi uma das prioridades do CCN, porque a gente também priorizava a educação, priorizava essa denúncia e priorizava as terras. Agora, a partir de 1988, o CCN vai se voltar mais só para a zona rural: em toda a década de 1990 até hoje. Porque aí inclusive já teve financiamento para os projetos. E cresceu tanto que o que começou como uma sementezinha no CCN hoje se transformou na Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão, a Aconeruq, que, na realidade, saiu do CCN.³⁰⁹ Ficou uma coisa bem grande.

Zélia Amador

Em agosto 1986, o MNU puxou um congresso pré-Constituinte em Brasília, aberto para todas as entidades do movimento negro do país, independentemente de serem filiadas ou não ao MNU. Foi muito interessante, porque foi naquele congresso que surgiram as propostas do racismo como crime e também das terras de quilombos, que acabou se tornando o Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição.³¹⁰ Quer dizer, essa era uma questão que você já vinha discutindo também. Eu me lembro que, em 1987, o tema do Encontro de Negros do Norte e Nordeste, que nós sediamos aqui em Belém, foi “Terra de quilombo”. Nos encontros você elegia o tema do encontro do ano seguinte. E aí, as entidades se obrigavam a criar teses, a escrever suas propostas sobre aquilo, para levar no encontro seguinte. Então, antecipando a Constituição, a gente já estava discutindo isso fazia tempos. O Pará e o Maranhão já discutiam, até porque foram instados para isso. No Maranhão tinha a Mundinha lá no CCN sendo pressionada pela situação do pessoal do Frechal, que vivia uma situação difícil.³¹¹ Aqui tinha o Cedenpa sabendo da situação dos negros lá de Oriximiná, imprensados pela criação da Mineração Rio do Norte e pela criação da reserva biológica, que acabou fechando parte do rio Trombetas para as comunidades negras que tradicionalmente moravam lá.³¹²

Hédio Silva Júnior

Eu tive uma passagem pelo MNU, na verdade. Uma passagem em que eu fiquei na condição de simpatizante. Nunca fui militante orgânico, mas sempre tive simpatia. E quando fui para São Paulo me aproximei um pouco mais do MNU. Por conta das eleições para a Constituinte e do processo dos vários segmentos que estavam se preparando para influenciar na feitura da Constituição, nós organizamos em Brasília, em 1986, o Encontro Nacional “O negro e a Constituinte”, do qual fui o coordenador. Na verdade, alguns militantes, alguns protagonistas foram mais importantes. O Hélio Santos teve um papel especialmente importante, porque naquele mesmo ano o Montoro o havia indicado para compor aquela comissão de notáveis, a Comissão Arinos, que o Sarney nomeou para elaborar um projeto de Constituição. Então o Hélio se empenhou para chamar a atenção da militância para a importância de ter uma participação mais organizada. Mas em vários estados havia pessoas que estavam preocupadas: o Abdias havia sido candidato no Rio de Janeiro com uma campanha explicitamente direcionada para a luta contra o racismo; o Caó, que também foi candidato — na verdade teve um desempenho melhor que o Abdias; a própria Benedita, que na época era vereadora.³¹³ Mas, enfim, algumas figuras foram mais importantes para chamar a atenção da militância, para falar da importância de uma participação organizada no processo da Constituinte.

Nesse encontro em Brasília estiveram o Amauri, o Yedo, o Ivanir, o Flavinho de São Paulo, o Ivair, a Mundinha do Maranhão, o Marquinhos Cardoso, que é de Minas, alguns militantes de Brasília que ajudaram um pouco a ver essa coisa dos espaços, como a Graça.³¹⁴ Enfim, esse grupo acabou se encontrando durante dois dias em Brasília, e a gente alinhavou lá um documento, um conjunto de propostas que nós entendíamos que deveriam ser contempladas na nova Constituição. Eu penso que Benedita já era deputada constituinte nesse período, porque houve algumas audiências públicas na Câmara em que a gente teve a oportunidade de participar e divulgar um pouco o conteúdo do que havia sido deliberado nesse encontro.

Havia consensos. O primeiro consenso era a criminalização do racismo. E depois, no curso dos debates, eu me lembro que foi a primeira vez em que

me ative a essa demanda das comunidades de quilombo. Porque em São Paulo nós temos 32 comunidades de quilombo, eu já tinha ouvido falar, mas não tinha realmente a dimensão do problema. Foi nesse encontro que especialmente o pessoal do Nordeste pautou o tema das terras de comunidades de quilombo com muito vigor e nós, então, tivemos a oportunidade de perceber a dimensão que o problema tinha. Esse também foi um tema consensual. Eu me lembro que fui o presidente e fui o relator, e era um documento extenso, em que havia um conjunto de proposições na área cultural também. Havia uma proposta de proibir que o país se relacionasse com a África do Sul e havia uma condenação muito vigorosa ao regime do apartheid.

Milton Barbosa

Nós fizemos a Convenção Nacional do Negro, em Brasília, em 1986, preocupados com a Constituinte. Teve discussões anteriores nos estados e a gente fez essa Convenção, de que participaram em torno de quatrocentas pessoas. Foi lá no prédio da Caixa Econômica, num espaço enorme. Eu fui o presidente de honra, porque quem presidiu a mesa foi o Hélio Silva Júnior. Como eu era candidato a deputado federal pelo PT de São Paulo, o pessoal articulou para dar uma força política e, então, me colocou como presidente de honra. Eu tive poucos votos, cinco mil. Foi a minha segunda candidatura, mas o movimento negro não tinha estrutura nenhuma e foi uma das primeiras disputas de que o Movimento Negro Unificado participou.

Nessa Convenção Nacional do Negro, a gente buscou articular amplos setores, mas não foi fácil. Houve muitos embates, era um negócio difícil, emperrado. O Hélio presidiu muito bem, mas estava sofrendo um bombardeio do caramba. Aí eu chamei a Luiza Júnior, uma negona poderosa, e falei: “Você pega aquela mesa lá no grito e bota ordem na casa.”³¹⁵ Ela sentou do lado do Hélio e, de lá de cima, ela berrava no ouvido dos negões lá em baixo, aí conseguiu sair coisa naquela Convenção. Mas foi interessante. E dois pontos fundamentais eram justamente a criminalização do racismo e o Artigo 68 sobre os remanescentes de quilombos. Lógico que teve mais um monte de questões: a preocupação com os países africanos de língua portuguesa, a questão do imigrante africano, a questão da violência policial, tudo isso. Mas eu acho que, de muita importância, foram essas duas propostas, que depois foram encaminhadas, uma pelo Caó, a outra pela Benedita, se eu não me engano.³¹⁶

CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO

Sueli Carneiro

Eu acho que em 1988 o movimento negro brasileiro deu a resposta adequada ao Estado brasileiro, às tentativas de manipular o sentido do centenário da Abolição. Aquele que a gente havia definido anos atrás como uma data de denúncia, acho que a gente fez isso cabalmente no contexto do centenário. Tanto que, no Rio, a repressão que foi feita em torno da Marcha contra a Farsa da Abolição é a medida de quanto a gente conseguiu confrontar aquela tentativa de mistificação das condições em que se deu a Abolição.

Em 1987 fui convidada para ser coordenadora do Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, um órgão do Ministério da Justiça, acho que em função do trabalho no Coletivo de Mulheres Negras e no Conselho Estadual da Condição Feminina, onde criamos a Comissão para Assuntos da Mulher Negra. O trabalho nessa comissão tinha sido um momento de muita riqueza em termos de produção de textos, de seminários e debates em torno da mulher negra. Fizemos o primeiro calendário sobre a mulher negra no Brasil, que é de 1985, eu acho, e do qual tenho um orgulho enorme. Conseguimos trazer 12 biografias de mulheres, uma para cada mês: Auta de Souza, nossas lideranças religiosas — mãe Senhora, mãe Menininha do Gantois, mãe Aninha...³¹⁷ De todas as mulheres negras esquecidas. Também produzimos um dossiê sobre as diferentes formas de manifestação do racismo e da discriminação racial contra as mulheres negras, que trouxe uma massa de informações que, na época, teve muito impacto.

Isso tudo foi feito no Conselho Estadual. Foi quando a gente começou a introduzir o recorte racial nos diferentes temas que têm a ver com a mulher. Na educação, introduzimos a questão não apenas de uma educação antirracista, mas antissexista. No tema da violência, trouxemos, além das formas consagradas de violência contra a mulher — violência doméstica, sexual —, a violência simbólica, a violência psíquica, que a desvalorização social e estética das mulheres negras produz — as sequelas emocionais que isso traz para a auto-estima. No tema da saúde começamos a introduzir a questão das doenças de prevalência na população negra, o reconhecimento

das especificidades que as mulheres negras apresentam em termos de saúde, os índices superiores de mortalidade materna, os fatores de risco que têm a ver com a disposição genética, a questão da alimentação. Ou seja, a gente começou a abrir a agenda feminista para a introdução dessa nova dimensão.

Acho que a repercussão desse trabalho acabou resultando no convite que eu recebi então da Jacqueline Pitanguy para coordenar o Programa Nacional da Mulher Negra, que era, sobretudo, organizar o posicionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher diante do centenário da Abolição que seria em 1988.³¹⁸ Então fui para lá em 1987 e organizei tanto uma política para o Conselho tratar a questão da mulher negra, que passa por essas linhas que a gente já vinha desenvolvendo no Conselho da Condição Feminina de São Paulo, quanto também tratar a questão do centenário da Abolição em 1988, do ponto de vista das mulheres negras. Foi quando a gente construiu o Tribunal Winnie Mandela, que era a resposta, digamos, que nós resolvemos dar às comemorações governamentais para o centenário da Abolição.³¹⁹

Edna Roland

Sou profissional da área da saúde, fiz concurso para o estado de São Paulo e trabalhei como psicóloga em um centro de saúde de Taboão da Serra. Como meu espaço profissional era no campo da saúde, as companheiras falaram: “Você tem que ir para a Comissão de Saúde do Conselho Estadual da Condição Feminina.” Eu ia, mas sem muito gosto, porque achava outras coisas mais interessantes, como as questões ligadas à cultura e à educação. Mas era a minha área profissional. Quando foi em 1988, o ano do centenário da Abolição, Jacqueline Pitanguy, que era então presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, resolveu criar um Programa da Mulher Negra no Brasil e convidou Sueli Carneiro para coordená-lo. Sueli aceitou o convite da Jacqueline e me chamou para assumir a coordenação da Comissão de Mulheres Negras do Conselho Estadual. Nesse momento ocorreu a mudança de governo: saiu Montoro, entrou o Quércia, e a nova presidente do Conselho Estadual era, então, a vereadora Ida Maria.³²⁰

Assumi a coordenação da Comissão de Mulheres Negras juntamente com a companheira Maria Lúcia da Silva, que hoje faz parte de um grupo de terapeutas, psicólogos, chamado Amma.³²¹ A Sueli tinha deixado, em São Paulo, muitas propostas em vários campos: saúde, educação, creche, violência, várias coisas. Eu olhei aquilo tudo e achei que era preciso ter uma proposta mais articulada, uma coisa que organizasse vários assuntos, que pretendíamos debater no ano do centenário da Abolição. Então apresentei a proposta de se realizar o Tribunal Winnie Mandela. Era o momento em que Mandela ainda estava preso lá na África do Sul. Periodicamente havia articulações ou manifestações contra o apartheid, em defesa da libertação de Mandela, mas como nós estávamos em um espaço que era um espaço feminino, tínhamos que pegar a face feminina dos Mandela. O Tribunal Winnie Mandela seria um tribunal que teria como objetivo avaliar a Lei Áurea cem anos depois: as consequências da Lei Áurea para as mulheres negras especialmente e para a população negra como um todo.

Esse projeto começou a ser elaborado em uma parceria entre o Conselho da Condição Feminina de São Paulo, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a OAB, que naquele momento tinha a OAB Mulher, a Comissão

da Mulher Advogada, que era presidida, se não me engano, pela doutora Norma Kyriakos.³²² Ele causa, inicialmente, um debate acirrado no interior do Ministério da Justiça, que é onde o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher estava localizado. O ministro era o Paulo Brossard, e ele considerou absurdo que o Estado brasileiro fosse avaliar uma lei que tinha sido elaborada pelo próprio Estado.³²³ Ele, a princípio, não queria admitir que o projeto tivesse esse objetivo. Um segundo problema era o nome do tribunal: Winnie Mandela. O Ministério da Justiça temia que o desenvolvimento desse projeto pudesse implicar em manifestações públicas na porta da embaixada e dos consulados da África do Sul, pelo Brasil afora, na medida em que o projeto pudesse vir a estabelecer relações entre o que se passava no Brasil e o que se passava na África do Sul. E era isso mesmo que a gente queria fazer e que o governo brasileiro temia: esse estabelecimento de relações.

Jacqueline Pitanguy, então, ameaçou pedir demissão. Ela definiu que esse era um projeto prioritário para o Conselho Nacional e que não podia abrir mão de sua realização. Mas aceitou fazer algumas concessões para que o projeto pudesse prosseguir. O tribunal iria de maio a novembro de 1988 e, na ideia original, concebida em conjunto com a OAB Mulher, pessoas seriam convidadas para trazer seus depoimentos sobre diferentes aspectos do problema do racismo, da discriminação racial, essa coisa toda, e, no final, haveria um júri simulado. Com esse posicionamento do Ministério da Justiça, se mudou um pouco o enfoque: em vez de fazer audiências públicas para ouvir casos, queixas e registros de demandas, passou-se a ter uma série de seminários abordando, cada um, um tema diferente. Continuaria havendo o júri simulado, mas o processo dos depoimentos, da coisa viva e quente, isso foi eliminado para que o projeto pudesse ser aceito pelo Ministério da Justiça.

Toda essa negociação se deu depois da abertura do tribunal, que foi próxima do 13 de Maio. Foi um momento também extraordinário que eu vivi. Benedita da Silva esteve presente, Lélia Gonzalez também. Não me recordo de outros nomes, mas elas duas com certeza estavam entre as pessoas que compuseram a mesa da instalação. Acho que foi na Sala dos Estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Foi muito emocionante. Depois, então, ocorreram as sessões sobre educação, trabalho, saúde, violência, em que eram convidados, digamos, especialistas. Era uma coisa mais contida. Esses seminários aconteceram na

OAB de São Paulo. E em novembro, no final, em uma data próxima ao 20 de Novembro, fizemos uma grande encenação, um grande júri, lá no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Conseguimos colocar cerca de 1.200 pessoas lá. E quando digo “nós”, éramos eu e Maria Lúcia da Silva. Porque o que aconteceu é que, após o lançamento do tribunal em maio, a presidente do Conselho de São Paulo, a vereadora Ida Maria, decidiu que não queria mais o projeto. Ela tentou fazer com que todas as outras instituições também desissem, para o projeto se encerrar ali. Mas nem Jacqueline Pitanguy, nem Norma Kyriakos aceitaram. Então, o Conselho Estadual, que era o autor do projeto afinal, desistiu. E ela, em um “gesto magnânimo”, me cedeu para a OAB, para que eu pudesse continuar trabalhando.

O problema da Ida Maria era que nós mulheres negras, nós duas, lá dentro do Conselho, causávamos muito incômodo. Era o ano do centenário da Abolição, o Brasil inteiro estava em ebulação, inúmeras organizações negras surgiram e foram criadas ao longo de 1988, mil mobilizações, mil coisas. E nós utilizávamos, é verdade, toda a base material do Conselho da Condição Feminina para mobilizar o movimento, especialmente de mulheres negras, em nível nacional. Tinha dia em que todas as linhas de telefone do Conselho estavam ocupadas por nós. Nós tínhamos que fazer isso, era uma oportunidade única que estava se apresentando. Ao mesmo tempo em que estávamos organizando o Tribunal Winnie Mandela, eu e Lúcia estávamos ajudando a organização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. E a comissão do Conselho foi responsável pela organização da segunda reunião preparatória do I Encontro, que aconteceu em São Paulo, em uma faculdade. Então estávamos mobilizando as mulheres negras do Oiapoque ao Chuí, e isso era insuportável para a presidente. A partir da postura do governo Quêrcia, ela foi desarticulando todas as relações que o Conselho tinha com o movimento de mulheres — de mulheres em geral. Porque, na visão dela, não era papel do Conselho ficar fazendo esse tipo de interlocução com a sociedade civil, mobilizando o movimento. O papel do Conselho era formular e implementar políticas públicas de Estado.

Depois que passou o tribunal, no final do ano, a Ida Maria mandou uma carta para a Secretaria da Saúde, de onde eu era originária, dizendo: “Não necessitamos mais desta funcionária.” Aí eu deveria voltar para a secretaria. Mas em 1989 a Erundina foi eleita.³²⁴ E aí, uma companheira do movimento feminista, Maria José de Oliveira Araújo, a Mazé, que hoje

coordena o Programa de Saúde da Mulher no Ministério da Saúde, foi convidada pelo secretário de Saúde Eduardo Jorge para coordenar o Programa de Saúde da Mulher e me convidou para ir trabalhar na Secretaria da Saúde no governo da Erundina.³²⁵ Então integrei a coordenação do Programa de Saúde da Mulher da prefeitura de São Paulo.

Amauri Mendes Pereira

A Marcha contra a Farsa da Abolição, de 1988, no Rio de Janeiro, foi realmente um momento que somou uma determinação com uma consciência do que a gente estava fazendo, de que era preciso romper com aquela visão quase idílica que todos os órgãos de divulgação colocavam do centenário da Abolição.³²⁶ A Globo começou o ano com aquele “axé da Globo”, vocês lembram?³²⁷ O Milton Gonçalves teve uma atuação muito importante na época, porque começou com um tom positivo. Todos os artistas negros conhecidos da Globo e alguns que não eram da Globo, outros negros que eram conhecidos, seja no meio negro, seja pela população — pintores, o pessoal de teatro, cinema, cantores, intelectuais — vinham e davam o seu “axé”. A câmera sempre um pouco dividida entre o conjunto dançando e cantando, não folcloricamente, todos de branco, um negócio atual, contemporâneo. Nada de negro fantasiado com cores. Cada um vinha num momento e falava o seu “axé” para o povo brasileiro, “axé” para a nossa raça, a nossa luta... Isso passava o dia inteiro durante quase todo o mês de janeiro, acho que também em fevereiro. E criou um clima muito positivo sobre a questão do centenário da Abolição.

Todos os jornais, logo no início do ano, fizeram cadernos especiais sobre isso. Cadernos do Estadão, da Folha de S. Paulo, de dez páginas, 20 páginas, às vezes sobre arte, às vezes sobre o negro na situação atual, variava muito o enfoque. Associações de todo lugar, de todo tipo, do sindicalismo, de profissionais de auxílio, igrejas, escolas de samba... Todo mundo ia fazer uma coisa grande, se preparando para o centenário da Abolição.

Mas tudo era uma forma de ver harmonia. E nós estávamos ali exatamente para botar água nessa sopa. Era para mostrar que não havia harmonia. Nosso ímpeto era mostrar que havia o contrário, havia o racismo, que a gente queria a harmonia, mas que isso tinha que ser construído. Talvez a expressão não fosse exatamente essa, mas a ideia era: “Queremos, mas isso não existe. Queremos porque não existe. Se alguém diz que existe, está errado e nós temos que combater.”

Vanda Menezes

O 1988 lá em Alagoas foi muito bom. A Associação Cultural Zumbi, que tinha sido criada em 1979, já tinha uma credibilidade imensa. A gente participava de tudo, no país inteiro. Quer dizer, a gente se dividia, até para cada um ter experiência de estar no lugar, aprender mais. Em 1988 teve muita coisa em Brasília, muitas reivindicações, e o 20 de Novembro foi muito bom. A coisa se virou muito para a Serra da Barriga. E o governo se envolveu muito, o governo federal principalmente. Teve aquela propaganda — eu não pude ir, não sei por quê —, em que os negros se reuniram e fizeram o “axé da Globo”, uma coisa assim. Estava o Vovô, estavam figuras do movimento e figuras da televisão, do rádio, da comunicação. Aquilo foi muito interessante para quem estava entrando no movimento naquela época. Porque foi a primeira vez que você via negros comuns, ali na Globo. Eu me lembro que foi muito interessante isso. Aquela aparição daqueles negros e negras na Globo deu muitos pontos de pauta de discussão.

Amauri Mendes Pereira

Esse momento foi muito bem preparado, porque, em setembro do ano anterior, a gente já estava se preparando para isso. Antes, em março de 1987, já tivemos uma visita da Lucinha, uma amiga nossa — hoje é psicóloga de uma ONG de psicologia social em São Paulo —, que veio ao Rio, fez questão de vir, e conversamos.³²⁸ Ela disse: “Eu estive num seminário no Cebrap e eles estão se preparando, têm dinheiro para fazer pesquisas, vão jogar uma nova história, mas com a visão deles, uma visão de democracia racial, mesmo que crítica, mas sempre eles sendo os produtores da história.³²⁹ Nós temos que romper, não podemos aceitar isso.” Dissemos: “Vamos fazer isso. Vamos nos mexer.” Aí ficamos o ano todo falando nisso. Fizemos a primeira grande reunião no IPCN, que era o espaço de todos, da militância do movimento negro no Rio de Janeiro, da Benedita da Silva ao Ranulfo, que era um sem-terra na época do primeiro governo do Brizola, um cara que não tinha nada, absolutamente nada, só tinha um bom inglês, que ele falava porque aprendeu em casa, sozinho — era um autodidata, um intelectual opinando sobre tudo, e com uma certa solenidade, mas que nunca tinha estudado formalmente. Então, do Ranulfo até a Benedita da Silva, o movimento negro do Rio de Janeiro passava pelo IPCN, todo mundo era sócio. Mesmo que não atuasse.

Conseguimos juntar uma boa parte dessa diversidade para discutir sobre o centenário. O centenário seria um momento de ruptura — essa era a nossa visão. Mas 1987 foi um ano difícil, porque foi ano de eleição no IPCN. Houve uma disputa, eu não tenho certeza, mas com oitocentos ou mais votos. Foi um momento em que o IPCN estava muito forte, porque se aproximava o centenário e a gente fazia muitas coisas. Tinha o nosso grupo e tinha o grupo do Januário Garcia, que ainda não era o “grupo do Januário”. O nosso lugar era no IPCN, mas era uma sala; a gente não queria ser direção no IPCN, a gente proclamava: “Não queremos ser direção.” Eu estou falando de Yedo, eu, Suzete, a Pedrina, que começou junto conosco em 1979, 80, mas rompeu, Estela, Jair, Cecília, que era muito forte, Azoilda e Aderaldo Gil.³³⁰ Esse pessoal é que segurava. A gente tinha um grupo muito coeso, escrevia, tinha palavra em todo lugar, era chamado para organizar tudo de movimento negro — que, afinal, não era tão grande

assim.

Houve uma repressão policial na Marcha, e isso estava muito visível. Em setembro, a gente já fez algumas reuniões com o Frei David, em São João de Meriti, com o pessoal do Cenierj, Conselho de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro, com a Mariléia Santiago e o Jorge Santana, em várias cidades do interior: Cabo Frio, Volta Redonda, São Gonçalo... Com outros estados, a gente tinha correspondência, e sempre um ia daqui e outro vinha de lá para cá. Então, estava se mostrando realmente que ia ser uma coisa grande o centenário da Abolição, e seria diferente para o movimento negro. Essa é a interpretação que eu faço hoje. Mas era um pouco assim que a gente pensava na época. A gente tinha essa noção: “Nós vamos romper e, para romper, tem que ser forte e, para ser forte, temos que nos estruturar.” Havia muita coesão.

Eu falei de todo esse quadro do IPCN porque, na eleição, em mais de oitocentos votos, nós perdemos por cinco votos. Então, os ânimos ficaram muito exaltados, tanto que a nova direção não apoiava de jeito nenhum todo esse movimento de organização da Marcha. Não apoiava mesmo. Foi uma luta tornar a sede do IPCN a sede da Marcha, foi uma disputa direta com a direção. Eu lembro que, logo no início do ano, como o IPCN não aceitava, a primeira grande reunião que houve, na primeira ou segunda semana de janeiro, foi na Asseaf, Associação dos Ex-Alunos da Funabem, porque o Ivanir dos Santos chamou. Habil, ele viu que o IPCN estava meio dividido, quero dizer, era contrário a isso, porque nós éramos oposição dentro do IPCN, então chamou a reunião para lá. Nessa reunião foi muita gente. Da ultraesquerda, o pessoal da Convergência Socialista, até companheiros nossos de luta, um pessoal bom, de Nova Iguaçu, de São João de Meriti, o pessoal do interior veio, foi uma reunião grande. O Frei David estava nessa. E nessa reunião, a primeira decisão foi que a sede tinha que ser no IPCN, para a frustração do Ivanir, mas ao mesmo tempo ele viu que tinha crescido e também ficou animado. “Então nós temos que ir para o IPCN. Tem que ser no IPCN, ninguém pode nos barrar. O IPCN é a casa do negro.”

A segunda decisão foi de barrar inteiramente, porque já havia os planos, o que seria um momento apoteótico na praça Quinze: os artistas negros iriam encenar aquele momento do José do Patrocínio entregando a Rosa de Ouro para a princesa Isabel; seria uma encenação profissional filmada para o mundo inteiro.³³¹ Primeiro, houve uma proposta de que a gente deveria

fazer um discurso para influenciar na direção da peça, desse cerimonial. Ou então fazer algo depois, uma crítica. E a nossa visão sempre era: “Não. Nós não temos nada a ver com aquilo lá. Que eles façam aquilo lá. Nós vamos fazer algo maior, que vai ser a referência.” Diziam: “Mas a mídia vai cobrir lá.” Dizíamos: “Não vai. A mídia vem para nós, se nós fizermos com força.” Era essa a nossa visão. E a gente defendia com tanto empenho que realmente foi convincente. Depois, quando as reuniões passaram a ser semanais no IPCN, em fevereiro, março de 1988, a ideia era essa: fazer uma grande manifestação de todos.

Bom, ainda assim havia gente que percebia que as reuniões de organização não poderiam ser só no IPCN. “As plenárias de organização têm que ser no interior, têm que ser na Baixada, têm que ser no subúrbio.” Aí inventamos o negócio de comitês do movimento negro, que tinham que ser criados onde tivesse negro militante. Tem negro com consciência negra? Ali se cria um comitê. Eles organizavam toda a infraestrutura, um clube, uma escola, e bancavam tudo, porque a gente não tinha recursos, a gente não tinha nada. Essa Marcha foi organizada sem absolutamente nada. Na última semana, 15 dias antes, foi a última grande plenária no comitê de Jacarepaguá — eram professores de várias escolas lá, quase todos professores. E lá nós tivemos que tirar, na última hora, a decisão de quem ia bancar o carro de som, porque não tinha dinheiro para o carro de som. Os folhetos, eu não lembro bem quem botou na rua. Os cartazes foram bonitos — foi o Luiz Carlos Gá que fez a arte final e que pagou para fazer fotolito, chapa.³³² E a impressão eu não lembro onde foi feita; sei que nós não admitimos que tivesse apoio de ninguém. Não tem nada escrito. Não tem apoio de sindicato nenhum. Era movimento negro e acabou. Porque era o momento da gente e a gente estava muito forte, então pudemos dizer isso: “Quem quiser fazer, faz.” Não sei qual foi o sindicato que ajudou. Acho que o Sindicato dos Bancários ajudou. Foi um momento em que a direção do Sindicato dos Bancários era da Convergência Socialista. Eu lembro que eles rodaram os boletins da Marcha. Foi uma tonelada de boletins, muita quantidade, tanto que eu ainda tenho lá em casa uns 50, talvez mais. Eles fizeram um trabalho bem-feito, capricharam, e acho que eles rodaram uma parte dos cartazes.

Enfim, foi criado um estado tal de mobilização que todo mundo sabia que a gente ia fazer uma coisa muito grande. Aí a repressão veio. Duas ou três vezes foi alguém lá em casa para intimidar. No IPCN, carros passando fotografando. Isso já em 1988, em cima da hora, entre março e maio. Em

plena democracia. A Marcha chamava, no folheto, “da Candelária à Central”. Porque é o percurso da massa, que sai do Centro e vai para o trem. Sai por vários caminhos, um pouco pelo Campo de Santana, um pouco pela avenida Rio Branco, um pouco pela rua Uruguaiana, cada um vai fazendo o seu percurso, ou praça Mauá, mas todo mundo passa ali por aquele miolo perto da Candelária. Ali a gente estaria com a concentração, essa era a ideia. Quando eu passei de ônibus por ali, umas 10 horas da manhã, vi o Aderaldo Gil falando. Já estava o som posto, um monte de gente passando olhando, muitos cartazes.

Quando cheguei no IPCN, já tinha um comando totalmente diferente: “Olha, já está todo mundo com o secretário Saboya.” Não lembro se era secretário de Justiça ou de Segurança.³³³ O comando da marcha tinha que ir para lá, tinha sido chamado de última hora. Eu disse: “Não, nós não temos nada que ir para lá. Quem está lá?” Mas aí o pessoal que estava, realmente, era o pessoal imprescindível, o pessoal que tinha os contatos, as referências. Por um lado, eu não queria ir, pensava: “A gente pode ser preso.” Por outro lado, pensava: “Tenho mais o que fazer aqui, tenho que mobilizar as últimas coisas.” Mas tinha que ir. Conseguí falar por telefone com alguém de lá, que disse: “O secretário é a favor, ele está do nosso lado.” Eu disse: “Se ele está do nosso lado, tenho que ir.” Aí, saí do IPCN e fui para lá. Para resumir, o que o secretário falava era o seguinte: “Estou querendo garantir essa manifestação, mas para isso a gente tem que ter um acordo, porque o problema são os ‘verdes’. São eles que estão achando que vocês vão fazer o que o Frei David falou, que é subir, cuspir, jogar pedras, jogar ovos no busto do Caxias.”³³⁴

Tinha saído uma entrevista do Frei David por aqueles dias — acho que saiu no domingo e a manifestação foi na quarta-feira, dia 11. E o Frei David tinha falado do Caxias. Ele não falou nada que ia jogar coisas, só falou que Caxias, o maior símbolo do Exército Brasileiro — ainda era forte o negócio da ditadura —, teria sido um escravista, teria sido conivente com a repressão aos escravos fugidos, e era importante mostrar isso. Tinha que desmistificar a história toda. Então, que o movimento negro, ao passar pelo busto de Caxias, ia lembrar esse momento. Mas ele não falou em agressão, não falou em nada disso. E se fosse realmente para defender, bastava botar uma barreira de soldados ali. Nada justifica o tamanho, o volume, a comoção que ficou perante aquele monte de tropas que se colocou nas ruas: os tanques, armaram casamata, aqueles sacos enormes, metralhadoras...

Loucura. Isso está documentado em todos os jornais. Nós temos vários vídeos. Foi paranoia do Comando Militar do Leste.

Frei David

A comissão que organizou o primeiro Encontro de Seminaristas, Padres e Religiosos Negros do Brasil, realizado no Rio de Janeiro em 1983, produziu em 1987 uma cartilha. O nome da cartilha era Ouvi o clamor deste povo... negro, e foi editada pela editora Vozes.³³⁵ Na cartilha, nós estávamos propondo derrubar todos os falsos heróis e colocar no lugar verdadeiros heróis. E elencávamos como um dos principais falsos heróis do Brasil o Duque de Caxias. E propúnhamos, portanto, derrubar todas as estátuas do Caxias do Brasil e colocar no lugar Zumbi dos Palmares. Em 1988, muita coisa ainda estava mal resolvida na sociedade brasileira. O Exército viu isso como um atrevimento muito grande e falou: “O Frei David mora onde? Duque de Caxias. Então é Baixada Fluminense. Quem é o bispo? Dom Mauro Morelli, que é um bispo ultraesquerdistas, então está ali o foco do comunismo. Então vamos proibir.”³³⁶ E aí então, quando souberam que eu estava participando das reuniões de articulação, organizando a Marcha de 1988, o Exército falou: “Eles vão é derrubar a estátua de Caxias agora, ali em frente ao batalhão.” E então foi feito o maior aparato militar do Brasil após a ditadura, para não permitir que nós passássemos em frente à estátua de Caxias. Foi uma coisa de louco, fui perseguido, o telefone foi grampeado, mas pessoalmente me mantive muito tranquilo e, para mim, estava lutando por uma verdade.

Acho que esse incidente da cartilha foi fundamental para dar amplitude à questão do negro no Brasil. O confronto do Exército foi fantástico para melhorar o debate ali. Ou melhor, o uso do confronto foi eficiente para levantar o tema do negro naquela fase. Comparo a força do incidente com a força que temos hoje com a luta das cotas. Para mim, a luta das cotas está trazendo à tona o tema do negro com muita firmeza e vigor, tal qual trouxe, em contextos e realidades diferentes, a questão dos heróis negros a partir do confronto com Duque de Caxias em 1988. Ali, deu um novo impulso para a questão do negro, e aqui, cota, novo impulso à questão do negro, porque está mexendo os quatro cantos do Brasil.

Ivanir dos Santos

Eu era do comando da Marcha em 1988. Eu e o Amauri, naquela briga do vai pra cá, vai pra lá, o Amauri querendo passar as baionetas, e eu dizendo: “Não vamos passar as baionetas.” Eu lembro muito bem da reunião tensa com o Saboya, quando ele ligou para a gente e disse: “Vocês sabem, o Zumbi é muito importante para vocês.” Nós marcamos uma reunião com ele, justamente, num prédio ali na Presidente Vargas. Entramos na portaria quando o Exército estava cercando. Eu lembro que eu vinha no meu carro para ir para o IPCN — tinha uma reunião do comando da Marcha —, e a cidade já estava sitiada. Já tinha aquela informação de que o Exército estava tirando faixas do nosso pessoal. Aí fizemos uma reunião tensa, todo mundo muito preocupado, mas aguerrido politicamente. E é para isso que eu chamo a atenção: nós éramos sozinhos. Era só o movimento negro. Os partidos de esquerda não estavam envolvidos. Eles correram depois que viram a repercussão que deu, porque, com Exército, que, para não deixar passar, botou baioneta, é óbvio que a imprensa toda acabou chamando a atenção, e nos deu o que nós queríamos na verdade: mostrar a farsa da Abolição.

Então, fomos lá negociar. Estábamos eu, Amauri e acho que o Januário, se não me engano, conversando lá. E aí surgiu a seguinte ideia: “Vamos caminhar até onde o racismo deixar.” Na verdade, ninguém queria esculhambar o Caxias. Eles se precipitaram a partir de uma fala do Frei David lá em Caxias. Todos nós sabemos o papel do Caxias. Caxias não é um herói para a comunidade negra. É um herói do Exército. Todo mundo sabe, quem leu o Dom Obá, inclusive, depois, vai compreender melhor o que foi a Guerra do Paraguai, qual foi o papel da comunidade negra na Guerra do Paraguai.³³⁷ Mas acabou que a reação do Exército provocou em todos nós uma ira. Aí que “nego” ia esculhambar o Caxias mesmo! É óbvio, depois disso, daquela reação do Exército durante o dia, toda aquela confusão: “Não vai deixar a Marcha sair, vai deixar...” Então nós decidimos que a Marcha ia até onde eles deixassem. Mas eu acho que foi um fato político muito importante para o movimento negro, porque acabou desmistificando a Abolição. Porque eles queriam fazer uma festa para comemorar o centenário. Com aquilo ali não teve comemoração, acho que o movimento

negro acertou.

Milton Barbosa

No centenário da Abolição foi formado um comitê de questionamento e foi feita uma passeata muito bonita em São Paulo. Eu avalio que essa de São Paulo tinha muito mais gente do que em Brasília, só que houve uma manipulação da mídia. Todos os órgãos de imprensa colocaram que havia seis mil pessoas. Havia muito mais. Havia mais de 40 mil pessoas naquela manifestação do 13 de Maio de 1988, aqui em São Paulo. E aconteceu um negócio interessante. Havia dois grandes blocos: primeiro, um bloco com um grupo de pessoas e, não sei por quê, dava um vazio, e depois vinha um monte de gente e um monte de carros de som. A Globo — só posso falar da Globo, que foi a que eu acompanhei —, teve a manha de filmar aquele vazio e dizer que teve uma manifestação com seis mil pessoas. Então, essas manipulações são absurdas. Mas foi um ato muito bonito, muito forte.

Edna Roland

Em maio de 1988 teve a marcha que foi organizada, fundamentalmente, pelo Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo. Nós não estivemos diretamente envolvidas na organização, porque nossa articulação foi sempre a partir do Conselho da Mulher e da Comissão de Mulheres Negras. Foi uma marcha com cerca de 30 mil pessoas, um momento extraordinário. É quando começa esse processo crescente, na história recente, de visibilização cada vez maior do movimento negro no Brasil.

Magno Cruz

Em 1988, o Encontro de Negros do Norte e Nordeste aconteceu, se eu não me engano, em Recife. Nós, na realidade, fazíamos um intercâmbio muito grande com todas as entidades. A gente mandava correspondência e recebia. Na época nem tinha esse negócio de Internet, não tinha nada, era carta mesmo. Tinha dia de reunião em que o secretário chegava com 30 cartas para mandar para fora. Aí, cada militante ficava com uma carta para botar no correio, porque a gente não tinha dinheiro. Se a gente mandava 30, recebia 30 também. Então, a gente sempre estava conectado com o movimento negro em nível nacional. Isso é uma coisa: a gente nunca se isolou.

O ano de 1988 foi interessante e atípico, porque foi um ano em que a gente se preparou para contestar o centenário da Abolição que foi preparado oficialmente. Na época o governo era de José Sarney. Então era mais difícil para a gente contestar, já que o presidente era maranhense. Mas havia o Estado brasileiro se preparando oficialmente para homenagear a princesa Isabel, seus descendentes e tudo mais. Na época surge a Fundação Palmares, que vem aqui e traz uma proposta de que, no dia 13 de maio de 1988, haveria no Maranhão, em São Luís especificamente, um grande show com os grandes artistas nacionais: Martinho da Vila, Leci Brandão e tudo mais.³³⁸ E nós contestamos. Nós não aceitamos porque achávamos que não tinha motivo para fazer esse grande show. Nós até achamos que poderia acontecer esse grande show de artistas negros, mas em outro período.

Se não me engano, foi o Carlos Moura que veio aqui. Isso foi antes da criação oficial da Fundação Palmares, quando tinha um grupo, uma secretaria — eu não estou lembrando o nome —, que, na realidade, eles chamavam de “os notáveis”.³³⁹ Esse grupo de negros notáveis é que se sentou para programar a festa do centenário. Depois que passou o período da festa, eles deram o nome de Fundação Palmares. A gente teve alguns desentendimentos com o Carlos Moura, porque ele achava que representava o Estado brasileiro e que tinha que ser recebido com todas as pompas. Ele ligava hoje à noite e dizia: “Estou aí amanhã.” E queria que a gente estivesse à espera dele. E a gente tinha algumas divergências políticas. Nesse

período, pela minha inexperiência, eu achava que, por causa dessa divergência pessoal e política, eu não tinha que conversar com o Carlos Moura. Mas na realidade eu, como representante de uma entidade, tinha que conversar com ele, independente da minha posição pessoal. Mas isso a gente aprende com o tempo. Até porque a postura dele não é pessoal, é política.

Então programaram muita coisa para acontecer no Maranhão, e a gente foi contestando tudo isso. O que aconteceu em 1988? O bloco Akomabu nesse período já tinha umas duas mil pessoas, e nós programamos participar do carnaval para fazer a abertura do desfile. O desfile era domingo, concordaram com a gente e disseram que a gente ia fazer a abertura. Quando foi na véspera, de sexta para sábado do carnaval, chamaram a diretoria do CCN, e eu fazia parte, para avisar que a gente não ia mais passar no domingo, ia passar na segunda-feira. Deram uma justificativa lá, mas a gente sabia que o motivo era que a gente estava preparando um protesto contra o centenário da Abolição — o bloco ia fazer um protesto na avenida. Então eles cancelaram a nossa participação nesse dia e, se a gente quisesse, passava só segunda-feira, que não tem público, não tem ninguém.

A diretoria se reuniu, aí foi uma reunião realmente fechada, e nós decidimos que íamos passar no domingo, contra a ordem da comissão organizadora do carnaval. E aí foi toda uma organização de guerra mesmo, a gente partiu para a guerra. A gente dizia assim: “Se for necessário o embate, a gente vai transformar cada instrumento em arma.” E fomos para passar. Só que não avisamos antes. Nem os próprios militantes sabiam. A gente tinha um roteiro e desviou desse roteiro para ir para a avenida. Pegamos todo mundo de surpresa, eles não tiveram tempo, o aparato policial era pequeno, porque, se a gente tivesse avisado, eles botavam a polícia toda para impedir a gente de passar. E fizemos o protesto. E foi muito emocionante, porque teve um momento em que se cantou a música “13 de Maio” — “13 de Maio, a nação nagô não faz festa não, não faz festa não” — no ritmo do bloco, e todo mundo do bloco com a mão erguida, e o público também, a plateia toda. Foi algo muito emocionante. A gente chorava, porque, primeiro, foi o embate dizendo que a gente não ia passar e a gente dizendo que passava. “Vocês não passam!” A gente dizia: “Se a gente não passar não tem mais carnaval, porque a gente está aqui na frente e as escolas estão aí atrás. E a gente vai ficar aqui noite e dia.” Aí eles chegaram à conclusão. Eu acho que deve ter essa fita lá no CCN, o presidente da comissão organizadora dizendo

assim na entrevista que ele deu para a televisão: “É, eles vão passar. A gente tem que deixar eles passarem, eles são muitos.” Se fosse pouquinho não passava. Então, a mobilização acaba sendo um fator de força política.

E aí o ano todo a gente fez muito protesto realmente. Teve o protesto de queimar a falsa história na praça. Claro que era simbólico, a gente não ia fazer aquilo que teoricamente o Rui Barbosa fez, de queimar a nossa história.³⁴⁰ Era caderno velho, quem tinha papel velho, listas telefônicas, a gente dizia na televisão para o pessoal levar para a praça. Fizemos uma imensa fogueira, as pessoas iam jogando e a gente dizendo o que a gente estava queimando, que era a falsa história e, a partir daquele fogo, construir a nossa verdadeira história.

Olívia Santana

A Unegro, que é a entidade da qual sou militante, foi fundada em 1988.³⁴¹ Naquele ano, eu fui secretária de Cultura do DCE da Ufba, a Universidade Federal da Bahia, e nós fizemos a semana “Abolição em questão”, questionando os cem anos da Abolição. Não existia uma cultura de debate sobre a temática racial na universidade. Fizemos uma programação de discussão e eu me lembro que pintei com as minhas mãos o panô de abertura da semana. Foi um investimento enorme que foi feito para esse seminário. Na abertura tinha pessoas da Unegro, do MNU, do Olodum... O Olodum emprestou também materiais para esse evento. O saudoso professor Clóvis Moura foi fazer a abertura, mas não tinha público: os estudantes universitários não se sensibilizaram com o chamado. Então nós tivemos que reduzir o evento de uma semana para dois dias. Mas isso não serviu para que eu recuasse. Muito pelo contrário. Daí a gente passou a construir esse grupo de jovens, depois veio o Senun, o Seminário Nacional de Estudantes Universitários Negros, e o MNU, a Unegro e tantas outras entidades também do movimento negro deram uma contribuição fundamental para o debate sobre a academia e a exclusão racial que existe na intelectualidade brasileira. Depois veio a Steve Biko, que foi uma grande organização que se reunia inicialmente no DCE da Ufba e que hoje é essa referência nacional de formação de jovens negros para entrar na universidade.³⁴² Eu nunca fui da direção da Steve Biko, mas, quando ela foi criada, eles se reuniam exatamente na sede do DCE, e era interessante a discussão sobre a necessidade de ter um curso pré-vestibular para negros. Depois a juventude negra se diluiu, porque cada um foi para um segmento.

Oliveira Silveira

Numa tentativa de periodização do movimento negro, costumo dizer que, em 1971, começa o que nós chamaríamos de período contemporâneo das lutas negras no Brasil. Se fosse fazer uma periodização da história toda, teria o período, vamos dizer, heroico, que é o período do escravismo; depois, o pós-escravismo, que viria até 1971 mesmo. Tem as subdivisões no meio, mas 1971 eu acho que é um marco, justamente pelo 20 de Novembro. Claro que tem várias confluências, os movimentos estadunidenses, as independências africanas, o socialismo, a négritude, as próprias lutas e esse legado todo dos nossos lutadores, como Abdias e Solano, só para citar os mais próximos. Agora, a partir de 1971 tem aquela virada. Então se faz esse deslocamento do 13 de Maio para o 20 de Novembro. O 20 de Novembro tem um poder aglutinador muito grande, que estimulou o movimento. Aquele fato de fazer uma atividade em novembro aglutinava, mobilizava mais. E depois, mais adiante, em 1978, surgem o MNU, o Feconezu, em São Paulo, e há outros fatos além dos aludidos. Agora, aí tem três divisões: de 1971 a 1978, que eu chamo “a virada histórica”; de 1978 a 1988, que é uma fase de organização do movimento, em que surgem novas entidades, tem os protestos, as denúncias... Nessa fase surge uma divisão também entre a corrente partidária, a corrente confessional cristã e o movimento propriamente dito, que segue aquele fluxo histórico e não dependente nem de partidos nem de confissão religiosa cristã e se identifica, em termos religiosos, com a religiosidade de matriz negro-africana. Ao mesmo tempo, há o trabalho, por exemplo, na Constituinte, que vai resultar na inclusão do negro no texto constitucional, que é uma obra do movimento, que sensibilizou os

partidos ou se valeu do oportunismo dos partidos. A Constituição é também um marco, porque nós passamos a viver um novo período, uma fase de conquistas, de obtenção de retornos.

Algumas conquistas nós já tínhamos feito: tínhamos começado a ter espaços nos poderes públicos, conselhos, assessorias, Memorial Zumbi... Surge a Fundação Palmares, no plano nacional, e começa esse trabalho de reconhecimento, regularização, titulação das propriedades, da territorialidade negra, das comunidades quilombolas. Então já é uma coisa mais concreta, mais palpável, que a gente gostaria de ter. Finalmente, no último período, de 1988 para cá, temos que considerar, por exemplo, o trabalho na área educacional, em que nós temos um avanço muito grande, a produção escrita, a formação de mestres e doutores negros e a participação dos Neabs nas universidades, que é muito importante.

306 Sobre Itamatatiua, ver entrevista de Neide de Jesus, no capítulo 7 deste livro.

307 Mari de Nasaré Baiocchi, graduada em história e geografia (1966) pela Universidade Federal de Goiás (UFG), mestre em arqueologia (1972) e doutora em antropologia (1981) pela USP, é professora titular da UFG e especializada nos Kalunga, comunidade remanescente de quilombos de Goiás. Sua tese de doutorado foi publicada em 1983: Negros de Cedro: um estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás (São Paulo, Ática, 1983). Em 1998, o diretor de cinema Manfredo Caldas produziu um documentário curta-metragem de mesmo título, que trata dos habitantes do povoado de Cedros em Mineiros (GO). Ver www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 2/8/2007.

www.camara.gov.br/internet/TVcamara/default.asp?selecao=MAT&Materia=32661, acesso em 2/8/2007.

308 O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal promulgada em 5 de outubro de 1988 recebeu a

seguinte redação: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Ver www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/, acesso em 10/8/2007.

309 A Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq) foi criada em 1997, em substituição à Coordenação Estadual de Quilombos Maranhenses, criada em outubro de 1995.

310 Outra determinação da Constituição de 1988 foi a criminalização do racismo, através do item XLII do Artigo 5º, segundo o qual “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. Até então, o preconceito de raça ou de cor era considerado apenas contravenção penal, de acordo com a chamada Lei Afonso Arinos, de 3 de julho de 1951. O novo instrumento legal decorreu de emenda constitucional apresentada pelo deputado constituinte Carlos Alberto Caó. Em 5 de janeiro de 1989, a Lei Ordinária nº 7.716, resultante de projeto de lei também apresentado pelo deputado Carlos Alberto Caó, definiu os crimes resultantes do preconceito de raça ou de cor. Ela foi parcialmente alterada pela Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997. Ver www.senado.gov.br, “Legislação”.

311 Segundo Ivo Fonseca Silva, originário do quilombo Frechal e uma das principais lideranças da Aconeruq, o conflito iniciou-se em 1974, com a chegada de um “pretendo proprietário” que se intitulou “dono daquelas terras”, e chegou a durar 20 anos. Segundo ele, em 1985, os habitantes de Frechal resolveram se organizar como grupo e fundaram uma associação de moradores, “com a participação da Igreja, do sindicato e de diversas entidades de apoio. A mobilização estendeu-se até o Centro de Cultura Negra do Maranhão e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, onde foi elaborado um processo judicial, culminando na criação de uma reserva extrativista, hoje reconhecida no Brasil inteiro como Reserva Extrativista de Frechal.” Ver Ricardo Telles. *Terras de preto, mocambos, quilombos: histórias de nove comunidades negras rurais do Brasil* (São Paulo, Editora @books, 2001), em www.social.org.br/artigos/artigo003.htm, acesso em 16/8/2007.

312 Sobre os conflitos nas mais de 20 comunidades quilombolas existentes no município de Oriximiná, noroeste do estado do Pará, ao longo do rio

Trombetas, ver Adauto Neto Fonseca Duque. Boa Vista e Moura — terra de quilombolas — e o grande projeto Trombetas: uma incômoda presença (Dissertação de mestrado em história, Universidade Federal do Ceará, 2004). Segundo o autor, seu estudo analisa o impacto dos grandes projetos desenvolvidos no rio Trombetas, como a Mineração Rio do Norte, a partir dos fins da década de 1970 sobre as comunidades negras remanescentes de quilombos de Boa Vista, Água Fria e Moura.

313 Carlos Alberto Oliveira dos Santos (1942), militante negro mais conhecido como Carlos Alberto Caó, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro na legenda do PDT por dois mandatos, entre 1983 e 1991, e secretário de Trabalho durante o primeiro governo Brizola no Rio de Janeiro, entre 1983 e 1987. Ver DHBB.

314 Todos os militantes citados, com exceção da Graça, de Brasília, foram entrevistados no projeto que deu origem a este livro.

315 Maria Luiza Júnior, formada em comunicação social pela UnB, é ativista do movimento negro desde a década de 1970. Foi relatora final da Conferência Nacional do Negro pela Constituinte, de 1986. Atualmente faz mestrado em história social na USP, com pesquisa sobre o MNU na Bahia, de 1978 a 1995. Ver www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/08/390261.shtml, acesso em 18/8/2007.

316 Como titular da Subcomissão de Negros, Populações Indígenas e Minorias, e suplente da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, Benedita da Silva participou da elaboração de diversos artigos do capítulo referente à Ordem Social da nova Carta, entre os quais os relativos à demarcação de terras indígenas, à regulamentação da propriedade da terra nas comunidades remanescentes de quilombos e aos direitos trabalhistas de empregadas domésticas. Ver DHBB.

317 Auta de Souza (1876-1901), nascida no Rio Grande do Norte, foi educada em colégio católico, aprendeu francês, literatura, música e desenho. Devido à tuberculose, aos 14 anos deixou o colégio, tornou-se autodidata e, mais tarde, uma importante poetisa. Escolástica Maria da Conceição

Nazaré é o nome de batismo de mãe Menininha do Gantois (1894-1986), nascida em Salvador e líder do terreiro do Gantois, fundado por sua bisavó Maria Júlia da Conceição Nazaré em 1849. Mãe Menininha, durante os 60 anos em que esteve à frente do Gantois, sempre se mostrou disponível para explicar o candomblé a quem se interessasse e conquistou o respeito de líderes de outros terreiros e até de sacerdotes católicos. Eugênia Ana dos Santos é o nome de batismo de Mãe Aninha (1869-1938). Filha de africanos e nascida em Salvador, Mãe Aninha formou o terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, hoje patrimônio histórico nacional, e sempre lutou para fortalecer o culto e garantir condições para o seu livre exercício. Segundo consta, por intermédio do ministro Oswaldo Aranha, que seria seu filho de santo, provocou a promulgação do Decreto Presidencial nº 1.202, no primeiro governo de Getúlio Vargas, pondo fim à proibição aos cultos afro-brasileiros, em 1934. Mãe Aninha foi substituída por mãe Bada de Oxalá e, depois, por Maria Bibiana do Espírito Santo, Oxum Muiuá, popularmente conhecida como mãe Senhora de Oxum (1900-1967). Ver Azoilda Loretto da Trindade. “Saberem e fazerem: modos de interagir”, volume 3 do projeto A cor da cultura (Rio de Janeiro, Fundação Roberto Marinho, 2006), pp. 144-145, e Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.).

318 Jacqueline Pitanguy de Romani foi a segunda presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em agosto de 1985, vinculado ao Ministério da Justiça. Sua gestão foi de novembro de 1986 a setembro de 1989. Ver www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/conselho/historico/, acesso em 2/8/2007.

319 Winnie Madikizela Mandela (1934), militante negra sul-africana e liderança do Congresso Nacional Africano (ANC), casou-se com Nelson Mandela em 1958, de quem foi porta-voz no período em que esteve preso (1962-1990). O casal separou-se em 1992 e divorciou-se em 1996. Ver www.wikipedia.org e www.geocities.com/fusaoracial/mandela_winnie.htm, acesso em 16/8/2007.

320 Orestes Quércia assumiu o governo do estado de São Paulo no início de 1987, em substituição a Franco Montoro. Ida Maria foi vereadora da cidade de São Paulo, pelo PMDB, entre 1983 e 1988. Ver www.camara.sp.gov.br/noticias_detalhe.asp?id=620, acesso em 16/8/2007.

321 O Instituto Amma Psique e Negritude foi fundado em São Paulo em 1995 e é coordenado pela psicóloga Maria Lúcia da Silva. Ver www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=922, acesso em 16/8/2007.

322 Como conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Norma Kyriakos foi coagente da criação, em 1988, e presidente, em 1989, da Comissão Regimental da Mulher Advogada (OAB Mulher) da Seccional de São Paulo. Ver <http://www.normakyriakos.com.br/curriculo.html>, acesso em 2/8/2007.

323 Paulo Brossard foi ministro da Justiça de fevereiro de 1986 a janeiro de 1989. Ver DHBB.

324 Luiza Erundina de Sousa (1934), formada em serviço social e mestre em ciências sociais, foi uma das fundadoras do PT em São Paulo, partido pelo qual foi eleita vereadora em 1982, deputada estadual constituinte em 1986 e prefeita da cidade de São Paulo em 1988, cargo que exerceu de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1992. Ver DHBB e <http://ww1.prefeitura.sp.gov.br>, acesso em 26/8/2007.

325 Maria José de Oliveira Araújo, formada em medicina, foi coordenadora do Programa de Saúde da Mulher da Prefeitura de São Paulo durante o governo de Luiza Erundina (1989-1993), membro da Comissão de Saúde da Mulher do Conselho Nacional de Saúde (1999-2002) e coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, de 2003 a maio de 2007. Ver <http://conselho.saude.gov.br>, acesso em 17/8/2007. Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho (1949), formado em medicina, foi um dos fundadores do PT em São Paulo, partido pelo qual foi eleito deputado estadual em 1982 e deputado federal constituinte em 1986. Licenciou-se do mandato federal de 1º de janeiro de 1989 a 2 de abril de 1990, período em que exerceu o cargo de secretário municipal de Saúde da capital paulista, na gestão de Luiza Erundina. Ver DHBB.

326 A “Marcha contra a Farsa da Abolição” foi realizada no dia 11 de maio de 1988, na avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro.

327 A vinheta de cerca de 50 segundos com a mensagem de fim de ano de 1987 da Rede Globo de Televisão, e com a participação de vários artistas

[negros e representantes negros da sociedade civil, pode ser encontrada no site You Tube, no link http://br.youtube.com/watch?v=sK_w4vo7_MQ, acesso em 17/8/2007.](#)

328 Maria Lúcia da Silva, também conhecida como Lucinha Silva, é coordenadora do Instituto Amma Psique e Negritude, de que fala Edna Roland anteriormente.

329 O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), fundado em 1969, em São Paulo, é uma instituição de pesquisa acadêmica na área de ciências humanas, onde sociólogos, cientistas políticos, filósofos, economistas, historiadores, antropólogos e demógrafos desenvolvem estudos sobre a realidade brasileira. Ver www.cebrap.org.br, acesso em 17/8/2007.

330 Trata-se de Suzete Paiva; Pedrina de Deus, publicitária, cofundadora do grupo Aqualtune, no Rio, em 1978; de Estela Costa Monteiro; Cecília Luiz de Oliveira, assistente social da Prefeitura do Rio de Janeiro; Azoilda Loretto da Trindade, doutora em comunicação pela UFRJ e coordenadora pedagógica do projeto A cor da cultura (Fundação Roberto Marinho), e Aderaldo Pereira dos Santos, mais conhecido como Gil, formado em história e mestre em educação pela UERJ.

331 A encenação representaria o momento em que a princesa Isabel assinou a Lei Áurea e, em seguida, recebeu a Rosa de Ouro, condecoração que o Papa Leão XIII (1878-1903) lhe enviara, em homenagem à liberdade dada aos escravos. José do Patrocínio (1854-1905) foi um importante jornalista, escritor e orador abolicionista que, do seu jornal, Cidade do Rio, protestava contra a manutenção do regime escravista no Brasil. Ver Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.).

332 Luiz Carlos Gá, designer gráfico, foi presidente do Instituto Palmares de Direitos Humanos, organização fundada em janeiro de 1989 na cidade do Rio de Janeiro. O cartaz, com o título “1888 — 1988. Nada mudou — Vamos mudar”, é um dos que estão reproduzidos neste livro.

333 Hélio Saboya Ribeiro dos Santos foi secretário de Segurança Pública no governo de Moreira Franco, no Rio de Janeiro (1987-1991).

334 A estátua que ornamenta o panteão em homenagem a Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro, está

localizada na avenida Presidente Vargas, em frente ao quartel-general do Comando Militar do Leste, no Rio de Janeiro.

335 Comissão de Religiosos, Seminaristas e Padres Negros. Ouvi o clamor deste povo... negro (Vozes, Petrópolis, 1987). “Ouvi o clamor deste povo” foi também o slogan da campanha da fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para o ano de 1988. Na ocasião, dom Eugênio Sales lançou em sua arquidiocese uma campanha própria, diferente do texto-base nacional preparado pela CNBB. Enquanto esse último assumia de forma mais radical as teses e reivindicações dos movimentos de luta contra o racismo e fazia uma autocrítica quanto à responsabilidade da Igreja na legitimação da escravatura no Brasil, a campanha de dom Eugênio Sales tinha como lema a mensagem “Várias raças, um só povo”, buscava relativizar o papel da Igreja no processo escravocrata, priorizava a tese da miscigenação e defendia que a discriminação contra o negro era mais social e econômica do que racial. Ver DHBB, verbete de Eugênio Sales.

336 Dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias (RJ) de 1981 até 2005, ficou muito conhecido por causa de sua dedicação à luta pelo combate à fome e participou de diversas organizações, como o Comitê Permanente de Nutrição, órgão da ONU, e a Comissão Episcopal para o Mutirão de Superação da Miséria e da Fome. Foi presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Cosea-SP). Também participou da coordenação do projeto Ação da Cidadania. Ver www.pastoraldacrianca.org.br/imprensa/clipping/200507/pastoral_da_crianca.html, acesso em 17/8/2007.

337 Eduardo Silva. Dom Obá II d’África, o príncipe do povo. Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor (São Paulo, Companhia das Letras, 1977).

338 A Fundação Cultural Palmares, entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, foi instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, com o objetivo de “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”. Seu estatuto foi aprovado pelo Decreto nº 418, de 10 de janeiro de 1992. Ver www.palmares.gov.br, acesso em 17/8/2007.

339 Trata-se do Programa Nacional do Centenário da Abolição da

Escravatura (Procen). Segundo Carlos Moura: “Sempre pressionando, os movimentos negros, em 1985 conseguem alguns êxitos junto ao governo federal e é instituída, pioneiramente, a Assessoria de Cultura Afro-Brasileira, no nascente Ministério da Cultura. Em seguida, com o Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura (1988 - Procen) realiza-se grande reflexão sobre a realidade do negro no Brasil, denuncia-se o racismo e se propõem medidas de valorização da comunidade, tendo como resultado a Fundação Cultural Palmares.” Ver Carlos Moura. “O papel do governo na promoção da igualdade”, disponível em <http://www2.mre.gov.br/ipri/Rodrigo/RACISMO/SALVADOR%5CPAPERS> acesso em 17/8/2007.

340 Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923) foi jurista, político e diplomata, entre outros. Um dos principais nomes do movimento que instaurou a República no Brasil, foi o primeiro ministro da Fazenda do governo provisório de Deodoro da Fonseca, exercendo o cargo de novembro de 1889 a janeiro de 1891. Como ministro, em novembro de 1890 indeferiu o pedido de criação de um banco destinado à indenização dos ex-proprietários de escravos e, no mês seguinte, determinou a queima de todos os documentos e registros públicos referentes à escravidão que estavam depositados nas repartições do Ministério da Fazenda. Ver João Felipe Gonçalves. Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar (Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000) e <http://pt.wikipedia.org> e www.projetomemoria.art.br/RuiBarbosa/glossario/q/queima-papeis.htm, acesso em 17/8/2007.

341 A União de Negros pela Igualdade (Unegro) foi fundada em 14 de julho de 1988, em Salvador. Ver <http://www.unegro.org.br/historico.asp>, acesso em 28/8/2007.

342 Steve Biko (1946-1977) foi uma das principais lideranças do movimento antiapartheid na África do Sul, durante as décadas de 1960 e 1970. O Instituto Cultural Steve Biko, nome dado em homenagem ao líder sul-africano, foi criado em Salvador em julho de 1992, por iniciativa de professores e estudantes afro-brasileiros, com o objetivo de fortalecer a luta contra a discriminação racial. O curso preparatório para o vestibular, voltado para estudantes negros de baixa renda e criado pelo Instituto Cultural Steve Biko, é o pioneiro do gênero no Brasil. Nesse curso, ao lado das disciplinas exigidas nos exames de vestibular, é ministrada a disciplina

“Cidadania e consciênci a negra”. Ver www.stevebiko.org.br, acesso em 17/8/2007.

ORGANIZAÇÕES E FORMAS DE MOBILIZAÇÃO APÓS 1988

NOVAS ENTIDADES

Diva Moreira

Eu fiquei sabendo da existência do movimento negro contemporâneo no final da década de 1970, mas ainda não tinha politicado a questão racial. Tinha um interesse teórico apenas, mas não tinha me engajado nas lutas antirracistas. Isso vai acontecer tardiamente. Eu já tinha 40, 41 anos quando surgiu a Casa Dandara, em 1987. E como isso aconteceu na minha vida? Eu estava lendo um livro de Florestan Fernandes, A integração do negro na sociedade de classes, que é um clássico da sociologia brasileira no que diz respeito à questão racial, e ele fala que, no pós-Abolição, as entidades do movimento negro que surgiram tinham dificuldade de se manter porque faltavam quadros qualificados, faltava dinheiro. Então havia dificuldade de “institucionalizar o meio social negro”. Isso é uma expressão do Florestan Fernandes. Eu falei: “Puxa vida, com 40 anos, com toda essa bagagem, com toda essa capacidade, eu não fiz nada em termos concretos para o meu próprio povo.” Eu não me senti motivada pelo MNU. Achava o pessoal sectário, dentro da minha visão marxista, que nunca abandonei — é interessante, porque eu lido com a questão racial sem ter abandonado também o paradigma de classe, nunca joguei o velho Marx e companhia no lixo. Aí eu falei: “Agora eu tenho que fazer alguma coisa.”

E saí do Partido Comunista. A minha ideia era que a minha inserção no movimento negro não fosse percebida pelas pessoas como sendo algo vinculado ao Partido. Saí sem briga, não teve briga nenhuma. Sou uma pessoa que tem a maior gratidão, tenho muito orgulho do meu passado, não acho que fiz nenhuma opção errada no meu passado, mesmo as maluquices. Eu falei: “Agora vou dedicar toda a minha energia, todo o meu tempo, toda a minha capacidade intelectual para a questão racial.” Eu sou devedora de Florestan Fernandes em relação a isso. Sabe aquela coisa que dá um clique na cabeça da gente? Olha, a coisa foi tão forte que larguei um emprego que era um dos maiores salários de Minas Gerais, e eu poderia ser aposentada hoje. Eu era a única mulher negra na Fundação João Pinheiro, uma fundação respeitadíssima.

Uma outra razão também pela qual não quis entrar no MNU é porque eu sonhava com uma entidade que fosse realmente de base, que alfabetizasse os

negros analfabetos, porque eu tinha vindo de uma família extremamente pobre e, além disso, tinha o compromisso social colocado pela Igreja, pelo Partidão. Então, não era fazer a pregação racial, digamos, para um público escolarizado. Porque eu sabia inclusive que era um público extremamente limitado. Então, a ideia era fazer uma entidade que pudesse combinar um trabalho de construção da consciência política, da consciência crítica, através de atividades culturais, coisas gostosas, encontros. E a Casa Dandara foi esse espaço. As pessoas que participavam da Casa Dandara — que infelizmente está desativada há muito tempo — eram de todos os níveis de escolaridade, de todas as idades. E o nome “casa” tinha exatamente também essa dimensão de ser um lugar de acolhimento, onde as pessoas se sentissem bem. Nos nossos primeiros encontros tinha a questão de tirar o bolo da garganta, como a gente ouvia: “Tem uma coisa que me aperta o peito...” Os primeiros encontros foram muito catárticos, eram encontros em que as pessoas choravam muito: “Olha, é a primeira vez que estou podendo falar sobre a questão de ser discriminada, ser negra, da humilhação que a gente enfrenta.” Então era quase de divã de analista.

Nenhuma escola pública, naquele momento da nossa história brasileira, tinha um cartaz onde estivessem crianças negras. Você chegava na semana de alimentação, e estava lá aquele cartaz com uma família de classe média ao redor da mesa, com o papai e a mamãe. Os calendários que existiam na época tinham só crianças brancas com bichinhos, bonecas brancas e tal. Então, uma ideia era ter o cuidado em apresentar uma estética negra, que na época era só negativa. A gente aparecia nos cadernos policiais ou então nas imagens de pobreza da África, ou mesmo do vale do Jequitinhonha, no Nordeste brasileiro. Era sempre mal: crianças de pé no chão, com o cabelo assanhado... Então a gente trabalhou muito essa questão do cabelo, que é um problema entre as crianças negras e também entre as mulheres negras. Aí, aquela preocupação com o cabelinho trançado, com uma estética negra bonita, afirmativa, positiva, sem passar a imagem de que nós negros somos pobres, apenas, e sem passar aquela imagem da escravidão.

Tinha entidades do movimento negro que faziam cartazes, sobretudo no 13 de Maio, com a estética da negação, ou antiestética. Talvez seja melhor falar em antiestética. Aqueles cartazes com imagens de homens negros de cabeça baixa, de braços com grilhões ao redor, e tinha frases referindo-se ao centenário da Abolição da escravatura do tipo “Nada mudou, vamos mudar”. Eu achava que, quando a gente falava “nada mudou”, estaria

negando o protagonismo negro no passado, e que aquilo era um absurdo. Então houve alguns choques meus com lideranças negras, sobretudo do MNU. E em 1988, no centenário da Abolição, esses choques ficaram até expostos publicamente. Não que eu quisesse, mas porque tinha gente do movimento negro que queria criticar a Casa Dandara. Como eu tinha vindo do jornalismo também, eu tinha muita inserção na mídia. Aí, apesar de a Casa Dandara ter um ano em 1988, tudo o que acontecia referente à questão racial, à população negra em Belo Horizonte, nós é que éramos procurados para responder às entrevistas. Eram algumas atividades realizadas pelas nossas crianças que serviam como pano de fundo para o lançamento, por exemplo, do ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente.³⁴³ A performance das nossas crianças foi magistral.

Eu também estava atuando no movimento negro com pessoas extremamente jovens. Então havia realmente uma diferença de percepção, diferenças teóricas, às vezes diferenças de linguagens. Eu me lembro de que, no centenário da Abolição, se usava muito a palavra “comemorar”. Aí as pessoas falavam: “Comemorar o quê?! Não temos nada que comemorar. A população negra está aí na miséria.” Aí eu falava: “Comemorar não é apenas festejar. Comemorar é trazer à memória, é refletir junto sobre o nosso passado.” Então eu usava a palavra. Isso foi motivo de desavença, de discordância também. Não tive um relacionamento fácil com pessoas do movimento negro daqui. Então acabei me distanciando, parei de ir às reuniões, achava as reuniões cansativas, chatas.

O movimento negro aqui em Belo Horizonte tinha o MNU, a Casa Dandara e o Grupo de União e Consciência Negra, Grucon, ligado à Igreja Católica. Tivemos dificuldades também com gente do Grucon. Sabe essas brigas que você poderia ter resolvido em casa? Umas brigas totalmente desnecessárias, em que a gente dizia: “Meu Deus, eu nem imaginava que isso pudesse acontecer.”

Quando a Casa Dandara acabou, eu já estava na Prefeitura de Belo Horizonte como secretária Municipal para Assuntos da Comunidade Negra. A Casa Dandara deve ter sido extinta em 1998. Ou seja, como ela foi criada em 1987, permaneceu por 11 anos. Eu lamento profundamente o fato de a Casa Dandara não ter sobrevivido. Ou seja, a sina que o Florestan descreve lá no livro dele, infelizmente, ainda persiste no nosso meio.

Mariléia Santiago

Em 1988, o maior grupo de dança afro que tinha no Rio era o do Ceba. Era assim: “O Ceba chegou.” A gente chegava com dois ônibus de jovens, dava um trabalho danado. O Eder Jô, professor de dança afro e coreógrafo de escola de samba — ele foi coreógrafo nota dez na Vila Isabel em 1988, com o Kizomba —, fazia trabalhos com máscaras.³⁴⁴ Mas o interessante é que a gente conseguia reunir esse pessoal, depois nós conseguimos alugar uma casa, e confeccionávamos o material, fazíamos grandes máscaras, e os jovens participavam da confecção e dançavam. Aos domingos era a aula, e as coreografias eram marcadas.

Na época, o Agbara Dudu fazia a “Noite da beleza negra” e nós já éramos presença obrigatória.³⁴⁵ Eles ficavam sempre assim: “O que o Ceba traz esse ano?” Nós conseguimos fazer, em anos consecutivos, 17 festas, todo ano, em Niterói, num grande clube, com trabalhos. E íamos para o interior do estado, para as entidades, amigos nossos do movimento. Tínhamos um intercâmbio com Teresópolis, Friburgo... Até em Poços de Caldas, em Minas Gerais, éramos presença obrigatória na festa da cultura negra.

Com esse trabalho do Ceba, começamos a perceber que, toda vez que nós chegávamos no Rio de Janeiro, não tínhamos voz. Porque aí tinha os grandes grupos no Rio de Janeiro, como o IPCN, e as pessoas faziam encontros nas faculdades, aquela coisa toda. Nós éramos do interior e não éramos ninguém dentro do movimento negro. Mesmo sendo de São Gonçalo, uma cidade próxima, ali do outro lado da baía. A gente chegava lá, estava aquela discussão, em 1988, “Vamos fazer uma grande manifestação！”, mas a gente sempre ficava lá no cantinho, porque tinha pessoas aqui no Rio de Janeiro que eram os bambambás do movimento negro, eram as pessoas que estavam estudando.

Aí o Jorge Santana, um dia, pensou e falou assim: “Eu vou fazer um encontro do interior.” Mandou umas cartinhas, mas não falou nada para ninguém que tinha feito, sabe? Depois ele virou para mim e disse assim: “Poxa, escrevi umas cartas e as pessoas não compareceram.” Tipo assim: ele marcou oito horas da manhã, 8:20 não tinha ninguém, ele foi embora. Aí eu

falei: “Mas não é assim. Você tem que dar um tempo para as pessoas.” Depois ele descobriu que as pessoas tinham chegado. “A gente tem que marcar um dia inteiro, fazer um almoço.” Foi então que nós resolvemos uma outra data, fizemos um almoço, convidamos as pessoas. Nesse encontro vieram Magé, Cabo Frio, Nova Friburgo, Niterói, São Gonçalo, Itaperuna... Vieram sete entidades do interior, sete pessoas. Em Nova Friburgo, na época, o Nélio, que era funcionário do Banerj, era a pessoa da cidade que todo mundo tinha como referência enquanto negro; em Cabo Frio, o doutor José do Carmo Pereira; em Magé, a doutora Maria Inês Ayres.³⁴⁶ De Niterói foi a Lia Vieira, e lá em São Gonçalo era o Jorge que estava à frente.³⁴⁷ De Itaperuna era o José Luís, diretor de uma escola, conhecido na cidade como Borracha. Discutimos, almoçamos, tudo. “Bom, agora tem que ter um próximo encontro.” E o encontro seguinte aconteceu em Cabo Frio. Aí foi uma surpresa muito grande. Quando chegamos em Cabo Frio, como o José do Carmo tinha uma estrutura, e como a cidade tem estrutura de turismo, começou a abrir o leque: surgiram pessoas de Nova Iguaçu, Teresópolis, além de Niterói, São Gonçalo... Começou a crescer esse trabalho. Surge Volta Redonda, e Volta Redonda tem várias entidades: tem o Clube Palmares, que é o mais antigo; a Consciência Negra de Volta Redonda; tem os Guerreiros de Água Limpa, que é um grupo de capoeira — Água Limpa é um bairro. E aí nós chegamos em Cabo Frio já com esse grande número de pessoas, inclusive da região dos Lagos, como Araruama. O trabalho foi crescendo, e o terceiro encontro nosso já foi em Volta Redonda. No quarto, fomos para Itaperuna. Fomos criando as mesas de discussão, e ali a gente discutia a questão da educação, da saúde, a mesa da mulher. Aí o pessoal: “Poxa, está crescendo isso. A gente tem que dar um nome.”

E começamos a incomodar a capital. A capital começou a descobrir que estavam acontecendo esses encontros. Antes era como se o pessoal do interior não estivesse preparado para estar à frente falando. E a gente começou a perceber que, no interior, as pessoas todas estavam formadas, tinha um grande número de médicos, advogados, e a gente percebia isso claramente. Aí montamos o Cenierj, o Conselho de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro. Nós tínhamos um companheiro de Nova Iguaçu, de nome Marcílio da Costa, que começou a chamar a capital de comarca. Então, os companheiros nossos do movimento negro do Rio de Janeiro que chegavam no interior sofriam. O pessoal dizia assim: “Chegou o pessoal da comarca.” Eles iam para filmar nossos eventos, para fotografar, porque as pessoas aqui discutiam — tinha o IPCN —, mas não tinham

aquele trabalho. A gente conseguiu criar junto um trabalho com jovens do interior, e por isso a gente trocava muito.

Olívia Santana

Participei da criação da Unegro, em 1988, em Salvador. A gente tinha um entendimento político de que a luta antirracista no Brasil precisava partir de uma articulação de gênero, raça e classe, e que esse era o principal foco teórico para a organização do negro e da negra brasileira. Existiam várias entidades do movimento negro, mas nós resolvemos criar uma entidade que tivesse essa concepção política de que a análise da realidade não poderia se dar considerando exclusivamente a questão racial. Essa questão é fundamental, justifica a luta antirracista, mas acreditávamos que isso tinha que estar articulado com a visão de classe e com uma visão das relações de gênero, porque qualquer projeto de superação de racismo no Brasil teria que estar conjugado com a superação também de outras formas de opressão que justificam essas hierarquias racial, social e de gênero, que fundamentam a estrutura social brasileira. Essa foi a razão da criação da Unegro.

Em 1994 fui eleita a primeira presidente mulher da Unegro, e nós tínhamos um projeto de nacionalização da entidade. A Unegro surgiu em Salvador, mas depois ela é fundada também em São Paulo, vai para o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, enfim, ela foi se nacionalizando com essa concepção política.

Sueli Carneiro

Em 30 de abril de 1988 foi fundado o Geledés Instituto da Mulher Negra, em São Paulo. Na verdade, a pronúncia correta seria guê-lê-dês, porque é uma palavra ioruba. Ela tem essa coisa gutural, porque é uma palavra escrita com um monte de tremas em cima e embaixo, como o ioruba é. Mas é evidente que a gente abrasileirou, porque, além de usar “Ge” e querer que as pessoas digam “Gue”, não dava para manter com todos aqueles tremas. Então, resolvemos abrasileirar e ficou Geledés. Portanto, na palavra original não tem esse acento agudo que tem na forma abrasileirada que a gente deu.

Eu não sei contar a história direitinho, linearmente, porque nunca lembro os anos direito. Mas eu sou filha de santo. E durante um período, lá pelo começo ainda da década de 1980, talvez antes do Conselho Estadual da Condición Feminina, eu participei de um concurso da Fundação Carlos Chagas sobre a questão de gênero, com um projeto chamado “O poder feminino no culto aos orixás”.³⁴⁸ Era um projeto de pesquisa em que eu queria discutir a mulher no candomblé. Era um pouco o diálogo de como a nossa mitologia negro-africana pensa a mulher, a essência feminina, em oposição a como a mulher é vista na tradição judaico-cristã. Era um estudo com a intenção de identificar uma perspectiva feminista a partir da mitologia, e como essa mitologia opera ainda hoje sobre as mulheres reais e concretas nesse país, posto que o candomblé ainda é uma das poucas religiões em que a mulher pode ser a liderança religiosa — e as veneráveis ialorixás são uma expressão disso.³⁴⁹ Como isso se articula a uma visão do feminino que tem um protagonismo fundamental dentro da visão de mundo que têm as nossas tradições? E como os arquétipos, que os mitos trazem, ainda estão presentes para as pessoas se compreenderem contemporaneamente? Por fim, a questão política, que me coloco a partir disso, é: como se pode atualizar a tradição desse feminismo, entre aspas, negro, presente nas nossas instituições religiosas ou nos nossos cultos? Ainda poderia ser possível se apropriar e atualizar essa tradição à luz dos desafios contemporâneos das mulheres negras no Brasil? Com base nessa salada e nessa confusão, é nessa pesquisa que eu encontro esse nome — Geledés — e, quando a gente sabe o que quer achar, a gente não só procura

como acha.

Geledés — abrasileirado — são organizações religiosas femininas que existem até hoje nas sociedades tradicionais iorubas. São cultos ao poder feminino. E há uns dois anos, esses cultos foram tombados pela Unesco. Hoje fazem parte do patrimônio da humanidade. Eu costumo simplificar dizendo que é uma espécie de maçonaria religiosa de mulheres, porque é do dualismo e da contradição sexual que o mundo é engendrado, segundo a nossa tradição. Cada orixá masculino ou feminino tem atribuições sobre uma parte do mundo, responsabilidades. Cada um detém um domínio, um poder sobre uma dimensão da natureza; esses poderes se confrontam, se harmonizam, e entram em contradição novamente. E o mundo é engendrado desse encontro de contrários. Então isso faz com que existam, nas sociedades tradicionais iorubas, tanto sociedades secretas femininas, que cultuam o poder feminino das mães ancestrais, quanto sociedades secretas masculinas, que fazem culto à ancestralidade masculina. Ancestrais no sentido muito essencial, primeiro, original, anterior aos próprios orixás, que já são, digamos, na tradição, aspectos socializados dessas matrizes. Geledés são organizações dirigidas por mulheres, de que os homens participam. Em geral são os homens que dançam nas festas públicas da Geledés. Nossa intenção é um dia, ainda, talvez quando a gente completar 21 anos, colocar a festa na rua tal como ela é realizada ainda hoje. Dentro da tradição, 21 é um número poderoso; 21 são ciclos, do ponto de vista ritualístico. Acho que isso é uma coisa que a gente ainda está devendo para reverenciar essa matriz inspiradora.

Então foi com essa ideia de reconhecimento de um lugar que cabe ao feminino na construção do mundo que a gente pensou essa entidade. Ou seja, de ser uma organização de mulheres, liderada por mulheres, que pudesse conter a presença masculina, mas desde que a liderança feminina fosse respeitada, que fosse um instrumento de dar voz, visibilidade e promover mulheres negras na sociedade brasileira. Então essa foi a concepção original do ponto de vista do nome. Buscamos nessa tradição os conteúdos para construir um instrumento político de afirmação de mulheres negras.

Eu acho que éramos seis mulheres na origem: eu, minha irmã Solimar, Sônia, Edna Roland, Maria Lúcia da Silva e Ana Maria Silva.³⁵⁰ A Maria Lúcia era uma liderança do Centro de Cultura e Arte Negra, o Cecan. O

Geledés é formado por mulheres que vinham de diferentes formas de militância: gente que vinha de movimento estudantil, das lutas contra a ditadura, de movimento negro, do feminismo. Mas o que nos juntou? Nós surgimos de uma constatação: que, a despeito de existir um movimento de mulheres ou movimento feminista importante no Brasil e, de outro lado, um movimento negro também importante, e de nós estarmos presentes tanto em um quanto no outro, essa presença não tinha reconhecimento suficiente para que a nossa problemática específica fosse devidamente contemplada nas agendas desses dois movimentos sociais. As mulheres negras eram sempre um subitem de questões consideradas mais amplas, como a mulher em geral ou a temática racial como um todo. E qual era a consequência disso? De um lado, essa subalternização faz com que as conquistas que são coletivamente alcançadas pelas mulheres acabem por beneficiar prioritariamente as mulheres brancas, por força de como o racismo continua operando sobre as mulheres negras. E o contrário também se dá: a ausência de um trabalho articulado de questões de gênero e raça faz com que o processo coletivo de conquistas que possam ocorrer no movimento negro beneficie prioritariamente os homens negros, por força de o gênero continuar a ser uma variável a achatar, a limitar as possibilidades sociais das mulheres negras. A impossibilidade de sensibilizar esses dois movimentos da maneira como nós considerávamos conveniente fez com que tivéssemos certeza de que precisávamos construir instrumentos próprios de afirmação política que nos tornassem protagonistas efetivos e que nos colocassem em paridade, na negociação das agendas de gênero e de raça, com esses movimentos sociais e com os demais. Falo especialmente desses dois pelo que eles têm a ver mais diretamente com a nossa temática, mas é uma problemática que também, hoje, enquanto movimento de mulheres negras, a gente disputa em todos os espaços da sociedade civil. Então era essa a ideia: construir organizações de mulheres negras que pudessem representar as necessidades, os interesses e os desejos de metade da população feminina, que é não branca e que carrega, de maneira estrutural, formas adicionais de discriminação e desigualdade.

A partir daí construímos o Geledés, com uma perspectiva clara de ser uma organização política voltada para o combate ao racismo e ao sexismo e para a promoção das mulheres negras em particular, e do conjunto da população negra em geral. Construímos um plano de ação baseado em um tripé: direitos humanos, saúde e comunicação, que foram os três programas iniciais nos quais nos apoiamos, e que hoje aumentaram significativamente.

Comunicação era uma estratégia de criar instrumentos institucionais de divulgação de nossas ideias, teses e trabalhos, mas também de pautar o tema racial, a questão da mulher negra nos meios de comunicação. Comunicação também representou toda a interface entre a organização e os movimentos de mulheres e os movimentos negros. Ou seja, era uma visão bem ampla de comunicação, no sentido de ser tanto a busca de interlocução e parceria com outros movimentos sociais, como a produção de instrumentos de divulgação institucional, e ainda formas de sensibilizar os meios de comunicação para a temática.

Hoje nós temos um programa de capacitação e profissionalização de jovens e adolescentes, um programa de educação e formação para a cidadania e um programa de ação afirmativa. Cada um deles abriga um monte de projetos. Temos tido apoio institucional da Fundação Ford desde 1991, 1992.³⁵¹ Acho que o primeiro financiamento nosso foi por uma organização internacional que lida com a área da saúde, a Coalition.³⁵² Historicamente nós fomos, ou temos sido, apoiadas por Coalition, Fundação Ford e Fundação MacArthur e tivemos também alguns projetos com o Ministério da Justiça — porque temos um programa de direitos humanos que é bastante vasto —, a Fundação Cultural Palmares, a Fundação Levi Strauss, a Kodak do Brasil, a Xerox e a Fundação Bank Boston — esses são mais recentes.³⁵³

Edna Roland

O Geledés foi criado no dia 30 de abril de 1988, mas ficou inicialmente em stand by. Foi diferente do que costuma acontecer. Geralmente, primeiro as organizações já têm a existência real e depois é que vão se formalizando. No caso do Geledés, não. Nós preparamos todos os documentos, fizemos estatutos, cuidamos das coisas, já estava tudo no forno, só aguardando a hora em que o espaço político governamental se fechasse, para a gente detonar a organização não governamental. Porque a gente não tinha energia e tempo para cuidar das duas coisas.

Quando, no final de 1988, a Ida Maria, “generosamente”, me devolveu para a minha secretaria de origem, fui para o governo de Erundina na prefeitura de São Paulo. Aí eu tinha que, de alguma forma, encontrar um espaço para poder colocar as questões raciais na Secretaria da Saúde. A oportunidade veio, justamente, com a proposta de introdução do quesito cor no Sistema Municipal de Informação em Saúde. O movimento fez essa demanda, e o secretário Eduardo Jorge, na época, aceitou. No último dia da permanência dele na Secretaria — ele ia voltar para a Câmara de Deputados —, me dei conta de que esse acordo não tinha sido escrito e falei: “Meu Deus, e se o próximo secretário não concordar com a proposta do Eduardo?” Nós não tínhamos uma portaria. Ele falou: “Você acha que é importante?” Eu falei: “Acho.” “Então vai. Escreve agora e me traz para assinar.” Aí desci e escrevi uma portaria, que acho que tem uns dois parágrafos, determinando a introdução do quesito cor.

A partir daí, já com o novo secretário, Carlos Neder, fizemos alguns seminários, algumas atividades de sensibilização dos funcionários, para mostrar por que era relevante a questão.³⁵⁴ Houve relatos impressionantes que a gente pôde ouvir, de coisas que se passam dentro do Sistema de Saúde e que configuraram situações de discriminação racial. Por exemplo: relatos de pessoas em uma mesa de operação e que se recusavam a ser operadas por um médico negro; situações em que uma mulher negra chega em um pronto-socorro, está tendo um aborto, chega sangrando e as pessoas deixam ela em cima de uma maca, exposta, sem colocar um lençol em cima. Coisas assim que, para quem não vive o cotidiano, pode parecer, às vezes, util.

Então, não basta ter o quadrinho lá no prontuário, é preciso que os funcionários compreendam por que essa informação está lá.

Por que era relevante? Primeiro, porque nós precisávamos ter um diagnóstico das condições de saúde da população negra na cidade de São Paulo. Isso só é possível se você tem a informação de raça ou cor. A negação da informação tem sido um dos instrumentos mais virulentos existentes no Brasil, produto do racismo e da discriminação. Um problema sobre o qual você não tem informação não existe. Você não pode combater o que não existe. Se não está documentada, a desigualdade não existe. Então nós já vimos há décadas lutando para que todos os sistemas de informações públicas no Brasil acerca da população tenham essa informação. Seja no trabalho, na educação, na saúde, habitação, acesso ao crédito, ao capital... Tudo isso precisa ter informação. Antes, o único lugar em que se registrava a cor era na polícia. O Estado brasileiro só estava interessado em comprovar que os negros são marginais e que cometem crimes. Então nós precisamos ter informação do outro lado da moeda. Quais são as condições sociais existentes, que conduzem a população negra a uma situação de marginalidade?

Pouco depois de eu ir para o governo de Erundina, o espaço político do Conselho em Brasília foi se estreitando. Em 1989 foi a eleição e mudou o ministro: saiu o Paulo Brossard e entrou o Saulo Ramos — ainda teve o Oscar Dias Correia entre um e outro, mas que só ficou uns meses.³⁵⁵ Eu não sei exatamente os incidentes, o que determinou, mas chegou um determinado momento em que houve uma demissão coletiva, a partir da presidenta, Jacqueline Pitanguy. Todo mundo se demitiu e Sueli, então, voltou para São Paulo.

Em 1989, eu estava na Secretaria da Saúde e, com a Sueli, a Deise Benedito, que é uma companheira que vinha também desde o Coletivo de Mulheres Negras, e outras companheiras, começamos a operar enquanto Geledés. A primeira atividade que realizamos foi em janeiro, creio, bem no início de 1989. Recebemos um pedido do reverendo Sant'Ana, se não me engano, para organizar uma visita do presidente do SOS Racismo da França, Harlem Désir.³⁵⁶ Ele veio acompanhado de um outro companheiro dele e nós organizamos, então, essa visita sem um centavo no bolso, é claro. Conseguimos um cartaz na Imprensa Oficial, montamos um debate na OAB de São Paulo, conseguimos viatura da prefeitura para ficar subindo e

descendo o mapa de São Paulo com ele, conseguimos almoço com o deputado não sei quem, jantar com não sei quem mais, hospedagem... Armamos tudo sem um centavo no bolso e fizemos um grande boom na cidade com a passagem do presidente do SOS Racismo. Com isso, essa ideia do SOS Racismo foi uma coisa que começou a pintar na nossa cabeça. Já havia uma experiência de SOS Racismo no Rio de Janeiro, do IPCN, se não me engano. E aí, o que tinha acontecido com a nossa passagem pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e pelo Conselho Estadual da Condição Feminina? Nós tínhamos aprendido certas coisas. Primeiro, tínhamos aprendido algumas práticas administrativas: como é que você organiza uma instituição, comissões, grupos de trabalho... Segundo, tínhamos entrado em contato com algumas agências financeiras.

Quando houve o processo de fechamento do Conselho Nacional, a Sueli estava em Brasília negociando justamente um projeto do SOS Racismo, que ia ser um projeto do Conselho Nacional com a OAB, acho que a OAB de São Paulo. Quando o Conselho praticamente fechou, ela então negociou com a Fundação Ford a transferência desse projeto, para ser uma parceria da OAB com o nascente Geledés. Ela negociou isso e entrou, a pedido da Ford, um terceiro parceiro, que foi o Núcleo de Estudos da Violência da USP.³⁵⁷

Ela estava nesse processo de negociação, mas o primeiro financiamento que tivemos no Geledés foi da International Women's Health Coalition, um contato que fiz a partir da minha relação com a Maria José Araújo, a Mazé, lá na Secretaria da Saúde da prefeitura de São Paulo. Acho que em 1989 comecei a organizar, em nome do Geledés, junto com a Mazé, que era do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, e com Margareth Arilha, que nesse momento era pessoa física, não tinha instituição, um seminário nacional sobre morbidade e mortalidade — às vezes, na área da saúde, se fala em “morbi-mortalidade”. Durante o processo de organização, a representante da Coalition veio ao Brasil e nos encontrou em um restaurante. Depois de meia dúzia de parágrafos que conversamos, ela virou para mim e falou assim: “E como está o Instituto da Mulher Negra?” Ela estava extremamente interessada, porque eu era do Geledés Instituto da Mulher Negra, e veio praticamente nos oferecendo algum tipo de apoio. Ela se ofereceu para financiar uma ida minha e da Lúcia aos Estados Unidos, para conhecer o National Black Women's Health Project, que era um projeto que tinha sede em Atlanta, nos Estados Unidos. Aí fomos em novembro de 1989, se não me engano, eu e Lúcia, para uma viagem de duas semanas aos

Estados Unidos. Conhecemos o projeto, conhecemos outras instituições lá em Atlanta, depois fomos a Nova York, conhecemos a Coalition e visitamos várias instituições. Conhecemos inclusive a esposa de Malcolm X, lá em Nova York.

No ano seguinte, acho que já em 1990, saiu o financiamento da Ford para o SOS Racismo. Foi o primeiro grande financiamento; o da Coalition foi um pequeno, para essa viagem, aí veio a Ford, que foi um grande financiamento. Ao mesmo tempo, Carmem Barroso, que foi da Fundação Carlos Chagas no Brasil e tinha ido para os Estados Unidos dirigir um programa de população, veio ao Brasil e estava em busca de projetos interessantes e instituições para financiar.³⁵⁸ Ela tinha sido minha professora de metodologia científica na USP, quando estudei ciências sociais. Procurei Carmem para falar que nós estávamos com essa organização de mulheres negras, e se a Fundação MacArthur poderia nos apoiar. Ela demonstrou interesse e pediu que a gente elaborasse um projeto. A Fundação MacArthur foi o segundo grande financiamento. A Ford foi financiando o Programa de Direitos Humanos do Geledés e a Fundação MacArthur, o Programa de Saúde.

Aí tem uma coisa interessante para registrar, do ponto de vista de concepções. É que justamente se definiu o SOS Racismo dentro de um programa de direitos humanos a partir de uma concepção que veio da Fundação Ford. Porque foi a área de direitos humanos da Fundação Ford que veio a financiar isso, e isso é interessante porque, aos poucos, a gente foi conhecendo e dominando essa coisa do referencial, do marco teórico dos direitos humanos. Antes, pensava apenas em termos de combate ao racismo. Aí entra nesse marco teórico.

Tive uma longa experiência no Geledés, onde permaneci nove anos. Fiz parte da direção do Geledés desde a sua fundação até quando saí. Fui responsável pela formulação do Programa de Saúde do Geledés, que, na época, foi a primeira organização negra no Brasil a trabalhar com esse tema, a considerar que saúde seria um tema prioritário para a população negra. A formulação que eu fazia então era que você, enquanto está falando de trabalho e de renda etc., está falando de coisas que as pessoas têm ou não têm, mas quando você está falando de saúde, está falando da maneira como as desigualdades se corporificam no próprio sujeito. As desigualdades estão na esperança de vida, nas condições de saúde, na saúde mental, no bem-

estar físico e mental. Então eu formulava como sendo, digamos, um campo em que as desigualdades raciais se manifestariam da forma mais brutal. Creio que o Programa de Saúde do Geledés, nesse período em que eu fiquei lá, tenha tido um impacto importante, considerável sobre, especialmente, o movimento de mulheres negras do Brasil. Eu fiz um artigo que foi publicado no livro Tirando a máscara, organizado pelo Antônio Sérgio Guimarães e pela Lynn Huntley, em que fiz um rápido levantamento, a partir de contatos telefônicos com as organizações de mulheres negras que eu conhecia, e constatei que a quase totalidade trabalhava com a temática da saúde e com questões relativas a direitos reprodutivos.³⁵⁹

Em 1997, acabei saindo do Geledés e, com toda a minha equipe do Programa de Saúde, criamos a Fala Preta! Organização de Mulheres Negras. E aí, aos poucos, a Fala Preta! foi se ampliando para outras temáticas. Inicialmente ela era especializada na área de saúde, mas aos pouquinhos ela foi trabalhando com direitos humanos, educação ambiental, capacitação de jovens e outras coisas.

Ivanir dos Santos

Quando o IPCN é criado, em meados da década de 1970, eu acompanho um pouco, mas não tinha esse engajamento, porque nesse período eu vou estar preocupado com a organização da Associação dos Ex-Alunos da Funabem, a Asseaf. Meu engajamento mesmo, como militante, de ir às reuniões, vai se dar depois da Asseaf. Em 1974, 75, o Jorge Carlos, um ex-aluno que estudou comigo desde a primeira escola, me chamou para uma reunião no MAM, onde passavam um slide sobre história da África. Tinha os bailes black power na época: o Buda já, desde 1973, me levava; eu já ia no Greip da Penha, no Creib de Padre Miguel, tinha aqueles circuitos.³⁶⁰ E ali começou, então, o meu contato com essa história do movimento negro. Porque foi justamente a partir dessas reuniões que saíram as organizações negras do período. Eu lembro que, na época, o Carlos Alberto Medeiros passava um slide e falava da saga dos negros desde o Egito e tal. O Medeiros falava muito isso. Tinha muitas pessoas: o Medeiros, o Filó, o Orlando, o Paulo Roberto, tinha o Amauri e o Yedo — embora eles fossem de outro grupo, eles já tinham mais a questão do Sinba —, o Togo, com quem eu vou ter contato depois, esse é o grupo mais ligado a essa história do MAM, e que vai se ligar também ao Afro-Asiático.³⁶¹ Mas o Jorge Carlos, esse ex-aluno, é que era a minha referência na época. Esse foi o meu primeiro contato.

No primeiro momento eu não faço militância ligada a esses grupos; continuo trabalhando com os ex-alunos. Em 1979 entrei numa faculdade de elite, a Notre Dame, em Ipanema. É até chique: quando eu digo “Notre Dame”, o pessoal acha que é em Paris ou lá em Nova Iorque, mas era ali em Ipanema. Aí eu fui estudar na Notre Dame, passei para educação — muita gente acha que eu sou historiador ou sociólogo, mas eu sou pedagogo. Nesse mesmo ano — coincide com o nascimento do meu primeiro filho —, eu fui almoçar com o presidente da Funabem, porque era um orgulho um ex-aluno que entrava na faculdade, e eles flexibilizaram minha entrada na Funabem para ser instrutor de música. Então, voltei para a Funabem. Mas eles achavam que, com isso, também, eu desistiria da ideia da associação. Vamos entender que 1979 é o momento da Abertura: Figueiredo entra e entra Ecléa Guazzelli na Funabem, fazendo críticas aos centros de tortura e tal.³⁶² Porque ela estava muito mordida com a história do marido dela, Sinval Guazzelli, que era

governador do Rio Grande do Sul, ter sido acusado de cúmplice no sequestro daqueles dois uruguaios — Lilian e Universindo, que foram sequestrados no Sul.³⁶³ Então ela entra abrindo os porões da Funabem e abre uma crise danada. Nisso, então, eles me abrem espaço para criar a Associação de Ex-Alunos da Funabem, Asseaf.

Fui a São Paulo, inclusive, nesse mesmo período, em 1979, no primeiro encontro dos ex-alunos da Febem de São Paulo, o Movimento de Defesa do Menor, que, na época, já questionava a repressão na Febem.³⁶⁴ Fui lá acompanhar. Mas qual era a nossa questão? A questão era que o movimento negro compreendesse, além do seu reconhecimento no discurso, as questões dos ex-alunos da Funabem, das prostitutas, dos marginalizados. Porque o movimento negro tinha um discurso racial, mas muito a partir de uma perspectiva; não conseguia ligar o discurso racial à questão social. Esse é um nó górdio até hoje, que está se superando um pouco mais agora. Então, a nossa preocupação era com os ex-alunos de fato. Embora eu vá compreendendo que não tem uma questão do ex-aluno se não entender a questão da pobreza, se não entender a questão das mães solteiras, das mulheres — a maioria era filho de mãe solteira — e a questão racial.

Foi aí que eu virei militante do movimento negro, e foi aí que, inclusive, dez anos depois da Associação, a gente cria o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, o Ceap. Vai ser a partir dessa compreensão: “Ah, enxugar gelo.” Quer dizer, era você não mexer com o cerne da questão. Porque os ex-alunos, inclusive, tentavam buscar uma reprodução da instituição Funabem na Associação: a gente tinha que arrumar emprego, botar ele na casinha para dormir e tal. Mas foi uma experiência interessante, porque ali eu aprendi também o que era grupo de extermínio. Foi a partir de um sumiço de oito ex-alunos na Baixada Fluminense, que faziam o descuido — chamavam descuido: eles roubavam coisas do supermercado para vender barato nas comunidades onde eles moravam. Eles desaparecem. A partir daí, eu passei a entender o que era grupo de extermínio. Eu vou passar 1982, 83 e 84 cobrando do governo — primeiro governo Brizola — que desse uma resposta com relação ao sumiço dessas pessoas. E levei a minha vida sempre lutando contra a violência policial sem saber que minha mãe tinha sido vítima — isso é um detalhe interessante — e ligando a questão racial ao destino dessas pessoas.³⁶⁵ Em 1984, a gente fez o primeiro “passeato”, que era a primeira passeata e ato público chamando a atenção dos ex-alunos. Eu lembro que, na época, tinha mais repórter do

que gente na passeata. O do meio segurava duas faixas. A imprensa toda foi cobrir, porque era uma novidade, era um ato de rua. Coincidiu com a minha formatura, em 1984, na faculdade, e, ao mesmo tempo, eu perdi meu emprego na Funabem. A partir desse “passeato”, fui demitido.

Em 1986, a gente lançou uma candidatura, porque era Constituinte e a gente tinha interesse em intervir nela. A gente lançou uma candidatura para deputado estadual, e eu fui o candidato.³⁶⁶ Foi muito interessante, porque, a partir dessa candidatura, eu fui compreendendo que tinha que ter um instrumento mais amplo. Entrou um grupo de esquerda para nos ajudar na candidatura, um grupo de mulheres negras de favelas, do movimento negro. E a Associação era limitada aos ex-alunos. Então, começou a surgir a semente, a ideia de construção do Ceap. Na verdade, é um trabalho que vem desde 1979, um trabalho que tem mais de 25 anos, embora como instituição formal, Ceap, tenha sido criado em 1989.

Vai ser a primeira ONG negra, na verdade, com características de ONG. E abriu aquela polêmica no movimento negro: “Dinheiro internacional!” Aquelas confusões todas, desconfiança até dizer chega. Hoje está todo mundo nesse barco, mas naquela época a gente apanhava muito porque tudo tinha desconfiança. Quando precisavam de recursos, pediam que a gente articulasse para fazer os atos, as manifestações, nos colocavam nas comissões de finanças. Por outro lado, tinham uma desconfiança, porque não conseguiam entender, naquela época, que tinha um movimento ecumênico que ajudou a esquerda em todo o Brasil. A CUT e todo mundo nasceu desse tipo de recursos que foram articulados pela chamada cooperação internacional, que tinha uma agenda de democratização do país e da questão dos direitos humanos — foi nisso que nós entramos. Aí foi uma conversa do Rubinho — que era um amigo meu, antropólogo, que trabalha com os indígenas, do Museu Nacional —, que acabou me introduzindo nessa área da cooperação internacional, que já tinha ajudado a Associação de Ex-Alunos — tanto que ela tinha uma estrutura.³⁶⁷

Quando saí da Asseaf, em 1989, a estrutura acabou e nós fomos prosseguir no Ceap. Duas coisas aconteceram: uma, compreendi que a Asseaf era um instrumento limitado naquele momento, achei que deixava de ser só um ex-aluno e passava a assumir mais a condição de militante negro e dos direitos humanos, e, ao mesmo tempo, fiz uma viagem internacional levando uma exposição para o exterior, a primeira exposição que vai falar da violência

contra as crianças e os adolescentes, e de maioria negra. Fiz, inclusive, um relatório para o DCI nesse mesmo período, tratando do extermínio de crianças e adolescentes em Caxias, Nova Iguaçu e Volta Redonda.³⁶⁸ Virou um sistema de denúncia internacional. E a gente mobilizou toda a opinião pública nacional e internacional, a partir dessas denúncias.

O Ceap foi formado por um grupo de ex-alunos da Funabem, só que ampliou com um grupo de mulheres negras e de militantes do movimento negro, e um pequeno grupo, que eram os chamados Papi, os filhos da Irene Papi, a famosa mãe da Passeata dos Cem Mil.³⁶⁹ São o André Papi e a Ludmila Papi, que morreram, que acreditaram nesse trabalho e nos deram uma força nessa organização, apoiada pelo Rubinho, que é o antropólogo. Quer dizer, um grupo de classe média que acabou entendendo que era uma luta justa, embora a esquerda nem sempre entendesse isso.

O Ceap nasceu, inclusive, fazendo uma campanha chamada “Não mate nossas crianças”. Depois teve uma outra agenda chamada “Esterilização em massa: contra as mulheres”. Coisa que o movimento negro falava e não conseguia materializar. O trabalho infantil de que se fala tanto aí, todo mundo hoje envolvido, o Ceap foi a primeira entidade a falar sobre isso, que fez um seminário na época, fez uma publicação chamada Criança, trabalho e sindicalismo, com a CUT... Eu fui à Alemanha negociar com o governo da Alemanha a entrada do Brasil no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. A Alemanha tinha colocado oito milhões de dólares para esse trabalho na OIT, e o Brasil não estava incluído; o cara da OIT na época veio falar comigo.³⁷⁰ Como eu era cooperante do Pão para o Mundo — o Pão para o Mundo ajudava o Ceap —, nós fomos fazer isso.³⁷¹ Nós que introduzimos o IPCN na questão do Pão para o Mundo. Deu uma confusão depois, mas acho que parte das instituições negras passou a trabalhar com cooperação depois da experiência da Associação e do Ceap. O AfroReggae nasceu dentro do Ceap, o Criola nasceu dentro do Ceap — era um programa de mulheres do próprio Ceap.³⁷²

Ao mesmo tempo, ainda antes do Ceap, a gente começou, na Associação de Ex-Alunos, a articular o Encontro de Negros do Sul e do Sudeste, em 1987.³⁷³ Aí o Amauri e o Yedo tinham um papel importante. O Ceap depois leva essa ideia. A gente fez o I Encontro de Favela e de Periferia; o Cemuf, Centro de Mulheres de Favelas e Periferia, surge com o apoio da Asseaf. A Asseaf, na época, apoiou muita coisa ligada à questão racial. Aí, já virando

o Ceap, fizemos dois encontros Sul-Sudeste, e depois vamos fazer um encontro enorme, que é o I Encontro Nacional de Entidades Negras, o I Enen.³⁷⁴ Todos os recursos já eram do Ceap, porque a gente colocava a estrutura e o recurso a serviço da luta. Embora tivesse muita incompreensão, mas hoje, de uma forma mais fria, as pessoas vão entender isso. O movimento negro, no país todo, as novas formas de organização de alguns setores, ocorreu a partir desse impulso.

O I Enen, em 1991, congregou seiscentos delegados e 250 entidades negras — isso levando em conta que, de sete pessoas, tirava um delegado. O MNU só ficou de fora porque não quis aceitar a regra, porque se aceitasse a regra ele seria minoria. Tinha todo mundo. Faltou, talvez, maturidade nossa, na época, de poder dar continuidade a esse projeto. As pessoas ficaram mais no hegemonismo — é muito comum na luta política, não é? Mas a minha ideia era muito clara: era voltar aos estados, fazer mais um regional, fazer mais um nacional e fazer um congresso. Assim, do congresso, sairia a entidade negra plural que todo mundo esperava construir. As pessoas achavam que eu estava construindo aquilo para mim. Era bobagem. Uma questão de organização, uma questão de método de organização. Aí foi onde eu preferi ficar no Ceap fazendo outras coisas, outra agenda, e não mais fazer a grande política nacional. Até íamos num lugar, noutro e tal, mas nós preferimos ficar aqui cuidando da agenda dos direitos humanos.

O Ceap depois disso trabalhou com, e tornou pública, a questão das mães de Acari.³⁷⁵ Eram 11 mulheres com 11 pessoas desaparecidas, depois elas quiseram fazer uma ONG delas e seguiram sua vida. Acho que o Ceap foi uma das organizações que mais internacionalizou a luta racial no Brasil, quer dizer, trabalhou muito numa agenda de sensibilizar setores do mundo, outros segmentos, de que aqui tinha uma luta racial. Hoje, quando as pessoas viajam já entendem mais isso; na época não entendiam, porque achavam que se você viajava muito tinha alguma coisa por trás. A gente tinha um programa de rádio chamado “Vibrações positivas”, que incentivou muita coisa; tinha um projeto que nasceu na Asseaf — o Ceap depois fez —, que era “Da Vento Livre ao menor abandonado”. O Cidade Negra, que na época era KMD5 e Lumiar, participou desse projeto, que ligava o questionamento do menor abandonado à questão da Lei do Vento Livre — uma coisa bem ingênua, mas bem interessante, que nós trabalhamos.

Gilberto Leal

O Núcleo Cultural Niger Okan, que é a entidade em que estou hoje, nasceu primeiramente como um núcleo de debate político dentro do Malê Debalê, que é um dos grandes blocos afro de Salvador, fundado em 1979.³⁷⁶ Niger, na verdade, é uma palavra do latim que significa negro. Essa palavra chega à África e dá nome a um rio, que, consequentemente, dá nome a dois países: ao Níger e à Nigéria. Okan é uma palavra iorubana que tem três significados: coração, consciência e espírito. Então, na verdade, Niger Okan significaria coração, consciência e espírito negro. Malê Debalê é um nome que eles terminaram criando, porque tem uma palavra no candomblé que chama dibalê — por exemplo, Ogum Dibalê, Iansã Dibalê —, que é uma palavra ligada a um tipo de orixá voltado para uma realidade específica das relações dentro do panteão. E o “Malê” é em homenagem à Revolta dos Malês.³⁷⁷

A ideia era ir para as comunidades e participar de movimentos culturais, e passar a trazer, por um debate político e por uma ação política mais contundente, aqueles que estavam organizados enquanto negros, mas apenas do ponto de vista da sua performance cultural, do ponto de vista da sua luta enquanto estética cultural. A primeira entidade que admitiu, dentro desse contexto, uma organização mais politizada foi o Malê Debalê, porque nós fundamos isso lá dentro. Quando nos aproximamos de lá com esse tipo de postura política, a recíproca foi verdadeira. Abriu-se uma porta para fundarmos um “pé” com um debate político mais contundente lá dentro. Porque nós sugerimos e os convencemos da importância de ter, além dos postulados carnavalescos e das ações de tarefas carnavalescas, a tarefa do debate político sobre a realidade do negro. E aí se formou o Niger Okan lá, que depois teve um racha político, divergências sobre como conduzir a entidade Malê Debalê, num momento de uma luta muito tensa, inclusive chegando às beiras da briga corporal, e a gente se afastou. Daí o Niger Okan ganhou um voo próprio.

Muitos dos que tinham essa militância, que eu diria, da ocupação do espaço cultural, da marca cultural negra que a Bahia tem e que eles ocuparam muito bem, muitos desses, hoje, estão mais próximos, fruto do momento que

se iniciou nesse período. E hoje conseguem aproximar-se mais desse discurso e dessa prática política mais temperada com um processo mais ideologizado politicamente. Não vou dizer nem se de direita a, b ou c, ou esquerda a, b ou c, mas mais ideologizado. Eu gostaria inclusive de grifar um elemento: eu diria que é fruto desse período das décadas de 1970 e 1980 a realidade de encontrarmos hoje a ausência quase que total de movimento negro de direita. Quando eu digo quase total, é claro que eu considero que, pontualmente, o quase me resguarda a possibilidade de a regra ter exceção. Mas do ponto de vista de significação de movimento negro, ele teve e tem no seu currículo essa marca de ter conduzido o movimento mais para um campo da esquerda, mais para um pensamento socialista do que para um pensamento de direita. Então hoje é raro você encontrar alguma organização, mesmo daquelas mais novas, que se diga organização de direita atrelada ao movimento negro. Por exemplo, os partidos de direita não conseguiram, ao longo de todo o processo, criar núcleos de negros internamente. Até o PFL tentou, partidos de centro também, mas os de direita, principalmente aqueles remanescentes da direita radical do passado, não conseguiram.³⁷⁸ O PL não conseguiu, nenhum conseguiu.³⁷⁹

Amauri Mendes Pereira

Todo esse processo do Encontro Nacional de Entidades Negras, do Enen, que começa em 1989, com a nossa ida para o Encontro de Negros do Norte e Nordeste em Salvador, é um processo estratégico. A gente pensava, com uma visão teórica e estratégica, que a gente tinha que ter um processo nacional, não de criação de uma entidade nacional, mas de um movimento nacional aglutinador e articulador, com documentos nacionais. Não seria uma organização de comando político, mas uma organização que pensasse estrategicamente: contratar pesquisadores, sociólogos, historiadores nossos, para produzir um pensamento político estratégico do movimento negro para a sociedade. “O que é essa questão racial no Brasil? Isso é racismo, mas esse racismo é diferente? Como é? Como não é? Tem que pensar melhor, tem que aprimorar isso.” Isso já estava começando na nossa cabeça. E quem vai fazer? Só um processo nacional. Mas como é que faz nacional, se cada entidade está começando? O IPCN, por exemplo, que é cada vez mais IPCN, porque tem recursos agora, está forte. Então, nós temos que fazer por fora das grandes entidades. E aí quem faz? É um movimento mesmo, gente que não está em instituições, ou um que está, mas não pode trazer a sua instituição... E aí, tem que ser um movimento rebelde de novo, dentro das instituições. E quem tinha essa visão? Era, realmente, o Gilberto Leal, na Bahia; o Flávio Jorge, em São Paulo; o João Carlos Nogueira, em Santa Catarina...³⁸⁰ Tinha mais não sei quem, não sei onde. Eram poucos. Nem todos conseguiam dinheiro para estar nas reuniões preparatórias, mas quando chegou o momento de ir para o Norte-Nordeste, o acordo que a gente tinha feito, um pouco por carta, um pouco conversando aqui e ali, por telefone, a gente disse: “Vamos detonar esse processo em 1989, no Encontro do Norte-Nordeste. Aí vamos um grupo daqui do Sul e Sudeste, vamos pensar um grupo do Centro-Oeste, junta todo mundo e lá a gente fala em encontro nacional.”

E lá, realmente, houve um momento marcante. Aquele negócio: tem a pauta do encontro, mas tem o grande momento que todo mundo espera e ninguém sabe como vai ser, as disputas políticas muito grandes... Mas conseguimos fazer uma reunião, já eram mais de dez horas da noite, acabou a pauta do encontro. E Luiza Bairros, que era do MNU, que tinha força na Bahia — o

MNU nunca foi um movimento realmente nacional, ele tinha as sessões regionais, que se aglutinavam e se encontravam...³⁸¹ Mas Luiza era muito forte, era acadêmica, hoje é doutora, e era a grande liderança do MNU na Bahia, e coordenadora nacional. Ela fechou com esse projeto, com essa visão mais ampla. E Gilberto também, mas eles eram meio adversários lá. Como é que vai ser? Conseguimos fazer uma unidade, já às 11 horas da noite. Mas como eles eram Norte-Nordeste, e São Paulo chegou com muita força — o Flavinho era do PT, um cara já conhecido, Juarez Xavier era da Unegro, era PC do B —,³⁸² e eu era o único que não era partidário e também tinha um pouco mais de idade que os outros — em certos momentos se usam muitos subterfúgios —, então disseram: “Amauri, você, que tem a voz mais forte, venha dirigir essa reunião.” Para poder ter algum centro. E eu, que tenho a voz mais fraca, mas para tudo se dá um jeito. Ali, em 1989, nós conseguimos dar essa direção, fizemos uma pauta que visse a necessidade de articular nacionalmente e de fazer um encontro nacional.

Mas eu tinha uma pedra de toque disso tudo: Encontro Nacional de Entidades Negras. Isso era uma coisa crucial. Eu dizia: “Não quero saber. Não é entidade? Tem que ser entidade.” Nós sempre tínhamos feito, no Rio, “encontro estadual de negros”, e foi aí que eu e Yedo rompemos definitivamente — definitivamente dentro da luta, não como amigos, nunca deixamos de ser amigos, eu sempre vi que ele é meu irmão. Nesse momento, eu digo: “Entidades negras.” E eu teria que representar a minha entidade. Qual era a minha entidade? O IPCN. E eu era oposição. Aí o Gilberto dizia: “Mas como é que o Januário vai te nomear?” O Flavinho dizia: “Você tem que vir pelo IPCN.” Porque eram poucos. Éramos três, quatro, cinco, que tínhamos essa visão para conseguir engrenar esse processo. Como é que vai ser? Eu tinha que ser representante do IPCN.

Então, quando começa o ano de 1990, na primeira assembleia que teve no IPCN, foi até a assembleia que ia eleger a comissão fiscal, porque ia ter eleição de novo, aí eu também preparei tudo: levamos mais gente, o pessoal nosso, mas o pessoal conquistado para essa visão, que era de que, primeiro, o IPCN tinha que estar no processo de construção do Encontro Nacional e, segundo, que tinha que sair, ali na assembleia, uma representação da entidade na assembleia. A representação não podia ser exclusivamente da direção, tinha que ser da direção e da assembleia: um membro da direção e um membro da assembleia. Isso era uma coisa completamente anárquica: exatamente no momento de consolidação da entidade se fala que a diretoria

não representa... Áí foi uma briga de foices!

Lá pelas duas horas da manhã a assembleia foi convocada. O Gil teve um papel extraordinário nessa assembleia. Eu acho que a Lúcia também foi muito forte. O nosso grupo era muito bom, porque era o grupo do pessoal que não estava em instituição, não estava com “o” institucional ainda. Um grupo muito bom. E aí, a decisão por maioria na assembleia foi que seria um representante da direção e um representante da assembleia. Áí: “Agora vamos eleger o representante da assembleia.” Áí, outro pau... Eu saí eleito representante da assembleia. Já era madrugada. O representante da direção ficou sendo o próprio Januário, que era o presidente. Então é isso: nesse momento a gente assume. Fui eleito em janeiro ou fevereiro, bem no início do ano, e estabelecemos a estratégia de fazer encontros em todo o país. Era uma loucura, porque a gente não tinha ainda o institucional, quem estava tocando esse processo não tinha. Por exemplo: o Flavinho, de São Paulo, que era uma espécie de centro desse processo, não tinha.

Flávio Jorge Rodrigues da Silva

Em 1988 tem esse boom de crescimento de organizações do movimento negro. A gente não tinha uma organização ainda, a gente atuava por dentro do PT, aqui em São Paulo. E nós começamos a organizar os encontros regionais do movimento negro. O Norte-Nordeste foi o que mais avançou nisso, acho que chegou ao oitavo encontro. Aqui no Sul-Sudeste, a gente conseguiu chegar até o terceiro encontro regional. Centro-Oeste, nós realizamos dois. O pessoal que já vinha do Grupo Negro da PUC é um grupo muito importante na minha vida. A minha companheira também veio de lá, a maioria do pessoal foi casando entre si, e até hoje a gente é muito amigo. E esse grupo de amigos criou, em 1991, a Soweto Organização Negra, que é o agrupamento do qual eu faço parte. E a Soweto, juntamente com o pessoal do Rio, da Bahia, esses contatos todos que nós fizemos, principalmente pós-1988, organizou o I Encontro Nacional de Entidades Negras, que foi realizado em São Paulo, em 1991.

A gente tinha escolhido um caminho, que era atuar por dentro do PT, e não tinha uma organização do movimento negro. Então, a gente juntou todo mundo, na época, para criar a Soweto, porque já existia essa movimentação para fazer o Encontro Nacional de Entidades Negras. E como o próprio nome do encontro diz, não era um encontro de pessoas, era um encontro de organizações. Áí fomos obrigados a criar o nosso grupo. Os partidos não poderiam participar, embora todos nós tivéssemos intervenção partidária.

O núcleo que começou a pensar esse primeiro encontro nacional era, aqui em São Paulo, a Soweto Organização Negra, o Geledés e a Unegro; no Rio de Janeiro, o IPCN e o Ceap; na Bahia, o Niger Okan... A primeira comissão organizadora, nos critérios que a gente estabeleceu, achou que não teria sentido, naquele momento, núcleos partidários nem órgãos de governos participarem do encontro, porque era um encontro que deveria espelhar um pouco a nossa organização enquanto movimento negro. Foi um momento importante. Nós conseguimos reunir oitocentos delegados. Nossa perspectiva era receber em torno de quinhentos. O Enen foi feito aqui no estádio do Pacaembu. Em 1991, a Luiza Erundina era prefeita da cidade de São Paulo e ajudou muito a construir esse encontro. Toda a estrutura foi

bancada pela prefeitura aqui de São Paulo. Eu tinha participado da sua assessoria política. Ela foi eleita vereadora em 1983, e fui da assessoria dela por três anos. Depois ela foi eleita deputada estadual e participei também da sua assessoria por dois anos. Quando ela foi eleita prefeita, fui convidado para trabalhar na Fase, Federação de Órgãos de Assistência Social, que é uma ONG com sede no Rio de Janeiro.³⁸³

O encontro foi muito importante. A gente juntou representantes de tudo que existia no Brasil: grupos culturais, religiosos, de juventude, de esportes... Os grupos ligados à Igreja, os Agentes de Pastoral Negros e o Grupo de União e Consciência Negra participaram. Mas nem todo mundo participou. O MNU não participou desse encontro, porque sempre optou por ter uma trajetória própria. A gente precisa parar uma hora até para pensar por que a gente nunca se encontrou no tal Movimento Negro Unificado. De todas as organizações políticas do Brasil, só o MNU não veio. A gente reuniu delegações de cerca de 22 estados.

Foi uma loucura, porque você não tinha unidade política suficiente para isso. Nós éramos muito diversos. Você juntar tudo num lugar só: grupos de mulheres, de religiosos de umbanda, candomblé, de grupos afro lá da Bahia, tudo. Mas ele foi importante porque acho que foi onde a gente conseguiu montar um primeiro mosaico do que era o movimento negro pós-centenário da Abolição. E dentro desse grupo, dentro desse encontro, a gente criou a Conen, Coordenação Nacional de Entidades Negras, à qual eu sou ligado. Ali a gente começou também a discutir os trezentos anos de Zumbi. O movimento negro, se vocês perceberem, é sempre pautado por datas: tem a luta abolicionista, depois você tem a Frente Negra, depois você tem o MNU, são sempre datas. E 1995, os trezentos anos da morte de Zumbi, foi um momento-chave para nós também.

Dentro do PT, a gente criou a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, num encontro que foi realizado em Guarapari, no Espírito Santo — não me lembro do número do encontro, parece que foi o oitavo encontro do PT.³⁸⁴ Nós aproveitamos as comemorações do tricentenário, e o tema desse encontro foi dedicado a Zumbi dos Palmares. Foi um momento de muito embate dentro do PT, de quase cisão partidária, e a criação da Secretaria foi uma das únicas propostas que teve unanimidade dentro do encontro. Quem defendeu a proposta de criação da Secretaria foram o Lula e a Benedita. A Benedita, como nossa referência de organização político-partidária, e o

Lula, pelo que ele significava dentro do partido. Tem um fato que é interessante: o único voto de delegado que votaria contra a criação da Secretaria era de um delegado negro do Maranhão. Tivemos que conversar com ele para que não votasse. Ele tinha uma visão clássica dentro da esquerda brasileira: achava que não tinha sentido a gente criar uma secretaria de negros dentro do partido, porque isso dividiria a luta de classe. A discussão de raça e de classe sempre permeou a nossa relação com a esquerda brasileira. Esse menino era de um agrupamento, que depois até saiu do PT.

O que isso tem a ver comigo? Seis meses depois da criação da Secretaria, fizemos um primeiro encontro de negros do PT e fui eleito o primeiro secretário Nacional de Combate ao Racismo, em 1995. Fui secretário por quatro anos. A primeira gestão durou de 1995 a 97 e a segunda, de 1997 a 99. Hoje eu sou membro do Diretório Nacional do PT também. Nós somos pouquíssimos negros dentro do Diretório Nacional. A Lélia foi a primeira; hoje, a gente tem Benedita e acho que somos sete em um conjunto de 81 dirigentes partidários. Não é tão tranquila a nossa presença dentro do PT.

Hédio Silva Júnior

Quando aceitei o convite para o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, eu era o único petista no governo Montoro. Mas, primeiro, eu fiz uma discussão com o grupo com o qual eu tinha vínculo, o Movimento Sócio-Cultural da Comunidade Negra de São José dos Campos, e o grupo entendeu que seria importante. E eu entendi que era um espaço. Na verdade, eu já estava mais ou menos exaurido e entediado com as tentativas e com a frequente recusa dos sindicalistas em discutirem a questão racial. Porque o que eu queria era conectar sindicalismo e luta contra o racismo. Mas era um discurso que não encontrava eco no movimento sindical. Então, acho que fui muito pragmático, no sentido que entendi que teria a oportunidade de poder fomentar o debate que me interessava. Mas tive também muitos dissabores por ter ido; muita gente veio me dizer, um pouco, que a presença de um petista no governo Montoro era a forma de o governo se legitimar. Mas acabou que houve frutos muito interessantes dessa experiência, inclusive a instituição com a qual eu tenho vínculo, que é o Ceert, Centro de Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade, que nasceu exatamente do núcleo que se encontrava em 1986 no então Conselho de Participação do Governo de São Paulo.

O Ivair e o Hélio Santos tinham eleito algumas áreas como prioritárias no Conselho. Então, tinha o Grupo de Relações de Trabalho, como se chamava, e eles queriam dois tipos de figuras para trabalhar na área do trabalho: alguém da área de recursos humanos e um sindicalista. O do sindicato era eu, e a pessoa da área de recursos humanos que eles chamaram era uma executiva da Cesp, a Companhia Energética de São Paulo, uma psicóloga, a professora Maria Aparecida Silva Bento, que é minha mulher, e com quem eu criei, algum tempo depois, em 1990, o Ceert. Então foi um encontro que teve vários frutos, digamos assim. E quando o Conselho foi esvaziado, a gente estava fazendo um trabalho com os sindicatos que a gente achava que era importante, as pessoas diziam que era importante. Era finalmente discutir a questão racial dentro do sindicato. E a forma que a gente teve então foi criar uma ONG, que é o Ceert, que depois acabou expandindo projetos para outras áreas que não só a do trabalho. Hoje nós estamos

lidando com intolerância religiosa, por exemplo. Aí um cara diz: “Como é que o Centro de Estudos das Relações de Trabalho...?” É que a gente tinha uma expectativa muito modesta; quando criamos o Ceert, a gente queria só lidar com sindicato. E depois a vida foi empurrando para outras coisas. Daí teve uma participação do José Roberto Militão, que é um advogado de São Paulo, do Hélio Santos... O núcleo central da organização éramos nós dois. Até hoje é assim.

Lúcia Xavier

Eu conheci o movimento de mulheres negras já dentro do IPCN. Mas a maior tendência em relação a ele era dizer “não”, porque se dizia que o movimento de mulheres negras racharia o movimento negro. A discussão sobre a questão da mulher já era profunda entre nós — tanto no IPCN como um todo, quanto nesse grupo, que era um grupo relativamente grande. Aí já se discutia a necessidade de empoderar as mulheres, permitir que as mulheres tivessem um papel fundamental dentro dessa estrutura.

Porque, por exemplo, o IPCN sempre teve figuras fantásticas — você convivia com a Lélia o tempo inteiro nas discussões políticas, nos encaminhamentos e tal —, mas era basicamente dirigido por homens. Se você tinha uma Lélia, por que você ia ter um Januário como presidente? Quer dizer, eles eram diferentes. Mas ter uma Lélia à frente de uma organização como aquela era muito diferente de ter um Januário. E expressava, para mim, hoje, um tipo de conduta e direção muito mais importante do que o que a gente viveu naquela época. Pode ser que hoje seja fácil fazer essa análise, mas a gente já sabia que não era possível que a direção sempre estivesse nas mãos dos homens. Na verdade, quem conduzia a ação eram as mulheres. Eram elas que estavam lá o tempo inteiro para carregar a bandeira, para fazer o panfleto, para organizar os encontros, para não sei o quê. Porque, no caso do Rio, a gente ainda tinha os encontros estaduais, os encontros de Sul-Sudeste, depois o encontro nacional... Mas tinha toda essa movimentação interna, que mostrava que o movimento não conseguia incorporar a discussão de gênero.

Eu já tinha a discussão de gênero por outros motivos, mas nunca tão ligada às duas questões: gênero e raça. Apesar de as duas discussões estarem muito fortes, o que prevalecia era uma direção marxista — eu também vinha dessa formação. Bom, a gente achava que não superaria o problema do capitalismo só com a questão do trabalho, tinha que ter a questão de raça, mas a de gênero a gente não conseguia ver por onde passava. Tendo mulheres na direção já era suficiente. Mas aí o movimento de mulheres foi crescendo, foi se estruturando, foi se organizando e foi mostrando que não tinha outro jeito. A gente pensava muito diferente mesmo. A questão racial era, em si, estruturante desse processo, mas não tinha como esperar passar

o problema de raça. Era igualzinho a repetir a questão do trabalho: espera passar o problema de classe para depois resolver o de raça. Espera passar o problema de raça para depois resolver o de gênero. Não tinha como.

E aí, fui me aproximando do movimento de mulheres, mas ainda no IPCN, até que, em 1992, fui convidada a participar de uma organização de mulheres, a Criola. O Rio já tinha uma série de organizações de mulheres negras — tinha a Nzinga, que também já estava acabando, mas era uma expressão política muito grande. Nesse mesmo ano, um grupo de mulheres que fazia parte do programa de mulheres do Ceap, o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, já começou a sair dessa organização e a pensar na fundação de uma organização para mulheres negras. Minha trajetória já era misturada com a do Ceap, porque eles são oriundos da Asseaf, que era uma associação de ex-alunos da Funabem. Eu nunca fiz parte da Asseaf, mas eles sempre fizeram parte do movimento pelos direitos da criança, do qual eu fazia parte, porque, de 1980 até 1997, trabalhei com crianças e adolescentes, e essa questão vinha muito junta. O Ceap foi a primeira organização a tratar da questão racial com esse outro tipo de posição, pelo menos no Rio de Janeiro, em relação à ação social misturada com a ação política. O IPCN tinha essa tendência na primeira e na segunda gestão do Januário, e já começava a desenvolver projetos locais. Minha perspectiva com os jovens, com as crianças e adolescentes com quem eu trabalhava na rua era de envolvê-los no movimento negro. O IPCN abrigava um grupo de capoeira angola e nossos meninos participavam desse grupo, cujo mestre era o Lumumba, na época. E o IPCN tinha lá um curso de cozinha afro-brasileira com a LBA, se não me engano, e o nosso grupo também já participava.³⁸⁵

Quando comecei a trabalhar na rua, a nossa estratégia era envolver os jovens nos movimentos sociais, para que eles pudessem ter suporte e, à medida que fossem tomando consciência da situação, fossem tendo possibilidade de enfrentar a questão através do movimento. O IPCN me ajudou muito nisso, porque eu achava que era uma estratégia louca, e deu certo. Não saiu de lá nenhuma liderança, mas os meninos tiveram a possibilidade de reforçar a sua identidade através daquela questão. E quando a gente radicalizou na rua para tratar menina separada de menino, no sentido de poder reforçar a identidade de gênero, a gente fez isso com o movimento de mulheres negras, e aí deu mais certo ainda. Aquelas meninas participaram de quase tudo feito no encontro das mulheres, a partir dessa

estratégia. Meu encontro com o Ceap foi aí, porque aquele grupo dissidente da Asseaf, que também já discutia a questão racial — juntava o drama da infância e da adolescência abandonada, pobre, com a questão racial —, passou para o Ceap, que já deu seguimento. Esse grupo era um grupo que já construía o movimento de mulheres negras.

Para além disso, você encontrava, nesse grupo e em associações comunitárias — o pessoal do Andaraí, dos outros bairros, que fazia parte das associações comunitárias, principalmente as mulheres —, um movimento forte de favelas, que se encontra no movimento de mulheres negras. Daí a Sandra Bello, que também já era militante do movimento negro havia muito tempo, mas tinha uma forte inserção no movimento de favela e periferia;³⁸⁶ a Jurema Batista; a própria Benedita da Silva — esse grupo ajudou a estruturar melhor essa tendência dentro do movimento de mulheres. E o movimento, então, fez seu primeiro encontro em 1988, o I Encontro Estadual da Mulher Negra, no Rio de Janeiro, e se fundou como movimento.³⁸⁷ Isso já no período do centenário da Abolição e tudo o mais.

A Criola nasceu dessa possibilidade de juntar essas mulheres, com essas experiências todas, num outro tipo de ação política. Aí não mais presas a uma organização mista, mas uma organização única para mulheres, dirigida por mulheres, fundada por elas, voltada para a construção de um espaço para discutir esse feminino negro. E, ao mesmo tempo, pensar formas alternativas de superação das questões. Então, basicamente, nasceu para instrumentalizar a mulher para enfrentar o drama do racismo. Quer dizer, o drama do racismo, do sexism e da homofobia, que era um outro novo detalhe. Porque nessa convivência com o movimento negro, ser homossexual, ou viver a homossexualidade, não era nem discutido. Eu nem me lembra de que alguém falasse disso. Você sabia que tinha homossexuais, mas essa discussão não se juntava. Exceto quando se fazia aquela célebre piada de que já é negro e ainda por cima homossexual... Todo mundo ficava chateado com a história, mas a discussão sobre a homossexualidade nunca entrou. Essa discussão, para mim, não era nova, porque a minha mãe já tinha as histórias da Lapa, da vida do submundo e do candomblé. Mas a experiência da luta contra a homofobia eu fui viver no movimento de mulheres negras. E Criola nasce já com essa marca. Não só porque havia mulheres lésbicas, mas porque elas acreditavam que não tinha separação. É uma ideia esdrúxula, mas é como se o racismo fosse o ferro e o resto fosse concreto. Você olha para o concreto e diz: “Aquilo é que dá

suporte à pilastra.” Mas na verdade é o ferro que está lá dentro. Então, para mim, o racismo é isso: é o ferro que dá suporte à pilastra. Como você olha de fora, você vê só concreto, você não vê o racismo mesmo. Aquele ferro vive sozinho, mas com cimento ele piora, é difícil de quebrar. Então, o racismo junto com homofobia e com o sexismo é uma arma poderosíssima.

Joseanes Lima dos Santos

Em 1990, eu tive contato com pessoas que representavam o movimento negro organizado: Carlos Trindade, Carlos Alberto, Djenal, Irivan de Assis, Cristina, que coordenava o grupo afro do meu bairro, chamado Bantus Nação, porque naquela época tinha muitos blocos afro no Sergipe.³⁸⁸ Com a expansão e a divulgação do Olodum e do Ilê Aiyê, da Bahia, então se deflagrou um movimento de organização dos blocos afro nas comunidades. Esses blocos eram uma referência de identidade racial; eu não participava, mas acompanhava, estava sempre nas atividades. Queriam que eu entrasse no movimento negro em 1990. Na época, a UNA, União dos Negros de Aracaju, me chamou para ir para lá, e também uma outra organização coordenada pelo Djenal, que me chamou para compor, mas preferi fazer um trabalho junto com as mulheres negras.

O que acontecia? O movimento negro sempre teve um comportamento machista com relação às mulheres negras, do ponto de vista de não aceitar que essas mulheres fizessem um trabalho de protagonismo político. Eu percebia também que a relação que os homens negros tinham com as mulheres negras que estavam no movimento não era uma relação do ponto de vista político. Eu avaliei que não tinham respeito político pela presença daquelas mulheres. Tinha mulheres no movimento negro quando eu cheguei; agora, essas mulheres não se firmavam, não disputavam espaço político com aquelas pessoas que estavam à frente no movimento. Aí nós organizamos, com essas mulheres que estavam dentro do movimento negro, o Fórum de Mulheres Negras de Sergipe, que era um referencial político da organização de mulheres negras, e participamos da construção do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Salvador, em 1990. Depois, em 1993, nós organizamos o I Seminário de Mulheres Negras, Mestiças e Pobres do Estado de Sergipe — quer dizer, ainda tinha uma confusão sobre o que nós éramos, porque hoje nós não organizaríamos um seminário de mulheres negras, mestiças e pobres.

Em Sergipe, sempre teve mulheres negras que fizeram algum trabalho. Por exemplo, a professora Maria Nele dos Santos, historiadora, uma das professoras de referência no Departamento de História da Universidade

Federal, que fez um belo trabalho. Agora, um trabalho de afirmação política da mulher negra dentro do movimento negro, o pessoal tinha dificuldades. Eu avalio que as mulheres tinham dificuldades de fazer isso, porque era uma relação muito difícil de estabelecer com os homens do movimento negro.

O movimento de mulheres negras sempre me acompanhou. Mudei depois do Fórum de Mulheres Negras para a Articulação de Mulheres Negras, fui mudando. Mas sempre estive dizendo que tem que haver um espaço político para discutir a questão da mulher negra. Inclusive, tem até hoje esse Fórum de Mulheres Negras no Sergipe, que é um grupo político que se organiza para quando quer discutir essas questões.

Em 2001, 2002, nós fundamos uma organização de mulheres negras, a Organização de Mulheres Negras Maria do Egito. Maria do Egito foi uma mulher negra do município de Aracaju de 1858 que tem uma história de protagonismo das mulheres negras no município. Ela era uma mulher negra, escrava e decidiu ter um caso com o seu senhor de engenho para, como recompensa, ganhar a carta de alforria. Esse era o acordo com o seu senhor de engenho. Só que esse caso de Maria do Egito com o senhor de engenho, José de Evaristo, se tornou público. A sociedade estava sabendo que ele tinha um caso com essa escrava. Aí ele deu um jeito lá de casar a escrava com o sobrinho. Só que essa mulher engravidou do sobrinho do senhor de engenho. Quando esse senhor de engenho viu essa mulher grávida, a espancou publicamente e a mandou de volta para a senzala. Quer dizer, se ele tinha dado os direitos dela, retirou todos os direitos quando ela precisava. Nisso, ela o processou judicialmente. Arranjou um advogado e processou o senhor de engenho. Isso está registrado no Arquivo Público de Sergipe. Processou, ele foi a julgamento e ela perdeu. Mas, aí, a gente fica pensando: quais foram os elementos que essa mulher negra escrava teve para conseguir processar o seu senhor de engenho, conseguir levar isso a julgamento, mesmo perdendo?

Então nós, do grupo de mulheres negras do estado de Sergipe, que conseguimos construir uma relação política, uma relação de solidariedade, uma relação de amizade — é um grupo de 16 mulheres —, decidimos o seguinte: que a história da mulher negra não começou na década de 1990. Ela começou no estado de Sergipe muito antes e com histórias revolucionárias como a de Maria do Egito. Decidimos pegar essa mulher e

trazer para hoje. Quer dizer, a violência contra a mulher negra é de ontem e de hoje. O protagonismo da mulher negra no estado de Sergipe é de ontem e de hoje. Então nós trouxemos Maria do Egito, estamos trabalhando a história dela para que as pessoas saibam que essa luta contra o racismo e a discriminação racial não começou por nós, não começou por mim.

Frei David

Em 1983 decidimos investir de maneira radical na questão do ingresso de negros na universidade. Vimos que era a melhor estratégia. Avaliando a questão das pastorais, elas estavam muito presas a trabalhar e discutir a questão do negro na Igreja Católica. E, para mim, a meta número um era o negro na universidade. O que ia mudar o Brasil, para mim, era o negro na universidade, e não na Igreja Católica, ou onde quer que seja. Eu disse: “Quero dedicar a minha vida ao negro na universidade.” Porque minha família caiu numa pobreza muito grande, fomos morar numa favela, numa região muito pobre em Vila Velha, no Espírito Santo. Não tínhamos água, não tínhamos luz, não tinha banheiro, não tinha nada, uma casa de miséria total. E assim vivia meu povo. A maioria era negra nessa realidade em que eu vivia. E ouvia a minha mãe, que repetia constantemente uma frase: “Nem que eu tenha que ficar noite e dia lavando roupa e passando roupa, filho meu jamais pode ficar um dia sem estudar.” Porque o estudo é que ia dar dignidade aos filhos dela. E assim ela fez. Essa mulher, lavando roupa, conseguiu que todos os sete filhos dela fizessem faculdade. E todos eles estão formados e hoje são de “classe média”. Um dos meus irmãos é juiz. Ou seja, era favelado, não tinha nem água encanada, não tinha luz. E a estratégia traçada pela minha mãe, de que a faculdade era instrumento de libertação e de mobilização social, essa estratégia eu assimilei com garra: “Se eu agora descobri minha negritude e se eu fiz faculdade, e se minha mãe me ajudou, eu quero agora colocar a estratégia dela em prática em uma macrorrealidade.” E está dando certo.

A ideia de um pré-vestibular para negros nasceu a partir de uma reunião que fizemos lá em São João de Meriti, na paróquia dos franciscanos, com a juventude franciscana da paróquia. E descobrimos que, de cada cem jovens, apenas um tinha a proposta de fazer uma faculdade. Os demais estavam já adaptados em ser mão de obra barata. Isso me deixou muito quebrado, e aí comecei a discutir a questão do negro dentro da Pastoral do Negro, dentro do Grupo de União e Consciência Negra, ou seja, em todo grupo de que eu participava, eu levantava a questão do negro na universidade.

Tivemos uma reunião em São Paulo, em 1989, com um grupo de negros

católicos, e um dos temas centrais foi a exclusão do negro da universidade. Existia lá em São Paulo o padre Batista, um padre negro muito guerreiro, e aí marcou-se uma reunião com o cardeal dom Paulo Evaristo Arns.³⁸⁹ **Objetivo:** propor ao cardeal que ele, que era o chanceler da PUC em São Paulo, determinasse cem bolsas, duzentas bolsas, sei lá, um número de bolsas, para negros do Brasil inteiro que estivessem trabalhando e lutando em prol da consciência negra. Seriam bolsas destinadas a pessoas negras que lutassesem pela causa. Essa era a proposta. O cardeal topou o desafio e mandou um bilhetinho para o reitor para ele estudar e colocar em prática essa proposta. O reitor, de maneira muito violenta, muito racista, disse não, porque aquilo era racismo. Não admitia que a PUC fosse usada para atos racistas. E, portanto, o homem não botou em prática a proposta do cardeal dom Paulo Evaristo Arns.

Esse fato me fez buscar estratégias. Eu disse: “Bom, se o reitor teve o poder de brecar a fala de um cardeal, vamos buscar outro caminho. Então, no Rio de Janeiro, vamos tentar fazer nascer um pré-vestibular para ajudar o povo a entrar nas faculdades públicas e vamos tentar convencer pessoas a ajudar a gente cedendo bolsas em universidades particulares, como a PUC-Rio. Mas em hora nenhuma vamos usar o termo ‘negro’, vamos falar ‘carente’. Vamos fazer uma estratégia: bolsa para pobre. Já o pré-vestibular, vamos radicalizar: vamos fazer ‘Pré-vestibular para Negros’.”

E aí, em 1989, começamos a discutir a questão do pré-vestibular e percebemos que não conseguíamos montar a equipe de professores. A proposta era: só professores negros e só para alunos negros. A coisa ia pegando fogo em 1989, 90, 91, e não nascia esse pré-vestibular. Por que não nascia? Porque descobrimos que não existiam negros na nossa região, na Baixada Fluminense, preparados em universidades para serem professores no pré-vestibular. Queríamos fazer um pré-vestibular só com professores negros, e não existiam essas pessoas disponíveis. Isso nos levou a um trauma, a grandes discussões, e aí então, em 1992, decidimos aceitar qualquer um que quisesse ser professor. E iríamos ter só alunos negros. Porque nós queríamos que fosse um grupo para radicalizar a consciência negra no Brasil. Radicalizar mesmo, porque a gente estava achando que estava muito lenta a questão da consciência negra. O despertar do povo estava lento demais. Nós queríamos radicalizar para criar fatos, para balançar mesmo. Em sala de aula, a gente queria que eles trabalhassem matemática com visão racial, trabalhassem geografia com visão racial,

trabalhassem português com visão racial, textos raciais. O cara de matemática: “Na África foi construída uma estrada passando, tangenciando...” Ou seja, tudo ia ser no contexto Paulo Freire, a partir do contexto africano, a partir do contexto afro-brasileiro. A proposta não foi para frente por vários problemas, entre eles o fato de alguns professores brancos que estavam se propondo a contribuir não aceitarem porque falaram que era radicalismo.

Aí, então, a gente re-trabalhou, manteve para alunos negros, mas acolhendo qualquer professor voluntário, e começaram a aparecer alguns professores brancos e negros para ajudar. O movimento de pré-vestibulares que surge na década de 1990 traz à tona alguns paradigmas, desfazendo antigos e trazendo propostas novas. Por exemplo: o trabalho voluntário. É grande o número de coordenadores e professores voluntários que se dedicam com garra a essa causa e isso então define a organização do trabalho. Montamos em 1993 a primeira turma. O título era “Pré-Vestibular para Negros”, mas tinha mais ou menos uns 30% de brancos entre os alunos. A gente radicalizou no nome, mas deixou mais light na composição.

Aí estourou uma revolução dentro desse pré-vestibular. Professores e alunos brancos e negros não conscientes falaram: “Ou vocês tiram o nome negro ou nós, professores, vamos embora daqui.” Foi um vai-e-vem, reuniões e mais reuniões, faz, não faz, e, com muita estratégia, conseguimos convencê-los a não tirar o nome “negro”, mas botar um outro, incluir o nome “carente”. Aí ficou Pré-Vestibular para Negros e Carentes, PVNC.

O trabalho foi adiante, a palavra carente amorteceu os conflitos e a própria sociedade começou a acolher mais a ideia, a imprensa começou a acolher mais a ideia. Ou seja, a coisa começou a andar com mais desenvoltura, não tendo grandes barreiras como tinha na primeira etapa. Nesse ínterim, conseguimos um acordo com a PUC-Rio para bolsas para pobres — ali tiramos a palavra “negro”. A PUC aceitou o acordo e, a partir dali, no discurso para o povo, a gente dizia “para negros”, mas, no discurso para a PUC, a gente dizia “para pobres”. E conseguimos, com isso, ao longo desses 11 anos, colocar mais de setecentas pessoas na PUC fazendo faculdade com 100% de bolsa de estudo.

O trabalho continuou, os núcleos foram crescendo e, em 1995, já eram mais de 34 núcleos, por aí assim, já era um movimento grande. Aí estourou um

outro conflito: só se aceitava que os alunos do PVNC prestassem vestibular para universidades públicas. Não se aceitavam mais faculdades particulares, porque achavam que a universidade era do povo e, portanto, não poderia ter acordo de bolsa. Na prática, a disputa era muito injusta: grande número dos aprovados dos pré-vestibulares ia para a PUC, e não para as públicas. Na PUC era aberto: todos que passassem tinham bolsa imediatamente. Então, algumas lideranças começaram a dizer que o projeto estava se desvirtuando porque estava colocando a maioria dos alunos nas particulares, e não nas públicas. E aí puxou-se essa discussão e isso pegou fogo. E eu cansei de falar: “Gente, isso é uma visão errada de vocês, porque vocês têm que lembrar que a PUC é uma faculdade filantrópica, ou seja, não paga impostos. E esse imposto não pago tem que investir no pobre.” Só que, até então, por não ter pobre disputando PUC, ela investia na classe média em crise financeira. A classe média entrou na PUC pagando; seis meses depois, o pai ficava desempregado e batia na porta da PUC pedindo bolsa. A PUC dava bolsa porque não tinha ninguém para dar bolsa, dava para eles, da classe média. E que, portanto, a nossa proposta era a PUC, faculdade de excelência, ser um espaço estratégico para o pobre entrar e mudar sua vida.

Tinha vários grupos políticos dentro do PVNC e a gente trabalhava de maneira muito aberta. Era plurirreligioso, apesar de estar ligado a nós, católicos. A sede era na igreja de São João de Meriti, as pessoas que mais jogavam para o trabalho acontecer eram padres, freiras, pessoas ligadas à Igreja Católica, mas outras lideranças não católicas vinham do Rio, e todas as reuniões eram grandes “quebra-paus”. E aí a gente avaliou: “Puxa vida, o gasto de energia que temos com essas brigas é tão grande. E podíamos estar aplicando isso para a inclusão do nosso povo na universidade.” E decidimos então radicalizar. A gente falou: “Pessoal, vamos criar duas entidades. Mantém PVNC. Só que não abro mão da estratégia de botar quem quer entrar na PUC e em outras particulares que deem bolsa. Então eu proponho: todos nós somos PVNC e aqueles que querem bolsa em particulares vão então fazer pedido de inscrição na Educafro. Vamos criar a Educafro só para cuidar de bolsas de estudo. E, portanto, a gente tem as duas coisas. Vocês, PVNC, estão livres de bolsas de estudo, continuam só com as públicas, mas eu não quero jogar no lixo essa grande estratégia. Então, qualquer aluno de PVNC ou de qualquer outra entidade da sociedade brasileira pode disputar bolsa na PUC, basta ser negro e pobre.” Aí eles acharam que era uma maneira boa e aceitaram. E eu continuei no

PVNC e fundei a Educafro. A meta era essa: só atender a bolsas de estudo. O meu estilo foi sempre assim: eu discuto até onde der para discutir. Mas quando o pessoal não entende, eu respeito a não compreensão e procuro soluções.

Antes dessa discussão, houve outra em 1994, outra discussão perigosa, complicada. Era a seguinte: eu caí na besteira — acho que não foi besteira, não — de propor em uma assembleia nossa do PVNC que abrissemos um processo contra a UERJ, a UFRJ, a Unirio e a UFF.³⁹⁰ Por quê? Porque a Constituição falava: “É proibido qualquer discriminação, inclusive econômica.” Eu provei para eles que essas quatro universidades estavam discriminando os pobres porque eles não tinham dinheiro para pagar a taxa do vestibular e não podiam fazer o vestibular, e que abrissemos um processo. Meu Deus do céu, para que eu falei isso? “Essa proposta de abrir processo contra as faculdades públicas é a estratégia do Frei de destruir a universidade pública. A universidade pública é nossa. Abrir processo vai desmoralizar a universidade pública. O Frei quer é dar ênfase à particular, que é a PUC.” Então, o pessoal que tinha uma bronca de Igreja... Tudo o que o Frei David falava, o Frei David é a Igreja, então não presta. Eu disse: “Mas, gente, vocês estão falando a maior besteira. Se nós abrirmos processo contra as públicas, nós vamos triplicar ou quadruplicar o ingresso do pobre nas públicas.” Votação: perdi por 48 a 52, coisa assim. “Ok. A partir de hoje assumo com vocês, enquanto PVNC, nunca mais lutar por processo contra as universidades públicas. No entanto, eu quero lembrar a vocês que, além de ter a identidade de PVNC, eu tenho a identidade de ser cidadão brasileiro. Vocês não podem me privar de, como cidadão, ir lá na Justiça abrir um processo. Eu, Frei David, com meu CPF, abrir um processo contra as faculdades públicas.” E fui: como cidadão, abri o processo. Ganhamos o processo e aí todo aluno de PVNC, individualmente, contra a vontade do PVNC, foi entrar, disputar as isenções nesse processo. E aí o pessoal: “Está vendo, ele está furando a proposta. Ele é furador de proposta, é antidemocrático.” Esse papo de esquerda que sempre faz confusões demais, muitas vezes erra, muitas vezes acerta. Com o passar do tempo, a gente os convenceu de que eles erraram na estratégia e eles passaram a aceitar a luta de processo jurídico contra as faculdades públicas. Hoje eles lutam também.

E aí o que aconteceu? Eu, Frei David, era PVNC e eu, Frei David, ao mesmo tempo, coordenava outra entidade, que tinha como missão potencializar o ingresso de negros e pobres em universidades particulares filantrópicas,

tirando das faculdades o domínio das bolsas e botando nas mãos do pobre. Em 1997, por aí, fundamos a Educafro. Só que o povo que vinha para participar da Educafro não queria participar do PVNC. Houve um grande esvaziamento das reuniões do PVNC. Reunião que tinha quatrocentas pessoas passou a ter 50, 40, 30 pessoas. E a multidão toda passou a ir para a Educafro. E essa multidão, então, começou a exigir que a Educafro também tivesse pré-vestibular. Eu disse: “Não. Pré-vestibular é PVNC. Nós somos PVNC e trabalhamos também com as bolsas.” Aí as pessoas me questionaram: se eu mesmo não estava mais indo às reuniões do PVNC, como é que eu dizia que era PVNC? Eu disse: “É, vocês têm razão. Realmente, está faltando coerência de minha parte.” Aí convocamos uma reunião do pessoal que vinha nas reuniões da Educafro e colocamos a questão. Botamos em votação: 99% foi a favor de a Educafro ser uma entidade que também tivesse pré-vestibulares. E passamos a ter pré-vestibular também. Isso em 1998, se não me engano. Introduzimos, então, pré-vestibular também na Educafro, e grande parte dos núcleos do PVNC transformou-se em Educafro.

O MOVIMENTO QUILOMBOLA

Josilene (Jô) Brandão

Quando a gente fala “movimento negro”, ele engloba tanto o rural quanto o urbano. E o movimento quilombola é uma vertente no meio rural. O movimento negro urbano foi que constituiu as organizações, e tem muitas instituições, em nível nacional ou mais local, que contribuíram para esse mosaico do movimento negro brasileiro. O movimento quilombola faz parte dessa história dentro do viés da ruralidade. Qual a diferença disso tudo? São as práticas: a forma de organização e a institucionalidade do movimento são diferentes.

O que nos junta é a mesma condição de desigualdade racial. Ou seja, estamos no mesmo contexto de desigualdade e discriminação, viemos de uma mesma origem. Alguns negros se fixaram no meio rural na construção dos quilombos, outros negros estão no meio urbano e se organizaram nos seus diferentes grupos sociais e institucionais. No entanto, o movimento de quilombolas tem um diferencial, porque se está discutindo em torno de uma territorialidade. Não quer dizer que o movimento negro urbano não tenha essa luta. Acontece que ela é diferente, porque você está em diferentes lugares no meio urbano, em diferentes instituições lutando pelo rompimento com o racismo e com a discriminação racial, e tem muitas formas e muitas causas, muitos debates e muitos assuntos que são tratados em torno disso.

Tem duas coisas que são fortes, para que todas essas comunidades, dentro da multiplicidade que as caracteriza, se reconheçam como quilombo. Uma é a herança africana, saber de onde viemos. As pessoas podem nem saber o que é quilombola, mas sabem que são originárias de um processo de escravidão. A outra é exatamente a defesa de um território. A territorialidade é o que nos unifica. Como ela foi constituída em cada quilombo é diferente, mas o que nós queremos com ela é igual. Ao se manter ali, criou-se um espaço de reprodução social daquele grupo e nós queremos zelar por ele.

A territorialidade é baseada na relação de parentesco, no respeito aos mais velhos, no uso comum dos recursos naturais, no papel das mulheres, na religiosidade... — uma série de elementos que constitui esse patrimônio.

Recentemente eu estava ouvindo uma pessoa do Rio Grande do Norte, o Belarmino, e foi muito interessante a fala dele. As pessoas diziam: “Eu não entendo a territorialidade quilombola...” Ele disse: “É simples.” E fez um desenho: “Eu moro na comunidade tal. Então, a gente mora perto de um certo morro. Lá em cima, no morro, é o cemitério. No lugar tal, a gente põe o gado para pastar. No outro, tem um rio onde se lava a roupa e se coleta a água. Aqui no meio, onde é o sítio, a gente está morando e tem a vizinhança que a gente constitui. Agora, toda essa área geográfica tem uma correlação na relação das pessoas, que constitui a territorialidade. Ou seja, as nossas festas religiosas ou os nossos rituais, a gente faz aqui, e há uma relação com o povoado seguinte. Por exemplo, eu trago esse povoado para a minha festa, eu vou para a festa dele, e há uma relação direta com essas pessoas.” Então essa relação de territorialidade tem espaço geográfico definido, tem uso coletivo desses espaços e ela é aquele espaço de que eu necessito para viver socialmente.

Titular essas áreas dá muito trabalho, porque as pessoas podem imaginar: “Aqui, em trezentos metros, vocês sobrevivem.” Mas e o cemitério, que tem uma relação que não é geográfica, é cultural, é religiosa? Se eu digo que o cemitério não vale nada e corto no meio, estou acabando com um valor cultural na comunidade. O que aconteceu em Alcântara? Ao deslocar as famílias, por conta do Centro de Lançamento, foi destruído o cemitério.³⁹¹ Isso é sagrado para nós. Então como eu ouso acabar com os cemitérios? E os meus antepassados, eu não tenho mais direito de cultuar? Tudo há que ser pensado na delimitação dessas áreas, porque a constituição da territorialidade quilombola extrapola a questão geográfica e administrativa. O território Kalunga, por exemplo, está em três municípios em Goiás, que são Monte Alegre, Cavalcante e Teresina.³⁹² A comunidade extrapola a unidade administrativa geográfica. Se eu quiser enquadrar a comunidade, dizendo “Kalunga tem que ser só Monte Alegre”, eu vou cortar a terra? Eu tiro o espaço para as pessoas se reproduzirem?

A relação de parentesco é outro aspecto que nos difere. A forma de lidar um com o outro, inclusive afetivamente, no movimento quilombola, é diferenciada por esse laço consanguíneo. Muitas pessoas dizem: “Mas é tudo a mesma coisa.” E eu sempre digo que não é. Por exemplo, você tem formas de resolver conflitos nos quilombos que são muitos diferentes das formas de resolução dos conflitos urbanos. Os acordos, as conversas, o diálogo talvez fluam com mais facilidade na resolução de algumas questões. Porque, na

comunidade, é muito comum a conversa e o aconselhamento. Não se precisa ir para a delegacia registrar queixa. Não que no movimento negro tenha isso. Estou falando de como é que se resolvem as questões na comunidade. Precisa ir para a delegacia? Não. Os mais velhos costumam aconselhar. Claro que há os problemas maiores que chegam a esse nível, mas não é comum. Então, as relações de força e de desavença, ou de igualdade e de aliança diferem, porque você está em outro contexto. O negro que vive no meio urbano pode ter aliados no movimento, mas ele não tem, talvez, uma relação de vizinhança, como tem nas comunidades — saber, por exemplo, que eu posso contar com a minha vizinha para ficar com o meu filho. Então, as construções das relações das pessoas do movimento negro urbano são totalmente diferentes das construções das relações internas da comunidade. E automaticamente isso vai influenciar a nossa prática institucional. É outro meio, outra forma de ser.

É preciso fazer essa diferença, e eu sempre pontuo isso, mesmo sabendo que esse é um assunto conflitivo para o próprio movimento negro brasileiro, porque, quando a gente agrupa todo mundo dizendo “Nós somos tudo a mesma coisa”, isso dificulta a compreensão externa de saber que a prática do movimento urbano é diferente da prática do movimento quilombola. Quando se pensarem políticas para a população negra, é preciso pensar que esses grupos têm especificidades. Eu não posso pensar uma política para a população negra universalizando, sem levar em conta que esses negros também estão no meio rural. Por exemplo, eu tenho que pensar no desenvolvimento da produção agrícola, o que eu não tenho que pensar no meio urbano. E não posso incorrer no erro de achar que é tudo pobre, então fazer a política igual. Podemos estar na categoria pobreza, mas não somos iguais. Temos diversidades nesse negócio.

Acho que é interessante também ressaltar que o movimento negro urbano tem dado uma grande contribuição na visibilidade dessa prática rural. E não se pode negar de jeito nenhum que o movimento negro urbano é que alavancou essa visibilidade, inclusive para o poder público. Ele tem mais acesso à informação e aos meios a que o movimento rural não tem acesso. Inclusive de formação mesmo. Então essa contribuição é inegável. A aliança tem que existir, cada um sabendo o seu papel. O Magno Cruz, do Maranhão, costuma dizer, e eu acho interessante, que a luta da população negra tem um tripé, na verdade, que é a religiosidade, o movimento negro urbano e os quilombos no seu meio rural. É isso que sustenta a luta do

negro brasileiro. Então essa aliança tem que estar intrinsecamente ligada, senão um perde o outro.

Mundinha Araújo

A população negra é maior na Bahia e no Rio de Janeiro, mas, no que se refere às comunidades de pretos, o número de comunidades é maior aqui no Maranhão. Porque está na zona de colonização mais antiga, onde se concentrou a população escrava, justamente para trabalhar na produção do algodão. Mas não são tão populosas, essa é a verdade. Tem povoados até de dez, 15 famílias. Muitas comunidades se dispersaram, pressionadas por forças de fora que as expulsaram das terras. Mas as que nunca sofreram agressão não deixaram as terras. A primeira comunidade de que eu tenho informação, cuja terra foi dada, era de um padre, lá na Rampa, em 1818.³⁹³ E eles ainda estão lá até hoje, os descendentes. É uma vasta extensão de terra. Eu achei em arquivo do cartório, foi dada, e eles sabem disso tudo, da história deles. Por acaso encontrei no Arquivo Público uma denúncia de um juiz de paz, de 1832, falando de um homem que hoje a gente chamaría de grileiro, que tinha tocado fogo no rancho dos pretos alforriados pelo padre fulano de tal. Quer dizer que eles também, muito cedo, começaram a enfrentar o problema da propriedade. Mas só que, acredito, tornaram-se numerosos. Tanto que até hoje eles ainda estão lá. E as terras deles ocupam dois municípios, parte de um e parte de outro.

É um estudo também que deveria ser feito. Não só a gente arrolar as comunidades, mas ver caso a caso. Aí se revelaria uma história fantástica. Fosse através das uniões estáveis entre senhor e escrava, que depois ele vai deixar para ela e para os filhos, às vezes eles deixam para os feitores, para os mais velhos... Eles sempre nomeavam, e davam às nações, no tempo em que ainda tinha africano. É uma história fantástica, que acho que fica muito reduzida quando a gente generaliza e chama tudo de “quilombo”. Porque aí a gente perde de vista a origem de cada lugar desses e a história da resistência para eles permanecerem. Nos quilombos, durante a escravidão, era até através das armas e da formação de guerreiros, de recrutamento, de tudo. Mas e depois? Como a gente resgata essa história pós-Abolição para que eles permanecessem na terra, se eu digo que tudo foi quilombo? Aí reduz muito: “Foi quilombo?” “Foi quilombo.” E toda essa trajetória para cá, que não começou com a organização dos negros fugindo para os matos, mas até para conservar algo que tinha sido dado com papel e tudo, com

escritura?

O Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 se refere às “comunidades remanescentes de quilombos”, quando se deveria reivindicar a garantia da posse da terra para quem já estava, e cada um com seu histórico. Isso não ia fazer com que eles perdessem o direito à terra. Agora, no momento em que botam só “remanescentes de quilombos”, aí todos têm que dizer que são quilombos.³⁹⁴ Aí muda tudo. Lá no Frechal está a casa-grande do engenho com tudo; todo mundo sabe que ali foi uma fazenda. Aí outro dia um repórter disse: “Como é, mas esse quilombo era do lado da casa-grande?” Imagina, dez mil hectares. Nunca os escravos da própria fazenda iam sair daqui para fazer um quilombo a 20 metros. Não. O que poderia ocorrer era escravos de outras fazendas, fugidos, que ficavam nas capoeiras daquela fazenda. E podia ser do conhecimento do senhor, daquele proprietário, ou não. Não era escravo dele. Isso também vai ocorrer muito, de você acoitar — o que eles chamavam de acoitamento — escravos de outras fazendas que ficam nos seus matos e você faz que não vê. Acoitar é dar abrigo, é fazer vista grossa. E alguns fazendeiros vão botar os que eles sabem que são quilombolas e negociam com o chefe do quilombo para levá-los para trabalhar naquela fazenda. E ficam trabalhando. Tem tanta coisa na história da escravidão que não é só tortura e sofrimento, mas, principalmente, o que é interessante é da parte da organização do negro. É como eles se organizavam para sobreviver nos quilombos e manter a liberdade. E ao mesmo tempo estar junto com os que estavam nas fazendas. Essa relação é constante.

Josilene (Jô) Brandão

Eu não participei da discussão do Artigo 68. Na época eu estava no meio urbano e me lembro de ter coordenado comitês de jovens no meu bairro, para outras questões da Constituição. Só tomei conhecimento da luta do 68 muito tempo depois, já com tudo constituído. A Givânia, de Pernambuco, e o Ivo, do Maranhão, são as duas referências que levaram essa discussão para o âmbito nacional.³⁹⁵ Eles participaram ativamente desse momento com o movimento negro urbano, que alavancou e deu visibilidade ao movimento quilombola.

O 68 é um artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, então necessita ter um decreto que o regulamente para ele ter aplicabilidade. O processo de terra no Brasil é feito pelo Incra ou pelos institutos estaduais. Mas tinha um decreto que regulamentava o Artigo 68, dando poderes à Fundação Cultural Palmares de titular as áreas de quilombos.³⁹⁶ Isso emperrou por muito tempo o processo, porque a Fundação Palmares não tem essa função. Ela foi criada com outras funções e não tinha estrutura nem técnica nem financeira para regularização fundiária de área nenhuma.

Aí, em 13 de maio de 2002, acho, Fernando Henrique, presidente na época, vetou o decreto que regulamentava o Artigo 68.³⁹⁷ Nesse veto, foi como se toda a conquista dos quilombolas da regulamentação do 68 acabasse, porque morreu tudo. Então, havia que se derrubar o decreto e constituir outro. Aí nasce o Decreto 4.887 de 2003, já no governo Lula. Quando Matilde Ribeiro ainda não era ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Seppir, o movimento quilombola teve uma reunião com ela em Brasília, e nós apresentamos um documento para que ela entregasse ao governo Lula.³⁹⁸ Ela se comprometeu com isso e depois, já ministra, apresentou ao governo essa demanda. Era urgente, porque não tinha lei que regulamentasse o processo de terra e havia muitos conflitos. Então foi criado um grupo de trabalho interministerial, uns 15 ministérios e mais seis quilombolas que participaram, e a própria Casa Civil. Quem coordenou esse trabalho foi a Seppir, na época, e daí nasceu o novo decreto, o Decreto 4.887, que regulamenta o Artigo 68, e o Incra criou a instrução normativa para nortear os procedimentos administrativos. Esse

foi um passo significativo logo no início ainda do governo e aí passamos a ter um instrumento jurídico, legal, oficial.

O Decreto de 2003 dá o direito à propriedade coletiva dos quilombolas. O próprio Incra não tem experiência de fazer esse procedimento, porque o sistema de terras no Brasil sempre foi concebido por um único viés, que é dividir a terra em unidades, o módulo rural. Então, vou cadastrar tantas famílias correspondentes à quantidade de terra que eu tenho — é assim que o Incra faz: corta a terra em pedaços, divide, e cada um recebe um lote. O que vai ocorrer com isso? Se eu não tiver incentivo para produzir, na primeira oportunidade eu vendo. E nesse corte daquela terra grande pode ser que o rio fique dentro da minha propriedade. Como isso acontece no quilombo? O rio não é da propriedade de Jô, o rio é da comunidade. É lá que as mulheres lavam as roupas, falam das suas vidas, pegam água para dar para os animais, pescam, sei lá, fazem inúmeras coisas. Se eu vou fazer um loteamento, pode ser que aquele rio fique dentro do meu quintal. Então aquilo passa a ser meu, privado, e as pessoas tendo que pedir licença para entrar? Isso mexe profundamente nas relações sociais. É um sistema que não leva em conta a relação coletiva das pessoas. É um modelo que não serve. Hoje outros grupos que não são quilombolas também estão discutindo terras coletivas. A gente sempre diz no quilombo: “Titular individualmente? E se eu quiser vender? Eu vendo e saio, me dou mal na cidade, e volto para onde? Eu vou criar problema na comunidade, porque aí eu quero voltar para lá e não tenho mais direito.”

Essa é uma discussão interna que as pessoas confundem com estratégia política. Mas defender título coletivo no quilombo não é estratégia política. É parte da identidade, porque as pessoas sempre viveram assim. Como é que os quilombolas fazem a divisão de trabalho? Cada um põe a sua roça, mas a gente faz a divisão de trabalho coletiva: hoje todo mundo vai para a sua roça e vamos trabalhar lá; amanhã todo mundo vai para a minha — chamamos de troca de dias — e, no final, a gente fez e limpou a roça de todo mundo. Cada um tem a sua produção, mas aquele trabalho todo de desenvolvimento da roça foi feito coletivamente. As festas na comunidade, por exemplo: cada um tem uma contribuição na construção da festa, na elaboração, no recebimento das pessoas, nos rituais... A coletividade é um elemento de identidade das comunidades e isso também se estende para o processo de titulação. Já há naturalmente uma forma de gestão daquele território, constituída pela própria comunidade, e o Incra precisa conhecer

isso. Quem recebe o título na comunidade é a associação comunitária. Não é Jô ou outro. É a associação. Então, tem que estar constituída a associação comunitária e você tem que ter um instrumento jurídico que receba o título em nome da comunidade.

O Decreto 4.887 também diz quem tem a responsabilidade de titular. Tem lá todas as funções do Incra sobre o processo de demarcação e delimitação; da Seppir, de pensar as políticas de desenvolvimento; da Fundação Palmares, que tem a função de certificar as comunidades, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o MDA, de pensar o desenvolvimento sustentável. Então ele norteia todas as funções e atribuições de quem é quem nesse processo de regularização das terras de quilombos.

No período em que a Palmares tinha poderes legais para esse processo foram emitidos alguns títulos que não têm validade. Ou seja, são títulos que não discorrem sobre desapropriação, e comunidades que acabaram tendo títulos duplos. Conceição das Crioulas, por exemplo, tem dois títulos e tem um fazendeiro dentro que não sai. Então o título não tirou o intruso, não “desintrusou”, isto é, não indenizou o pretenso proprietário. E sabe-se que, no Brasil, infelizmente, é preciso fazer esse processo de desapropriação para “desintrusar” e deixar a terra para a comunidade. Não adianta você dar o título e dizer “Olha, vocês têm que sair”, porque o fazendeiro não sai. Então, infelizmente, ainda se tem que pagar, desapropriar.

Nós temos outros processos de comunidades em conflito, que foram tituladas por outras formas. Por exemplo, Ponte Alegre, no Maranhão, foi titulado como assentamento. E a comunidade dizia: “Não queremos o título individual.” A comunidade não aceitou o título loteado e pediu que fosse coletivo. O Incra titulou coletivamente, mas é tido como assentamento, porque não havia um conhecimento por parte do Incra local, nem um reconhecimento para aquela área, e ele usou um outro mecanismo para titular. Nós temos sete casos no Maranhão titulados como assentamento, e não pelo Artigo 68. E as comunidades reivindicaram o reconhecimento como quilombo.

Teve o caso do quilombo Frechal, que se identifica como quilombo e foi titulado como área extrativista, é uma reserva. E, nesse caso lá, é concessão de uso — a reserva é concessão de uso, não é título de propriedade definitiva. Inclusive a comunidade está requerendo isso hoje. Tem gente que

pode ter vontade de requerer usucapião. Agora, o movimento defende que seja pelo 68, por uma característica própria, que é de ser reconhecido como quilombola. No caso do Frechal havia um conflito muito grande e aquele momento era propício para o que eles fizeram, mas isso não quer dizer que se estava negando a identidade da comunidade. Ela sempre diz que é quilombo. É que havia um decreto que ia caducar, de criação de reservas, e era um momento de grande debate sobre a Eco 92.³⁹⁹ O movimento construiu essa estratégia e o governo regularizou ali como uma reserva. Então há uma concessão de uso, e os quilombolas hoje lutam para ter o título definitivo pelo 68, que é um outro processo.

Depois do Decreto 4.887, foram tituladas, em 2004, duas áreas do Pará, e essas duas áreas têm intrusos dentro. Então, a questão do 68 não se efetivou ainda porque tem que resolver esse problema. E daí o que acontece? A comunidade recebeu o título em Brasília, mas tem problemas lá para resolver. Acabou virando um título muito simbólico. Nós não temos ainda resultados depois da criação do decreto. E é isso que a gente tem questionado: “Vai terminar esse governo sem titular nenhuma área...?” Tivemos uma conversa com o Incra e com o MDA e definimos 32 áreas urgentes para a titulação ainda em 2005, e o Incra anunciou que está trabalhando com mais ou menos 120 áreas, não sei, que estão com processos sendo construídos para a titulação. Mas a gente não tem ainda ideia de quantas áreas de fato vão ser tituladas. Tem muitos problemas nesses procedimentos.

Nós temos uma Adin, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, do Partido da Frente Liberal, o PFL, com relação ao Decreto 4.887. É uma coisa que pouca gente sabe. Está rolando no Supremo Tribunal Federal e há uma contestação já por parte da AGU, que é a Advocacia Geral da União. Em função dessa mesma Adin já houve uma derrubada de portaria de certificação de quilombos, inclusive dos 29 quilombos no Brasil que a Fundação Palmares certificou. A certificação foi derrubada com uma única portaria no Rio Grande do Sul.

A alegação do PFL na Adin é engraçada, porque ele faz o mesmo discurso do movimento. O que o PFL está dizendo que é inconstitucional? Ele diz que já tem um artigo na Constituição que garante a terra aos quilombos; então, o Estado não precisa indenizar ninguém, é só emitir o título. É claro que esse seria o discurso do movimento. Ninguém queria mais que se

indenizassem os fazendeiros, porque secularmente exploraram os negros. No entanto, isso não funciona. Essa é uma alegação irônica do PFL, ao dizer isso, porque sabem que, na prática, não se vai titular nenhuma área sem retirar intruso ou sem indenizar fazendeiro. Porque tem os dois lados da lei na moeda. Quem garante indenização é outra lei, que fala que quem tem benefício na terra tem que ser resarcido. Se eu me digo fazendeira e tenho uma determinada terra, também tenho uma coisa que me garante, por ter feito benfeitorias, e eu vou procurar a Justiça para me defender. Então é uma contradição enorme e confusa, porque, de repente, você tem que reconhecer que o discurso é como o que eu queria de fato: eu não queria que ninguém fosse indenizado também. Mas sei que é uma incoerência defender isso. E é isso que o PFL justifica na sua Adin: por que o governo vai gastar dinheiro indenizando uma coisa, se já deu o direito, ele mesmo, aos quilombolas?

Então há conflitos, há problemas. Para efetivar tudo isso precisa ter mais energia na condução. A gente não sabe quantos vão titular, o Incra não tem isso ainda, mas há uma expectativa muito grande. É difícil, porque praticamente todas as áreas de quilombos têm intrusos, e cada caso é um caso. Não tem como estabelecer um padrão. Há uma lei padrão que regulamenta, mas os processos não são iguais. É porque isso remete à forma como foi constituído o território. O processo administrativo é norteado pela instrução normativa: fazer o levantamento, inventário, cadeia dominial dessas áreas todas. Esse levantamento cartorial de quem é quem no processo da cadeia dominial da terra vai dizer quem foi o primeiro dono até o último dono. Mas nem todos os títulos registrados são legais. Têm títulos falsos também, e isso tudo vai ser considerado na peça do processo. Então têm recursos jurídicos para ambos os lados, e é um processo difícil. O Incra precisa estabelecer pessoal técnico e estrutura financeira para trabalhar esses territórios nos estados, e ter recursos, inclusive, para as desapropriações.

Zélia Amador

O Cedenpa sempre teve um trabalho também com os remanescentes de quilombo. Em 1987, junto com a Associação Cultural de Óbidos, que é um município aqui do médio Amazonas, a gente fez o primeiro encontro das comunidades quilombolas daquela região, chamado Encontro Raízes Negras. Esse encontro permanece até hoje, só que hoje ele é feito pela própria organização quilombola. Mas o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto foram feitos pelo Cedenpa, que também teve o papel de assessorar e organizar essas comunidades remanescentes de quilombo no estado.

De 1988 para cá, a gente vem batendo forte na questão das políticas públicas. Não conseguimos muita coisa. Temos o Programa Raízes, criado pelo governo em 2000 e ligado à Secretaria de Justiça;⁴⁰⁰ o núcleo criado na Secretaria de Educação do município de Belém em 2000, que está com as pernas fracas, e o Conselho Municipal do Negro, que atualmente está vivendo à míngua, na gestão do prefeito Duciomar Costa. Mas a gente continua batendo à porta desse povo para criar políticas públicas. E a atuação do Cedenpa voltada mais para a terra fez com que a gente avançasse um pouco nesse particular: em relação a outros estados, o Pará é um dos que mais titulou comunidades.

Não foi pelo Artigo 68 da Constituição Federal, porque nós criamos uma legislação própria para o estado.⁴⁰¹ Temos também uma instrução normativa, que o Cedenpa ajudou a construir, e temos forçado para que o Iterpa, que é o Instituto de Terras do Pará, cumpra esse papel. O Raízes tem inclusive verba para atuar nos quilombos e trabalhar também nessa linha da titulação.

O Naea, que é o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, mapeou as comunidades remanescentes de quilombos no estado, num trabalho feito para o Raízes, e eles têm até um CD-Rom bem interessante. São por volta de 236 comunidades detectadas até então. E a gente acha que isso pode ir mais além. Eu não saberia dizer agora, no momento, porque não estou com o dado na cabeça, quantas a gente titulou. Mas foram poucas para esse tanto. Eu acho que a gente deve ter chegado a

15, 20, se muito. Mas mesmo assim, pelo fato de a gente ter legislação própria, isso tem facilitado.

Num país em que a população negra está à margem há séculos, tudo o que se possa fazer sempre vai ser pouco. Porque o déficit é muito grande em todos os setores da vida, e você sempre tem muita dificuldade. Você titula, mas aí você tem que ter projetos para as comunidades. Nem todas têm escolas. As que têm, quando têm, é de primeira à quarta. Muitas vezes as crianças de quilombos ficam repetindo a quarta série para não perder o elo com a escola. Você tem dificuldade no acesso à saúde, ao saneamento, enfim, às condições de vida da população. Apesar de tudo isso, eu acho que só o fato de tirar essas comunidades da invisibilidade secular já foi um grande avanço. Não foi uma tarefa fácil. Eu sempre digo que o movimento negro tem sido muito generoso com a sociedade brasileira. Tu já imaginaste o que é trazer para a sociedade diversas comunidades, no país inteiro, que estavam invisíveis para ela durante séculos? Isso vai ser de uma importância muito grande para a própria sociedade brasileira começar a rediscutir a sua identidade. E não foi fácil trazê-las à tona. Foi muito difícil, mas agora estão aí, organizados, lutando, os quilombolas.

Neide de Jesus

Nasci em Itamatatiua, no município de Alcântara, no Maranhão, em 1948. Lá era terra de Santa Teresa, uma santa que era a padroeira de lá. Quando se entendeu, essas terras eram da santa. A gente plantava mandioca, milho, arroz, batata, feijão... Algumas vezes a gente vendia, para comprar o açúcar, o café, essas coisas. Meu pai era o responsável na igreja, ele que resolia todos os problemas. Tinha muitas famílias lá morando. Qualquer coisa eles iam a meu pai: fazer uma casa, roçar, essas coisas. Porque era todo mundo unido, mas sempre tem que ter uma pessoa responsável pela coisa, senão o negócio não anda bem, não é? Aí já querem destruir, estragar, essas coisas.

E o seu pai recebia algum salário por causa disso?

Não, não recebia.

E quem era o dono da terra?

Era Santa Teresa.

E em troca de morar lá tinha que pagar alguma coisa para a Igreja?

Não tinha que pagar nada.

Quem chegou primeiro nessa terra? Tem essa história, seu pai contava?

Tem, mas me esqueço. Tem um livro: quem chegou primeiro, quem fundou... A gente tem esse documento.

Quando eu tinha 12 anos comecei a fazer cerâmica. Pela manhã, a gente fazia cerâmica e, à tarde, a gente ia para a roça. Lá a gente faz cerâmica, desde os mais velhos, os antigos; a gente faz os tijolos, as telhas, essas peças que a gente vende. A gente vai no campo, pega a argila, molha, passa numa peneira, aí bota numa pedra de gesso para secar. Comecei a fazer cerâmica porque a roça não dava; meu pai não era empregado, minha mãe não era empregada. E aí, para comprar as roupas, a gente ia ficando mocinha, a gente dizia assim — eu e a mais velha: “Papai, nós nos agradamos com tal roupa assim, assim.” Ele dizia: “Vocês só vão vestir essas roupas quando vocês trabalharem.” Aí eu dizia: “‘Vambora’ fazer louça, para a gente comprar o que a gente quer?” Aí nós começamos a fazer. Nesse tempo tinha muita saída a cerâmica. A gente vendia para os comerciantes de Alcântara, Pinheiros, São Bento... Mas só que nesse tempo não tinha estrada, era só de canoa que a gente ia. A gente vendia para meu irmão e ele levava. Para a gente ir para Alcântara gastava noite e dia. A gente saía hoje de manhã, passava a noite na baía e chegava amanhã de manhã. Meu irmão comprava e dava o dinheiro para nós e nós íamos lá em Raimundo do Sul comprar roupa. Eles vinham aqui em São Luís de barco, compravam as fazendas, as peças, levavam, aí a gente ia e comprava lá. É pobre nosso povoado. Lá não tem emprego. Tem lugar que já tem energia, mas não tem colégio bom, não tem telefone, não tem posto, não tem poço, não tem nada.

Lá não tinha escola, era papai que arrumava uma moça para ensinar a gente. Ela está velhinha, ainda mora lá. Ela ensinou a ler e escrever. Conta era muito difícil.

E agora as terras são de vocês?

Não. A terra ainda está... Dizem que o governo vai arrumar a terra para a gente. A gente já lutou muito, porque os fazendeiros lá queriam tomar as terras, cercar. Quando foi um dia, o pessoal se reuniu, umas quinhentas pessoas, famílias, aí derrubaram as cercas dos fazendeiros todinhas. Desde então também parou, porque os fazendeiros não resistiram. A polícia ainda foi lá, meu irmão lutou também, aí queriam prender meu irmão. Meu irmão estava na roça nesse dia, eles vieram embora para a casa de um coronel, e o coronel embargou lá as terras. Aí deu uma discriminação no cartório que ninguém entra também, ninguém invade.⁴⁰² Aí a gente falou com a

governadora, porque era no tempo de Roseana.⁴⁰³ Ela deu um livro para a gente dizendo que o governo vai titular as terras. A gente está até esperando o Incra lá agora, nessa semana. Ainda tem ameaças lá das terras de vez em quando. Aí a gente avisa ao CCN, eles vão lá, dão uma reunião, aí também acalma. Eles é que estão promovendo agora para ver se a gente recebe o título da terra. E tem a Aconeruq. A Irene e o José de Ribamar, que são de lá mesmo, da comunidade, são os membros da Aconeruq.

Tem quantas famílias lá morando?

Tem 516 famílias, mas tem família que mora junto. Criança é que tem muito; só crianças de zero a 13 anos são 175.

A senhora conhece outras terras que foram tituladas?

Eu conheço a do Frechal, que foi titulada. Parece que a luta deles durou 51 anos com os fazendeiros de lá. Porque era uma fazenda. Eles queriam tirar os fazendeiros e os fazendeiros não queriam sair. Até que eles conseguiram tirar os fazendeiros. Hoje, onde era a casa da fazenda, parece que é um colégio lá.

E como é que é a vida na comunidade? A senhora de manhã acorda...

Acordo, 7:30h eu vou para a roça. Tem vez que gasta uma hora de relógio para a gente ir para lá, por causa do mato. Onde o mato é mais grosso, para lá a gente vai roçar. Se a gente for plantar no mato fino dá menos colheita. Aí é roçar, tocar fogo, cercar e depois vai plantando. A roça misturada planta em janeiro por causa da chuva. É mandioca, é arroz, feijão, milho. Quem planta agora em setembro não planta essas coisas, só planta mesmo a mandioca. Depois de plantar, a gente vai capinar; depois da capina, a gente tem que abater de novo o mato, para então a mandioca se preparar para a gente arrancar. A gente faz uma casinha que a gente chama de tijupá. Aí passa meio-dia a luz do sol, leva uma panela, a gente faz o fogo e cozinha qualquer coisa para comer, seja um ovo... Qualquer coisa a gente tem que

levar para passar o dia.

Vou todo dia na roça, só sábado e domingo que não vou. Domingo a gente tem que ir para a igreja, não é? O padre mora em Alcântara; ele vai de mês em mês. Mas a comunidade se encontra na igreja todo domingo. A gente celebra um culto, vai discutir alguma coisa, porque a gente tem uma associação das mulheres e discute como é que a gente vai trabalhar, qual o serviço que a gente vai fazer, qual não é, aí se precisa ajudar alguém no serviço na roça... Discutem muitas coisas. Eles dizem que as mulheres de lá são mais guerreiras que os homens. Porque tudo é com as mulheres. A gente diz assim: “Fulano, vai fazer isso assim, assim...” Aí a outra diz: “Então, vai muito!” E aí tudo é com as mulheres.

Antes, a gente fazia a cerâmica só nas casas da gente. Mas agora é em grupo que a gente faz, só em uma casa. Agora mesmo a gente conseguiu um galpão, o governo está fazendo um galpão para a gente. A gente faz a cerâmica e, quando chega no fim do mês, a gente vai prestar conta para a presidente da associação. A gente vê quanto já tem na caixa, divide com aquelas mulheres da cerâmica, e cada uma fica com seu trocadinho.

Como foi a fundação dessa associação?

Lá não tinha nada. Aí, eu, mais minha irmã e a Maria José, nós sempre gostamos de igreja, nós fomos para a igreja num dia de domingo. A gente dizia: “Aqui não tem nadinha. Não tem uma associação, não tem nada. ‘Vambora’ fundar uma associação?” “Vambora.” Era clube de mães que a gente queria. Aí Maria disse: “Pequena, mas como é que nós vamos fazer?” Eu disse: “Vamos mandar chamar Pedro.” Pedro Viegas era um vereador, e a gente era muito unido, ainda é muito unido com ele. Ele saiu de candidato no primeiro ano, ia andando por lá, a gente ganhou amizade. Aí ele foi ser padrinho de uma sobrinha minha e até hoje a gente gosta dele. Ele veio: “O que é, Neide?” Eu disse: “Pedro, eu quero fundar uma associação.” Ele disse: “Neide, isso dá muita preocupação.” Aí eu disse assim: “Mas a gente quer.” Aí ele disse: “Pequena, tu não vai dar conta disso.” Eu disse: “Eu dou.” Aí ele disse: “Então vamos. Domingo nós vamos para a igreja.” Eu disse: “Está bom.” Ele não morava pertinho, ele morava distante. Aí ele arrumou direitinho e disse: “Olha, mas isso aí vai dar muita luta até você

controlar essas mulheres para assinarem.” Eu disse: “Não se preocupe.” Aí nós três fomos para as casas das mulheres conversar: “Criança, ‘vambora’ fundar uma associação para a nossa Itamatatiua, para o nosso interior, porque nosso interior não tem nada, e é só por aí que a gente pode conseguir alguma coisa?” Aí elas diziam: “É? Então ‘vambora’.” Aí elas foram. Nós fundamos essa associação e fui ser a presidente. Minha irmã Maria de Lourdes foi ser a fiscal, Maria Cabeça foi ser a tesoureira, aí dividiu tudo e botamos pra frente.

Aí o Pedro foi registrar: “Vamos na cidade registrar.” Nós fomos, registramos, e ele disse: “E agora, o que vocês vão fazer?” Eu disse: “Agora nós vamos fazer uma roça.” Partimos para essa roça, fizemos, ele junto com a gente. Depois nós fizemos uma granja de criar galinhas. Eu disse: “Vamos terminar essa granja.” Eu levei quatro anos nesse vai-e-vem, aí eu disse: “Não quero mais. Já estou cansada.” E ele: “Eu te disse!” Aí nós botamos outra para presidente, a Crispiana. Aí ela não gostou mais, a Associação caiu. Aí depois teve a eleição e a cada dois anos muda a diretoria de lá. Agora ela está forte.

Vai fazer 13 anos que fundei a Associação, em 1991. O ministro foi lá em Alcântara, o Gilberto Gil, e a gente foi apresentar para ele.⁴⁰⁴ A gente deu uma canoinha com os materiais, um homem, um remo, que era no tempo em que a gente morava e não tinha transporte, não tinha carro, não tinha nada, e a gente só viajava de canoa para vender nossas peças. Isso era representando nossa cultura antiga, como a gente passava na comunidade. Agora pode ir de caminhão, só que a estrada não é boa. Dizem eles que vai melhorar, o governo. A gente teve uma feira no mês de junho, aí o governador, daqui de São Luís, foi visitar a gente lá na Ponta da Areia, e prometeu que ia ajudar a gente.⁴⁰⁵ Ele já está mandando fazer uma casa do fogo, onde mexe a farinha, e fazendo assistência de produção. Ele disse que vai levar o telefone e um poço lá para a comunidade.

A senhora acha que foi bom fundar a Associação?

Foi bom, porque, quando a gente quer conseguir alguma coisa de político, o político vai e a gente diz: “Só se você fizer isso, assim, assim, para nós. Se não fizer, a gente não vota.” Nós somos 52 mulheres. E eles têm que

conseguir para gente, se eles quiserem que a gente vote com eles, não é? E antes, lá, parece que a gente era humilhado, a gente não podia ficar... Porque a gente não ia em curso nenhum, antes dessa Associação. A gente não saía, era só lá. Eu tenho uma irmã, a caçula, que, quando chegava uma pessoa lá em casa, ela corria, se escondia. A gente não saía pra lado nenhum, nem em São Luís aqui a gente não vinha, muito difícil. A comunidade de lá, quando chegava uma pessoa, todo mundo ia se esconder. Agora não. Até a polícia, se chegar lá, eles querem ficar perto olhando. Antes, porque a gente era negro, não tinha valor, era assim. Agora não. Porque essas reuniões, esses cursos que a gente vai fazendo, a gente vai aprendendo muita coisa. Eu mesma, se chegasse um pessoal mais claro aí, eu dizia: “Eu vou é muito conversar com esse pessoal...” Sentia vergonha da minha cor. Depois eu fui fazendo cursos, aí fui treinando, porque eles chamavam a gente para fazer encontros, essas coisas... O Sebrae já deu muita força para a gente, a Aconeruq também manda a gente para Brasília, manda a gente para Recife, para a Bahia, isso tudo.

Faz uns 20 dias que eu vim da Bahia, de um encontro de comunidades negras que a gente fez da Aconeruq. Eu levei sete dias para chegar lá. Era sobre uns projetos que a Petrobras ofereceu para comunidades negras, e aí mandaram a gente para lá. A gente assinou três projetos: um de lavoura, um de equipamento de cerâmica e um outro de uma casa para turismo. Vai turista lá, vai muito. E eles chegam e querem sempre uma casa livre, só para eles. E a gente não tem como fazer, aí a gente fez esse pedido. Nesse curso, nesse treinamento a que a gente foi, tinha duas comunidades que não tinham associação. Essas não conseguiram nada. Ainda vão fundar associação para conseguir alguma coisa. Logo eles vão perguntando se tem associação; se não tiver associação, nada pode fazer.

E para as crianças, tem uma... Esqueci o nome. Eles vão lá brincar com as crianças, ficam semanas brincando, vai desenvolvendo mais as crianças. Aí elas não têm mais vergonha. Tem uns gringos lá, já faz uns 15 dias que eles estão lá — da Espanha que eles são. Eles começam a brincar com as crianças, levam para ver aquele monte de carros. Essas crianças não largam do pé deles. Porque eles gostam muito de criança, eles brincam com as crianças, vão pelos matos, pelos rios, a tudo eles vão. Estão na casa da minha irmã. Passeando, filmando, tudo eles fazem lá com os meninos.

Quando a senhora foi fundar a Associação, que a senhora ia de casa em casa, todas as mulheres achavam boa a ideia?

Tinha outras que não. Diziam: “Eu não vou, porque estou muito ocupada, que não sei o quê.” A gente dizia: “Mas se a gente for atrás só de serviço, a gente não consegue nada.” Aí depois a gente fez um projeto, quando eu era presidente, e saiu rápido, para um negócio de agricultura. Saiu enxada, saiu facão, saiu uma porção de coisas. O governo doou para a gente. Aí a Associação encheu, deu muita mulher. Todo mundo queria se associar.

E esse projeto foi feito com ajuda do vereador, do Pedro?

Ele é que encaminhava, dizia como era para a gente fazer: “Eu não posso comparecer lá, mas vocês façam assim, assim.” Aí a gente fazia. Quando a gente se aperreava, mandava chamar ele: “Pedro, nós queremos fazer isso.” Ele dizia: “É assim, assim, deixa eu fazer para você. Mas você tem que aprender a fazer isso.” Isso era ele quem dizia. Ele ajudou muito a gente. Hoje, a gente ainda pede ajuda para ele, para o Ivo, que é do CCN, para a Jô. Quem está elaborando esse da Petrobras é a Jô, que está ajudando a gente. Ela foi lá, vai de novo, e está ajudando a gente a fazer. Porque o estudo da gente é pouco, é isso. Estive até me informando, porque a gente tem tanta vontade de formar uma pessoa de dentro da comunidade para ajudar a gente a fazer essas coisas, não é? Estava terminando de falar com uma moça aqui da universidade, se, por exemplo, para a gente estudar aqui é pago. Ela disse que não, é só fazer o vestibular, não é?

Estou com tanta vontade de voltar a estudar. A minha filha mais nova está com 18 anos. E aí eu quero voltar de novo. Outro dia eu falei para a Jô, lá na igreja, no dia em que ela foi lá: “Jô, como é que eu consigo um colégio de noite, que eu quero estudar?” Ela disse: “Ah, neguinha, a gente vai ver se consegue. Tu quer estudar?” Eu disse: “Eu quero.” Porque eu não tive oportunidade de estudar mais nova, não é? Era até difícil vir aqui em São Luís, era de barco e levava três dias no meio da baía. Não tinha ferro, não tinha lancha, não tinha nada nesse tempo.⁴⁰⁶ Era só mesmo o barco. Levava três dias no meio da baía. Agora melhorou, porque a gente pega o ferro às seis da manhã, às oito já está aqui em São Luís.

Vamos lá um dia? Agarra o ferro aqui, o ferro para Itamatatiua, agarra o ônibus e diz: “Eu quero saltar lá no ramal do pote.” Tem um pote grande no ramal, todos os motoristas já sabem. De lá você diz assim: “Eu quero ir para a casa de Neide.” Todo mundo informa. Quando chegar lá, a gente dança forró de caixa, toca tambor de crioula, toca caixa, uma porção de coisas, come galinha caipira ao molho pardo, bolo de macaxeira...

De vez em quando a gente faz umas festas de reggae para se divertir. A gente não está tudo velho, não é? Tem uma festa de Santa Teresa lá, que é ótima, 14 e 15 de outubro, dá muita gente. Aqui de São Luís vai muito. Tem festa de reggae, tem tambor de crioula, tem toque de caixa, tem missa, tem seresta, tudo tem. Tambor de crioula são três pessoas que tocam e toque de caixa são quatro. E é diferente o toque. O toque de caixa tem o toque da dança e o toque de quando vai subindo para a igreja. A gente canta. Deixa eu me lembrar... “Que pomba branca é aquela que para o céu avoou, que para o céu avoou? É a pomba do Divino que para o céu avoou. De correr vem os cansados, de cansado eu me assentei, de cansado eu me assentei. Na casa dessa devota agora eu descansarei, agora eu descansarei. Que pomba branca é aquela que avoou para a sacristia, que avoou para a sacristia? É a pomba do Divino, foi beber água na pia, foi beber água na pia.”

Justo Evangelista Conceição

Quando veio próximo aos anos 1980, eu entrei na luta de verdade pela terra, comecei a sofrer ameaças de morte, fui perseguido no Maranhão. Nunca vi um milagre tão grande como já aconteceu na minha vida. Porque fui tão perseguido e nunca ninguém me encontrava para tirar a minha vida.
Quando eles planejavam, eu sabia, e dava um jeito de me esconder. Passei semanas em outras comunidades sem poder vir em casa. Uma das vezes, meu filho Raimundinho me substituindo na roça, a roça tinha muita praga, ele foi botar um veneno muito perigoso e entrou no nariz dele e ele se envenenou, caiu e os vizinhos juntaram-se lá em casa e eu na outra comunidade sem poder ir olhar meu filho, não podia sair nem aparecer, porque estava sendo perseguido. Mas meu filho escapou. Levou muitos dias doente, mas escapou. A minha casa era tapada por cima de palha de coco, se estragou tudo, já estava chovendo e eu não podia ir lá cobrir.

Um dia, uma mulher da cidade, da família dos perseguidores, foi na minha casa, chamou minha mulher e disse: “Silvéria, vem cá que eu quero te falar uma coisa. Olha, o Justo pode ter cuidado que ele vai morrer, porque os fazendeiros contrataram três pessoas para um deles tirar a vida dele aí. Foi fulano, fulano e cicrano.” Quando ela saiu, a minha mulher me contou. Eu disse: “Mas eu não vou fugir. Vou ficar com cuidado.” Quando foi um dia, seis horas da manhã, eu olhei na estrada e vinha um deles. Nu da camisa, camisa nas costas, mas estava com uma faca grande atrás das costas, e a camisa jogada por cima. E eu vi. E quis fazer uma besteira com ele, depois eu disse: “Não. Eu vou me livrar.” Chamei ele para vir. Mandei ele entrar e peguei a porta do quarto. E mandei a mulher botar leite para ele, botar peixe assado e botar café. E eu na porta do quarto. Só que, se ele fosse para o quarto, não dava, porque eu estava prevenido para ele. Ele chegou seis horas, saiu nove horas do dia e não teve coragem. Quando voltou, entregou o dinheiro para o cara que tinha mandado, porque não tinha coragem, pela maneira que foi recebido na minha casa. Viu? E assim nenhum dos dois deu certo.

Mas depois me aperreou tanto e fui obrigado a fugir. Eu saí do Itapecuru, fui a Vargem Grande, outra cidade;⁴⁰⁷ de Vargem Grande fui a Coroatá, que

é outra cidade; de Coroatá saí para Bacabal, que é outra cidade, onde passei duas semanas. E nessa saída minha, o pessoal das comunidades se reuniu, de outros municípios, de outros movimentos e fizeram uma concentração, um ato público, dizendo que minha família não era só pai, irmão e filhos, mas sim todas as comunidades, todos os movimentos. E, se acontecesse alguma coisa comigo, eles já sabiam quem era e essa pessoa ia pagar caro o preço. E num dia tiraram a palha de minha casa e cobriram. Uns ficavam trabalhando e outros olhando para ver se vinham os adversários. Só depois disso é que eu pude chegar em casa.

Bom, eu cheguei, continuei o meu trabalho, e logo nesse ano se aproximou a eleição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapecuru Mirim e eu concorri àquela diretoria como suplente de tesoureiro. Ganhamos em 1984 para 1985 e o tesoureiro, com medo de ter um prejuízo lá, foi cassado. E eu passei a ser efetivo na diretoria. Mas, nessa mesma época, em 1984, eu fui expulso de onde eu estava pelos meus cunhados e pelos fazendeiros. O fazendeiro comprava terra e só vivia de comercializar. Comprava de fazendeiro e vendia para fazendeiro. E ele queria vender uma grande área de mais de três mil hectares de terra, dizendo que ali não tinha lavrador dentro. E eu sabia que tinha. E foi o ano da ação discriminatória nos municípios de Itapecuru Mirim e de Santa Rita, e procurei os lavradores, nos reunimos, vim aqui em São Luís na CPT, Comissão Pastoral da Terra, e arrumei três advogados. E fizemos reconhecimento dentro do cartório como existiam lavradores dentro da área, reconhecemos a firma de todos eles. Só do município de Itapecuru Mirim eram 120 famílias e de Santa Rita, 60. Foi um sofrimento, porque nós tínhamos que pedir dinheiro para reconhecer a firma dos lavradores no cartório, pedindo dinheiro, e os lavradores vendiam arroz para arrumar aquele dinheiro, para declarar que justamente aquela área era ocupada. Aí foi que veio a perseguição de morte.

Mas aí fui para a diretoria do sindicato, como já falei, e depois me candidatei a presidente do sindicato, escolhido pelos lavradores. E ganhei. Agora, quando fui presidente do sindicato, botei os pés no chão. Nós desapropriamos 18 mil hectares de terra, inclusive essas áreas que estavam em litígio, todas elas. Foram desapropriadas uma por uma, hoje todas são áreas de assentamentos, inclusive o povoado onde eu moro, são 5.600 hectares de terra e trezentas e poucas famílias assentadas. No nosso povoado nós temos, só de alvenaria, 104 casas de tijolos. Temos quatro poços artesianos, água encanada nas casas, um trator para carregar

mandioca e ajudar a arar as terras, quatro açudes... Hoje o Tingidor é outro.

Dois anos depois, nós fizemos uma assembleia geral para escolher um trabalhador para ser o representante na Câmara dos Vereadores. E fui escolhido por unanimidade no meio dos lavradores. Fui eleito para uma cadeira naquele Poder Legislativo de Itapecuru Mirim em 1989, assumi em 1990. Depois tive um período sem mandato, fiquei na suplência. Na outra eleição me candidatei e ganhei de novo, de 1997 a 2000. Agora não sou mais vereador, é meu filho, Aldemir dos Reis Conceição. Ele ganhou também em 2000.

Fui o primeiro vereador negro e lavrador. Quando entrei naquela Câmara, naquela casa, fizemos um juramento para poder tomar posse. Lá tem gabinete para todos os vereadores, mas o presidente da Câmara deu para todos os vereadores e não me deu um gabinete. Eu vivia sozinho. Nenhum dos companheiros, colegas vereadores, se sensibilizou com isso, por eu não ter recebido o meu gabinete. Eram 13 vereadores. E aí um dia, com um ano e meio, eu me revoltei e entrei no gabinete dele, até com pensamento ruim, porque ele vivia me perseguinto na nossa comunidade, nesse povoado de Tingidor, porque eu era contra o prefeito. Ele ia e dizia que um vereador que terminava um mandato e não plantava nem um pé de caju não merecia a confiança dos outros. Ele pediu ao governo do estado um poço, botou no nosso povoado para me desmoralizar. Eu me revoltei com isso, entrei no gabinete dele, chamei ele de moleque. Ele quis levantar para cima de mim, porque ele é um jovem muito forte, e eu disse: “Não vem porque tu te arrebenta.” Ele não sabia o que eu tinha e não veio. No outro dia apareceu a placa no meu gabinete com o meu nome. Mas eu não usei. Eu já tinha passado um ano e meio, então tirei o resto do mandato mesmo assim, andando pelas salas lá.

Mas fui muito discriminado, porque eu também falava muito na situação do negro, na situação do lavrador, no problema da terra. Porque eu tinha amizade com a CPT, tinha amizade com a Fetaema, Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Maranhão, que todos os sindicatos do estado são filiados a ela, e arrumava advogados. Então foi um momento difícil. E quando deu 1996, 97, eu entrei também no movimento negro. Eu já fazia parte do movimento negro que tinha aqui em São Luís, o CCN, que é o Centro de Cultura Negra. Comecei a fazer parte depois que eu

estava no sindicato. O Ivan do CCN chegou lá...⁴⁰⁸ Era um período em que eu estava ameaçado lá dentro do sindicato e me escondi com medo, porque eu não o conhecia e ele chegou com três pessoas. Depois ele disse que eu aparecesse, porque ele era do movimento negro e estava ali para conversar com a gente. Eu saí. Então ele me perguntou se ali tinha organização dos negros, se nas comunidades negras tinha conflito. E eu, que conhecia, sabia que tinha, disse que tinha. Ele perguntou se eu poderia levar ele lá. Eu disse que poderia. E se eu queria também assumir esse trabalho nas comunidades negras. Eu disse que queria. Aí passei a fazer a coordenação e levei eles a Santa Maria dos Pinheiros, que era uma comunidade em litígio; ao Piqui, que era uma área de conflito; a Santa Rosa; ao Mirim, que é um povoado.

Então, no movimento negro, eu passei logo a fazer parte da coordenação estadual provisória. Nesse conselho, eu fazia parte da secretaria de finanças. E aí eu trabalhava junto com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, junto com o CCN, porque é a mesma coisa. Trabalhava tudo em parceria com o PVN, o Projeto Vida de Negro, que tinha um advogado por nome Pedrosa, e nós fomos lá e assumimos essas causas.⁴⁰⁹ E logo no outro ano, em seguida, a gente criou a associação mesmo das comunidades negras rurais, que é a Aconeruq, Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado do Maranhão.

Foi perigoso de novo, mas, em parceria com o Itema e com o Incra, nós só conseguimos desapropriar algumas áreas e, nas outras, fizemos o levantamento e o cadastro pelo estado.⁴¹⁰ Mas o estado, como sempre, até hoje não dispõe de recursos para a aquisição de áreas remanescentes de quilombos. O decreto caducou, era no governo de Roseana Sarney, e com dois anos caducou esse decreto.⁴¹¹ A gente esperando a legalização do Artigo 68, que agora, com o Lula, foi legalizado, e nós estamos dando andamento de novo.

Aí eu voltei para a base, para a diretoria daquele sindicato. Não como presidente, mas como secretário de Políticas Agrárias, Agrícolas e Meio Ambiente, e um outro companheiro assumiu e está até hoje na coordenação estadual. Eu sempre vou e volto, vou para o estado e volto para a base. Esse sempre foi meu jeito, dar oportunidade. Fui vereador dois mandatos e já saí, agora é meu filho. Eu nunca fui pessoa de querer o poder só para mim. Eu gosto sempre que o Justo seja transformado em outros, porque eu sozinho não aguento. Olha a minha idade hoje. Temos muitas lideranças, tanto no

movimento negro como sindicalistas, que assumem hoje quase a mesma tarefa que eu assumia. Porque eu não sou só o Justo, eu sou um Justo multiplicado. Todo o meu pensamento foi esse. Eu nunca quis ser por ser. Eu quero ser para os outros serem também, porque isso é bonito. Faz parte de ser irmão e faz parte de ser família, não é isso?

Então já estou na luta da terra de novo. E adoeci agora há poucos dias, quase morri, ainda não estou bem de saúde. A diabetes estava muito alta, passou de quinhentos. Entortei a boca, perdi a fala e estou tomando insulina todo santo dia, de manhã e à tarde, para poder aguentar, porque o médico disse: “Se voltar, não tem condições de resistir.” Mas vou me tratar, se Deus quiser. Mesmo doente, uma comunidade lá foi ameaçada por um sujeito, o lavrador apanhou de facão, e a mulher, gestante, caiu e deu vertigem porque estavam tocando fogo na casa. Cercaram as casas de todo mundo com arame, não deixaram caminho de fonte, não deixaram nada, e eu vim aqui em São Luís, levei uma advogada mulher, Avelina, da Fetaema, e nós entramos com manutenção de posse de garantia daquelas famílias. A audiência foi agora, no dia 24 de agosto, e o juiz deu a liminar de manutenção de posse para as famílias. E eu doente, quase dando vertigem no fórum, mas eu não podia ver aquelas famílias sofrendo, morrendo humilhadas sem que eu dedicasse a eles aquela coragem e essa inteligência que eu ainda tenho. E a informação que eu tive é que, por esses dois dias, o proprietário está indo embora da área. E ele vai, porque Deus vai tirar.

Eu disse para eles: “Olha, o nosso maior advogado, acima da que nós temos, a doutora Avelina, é Deus, que sabe que vocês merecem, que precisam daquela terra porque dali vocês tiram os alimentos para os filhos de vocês. Vocês não têm para onde ir, não têm onde trabalhar, a única alternativa é essa e Deus vai ajudar isso daí.” Anteontem, quando eu vim para cá, disse isso para eles. E eles estão lá.

Então, eu descobri uma coisa muito importante na minha vida, que não aprendi em escola, porque não tive oportunidade, mas aprendi na vida. É que a inteligência que a gente tem, a força que a gente tem, o saber que a gente tem, a coragem que a gente tem, devemos dedicar àqueles que não têm coragem, àqueles que não têm força e àqueles que não têm inteligência. E é assim que a gente pode dizer: “Eu vivi e estou vivendo.” Porque não adianta a gente ter estudado, a gente ter força, a gente ter coragem, para não dedicar àqueles mais fracos, àqueles que não têm coragem. A gente assim

não vive, a gente assim passa pela vida.

Helena Machado

Eu trabalho no Kuenda, Ação Cultural Kuenda, que significa, em banto, “andando, caminhando”. Esse nome foi dado pela Marisa Silva, vimos no dicionário do Nei Lopes.⁴¹² Bom, “andando, caminhando” por quê? Porque a Marisa também vem do Grupo Palmares daqui de Porto Alegre. Saiu, fez a experiência, ela também andou pelo MNU... Quando a gente saiu desses grupos, do MNU e do Palmares, a gente achou que tinha que trabalhar naquilo que a gente achava que era certo, que era a mudança social, e que o Grupo Palmares não propunha e o MNU propunha, mas não conseguia realizar. Então tínhamos que fazer uma proposta de mudança social à moda do Kuenda, em Porto Alegre, uma coisinha pequena que as nossas pernas permitissem.

Pensamos num projeto para trabalhar com várias comunidades no interior do Rio Grande do Sul, que se chama “Etnia e território no Rio Grande do Sul: a reconciliação do negro com a sua história”. Sob esse nome, a gente trabalha em Rio Pardo desde a década de 1990. Em 1989, a gente já ia para lá, às nossas expensas. É o quilombo de Rincão dos Negros, que fica a 20km da cidade. No Areal, a gente trabalhou através dos órgãos públicos — a Seppir, o Incra, que é o responsável pela regularização das terras, o Ministério do Trabalho... Eles todos têm uma política de subsidiar projetos e a gente conseguiu trabalhar com eles de 2000 para cá. E a gente vem trabalhando em quê? Em oficinas de capacitação quilombola. Capacitação em quê? Primeiro, sempre se trabalha com a realidade econômica e social do quilombo da região em que a gente vai trabalhar. Eles elencam quais são as necessidades. No caso, no ano passado se fez produção de sabão artesanal no Rincão dos Negros. Então a gente contrata um agrônomo, e mais a nossa equipe, que são professores, um historiador, eu e Marisa, e a gente vai a campo, faz todo o projeto com planilha e cronograma, e propõe que se chegue a um núcleo de geração de renda através do que eles pediram — eles queriam sabão. Avicultura: trabalhou-se no ano passado com avicultura ecológica ou avicultura não agressiva ao meio ambiente. Também com um agrônomo. Os outros quilombos, que foram parcerias com a Seppir ou com o Incra, aí o programa vinha mais direcionado para a informação sobre legislação quilombola, a questão da posse da terra, regularização fundiária,

preparar tudo para que depois se abra um processo com o Incra.

Enfim, são vários aspectos, mas sempre oficinas. São trabalhos interativos, se produz material que depois fica com eles, se trabalha com fotos. E no Rincão tem um dado importante que eu acho que é um quilombo emblemático, até em se falando de Brasil, porque eles têm lá uma devoção para com uma santa, Nossa Senhora da Conceição, cujo dia é 8 de dezembro, e têm uma capelinha que é da época dos escravos. A cruz que está dentro, que é uma cruz enorme de madeira, foi plantada no local onde os escravos iam para a missa. Dez, 20 anos depois, os brancos construíram do lado uma igreja só para eles, monumental, com duas torres, uma igreja enorme. No dia 8 de dezembro eles passam a noite dançando quicumbi.⁴¹³ A gente já fez um trabalho de revisitação dessa dança, que é um auto popular que tem origem também na plantação, nas festas de colheita, como no resto do Brasil. Ela tem as mesmas características, mas tem algumas diferenças nas letras, nos toques, que são regionais. Então, agora eles estão retomando o quicumbi, o que a gente considera um ganho importante deles. Outro ganho: constituíram uma associação. O nome da associação é o nome da dona que doou as terras para eles.

Uma coisa que um quilombola coloca como importante e que o movimento às vezes refuta é o 13 de Maio. Nós temos lá no Rincão dos Negros um auto popular, onde um negro de projeção ali na área rural, conhecidíssimo, velho, cria uma encenação dramática do açoite e faz festa, cozinha porco, fica o dia inteiro. É lá no interior; não é o mesmo lugar da igreja, porque ele é um dissidente da festa da igreja. Primeiro, ele faz uma procissão com bandeiras, foguetes para o 13 de Maio e, depois, ele encena para os netos e para as outras gerações saberem uma pequena parte do que era o sofrimento dos escravos. Então, tu chegas lá com o discurso do 13 de Maio como falácia — “vamos agora substituí-lo pelo 20...” Jamais! Tu não podes fazer isso, tu terias que estudar com ele, trabalhar, compreender e fazer a adaptação da realidade. É uma coisa impressionante e maravilhosa.

Lá é muito difícil o ensino. Muito difícil. Os adultos já são, na maioria, analfabetos. Estamos trabalhando com isso. E teve um programa de um ministério de Brasília que doou computadores para essa comunidade, onde um sabe ler, um tem o segundo grau, que é o cara que é o nosso contato e que tem mais formação, e as crianças têm uma escola aonde o que mora mais perto leva uma hora para chegar. E nem sempre ele tem carroça ou

cavalo para levar. Isso a gente também está trabalhando com a prefeitura, que é uma dificuldade enorme.

O único quilombo titulado que tem aqui é o do Silva, que é urbano. A autodenominação eles têm. O Ministério Público foi lá e isso eles têm. Está na primeira etapa do processo com o Incra aqui. O Areal também se autoassumiu como quilombo, mas também está com o processo em andamento. Estão fazendo os estudos antropológicos agora. O Areal é o da cidade aqui pertinho de Porto Alegre.

Josilene (Jô) Brandão

A Coordenação Nacional de Quilombos, Conaq, foi fundada em 1995, na Marcha Zumbi dos Palmares.⁴¹⁴ Na Marcha já havia uma articulação das comunidades quilombolas. Quer dizer, o Maranhão foi o estado que puxou muito fortemente essa organização nacional. Já havia um projeto chamado Vida de Negro, coordenado pelo CCN e pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, que já havia feito todo um processo de identificação para a constituição dessa articulação. Em 1995, foi feito o I Encontro Nacional de Comunidades Negras, que foi em Brasília, por ocasião da Marcha, e, em maio do ano seguinte, houve uma reunião para a avaliação desse encontro e ali se constituiu a primeira coordenação provisória da Conaq, lá em Bom Jesus da Lapa, na Bahia. Então, a Conaq, em constituição, vai se arrumando ali. E passou a funcionar uma sede, uma secretaria, no Maranhão. Ela sempre funcionou no Maranhão por ser o estado que tinha maior articulação. A Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão, a Aconeruq, é a instituição mais antiga de quilombolas de fato, e já tinha maior estrutura. Só em 1997 a Aconeruq foi oficializada juridicamente, mas ela já existia como articulação e como comissão provisória. Daí a Aconeruq passou a coordenar a secretaria executiva da Conaq no Maranhão, para o movimento nacional.

A Conaq não tem ainda personalidade jurídica. Ela está trabalhando a institucionalização jurídica agora para o final de 2005.⁴¹⁵ E está estudando esse mosaico todo, porque, se você for olhar as organizações dos quilombolas em nível estadual, são muito diferenciadas. O Maranhão congregou, juntou uma

associação, que tem 246 comunidades filiadas. Mas ela tem seiscentas comunidades no Maranhão identificadas. Então ela congrega quase a metade disso no seu corpo e trabalha com mais outras que não são sócias. Minas criou uma federação, Amapá tem um conselho, Pará tem coordenação... São muito diferentes as formas de constituição. Então, para pensar uma organização nacional que congrega todos esses grupos, tem que pensar que é um mosaico enorme, uma rede de organizações quilombolas que está sendo constituída e que está se amarrando. Criar a instituição jurídica da Conaq hoje é pensar toda essa fórmula: como é que se constitui uma organização de quilombolas, e uma organização forte? Porque o grande dilema do poder público é: quem é que dialoga pelos quilombolas? É preciso que tenha um reconhecimento da Conaq enquanto organização quilombola de representação. E ainda muita gente tem dificuldade de fazer esse reconhecimento. A Conaq é uma organização de quilombolas e se relaciona com outras organizações do movimento negro urbano, mas ela quer ser a interlocutora, enquanto quilombola, das demandas quilombolas. Inclusive dialogar com os outros movimentos negros que não são rurais e levar a demanda rural, quilombola, para essa mesa. Então é um desafio muito grande constituir uma organização. Imagine as mesmas dificuldades que você tem nessas organizações quilombolas, que você vai ter também em uma organização maior. Porque são os próprios quilombolas se movimentando nas suas dificuldades de acesso: comunidades aonde você não chega porque estão totalmente fora do acesso à informação, as pessoas não têm a menor condição de se comunicar, o analfabetismo é muito grande... É um trabalho muito grande agregar e colocar todo mundo nessa grande coisa que a gente imagina que é a Conaq.

344 Em 1988, a Unidos de Vila Isabel foi, pela primeira vez, campeã do Grupo Especial, com o enredo Kizomba, festa da raça, autoria de Luiz Carlos da Vila, Rodolpho de Souza e Jonas Rodrigues: “Valeu Zumbi! / O grito forte dos Palmares / Que correu terras, céus e mares / Influenciando a abolição / Zumbi valeu! / Hoje a Vila é Kizomba / É batuque, canto e dança / Jongo e maracatu...” Ver

<http://www.gresunidosdevilaisabel.com.br/index.asp> e

<http://www.academiadosamba.com.br/passarela/vilaisabel/ficha-1988.htm>, acesso em 30/9/2007.

345 O Bloco Afro Agbara Dudu, fundado no bairro de Madureira, no Rio de Janeiro, em 4 de abril de 1982, surgiu com a característica de se manter em atividade mesmo fora do período de carnaval, assim como alguns blocos de Salvador. Em 1983, foi organizada a “2ª Noite da Beleza Negra”, no Clube Renascença, evento baseado na experiência homônima do bloco Ilê Aiyê, e que culminava na escolha da “rainha negra”. Em 1992, juntamente com três outros grupos da cidade do Rio — Lemi Ayó, de São Cristóvão; Òrúnmilá, do Morro da Mineira, no Catumbi, e Dudu Éwe, do Morro da Mangueira —, gravou o LP Terreiros e quilombos, com o apoio do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap). No ano de 2002, o grupo desfilou na avenida Rio Branco, centro do Rio de Janeiro, com o tema Agbara-Dudu — 20 anos de resistência. Ver em:

[www.dicionariompb.com.br/verbete.asp?](http://www.dicionariompb.com.br/verbete.asp?nome=Bloco%20Afro%20Agbara%20Dudu&tabela=T_FORM_C)

nome=Bloco%20Afro%20Agbara%20Dudu&tabela=T_FORM_C, acesso em 25/1/2006.

346 Nélio dos Santos (1936) nasceu em Santo Antonio de Pádua e transferiu-se com a família para Nova Friburgo, onde fundou, em 1980, o Movimento Cultural e Social do Negro. Formado em contabilidade, trabalhou no Banco Agrícola de Cantagalo e no Banco do Estado da Guanabara, mais tarde Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), onde se aposentou em 1988. Em 18 de junho de 2002, o deputado estadual Nelci da Silva propôs à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) uma moção de congratulações e aplausos a Nélio dos Santos. Ver

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro99.nsf/fd0d0b8fc385d589832567040006b0OpenDocument>, acesso em 30/9/2007.

347 Lia Vieira (1958), formada em economia, turismo e letras, é escritora, doutoranda em educação na Universidade de Havana, em Cuba, e gerente

de operações da Ashanti, Viagens e Turismo.

348 A Fundação Carlos Chagas (FCC) foi criada em São Paulo em 1964, com a finalidade de realizar exames vestibulares para a área biomédica. A partir de 1968, passou a atuar também no campo da seleção de recursos humanos, prestando serviços técnicos especializados a órgãos públicos e empresas privadas. Ela atua, também, desde 1971, no campo da pesquisa educacional. Ver www.fcc.org.br, acesso em 17/8/2007.

349 Ialorixá é uma sacerdote e chefe de um terreiro de candomblé. A palavra é formada por “iya”, que significa “mãe” em ioruba; “olo”, “possuidor, dono”, e “orixá”. Ver Dicionário Houaiss da língua portuguesa (Rio de Janeiro, Objetiva, 2001).

350 Além dos seis nomes citados — Aparecida Sueli Carneiro, Aparecida Solimar Carneiro, Sônia do Nascimento, Edna Maria Santos Roland, Maria Lúcia da Silva e Ana Maria Silva —, assinaram a ata de fundação do Geledés Deise Benedito, Elza Maria da Silva, Eufrosina Tereza de Oliveira e Lucia Bernardes de Souza.

351 A Fundação Ford, criada em 1936 nos Estados Unidos, é uma organização filantrópica, privada, sem fins lucrativos, que desde 1950 vem atuando em vários países do mundo. Desde 1962 mantém um escritório no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Ver www.fordfound.org/global/office/index.cfm?office=Rio+de+Janeiro, acesso em 22/8/2007.

352 A International Women's Health Coalition (Coalizão Internacional pela Saúde das Mulheres) foi fundada em 1984, com sede em Nova York. Ver www.iwhc.org, acesso em 17/8/2007.

353 A Fundação Levi Strauss foi criada nos Estados Unidos em 1897, quando o proprietário da Levi Strauss Company doou fundos para manter 28 bolsas de estudos na Universidade da Califórnia, em Berkeley, Estados Unidos. Atualmente atua em diversas partes do mundo onde existem fábricas da companhia. Ver www.levi.com.br, acesso em 17/8/2007.

354 Carlos Neder, formado em medicina pela USP e mestre em saúde pública pela Unicamp, foi um dos fundadores do PT em São Paulo. Foi secretário de Saúde no governo municipal de Luiza Erundina, entre 1990 e

1992, e foi eleito duas vezes vereador da cidade de São Paulo pelo PT, em 1996 e em 2000. Ver www.carlosneder.org.br, acesso em 17/8/2007.

355 Paulo Brossard de Souza Pinto (1924) foi ministro da Justiça de fevereiro de 1986 a janeiro de 1989, sendo substituído por Oscar Dias Correia (1921), que renunciou ao cargo em julho daquele ano. Em agosto de 1989 José Saulo Pereira Ramos (1929) assumiu o Ministério da Justiça e permaneceu à frente da pasta até março de 1990. Ver DHBB.

356 O reverendo Antônio Olímpio de Sant'Ana, da Igreja Metodista, foi presidente e é o atual secretário executivo da Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo (Cenacora). Foi membro do Comitê do Governo Brasileiro junto à Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. Ver www.cenacora.org.br, acesso em 17/8/2007. Harlem Désir (1959), formado em filosofia pela Universidade de Paris—Sorbonne (1983), foi o criador e presidente do SOS Racismo na França (1984-1992). Desde 1994 é membro do Conselho Nacional do Partido Socialista na França e desde 1999 é deputado pela França no Parlamento Europeu, onde foi vice-presidente da delegação do Parlamento Europeu para as relações com os Estados Unidos (2002-2004). Ver www.europarl.europa.eu/news/public/default_pt.htm, acesso em 17/8/2007.

357 Criado em 1987, o Núcleo de Estudos da Violência é um dos núcleos de apoio à pesquisa da Universidade de São Paulo. Suas pesquisas têm caráter interdisciplinar e giram em torno da persistência de graves violações de direitos humanos durante o recente processo de consolidação democrática. Ver www.nevusp.org, acesso em 17/8/2007.

358 Carmem Barroso trabalhou na Fundação MacArthur entre 1989 e 2003, quando foi convidada para assumir o cargo de diretora regional da International Planned Parenthood Federation, Western Hemisphere Region (Federação Internacional de Planejamento Familiar, Região do Hemisfério Ocidental, IPPF/WHR, na sigla em inglês), organização que atua em 150 países. Ver www.ipas.org.br/noticias.html e www.ippfwhr.org/publications/serial_issue_e.asp?PubID=36&SerialIssuesID=118, acesso em 18/8/2007.

359 Edna Roland. “O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas.” In: Antônio Sérgio A. Guimarães e Lynn Huntley. Tirando a

máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil (São Paulo, Paz e Terra, 2000).

360 Greip é a sigla para Grêmio Recreativo e Esportivo dos Industriários da Penha e Creib é a sigla para Clube Recreativo e Esportivo dos Industriários de Bangu, que fica na região entre os bairros de Bangu e Padre Miguel. Ambos são clubes onde havia bailes soul na década de 1970.

361 Togo Ioruba (1948) é o nome artístico de Gerson Miranda Theodoro, desenhista nascido no Rio de Janeiro. Licenciado em educação artística (1978) e bacharel em artes cênicas (1982) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), é mestre em comunicação pela UFRJ (2002) e trabalha no Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Fundou e dirigiu o jornal Maioria Falante, no Rio de Janeiro, em 1988. Ver Nei Lopes. Enciclopédia... (op.cit.) e www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”.

362 João Batista Figueiredo foi presidente da República de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985. Ecléa Guazzelli assumiu a presidência da Funabem durante o governo de Figueiredo, em 1979, e deixou o cargo no início de 1983, quando assumiu a vaga de deputada estadual no Rio Grande do Sul, que havia conquistado nas eleições de 1982. Ver www.al.rs.gov.br, acesso em 18/8/2007.

363 Sinval Guazzelli (1930) foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul em diversas legislaturas (1971-1975, 1983-1985, 1999-2003), governador do mesmo estado em duas ocasiões (1975-1979 e 1990-1991), além de ministro da Agricultura (1994-1995). Por ocasião do sequestro dos asilados políticos uruguaios Universindo Diaz e Lilian Celiberti ocorrido em novembro de 1978, em Porto Alegre, empenhou-se na apuração do caso, no qual estavam implicados policiais do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) gaúcho. Insatisfeito com o andamento das investigações, interveio na Secretaria de Segurança, alterando a composição do Conselho Superior de Polícia, e afastou o diretor-substituto da Divisão de Relações Públicas do órgão. Ver DHBB.

364 Febem é a sigla para Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. A Lei Federal 4.513, de 1º de dezembro de 1964, criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). À Funabem competia formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todo o território nacional. A partir daí, criaram-se as Fundações Estaduais do Bem-Estar do

Menor (Febens), com a responsabilidade de observarem a política estabelecida e de executarem, nos estados, as ações pertinentes a essa política. Ver www.fia.rj.gov.br/Historia.htm, acesso em 18/8/2007.

365 Em sua entrevista, Ivanir dos Santos nos contou que, quando pequeno, foi retirado da companhia da mãe pela polícia, na área de prostituição próxima à praça Onze, no Rio, e que só mais tarde descobriu que ela havia sido morta pela Invernada de Olaria, grupo de extermínio formado por policiais nos anos 1960, no Rio de Janeiro.

366 As eleições para deputados à Assembleia Estadual Constituinte também ocorreram em novembro de 1986, e a nova Constituição Estadual do Rio de Janeiro foi promulgada em 5 de outubro de 1989, um ano depois da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil.

367 Rubem Thomás de Almeida, antropólogo formado pela UFRJ, foi membro do Conselho Indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai). Ver www.itaipu.gov.br/releases/Releases/pr20040417a.htm e www.defensoriapublica.gov.br/noticias/2006/novembro/rls271106visita.htm, acesso em 18/8/2007.

368 A DCI, Defence for Children International (Defesa Internacional para Crianças), é uma ONG fundada em 1979, com sede em Genebra, que atua em mais de 60 países, através de seções nacionais e de organizações associadas. Ver www.dci-is.org, acesso em 18/8/2007.

369 Irene Papi, como representante das mães, foi escolhida durante a Passeata dos Cem Mil, realizada no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968, para compor a comissão recebida pelo presidente Artur da Costa e Silva, em 2 de julho, quando foram apresentadas as principais reivindicações daquele movimento. Ver DHBB, verbete “Passeata dos Cem Mil”.

370 O Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil — International Programme on the Elimination of Child Labour (Ipec) — da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criado em 1992 e no mesmo ano foi abrigado pelo Brasil. Ver <http://www.ilo.org/ipec/programme/lang--en/index.htm> e www.oitbrasil.org.br/prgatv/in_focus/ipec/errad_trabin.php, acesso em 18/8/2007.

371 Pão para o Mundo (“Brot für die Welt”) é uma ação de ajuda das igrejas evangélicas da Alemanha criada em Berlim em 1959. Como agência de cooperação, contribui para a erradicação da fome, da pobreza e da miséria social em projetos de apoio ao desenvolvimento. Ver www.polis.org.br/parcerias.asp e <http://www.brot-fuer-die-welt.org>, acesso em 18/8/2007.

372 O Grupo Cultural AfroReggae surgiu em janeiro de 1993, na comunidade de Vigário Geral, Rio de Janeiro, inicialmente em torno do jornal Afro Reggae Notícias, um veículo de informação que visava à valorização e à divulgação da cultura negra, voltado sobretudo para jovens ligados em ritmos como reggae, soul e hip-hop. Ver <http://www.afroreggae.org.br>, acesso em 26/5/2006. Sobre a fundação da ONG Criola, em 1992, ver o trecho da entrevista de Lúcia Xavier publicado neste capítulo.

373 O I Encontro de Negros do Sul-Sudeste foi realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) de 10 a 12 de outubro de 1987.

374 O I Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen) foi realizado no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, de 14 a 17 de novembro de 1991.

375 O sequestro e o desaparecimento de 11 crianças e adolescentes em Acari, no Rio de Janeiro, em agosto de 1990, deu origem ao grupo “Mães de Acari”.

376 O Malê Debalê foi fundado, em 23 de março de 1979, por um grupo de moradores do bairro de Itapuã, em Salvador, Bahia. Ver www.maledebale.com.br, acesso em 18/8/2007.

377 A Revolta dos Malês ocorreu entre 25 e 27 de janeiro de 1835 na cidade de Salvador, e foi uma das mais importantes rebeliões escravas ocorridas no Brasil do século XIX. A expressão “malê” vem de imalê, que na língua ioruba significa muçulmano. Portanto, os malês eram especificamente os muçulmanos de língua ioruba, conhecidos como “nagôs” na Bahia. Outros grupos, até mais islamizados como os haussás, também participaram, porém contribuindo com um número muito menor de rebeldes. Em sua grande maioria, os revoltosos eram alfabetizados na língua árabe e estavam organizados em torno de propostas radicais para libertação dos demais

escravos africanos. A revolta foi duramente reprimida pelos poderes constituídos. Ver João José Reis, “A Revolta dos Malês em 1835”, disponível em www.smecc.salvador.ba.gov.br/documentos/a-revolta-dos-males.pdf, acesso em 19/8/2007. Para o aprofundamento em relação à Revolta dos Malês, ver João José Reis. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835 (São Paulo, Companhia das Letras, 2003).

378 PFL é a sigla para Partido da Frente Liberal. Em 2007, o PFL mudou de nome para Democratas e adotou a sigla DEM.

379 PL é a sigla para Partido Liberal.

380 João Carlos Nogueira graduou-se em sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1989) e é mestre em ciência política pela University of Massachusetts at Amherst, EUA (1999). De 2003 a 2005 atuou na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), onde foi subsecretário de ações afirmativas. Representante da Seppir junto ao Ministério da Educação no processo de implementação da Lei nº 10.639, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras nas escolas de todo o país, é membro do Núcleo de Estudos Negros (NEN), em Florianópolis. Ver www.cnpq.br, “Plataforma Lattes” e <http://www.agecom.ufsc.br/index.php?secao=arq&id=3626>, acesso em 30/6/2007.

381 Luiza Bairros, socióloga e ex-coordenadora nacional do MNU, entre 2005 e 2006 foi coordenadora do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ver www.pnud.org.br/eventos/index.php?id05=225, acesso em 19/8/2007.

382 Juarez Tadeu de Paula Xavier, sacerdote ioruba e militante da União de Negros pela Igualdade (Unegro), é formado em comunicação social pela PUC de São Paulo, mestre e doutor em comunicação e cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam/USP). Ver www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 18/8/2007.

383 A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins

lucrativos, que atua em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Ver www.fase.org.br, acesso em 19/8/2007.

384 A criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores foi uma proposta apresentada e aprovada durante o X Encontro Nacional do PT, realizado em Guarapari (ES), em 1995. Ver www.pt.org.br/sitept/index_files/pdf/congresso/Desenvolvimento_democracia.html, acesso em 19/8/2007.

385 LBA é a sigla para Legião Brasileira de Assistência, associação instituída no governo Getúlio Vargas, em 1942, para prestar assistência social, e extinta em março de 1995, no início do governo Fernando Henrique Cardoso. Ver www.senado.gov.br/legis/legislacao/.

386 Sandra Bello fazia parte do primeiro grupo de mulheres negras que se reunia no IPCN entre o final da década de 1970 e início da década de 1980. Há cerca de dez anos vive em Berlim, na Alemanha, onde trabalha na área cultural. Ver www.mundonegro.com.br/noticias/?noticiaID=593, acesso em 19/8/2007.

387 O I Encontro Estadual da Mulher Negra foi realizado no Rio de Janeiro, de 6 a 8 de novembro de 1988.

388 Carlos Eduardo Trindade é subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Carlos Alberto Santos de Paulo foi diretor de Políticas para Comunidades Tradicionais da Seppir. Ver www.planalto.gov.br/seppir, acesso em 19/8/2007. Irivan de Assis Santos Silva é coordenador do Centro de Estudos e Ação Cultural Quilombo, criado em 1987. Ver www2.tcu.gov.br/portal/page?_pageid=33,930524&_dad=portal&_schema=PORTAL, acesso em 19/8/2007.

389 Dom Paulo Evaristo Arns (1921) foi arcebispo metropolitano de São Paulo de 1970 a 1998, quando foi substituído por dom Cláudio Hummes. Ver DHBB.

390 UERJ é a sigla para Universidade do Estado do Rio de Janeiro; UFRJ, para a Universidade Federal do Rio de Janeiro; Unirio, para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, e UFF, para a Universidade Federal

Fluminense.

391 O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) começou a ser construído no início da década de 1980 no estado do Maranhão, ainda durante o regime militar. Sob o comando da Aeronáutica, tornou-se o principal complexo projetado para as atividades vinculadas ao lançamento e ao rastreio de engenhos aeroespaciais. Ver www.cla.aer.mil.br, acesso em 19/8/2007.

392 Segundo Custódia Wolney, a comunidade Kalunga está localizada no norte do estado de Goiás, escondida nos vãos das serras próximas às cidades de Teresina de Goiás, Cavalcante e Monte Alegre de Goiás. Ver “A comunidade Kalunga”, em www.custodiawolney.com.br/comunidadekalunga.doc e www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php, acesso em 19/8/2007.

393 Trata-se da comunidade de Piqui da Rampa, no município de Vargem Grande, cujas terras foram doadas pelo padre Antônio Fernandes Pereira no princípio do século XIX. Ver <http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/index&secao=3&tema=31&materia=3812> e http://www.koinonia.org.br/oq/noticias_detalhes.asp?cod_noticia=3091&tit=Notícias, acesso em 28/8/2007.

394 Ao longo dos últimos anos tem havido um processo de ressignificação do termo “quilombo”, em função das demandas dos movimentos quilombolas e com apoio de setores acadêmicos, que levam em conta a variedade de formação das comunidades negras rurais e até de algumas urbanas. Um marco importante desse processo deu-se na elaboração do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que, em seu Artigo 2º, afirma: “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” Ver www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2003/D4887.htm, acesso em 20/8/2007.

395 Givânia Maria da Silva foi uma das fundadoras da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas do Brasil (Conaq) e foi conselheira suplente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, entre 2003 e 2004, pela Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras. Ver

[**396** Trata-se do Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001, que, em seu Artigo 1º, dizia: “Compete à Fundação Cultural Palmares \(FCP\) iniciar, dar seguimento e concluir o processo administrativo de identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como de reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras por eles ocupadas”. Ver \[www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2001/D3912.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2001/D3912.htm\), acesso em 20/8/2007.](http://www.reportersocial.com.br/noticias.asp?id=900&ed=direitos%20humanos e www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/conselho/historico/, acesso em 20/8/2007. Ivo Fonseca Silva, nascido no quilombo Frechal, foi um dos fundadores da Aconeruq, no Maranhão, e da Conaq, em âmbito nacional.</p></div><div data-bbox=)

397 O veto foi encaminhado ao Congresso Nacional pela Mensagem Presidencial nº 370, de 13 de maio de 2002. Ver http://legis.senado.gov.br/pls/prodasen/PRODASEN.Layout_mate_detalhe.slp?COD_MAT=50285, acesso em 20/8/2007.

398 A Seppir foi criada no dia 21 de março de 2003, data em que Matilde Ribeiro (1960) foi empossada no cargo de ministra de Estado. Formada em serviço social e mestre em psicologia social pela PUC de São Paulo, Matilde Ribeiro foi uma das fundadoras da Soweto Organização Negra, em 1992, integrou a primeira gestão da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT (1995) e, de 1984 a 2002, atuou nas prefeituras de São Paulo, de Osasco e de Santo André, na Sempre Viva Organização Feminista (SOF), no Instituto Cajamar, nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e no Centro de Estudos sobre Trabalho e Desigualdades (Ceert). Ver www.planalto.gov.br/seppir/ministra/biografia.htm, acesso em 29/8/2007.

399 A II Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Eco 92, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992 e contou com a participação de representantes de mais de 170 países. Ver www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/ecologia/eco92.html, acesso em 20/8/2007.

400 do Decreto nº 4.054. Sua missão é articular dentro do governo estadual o atendimento das demandas dos povos indígenas e das comunidades

quilombolas. Atualmente, as ações do Programa Raízes estão organizadas em torno de quatro eixos principais: titulação das terras de quilombo; apoio a projetos sustentáveis em terras indígenas e quilombolas; projetos de valorização da cultura e de capacitação em educação para quilombolas e povos indígenas, e infraestrutura física e social. Ver www.cpisp.org.br, acesso em 16/7/2007.

401 O Artigo 322 da Constituição do estado do Pará, promulgada em 5 de outubro de 1989, tem por objeto o reconhecimento da propriedade definitiva da terra aos remanescentes das comunidades de quilombos, à semelhança do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

402 Refere-se à ação discriminatória, regulada pela Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da União. Ver www.senado.gov.br, “Legislação”, acesso em 6/8/2007.

403 Roseana Macieira Sarney (1953) foi governadora do estado do Maranhão por dois mandatos consecutivos, entre 1º de janeiro de 1995 e 5 de abril de 2002, quando se descompatibilizou para se candidatar à presidência da República, sendo substituída pelo vice-governador, José Reinaldo Carneiro Tavares.

404 Gilberto Gil é ministro da Cultura desde o início do primeiro governo Lula, em janeiro de 2003.

405 Trata-se de José Reinaldo Carneiro Tavares (1939), que havia assumido o governo em abril de 2002, em substituição a Roseana Sarney. Em 2002, José Reinaldo foi eleito governador para o mandato de 2003 a 1/1/2007, quando foi substituído por Jackson Lago, eleito em 2006.

406 Refere-se à embarcação que faz a ligação entre Alcântara e São Luís, o chamado ferry boat.

407 Refere-se ao município de Itapecuru Mirim, MA.

408 Trata-se de Ivan Rodrigues Costa, coordenador do Projeto Vida de Negro e membro da Coordenação Geral do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN).

409 Luis Antonio Câmara Pedrosa, advogado e assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema), da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, de sindicatos de trabalhadores rurais do interior do estado e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ver <http://www.abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf>, acesso em 6/8/2007.

410 Itema é a sigla para Instituto de Colonização e Terras do Maranhão.

411 O Decreto Estadual nº 15.849 de 1º de outubro de 1997, assinado pela então governadora do Maranhão Roseana Sarney, afirmava, em seu Artigo 1º: “Ficam declaradas como prioritárias, para fins de legalização, desapropriação e outras formas de acautelamento previsto na legislação pertinente, nos termos dos artigos 228 parágrafo 1º e 229 da Constituição Estadual, as terras ocupadas por remanescentes das comunidades de Quilombos e comunidades negras tradicionais, situadas nos seguintes imóveis rurais: a) Santa Maria, Piqui, Mata de São Benedito, Mocambo e Santa Rosa, do Município de Itapecuru-Mirim; b) Cipó e Jenipapo do Município de Caxias; c) Finca-pé do Município de Presidente Vargas; d) Itamatatiua e São Raimundo do Município de Alcântara; e) Olho D’ Água do Município de Olinda Nova; f) Jamari dos Pretos do Município de Turiaçu; g) Santo Antonio dos Pretos, Mocorongo e Eira dos Coqueiros do Município de Codó.” Ver: www.cpisp.org.br/htm/leis/ma03.htm, acesso em 21/8/2007.

412 Marisa Silva também foi integrante do Grupo Palmares. O Dicionário banto do Brasil, de Nei Lopes, foi publicado pela primeira vez pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro através do Centro Cultural José Bonifácio, em 1996, e em 2003 foi lançada uma segunda edição, revista e atualizada, chamada Novo dicionário banto do Brasil (Rio de Janeiro, Editora Pallas, 2003).

413 Segundo o Dicionário Houaiss (Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2001), o quicumbi é um tipo de dança dramática com cortejo e coreografias guerreiras. É semelhante a outras manifestações culturais de origem afro-brasileira, como a congada, por exemplo.

414 Em maio de 1996 foi criada a Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Quilombolas, substituída em 2000 pela

Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq). Esse processo foi desencadeado a partir da Marcha Zumbi dos Palmares, que foi realizada em Brasília no dia 20 de novembro de 1995, em homenagem ao tricentenário da morte de Zumbi, como se verá no próximo capítulo deste livro. Ver www.ccnma.org.br, acesso em 16/8/2007.

415 Até a finalização deste livro o processo jurídico da Conaq ainda não tinha sido efetivado; a previsão é de que ocorra em janeiro de 2008.

1995 E 2001

MARCHA ZUMBI DOS PALMARES E GTI

Edson Cardoso

Eu me retirei do MNU em 1995. Antes disso, no final de 1994, numa reunião da executiva, em Salvador, eu falei para eles de uma proposta que eu tinha de mobilização nacional. Qual era? A Marcha Zumbi dos Palmares, no tricentenário da morte de Zumbi, em novembro de 1995. A reação da executiva não foi boa. Eu falei: “Olha, gente, eu vou trabalhar por essa proposta. Acredito nela e vou trabalhar por isso.” Um dos maiores inimigos do MNU que nós tínhamos na época era o Ivanir dos Santos. Eu falei: “Já marquei uma reunião com o Ivanir no Rio.” Foi um escândalo! A gente conversar com o Ivanir era um escândalo. A reunião foi marcada no IPCN. E aí, para a minha surpresa, quem apareceu na reunião? Luiz Alberto, Haroldo, todo mundo do MNU.⁴¹⁶ Nem me incomodei e expus para o Ivanir, com eles sentados ali, o que era a proposta, e disse que ela só seria bem-sucedida se nós conseguíssemos articular todo mundo, tinha que ser uma mobilização ampla. O Ivanir aproveitou para descascar o MNU do Rio, pelo tipo de postura que tinha tido com ele nas eleições de 1994, sem apoiar sua candidatura a deputado. Aí deixei eles lavarem lá essa roupa e depois falei assim: “A nossa proposta não vai mexer com nenhum contencioso. Se existe essa coisa, a gente vai ter que sufocar e tal.” E comecei a viajar para difundir a ideia. E o MNU, quieto.

Quais são as alianças que eu vou ter? As ONGs — o Ceert, o Geledés —, aí a proposta vai crescendo. A gente articulou uma grande plenária em São Paulo, em junho ou julho já de 1995. Vamos brigar muito com quem? Com a turma do Flavinho, o Flávio Jorge, a turma do PT, a turma da CUT, que não queriam a Marcha no 20 de Novembro. Eu fiz três intervenções na plenária por conta dessa data. Tive que usar até uma argumentação do tipo: “Tancredo não morreu no dia 21 de abril, mas a morte foi anunciada no dia 21 de abril por causa da data de Brasília, por causa da data de Tiradentes.⁴¹⁷ Data tem importância. Se nós construímos o 20 de Novembro e agora que vamos fazer uma manifestação de massa, eu não vou fazer no 20 de novembro? Tem que fazer no 20 de novembro.” Caía no meio da semana. Eles não queriam, porque estavam armando um seminário internacional em São Paulo. Só eu fiz três intervenções. Votamos, e o 20 de novembro ganhou. Tiramos uma executiva. Você precisava ver o tamanho da executiva que se

tirou nessa plenária de São Paulo: ficou enorme. Eles meteram logo três centrais sindicais: a CUT, a CGT e tinha uma outra pequena.

Marcamos a primeira reunião da executiva. Fui a São Paulo, quando cheguei de manhã, tinha quatro gatos pingados. PC do B estava, a Unegro... Voltamos de tarde: já não voltaram. Aí quem passou para me pegar? O Hélio estava nesse dia com o Ivair e passou para me pegar. Eu disse: “Rapaz, estou apavorado. Não vai ter marcha assim. Nós vamos ter que trabalhar.” De lá, eu já fui para Minas, que foi fundamental para 1995, e aí comecei a minha pregação, solta, de acreditar na Marcha. A gente articulou bem em Brasília o apoio do governo do Cristovam Buarque, que era o governador.⁴¹⁸ Foi um período em que eu estava fazendo esse tipo de coisa: viajar, falar para as pessoas, ir a São Luís, dizer que a Marcha era real... Porque, quando chega a hora de mobilização de movimento negro, você não sabe os fantasmas que aparecem. Então não é fácil fazer uma coisa assim.

Qual foi a vantagem que nós tivemos em 1995? O governo era Fernando Henrique Cardoso, e aí PT e CUT fizeram a sua avaliação de que poderia ser interessante a Marcha. Mas eles, com isso, não estavam aceitando uma pauta de reivindicação negra ou a autonomia do movimento negro. Eles estavam de olho na oposição a Fernando Henrique. Já havia boatos de gente que ia gritar na Marcha “Fora FHC!” — em 1995, que era o primeiro ano do Fernando Henrique.⁴¹⁹

Nós propusemos um jornal da Marcha. Só saiu um número. Fui fazer o jornal em São Paulo e, para conseguir que os bancários rodassem esse jornal, levou mais de 40 dias. Havia um boicote de setores que viriam para a Marcha, mas não queriam dar fôlego ao movimento negro. Quando o jornal saiu, foi em cima da Marcha. Saíram quatrocentos mil exemplares para a gente distribuir. E a gente, em Brasília, acreditando que a Marcha ia acontecer. O MNU, absolutamente “na moita”. O MNU não foi construir a Marcha. Em alguns lugares em que a gente tinha força, alguns setores do MNU, como Brasília, se envolveram. Tanto que os ônibus da Bahia foram poucos, os ônibus do Rio foram poucos. A grande força de mobilização veio de Minas, em que você tem setores, digamos assim, ligados à CUT, ligados ao PT e tem um setor de movimento negro que abraçou a Marcha com características muito fortes. Foi um momento de Minas muito bonito. Você precisa ver as fotos das mobilizações pré-Marcha de Minas, situações de rua. Muita gente.

Marcos Cardoso

O PT ganhou as eleições aqui em Belo Horizonte em 1992, o Patrus Ananias era o prefeito e a gente desenvolveu um processo todo de tentar buscar um espaço no primeiro escalão do governo.⁴²⁰ Não foi possível. Depois de todas as tentativas frustradas em torno disso, como eu sou uma liderança do movimento negro ligada à área da cultura também, e precisava trabalhar, me ofereceram o cargo de assessor na Secretaria Municipal de Cultura. A secretária era a Maria Antonieta Cunha, que hoje é presidente da Fundação Municipal de Cultura novamente.⁴²¹

Quando fui para a Secretaria, comecei a imaginar que projeto poderia desenvolver. A primeira tarefa era desafiadora: você tinha que consolidar a estrutura da Secretaria de Cultura no município. O segundo desafio era pensar uma política cultural como direito da população: transformar a política cultural, eliminar as panelinhas, o clientelismo, tudo isso, o que a gente chama de balcão, varejo. Os grupos negros de Belo Horizonte começaram a ir para a Secretaria e demandar, demandar, e era impossível, porque a cultura sempre teve recurso minguado diante da demanda, e a gente começou a pensar como resolver isso. Uma das questões que eu até trabalhei, para eliminar um pouco essa demanda via varejo, foi criar as leis de incentivo — criamos a lei de incentivo municipal. E, com relação à população negra, como aqui em Minas Gerais você tem toda uma tradição, a gente começou a pensar muito num eixo de memória e patrimônio: resgatar a memória, lutar contra a descaracterização de determinadas tradições, sobretudo a tradição de Nossa Senhora do Rosário, umbanda, candomblé, grupos de dança afro. Então começamos uma série de coisas que o poder público municipal nunca tinha feito. Antes, a pessoa chegava lá e davam um uniforme, davam um tambor e ficava por isso mesmo, davam o apoio de um ônibus, essas coisas. E começamos a pensar uma proposta sobre isso.

Aí veio a ideia, em 1993, 94, eu imaginei assim: “Vêm os trezentos anos de Zumbi, acho que é um bom eixo para fazer um grande projeto.” E acabou virando um projeto especial mesmo. Antes de formatar o projeto, eu convoquei um seminário. Belo Horizonte tem uma população negra, em

média, de 50% e, nesse debate de novas diretrizes para a cultura, a cultura como direito, descentralização dos espaços, do acesso à cultura, fazer mão-dupla — centro-periferia, periferia-centro —, começamos a pensar na ideia de ter um centro de cultura negra na cidade. Só que não ficou um debate interno na Secretaria, eu trouxe o debate para a cidade, para o movimento. E aí surgiu a ideia dos “centros de referência”, que a gente puxou também. Começamos a falar o que significa referência, começamos a trabalhar com conceitos etc. Hoje, na cidade, você tem vários centros de referência: da infância e da juventude, não sei o quê, menos da cultura negra. Nem chegou a ser criado.

Elaboramos um projeto para os trezentos anos, tinha outras pessoas na Secretaria que comungavam dessa ideia junto comigo, e aí pensamos em fazer um festival internacional de arte negra. O projeto do tricentenário, de que eu era o coordenador-geral, tinha esses grandes eixos: trabalhar com memória e patrimônio; no final do projeto, fazer o festival, e, no final do festival, criar o Centro de Referência da Cultura Negra na cidade — um centro que fosse da estrutura da Secretaria, e não do movimento. Um centro para a cidade. E, ao mesmo tempo, fizemos toda a mobilização social em torno da Marcha dos trezentos anos em Brasília.

No campo do movimento negro, fiquei coordenando, em Minas e nacionalmente, o processo de mobilização em torno da Marcha em Brasília e, no município, comecei a gestar esse projeto dos trezentos anos, que desenvolveu várias atividades. Fizemos cursos, “Na minha terra tem Palmares”, cursos de formação mesmo, com mesas sobre literatura, sobre África, vários assuntos. Trabalhamos com o povo do candomblé, fizemos um tributo dos orixás a Zumbi, fizemos uma série de eventos durante todo o ano. Para abrir o projeto na rua, em maio de 1995 fizemos um bloco de afoxé, que se chamava “Trezentos filhos de Zumbi”. E fechamos em novembro, na Semana da Consciência Negra, com o “Afro-Horizonte”. Aí já não eram trezentos, eram milhares de pessoas na rua, naquilo que chamamos “Os tambores de Minas recebem os tambores do mundo”, abrindo o Festival Internacional de Arte Negra.

Para esse festival vieram grupos africanos, nós trouxemos o pessoal de um lugar na África que o fax, para chegar lá, demora uns cinco dias. Um povo muito lindo que esteve aqui. Trouxemos um grupo da Venezuela, da Colômbia, de Cuba, dos Estados Unidos, da Alemanha, do Uruguai.

Trouxemos vários tambores do Brasil: Ilê Aiyê, Bando de Teatro do Olodum, tambor de crioula do Maranhão, trouxemos vários grupos significativos, o pessoal de São Paulo, Funk na Lata, congadeiros do estado todo para Belo Horizonte — acho que tinha 50 grupos de congado. Essa cidade ficou uma loucura! Muitos eventos ao mesmo tempo. Nessa época, eu tinha poder, brigava muito, bloqueei os espaços — Palácio das Artes, Sesi, os teatros todos.⁴²² Esse festival ficou na memória da cidade. O projeto foi um ano de atividades, todo o ano de 1995, e o festival foram 15 dias, com uma programação diária. E depois do festival saímos para a Marcha em Brasília.

Edson Cardoso

Em Brasília, Zé Dirceu estava na Marcha, Lula estava na Marcha, eu tenho fotos. Eles vieram todos com a bandeira do PT. Na hora de sair o caminhão principal, tivemos uma briga com uma representante da CUT na executiva, porque eles colocaram, na frente do caminhão da Marcha, a bandeira da CUT. Só que o caminhão era do Sindicato dos Professores, que era o meu sindicato. Eu falei que, antes de sair a Marcha, aquela bandeira tinha que sair dali, porque aquela não era uma marcha da CUT. E havia já uma bandeira da CUT na lateral do caminhão. Foi a maior discussão do lado do caminhão para poder retirar a bandeira da CUT. Então, foi essa tensão todo o tempo. A Unegro? O que a Unegro tinha de bandeira, em 1995, se ela tivesse tido de gente trabalhando pela Marcha, teria sido uma beleza.

Pagaram pessoas inclusive para ficar segurando bandeiras da Unegro, para dar a ideia de que a Marcha era uma construção. E não era. Os setores de movimento negro que apostaram na Marcha apostaram. O documento da Marcha, que hoje todo mundo fala que é histórico, é um documento construído com imensa dificuldade. Nós contamos, no final, foi com Geledés e Ceert para sistematizar coisas frouxas que a gente estava conseguindo aqui e ali. Hoje todo mundo fala que a Marcha de 1995 foi um momento histórico. Mas quem fez esse momento, as pessoas que dele participaram sabem bem o quanto se fez para evitar esse momento histórico.

Para vocês terem uma ideia, há um empresário negro que tem uma empresa de construção civil e tem muito contato com o movimento negro de Salvador. Pois bem, esse homem, quatro ou cinco anos depois — quando eu já estava trabalhando, acho que com o deputado Ben-Hur na Câmara⁴²³ —, me deu uma carona um dia e falou: “Edson, tem uma coisa que eu tenho que falar com você. Eu fui a São Paulo falar com o Vicentinho contra a Marcha de 1995.⁴²⁴ E hoje me arrependo disso.” Isso é para ter uma ideia de pessoas se darem ao trabalho de estar minando, porque a gente dependia muito dessa relação com o movimento sindical. Queríamos ter um diálogo com ele, mas não queríamos estar subordinados. Eu tive que falar pelo telefone com o Vicentinho, em 1995. Ele foi correto conosco. Era uma coisa muito tensa. Se o movimento sindical saísse da Marcha, a Marcha não aconteceria. Esses são fantasmas que aparecem. Por que uma pessoa pode

temer a organização e a manifestação do movimento negro? Eu não sei por quê. Mas isso é muito forte.

Outra coisa, para vocês terem uma ideia: a minha casa foi arrombada na Marcha de 1995. A minha companheira, Regina — que eu conheci convidando-a para ser da Comissão do Negro do PT, como convidei muita gente, e nós já estamos juntos há 19 anos —, foi chamada pela vizinha, porque foi às duas horas da tarde que eles entraram e não tinha ninguém em casa. Quando Regina chegou em casa, o portão estava aberto e ela já viu uma porção de papéis espalhados. Foi um período em que eu tive uma visibilidade razoável. Até entrevista minha a um jornal de Brasília estava exposta na garagem, porque a gente entrava pela garagem da casa. Quando ela entrou, qual era a parte da casa que estava mexida? A parte dos meus documentos, dos meus papéis. Ela chamou a polícia, a polícia veio, olhou tudo, ela foi chamando a atenção para isso, e a polícia falou: “Eles procuram nos espaços dos homens para ver se tem dólares, se tem drogas. A senhora está achando que foi alguma outra coisa?” A Regina falou: “Nós estamos envolvidos com isso, isso, isso, estamos em véspera de uma manifestação assim e temos receio de que isso seja uma coisa política.” Eu cheguei à noite e ficamos com aquilo. Não houve nenhuma solução.

Pois bem, um ano depois, acabou a Marcha, tem um escândalo documentado, que é o chamado escândalo da P2 no Distrito Federal.⁴²⁵ Tinha uma Polícia Militar, mas Cristovam descobriu que tinha uma P2 no governo dele. Aí vêm à tona documentos da P2. Na época da Marcha, ali pelo mês de setembro, mais ou menos, eu dei um curso de extensão na Faculdade de Comunicação da UnB sobre relações raciais. Era um curso aberto à população, não era um curso só para estudantes da UnB. Era a primeira vez que ia ter um curso dessa natureza na UnB. Pois bem, nos documentos da P2 apareceu o acompanhamento que a P2 fez do professor Edson Cardoso, tendo matriculado uma pessoa no curso. Saiu no jornal Correio Braziliense o relatório do cara sobre as aulas que eu estava dando. Aí eu falei: “Aquela invasão de minha casa...” Veja bem, da minha casa eles não tiraram nada. Pareciam apenas dizer o seguinte: “Olha, a gente veio procurar algo.” O que, eu não sei. Sabe aquelas coisas revolvidas? O algo que tiraram, para dizer que houve roubo, foi um CD e um telefone móvel. Só isso. Eu acho que esses dois episódios estão relacionados.

Essa tensão toda que existiu em 1995 teve o seu ápice quando da negociação

para o Fernando Henrique nos receber. Então veio o Sérgio Amaral, um auxiliar dele e o Hélio Santos.⁴²⁶ Qual era a conversa comigo? Se o presidente receberia. “Vai receber ou não vai receber.” O Sérgio Amaral disse: “Edson, o presidente não pode ser constrangido. Então, nós precisamos saber exatamente quem vai subir.” Observe que nunca mais houve reunião de executiva, a Marcha não obedeceu a um comando formal. Mas foi nessa hora que me ocorreu lembrar da tal executiva, e falei: “Não vai ser constrangido. A gente tem entidades que participam de uma direção e os nomes sairão desse grupo.” “Tudo bem.” Então se combinou isso: o presidente receberia. E o Sérgio Amaral me disse que o Fernando Henrique tinha intenção real de fazer ação afirmativa. Eu ainda brinquei e falei assim: “Ele pretende ser um Kennedy brasileiro então?”⁴²⁷ Ele falou: “Sim, pretende.” E enfatizou a sinceridade de Fernando Henrique em relação a implementar políticas públicas em benefício da população negra. E disse: “Edson, nós somos um governo de aliança e há forças na aliança que estão puxando o presidente da República para a Serra da Barriga. Então, há compromissos e o presidente vai conciliar. Ele vai à Serra da Barriga, mas eu assumo com você o compromisso de que o presidente volta para receber a Marcha.”

Entre essas forças, segundo ele, estavam pessoas ligadas a partidos da aliança, negros inclusive, que estavam nesse trabalho. É só olhar quem foi à Serra da Barriga que você vai ver, o avião estava cheio. Inclusive Benedita da Silva foi à Serra da Barriga com o Fernando Henrique. Olodum e Ilê Aiyê foram à Serra da Barriga. Nem Olodum nem Ilê Aiyê participaram da Marcha de 1995. E muitas outras entidades. Eu não sei o que houve, mas eles terminaram não fazendo o que eles queriam fazer na Serra da Barriga, o presidente voltou para Brasília e nos recebeu. É claro que aí o PSDB, por trás, botou uma porção de gente na sala que nós não sabíamos quem tinha convidado. Havia pessoas negras, professores, gente que estava ali, mas quem chamou foi o Fernando Henrique, não fomos nós.

Nas vésperas da Marcha começou o zunzunzum de que o MNU não queria que eu subisse para falar com o presidente. Olha que absurdo: eu tinha conduzido o processo até ali e agora o MNU vinha me dizer que o nome do MNU não era Edson. Aí eles fizeram consultas. E uma pessoa que na época teve um papel importante para defender meu nome, entre outras, foi o Ivanir, do Rio de Janeiro, que defendeu: “Quem sobe é Edson.” Fernando Conceição, que era da executiva do MNU, do movimento pelas reparações,

disse: “Quem sobe é Edson.”⁴²⁸ Então alguns nomes vão se opor a essa intenção do MNU. Ceert, Geledés, todo mundo vai dizer: “Que é isso? O Edson que vem trazendo tudo isso e agora não vai subir? Não!” Então foi um quebra-pau, teve uma reunião do MNU, de que eu não participei, é claro, lá na UnB.

Aí é que eu deixo o MNU. Porque até então eu mantinha meu vínculo com eles. Eu assinei todas as coisas como membro do MNU. Depois disso, aí realmente ficou claro que não tinha nenhuma condição de a gente dialogar. Mas quem subiu fui eu, quem entregou o documento fui eu, quem pediu a Fernando Henrique para falar fui eu. Existem imagens sobre isso. Eu disse ao presidente da República que o governo dele, como os outros, tinha Ipea, tinha IBGE, tinha dados, mas não tinha políticas públicas e o que a gente estava querendo eram políticas que levassem à superação das desigualdades.⁴²⁹

Sueli Carneiro

Acho que, depois do centenário da Abolição, das ações, das marchas que fizemos por conta do centenário, a Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e a Vida, de 1995, foi o fato político mais importante do movimento negro contemporâneo. Acho que foi um momento também emblemático, em que nós voltamos para as ruas com uma agenda crítica muito grande e com palavras de ordem muito precisas que expressavam a nossa reivindicação de políticas públicas que fossem capazes de alterar as condições de vida da nossa gente. Foi um processo rico, extraordinário. Eu fiz parte da coordenação executiva da Marcha naquela oportunidade e a executiva foi recebida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Naquele ato, ele assinou o decreto de criação do Grupo de Trabalho Interministerial para pensar políticas públicas para a população negra.⁴³⁰ Dali surgiram, digamos, as iniciativas que o governo Fernando Henrique acabou tendo em relação à temática racial, que resultaram em políticas de cotas para alguns ministérios e tudo o mais.⁴³¹

A criação do Grupo de Trabalho Interministerial foi a resposta que o governo ofereceu à Marcha. A implementação das propostas construídas por aquele grupo, liderado pelo Hélio Santos, não alcançaram plena inclusão ou efetivação. Mas historicamente é preciso registrar que foi no contexto do governo Fernando Henrique Cardoso que as primeiras políticas de promoção da igualdade foram gestadas e implementadas. Isso é um fato histórico que tem que ser reconhecido. E que, no novo governo, acaba tendo novas dimensões com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Seppir, em 21 de março de 2003. Mas tem um ato inaugural nas iniciativas do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso, que tiveram na Marcha de 1995 o ponto emblemático de diálogo e de reivindicação entre o movimento social negro e o governo brasileiro.

Amauri Mendes Pereira

A Marcha Zumbi dos Palmares não era o meu projeto em 1995, não era. Não foi o projeto da Coordenação Nacional de Entidades Negras, a Conen. O campeão dessa marcha foi o Edson Cardoso, de Brasília. O Edson havia sido, acho que ainda era na época, um dos caras mais fortes no MNU, e um cara de uma visão muito ampla. O Edson é um quadro importante, que tem um pensamento potente, é um bom analista. Ele é professor universitário, fez mestrado em comunicação e trabalhou a questão do ano de 1988: como a mídia brasileira — ele recortou alguns jornais em algumas regiões — acompanhou e divulgou as questões do centenário da Abolição.⁴³² Então o Edson é um camarada com um pensamento muito refinado e politicamente muito apaixonado: “Vamos fazer, vamos realizar!...” Ele era uma liderança no MNU, tinha uma instituição forte e conseguiu fazer aquilo que todos queriam, que era tentar unir todo mundo. Ele dizia: “Uma marcha a Brasília vai unir todo mundo.” Mas não era o projeto da Conen. Aí entram aquelas coisas: “O Edson é do MNU, é um adversário histórico...” Eu, pessoalmente, comecei a dizer: “Eu não tenho adversário histórico dentro do movimento negro. Então o IPCN vai se engajar na marcha. Bom, como é que vai se engajar?”

Estava se esboçando o Grupo de Trabalho Interministerial, porque havia negros lá, desde muito tempo. O Ivair tinha sido do primeiro governo Montoro. O grande projeto era do Ivair, que fez o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo, em 1983. Ivair, Hélio Santos, era um grupo bom. E já tinham experiência por dentro de máquina de governo, por dentro do aparelho de Estado. E ali era o PSDB: Montoro, Covas, Fernando Henrique. Quando o Fernando Henrique chegou ao poder, eles estavam juntos, eles foram. O Hélio era o mais visível porque era professor universitário, e estavam articulando essa coisa, como estar por dentro do governo Fernando Henrique, ainda na primeira fase do governo, em 1995. Então eles conseguiram um apoio. Esse apoio veio na forma de muitos e muitos ônibus para levar o pessoal para lá.

Mas eu ficava um pouco dividido. O Gilberto, por exemplo, da Bahia, dentro da Conen, puxava que todo mundo tinha que ir para a Serra da

Barriga. Eu pensei: “Não é hora de ir. 1995, o movimento negro tem que dar um salto, já está dando um salto. Tem que ser Brasília, poder político.” Mas em Brasília eu não tinha articulação política, não segurava, a Conen não tinha força lá. Nem era hegemônica na organização desse processo. E a gente estava habituado a ter hegemonia no nosso contexto. Fazer o Enen: éramos nós; fazer os encontros da Conen: éramos nós; o Fórum Estadual de Entidades Negras: éramos nós. Eu era o presidente do IPCN e, como eu não estava à frente daquela articulação, o IPCN não conseguiu realmente se jogar de cabeça nessa marcha em 1995.

O Flavinho não foi para Brasília nem foi para a Serra da Barriga, ficou em São Paulo e organizaram lá o Congresso Continental, um negócio grande.⁴³³ Era o projeto dele, que teve sempre essa visão de fazer uma coisa continental. Isso é uma coisa muito trabalhada dentro do sindicalismo, porque atenua: aí é negro e indígena. É tático isso, chamar o indígena, que também é explorado, oprimido, e tem que estar junto conosco. Mas nunca houve espaço para a gente trabalhar a questão indígena dentro do movimento negro. Não que não quiséssemos. Sempre tentamos, no discurso um pouco, mas efetivamente nunca houve.

Eu fui para Brasília; cheguei de Brasília, troquei de roupa e fui para São Paulo. Serra da Barriga não dava, mas ir lá prestigiar o Flavinho, participar desse contexto, tinha que estar lá. Tinha que estar a Conen ali. Mas também não participei da organização em São Paulo, porque aí era governo do estado, recurso do PT, da cooperação internacional, e eu estava fora disso.⁴³⁴ Eu estava muito centrado no IPCN, porque esse era o meu projeto: reconstituir o IPCN, voltar com a cooperação internacional, mas manter o espaço do associado e voluntário. Eu tinha a ilusão de que era possível viver assim, ser uma sociedade mista: ter profissionais, mas ter uma base social. Então eu não me engajei no processo de organização da Marcha. Mas me engajei na reta final faltando um mês. Aí falei: “Vamos chamar gente!” Tanto que nós botamos o maior quantitativo do Rio. Para o Rio de Janeiro acho que vieram dez ônibus, e os três únicos ônibus que foram lotados foram os ônibus lotados pelo Fórum Estadual de Entidades Negras, com 25, 30 pessoas em cada ônibus. Acho que teve um que chegou a lotar mesmo. Nos outros ônibus foram poucas pessoas, menos de 20. Não sei se chegaram a sair os dez ônibus. Eu sei que eu assumi o meu papel. Cheguei lá e falei com o Edson: “Cumpri meu papel. Eu acredito que é isso. Vocês estão com a bola, vocês fizeram.”

Eu ainda fui um dos que falaram lá no grande palanque representando o Rio de Janeiro. Foi um momento realmente muito grande essa Marcha. Foi, a meu ver, uma construção muito bem-feita, muito bem trabalhada. A comissão foi recebida, primeiro, na Câmara de Deputados e, depois, pelo Fernando Henrique Cardoso, e dali saiu o GTI, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra.

Flávio Jorge Rodrigues da Silva

O ano de 1995 foi um outro momento chave para a nossa organização política. Toda aquela construção que nós fizemos dentro do Encontro Nacional de Entidades Negras, Enen, a gente canalizou para o tricentenário de Zumbi, que também foi um marco na luta negra no Brasil. Aí sim, a gente conseguiu de certa forma aquilo que a gente começou em 1988, a gente conseguiu ter uma influência mais decisiva, porque nós já éramos mais organizados. Do ponto de vista partidário, a gente já tinha, em 1995, organizações em quase todos os partidos, seja de direita ou de esquerda. PT, PC do B, PCB, PDT, PSB, o próprio PMDB, todos eles já tinham agrupamentos negros. As centrais sindicais também. Dentro da CUT você tinha a Comissão Nacional Antirracismo, que também ajudou na organização dos trezentos anos de Zumbi. Dentro da universidade você já tinha mais grupos organizados, o movimento de mulheres negras era mais forte também.

Então, em 1995, eu acredito que a gente conseguiu ter uma influência dentro do Brasil e também externamente. A gente conjugou os trezentos anos de Zumbi com uma relação internacional mais intensa, porque foi também nesse período que foram organizados os movimentos anticomemoração dos quinhentos anos das Américas. Foi criado na Colômbia um movimento que se chamou “Movimento negro, indígena e popular de resistência aos quinhentos anos das Américas” e a gente começou a ter ligação com esse povo todo.⁴³⁵ O nosso grande auge foi a realização da Marcha Zumbi dos Palmares. A gente conseguiu colocar quase 30 mil pessoas em Brasília. Isso não aparece muito nos registros, a imprensa deu pouca cobertura, mas foi um momento muito importante. E isso no governo do Fernando Henrique Cardoso. Como consequência, o Estado sempre dá uma resposta. Se em 1988 o Sarney criou a Fundação Palmares, em 1995, o Fernando Henrique criou um Grupo de Trabalho Interministerial, chamado GTI, que foi dirigido pelo Hélio Santos na época, que conseguiu, de certa forma, formular, no aparelho do Estado e no governo federal, um início de uma discussão de políticas públicas sobre a questão racial.

Zélia Amador

Eu tive oportunidade de participar do GTI, em Brasília, em 1995. Eu era uma representante da sociedade civil. E, para mim, foi uma coisa muito importante. Porque acho que a discussão sobre ação afirmativa, pelo menos a minha, o meu amadurecimento foi muito maior a partir de 1995, depois da grande marcha nos trezentos anos de Zumbi e da criação do GTI. Com o GTI, nós criamos grupos de trabalho, comissão e subcomissão para discutir ação afirmativa, e eu fazia parte dessa comissão. Chegamos a fazer dois seminários sobre ação afirmativa, um em Vitória e outro em Salvador. Então, para mim, foi muito rica essa participação no GTI. Tanto foi rica que a gente quis repetir a experiência aqui.

Em 1996, criamos um grupo de trabalho aqui no Pará, à moda do GTI. O GTI tinha sido criado um ano antes e o Cedenpa ficou forçando a barra para que, no estado, se criasse um grupo de trabalho para propor políticas públicas para a população negra. E aí, no caso, a gente tinha o respaldo do Artigo 336 da Constituição Estadual, que dá possibilidade de criar políticas de ação afirmativa. A Constituição Federal tinha sido promulgada em outubro de 1988 e as estaduais foram discutidas logo em seguida. A gente participou do processo de discussão da Constituição Estadual. Tu não imaginas o que foi negociar esse Artigo 336 com os deputados, com o relator daquele período. Porque o que a gente queria que estivesse na Constituição era política compensatória, mas não dava para sair na dureza “política compensatória”. Então foi todo um jogo, inclusive de palavras, gramatical, metafórico, e está lá o Artigo 336, que dá possibilidade de ter políticas de ação afirmativa.⁴³⁶ Não usamos o termo “ação afirmativa”, até porque não era o termo que nós estávamos usando naquele tempo.

O grupo de trabalho que nós criamos no estado foi interessantíssimo, com a participação do Cedenpa, da Universidade Federal do Pará, do Ministério Público Federal, da Funai, do Museu Emílio Goeldi.⁴³⁷ O grupo fez uma série de propostas e fez um programa interessante, elegendo educação, saúde, geração de renda e terras, por causa dos remanescentes de quilombos, como eixos para fazer políticas. Ele era coordenado pelo secretário de Justiça daquele tempo, de 1996, que, por coincidência, foi o

relator da Constituição com quem a gente discutiu o Artigo 336. O governador recebeu o documento com pompas e circunstâncias e de lá ele pinçou só as comunidades indígenas e de remanescentes de quilombos e criou o programa Raízes, que está aí até hoje. Quer dizer, acabou ficando de fora o resto da comunidade, como se negro se resumisse a quilombola. É verdade que é significativa a quantidade de comunidades remanescentes de quilombos no estado, mas a população negra não é formada só de quilombolas no Pará. Aí a gente continuou forçando a barra e, em seguida, foi criada a Seção de Relações Raciais na Educação, na Secretaria de Educação. A gente tem, então, esse papel de ficar o tempo todo forçando. Eu sempre digo que a gente não deixa os governantes dormirem com tranquilidade. Azar o deles, quem manda ser governante?

Carlos Alberto Medeiros

Havia muita desconfiança, no início, em relação às primeiras articulações do movimento negro com o Estado. Até um determinado momento havia muita suspeita de cooptação: “Vão levar os caras para neutralizar o movimento.” Na Sedepron, no Rio, durante o governo Brizola, nós não conseguimos avançar muito, nós apanhamos da máquina do Estado.⁴³⁸ Coisas técnicas que te derrubam: você pensa que tem grandes ideias, mas essas ideias precisam ser traduzidas na linguagem burocrática; você precisa fazer um projeto, tem que distribuir o orçamento do projeto por entre as rubricas e assim por diante. Além disso, você tem a própria resistência, aí falando de Max Weber, uma resistência da máquina burocrática — coisas que a gente está aprendendo e hoje eu percebo, por exemplo, pela atuação da Seppir, que o pessoal tem aprendido.

E algumas pessoas têm feito esse trabalho. O Ivair é um cara que tem estado sempre nessa junção entre Estado e sociedade civil, que eu acho válida e necessária. Você precisa ter essas instâncias de contato, que, de alguma forma, vão levar a reivindicação do movimento social. Elas não podem substituir o movimento social — isso é uma tentação na qual às vezes se pode incorrer —, mas elas têm um papel a cumprir.

Por exemplo: minha segunda experiência positiva foi participar do Grupo de Trabalho Interministerial que o Fernando Henrique criou em 1995, representando o Ministério dos Esportes. Ali nós elaboramos uma agenda, todo um conjunto de propostas que vão muito centradas na ação afirmativa, mas que, por muito tempo, pareceu engavetado. No segundo governo Fernando Henrique, ele colocou em prática alguma coisa, pelo menos, do espírito daquilo que tinha sido proposto. O Hélio Santos fez parte, um monte de gente fez parte desse GTI da população negra, que foi reconstruído agora, no governo Lula — um outro GTI também, que fez uma série de propostas que estão sendo trabalhadas.⁴³⁹

A ideia de ação afirmativa veio surgindo, eu não posso dizer exatamente quando, mas eu digo que, nos anos 1980, a gente já falava disso, e foi amadurecendo. No início dos anos 1990 já havia um número significativo de

pessoas preocupadas com isso. Mas eu não sei quando é que começou a entrar na minha cabeça. Em 1992, com certeza, a gente já estava trabalhando para isso. Outro dia eu estava assistindo a uma palestra do Ivair, e ele falava como, ainda no governo Fernando Henrique, algumas iniciativas que o governo federal estava tomado eram resultado de algo que vinha sendo desenvolvido desde o governo Franco Montoro. Porque um número muito grande de quadros do governo Fernando Henrique veio do governo Franco Montoro, em 1983, em São Paulo. Lá já estavam o Hélio Santos, o Hédio Silva e esse pessoal todo cutucando. Então é o resultado de um trabalho. As coisas não vêm do nada. Esse pessoal também estava pensando nessas estratégias e disseminando esse negócio.

Ivair Alves dos Santos

Em 1991, no governo da Erundina na prefeitura de São Paulo, me convidaram para ser o coordenador dos assuntos da população negra na prefeitura. Eu fiquei durante um ano como coordenador da Coordenadoria Especial do Negro, a Cone. Era o primeiro governo do PT e o Hélio arrumou para eu trabalhar lá. Fui com uma missão muito concreta: tornar a Coordenadoria lei, fazer aquilo que eu já tinha tido experiência de fazer no Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, e também publicar o livro do Correia Leite, o famoso ...E disse o velho militante José Correia Leite.⁴⁴⁰ Foi o ano também em que ocorreu o I Encontro Nacional de Entidades Negras, o Enen. Entrei na prefeitura de São Paulo e, além de não ser do PT, era o último ano do governo petista. Então tive que fazer coisas muito objetivas. Foi um período bom, mas também muito difícil de trabalhar em relação ao governo.

Quando foi em 1994, o Fernando Henrique Cardoso montou o comitê para a campanha dele, aí me resgataram de novo, me chamaram para ajudar a montar o programa do Fernando Henrique. Fui chamado pelo José Gregori e pelo Hélio Santos.⁴⁴¹ Mas em 1994 a pauta era uma postura: ação afirmativa. Ainda continuava a desconfiança em relação à questão racial e o tema “ação afirmativa” nem passava pela cabeça dessa gente, eles eram muito contrários. Aí o Fernando Henrique Cardoso ganhou e evidentemente que nós não fomos chamados para participar do governo. Embora tenhamos participado da elaboração do programa, nós estávamos fora do governo. Não havia essa preocupação de ocupação de espaço.

Uma amiga que eu tinha do governo Montoro, que estava no Ministério da Justiça, é que me chamou para trabalhar. Ela é uma procuradora que veio ocupar a Secretaria de Cidadania do Ministério da Justiça, indicada pelo governo de São Paulo. Isso no primeiro ano de governo. Ela me encontrou num evento, me perguntou se eu tinha interesse em vir para Brasília e eu falei: “Claro que tenho interesse.”

Quando cheguei aqui, passados uns dois meses, ela nos comunicou que estava voltando para São Paulo. Eu já tinha deixado São Paulo e falei:

“Puxa vida, morri na praia.” Mas aí os trabalhos começaram a andar. Fiz alguns encontros, chamei todo o pessoal dos conselhos que eu conhecia e comecei a pautar o assunto aqui internamente. O José Gregori, que era uma pessoa muito próxima, era chefe de gabinete do Ministério da Justiça. Quando ela saiu, ele assumiu a Secretaria e comecei a trabalhar. A Secretaria teve vários nomes: Secretaria de Justiça e Cidadania, depois Secretaria de Cidadania, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Secretaria Especial de Direitos Humanos. Se eu tivesse que resumir para vocês os primeiros quatro anos de governo Fernando Henrique Cardoso, o que nós fizemos? Nós montamos o GTI, que era o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, que era quase uma repetição do Conselho do estado de São Paulo, só que mais complexo. Pautamos logo de cara ação afirmativa; desde o primeiro dia em que a gente botou o pé em Brasília, ação afirmativa era a minha preocupação. Não tinha outra.

Na época do Conselho, no governo Montoro, nós sempre mantivemos contato com brasilianistas americanos e tal. Nessa época, o que era ação afirmativa? Literatura. Em 1991, quando assumi a Coordenadoria do Negro na prefeitura de São Paulo, chegou para mim uma notícia de que tinha uma empresa em São Paulo que aplicava ação afirmativa: Levi Strauss. Aí marquei um dia, liguei para lá e falei: “Quero conhecer o diretor da empresa.” Peguei um carro e fui lá para a cidade de Cotia, para a Levi Strauss. Ali foram mapeando para mim como a coisa acontecia na empresa e comecei a me dar conta de algumas coisas. Primeiro, que era possível. Segundo, que havia alguns nós muito concretos. Quais eram? Que você não fazia ação afirmativa só com conversa. Precisava ter dinheiro. Os caras tinham gastado quase um milhão de reais para poder mudar, porque implicava em muito treinamento, muita capacitação, eventos, apoio a projetos da comunidade, de ONGs antirracistas... Os problemas que apareciam eram sempre os mesmos: de que não havia racismo, que era discriminação ao contrário, que não precisava. Tudo isso, nessa conversa que eu tive com o diretor da Levi Strauss, que era judeu e sociólogo, e me relatou um pouco isso. E ele me mostrou quais eram os princípios da empresa que norteavam isso em São Francisco. Isso me deu com muita clareza a informação de que havia outras empresas no Brasil que faziam isso. Qual era o diferencial? Eles entendiam que, na hora de você recrutar as pessoas e promover, a discriminação era um processo que ocorria. Então para poder fazer aquilo, você tinha que capacitar os recursos humanos e

toda a empresa em relação a isso, e criar condições para que aquele cara pudesse competir e se promover internamente. Isso era muito claro com relação às mulheres. Quando chegava na questão negra era mais complexo. Isso foi em 1991.

Então, aquilo que eu tinha lido, estava vendo ali como uma experiência. Não tive dúvida: quando assumimos aqui em Brasília, a primeira coisa que fiz foi reunir as empresas, para elas poderem relatar suas experiências. Fizemos uma reunião no Sesc em São Paulo chamando Levi Strauss, Johnson & Johnson, Motorola, essas grandes empresas.⁴⁴² Todas que eu sabia que tinham ação afirmativa, chamei para uma reunião e um seminário. Foi muito bom. E lá eu fiz um documento juntamente com a OIT, um documento muito importante. Qual é a coisa mais importante desse processo? Estava ali vendo aquelas empresas confirmando aquilo que eu tinha visto três anos atrás, em 1991. Era possível, entendeu? Então comecei a trabalhar um pouco esse tema dentro do governo, com essa diretriz.

O GTI, como disse, foi praticamente uma reprodução em larga escala do que a gente fez: era abrir espaço etc. e tal. Mas, na verdade, o que nos norteava era criar bases para que as pessoas entendessem que racismo era uma coisa de política pública e criar algum substrato para discutir ação afirmativa. Sempre foi essa a nossa pauta. E o governo trabalhava num ritmo. Quando a Marcha Zumbi dos Palmares chegou aqui, deu a impressão de que a Marcha é que criou o GTI. Mas na verdade o GTI já estava pronto. Foi uma coisa que foi construída no governo. Não foi feita pela sociedade civil. O governo fez e apresentou.

Na Secretaria de Justiça e Cidadania, eu era o único funcionário negro. Para você ter uma ideia, aqui na esplanada, para conversar sobre esse assunto, tinha mais ou menos umas cinco pessoas só. Era o Carlos Moura, da Fundação Palmares; talvez a Dulce Pereira, muito pouco — a gente não conversava com ela sobre essas coisas; tinha a Rachel de Oliveira e a Maria Auxiliadora, do MEC; da Saúde não tinha ninguém.⁴⁴³ No Ministério das Relações Exteriores tinha umas pessoas interessantes e no Ministério do Trabalho tinha uma base, que a gente já estava escolado. Por quê? Um militante, o Hélio Silva, através da atuação na área sindical, pautou a OIT com relação ao descumprimento da Convenção 111.⁴⁴⁴ Dessas coisas que acontecem, não é? Isso tudo em 1995. A nossa preocupação era ação

afirmativa, porque a convenção da OIT prevê medidas especiais. Então isso nos aproximou do Ministério do Trabalho.

O Ministério do Trabalho criou um grupo parecido com o GTI, chamado Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação, GTEDEO, para trabalhar com a questão de discriminação no mercado de trabalho. O único lugar que eu via como suporte de apoio para realizar alguma ação era o Ministério do Trabalho. Nos outros lugares ainda havia muita resistência. E nós tínhamos um background muito grande em relação a trabalhar essa questão de racismo no mercado de trabalho. Então não tive dúvida, comecei a investir mais lá. Fiz seminários sobre discriminação e racismo no mercado de trabalho em praticamente todos os estados da federação. E aquilo que eu fazia em Delegacias Regionais do Trabalho, DRTs, foi caminhando para criar núcleos de combate à discriminação nas DRTs, mas sempre com esse olhar na empresa e ainda por cima na ação afirmativa.

Aí a sorte também ajudou um pouco: o Vilmar Faria, que era um dos principais assessores do presidente da República, veio conversar comigo, perguntou o que nós queríamos.⁴⁴⁵ Eu falei: “Tem que fazer ação afirmativa. As empresas estão fazendo.” E aí a Secretaria de Comunicação pautou o presidente falar sobre isso. O Fernando Henrique Cardoso começou a falar de racismo e a falar de ação afirmativa. Não era o Montoro, a quem eu tinha livre acesso. Então comecei a reunir todos aqueles documentos dos discursos dele, até produzir um documento que depois ele chamou de Construindo a democracia racial, que tem vários discursos do presidente, em que ele fala de racismo. Então o que acontecia? Eu tinha o respaldo do presidente da República falando que o racismo existia. E mais do que isso, ainda era favorável à ação afirmativa. Isso nos deu fôlego para peitar os outros. Peitar quer dizer criar condições de debate dentro da máquina governamental sobre o assunto. Mesmo sabendo que o MEC era o nosso grande adversário. Tanto é que o MEC, durante todo o tempo, foi o lugar em que não aconteceu nada. Mas, apesar deles, a gente conseguiu pautar ação afirmativa no país inteiro.

Levamos quatro anos tentando ocupar espaços usando mais o Ministério do Trabalho, aquele núcleo e tal, essa coisa efervescente. E confesso para vocês: foi sempre uma coisa marginal. Não era um programa da Secretaria de Direitos Humanos apoiado nas DRTs. Era uma coisa que eu fazia. Não

consegui convencer o José Gregori de que era um negócio grande. Por que mudou? Mudou quando o Brasil se viu para fazer a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, em Durban, na África do Sul, em 2001. Eu, a princípio, achava que uma conferência internacional era uma coisa que não ia dar em nada. Até que, aos poucos, fui percebendo que ela podia mobilizar as pessoas. Aí demos sorte: entrou um cara na Secretaria Nacional de Direitos Humanos chamado Gilberto Saboia, o embaixador.⁴⁴⁶ Esse embaixador já tinha sido relator da Conferência de Viena de Direitos Humanos e era o cara que dava peso para essa coisa da Conferência porque ele ia participar. Foi a nossa sorte. Porque a partir daí a gente começou a pautar o debate nacional em relação a isso. Isso que a Matilde fez agora, de viajar o país, nós fizemos também: viajamos o país para preparar as pessoas para participarem da Conferência de Durban, que era um momento especial.⁴⁴⁷ Tínhamos que ir lá para participar. A nossa mobilização foi grande. Teve momentos muito tensos na hora de fazer a Conferência; foi tenso porque o governo tinha feito muito pouco em relação à população negra. Mas na preparação da Conferência nós já tínhamos subsídios para pautar o assunto principal. Qual era? Ação afirmativa. Mas só que com uma diferença fantástica: quando nós decidimos aceitar cotas como ação afirmativa também foi fundamental. Quando se falou de cotas, os adversários se colocaram de maneira muito explícita e a gente conseguiu avançar muito mais nesse processo.

Na época talvez nós não tivéssemos a dimensão que a gente começou a ter depois do que a gente chama de racismo institucional. É uma coisa que fui apreendendo nos últimos anos, que é o seguinte: grande parte das pessoas fala de racismo como uma coisa ainda distante, alheia a ela. Agora, com a ação afirmativa, aí eu pude ver mesmo quem era e quem não era. O pessoal não escondia o que pensava.

III CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO

Edna Roland

No finalzinho do meu período no Geledés, e depois já na Fala Preta!, participei de um projeto que se chamou Iniciativa Comparativa de Relações Humanas, um projeto que pretendia estudar e comparar relações raciais no Brasil, nos Estados Unidos e na África do Sul. Essa foi também uma experiência extraordinária na minha vida. A diretora do projeto era a Lynn Walker Huntley, uma ex-funcionária da Fundação Ford.⁴⁴⁸ Uma mulher extraordinária que, ao sair da Fundação Ford, foi para uma ONG de Atlanta chamada Southern Education Foundation. Ela então criou esse projeto e acredito que tenha sido a primeira vez que se tentou fazer esse estudo comparativo triangulado: Brasil, Estados Unidos e África do Sul. Ela reuniu um grupo de trabalho e consultivo internacional, que deveria ser integrado por 12 pessoas: um homem negro, um homem branco, uma mulher negra e uma mulher branca de cada um desses três países. Ela passou pelo Brasil, e conhecia inicialmente a Sueli Carneiro mais do que a mim, mas havia um requisito para poder integrar esse grupo: além de entender da questão racial, tinha que ser fluente em inglês, porque as reuniões seriam em inglês e não haveria tradução. Então o fato de ter fluência no inglês foi um fator decisivo. Eu não era a única militante negra do Brasil fluente em inglês, mas era uma das poucas e, por alguma razão, a Lynn me convidou e passei a integrar esse grupo, que era composto por figuras extraordinárias. Por exemplo: um dos membros do grupo era Franklin Thomas, ex-presidente da Fundação Ford.⁴⁴⁹ Era um dos meus coleguinhas de trabalho. Então eu me sentia assim como Alice no país das maravilhas provavelmente, ou algo semelhante. Outro membro dos Estados Unidos era Gloria Steinem, que é uma feminista histórica.⁴⁵⁰ Foi a mulher que inventou a palavra “Ms”, o tratamento que deve ser dado às mulheres em inglês, independente do seu estado civil.⁴⁵¹ Ela transformou até a maneira como a língua deve se dirigir às mulheres. Outro membro do grupo era o Alexander Neville, que foi companheiro de Mandela na prisão em Robben.⁴⁵² E havia alguns assessores, não membros, do grupo de trabalho. Pelo Brasil ela convidou o Milton Santos, que não aceitou porque falou que estava muito ocupado e achou que não seria relevante. Ela não o substituiu e eu fiquei sendo a única negra brasileira. Os brancos eram o Paulo Sérgio Pinheiro, que já era relator especial das Nações Unidas para o Burundi, já

tinha tido mil funções públicas nessa questão, e Ana Maria Brasileiro, que trabalhava no BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento.⁴⁵³ Eu não me recordo dos outros membros, mas, enfim, era um grupo de altíssimo nível, e eu me sentia realmente como a mais “júnior” da equipe no início. Precisei de um tempo para me sentir integrante daquele grupo e me sentir empoderada o suficiente para falar o que eu pensava e manifestar as minhas opiniões, porque o peso das pessoas que compunham o grupo era muito grande. Além do que a minha saída do Geledés se deu quase no início desse projeto e eu estava passando por um processo delicado, tanto pessoal quanto político. Eu havia perdido meu pai e, quase simultaneamente, saí do Geledés, a organização que eu havia fundado e em que eu tinha permanecido por nove anos. Então já eram muitas mudanças na minha vida. Até a poeira assentar, eu precisei de tempo para poder abrir a boca e sentir que tinha essa capacidade e poderia falar em pé de igualdade com essas pessoas. E teve algumas conferências e reuniões muito interessantes, que aconteceram nos Estados Unidos, na África do Sul e no Brasil, estava sempre rodando nesse triângulo. Nesse meio tempo, fui para Harvard. Numa das conferências que foi na África do Sul, eu já estava em Harvard.

Quando se iniciou o processo preparatório para a III Conferência Mundial contra o Racismo, de Durban, teve um momento do qual não participei e que foi em Bellagio, na Itália. Era uma reunião em que a Lynn Walker Huntley estava presente — eu não sei se ela organizou, mas ela teve um papel importante na organização dessa reunião, juntamente com Gay McDougall, que é de uma ONG que se chama hoje Global Rights e, na época, se chamava International Human Rights Law Group. Nessa reunião de Bellagio foi quando se discutiram os objetivos da conferência, o formato que a conferência deveria ter e esse tipo de coisa.

Em junho de 2000 teve o que deveria ter sido a última conferência da Iniciativa Comparativa das Relações Humanas, em Cape Town, na África do Sul. Essa conferência aconteceu após a primeira PrepCon, a primeira conferência preparatória do processo de Durban, que foi em maio em Genebra e da qual eu não participei. Foi um momento extraordinário para mim. Nessa conferência tinha 22 brasileiros. Pela primeira vez eu vi uma conferência internacional em que você tinha uma presença maciça. Porque era maciça: 22 militantes negros em uma conferência internacional. Nesse grupo de 22 pessoas estavam alguns dos mais importantes militantes do movimento negro brasileiro. Abdias estava lá, Elisa Larkin estava lá, Hélio

Santos estava, eu, Sueli Carneiro estava, o Ivanir estava lá, a Cida Bento estava, a Martinha de Oliveira, o Edson Cardoso, eu não me recordo mais de todos os nomes, mas era um grupo de peso.⁴⁵⁴ E, apesar das fraturas políticas, das dificuldades de relacionamento pessoal que havia entre algumas pessoas, nós tivemos um desempenho extraordinário como grupo. Poderia dizer assim: “Apesar de nós, nós tivemos um desempenho extraordinário.” E a gente parece que atuou, já quase, por códigos. Sem nem muito acertar direito as coisas, mas assim: cada um fez o que devia fazer, pelo menos do ponto de vista dos espaços públicos. E para os americanos e sul-africanos que estavam lá, eu creio que houve uma compreensão de que, derrotado o apartheid na África do Sul, o Brasil era o próximo front. O Brasil deveria ser a bola da vez, do ponto de vista de luta contra o racismo e a discriminação racial. E sei também que tive um desempenho importante naquela conferência. Foi o momento em que me firmei, em que me senti com estatura política para me considerar uma militante de responsabilidade no movimento negro do Brasil.

Amauri Mendes Pereira

Quem propôs, ou pelo menos ficou conhecido assim, quem fez a proposta pública no plenário da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1994 ou 95, de realização da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo foi um embaixador brasileiro na época, o José Augusto Lindgren Alves.⁴⁵⁵ É claro que isso é costurado antes, mas coube a ele fazer a representação brasileira. E o Brasil, embora já não seja mais visto como a democracia racial, é o lugar onde o movimento negro tem certa visibilidade, mas também nunca houve atrocidades contra os negros. Então ficava esse negócio meio ambíguo em relação à visão internacional sobre o Brasil. E, ao falar de racismo e de luta contra o racismo, o Brasil é uma referência. Até a própria Conferência foi pensada para ser aqui, o Brasil chegou a se oferecer. Mas, como a África do Sul se ofereceu depois — aí era a África do Sul, Mandela e tal —, resolveram: “Vamos para a África do Sul.” O próprio Brasil se retirou. Aí ficou mais ou menos acordado que o Brasil sediaria a conferência preparatória das Américas, porque o Brasil é a maior população negra fora da África, tem esse contencioso racial de longa data, uma militância muito presente nos fóruns internacionais, aquela coisa toda. O Brasil sediaria a Conferência das Américas.

Edna Roland

O governo brasileiro desistiu de sediar a Conferência Regional das Américas por conta dos incidentes em abril de 2000, em Cabralia — o que deveria ter sido a comemoração do Descobrimento. Esse foi o fato. Setores do movimento indígena e do movimento negro estiveram presentes e, inesperadamente, para as condições sociais de liberdade política que estávamos vivendo no Brasil, foram colocadas tropas em Porto Seguro e em Cabralia. E houve momentos de confronto entre o movimento social, indígena e negro, e tropas do Exército — não sei se foi Exército ou polícia. E essas cenas foram transmitidas para o mundo.⁴⁵⁶ Há uma cena que ficou registrada, é histórica: um militante do MNU da Bahia, que tem longos cabelos rasta, é puxado pelos cabelos pela polícia. A foto foi transmitida para o mundo. Então, o temor do governo brasileiro era que, se a Conferência fosse no Brasil, houvesse conflitos sérios.

Amauri Mendes Pereira

Foi aquele impacto em abril de 2000, nos quinhentos anos de Brasil: os índios e os negros sendo arrastados pelos cabelos, a mídia internacional toda... O emblemático, a imagem mais forte, foi o índio de joelho na frente do soldado, aquela chuva em cima dele, ele de joelho e os soldados atropelando. Eu vi isso ainda em vários panfletos de um monte de gente em Genebra, na segunda preparatória da Conferência Mundial, um ano depois.

A primeira conferência preparatória aconteceu também em Genebra, uns dez dias depois dos quinhentos anos aqui no Brasil, em maio de 2000. Acho que foi logo no início de maio.⁴⁵⁷ E aí o governo brasileiro estava na berlinda, não é? Tinha feito aquelas atrocidades com os indígenas e negros. A delegação brasileira era chefiada por uma mulher negra, militante histórica do movimento, em um cargo chave, inclusive investida da condição de embaixadora, porque era a chefe da delegação em um fórum internacional, e foi uma bomba no plenário quando ela trouxe a posição oficial do governo brasileiro. A Dulce Pereira disse que o Brasil não sediaria a Conferência Regional das Américas. Caiu como uma bomba porque aí o movimento negro já era um novo movimento negro, estava muito bem articulado nacionalmente por profissionais de ONGs negras, particularmente de mulheres negras, que vinham já de uma trajetória desde Beijing, da Conferência Mundial sobre os Direitos da Mulher, realizada em 1995.⁴⁵⁸ Antes houve a Conferência Mundial do Meio Ambiente no Rio, em 1992, em que as organizações negras tiveram uma primeira visão do que era uma conferência mundial. Foi um aprendizado importante para militantes negros que estavam se decidindo por uma vida profissional nesse contexto de terceiro setor, fazendo essa articulação política de forma profissional, com projetos financiados pela cooperação internacional.

Em Genebra, nessa primeira PrepCon, Conferência Preparatória, tinha sete ou oito organizações negras brasileiras. O Edson Cardoso estava lá e foi um dos principais articuladores dessa presença negra. Ele era assessor do Ben-Hur Ferreira, que era um dos poucos deputados negros na Câmara dos Deputados em Brasília, pelo PT de Mato Grosso do Sul. O que o Edson fez? Ele soube da Conferência porque circulou nos informes para os

parlamentares e ele pinçou aquilo — um cara de visão —, percebeu que aquilo poderia ser um bom momento: Conferência Mundial de Combate ao Racismo. Isso no final de 1998, início de 1999. Aí começou a articular por dentro do movimento negro no Brasil, com as mulheres negras principalmente, que tinham um traquejo na questão de conferência mundial, e deu as dicas para todo mundo. Mas, antes, ele elaborou um discurso bombástico para o Ben-Hur Ferreira fazer na Câmara, já denunciando as manipulações do governo brasileiro e do Itamaraty para a organização da Conferência Mundial. Disse que dessa vez o movimento negro teria que ter visibilidade e o Itamaraty estava fechando... Um negócio mais ou menos nesse teor; aproveitou e fez um carnaval. Parece que, no outro dia, ou dois, três dias depois, veio o Itamaraty ao Ben-Hur Ferreira e disse: “Vem cá, Ben-Hur Ferreira, você fez esse barulho todo aí, o que é isso? Nada disso. Nós precisamos de ajuda para organizar. Nós queremos que você ajude a organizar, esteja junto conosco.” Aí o Edson sentiu: “Espera aí. Eles estão acreditando que nós vamos realmente ter força nesse processo e já querem negociar.” Aí, rapidinho se articulou com algumas ONGs negras, conseguiram apoio, que é uma coisa nova, com as agências da cooperação internacional, e estavam presentes nessa I PrepCon em Genebra. O Ivanir estava lá, o Ceap, o Ceert...

Edna Roland

A reunião de Cape Town de junho de 2000 era para ter sido a última reunião da Iniciativa Comparativa das Relações Humanas, mas aí, diante da Conferência de Durban que se avizinhava, o projeto acabou realizando atividades até Durban. Já tinha acontecido um desastre na primeira PrepCon lá em Genebra. Tinha uma pequena delegação de ONGs e foi o momento em que o governo brasileiro anunciou a desistência de organizar a Conferência Regional das Américas no Brasil. E a militância que estava lá, então, tinha pouca experiência nos processos das Nações Unidas. Na minha interpretação, considero que eles cometem um erro. Porque ao invés de atuarem buscando aliados com as ONGs de outros países, e com os governos de outros países, para tentar fazer o Brasil mudar de posição, fazer apelos para que o Brasil mantivesse a Conferência Regional no Brasil, o grupo de militantes que estava lá preferiu atuar denunciando a presidência da Fundação Palmares, porque ela teria dito pelos corredores que o Brasil tinha desistido de organizar a Conferência porque o movimento negro brasileiro não queria. E aí então se colocou um confronto entre o governo e o movimento social, foram cartas denunciando a Dulce Pereira nesse momento, e ficou um impasse.

Lá em Cape Town, que foi logo em seguida, em junho, estava presente um representante do Alto Comissariado dos Direitos Humanos. A Mary Robinson era a alta comissária e não estava em Cape Town, estava um adjunto dela.⁴⁵⁹ Ele então veio conversar comigo, perguntando o que se poderia fazer para mudar a posição do governo brasileiro. Eu falei: “Eu acho que é viável, é possível negociarmos a posição do governo brasileiro. O governo brasileiro precisa negociar com o movimento social.” E aí ele perguntava: “O que vocês querem para que essa negociação se dê?” Eu então ia para os companheiros e falava: “O Alto Comissariado quer negociar, quer atuar como um elemento negociador dessa questão, para que o governo brasileiro mude de posição.” Aí se chegou a cogitar de fazer uma reunião em um espaço neutro, que não fosse nem o Itamaraty, nem Nações Unidas. Chamar imprensa, uma declaração em que o governo mudasse de posição, com presença da militância... Aventamos todas as possibilidades. Mas não consegui que os meus companheiros do movimento negro

realmente se unificassem nessa posição, e considerassem que era relevante a gente tentar mudar a posição do governo brasileiro para manter a Conferência Regional no Brasil. Seja porque alguns setores preferiam uma postura de denúncia e de desgaste ao governo, seja porque, talvez, a algumas pessoas não interessava que eu estivesse fazendo esse papel de mediação. Enfim, não foi possível que isso acontecesse, mas, digamos, comecei a me meter no processo da Conferência, embora eu não tivesse nenhum mandato para estar fazendo esse tipo de conversa.

Lamentavelmente a Conferência Regional não pôde ser feita no Brasil. O Chile se ofereceu como candidato e acabou realizando.⁴⁶⁰ A alta comissária Mary Robinson ainda esteve no Brasil posteriormente, em uma visita, em que fez apelos ao governo brasileiro para que reconsiderasse a sua posição. Mas me parece que, naquele momento, o Chile já estava na fita. Então eu não sei se, digamos, de fato a posição do governo brasileiro era irredutível, ou se tornou irredutível por não ter havido um esforço por parte da sociedade civil, especialmente do movimento negro, para manter a Conferência aqui. Eu considerava que era extremamente importante que aquela Conferência Regional tivesse ocorrido no Brasil.

Lúcia Xavier

Em 2000, a gente começou a desenhar uma perspectiva de ação política com as organizações já estruturadas de mulheres negras. Aí sentaram Geledés, Maria Mulher e Criola e desenharam uma proposta de convocar as organizações de mulheres negras para um debate acerca dessa ação política em relação à III Conferência Mundial de Combate ao Racismo.⁴⁶¹ A gente fez essa convocação, passou as informações, discutiu — foi no Rio, inclusive —, e o grupo chegou à conclusão de que deveria formar uma articulação para agir para a III Conferência. Nasceu a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Rumo à III Conferência. Nessa ação houve um encontro promovido por Unifem-Ministério da Justiça, em Brasília.⁴⁶² Nesse encontro, a gente abriu um pouco mais, ampliou de fato essa articulação, e entraram também mulheres de organizações mistas que têm a perspectiva de gênero e raça na ação política e queriam engrossar essa luta. E aí a gente já iniciou com o número de vinte e poucas organizações. Na reunião tinha inclusive gente de outros países da América Latina: do Uruguai, do Peru, gente de outros lugares.⁴⁶³ Mas essa Articulação é brasileira e sempre teve a perspectiva de ação nacional. Até porque o movimento de mulheres negras já tinha uma perspectiva internacionalizada há muito tempo e a maioria das mulheres já fazia parte da Rede Latino-Americana e Caribenha de Mulheres Negras. Hoje, nacionalmente, o movimento de mulheres negras, se funda num fórum, mas, na época, ainda não estava em condições de tomar decisões políticas para agir nessa Conferência. E aí a gente aproveitou o momento para formular uma articulação.

Nossa primeira incidência política foi na Conferência Regional em Santiago do Chile, onde a gente chegou com 22 mulheres, de jovens a velhas militantes de todo o país. Nunca tínhamos ido a uma conferência, a maioria. Nós, da Criola, não tínhamos ido a Beijing por uma questão política: discordávamos do financiamento, que era feito pela Usaid.⁴⁶⁴ Como a maior parte do financiamento era da Usaid, nós resolvemos não ir. Porque o que funda a Criola é uma ação política contra a esterilização de mulheres negras, foi uma forte campanha que se iniciou no Ceap e que tomou o Brasil inteiro. Então, a Usaid, sendo a base das ações de esterilização, a gente não tinha como aceitar recurso dela para a ação em Beijing. Duas ou três

mulheres tinham ido a Beijing, e uma outra, do Geledés, já fazia esse trabalho há algum tempo. Já no encontro de formação da Articulação a gente chamou algumas mulheres para ajudarem a gente a pensar isso: Wânia Sant’Anna e Sueli Carneiro. Wânia, com uma larga experiência em relação internacional com a questão racial — intelectual, pesquisadora —, e Sueli Carneiro — bom, o que vocês sabem do movimento negro tem o nome de Sueli Carneiro. Elas e mais outras pessoas discutiram essa perspectiva conosco, a gente saiu então com essa Articulação, foi para Brasília e, em Brasília, a gente teve o aporte de outras intelectuais: Luiza Bairros, que também é um nome importante na tradição do movimento negro e de mulheres negras, e Sônia Correia, que é um nome fundamental na questão feminista e de ação em relação à ONU.⁴⁶⁵ E elas vão nos dar o suporte que faltava, não só nesse encontro em Brasília, mas também depois.

Mas a experiência era nenhuma. A gente não sabia nem como começava, nem como terminava. Resolvemos então, com base no que a gente estava ouvindo das feministas e das pessoas que já tinham participado, convocar uma reunião, na qual começou a nossa dificuldade com o movimento negro — porque aí acharam que a gente estava passando a frente. Convocamos uma reunião com todo mundo e resolvemos estruturar o trabalho. Qual vai ser o trabalho? Vai ter uma comissão que fala com o embaixador, outra comissão que faz não sei o quê, outra comissão que vai atrás da comida, outra comissão que vai ficar cercando pessoas, outra comissão que vai fazer plateia, outra comissão que vai fazer barulho... E quando vimos, só tinha as mulheres. Bom, então fomos nós mesmas. Levamos de lavada a Conferência do Chile, toda ela. Conseguimos alguns aliados masculinos, que viram que tinham que se plantar, se plantaram, trabalharam, a maioria não falava espanhol, a maioria não sabia onde estava, nem o que estava fazendo, mas juntou todo mundo: “Fulano, olha, tem que rever o texto, construir o texto, tem que fazer isso...” Já começava a se desenhar na América Latina uma outra articulação, que agrupa a Rede Latino-americana e Caribenha de Mulheres Negras, que é a Aliança Latino-americana e Caribenha e a Afro-América XXI, que também vem com uma outra tendência.⁴⁶⁶ E esse intercâmbio, que já existia antes, se engrossa lá.

Nós conseguimos fazer uma estratégia tão positiva que, exceto o capítulo da mestiçagem — pelo qual não nos responsabilizamos —, todo o restante foi conquista das mulheres.⁴⁶⁷ Falta terra de quilombos: a gente enchia o saco dos embaixadores... Negociávamos com os embaixadores de fora,

começamos a fazer as articulações: é com fulano que precisa falar, chama beltrano... Gente que a gente achava que não servia para fazer nada, mas servia para perturbar o juízo de alguém, a gente ia lá e pedia para essa pessoa fazer esse trabalho. Outro sentava no seu computador e digitava o texto, outra saía correndo para tirar xerox, a outra vinha e entregava na mão, perturbavam... “Precisa de alguém para ficar atrás do embaixador.” Aí ia. Conseguimos fazer o embaixador do Brasil, Gilberto Saboia, se reunir conosco várias vezes; todos os dias ele tinha uma hora marcada conosco. Fizemos apresentação de toda a delegação, que já era muito maior do que a gente tinha pensado. Dissemos qual era a proposta das mulheres, já chegamos com carta aberta, com não sei o quê... E entramos na reunião.

Começamos no fórum de ONGs e levamos um susto, porque a comunidade indígena vinha para “lavar a égua”. Os povos indígenas são muito bem organizados na América Latina, e também tem muita gente que apoia o movimento — ao contrário do movimento negro, que não tem essa mesma expectativa. Agora, não dá para defender terra indígena se não defender terra quilombola; não dá para discutir que tem uma questão rural sem uma questão urbana. Então, a gente teve que fazer todos esses cortes. E encontrar terminologias que se aproximassem tanto da questão indígena, quanto da questão negra, e também terminologias que definissem quem somos nós nessa história. Nas Américas e Caribe, deu tudo certo; depois esse drama vai aumentar no caso de Durban. Também tivemos que encontrar formas de dialogar com os povos indígenas que não fossem via organizações brancas, porque, no caso da América Latina inteira e do Caribe, isso é uma marca. Aí fundamos, junto com a Aliança, via Rede — aí tinha que ser via Rede, porque a Articulação não se filiou à Aliança, nem nós, como Criola, nos filiamos à Aliança —, uma mesa de diálogo com os povos indígenas — o que também foi bastante rico, porque aí se abriu uma discussão com grupos indígenas que não faziam parte do que já é esperado das comunidades indígenas, da Rigoberta Menchú, do fulano e da beltrana...⁴⁶⁸ Nós conseguimos trazer novas lideranças sem esvaziar as outras.

Tiramos uma série de documentos, uma série de ações, até que começamos a participar também das conferências preparatórias de Durban. E essas eram cruciais, porque, na verdade, o problema não estava na Conferência de Durban, estava antes, onde é tudo decidido e, se a gente não tivesse essa interferência, não seria muito positiva nossa ação em Durban. A

coordenação da Articulação conseguiu recursos do Unifem para bancar três mulheres para fazerem essa representação política. No nosso caso, de Criola, nós não temos apoio da Ford; outros grupos conseguiram apoio da Ford, inclusive para acompanhar.

Durban não chegou aos pés desse processo de preparação, das três Preparatórias em Genebra. Nós fomos às duas últimas. Na segunda, que criou todo o impasse em relação à participação dos Estados Unidos, à questão da reparação, a gente fez uma ação histórica: via Aliança, a gente conseguiu juntar as ONGs africanas e de afrodescendentes do mundo inteiro e fundou um fórum africano e afrodescendente de organizações. Porque, na verdade, eles tinham a ideia de que africanos foram para fora da África porque quiseram, por migração etc., e nós tínhamos que dizer que não era bem assim. Nós é que passamos na árvore do esquecimento, não eles. Sabe quando tem um corte histórico, um vácuo? Sabiam da escravidão, mas a escravidão contemporânea era mais presente do que a do passado, a transatlântica. E tinha ficado lá para trás, para o perdão. As consequências disso não estavam claras. Até porque a perspectiva de afrodescendência era muito americana, não era latino-americana nem caribenha.

Então a gente teve que trabalhar muito isso, mostrar que essa ascendência africana, para nós, tinha a marca da escravidão, e que essa marca não tinha desaparecido. Depois, definir que a reparação não devia ser uma ação para o Estado, mas sim para a sociedade: era reparar mais os povos do que os Estados africanos, porque os Estados contribuíram com a escravidão. Isso foi bom. E a coisa fantástica, maravilhosa, que foi ouvir o encontro das poesias, as falas... O Amauri Mendes chegou ao seu ponto auge, pelo que ele esperou a vida inteira. Ele é que fez a carta inicial que a gente leu para os povos africanos. Depois as lideranças falaram, as mulheres — aí é tudo negociado.

E, como sempre, as mulheres avançaram muito, porque se juntaram num grupo de trabalho, que levantou a situação das mulheres negras no mundo inteiro, e construiu-se um documento. A partir do quê? A partir da interferência das intelectuais americanas, que se colocaram à disposição para juntar tudo isso e montar um documento. Eu não tenho esse documento, mas eu acho que no Criola tem, faz parte do acervo da Articulação. Ele constrói essa ideia da interseccionalidade, das opressões que vêm à mulher negra, como essa situação é igual em todo o mundo. Quer

dizer, as mesmas questões do trabalho, da sexualidade, da vida em família, da discriminação. É tudo tão parecido que, ao final, a pessoa fala: “Será que ela está falando de onde?” Parece Bangú, de tão próximo que está.⁴⁶⁹

E também a troca, essa troca que era intensa na década de 1980, com o movimento negro internacional, a troca das perspectivas que as mulheres tinham em outras áreas. Por exemplo: na minha cabeça nunca tinha passado que nós devíamos lutar pela devolução dos tesouros africanos que foram retirados da sua terra. Até tinha uma dimensão de museu bem pior do que a que tenho hoje, porque antes eu achava que era aquilo mesmo: era o museu. Mas à medida que as mulheres iam dizendo que, na verdade, eram antepassados que não conseguiam dar descanso nem a si mesmos nem aos seus povos... Porque um antepassado que não volta para a terra, que não é enterrado, que não é cultuado, ele fica perdido, e seu povo também. E as mulheres falavam disso com uma força que a minha vontade era chegar, pegar todas as múmias, botar dentro de uma caixa e devolver: “Tem que voltar para a sua terra.” Sabe assim?

Além disso, as outras dimensões de vida que as mulheres negras estavam enfrentando... Os dramas da Aids, os dramas da violência, os dramas da pobreza, os dramas de uma reserva, entre aspas, territorial que se faz na África, que vai deixando as pessoas relegadas ao quinto plano... E o quanto as mulheres negras ainda são a base de todas essas sociedades é de impressionar. Então, enquanto a discussão política de formação de um fórum para atuar seguia, as mulheres foram compondo todo esse conjunto de informações para dar conta da ação política em Durban.

Quando nós chegamos lá em Durban, a gente já sabia o que precisava agir, como agir, e traçamos uma outra grande estratégia, aí com homens e mulheres, e com organizações brancas, utilizando as capacidades técnicas e as capacidades políticas de cada pessoa e de cada organização, para enfrentar determinadas situações no processo da Conferência. E eu creio que ela foi vitoriosa exatamente por causa disso. Nós agimos como sempre agimos, tomamos a frente do processo, mas soubemos aproveitar todos os instrumentos que estavam à nossa disposição. Desde dizer “Você é branca, não está nos ajudando, tem que começar a ajudar agora; então, você sabe falar bem, mas tem que falar isso, não pode falar outra coisa...”, até gritar, xingar: “Vocês estão deixando a gente aqui na porta! Isso é um absurdo!” Fizemos de tudo. E acho que foi bastante promissor tudo o que nós

conseguimos lá. Dá até um orgulho. A Articulação chegou em Durban com acho que 15 mulheres financiadas, mas com um grupo de quase 50 mulheres. A Articulação mesmo financiou cinco mulheres mais a sua direção — que eram três organizações na época. Mas as outras organizações que estavam envolvidas com a Articulação buscaram recursos para atuar dentro desse princípio. Então isso foi muito positivo.

Sueli Carneiro

A Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras surgiu no contexto da Conferência de Durban. Foi o processo de Durban que criou essa Articulação para organizar a participação política das mulheres negras na Conferência, e eu acho que é um dos momentos mais bonitos do movimento de mulheres negras brasileiro. Nós fomos a maior delegação. O Brasil foi a maior delegação. Na Conferência Regional, em Santiago do Chile, a gente já fez toda a diferença, o movimento de mulheres negras se articulou com organizações regionais latino-americanas de afrodescendentes, participou de todas as instâncias de negociação. O protagonismo das mulheres negras brasileiras foi total no contexto da Conferência, tanto na Regional das Américas como na Conferência de Durban, na África do Sul, o suficiente para merecer uma declaração da ex-alta-comissária de Direitos Humanos, Mary Robinson. Ela fez um comentário de que as mulheres negras brasileiras tinham feito toda diferença no contexto da Conferência de Durban. E eu acho que a frase dela expressa o protagonismo que foi realizado pelas mulheres negras. Tanto é que a carta de Durban incorporou a maioria das proposições que nós conseguimos incluir na Conferência de Santiago do Chile.

Olívia Santana

Hoje a Unegro é uma organização que é uma referência nacional. Fizemos grandes ações nacionais e participamos da Marcha à Brasília nos trezentos anos de Zumbi e do Encontro Continental dos Povos Negros das Américas em 1995, por exemplo. Participamos do movimento “Brasil outros quinhentos”, e aí eu já era da executiva nacional da Unegro, em 2000. Fizemos uma grande marcha a Porto Seguro, uma aliança indígena, negra e popular, portanto juntando os movimentos sociais. Nós temos a ideia de que o movimento negro tem que ter a condução da luta antirracista, ela tem que estar realmente sob a direção das entidades do movimento negro, mas nós temos que dialogar com outros movimentos, com outros elementos oprimidos, para cada vez mais também fortalecer e conscientizar esses outros movimentos sobre a justezza da luta antirracista no Brasil.

No movimento “Brasil outros quinhentos” nós sofremos aquela violência brutal que houve em Porto Seguro e eu lembro que a gente virava noites arquitetando como seria aquela ação, que foi uma ação que acabou embotando o projeto que o governo brasileiro tinha, Fernando Henrique, de fazer aquela celebração como se estivesse tudo bem, tudo resolvido entre negros, brancos e indígenas. Nós tiramos a máscara da democracia racial e fizemos uma grande marcha, uma marcha que foi reprimida duramente pela violência policial. Existe um vídeo chamado Uma bomba, um relógio e outros quinhentos, que tem um depoimento meu, exatamente no calor da luta.

A Unegro também teve uma participação destacada na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. Fui uma das oradoras na Conferência. Fomos eu, o João Carlos Nogueira de Santa Catarina e a Zélia Amador de Deus do Pará, do Cedenpa. Fomos nós três que fizemos a fala no fórum oficial da ONU, na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, denunciando a estrutura racista que ainda predomina no Brasil e, portanto, dando ciência ao mundo de que nós ainda não acertamos contas com a história, de que o Estado brasileiro ainda não acertou contas com a história. Então foi outro momento muito importante e emocionante para mim. Nunca imaginei que

um dia eu pudesse ser oradora em uma conferência mundial, considerando a trajetória de vida que tenho, eu que vivi boa parte da minha infância, da minha adolescência e da minha juventude dormindo em cima de uma cama que era uma tábua amparada por quatro latas de tinta.

Edson Cardoso

Acho importante registrar como começou o comitê impulsor de Durban: nós fizemos uma reunião em Brasília dentro do Pnud, que é a cabeça do sistema ONU no Brasil.⁴⁷⁰ Convidamos todo mundo. Eu tenho fotos, tenho documentos dessa reunião, e nós vamos botar no site do Ìrohìn inclusive.⁴⁷¹ Chamamos uma diversidade enorme de pessoas representando o movimento negro, tinha entre 15 e 20 pessoas, no final de abril de 2000. Por que eu sei a data? Porque no início de maio ia ter a primeira reunião preparatória da Conferência em Genebra. Eu ia para Genebra. E o que nós pensávamos? “O que fazer antes de chegar a Genebra que chame a atenção para a situação no Brasil?” Aí resolvemos fazer uma reunião dentro do Pnud e organizar um documento de denúncia às circunstâncias do racismo no Brasil. Quem ficou encarregado de fazer o documento — quem o encarregou fui eu — foi o Hédio Silva, de São Paulo. Ele fez o documento, todo mundo concordou com os termos do documento e nós tivemos então uma reunião entre o presidente do Pnud, que era o Walter, todo o staff do Pnud, uma mesa imensa, e estava lá uma boa representação de movimento negro, homens e mulheres de diferentes cidades.⁴⁷²

Todo mundo saiu absolutamente satisfeito do Pnud, porque estava presente aquela senhora que foi presidenta da Suíça e era a responsável pela Conferência de Durban.⁴⁷³ O Walter combinou conosco — ele já sabia da visita dela ao Brasil — que ela receberia o movimento negro ali nas Nações Unidas. De fato, ela nos recebeu e quem falou inclusive fui eu. Ela me deu cinco ou seis minutos para eu fazer minha exposição, e isso foi noticiado na Folha de S. Paulo. Saímos dali e fomos para a OAB, todo mundo feliz, e fizemos uma avaliação. Eu fazia uma consultoria para a Comissão de Direitos Humanos da OAB federal, ia em reuniões para falar sobre a questão racial, e eles me cederam o espaço para fazermos essa reunião. Ali se propôs a criação do comitê impulsor do movimento negro para a Conferência de Durban e foi feito um documento com denúncia e tal. Eu, na época, tinha uma proposta que o pessoal não aceitou, de que a gente deveria entrar no prédio, fazer a reunião e, quando quisessem botar a gente para fora, a gente falaria que não ia sair, a gente ia dormir ali, porque a gente queria chamar a atenção de Genebra para o que estava acontecendo no

Brasil. Não tive a aquiescência dos demais, que acharam a proposta muito avançada.

Quando cheguei em Genebra, tinha eu, Cidinha representando o Geledés, Marcos Cardoso representando acho que a Conen, o Márcio Alexandre, que estava lá porque tinha havido um evento de direitos humanos em Genebra.⁴⁷⁴ O representante da Ford para a questão racial era o Edward Telles, que levou o Joaquim Barbosa.⁴⁷⁵ De Igreja, o reverendo Sant'Ana estava lá. Fiquei feliz da vida, passei uma semana nas Nações Unidas trabalhando. Você sabe o que é você dedicar uma parte tão importante da sua vida a um tema e chegar lá e ver os representantes de todos os países conversando sobre esse tema? Ah, foi uma alegria para mim que vocês nem queiram saber. Sabe o que é trabalhar, ir pegar os documentos de manhã nas Nações Unidas, sentar, dar uma olhada, botava o meu fone... De todas as línguas, a que eu dominava mais era o espanhol, porque o português não é língua das Nações Unidas. Então eu podia acompanhar em espanhol, estava tudo bom para mim, tomando minhas notas, enchi vários cadernos, fascinado com o debate sobre o racismo no mundo, os textos dos especialistas, então foi uma semana riquíssima.

Pois bem, estava eu lá entusiasmado quando me chega o seguinte zunzunzum, em uma reunião em que estavam ONGs do mundo inteiro e me inscrevi para falar, para dar um quadro do Brasil, aí uma pessoa na mesa disse assim: “Bom, mas estamos informados de que o movimento negro no Brasil não quer uma reunião preparatória no Brasil.” Quem estava traduzindo para mim era a Cidinha. Aí eu falei: “Quem falou isso? O movimento negro brasileiro não quer? É tudo o que a gente quer.” Ah, meu amigo, até desmontar essa história... Aí o que eu propus? Nós tínhamos que fazer uma nota e passar imediatamente para o inglês e para o francês, dizendo o que o movimento negro queria e que a delegação brasileira não estava ali com dinheiro do governo brasileiro, que nenhum membro dali tinha ido como governo brasileiro. Essa nota foi distribuída entre as ONGs.

Provocamos uma reunião com o embaixador brasileiro lá em Genebra, que alegou falta de recursos. Aí não se sustentava, porque outros países estavam indicados, não tinham recursos e iam ver isso com o conjunto dos países. Aí ele disse que o pouco dinheiro que o governo tinha queria usar na Conferência Nacional, o que atendia melhor às expectativas do movimento negro brasileiro e não sei o quê. Quem estava lá era o Paulo Sérgio Pinheiro.

Ele quis falar comigo, me pediu para segurar a nota — isso foi antes de a gente divulgar a nota, porque ele ficou sabendo que a gente ia soltar a nota na reunião com o embaixador. E ele falou assim: “Edson, eu estou sabendo agora que Dulce não representa o movimento negro no governo.” Eu falei: “Não. Nunca representou. A Dulce é uma funcionária do governo. Ela não é uma representante do movimento negro.” Ele falou: “Estou sabendo disso agora. Vou ligar para o presidente. Podemos marcar um café da manhã? Você segura a nota?” Aí ficamos: “Ok, vamos no café da manhã com o Paulo Sérgio.”

No café da manhã, ele me disse que teve contato direto com o presidente e que sentia que havia uma interferência, que através da mulher do presidente é que a Dulce garantia uma certa pressão, por causa do feminismo, por causa de não sei o quê. Ele falou: “O problema está muito aí, Edson, e a gente não consegue reverter. Eu só te peço uma coisa: que você não feche a porta, não posso dizer o tom que você vai dar à nota e tal, mas não deixe a porta fechada, porque há um interesse do governo e tal.” Aí nós soltamos uma nota muito dura, inclusive algumas pessoas do movimento negro quiseram recuar lá na hora. Edward Telles queria apitar e eu falei logo: “Mas desde quando eu vou submeter uma nota do movimento negro a Edward Telles da Ford? Eu não vou submeter. Ele não tem que dar pitaco nisso tudo.” A gente fez a nota e saiu muito dura mesmo.

Eu disse na nota que o governo temia muito, depois do que tinha acontecido aqui com negros e índios em Porto Seguro, novamente ter que reunir uma discussão como essa. Mas não sei se foi essa a razão, entendeu? A gente acha que ainda estava muito próximo do fato. Hoje, olhando para trás, eu não sei se o governo não quis a Conferência por causa dos incidentes em Porto Seguro. Uma conferência que não era manifestação de rua; uma conferência que é feita dentro de padrões muito rigorosos das Nações Unidas não é a mesma coisa que protestar contra o centenário da Abolição. Você não tem como achar que uma conferência vai provocar um movimento de massa. Eu acho que é complicado, tenho dúvidas hoje. Na nota, a gente falou isso, mas não sei. De todo modo, a nota foi um documento importante porque foi uma reação de defesa do movimento negro. Foi um momento muito tenso.

Voltamos para o Brasil e tive mais uma hora com o ministro da Justiça na época, que era o Gregori, para solicitar que não houvesse interferência na decisão que o movimento negro queria tomar em plenária de como deveria

ser sua organização para Durban. Queríamos tomar isso sem nenhuma interferência do governo e o Saboia estava interferindo. Bom, aí fomos para a plenária do movimento negro em São Paulo, no meio do ano de 2000, depois da reunião de Genebra, para discutir a nossa participação em Durban, quais os encaminhamentos que, como movimento negro, íamos dar na negociação com o governo. Quando chegamos na plenária, fomos derrotados. Quem foi derrotado? Quem acreditava que o movimento negro tinha que manter sua autonomia na ida a Durban. Algumas forças, Conen, negros do PT e do PC do B, foram para a plenária, conseguiram a maioria da plenária e começaram a infiltrar, na executiva para Durban, a CUT e não sei o quê. A mesma divergência da Marcha de 1995: como fazer uma coordenação para Durban de movimento negro e não uma coordenação de negros que pudessem vir de tudo que é lugar, como CUT, PT, PC do B, e achar que ocupam o lugar do movimento negro? Eu tinha uma posição que era, no nosso entendimento, uma questão fechada: quem deveria participar da preparação de Durban eram entidades do movimento negro. Eles foram para a votação e ganharam. Saí de Durban naquela hora. Eu tinha conduzido o processo até aquele momento, desde a reunião com o Pnud, Genebra e ali eu saí, e não fui a Durban.

Hédio Silva Júnior

Não fui a Durban. Cheguei a ir a Santiago do Chile, à Conferência Regional das Américas, mas rompi com o comitê. O Fernando Henrique criou um grupo preparatório da participação brasileira em Durban. Era um grupo paritário, era para ser um grupo bipartite, com representação do governo e da sociedade civil.⁴⁷⁶ Então fui chamado lá, como possível representação da sociedade civil, e fui o relator do texto do documento que o Brasil apresentou lá em Durban, na África do Sul, em 2001. Esse grupo tinha uma participação ampla, tinha o Sobel, a Zezé Motta, a Benedita da Silva, o Hélio Santos, o bispo dom Gílio Felício, aquele bispo negro lá do Rio Grande do Sul, a Stella do Afonjá, a Azelene Kaingang, liderança indígena, uma representação do movimento dos homossexuais aqui do Rio de Janeiro, enfim, eram vários segmentos.⁴⁷⁷ Desde o início esse grupo me designou relator, eu é que tinha o papel de sistematizar os documentos. Mas houve uma conferência aqui no Rio de Janeiro, depois da de Santiago, e eu fui contrário.⁴⁷⁸

Eu não queria que a conferência fosse realizada aqui no Rio de Janeiro, porque não me parecia razoável. Todas as outras conferências regionais que eu acompanhei aconteceram nas capitais dos países, porque eram iniciativas governo-sociedade civil. Portanto, eu queria que a conferência fosse realizada em Brasília. Essa foi a primeira questão. Segundo, o que deveria ser uma conferência do Brasil virou uma conferência do movimento negro brasileiro. De maneira que o governo federal mandou para a conferência do Rio de Janeiro o ministro da Cultura à época, professor Francisco Weffort, para dizer que o problema racial era um problema secundário no Brasil, o que eu entendi como uma afronta ao movimento negro.⁴⁷⁹ Então rompi com o grupo governamental. Eram mais de quinhentos brasileiros se preparando para ir para a África do Sul e eu vi que a minha presença era absolutamente dispensável.

Muito embora eu tenha rompido, cumpri até o final a tarefa de fazer o relatório. Mesmo porque o relatório me interessava, ele expressou boa parte daquilo que o movimento negro entendia que era mais importante. Inclusive as cotas, que foi no que a mídia mais se fixou. Quem ler o documento que o

Brasil levou para a África do Sul vai ver que tem um monte de proposições. Mas a mídia destacou “cota na universidade”. Para nós foi bom inclusive. Olhando com o olhar de hoje, não foi tão ruim, foi bom.

A Folha de S. Paulo deu um destaque para minha saída, que causou um certo desgaste para o governo.⁴⁸⁰ Alguns inclusive dizem que essa saída, de alguma forma, sensibilizou alguns segmentos para a necessidade de implantar ação afirmativa. Porque o que eu dizia era que não fazia sentido o Brasil ir para a África do Sul defender, no documento lá, políticas de ação afirmativa, sem ter uma política de ação afirmativa aqui. Que bacana ir lá dizer para os africanos e para os negros da diáspora que era legal ter política de ação afirmativa, e aqui em casa você não tinha nada sobre isso. Então acabei rompendo e não fui para a África do Sul. Mas reconheço parte do documento brasileiro na declaração na África do Sul.

Edna Roland

Houve uma intensa mobilização das organizações negras para o processo de Durban. O governo, como tinha uma conferência da ONU, tinha que produzir dados e informações — informações essas que sempre estiveram disponíveis. O Ipea descobriu a existência de desigualdade racial no Brasil com dados desde a década de 1940. Quer dizer: os dados estavam aí. Mas o Ipea, que eu saiba, tinha muito pouco trabalho em relação a essa questão. A Conferência pautou o Ipea e ele então teve que analisar os dados que estavam disponíveis, produzidos pelo IBGE. Montou um megaprojeto, em que, inicialmente, pelo que dizia o Ricardo Paes de Barros, eles tinham a intenção de analisar cerca de quinhentas variáveis para fazer um diagnóstico completo das desigualdades raciais no Brasil.⁴⁸¹ Não fizeram tudo isso, mas trabalharam alguns dados importantes acerca de educação, de renda, emprego, essas coisas. E o Ipea então passou a falar, com a legitimidade de ser o principal órgão formulador de políticas públicas no Brasil, de desigualdade racial. E passou a dizer: “A pobreza é negra.” Apresentou o famoso gráfico das paralelas que jamais se encontram, que mostrava que a diferença de escolaridade média de negros e brancos era a mesma em três gerações. O presidente do Ipea, Roberto Martins, se envolveu pessoalmente, além do Ricardo Henriques.⁴⁸² Você tinha, então, um órgão de governo dando legitimidade ao discurso que o movimento negro vinha fazendo havia décadas.

Enfim, o governo brasileiro trouxe o embaixador Gilberto Saboia, que é um diplomata extremamente experiente e respeitado pela comunidade internacional, para assumir a Secretaria de Direitos Humanos, e ele passou a coordenar o processo da participação brasileira na Conferência de Durban. A conjugação de todos esses fatores foi o diálogo que se estabeleceu entre a sociedade civil, especialmente as organizações negras, e o governo brasileiro. Os diplomatas vinham com a sua experiência nas Nações Unidas de como conduzir os processos; o movimento negro vinha com a sua visão acerca de políticas que seriam necessárias, e esse diálogo viabilizou a formulação de políticas e propostas, que ocorreram, primeiro, na Conferência Regional de Santiago. Foi o momento em que o movimento ainda estava começando a entender como se trabalhava nessas conferências

e ia para os grandes espaços das declarações públicas dos estadistas. Eu, como já tinha participado da Conferência do Cairo, sabia que, na diplomacia, as coisas nunca são de acordo com o nome que elas têm.⁴⁸³ Então, se você tem, assim, o “plenário principal”, eu sabia que o principal não era ali. O principal era o pequeno salão onde as negociações estavam acontecendo. Porque o lugar das declarações é o lugar das declarações. O importante é o lugar das negociações.

O governo brasileiro me convidou para integrar a delegação oficial creio que em função de um paper que eu escrevi. Fui contratada pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos para escrever um trabalho sobre os afro-americanos, em setembro de 2000. Tive apenas umas duas ou três semanas para escrever isso, e com muitas dificuldades para obter dados e tudo o mais, mas consegui. Porque até então o nome que constava no processo da Conferência era “afro-americanos”, ou seja, os negros das Américas. E o único trabalho sobre os afro-americanos que foi apresentado no seminário preparatório da conferência de Santiago foi o meu.⁴⁸⁴ Os outros foram sobre questão indígena, acesso à Justiça, outras temáticas. O movimento negro brasileiro compareceu com poucas pessoas nesse seminário. E aí, fui a Santiago integrando a delegação oficial do Brasil, como consultora. Não me tinham dito o que era para eu fazer. Eu falei: “O negócio não é ir para as declarações; é ir para as negociações.” E fui lá nessas salinhas, que eram menores, e grudei no embaixador Gilberto Saboia, acompanhando as negociações de parágrafos. Quando eu achava que tinha alguma sugestão para fazer, grudava no ouvido dele, passava por escrito: “Embaixador, diga isso, faça isso...” Tinha que dar instrumentos para que ele pudesse intervir no debate. E ele, inclusive, me solicitou, num determinado momento, para que eu fosse negociar pelo Brasil, participar de alguns grupos que estavam negociando textos ou conceitos.

Por exemplo, o conceito de “afrodescendentes” foi negociado lá em Santiago. Tinha que se ter um termo para se referir aos descendentes de africanos, vamos dizer assim, das Américas. Enquanto o movimento no Brasil, ao longo dessas décadas todas de existência, construiu uma estratégia de mudança do sentido da palavra “negro”, em outros países da América Latina o trabalho foi no sentido de mudança da palavra. Na maioria dos países fora do Brasil, o movimento não se define como movimento negro. Por exemplo: na Bolívia são afro-bolivianos; Colômbia, afro-colombianos; Venezuela, afro-venezuelanos. Então houve, digamos, uma recusa da

palavra “negro” e uma substituição pela palavra “afro”, colocada como um prefixo ao termo da nacionalidade de onde se está falando. São duas estratégias políticas diferentes. É mais fácil você mudar uma palavra do que você mudar um sentido. Mas a luta no Brasil tem sido por mudar o sentido de “negro”. Todavia, no espaço de uma conferência, não havia como nós, brasileiros, convencermos o restante das Américas de que a estratégia certa era mudar o sentido de “negro”. Então tínhamos que encontrar um termo que fosse aceito por todo mundo e que se referisse ao conjunto. Porque afro-boliviano, afro-colombiano etc. é sempre específico. O termo “afrodescendente”, então, era o termo genérico aceito por todos. E já era utilizado no Brasil por alguns setores do movimento, ou alguns indivíduos, pelo menos, que já tinham a preferência por “afrodescendente”. Acho que o Henrique Cunha Júnior e a Wânia Sant’anna já utilizavam o termo afrodescendente.

E agora, no Brasil, está dando uma complicação porque, com essa questão das ações afirmativas, há pessoas que julgam que afrodescendente é uma coisa, e negro é outra. Enquanto, digamos, o negro teria uma demarcação geográfica de pele mais precisa, o termo afrodescendente pode se estender mais para além do fenótipo do indivíduo. Mas em Santiago esses termos eram sinônimos, trocamos negro por afrodescendente. Romero Rodríguez, do Uruguai, costuma, nas intervenções dele, usar essa questão: “Entramos negros e saímos afrodescendentes.”⁴⁸⁵ Ele fala como uma mudança de qualidade, uma mudança de patamar. Porque na cabeça dele, justamente com a noção do Uruguai, se dizer negro é pejorativo. No Brasil, não podemos dizer isso porque, para nós, pelo menos para mim, utilizar o termo “afrodescendente” foi uma concessão que nós fizemos aos companheiros do movimento de outros países. Porque, para mim, a preferência é a definição de movimento negro mesmo. Mas a gente tem que negociar.

Teve um outro parágrafo que causou polêmica em alguns setores do movimento, que falava da questão dos mestiços. Também fui participar dessa negociação. Teve momentos em que o embaixador me solicitou para falar em nome do Brasil. Eu dizia: “Mas eu, embaixador?” “Sim. Fale.” Então teve umas duas ou três ocasiões, lá em Santiago, em que falei, e eu era “o Brasil” falando. É uma coisa que você fica, a princípio, preocupado em ser preciso, fazer a colocação política... Eu tinha que falar em inglês, porque eu achava que o meu “portunhol” era complicado; falar em público uma língua que eu não estudei é meio difícil. Mas foi tudo um grande processo de

aprendizado.

E como você foi eleita relatora da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo?

Quando aceitei redigir aquele trabalho sobre os afro-americanos em setembro de 2000, a minha pretensão em relação à Conferência de Durban era uma pretensão extremamente limitada. Eu considerava que a conjuntura política interna ao movimento negro era bastante desfavorável à minha organização. A Fala Preta! é uma organização jovem e os recursos disponíveis para o financiamento dos processos preparatórios da Conferência tinham sido concentrados nas mãos de uma ou duas organizações, o que dificultaria nossa participação. Então eu tinha uma ambição muito limitada, que era: “Nós precisamos dar alguma contribuição ao processo. Qualquer que seja, pelo menos colocar o nosso grãozinho de areia, o nosso tijolinho aí nessa construção coletiva.” Aí o Alto Comissariado de Direitos Humanos de Genebra me telefonou, me convidou para escrever o artigo. Não sei de onde veio a indicação, é possível que tenha vindo do governo brasileiro. Até hoje eu não sei de onde partiu. Aceitei escrever, sabendo do alto risco, porque o prazo era muito curto. E o meu cálculo foi seguinte: “É um seminário preparatório para a Conferência Regional, eu vou fazer pelo menos um paper. Depende só do meu esforço, do meu trabalho. Eu faço isso e pronto, já dei a minha contribuição para Durban.” Então era bem isso o que eu pensava que teria condições de fazer no processo. Mas aí as coisas foram se somando: o governo me convidou para integrar a delegação oficial como consultora, eu fui a Santiago, grudei no embaixador, fiz umas propostazinhas lá que foram aceitas. Quando chegou em maio de 2001, tinha a segunda PrepCon em Genebra. Aí o embaixador me convidou para participar da delegação brasileira. Eu fui. Em nenhum momento houve, digamos, um acordo, um convite: “Olha, você vai daqui até o fim.” Não. A cada momento, quando chegava o próximo...

Essa segunda PrepCon foi muito difícil, muito complicada, porque a embaixadora que estava coordenando não tinha muita noção das coisas. Aí o embaixador brasileiro acabou assumindo um papel fundamental; se dividiu o grupão todo em dois grupos: programa de ação e declaração. O embaixador brasileiro acho que foi para o grupo da declaração, não sei. Ele

teve que presidir o grupo. E o hoje embaixador Tadeu Valadares — que na época era ministro, um grau menor na carreira — tinha acabado de chegar da Bolívia e já teve que ir representar o Brasil no debate do programa de ação.⁴⁸⁶ Não sabia o que estava acontecendo, mas era uma pessoa altamente experiente. Ele chegou e eu fiquei trabalhando com ele. Criamos uma relação de confiança muito grande, ele utilizou bastante o meu trabalho nos processos de negociação com os outros países. Participei de negociações com os Estados Unidos, com a União Europeia, com África do Sul, com Paquistão, com países do Caribe...

A negociação, por exemplo, de ações afirmativas, fui eu que fiz lá em Genebra. Porque os Estados Unidos e a União Europeia não queriam que entrasse o conceito de “ações afirmativas”. Foi um processo de negociação de vários dias. A União Europeia queria “ações positivas”, que eles usavam. Os Estados Unidos não queriam referência a ações afirmativas porque lá é um conceito que está sob ataque, o governo está tentando acabar com as ações afirmativas. E o Brasil firmava o pé exigindo ações afirmativas, e eu representando o Brasil. Acabou sendo aceito porque, em inglês, “ações afirmativas ou positivas” fica assim: “affirmative or positive actions”. Então o “affirmative” fica longe do “actions”, porque entre um e outro tem o “positive”. Então, juridicamente é possível interpretar que não se está falando do conceito de ações afirmativas, em inglês. Quando você traduz para o português, você fica com “ações afirmativas ou positivas” e, portanto, para nós no Brasil está ótimo. Em espanhol, que é uma língua oficial lá nos documentos da ONU, é “acciones afirmativas o positivas”. Então atendia ao Brasil, atendia aos Estados Unidos e atendia à União Europeia, que eram as três posições políticas divergentes que havia. Você tinha que encontrar, digamos, uma formulação, porque tudo é consensual. Só passa o que é consensual ou quase consensual. Para os Estados Unidos derrubarem a quantidade de parágrafos que faziam referência a ação afirmativa, era difícil. Então, digamos, o custo político menor para eles seria relativizar, utilizando essa formulação dupla.

Para mim, o mais legal da Conferência foram os processos de negociação. Porque são os momentos em que você é concretamente um ator político, em que os direitos estão sendo construídos. Os direitos, os processos, as políticas estão sendo construídas ali na negociação. Então, o momento em que o texto vai sendo negociado e aprovado é o momento mais criativo da conferência.

Como, em Durban, eu virei a relatora? O que aconteceu? O Brasil tinha peso político na Conferência para requerer um cargo lá em Durban. Não podia ser presidente da Conferência, porque seria uma pessoa do país que estava sediando. O que o Brasil poderia fazer? Ou o Brasil pedia uma das vice-presidências, acho que são três vice-presidências, ou o Brasil pedia a relatoria. Eles acharam que era mais relevante pedir a relatoria, exatamente porque a relatoria é única, enquanto que vice-presidência são três. A segunda avaliação do Brasil foi que eles achavam que deveriam indicar uma pessoa da sociedade civil. No dizer do embaixador, para expressar essa relação muito forte de colaboração que aconteceu entre a sociedade civil e o governo, durante o processo de Durban. Então, entre a segunda e a terceira conferências preparatórias, o embaixador Saboia me telefonou e me perguntou se eu aceitaria que o meu nome fosse apresentado à Conferência como a candidatura do Brasil.

Quando ele me falou isso, a minha primeira reação foi de susto. Eu falei: "Mas por que eu, embaixador?" Ele falou: "Nós achamos que você reúne todas as condições." Fez algumas referências. Eu falei: "Olha, embaixador, não posso lhe dar uma resposta imediata. Eu preciso consultar alguns companheiros. O senhor me dá um tempo?" Ele falou: "Tudo bem, mas não pode ser muito. Porque eu preciso encaminhar logo." Eu falei: "Quanto tempo o senhor me dá? Posso ter uma semana?" Ele falou: "Sim." Então consultei alguns companheiros e companheiras. Consultei as minhas companheiras da Fala Preta!, obviamente, consultei o Hélio Silva Júnior, não sei se o Ivair Alves também. Talvez tenha consultado o Ivair também, não tenho certeza. E todas as pessoas que eu consultei tiveram uma opinião favorável de que eu deveria aceitar.

Além da consulta aos amigos e companheiros, eu resolvi também consultar os orixás. Então fiz uma consulta aos búzios. No momento eu não estava pertencendo a nenhuma casa, e eu tinha que escolher onde eu ia fazer essa consulta. E aí, junto com as minhas companheiras da Fala Preta!, discutimos os critérios para escolher o lugar. Havia duas possibilidades: ou escolhia uma mãe de santo de São Paulo, que é uma mãe de santo negra, que é a mais antiga de São Paulo; ou escolhia uma casa de tambor de mina, que tem a ver com a minha origem, com a minha região do Maranhão, que é a tradição jeje do Maranhão, que não é a tradição nagô. E nesse caso tinha uma casa lá em São Paulo com um pai de santo homem. Optei por esta segunda escolha. Provavelmente não por acaso, dado que fui

profundamente marcada pela minha relação emocional e afetiva com meu pai. Então escolhi uma figura paterna nesse momento e fui então fazer uma consulta aos voduns, porque, no tambor de mina, não são orixás, são voduns. Os voduns disseram que seria um grande desafio, mas que eu deveria aceitar.

Completado esse processo de consulta, eu finalmente telefonei para o embaixador e disse que aceitava. Mas foi uma coisa ainda difícil. Porque algumas pessoas, como foi o caso do Hédio, disseram: “Você deve aceitar, mas procure um pai de santo. Cubra-se. Proteja-se. Porque não vai ser fácil.” Também tem a ver com a competição interna que tem no movimento, essas coisas. Quando cheguei lá em Genebra, na terceira PrepCon, no primeiro dia, estava no credenciamento quando um companheiro aqui do Rio de Janeiro chegou e me disse: “Saiu na coluna do Boechat que você vai ser a relatora da Conferência.”⁴⁸⁷ Eu falei: “Como? Não estou sabendo de nada.” Ele falou: “É, mas se for, te protege.” Eu falei: “Meu Deus do céu, e agora?” Enfim, essa coisa só foi adrenalina até a véspera da Conferência de Durban, porque a decisão era por parte de uma comissão e se deu exatamente no dia 30 de agosto. A Conferência começava dia 31 de agosto.

A função do relator é uma função bastante protocolar: é participar da mesa da Conferência, é certificar que os textos que estão sendo apresentados e encaminhados são o que de fato foi negociado... Porque depois da Conferência você tem ainda todo um processo de rescaldo que sobra. Então você tem que estar atento para certificar e garantir que aquele texto que lhe está sendo apresentado é o texto que foi negociado. São dois espaços: é o espaço fundamental da declaração e do programa de ação. Eu passava por esses dois e, mais do que isso, estava num grupo específico, um grupo pequeno, que foi presidido pelo embaixador brasileiro e por uma embaixadora — agora não tenho certeza se era do Quênia —, onde foram negociados os parágrafos acerca da escravidão e do tráfico de escravos. Porque o embaixador brasileiro saiu da presidência do programa de ação, mas foi coordenar esse grupo que estava negociando alguns dos parágrafos mais importantes da Conferência, que foi justamente de onde saiu o parágrafo em que se fala que a escravidão e o tráfico de escravos são um crime contra a humanidade. É um parágrafo basilar, fundamental para dar legitimidade a todos os programas com políticas de reparação e de ação afirmativa para afrodescendentes. Isso aconteceu num pequeno grupo que o embaixador brasileiro presidia.

Agora, eu considero que há uma carga simbólica forte nessa questão das funções. É uma expressão da correlação de forças entre os países. Então há todo um investimento por parte dos países para estar nessas posições e nesses lugares, não somente pela ação concreta e prática que vai ser desenvolvida — não se sabe se aquele indivíduo mesmo vai fazer isso ou aquilo —, mas pela correlação de forças que você está apontando para o mundo quando fulano está na presidência, outro está na relatoria e assim por diante.

Jurema Batista

Durban, para mim, foi uma experiência muito legal, porque foi ver o movimento negro se mobilizar. É claro que a gente tem muitas rusgas no movimento, mas nesse momento em que a gente estava se preparando para ir para Durban existia uma afinidade muito grande, porque era uma conferência internacional que a gente sabia que ia ter depois repercussão no Brasil. Porque, se o Brasil fosse signatário de uma carta assinada lá, o movimento negro ficaria com muita força. Então fomos para Durban, uma delegação imensa — fora da África, a maior delegação era a nossa. Quando chegamos lá, tivemos inclusive o poder de influenciar outras delegações. Nós éramos referência até para países africanos, que procuravam a gente para discutir nos bastidores. Uma surpresa. Outra surpresa boa foi que, na época, o governo brasileiro comprou a ideia. Tanto que o Fernando Henrique mandou ministros, um monte de gente; parte dessa grande delegação teve inclusive verba federal. Então, lá, a gente teve uma atuação de grande influência, participando de palestras, fazendo pronunciamentos. E, quando a gente veio de lá, o Fernando Henrique começou a implementar a política de cotas no Ministério do Desenvolvimento Agrário.⁴⁸⁸ Essa discussão já tinha começado com a Marcha de Zumbi dos Palmares, em 1995, e, com a vinda de Durban, ficou muito mais forte. Tudo isso aconteceu também no governo Fernando Henrique.

A repercussão também foi extremamente positiva, porque, enquanto a gente estava lá, todo dia saía matéria no jornal da nossa estada lá, das coisas que o governo brasileiro estava defendendo. E aí, o que era importante nisso? Já não era mais só o movimento negro fazendo defesa; o governo brasileiro fez as defesas do que nós decidimos nas conferências municipais e estaduais. Então essa é a avaliação que eu tenho: que o governo brasileiro encampou a nossa retórica. Uma das discussões que a gente teve lá foi a questão da escravidão como crime de lesa-humanidade — era uma discussão muito forte —, e também a questão das reparações. Como, na Conferência das mulheres, teve a questão das reparações, partindo para a questão das cotas nos partidos políticos, saímos da África do Sul definindo que os governos signatários da carta de Durban iriam também implementar em seus países políticas de ação afirmativa.

Então é por isso que, quando a gente começa a discutir hoje a questão das cotas, eu falo: “Não é a Jurema que está defendendo isso não. O Brasil assinou a carta.” A gente não está tirando isso da nossa cabeça. Quando o Lula hoje está tentando implementar a política de cotas nas universidades federais, quando o Tarso Genro anuncia o projeto da Universidade Para Todos, isso tudo tem um porquê.⁴⁸⁹ Porque daqui a pouco tem o Durban + 10, e o que o Brasil fez? Qual a avaliação que a gente vai levar? O Brasil implementou a política? Não implementou?

Então realmente foi uma coisa muito legal e tem frutos até hoje — além dos vídeos que foram feitos, das relações que foram mais estreitadas, inclusive internacionalmente. Assim, o que, para mim, ficou dessa Conferência? Revisitamos a nossa história, legitimamos que a escravidão foi um crime de lesa-humanidade e ainda estamos hoje tentando implementar o que foi decidido lá.

Ivair Alves dos Santos

A III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, para nós, foi um grande laboratório. A organização foi grande, foi um momento importante de você se apresentar para a nação. Foi muito legal. Nesse meio tempo, uma outra pessoa teve uma grande sacação: o Raul Jungmann, ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o MDA.⁴⁹⁰ O Jungmann já vinha falando de ação afirmativa. Ele é um cara inteligente e sacou isso como um assunto. Ele tinha pautado isso para as mulheres, aproveitou toda aquela mobilização e acabou sendo o primeiro ministro que fez ação afirmativa. O ministério dele tinha uma série de portarias que criavam conhecimentos para isso. Quando entrou o novo governo, o novo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, embora seja simpático no discurso, não conseguiu implementar nenhuma ação afirmativa de fato, como estava sendo prevista.⁴⁹¹

Ainda no final do governo Fernando Henrique Cardoso, a partir da Conferência, nós começamos a avançar na ação afirmativa, criando várias portarias ministeriais no MDA, depois na Justiça, na Cultura, criando programas de ação afirmativa nos ministérios. Mas aí era um programa muito concreto: era percentual de cotas para negros nos serviços terceirizados e nos DAS, cargos de confiança. A gente começou a descobrir que o nosso potencial era muito maior. Por quê? Qual é o critério para se contratar alguém? No serviço público, é o concurso. E nos serviços terceirizados? Quem indicou. Então nós começamos a perceber que o negro não estava lá. Aí eu pergunto: “Qual o critério para você ser chefe ou diretor no serviço público?” É claro que não tem critério técnico para isso. Então, se havia um lugar em que nós tínhamos que ter ação afirmativa era com as DAS e era nos serviços terceirizados. São coisas que a gente vai aprendendo ao longo o tempo. Precisava saber quem tinha DAS e qual era a cor das pessoas. Nós fizemos um censo e sensibilizamos as pessoas sobre o censo, para a coisa acontecer. Isso era no final do governo. O censo foi importante para a gente poder dar outro passo importante, que foi o seguinte: um decreto presidencial criando um programa de ação afirmativa, o Decreto 4.228, que estendia as ações afirmativas para todos os órgãos federais.⁴⁹² Depois do decreto, depois disso tudo, quem entrasse no governo

só restava fazer uma coisa. O que era? Criar uma secretaria.

Bom, para minha sorte, o novo secretário de Direitos Humanos entrou e me manteve no cargo.⁴⁹³ Como ele me manteve no cargo, na hora em que foram construir a Seppir, a Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial, o secretário dos negros do PT, que me conhecia, falou: “Tem que chamar o Ivair. Ele é o cara que conhece o negócio.” E me chamaram para elaborar o texto do que seria a Seppir. Aí sentamos eu, João Carlos Nogueira e mais outra pessoa lá. Mas eu tinha tudo na cabeça, sabia quais eram os decretos. Eu tinha montado esse negócio do 4.228. Então falei assim: “A base para acontecer a Seppir é essa aqui.” Fui dando o mapa e montei a Secretaria. Em quatro horas nós sentamos e saímos com a Secretaria pronta. Quando os caras receberam, falaram: “Está pronta.” Porque eu tinha tudo aquilo de memória. Saiu uma secretaria do mesmo nível da dos Direitos Humanos, só que oito anos depois. A Secretaria de Direitos Humanos é uma coisa. E a Seppir saiu do mesmo nível da outra secretaria que já existia há muito mais tempo. E nós criamos três subsecretarias, diversos cargos, e entregamos isso pronto. Quem estava? Estábamos eu, a Matilde, o Nogueira e tal. Mas a memória estava comigo em relação a isso.

O destino me deu essa oportunidade de participar da elaboração do Conselho do governo do estado de São Paulo, da Coordenadoria Especial do Negro da prefeitura de São Paulo e da Seppir. E da Seppir foi por sorte, porque, na verdade, foi o pessoal do movimento negro que me chamou e falou: “Tem que ser o cara.” Aí eu fui para lá e dei essa sorte. O legal é você poder ter essa chance de participar desse processo de elaboração. E também de exercer essa função de sobrevivência nesses dez anos de Brasília, que deram uma certa cancha em termos de atuação. Não só de conhecer os meandros da política, mas de saber o que é essencial, saber o que vale a pena mesmo. E você ter uma proposta muito clara. Todo mundo sabe que a questão das ações afirmativas as pessoas identificam com a minha pessoa.

Edna Roland

A Conferência terminou no dia 8 de setembro. Eu passei um fim de semana muito agradável lá em Durban passeando e, no dia 11 de setembro, entrei num avião para voltar ao Brasil feliz da vida. Tenho uma foto dentro do avião e digo: “Preciso botar essa foto na parede. O nome da foto: 11 de setembro.” Porque entrei do lado de lá do Atlântico muito contente com o resultado da Conferência — afinal de contas, apesar de tudo, se tinha conseguido uma grande vitória, e as minhas companheiras da Fala Preta! queriam saber o horário em que eu ia chegar, porque a mídia estava pressionando e iriam me esperar no aeroporto... Cheguei do lado de cá, no Brasil: tudo calmo absolutamente. Não tinha ninguém me esperando coisa nenhuma. Liguei para a Fala Preta! e disse: “E aí, como é que estão as coisas?” “Graças a Deus você chegou.” Eu perguntei: “O que aconteceu?” “Você não está sabendo?” “Sabendo do quê?” “Do ataque terrorista em Nova York.” A mídia só falava da destruição das torres gêmeas e o espaço da mídia internacional tinha sido completamente ocupado pelo ataque, o que prejudicou a repercussão da Conferência.

Mas, apesar disso, o fato de ter sido a relatora da Conferência me deu um espaço extraordinário no cenário político aqui no Brasil. Fui convidada por inúmeras organizações em que tive a oportunidade de relatar a Conferência. E foi um momento extraordinário, se você levar em conta a maneira como entrei no processo. Foi o momento, também, que determinou muitas coisas, como elas se deram depois, no Brasil. Antes de Durban, o Hélio Silva estava fazendo um trabalho para o Comitê Nacional, a proposta de relatório do Brasil, e resolveu se demitir durante a conferência nacional. Quando ele pediu demissão do Comitê

Nacional, eu já tinha informado a ele que eu tinha sido indicada para ser a relatora. Fiquei danada da vida, porque ele não me avisou previamente dessa decisão dele e me senti fragilizada porque, se um companheiro sai, você... Aí ele deu uma entrevista na Folha de S. Paulo no dia seguinte, colocando as razões da saída dele e suas propostas políticas. Li a entrevista e ele falou: “O que você achou?” Eu falei: “Fraco.” “Como que você achou fraco?” Eu falei: “Claro. Você já chutou o balde, já saiu do Comitê. Por que você então não coloca as políticas mais contundentes que nós podemos colocar nesse momento? Por que você não propôs ações afirmativas e cotas nas universidades? Por que você não fez isso?” “Ah, mas eu não estou muito convencido de que seja justo.” Eu falei: “É justo, sim.” Aí discutimos, debatemos essa questão, e ele então resolveu — ele ainda continuou participando da comissão que estava redigindo o relatório — colocar uma linha: “Cotas para negros nas universidades”. Eu não sei quantas páginas o relatório tem, mas tem essa linha, “Cotas para negros nas universidades”, que entrou no último minuto, que ele pôs no documento.

Quando o governo brasileiro tornou público o relatório para a mídia, tudo o que a mídia queria falar era sobre cotas para negros na universidade. E aí, antes de ir para Durban, quando já foi anunciado que o meu nome ia ser indicado, o pessoal da imprensa vinha falar comigo e só queria falar sobre cotas. Aí eu falei: “Nós somos 45% da população brasileira; enquanto não formos 45% de todos os espaços que tem nessa sociedade, estão nos devendo.” Então coloquei o patamar, o referencial, os 45%. Na sequência, veio a lei que o deputado aqui do Rio de Janeiro apresentou; inicialmente a proposta dele era 40% para negros.⁴⁹⁴ Então, o patamar de que se partiu nas políticas públicas aqui no Brasil foram os 40%. São momentos em que você tem a oportunidade de contribuir para que uma determinada política seja formulada ou

implementada, e isso é que eu acho que faz o jogo interessante, essa possibilidade.

416 Luiz Alberto Silva dos Santos (1953), técnico em química e formado em sociologia pela Ufba, foi coordenador nacional do Movimento Negro Unificado entre 1995 e 1998 e diretor do Sindicato Único dos Químicos e Petroleiros entre 2000 e 2003. Eleito suplente de deputado federal pela Bahia, na legenda do PT, em 1994 e 1998, ocupou o cargo de 1997 a 1999 e de 2001 a 2003. Nas duas eleições seguintes, de 2002 e 2006, foi eleito deputado federal, permanecendo então na Câmara. Ver www.camara.gov.br, acesso em 22/8/2007. Haroldo Antônio da Silva, engenheiro, foi coordenador estadual, no Rio de Janeiro, do Movimento Negro Unificado. Ver http://aduff.org.br/boletim/2002a_12m_30d.htm, acesso em 22/8/2007.

417 Tancredo Neves (1910-1985), eleito indiretamente presidente da República em 15 de janeiro de 1985, foi internado e operado no Hospital de Base de Brasília na madrugada de 15 de março de 1985, dia em que tomaria posse. Posteriormente, foi transferido para o Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo. A partir de então, foram realizadas sete intervenções cirúrgicas com o objetivo de salvar a vida do presidente eleito. No dia 20 de abril, o especialista norte-americano Warren Mayron Zapol, que havia sido chamado ao Brasil como recurso final, deu o seu diagnóstico definitivo: não havia mais o que fazer para salvar a vida do presidente. Na noite do dia 21 de abril de 1985, data da morte de Tiradentes (1892) e da transferência da capital para Brasília (1960), seu falecimento foi anunciado para toda a nação. Ver DHBB.

418 Cristovam Buarque (1944) foi governador do Distrito Federal de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 1999, na legenda do PT.

419 Fernando Henrique Cardoso foi presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos, de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003.

420 Patrus Ananias de Sousa (1952) ocupou o cargo de prefeito de Belo Horizonte entre 1º de janeiro de 1993 e 1º de janeiro de 1997.

421 Maria Antonieta Antunes Cunha, doutora em letras, foi secretária municipal de Cultura durante o governo de Patrus Ananias e atualmente é presidente da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Ver www.pbh.gov.br/cultura/fitbh/fit/historico_fit.php, acesso em 22/8/2007.

422 Sesi é a sigla para Serviço Social da Indústria.

423 Edson Cardoso foi chefe de gabinete do deputado federal Ben-Hur Ferreira, do PT do Mato Grosso do Sul, durante a legislatura de 1999-2003. Ben-Hur Fereira (1964), formado em filosofia e mestre em direito constitucional pela PUC de São Paulo, foi eleito deputado federal nas eleições de 1998, mas licenciou-se do mandato de 20 de outubro de 2000 a 9 de abril de 2002 para exercer o cargo de secretário de Educação do Mato Grosso do Sul. Militante do movimento negro, entre 1986 e 1987 foi presidente do grupo Trabalho e Estudos Zumbi (TEZ), primeira entidade do movimento negro contemporâneo em Mato Grosso do Sul, fundada em 1985. Ver www.camara.gov.br, acesso em 23/8/2007.

424 Vicente Paulo da Silva (1956), conhecido como Vicentinho, foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP) entre 1987 e 1990; presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SP) entre 1992 e 1994, e presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) entre 1994 e 2000. Eleito deputado federal por São Paulo na legenda do PT em 2002, tomou posse em janeiro de 2003, ano em que também se formou em direito pela Universidade Bandeirante de São Bernardo do Campo. Foi reeleito deputado federal nas eleições de 2006. Ver www.camara.gov.br, acesso em 22/8/2007.

425 O Serviço Reservado da Polícia Militar também é chamado de P2.

426 Sérgio Amaral foi secretário de Comunicação Social da Presidência da República durante quase todo o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, entre 10 de maio de 1995 e 1º de janeiro de 1999. Ver www.presidencia.gov.br/info_historicas/galeria_pres/galfhc1/galfhc/integrapt.html, acesso em 22/8/2007.

427 Segundo Eduardo de Oliveira, o termo “ação afirmativa” apareceu pela primeira vez na Ordem Executiva 10.925 do presidente John F. Kennedy, de 6 de março de 1961, no contexto da luta pelos direitos civis. Nessa ordem, “o

presidente proibia as diversas agências governamentais de discriminarem seus candidatos por bases de cor, religião e nacionalidade, estimulando-as para que usassem de ação afirmativa na contratação de seus empregados". Ver Eduardo H. P. de Oliveira, "Além do nada: Estado, raça e ação afirmativa", disponível em www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0020.pdf, acesso em 22/8/2007.

428 Fernando Costa da Conceição, doutor em ciências da comunicação pela Universidade de São Paulo e ativista do movimento negro, coordenou o Movimento pelas Reparações dos Afrodescendentes no Brasil (MPR), em 1996, o Comitê Pró-Cotas para negros na Universidade de São Paulo e o Núcleo de Consciência Negra na USP. Atualmente é professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, cujo departamento chefiou entre setembro de 2003 e outubro de 2006. Ver www.cnpq.br, "Plataforma Lattes", e www.usp.br/nce/africabrasil/paginas/palestrantes.htm, acesso em 22/8/2007.

429 Ipea é a sigla para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, fundação pública federal criada em 1964 vinculada ao Ministério do Planejamento. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e a reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento. Ver www.ipea.gov.br/default.jsp, acesso em 24/8/2007.

430 O Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI) foi criado pelo Decreto s/n de 20 de novembro de 1995 e era composto por oito membros da sociedade civil ligados ao movimento negro, oito membros de ministérios e um representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Ver www.senado.gov.br, "Legislação", acesso em 22/8/2007.

431 Logo após a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, o governo brasileiro definiu um programa de política de cotas no âmbito dos ministérios do Desenvolvimento Agrário — implementação de programa de ações afirmativas que previa cota mínima de 20% para afrodescendentes no acesso a cargos de direção, bem como na organização de concursos públicos e na contratação de trabalhadores terceirizados; da Cultura — implementação de programa de ações afirmativas que previa meta de

participação de 20% para afrodescendentes, no preenchimento de cargos de Direção de Assessoramento Superior (DAS) e nos contratos com serviços de terceiros e consultores; da Justiça — criação, na Secretaria de Estado de Direitos Humanos, do Programa Nacional de Ações Afirmativas no âmbito da administração pública federal, com o objetivo de privilegiar a participação de afrodescendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência; e nos tribunais Superior do Trabalho (TST) e Supremo Tribunal Federal (STF) — implementação de ações afirmativas nos contratos com serviços de terceiros que previam a participação de no mínimo 20% de negros e negras. Ver Luciana Jaccoud & Nathalie Beghin, Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental (Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Ipea, 2002).

432 Edson Lopes Cardoso. A celebração conflituosa do mito: uma leitura dos jornais do centenário da Abolição da escravatura (Dissertação de mestrado em comunicação, Universidade de Brasília, 1990).

433 Trata-se do 1º Congresso Continental dos Povos Negros das Américas, em comemoração aos 300 anos de Zumbi dos Palmares, realizado no Parlamento Latino-Americano, Memorial da América Latina, São Paulo, de 21 a 25 de novembro de 1995.

434 Em 1995, o governador de São Paulo era Mário Covas, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (1995-1998), e o prefeito da cidade era Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS) (1993-1997).

435 Os Encontros Continentais Indígena, Negro e Popular, que são a origem desse movimento, foram realizados desde 1989, como parte da reflexão acerca dos quinhentos anos da chegada de Colombo à América (1492). Esses encontros, em número de quatro, foram realizados em Bogotá (Colômbia, 1989), Xelaju (Guatemala, 1991, onde foi incluída a temática negra), na Nicarágua e em São Paulo (1995). Este último se referia aos povos negros das Américas e contou com a presença de delegações de 19 países. Ver www.fundacaoperseuabramo.org.br/sala_leitura/brasil500.htm, acesso em 22/8/2007.

436 O Artigo 336 da Constituição paraense promulgada em 5 de outubro de 1989 afirma: “O princípio da igualdade deve ser aplicado pelo Poder Público, levando em conta a necessidade de tratar, desigualmente, os

desiguais, na medida em que foram ou sejam injustamente desigualados, visando a compensar pessoas vítimas de discriminação.” O parágrafo único estabelece: “Dentre outras medidas compensatórias, tomadas para superar desigualdades de fato, incluem-se as que estabelecem preferências a pessoas discriminadas a fim de lhes garantir participação igualitária no mercado de trabalho, na educação, na saúde e nos demais direitos sociais.” Ver http://www.governodopara.pa.gov.br/popups/down_contituicao/Constitui%Iparaense_2002.pdf, acesso em 24/11/2006.

437 O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), fundado em 1866, é uma instituição de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Está situado na cidade de Belém e é a mais antiga instituição científica da região amazônica. Ver www.museu-goeldi.br, acesso em 22/8/2007.

438 Carlos Alberto Medeiros foi chefe de gabinete da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção da População Negra (Sedepron), posteriormente nomeada Seafro, durante a gestão de Abdias Nascimento à frente da Secretaria (1991-1994).

439 O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), que faz parte da estrutura básica da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), foi criado pela Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003. Integram o órgão 20 representantes da sociedade civil organizada, três personalidades notoriamente reconhecidas no âmbito das relações raciais e 17 representantes de ministérios. Seu objetivo é a proposição, em âmbito nacional, de políticas de promoção de igualdade racial, com ênfase na população negra e em outros segmentos étnicos da população brasileira, para combate ao racismo e à discriminação racial e redução das desigualdades raciais. Ver www.planalto.gov.br/seppir/cnpir/apresentacao.htm, acesso em 22/8/2007.

440 A Coordenadoria dos Assuntos da População Negra (Cone) da Prefeitura de São Paulo foi criada em 22 de dezembro de 1992, através da Lei Municipal nº 11.321, com a finalidade de formular, coordenar, acompanhar, sugerir e implementar políticas públicas para suprir as necessidades específicas da população negra, e com o objetivo de combater o racismo, para promover a integração dessa população no município de São Paulo. Ver

http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/participacao_parceria/coordenadoria_de_governanca_e_transparencia/mais_informacao/mais_informacao.asp?Id=104-18.4845/imprimir, acesso em 22/8/2007.

441 José Gregori (1930), advogado, foi chefe de gabinete do Ministério da Justiça na gestão do ministro Nelson Jobim (1995-1997), secretário de Estado dos Direitos Humanos (1997-2000) e ministro da Justiça entre 14 de abril de 2000 e 14 de novembro de 2001, durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Ver

www.mj.gov.br/Institucional/estrutura/ex-ministros/min_gregori.htm e
http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/noticias/ultimas_104-18.4845/imprimir, acesso em 22/8/2007.

442 Sesc é a sigla para Serviço Social do Comércio.

443 Maria Auxiliadora Lopes, historiadora, pedagoga e mestre em educação, é técnica em assuntos educacionais do MEC, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), e membro do Grupo de Servidores do MEC pela Igualdade Racial. Ver

<http://mecsrv04.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasId.asp?Id=7478>, acesso em 22/8/2007.

444 A Convenção 111, sobre a discriminação em matéria de emprego e profissão, foi adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 25 de junho de 1958, entrou em vigência no dia 15 de junho de 1960 e o ato de ratificação foi registrado pelo governo brasileiro, junto à OIT, em 26 de novembro de 1965. Em seu Artigo 2º, a Convenção afirma: “Qualquer membro para o qual a presente Convenção se encontre em vigor compromete-se a formular e aplicar uma política nacional que tenha por fim promover, por métodos adequados às circunstâncias e aos usos nacionais, a igualdade de oportunidades e de tratamentos em matéria de emprego e profissão, com o objetivo de eliminar toda discriminação nessa matéria.” Ver

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/emprego/conv58.htm> e
http://www.right-to-education.org/content/rights_and remedies/brazil.html, acesso em 22/8/2007.

445 Vilmar Evangelista Faria (1941-2001), doutor em sociologia pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, foi chefe da Assessoria Especial da Presidência da República durante os dois governos de Fernando

[Henrique Cardoso, entre 1995 e 2001, e é considerado o principal idealizador dos programas sociais do governo. Ver www.psdb.org.br/psdb_antigo/Partido/itv/revista/revista_02/carta_leitores.pdf](http://www.psdb.org.br/psdb_antigo/Partido/itv/revista/revista_02/carta_leitores.pdf), acesso em 22/8/2007.

[446 Gilberto Vergne Saboia \(1942\) presidiu o comitê de redação da Conferência Mundial para os Direitos Humanos, em Viena \(1993\); chefiou a delegação brasileira na Conferência para o Estabelecimento do Tribunal Penal Internacional, em Roma \(1998\); foi secretário de Estado para Direitos Humanos entre 2000 e 2001 e coordenou a preparação brasileira à III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. Foi subsecretário-geral de Assuntos Políticos do Itamaraty entre 2002 e 2003, quando se tornou embaixador do Brasil nos Países Baixos e representante permanente junto à Organização para a Proibição das Armas Químicas. Ver www.brazilianembassy.nl/emb_51.htm, acesso em 22/8/2007.](http://www.brazilianembassy.nl/emb_51.htm)

[447 Durante o ano de 2005, declarado “Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial” pelo governo Lula, a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial \(Seppir\), percorreu os 27 estados da federação participando das Conferências Estaduais de Promoção da Igualdade Racial e de várias conferências municipais.](#)

[448 Lynn Walker Huntley, diretora da Iniciativa de Relações Humanas Comparadas, projeto da Fundação Educacional do Sul — Southern Education Foundation \(SEF\) —, foi diretora do Programa para Direitos e Justiça Social da Fundação Ford, assistente da Procuradoria Geral e chefe da Divisão de Direitos Civis do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, conselheira jurídica permanente do Fundo de Assistência Jurídica e Educacional da Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor \(NAACP\), conselheira jurídica geral da Comissão de Direitos Humanos da Prefeitura de Nova York e colunista da revista Essence. Ver www.beyondracism.org/port_WAG_frame_text.htm, acesso em 22/8/2007.](#)

[449 Franklin A. Thomas foi presidente da Fundação Ford entre 1979 e 1996. Trabalhou como advogado da Agência Federal de Crédito Habitacional, foi promotor-assistente federal do Distrito Sul da Cidade de Nova York e vice-comissário para Assuntos Jurídicos do Departamento de](#)

[Polícia de Nova York. Foi coordenador da Comissão de Investigação sobre a Política dos Estados Unidos para a África do Sul, cujo relatório, Time Running Out \(O tempo se esgota\), foi publicado em 1981 e atualizado posteriormente. Ver www.beyondracism.org/port_WAG_frame_text.htm, acesso em 22/8/2007.](#)

[450 Gloria Steinem é escritora e editora-consultora de Ms., revista bimestral internacional fundada por ela em 1972. Como ativista, ajudou a fundar a Aliança para a Ação das Mulheres \(Women's Action Alliance\); o Fórum Político Nacional das Mulheres \(National Women's Political Caucus\) e a Frente de Mulheres Sindicalistas. É presidente do grupo Eleitores pelo Direito de Escolha \(Voters for Choice\) e presidente-fundadora da Fundação Ms. for Women, fundo multirracial de mulheres que apoia projetos populares para fortalecer mulheres e meninas. Ver www.beyondracism.org/port_WAG_frame_text.htm, acesso em 22/8/2007.](#)

[451 “Ms” é usado antes do sobrenome de uma mulher, ou de seu prenome e sobrenome juntos, quando não se quer declarar se é casada ou não.](#)

[452 Alexander Neville, diretor do Projeto para o Estudo de Educação Alternativa na África do Sul — Project for the Study of Alternative Education in South Africa \(Praesa\) — na Universidade do Cabo, esteve preso durante dez anos \(1964-1974\) em Robben Island, na Cidade do Cabo, onde Mandela permaneceu durante 26 anos, até 11 de fevereiro de 1990. Ver http://www.unpress.co.za/author.php? action=displayauthor&conf%5Bauthorid%5D=211, http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/mandela/interviews/alexander e http://web.uct.ac.za/depts/præsa/st.html, acesso em 30/8/2007.](#)

[453 Paulo Sérgio Pinheiro é professor e diretor do Centro de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Foi relator do Plano Nacional de Direitos Humanos do Brasil, relator especial para as Nações Unidas sobre Direitos Humanos no Burundi e professor-visitante do Instituto Kellogg da Universidade de Notre Dame. Ana Maria Brasileiro é coordenadora do Programa de Liderança e Representação das Mulheres do Banco Interamericano de Desenvolvimento, foi chefe da Divisão Regional do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher \(Unifem\) para a América Latina e o Caribe, e do Programa do Unifem para Fortalecimento Político das Mulheres. Trabalhou também como professora](#)

na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, diretora de pesquisa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) e diretora executiva da Fundação Educar, que trabalha com educação de adultos no Brasil. Ver www.beyondracism.org/port_WAG_frame_text.htm, acesso em 22/8/2007.

454 Marta de Oliveira, psicóloga, foi gestora pública na área de saúde materno-infantil da Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro, durante o governo de Rosinha Garotinho (2003-2006). Ver www.combateaoracismonoinstitucional.com/images/padf/marchazumbi.pdf, acesso em 22/8/2007.

455 José Augusto Lindgren Alves (1946) foi secretário-executivo dos comitês nacionais responsáveis pela preparação da participação do Brasil nas conferências das Nações Unidas sobre assuntos sociais durante os anos 1990 (Cairo, Copenhague, Pequim e Istambul); chefe do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores entre 1995 e 96, e membro do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, no mesmo período. É delegado na Comissão dos Direitos Humanos da ONU e foi eleito, em 2002, membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), órgão das Nações Unidas, em Genebra. Foi embaixador brasileiro na Bulgária entre 2002 e 2006, quando se tornou embaixador do Brasil na Hungria. Ver www.brazil.hu/pb-curriculum.htm, acesso em 22/8/2007.

456 Na semana de comemorações dos quinhentos anos do “Descobrimento” do Brasil, em Porto Seguro, na Bahia, mais de três mil índios se deslocaram de várias aldeias do país, juntamente com estudantes e integrantes do movimento negro e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), até a área indígena de Coroa Vermelha, a 20 quilômetros de Porto Seguro. As manifestações realizadas por esses grupos foram violentamente reprimidas pelo contingente de seis mil homens da Polícia Militar da Bahia, que patrulhava Porto Seguro e bloqueava os acessos à cidade. Ver www.comciencia.br/reportagens/501anos/br08.htm, acesso em 23/8/2007.

457 As três conferências preparatórias (PrepCon) para a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo foram realizadas na sede da ONU, em Genebra. A primeira ocorreu de 1º a 5 de maio de 2000; a segunda, entre 21 de maio e 1º de junho de 2001, e a terceira, de 30 de julho a 10 de agosto de

2001. Ver

www.casadeculturadamulhernegra.org.br/boletim/boletim_mostra.php?cat=44&id=142, acesso em 23/8/2007.

458 A IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher foi realizada em Beijing, China, de 4 a 15 de setembro de 1995. Cerca de 180 delegações governamentais e 2.500 organizações não governamentais reuniram-se para discutir uma ampla série de questões relacionadas à mulher. Ver

<http://portugues.iwhc.org/politicaglobal/nacoesunidas/conferencias/qcmm.cf>
acesso em 23/8/2007.

459 Mary Robinson (1944), primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da Irlanda (1990-1997), foi a alta comissária de direitos humanos das Nações Unidas de 1997 a 2002. Ver <http://en.wikipedia.org/wiki>, acesso em 30/8/2007.

460 A Conferência Regional das Américas, preparatória para a Conferência Mundial de Durban, foi realizada em Santiago do Chile em dezembro de 2000.

461 A Maria Mulher — Organização de Mulheres Negras, foi fundada em 8 de março de 1987, em Porto Alegre. Ver
www.mariamulher.org.br/historico.htm, acesso em 23/8/2007.

462 O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) foi criado em 1976 como resposta às demandas das organizações de mulheres presentes na I Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, que se realizou na Cidade do México, em 1975. Ver
<http://www.unifem.org.br/>, acesso em 30/8/2007.

463 Entre 30 de outubro e 1º de novembro de 2000 ocorreu em Brasília um encontro de representantes de 26 organizações de mulheres negras do Brasil, Peru, Equador e Uruguai, para discutir estratégias para a Conferência de Durban. Ver artigo de Rebecca Reichmann, disponível em
<http://www.iadb.org/sds/doc/Prolead-ConferenceBlackWomen-1E.rtf>,
acesso em 23/8/2007.

464 Usaid é a sigla para United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

[Internacional\), fundada em 1961. Ver http://www.usaid.gov/, acesso em 30/8/2007.](#)

[465 Sônia Corrêa, antropóloga, foi coordenadora da Iniciativa de Gênero do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas \(Ibase\). Foi fundadora da SOS Corpo, organização feminista com sede em Recife, e fez parte da diretoria da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids \(Abia\). Como ativista dos direitos da mulher em âmbito mundial, participou de análises de acompanhamento da Conferência Internacional de 1994 sobre População e Desenvolvimento para a Fundação Ford e para o Fundo de População das Nações Unidas no Brasil. É autora do livro População e direitos reprodutivos: perspectivas feministas do Sul. Ver http://portugues.iwhc.org/quemsomos/voces/correa.cfm, acesso em 23/8/2007.](#)

[466 A Aliança Estratégica Latino-americana e Caribenha de Afrodescendentes agregou, durante o processo de preparação para a Conferência de Durban, entidades brasileiras de mulheres negras, a Rede Latino-americana e Caribenha de Mulheres Negras e a Afro-América XXI, que é uma rede de organizações afrodescendentes da sociedade civil, com representações em 17 países na América Latina. Ver www.social.org.br/relatorio2001/relatorio018.htm e www.thedialogue.org/iac/por/events/MulheresAfro-descendentesLutandopelaJustica.htm, acesso em 23/8/2007.](#)

[467 Incorporando as discussões que ocorreram ao longo do processo de preparação da Conferência, o capítulo sobre a mestiçagem acabou se configurando no parágrafo 56 da Declaração de Durban, que afirma: “Reconhecemos, em muitos países, a existência de uma população mestiça, de origens étnicas e raciais diversas, e sua valiosa contribuição para a promoção da tolerância e respeito nestas sociedades, e condenamos a discriminação de que são vítimas, especialmente porque a natureza sutil desta discriminação pode fazer com que seja negada a sua existência.” Ver Declaração de Durban e Plano de Ação — traduzidos em língua portuguesa \(Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2002, p. 27\), também disponível em www.comitepaz.org.br/Durban_1.htm, acesso em 23/8/2007.](#)

[468 Rigoberta Menchú \(1959\), política guatemalteca de origem indígena, militou desde o final da década de 1970 pelo respeito aos direitos das](#)

populações indígenas e exilou-se no México em 1981. Em 1992 foi premiada com o Nobel da Paz. Ver Grande Encyclopédia Larousse Cultural. s/l, Nova Cultural, 1998.

469 Bangu é um bairro da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

470 Pnud é a sigla para Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

471 O jornal tabloide Írohìn é editado em Brasília desde 2004 e conta com apoio da Fundação Ford. Ver <http://www.irohin.org.br>, acesso em 30/8/2007.

472 Walter Franco foi representante residente do Pnud no Brasil entre 1998 e 2002, durante todo o período de preparação da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo e também durante o período posterior à Conferência. Ver www.terra.com.br/istoe/economia/151142.htm e www.unesco.org.br/noticias/opiniao/index/index_2002/pos_durbam/mostra.htm, acesso em 24/8/2007.

473 Trata-se de Ruth Dreifuss (1940), presidente da Confederação Suíça em 1999 e representante do cantão Genebra no Conselho Federal Suíço de 1993 a 2002. Ver http://www.humanrights.ch/home/upload/pdf/030221_edi_durban.pdf e <http://www.admin.ch/ch/d/cf/br/105.html>, acesso em 30/8/2007.

474 Maria Aparecida da Silva, mais conhecida como Cidinha da Silva, formada em história pela UFMG, é coordenadora do Programa de Educação do Geledés, Instituto da Mulher Negra. Organizou o livro Ações afirmativas em educação (São Paulo, Summus, 2003). Márcio Alexandre, jornalista e editor da revista eletrônica Afirma, é colunista de Afropress e do Portal do Ibase.

475 Edward Telles é professor do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Foi responsável pelo Programa de Direitos Humanos do escritório da Fundação Ford no Rio de Janeiro, do começo de 1997 até o final de 2000, e atuou como consultor na mesma Fundação desde 1995. Ver artigo do próprio Edward Telles intitulado “As fundações norte-americanas e o debate racial no Brasil”, Estudos Afro-Asiáticos (Rio de Janeiro, Ano 24, nº 1, 2002, pp. 141-165). Joaquim Benedito Barbosa Gomes, mestre e doutor em direito público pela

[Universidade de Paris II \(Panthéon-Assas\), foi membro do Ministério Público Federal de 1984 a 2003, com atuação em Brasília \(1984-1993\) e no Rio de Janeiro \(1993-2003\), e foi indicado ministro do Supremo Tribunal Federal pelo presidente Lula em 2003, tornando-se o primeiro negro a ocupar o cargo no país. Ver www.stf.gov.br, acesso em 24/8/2007.](#)

[476 O Comitê Nacional de preparação da Conferência de Durban foi estabelecido por Decreto Presidencial de 8 de setembro de 2000, sob a presidência do secretário de Estado dos Direitos Humanos, embaixador Gilberto Saboia. Ver http://www.socioambiental.org/esp/indiosemilitares/xenofobia.htm, acesso em 30/8/2007.](#)

[477 O rabino Henry Sobel é presidente do rabinato da Congregação Israelita Paulista \(CIP\) há 35 anos, desde 1972. Ver http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG76869-6014,00.html, acesso em 24/8/2007. Zezé Motta é o nome artístico de Maria José Mota \(1944\), atriz e cantora que participou de vários filmes, peças de teatro e novelas na televisão, com destaque para o filme Xica da Silva \(1976\), em que foi a protagonista. Ver www.adorocinemabrasileiro.com.br/personalidades/zeze-motta/zeze-motta.asp, acesso em 24/8/2007. Dom Gílio Felício \(1949\), na época bispo-auxiliar em Cruz das Almas, no Recôncavo Baiano, tornou-se bispo da diocese de Bagé \(RS\) em fevereiro de 2003. É coordenador da Pastoral Afro-brasileira da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil \(CNBB\). Ver http://www.agecom.ba.gov.br/exibe_noticia.asp?cod_noticia=3689, http://www.oecumene.radiovaticana.org/bra/Articolo.asp?c=151142 e http://pt.wikipedia.org, acesso em 30/8/2007. Maria Stella de Azevedo Santos, Mãe Stella de Oxóssi, também conhecida como mãe Stella do Afonjá, é a iorixá do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, em Salvador, um dos mais tradicionais do Brasil. Ver www.amulherada.org.br/racismoeintolerancia.htm, acesso em 24/8/2007. Azelene Kaingang, socióloga e presidente do Warã Instituto Indígena Brasileiro, é representante dos povos indígenas no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e membro da Comissão Brasileira Permanente de Discussão dos Direitos Indígenas na Organização dos Estados Americanos e na ONU. Também é membro do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil. Ver www.planalto.gov.br/mesa/cons_02_03.htm, acesso em 24/8/2007.](#)

478 A Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância foi realizada no campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entre 6 e 8 de julho de 2001. Ver

www.abong.org.br/deolhoembrasilia/arquivos/deolhotextos31.htm, acesso em 24/8/2007.

479 Francisco Correia Weffort (1937), cientista político e doutor em ciências sociais pela USP, foi ministro da Cultura durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002. Ver www.cultura.gov.br, acesso em 24/8/2007.

480 No dia 9 de julho de 2001, o jornal Folha de S. Paulo publicou uma entrevista com Hédio Silva Júnior, na qual ele explicava seu desligamento do comitê misto instalado pelo governo brasileiro e afirmava: “O governo vende uma imagem externa de que aqui existe perfeita integração com a sociedade civil, passando, no plano internacional, a imagem de que dialoga e reflete os anseios do movimento negro. É um diálogo sem consequências, um monólogo; porque nós falamos, a diplomacia escuta, mas isso não se reflete em compromisso. Temos a mesma indiferença do primeiro escalão do governo Fernando Henrique para adotar qualquer medida.” Ver http://proex.reitoria.unesp.br/informativo/WebHelp/2001/edi_o02/edi02_ar, acesso em 24/8/2007.

481 Ricardo Paes de Barros, doutor e pós-doutor em economia pela Universidade de Chicago (1988) e pós-doutor em economia pela Universidade de Yale (1989), ambas nos Estados Unidos, é pesquisador do Ipea desde 1979 e atualmente está à frente da Diretoria de Estudos Sociais da instituição. Ver www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 24/8/2007.

482 Roberto Borges Martins foi presidente do Ipea de 1999 a 2003. Doutor pela Universidade Vanderbilt, nos Estados Unidos, com a tese “Crescendo em silêncio: a economia da escravidão no século XIX em Minas Gerais”, é professor aposentado do Departamento de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em entrevista concedida ao CPDOC em agosto de 2004 para um projeto sobre a história do Ipea, Roberto Martins referiu-se à linha de pesquisa sobre desigualdades raciais, implantada em sua gestão: “Implantei, com o apoio pessoal do presidente Fernando Henrique, uma forte linha de pesquisas sobre desigualdades raciais. O Ipea nunca tinha mexido com isso, o IBGE pouca atenção dava, por isso

começamos a produzir e divulgar estatísticas sobre desigualdades raciais: desigualdades educacionais, de renda, de emprego, de condições de vida. Isso começou em 2001, quando a ONU convocou a Conferência de Durban, na África do Sul, a conferência mundial contra o racismo. O Ipea foi convidado a entrar no comitê organizador da delegação brasileira e participou intensamente da preparação das posições do Brasil; fomos uma espécie de braço técnico da delegação.” Ver Maria Celina D’Araujo; Ignez Cordeiro de Farias & Lucia Hippolito (org.). Ipea 40 anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento (Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005). Ricardo Henriques, economista, foi pesquisador do Ipea, onde, cerca de um mês antes da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, publicou o artigo “Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90” (Rio de Janeiro, Ipea, julho de 2001), disponível em www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0807.pdf, acesso em 24/8/2007. Ricardo Henriques foi titular da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad / MEC) durante o primeiro governo Lula (2003-2006).

483 De 5 a 13 de setembro de 1994 foi realizada no Cairo, Egito, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Ver www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lindgrenalves/alves.htm, acesso em 24/8/2007.

484 Edna Maria Santos Roland. “The Conditions of Persons of African Descent in the Americas: Marginalization on the Basis of Race and Poverty — Attitudes towards Cultural Identity.” In: United to Combat Racism — Selected Articles and Standard-Setting Instruments (Paris, Unesco, 2001).

485 Romero Rodríguez é o coordenador político e a principal liderança do Mundo Afro, organização criada em 1988 no Uruguai. Ver www.mundoafro.org/equipo.html, acesso em 24/8/2007.

486 Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares era representante Ministério das Relações Exteriores no Comitê Nacional de preparação da Conferência de Durban. Durante o primeiro governo Lula foi chefe do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores e, em março de 2007, foi nomeado embaixador do Brasil na República da Costa Rica. Ver <http://www.socioambiental.org/esp/indiosemilitares/xenofobia.htm>, www.dipnet.com.br/conselho_consultivo.asp e

www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2007/03/28032007/07637.pdf, acesso em 24/8/2007.

487 O jornalista Ricardo Boechat, após trabalhar no jornal O Globo por 31 anos, passou a assinar a coluna “Informe JB” no Jornal do Brasil em 18 de julho de 2001, cerca de duas semanas antes da terceira PrepCon realizada em Genebra a partir de 30 de julho daquele ano. Ver <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/opiniao/2001/07/16/joropi20010716005.html>, acesso em 24/8/2007.

488 Após a Conferência de Durban, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujo titular era Raul Jungmann, iniciou a implementação de um programa de ações afirmativas que previa cota mínima de 20% para afrodescendentes no acesso a cargos de direção, bem como na organização de concursos públicos e na contratação de trabalhadores terceirizados. Ver Luciana Jaccoud & Nathalie Beghin. Desigualdades raciais no Brasil (op.cit.).

489 O Programa Universidade para Todos (ProUni), criado pela Medida Provisória nº 213 de 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos às instituições que aderirem ao Programa. Ver <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/Oprograma.shtml>, acesso em 24/8/2007.

490 Raul Bellens Jungmann Pinto (1952) foi ministro do Desenvolvimento Agrário durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1999 e 2002, quando se afastou do cargo para concorrer a uma vaga de deputado federal por Pernambuco, na legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Foi eleito em 2002 e reeleito em 2006, dessa vez na legenda do Partido Popular Socialista (PPS). Ver DHBB e www.camara.gov.br, acesso em 24/8/2007.

491 Miguel Soldatelli Rosseto foi titular do MDA durante quase todo o primeiro governo Lula. Afastou-se no último ano para concorrer a uma vaga de senador pelo Rio Grande Sul na legenda do PT, nas eleições de 2006, mas não foi eleito. Ver www.tse.gov.br, acesso em 24/8/2007.

492 O Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002, instituiu, no âmbito da Administração Pública Federal e sob a coordenação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Ações Afirmativas. Ver Luciana Jaccoud & Nathalie Beghin. Desigualdades raciais... (op.cit.), p. 141.

493 Nilmário Miranda foi empossado no cargo de secretário nacional de Direitos Humanos em janeiro de 2003, no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, substituindo Paulo Sérgio Pinheiro.

494 Trata-se da Lei nº 3.708, de autoria do deputado estadual José Amorim, do então Partido Progressista Brasileiro (PPB), aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), instituindo cotas de até 40% para negros e pardos no acesso às universidades públicas estaduais. Essa primeira lei determinando a reserva de vagas para negros nas universidades no Brasil foi sancionada em novembro de 2001. Para uma análise da elaboração e da tramitação da lei na Alerj, ver Michelle Peria. Ação afirmativa: um estudo sobre a reserva de vagas para negros nas universidades públicas brasileiras. O caso do estado do Rio de Janeiro (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004).

DEBATES ATUAIS

COTAS PARA NEGROS NAS UNIVERSIDADES

Ivanir dos Santos

Eu me lembro que, quando a gente começou a debater cota e ação afirmativa no movimento negro, o pessoal dizia: “Não! Não vai acontecer nada, isso é reforma!” Hoje até o MNU está defendendo. Porque uma das dificuldades que o movimento negro teve e tem tido é não ter uma bandeira unitária. O que nós tínhamos de unidade era: contra o 13 de Maio, com o dia nacional de protesto; o 20 de Novembro, e contra o racismo. A massa negra não consegue visualizar a luta antirracista. Ela não consegue ligar: ser contra o racismo, em que a beneficia? Com a ação afirmativa ela passa a entender: é vaga na universidade, é vaga no shopping center, onde o cara não te emprega. Assim ela entende, porque você está mostrando um caminho concreto. Eu não era contra ação afirmativa, eu era contra cotas. Se você vir entrevistas minhas de alguns anos atrás, eu estou lá falando contra. Mas depois fui compreendendo, viajando muito o mundo e vendo o Brasil. É muito bom você ver o Brasil de fora. Você comprehende que a sociedade é tão conservadora na questão racial, é tão racista, que a cota é importante, porque ela abre esse debate.

A cota entrou no relatório oficial do governo que foi para a Conferência de Durban, quando eu, com um grupo de pessoas, numa audiência com o presidente da República, sugeriu ao Fernando Henrique que adotasse nem que fosse a cota, no relatório. Porque abriria o debate. E ele aí assumiu. Tanto que a imprensa foi lá e pinçou justamente a cota. Ao mesmo tempo em que ela pinçou para desmoralizar, abriu o debate. Coincidiu com um deputado conservador, que não sabia o que era, e fez uma lei que ninguém discutiu, que eu acho que era uma coisa do Juca, um militante do movimento negro, que deve ter dito para ele: “Põe aí a lei da cota.”⁴⁹⁵ Passou por unanimidade na Alerj. O cara ligou: “Ivanir, passou uma lei na Alerj.” Aí o pessoal do PT queria ser contra. Eu disse: “Não. Contra não. Vamos ser a favor. Agora vamos à cota.” “Mas o cara é conservador...” “Não importa; fez a lei, vamos na lei.”

E abriu esse debate todo, o que está obrigando as universidades a se repensarem, a se verem. Somos um país que precisa se ver dessa forma. Não que cota seja a maravilha, mas ela é nossa tática; nossa estratégia são as

políticas de ação afirmativa, que a sociedade tem que fazer. Não dá mais para você viver em uma sociedade como essa. Acho que o movimento negro, a nossa geração — minha, do Amauri, esse pessoal — está vendo uma coisa que a gente jamais achou que veria. Talvez pensássemos nos nossos filhos, que ainda iam batalhar para os nossos netos verem. Nós estamos conseguindo ver agora: um debate concreto, a sociedade tem que caminhar para fazer alguma coisa concretamente.

Carlos Alberto Medeiros

Em 1991 participei de uma delegação que foi chefiada pela então deputada federal Benedita da Silva. Eram Sueli Carneiro, Cida Bento, Januário Garcia, Filó, Luiza Bairros... Fomos exatamente conhecer tanto organizações afro-americanas, como organizações de direitos civis e direitos humanos nos Estados Unidos — não só organizações negras —, com financiamento da Fundação Ford. Mas interessante é que não havia nenhum foco sobre ação afirmativa. A gente pegou uma série de experiências, uma série de coisas que eram feitas lá, mas não me lembro de nada muito específico em relação a isso.

O principal marco da ação afirmativa nos Estados Unidos foi quando o Estado descobriu que podia utilizar o poder que ele tem em função da grana, para influir nas instituições que dependem dele, nos fornecedores de bens e de serviços que participam das licitações. Ou seja, é amarrar a licitação a determinadas práticas — podem ser práticas ecológicas, por exemplo, isso tem sido feito, e práticas nessa área. Quer dizer, empresas a partir de 20 empregados — me parece que é isso, na legislação lá — que participem de licitação com órgão de governo têm que provar que não praticam discriminação. Como é que você prova que não pratica discriminação? Mostrando que você tem negros em várias posições, mulheres e outros grupos também. Quem mais ganhou com ação afirmativa nos Estados Unidos foram as mulheres, não foram os negros. A legislação de ação afirmativa é para um número de grupos que varia de acordo com a composição étnica da região, mas sempre são negros, mulheres, índios — Native Americans —, portadores de deficiência...

Hoje estou na Secretaria de Direitos Humanos do estado do Rio de Janeiro, trabalhando com o Jorge da Silva, que é também um militante, um amigo de muito tempo.⁴⁹⁶ O que a gente está querendo? É uma ideia minha e do Paulo Roberto dos Santos, e o Jorge gostou da ideia, porque, desde a época da Sedepron, a gente já conversava sobre essa história, que é amarrar as licitações do estado em relação a isso. E só o Estado pode fazer isso, isso é área dele. E o Estado fazendo, também está dando exemplo para fora. E ele também tem que fazer dentro dele.

Falar somente em cota é uma distorção que vem da direita americana. A direita americana botou um rótulo: “Ação afirmativa é cota.” Aí a discussão chega aqui na periferia e as pessoas imaginam que a ação afirmativa se resuma a cota. Quando lá, cota é a forma menos usada, até porque, para usar cota, você tem que atender a uma série de requisitos. Então tudo é ação afirmativa: bolsas de estudos, programas de formação e de treinamento, reforço escolar. E cada um faz do seu jeito, não tem uma regra.

E uma coisa interessante, que é geral, não apenas da ação afirmativa, mas da questão racial no Brasil: você não vai entender se fizer uma divisão entre direita e esquerda — se você imaginar que a esquerda seja simpática e a direita, não. Na verdade, você vai ter talvez um pouco mais de simpatia na esquerda, mas há gente na esquerda que não tem nenhuma simpatia por isso. Muita gente. Cristovam Buarque era contra, assim como o Paulo Renato era contra ação afirmativa.⁴⁹⁷ Pelo conservadorismo. Existe um conservadorismo de esquerda também, que tende a reduzir tudo à questão de classe. O negócio é assim: os negros, na sua maioria, são pobres; então, se você fizer alguma coisa em relação aos pobres, você vai atingir a população negra. Mas isso valeria para as mulheres também. A maioria das mulheres é pobre, com certeza. Então por que você não substitui as políticas para mulheres por políticas para pobres, porque aí você vai atingir as mulheres? Claro que é furada! Então é você imaginar que vai resolver o problema racial sem atacar o problema racial. É isso que se pretende com esse discurso: “Vamos fazer um programa para os pobres.” Totalmente a favor, somos todos totalmente a favor de todos os programas para os pobres. Não tem maniqueísmo aí, não, não é uma coisa ou outra. Só que a gente sabe que programa para os pobres não acaba com discriminação nem com desigualdade racial.

Alguém diz, por exemplo: “O problema é educação.” Aliás, o negócio da educação é interessante, porque educação serve para tudo, é panaceia e acaba sendo uma solução conservadora. Por quê? Primeiro, porque, se começasse a mudar agora, radicalmente agora, o resultado se faria sentir 30 anos depois. Então não afeta ninguém agora, você joga a solução lá pra frente. Mas claro que eu não estou dizendo que não haja problemas sérios de educação que tenham que ser atacados, mas o Roberto Martins — que agora é consultor da ONU, num grupo de trabalho sobre raça — mostra que, se negros e brancos tivessem o mesmo nível educacional, ainda haveria uma substancial diferença de salários.⁴⁹⁸ Essa diferença se reduziria quase

pela metade, mas ela é tão grande que continuaria sendo grande. Ou seja, o problema não é apenas a educação, porque, entre outras coisas, negros e brancos exercendo a mesma função, tal como mulheres e homens, os brancos ganham mais. E a discriminação de raça é maior do que a discriminação de gênero. As mulheres brancas ganham mais que os homens negros. A pirâmide é: homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra, que é a última da tabela. Você não resolve isso apenas investindo na pobreza, embora precise dramaticamente investir. Temos que atacar em todas as pontas ao mesmo tempo. E é uma tarefa difícil.

Hédio Silva Júnior

Acho que a experiência do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em São Paulo, significou para mim uma primeira disponibilidade, digamos assim, intelectual, para considerar que era preciso formular respostas para o cotidiano; que o discurso que a esquerda vendia, que era o discurso da transformação global, se assemelhava muito à coisa católica do inferno na Terra em busca do paraíso. Em muitas reuniões, o Hélio Santos era uma voz solitária a favor das ações afirmativas. Também o Carlos Alberto Medeiros, no Rio de Janeiro. Enfim, algumas figuras sacaram bem antes de nós que isso era importante. E depois eu fui me interessando por esse tema.

Foi uma maturação muito lenta e também muito dolorosa. Porque em vários momentos estava em questão se a adesão a um tipo de reivindicação como essa significaria ou não uma rendição ideológica: nós, que amávamos tanto a revolução, agora estariamos, digamos assim, contentes com a possibilidade de partilhar o bolo sem transformação social. Até que alguém disse que nós estávamos fazendo uma extraordinária transformação social das relações do cotidiano, das relações dos microespaços de poder. E a própria questão do empoderamento da população negra e a coisa mais altiva, mais ousada na política, nas relações intersubjetivas. Alguém precisou dizer que a gente estava fazendo a revolução, que cotas no Brasil é revolução. E a história está mostrando que é revolução. Possivelmente na República não houve um tema que tenha mobilizado tanta energia quanto a questão das cotas, a favor e contra. Então a gente começou a pensar que era legal, que era uma revolução. Acho que isso é mesmo um sinal de ruptura com um certo pensamento bastante “rastaquera” e bastante precário, mal sintetizado, que é a leitura que a esquerda propunha que nós fizéssemos da realidade brasileira. Uma conquista importante é a conquista de poder dizer que não: “Há um recorte racial que vai orientar o pensamento de esquerda brasileiro e nós não concordamos com esse recorte. Nós absolutamente não nos vemos representados nesse recorte.” Então, acho que a nossa geração deu passos, está dando passos importantes para a edificação de um pensamento negro, porque foi capaz de romper. Mas a ruptura foi dolorosa, custou caro para muita gente.

Carlos Alberto Medeiros

A primeira contestação que costuma aparecer em relação às ações afirmativas para negros é a constitucionalidade. Quem faz isso baseia-se no Artigo 5º da Constituição, que diz que todos são iguais perante a lei, independentemente de raça, sexo... E que, portanto, seria inconstitucional você fazer qualquer coisa privilegiando um grupo racial. Agora, quem defende a ação afirmativa se baseia em um outro artigo, o 3º, que reconhece implicitamente que a igualdade não é algo que já exista, e que cabe ao Estado promover igualmente, igualitariamente, o bem-estar. É mais ou menos assim que o Artigo 3º vai.⁴⁹⁹

Então, o que acontece? Se, na verdade, o que prevalecesse no Brasil, em termos da Constituição, fosse essa visão fechada em cima do Artigo 5º, não se teria uma série de exemplos de discriminação positiva — que é um outro nome da ação afirmativa — em relação a mulheres, como a questão da aposentadoria e da cota nos partidos; em relação aos portadores de deficiência; idosos; menores... Havia uma cota para filhos de fazendeiros nas universidades rurais, para filhos de professores nos colégios de aplicação, para pequenos e microempresários...⁵⁰⁰ O ministro Marco Aurélio Melo, num paper que ele apresentou num seminário em Brasília, disse que isso existe para todo tipo de grupo.⁵⁰¹ Inclusive, uma interpretação fechada do Artigo 5º impossibilitaria que você fizesse programas para a pobreza delimitados por renda. Se você faz um programa para quem ganha até 90 reais, você está discriminando quem ganha 91, 92, 93, cem, um milhão. É uma discriminação, uma discriminação positiva e, sobretudo, deve ser muito injusta para quem ganha 91 ou 92. Só que o Estado tem recursos escassos e ele precisa limitar. E isso sempre provoca injustiça também. Mas não é considerado inconstitucional, e não é considerado como ferindo o Artigo 5º. Então, alguém já disse que o problema dessa cota que se está discutindo agora não é a cota, mas a cor da cota, já que a cota é aceitável na sociedade brasileira. O problema é fazer isso em relação aos negros. O Joel Rufino dos Santos, então, acho que tem a frase perfeita para isso: “A Constituição tem elementos para defender ou para atacar a ação afirmativa. Depende de onde você foca e depende, fundamentalmente, de uma outra coisa, que é política.” Ou seja, a decisão sobre se você privilegia o Artigo 5º

ou o 3º é uma decisão política. É disso que se trata.

O outro obstáculo que é apresentado é a questão do mérito. Então, ao criar alguma medida que privilegie um grupo, quando se trata do acesso a determinadas posições, você estaria infringindo o sistema do mérito, que é aquele que deve prevalecer, sobretudo o mérito acadêmico, quando se fala da universidade. Qual é a nossa argumentação em relação a isso? Nós também somos a favor do sistema do mérito. Ele é necessário, você tem posições escassas dentro da sociedade e é preferível que essas posições sejam ocupadas por pessoas que estejam preparadas. Agora, como é que você avalia esse mérito? No caso da universidade, é o vestibular? Ora, durante um montão de tempo nós temos acompanhado uma discussão, que continua até hoje, sobre o valor do vestibular. Alguém já disse que o vestibular mede a capacidade de fazer vestibular. Um aluno que passou no ano passado não passaria de novo, submetido ao mesmo vestibular. Um reitor de universidade não passaria naquele vestibular. Então, ele não mede a capacidade de fazer aquele curso, ou depois, mais ainda, de ser um profissional bem-sucedido, porque ele não leva outras coisas em consideração.

Eu costumo dar um exemplo: vamos supor que a nota de corte seja 5 e o aluno que teve tudo na vida tirou 5,1. Ele é medíocre, não é? Ele não deu o retorno das viagens internacionais, da Internet, dos papos enriquecedores em casa, da pressão dos pares. Então ele tirou um pouco acima da média. E o outro tirou 4,9 e teve tudo ao contrário. Ele não entrou. Será que existe um abismo de conhecimento entre o que tirou 0,2 ponto acima do outro? — eu estou usando um exemplo extremo, evidentemente. Entre os dois, qual seria aquele mais promissor? Em quem valeria a pena investir? Vamos supor que você fosse um empresário e quisesse o retorno do seu investimento no estudo daquela pessoa. Eu jogaria no do 4,9 porque esse vai longe, tendo em vista o lugar de onde ele veio. Então o que se quer? Que o critério do mérito seja reconstruído para incorporar aspectos como a capacidade de superar obstáculos, que, com certeza, é uma forma também de mérito, e que vai ajudar muito mais a prever um futuro sucesso do que apenas a prova do vestibular. Então, esses critérios têm que ser revistos.

O terceiro argumento que costuma ser apresentado é — e esse é muito interessante: “Ah, isso é uma coisa americana.” E aí se trabalha com o antiamericanismo que caracteriza alguns setores da sociedade brasileira —

um antiamericanismo muito interessante, porque é um antiamericanismo de jeans, que gosta de rock, mas é antiamericano. “É uma coisa americana e não deu certo nos Estados Unidos.” Bom, quem fala que não deu certo nos Estados Unidos normalmente não usa indicadores socioeconômicos para dizer isso. É uma coisa impressionista, tipo assim: “O racismo continua lá. A gente viu que outro dia teve um incidente, mataram um negro não sei onde.” Esquecem do dentista que foi morto aqui em São Paulo.⁵⁰² Mas, enfim: “Não deu certo nos Estados Unidos porque o racismo continua lá.” Alguém já disse que, se a ação afirmativa acabasse com o racismo, seria um efeito muito interessante, tal como você tomar uma vacina contra a varíola e se imunizar contra o tétano, por exemplo. A ação afirmativa não pretende acabar com o racismo. Ela pretende fornecer igualdade de oportunidades, é isso. Pode ser, acredita-se, que, com isso, no futuro, com o passar do tempo, as pessoas se acostumando ao convívio umas com as outras em todas as posições, você contribua para acabar com o racismo. E, com certeza, você também pode contribuir para diminuir o conflito, a partir do momento em que você oferece um canal de ascensão para, pelo menos, um número significativo, se espera, de pessoas do grupo dominado. Tem possibilidade. E também, aquilo que eles chamam lá de role model, que seria o modelo de comportamento: “Eu posso ser médico porque vi o outro parecido comigo que é médico. Isso me mostra que eu também posso ser, também posso chegar lá.”

Agora, quando a gente pega os indicadores socioeconômicos, então, essa história de que não deu certo... Só para a gente ter uma ideia: no final da década de 1950, você tinha em torno de mais de 60% dos negros vivendo abaixo da linha de pobreza nos Estados Unidos. Hoje, dados de 1996, deve ser a Pnad deles lá, porque eu entrei na Internet outro dia: você tem em torno de 29% de famílias negras vivendo abaixo da linha de pobreza.⁵⁰³ O que ainda é desproporcional, porque a proporção para os brancos é em torno de 10%, um pouco menos. Mas tem duas consequências, dois corolários disso. Um: a maioria dos negros não é pobre. Você tem 29% abaixo da linha de pobreza, mais de 70% estão acima. Segundo: a maioria dos pobres não é negra, porque 10% dos brancos são muito mais do que 30% dos negros. Os negros são de 11 a 12% da população toda, dá uns trinta e tantos milhões. Os African Americans são 11 ou 12% historicamente. Embora em algumas cidades sejam a maioria da população. Nas grandes cidades, essa proporção é sempre maior. Em Nova York é em torno de 30%; Atlanta é maioria da população; Nova Orleans é maioria da

população. Em muitos lugares é maioria da população. No Sul, sobretudo, mas não só no Sul. Nas grandes cidades essa proporção é maior. Mas você tem aquele “interiorzão”, onde vive grande parte da população americana e onde a presença de negros, às vezes, é de 5% ou menos. Naqueles estados do Oeste, tem lugar em que os caras nunca viram negros.

Então, o que aconteceu? Houve um progresso. E esse progresso pode ser delimitado, com muita clareza, entre os anos 1960 e 80, que é exatamente o chamado período de ouro da ação afirmativa. Porque na década de 1980 entra o Reagan e começa a cortar.⁵⁰⁴ Os juízes conservadores que ele começa a nomear para a Suprema Corte começam a derrubar a ação afirmativa, embora, de nenhuma forma, tenham acabado com ela. E a última decisão foi uma decisão ambígua, mas favorável.⁵⁰⁵ Basicamente favorável, dizendo que é válido você usar um critério racial. Só que esse critério tem que ser de acordo com certas coisas e tal. Eu costumo usar um exemplo muito fácil para as pessoas visualizarem: quem tem Telecine, tem cinco canais de Telecine. Um deles é o Telecine Classic, que passa os filmes da década de 1960 para lá. Então é só ver os papéis que os negros faziam naqueles filmes e os papéis que fazem hoje. Esse é um indicador, é um reflexo da sociedade. Por exemplo, eu estava lá no hotel Hyatt Regency, em Kansas City, para o encontro da Associação de Psiquiatras Negros. Era sábado e vi chegando — parecia a velha guarda da Portela — casais de idosos negros, os caras de terno, as mulheres bem arrumadas, que tinham alugado lá um salão para fazer uma festa deles, num hotel cinco estrelas. Ninguém estava prestando atenção naquilo. Isso seria impossível no Brasil! A velha guarda até podia ir convidada para tocar, até para ser homenageada, até podia ser. Mas não eram eles que iriam alugar o salão.

Então houve uma modificação muito grande. Sem nenhum idealismo. Eles falam de um monte de problemas. Curiosamente, problemas semelhantes aos daqui: a polícia matou um num “carrão”, umas coisas desse tipo. Eles chamam de DWB, driving while black — “dirigindo enquanto negro”. Essa coisa da abordagem policial, de pedir documentos, de muitas vezes ter uma abordagem agressiva. Então é uma coisa muito parecida com o que a gente tem aqui. Mas houve um progresso e esse progresso foi muito grande. Tenho uma amiga que desceu do avião em Nova York, pegou o ônibus para ir para a cidade, mas não se aguentou, puxou a máquina fotográfica e começou a tirar fotos dos carros: BMW, Mercedes, ela não estava acostumada a ver os negros dirigindo aqueles carros nessa quantidade, homens e mulheres. São

só indicadores visíveis, coisas que você pode perceber no dia-a-dia. Eles estão em toda parte.

Seria desonesto dizer que isso é tudo produto da ação afirmativa. É difícil dizer o que foi exatamente, porque ela está tão disseminada, ela é feita de tantas maneiras, cada empresa faz de um jeito. Não chama de ação afirmativa, chama de promoção da diversidade. Tem um monte de coisas. Mas, com certeza, ela causou um impacto, porque houve, junto, outras medidas de caráter redistributivo. Enfim, uma série de coisas: políticas sociais dos governos democratas, do Lyndon Johnson, sobretudo.⁵⁰⁶ Então a situação é completamente diferente.

Tem mais dois argumentos paralelos que são apresentados. Um, extremamente preconceituoso, que fala da queda da qualidade do ensino: “O ensino vai cair.” Embora seja um resultado parcial, pelo menos a gente tem um, mas ele é tão poderoso, que é o resultado do primeiro semestre letivo da UERJ, em 2003, que mostra exatamente o contrário disso. Os alunos cotistas, tanto os negros quanto os das escolas públicas, têm o maior percentual entre os alunos que passaram em todas as matérias e o menor percentual entre aqueles que foram reprovados em todas as matérias. Eles tiveram o melhor desempenho acima da média nos departamentos de humanas, ciências sociais e biomédicas. E tiveram o desempenho um pouco abaixo em ciência e tecnologia. A nota mais discrepante no vestibular foi de um cara que entrou para odontologia: em 114 pontos possíveis ele fez 6,5. Entrou pela cota. E o que entrou com a nota mais baixa sem cota entrou com 77. Então, de 77 para 6,5 é um abismo. Então esse aluno era aquele aluno destinado ao fracasso. Mas ele passou em todas as matérias no primeiro semestre de 2003, o que reforça aquela nossa ideia da garra, do valor da garra, da vontade de superar obstáculos.

E o outro argumento, e esse é de uma pobreza... As pessoas parecem que não param para pensar quando dizem: “Essas pessoas vão ser discriminadas no mercado de trabalho.” Bom, em primeiro lugar, como se não fossem atualmente. Em segundo lugar, eu gostaria de saber como é que se vai descobrir que essa pessoa entrou pela cota, porque o diploma não diz isso. E só vai receber o diploma quem tiver cumprido as exigências acadêmicas. Ninguém se forma por ação afirmativa. Pode-se entrar por ação afirmativa, mas para concluir o curso vai ter que cumprir todas as exigências acadêmicas e ganhar o diploma exatamente igual aos outros.

Então eu gostaria de saber de que forma se vai identificar o aluno que entrou pela cota.

Existe um outro argumento, que eu considero, esse sim, o mais perverso, que é o argumento de que, por causa da miscigenação no Brasil, é impossível você dizer quem é negro e quem é branco. Ele já seria perverso porque isso nunca foi obstáculo para se discriminar negativamente os negros. O que acontece? Algumas pessoas do campo de ciências sociais estão oscilando entre dois modelos: entre o modelo brasileiro de identificação racial e o modelo americano. Então usam um quando interessa e usam o outro quando o primeiro passa a desinteressar. Eu vou dar um exemplo: vamos imaginar um intelectual brasileiro, branco, com acesso a informação, viagens internacionais. Isso é uma coisa que costuma acontecer com muita frequência: o cara vai aos Estados Unidos e descobre que não é branco lá. E fica com muita raiva disso, inclusive vem pedir, às vezes, a solidariedade dos negros, esquecendo que aquilo a que ele é submetido lá, nós somos submetidos aqui, mas tudo bem. Aí a pessoa chega e diz o seguinte: “Você vê como os Estados Unidos são um país racista; lá, pelo simples fato de que a minha bisavó era uma negra, eu seria considerado negro. Isso é um absurdo.” O que ele está dizendo? Que aqui no Brasil ele é branco, embora a bisavó possa ter sido negra. Se ele não tem marca suficiente dessa ancestralidade, ele não será considerado negro. Essa é a visão brasileira, que foi construída aqui, em função da história daqui, e é essa que serve na prática. Aí você vem com a proposta, para a mesma pessoa, de ação afirmativa: “Vamos fazer alguma coisa em relação aos negros?” “Espera aí. Mas como é possível identificar quem é negro? Eu, por exemplo, minha bisavó é negra.” Então, nesse exato momento, ele passa da visão brasileira para a visão americana da one drop rule, da regra de uma gota de sangue: uma gota de sangue negro transforma em negro — lá, sim, mas aqui, não. Então quem é que a gente considera? Quem é o negro? Quem deve ser beneficiado por essas medidas? Aqueles que são discriminados como tais. E muitas pessoas são discriminadas como tais. Aquela visão, um pouco, do que eu percebi lá no Rio Grande do Sul, que eu vi pessoas reunidas ali porque não lhes permitiam entrar em outro lugar. Então elas estavam numa mesma categoria, e é isso: esse é o negro. Aquele que, em algum lugar, em algum momento, vai poder ser discriminado. E a gente sabe identificar quem é. O Kabengele chama de “negros indisfarçáveis”.⁵⁰⁷ Acho que é uma boa terminologia. Então vamos trabalhar primeiro com esses aí. Aqueles mais “tinta forte”, que sofrem mais a discriminação, não têm problema com isso.

Agora, podem existir dificuldades em determinados casos? Podem existir. Mas isso não será privilégio desse tipo de política. Qualquer política que você faça que estabeleça algum tipo de distinção — por exemplo, políticas voltadas para a pobreza: qual é a linha da pobreza? Um salário mínimo, dois, três, cinco, dez? Depende do pesquisador e do instituto de pesquisa. Existe muita divergência em relação a isso. Mas todo mundo tem certeza de que existe pobreza e que a pobreza tem que ser atacada, e que algumas pessoas são mais pobres que as outras e têm que ser defendidas de alguma forma. Da mesma forma a velhice: quando é que começa a velhice? 45, 50, 55, 60, 65? Existe muita dúvida, muito debate a respeito disso. Mas existe a velhice, existem condições associadas à velhice, que devem ser enfrentadas independentemente do limite que você coloque. Sempre que você estabelece um limite, você está fazendo algum tipo de injustiça. “É 65 anos.” Aí tem um cara que está doentinho, está mal, e ele tem 64 anos e trezentos dias. Mas ele tem 64 e ele não vai ser atingido se a política for de 65. E o de 70 pode estar em melhores condições do que ele, mas a sociedade precisa estabelecer limites para poder trabalhar.

Isso não pode ser um obstáculo. Tem que considerar esses obstáculos, essas dificuldades, mas considerar, ao mesmo tempo, que existem pessoas que inequivocamente são atingidas. Eu não teria nenhum problema, por exemplo, num programa desse tipo, havendo escassez de recursos, de posições, que se adotasse um peso maior para mais melanina, um peso maior para o cara mais escuro. Eu sei que o cara mais escuro que eu é mais discriminado do que eu. Então é criar esses mecanismos, levar tudo isso em consideração. É claro que não pode ser só uma coisa. Por exemplo, esse programa da Uerj: acho muito interessante essa modificação que introduziu renda também. Agora é questão de raça e classe.⁵⁰⁸ Esses são mecanismos que vão sendo aperfeiçoados na sociedade.

Na UnB, está se criando toda uma polêmica em torno das fotos, enquanto as fotos são apenas um elemento que entra ali muito mais como dissuasor, para o cara que quer fraudar, como fizeram aqui na UERJ — o cara é louro e diz que é pardo.⁵⁰⁹ Então o que acontece? Você manda a foto, que é um fator inibidor. Parece que eles vão fazer um conjunto de coisas — inclusive, em caso de dúvida, entrevistar a pessoa, olhar a pessoa. É o ideal? Lembra o nazismo? Acho que esses mecanismos têm que ser aperfeiçoados. O que me incomoda é o tal louro entrar fraudando aqui. Não vejo grande problema em se considerar uma série de características, inclusive um questionário.

Tem essa história de questionário, o cara vai dizer: “Foi discriminado?, foi não sei o quê?, passou por isso e por aquilo?” Tem uma lei, um projeto de lei do Sarney, que acho que encaminha bem esse negócio.⁵¹⁰ É do Sarney, mas um monte de gente trabalhou nisso, inclusive Wânia Sant’anna. O projeto prevê que a pessoa, para se identificar como negro, isso tem que estar no seu documento. Os documentos mais recentes não têm isso, então a lei manda os cartórios abrirem com essa coisa para as pessoas botarem no seu documento. Botar no seu documento tem um peso diferente de só dizer. Tem que estar no seu documento. São todos mecanismos que estão sendo estudados, criados, testados, para se poder implementar isso. Vamos criar esses critérios. Agora, não podemos fugir da discussão. Existe muita discussão, estava conversando com o Paulo Roberto dos Santos, que é um cara que vem lá daquelas primeiras reuniões, que conheci na primeira reunião da Cândido Mendes, em 1974. Ele falava: “Eu não gosto desse critério.” Então vamos descobrir os critérios, vamos formar os critérios. Agora, acho que é fácil, num primeiro momento: se você tiver dúvida de qualquer coisa, pega os “tinta forte”. E depois vamos ver como é que a gente vê esses outros casos.

Porque varia, não é? Eu não entro naquele equívoco desses pesquisadores, sei que tem uma variação regional. Eu sei que, por exemplo, você vai ser branco na Bahia e negro no Rio Grande do Sul e, em alguns outros lugares, vai depender da situação, não é isso? Se você for à Bahia ninguém vai dizer que você é negro. Vão saber, está na cara que tem uma coisa de origem, mas lá não é considerado. Por quê? Porque os brancos são muito poucos e, se eles fizessem isso, iam ficar totalmente ilhadados. Então eles permitem que os mulatos mais claros passem por brancos, estão sabendo que não são, mas tem um jogo lá. No Aurélio você encontra o adjetivo “branco-da-baía”; “irônico: mulato”.⁵¹¹ E me lembrou um cara que conheci que é professor na Universidade de Wisconsin. Ele é filho de um soldado branco americano e de uma mulher haitiana e é um tipo muito indefinido. Ele disse que em Cuba falaram que ele era blanco de la tierra, que é o “branco-da-baía”.

Vi na Internet um estudo recente que dizia que o movimento negro não tinha cumprido a promessa. Ele parecia que ia ser uma coisa grande e não foi. Acho que a situação que está acontecendo, o debate, para além de qualquer coisa que a ação afirmativa possa conseguir, ela já teve uma vitória muito grande que é a discussão de raça. É fazer o brasileiro discutir raça, porque o brasileiro não gosta, é desconfortável, incômodo, causa

urticária. E estamos tendo que discutir: está todo dia no jornal, questão de raça. E se a gente considerar que você não pode resolver um problema antes que você reconheça a existência dele, então nós estamos caminhando num sentido positivo, de estudar os problemas, que não vão ser resolvidos com ação afirmativa. Ação afirmativa é um meio de se conseguir alguma coisa, de se conseguir um caminho para tirar o aspecto escandinavo que certas instituições brasileiras ainda têm. A televisão é um bom exemplo disso. Então está sendo muito positivo por causa disso, pelo próprio fato de a gente estar discutindo.

Jurema Batista

Ontem eu estive com um empresário negro e ele contou que outro dia entrou um fiscal do Ministério do Trabalho na empresa dele e disse: “Eu vim falar com o empresário.” Ele falou: “Pois não.” “Não falo com segurança.” O fiscal achou que ele era o segurança. Entende? Um dia uma moça foi no meu gabinete; ela estava no elevador e falou para o ascensorista: “Eu quero ir na vereadora Jurema.” Aí eu falei: “Você quer falar comigo?” Ela olhou para mim... Depois, quando ela chegou ao gabinete, descobriu que era eu. Então, a sociedade não estava nem preparada para que o negro tivesse ascensão. Muito pelo contrário. Houve muita dificuldade mesmo para que o negro conseguisse estudar. Por isso é que nós da comunidade negra, que estivemos no movimento, batalhamos tanto pelas cotas. Porque, para nós, tem que ter educação; sem educação, sem chances para o negro conseguir alguma coisa no Brasil. Se bem que, para mim, não é só na universidade. Acho que tem que brigar para ter cotas também no ensino médio, em todos os colégios públicos, no Pedro II, nos colégios de aplicação, tem que ter.

E quanto à outra questão, de que sempre nos acusam: “Mas vocês não são a favor das políticas universalistas?” Somos, só que elas até então não nos atenderam. Teve um momento em que a escola pública foi muito boa. Só que nesse momento os negros não conseguiam chegar à segunda série. Porque não adianta ter políticas universalistas sem focar determinadas diferenças. Você pode ter uma excelente escola de primeiro grau, de classe de alfabetização, mas se a menina ou o menino negro não for visto ali com toda a sua potencialidade... Educadores norte-americanos pesquisaram, acho que durante quatro anos, a expectativa do professor em relação a cada aluno. E é exatamente a expectativa do professor que se cumpre. Qual é a expectativa em relação a um menino loiro e a um menino negro? Um vindo da favela da Rocinha e o outro vindo da Zona Sul do Rio, do asfalto? O estímulo que o professor dá a um menino favelado e o estímulo que dá a um menino da chamada “classe média” vão definir adiante se esse menino vai ou não chegar a sair das primeiras séries. Porque se você começa a ter um “não estímulo”, a tendência é já cair fora. Já começa subliminarmente, porque nem sempre a coisa é verbalizada, a te dizer qual é o teu lugar. Faz um trabalhinho e o professor não comenta, não elogia. Não espera muita

coisa: “Filho de pedreiro vai ser pedreiro mesmo.” Mas o filho do médico, não: “Filho do médico vai ser médico.” Então já é toda aquela atenção diferenciada. Ensino universalista não adianta nada se você não tiver à frente daquele ensino alguém que tenha uma ideia universalista. Universalista mesmo, não alguém que esteja lá dentro daquele espaço de educação tratando com diferenciação, no sentido de jogar um para cima e outro para baixo. Essa política universalista pode acontecer em um processo de reeducação dos profissionais, mas por enquanto a gente não tem isso. Por enquanto, a gente tem uma política de educação e de saúde que foca que um grupo étnico tenha direitos, e outro, só deveres e não direitos.

Flávio Jorge Rodrigues da Silva

Na minha trajetória, a questão da presença da educação foi fundamental. Meu pai ficou no primário, minha mãe não conseguiu nem concluir o primário, é praticamente analfabeta, e a influência da educação na minha vida foi muito grande. Minha própria presença dentro da universidade me ajudou muito na minha formação profissional e na minha compreensão política. Esqueci de falar uma coisa: na PUC de São Paulo, a gente contou com o auxílio muito grande de uma pessoa que se chama Octavio Ianni.⁵¹² Até para você conseguir bolsa. No período em que estive na PUC, ele dirigia o departamento de bolsas da pós-graduação e também da área de ciências sociais e conseguia bolsas para a gente. Então, sobre a questão das cotas, o que eu quero dizer? Ela é fundamental para o debate sobre ação afirmativa no Brasil, mas eu a encaro de uma forma emergencial.

Não sou daqueles que acham que a cota é uma solução. Acho que a cota serve como canal para o debate sobre políticas de ação afirmativa. Até porque ação afirmativa não se restringe só a cotas. A cota entra de uma forma enviesada. Eu não enxergo a educação como a coisa de ascensão do indivíduo. A educação é uma forma de você se inserir na sociedade. Ela é fundamental para isso. Mas a cota tem um problema sério: nós fizemos toda uma movimentação no Brasil, se você pegar de 1978 para cá, esse chamado movimento negro contemporâneo, no sentido de dar uma concepção mais coletiva à luta negra no Brasil. Tanto é que essa discussão que nós fizemos, de o Encontro Nacional de Entidades Negras ser por entidades, e não por pessoa, é um pouco já com essa concepção. O que a cota faz? Claro que ela é fundamental para a gente poder ter acesso à universidade, mas ela individualiza o debate sobre a questão racial. Se ela não for acompanhada de um processo de formação política muito grande — e aí a ação do movimento negro é fundamental —, a gente pode construir uma elite política no país, mas uma elite política individualizada. Os Estados Unidos caíram muito nisso. Se você pegar o governo Bush atualmente, quem está hoje no governo Bush é gente que se beneficiou da política de cotas. Mas você tem uma Condoleezza Rice, você tem um Colin Powell.⁵¹³ Onde caiu esse povo? Num projeto totalmente autoritário de construção dos Estados Unidos etc. Então, minha preocupação com a cota é essa.

Agora, ela é fundamental. Por isso que não sou contra. Mas, se a gente não tiver uma intervenção do movimento negro de politização desse debate, e não entrar no debate de ação afirmativa de uma forma mais abrangente e não só restrita a cotas, a gente pode se ferrar. Essa é a minha preocupação. Agora, é claro que a cota também provocou um debate, que é: o que é ser negro no Brasil? É meio intuitivo isso que estou falando, mas a visão sobre o racismo no Brasil está mudando. Eu acho que a geração que vem aí já vem com uma outra concepção, diferente dessa geração de que eu fiz parte, que foi mais um momento de afirmação da luta negra. A gente entra agora numa outra etapa, que é: o que a gente entende por ser negro no Brasil? O que a gente entende por racismo no Brasil e no mundo? Porque Durban também influenciou muito essa nossa geração.

Sou a favor de cota para a escola pública e cota para negro. Acho que as duas coisas. Como é que entendo a discussão das cotas em escola pública? Acho que você, de certa forma, fortalece um debate que é recuperar a escola pública no Brasil. Esse é o sentido dessa discussão de cotas nas escolas públicas. Mas a cota para negros é necessária, porque é o setor mais discriminado na questão educacional. É polêmico isso que estou falando. É mais polêmico ainda se você discutir cotas em universidades privadas. Mas em um país como o Brasil, o meu exemplo é o de milhares. A gente conseguiu ter acesso à universidade pelo caminho das universidades privadas. Então, cota em universidades privadas é um debate necessário, assim como cota nas escolas públicas. Mas privilegiando negros e indígenas. É um momento novo que a gente está vivendo. Quem está no governo pensa assim. Não foi tranquila essa discussão com o Ministério da Educação. Até para a gente introduzir a questão de cotas no debate, foi uma “pauleira” — acho que isso reflete o patamar de discussão a que nós chegamos enquanto movimento negro e como a sociedade brasileira ainda continua sendo tremendamente racista.

Aproveitando a pergunta “o que é ser negro no Brasil?”, como o senhor vê as fotografias que foram alvo de muita polêmica na UnB?

Isso é polêmico. Negro é uma questão de consciência, cada vez mais. Eu tenho dois filhos, uma menina de 19 anos e um menino de 15 anos. Eles entendem o que é ser negro, mas eles não têm a mesma cabeça que eu tinha

na época, nessa trajetória toda de quase 30 anos de luta negra. Eles entendem que são negros, mas já pensam diferente sobre o que é ser negro no Brasil. A trajetória de vida influencia muito. Saí de Paraguaçu Paulista sem nunca ter vindo para São Paulo, de uma família totalmente pobre, paupérrima. Quando se discutem as condições de vida, eu nem gosto de falar porque sou aquariano, gosto de ver o lado mais positivo da vida. Mas eu era uma pessoa que não era para dar certo. Tinha tudo para não dar certo, mas a gente se impôs.

O que acontece hoje? Por isso que eu acho que a questão de cotas é preocupante. Como a luta negra avançou no país, as nossas condições de vida, pelo menos de uma camada da população, também evoluiu. Hoje, meus filhos não precisam ter o mesmo esforço que eu tive para se inserirem no mercado de trabalho, para se inserirem na educação. Minha filha faz desenho industrial, a mãe dela dá aula na Faap, ela tem bolsa por ser filha de professor.⁵¹⁴ Nunca imaginei ter um filho que fizesse desenho industrial, se você pegar a minha trajetória. Ela enxerga o racismo de uma forma diferente, de uma forma mais facilitada. Tem dois movimentos atualmente nos nossos filhos. Alguns deles já estão indo imediatamente para a militância e outros são da geração das cotas. Meus filhos, por exemplo, eu os vejo como fazendo parte da geração das cotas, que tem a vida mais facilitada. Esse é o perigo das cotas. Não sei se eu consigo me expressar. Não sofreram tanta discriminação — essa geração que está chegando agora. Claro que estou falando de uma parcela da população. Você continua tendo a juventude que tem as mesmas dificuldades que eu tive, não tem acesso à educação. Tem o dado da violência, do crime, hoje em dia, que é pesado. O dado das drogas, que é pesado. Mas acho que é uma geração diferente e, por isso, acho que é uma nova etapa que se abre.

Volta com a coisa lá do Clube Coimbra, em 1978. O que eu entendi? Os caras falaram para mim que eu não podia participar de uma reunião porque eu não era negro. Eu insisti e aquilo ali me projetou para uma militância que, talvez, eu não pensasse que seria tão intensa. Então acho que esse momento que a gente está vivendo é de choque, novamente de choque. A foto na UnB pode ser que não seja o melhor critério para definir o que é ser negro e quem teria acesso às cotas na universidade. Mas ela trouxe de volta esse debate. Aqui mesmo, na Fundação Perseu Abramo, a gente passou um dia inteiro vendo, nas fotos, quem era negro e quem não era, com o pessoal que não tem militância na questão racial.⁵¹⁵ Conversei com o vice-

reitor da UnB e ele disse: “Foi a maneira que a gente achou para chocar e para provocar o debate aqui dentro. É claro que a gente vai ter que aperfeiçoar isso aí.” Mas continuo com a ideia de que a autodeclaração é o melhor critério. Na hora em que você preenche um documento para poder concorrer à cota, se você disser que é negro, é isso que tem que valer.

Mesmo se a pessoa estiver fazendo aquilo de má-fé?

Mesmo sendo de má-fé. Acho que o mais importante da cota é o debate político que vai existir em torno dela. E o cara que se diz negro, mesmo que de má-fé, ele vai ser questionado mais lá na frente.

Edna Roland

Eu trabalho com a noção do ser negro a partir de três referenciais possíveis. Primeiro, considero negros todos os descendentes de africanos. Todos os descendentes de africanos são negros. Um segundo referencial é: quem se considera como tal. Você tem que ser descendente de africano, e segundo, você tem que se considerar negro. É negro quem diz que é negro. E um terceiro referencial é: quem é tratado como tal. Ou seja, quem sofre discriminação. Pode acontecer, digamos, de um indivíduo que é descendente de africano ser percebido como negro e não se considerar como tal. Se ele diz que não é, para mim ele não é negro. Para mim, vale a declaração do sujeito, como referencial antropológico, aí no caso. O sujeito tem que se definir, tem que dizer o que ele é. Agora, do ponto de vista, digamos, da ocorrência da discriminação, o que pesa mais é como os outros o percebem. Se você não é percebido como negro no Brasil, você poderá não sofrer discriminação, embora você se sinta enquanto tal e se considere enquanto tal, e tenha uma identidade racial de negro.

Então, dependendo do que está em foco, você enfatiza mais a percepção do outro ou a percepção do próprio sujeito. E, na minha forma de ver, não há possibilidade de uma objetividade absoluta disso. Não há um limite possível a partir do qual você diz: vai haver uma unanimidade de opinião acerca de onde está a fronteira, onde termina o negro e onde começa o branco. Eu acho que não há objetividade possível. É uma questão que passa pelo olhar, seja do próprio sujeito, seja pelo olhar do outro. Essa questão é extremamente relevante no momento em que começa o processo de formulação das políticas de ação afirmativa, em que você vai definir quem são os beneficiários dessas propostas. Acho que devemos trabalhar com a autorreferência.

Carlos Alberto Medeiros

Lá nos Estados Unidos os caras acham que eu sou americano. Aliás, esse negócio da identidade é interessante, porque, em São Paulo, meu primeiro apelido foi Baiano. O que significa “baiano” em São Paulo? É meio como o “paraíba” no Rio. Baiano é o nordestino. O apelido do Lula é Baiano, e o Lula não tem nada de parecido comigo. No Rio, o baiano não é enquadrado como nordestino, porque ele é muito parecido com o carioca fisicamente. Por exemplo, o Júnior Baiano: ninguém vai olhar para a cara dele e achar que ele não é daqui. Em São Paulo, o Antônio Sérgio Guimarães diz que essa categoria “baiano”, de uma certa forma, significava o não branco.⁵¹⁶ Podia pegar o cara do Rio para cima, o cara de Minas, aqueles mulatos... Isso era o “baiano” em São Paulo.

Aí eu vou para a Bahia, já nos anos 1980, pela primeira vez. Estou no ponto do ônibus, chega um casal de idosos, puxa um papo comigo e, daqui a pouco: “Espera aí. Você não é baiano? Nós jurávamos que você era baiano.” Então percebi que eu podia ser baiano também pela visão baiana, que era diferente da de São Paulo — com certeza, não era a visão pejorativa.

Aí vou para o Senegal. No Senegal me disseram que eu parecia um egípcio — outra categoria. Vou para os Estados Unidos. Me lembro de uma situação muito semelhante à do ponto do ônibus na Bahia: estou no ônibus, uma mulher negra, gorda, aquele tipo cantora de gospel, sentou do meu lado e começou a bater papo. E naquele dia eu estava inspirado. Esse negócio de língua tem a ver também com inspiração. Até que eu falei uma coisa, eu falei “network”, pronunciando o t. E ela falou: “O quê?” “What?” “Ah, network” — sem pronunciar o t. Ela falou: “Wait a minute. You’re not american! It’s amazing!” Quase as mesmas palavras dos baianos: “Você não é americano. Que surpresa.” Mas eu também descobri que podia ser etíope, porque etíopes já vieram para mim lá: “Are you Ethiopian?” “Você é etíope?” Então eu posso ser etíope, na visão do etíope. E na África do Sul eu descobri que eu podia ser indiano também, porque indianos disseram que eu podia ser indiano, e em Londres disseram a mesma coisa.

Bom, aí me puxa para o que eu chamei de “arbitrariedade do signo racial”.

Não é pela tua aparência, nem pela tua origem. Mas como a tua origem e a tua aparência são lidas pelas pessoas daquela sociedade, em função da história daquela sociedade. Categorias raciais são categorias historicamente construídas, e os critérios para a construção variam de uma sociedade para outra. Isso é uma formulação teórica mais sofisticada para um negócio que eu vivi e tenho vivido — porque esse negócio de indiano foi em 2001. Foi a última identidade possível, mas deve ter outras aí.

Yedo Ferreira

Ação afirmativa é uma concepção dos Estados Unidos, foi o Kennedy quem propôs. E, no bojo das ações afirmativas, vinha também a questão de cotas. Muito bem, o que ficou demonstrado? Era uma ação de governo para resolver a questão étnico-social e, consequentemente, era uma ação para negros — embora lá eles tivessem feito para negros, minorias, mulheres... Mas era uma ação para o negro, não era uma ação do negro. A minha divergência está justamente nesse ponto. Uma coisa seria nós, negros, termos uma concepção de luta para o poder e, por conta disso então, querermos qualificar o nosso pessoal para, quando nós assumirmos o poder, termos o nosso pessoal qualificado. Isso é uma concepção. Consequentemente, então, nós vamos pleitear cotas para colocar o nosso pessoal em determinado local, para que eles possam aprender e depois ter o poder. Em nenhuma parte foi feito isso.

Quando é uma ação do negro, ele nunca pensa pela metade, nunca pensa por pouco. A reivindicação dele é o total, como na questão de reparação. Então, nós pensamos em termos de reparação, que é um outro conceito. A cota, não. A cota é o governo que dá para atender a determinado setor e qualificar aquele setor. Só que aquele setor, aquele grupo, se qualifica e não tem compromisso com coisa nenhuma. A não ser com a sua própria qualificação. Então, isso produz um Colin Powell, uma Condoleezza Rice. Todos eles são produtos de cotas nos Estados Unidos. Eles não têm compromisso com coisa nenhuma, apenas se formar. Se formaram e vão para onde lhes derem mais. É pura e simplesmente para ascensão social.

Mas como se daria essa reparação que o senhor propõe?

Reparação é outro conceito. A reparação é uma exigência do negro por conta de tudo o que os seus antepassados sofreram com o escravismo. Isso foi feito com os judeus, com indígenas norte-americanos e outros mais. Na Conferência Mundial contra o Racismo, pela primeira vez se levantou a questão do escravismo e do colonialismo em âmbito mundial. A luta pela

reparação já vem há muitos anos, nos Estados Unidos e nos países de língua inglesa do Caribe, mas não era uma coisa mundial. Na Conferência de Durban, em 2001, a reparação veio a partir dos Estados nacionais da África e do Caribe, exigindo a reparação pelo colonialismo, pelo escravismo e pelo tráfico transatlântico, que é a única diferenciação que se dá em relação ao escravismo, porque teve escravismo também na zona do Índico, feito pelos árabes e tudo. Bom, pediram para que isso fosse reparado. Sendo que, como as realidades são diferentes, evidentemente cada país vai formular o seu próprio conceito de reparação.

A reparação, do ponto de vista conceitual, tem origem na reparação de guerra — na reparação humanitária, que é essa reparação que é feita. E a reparação de guerra, como era feita? O vencedor exige do vencido ser reparado. O Tratado de Versalhes foi isso, o Tratado de Yalta foi isso...⁵¹⁷ Na reparação de guerra, alguns povos também foram beneficiados. Quais povos, por exemplo? Vamos ver: os judeus. A Alemanha teve que reparar os judeus pelos crimes do nazismo. Os naturais da Austrália, os aborígenes, que foram submetidos à escravidão pelos japoneses. Os japoneses se comprometeram a reparar. As mulheres coreanas que foram submetidas à prostituição. Os japoneses ainda não pagaram; elas ainda estão pleiteando o pagamento, a reparação. Então, diferentes reparações foram feitas por conta de uma exigência do vencedor, através do seu tratado, para que se reparassem determinados povos.

E se criou a reparação humanitária, que é o nome que estou dando para essa reparação, que vem da reparação de guerra. Por quê? Porque a reparação humanitária tem base nos direitos humanos. Os juristas aliados, para julgarem os nazistas, exigiram o seguinte: “Nós temos que ter uma base de lei. Não podemos julgar as pessoas, por mais que vocês sejam generais... Se não tivermos uma base, como é que nós vamos estabelecer julgamento?” E eles fizeram, em cima da Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa, de 1789, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.⁵¹⁸ Isso, então, foi a base jurídica para fazer os julgamentos. E o que diz essa declaração? A preocupação deles é que os nazistas poderiam deixar passar o tempo, dizer “o crime estava prescrito” e não serem julgados. Então foi colocado que o crime é imprescritível. Que crimes são imprescritíveis? Justamente os crimes que os nazistas tinham praticado: genocídio é imprescritível, extermínio é imprescritível,

escravismo — a que eles tinham submetido os judeus — é imprescritível. Como na Declaração dos Direitos Humanos esses crimes são imprescritíveis, na Conferência levantou-se isso: se o escravismo é imprescritível, nós podemos exigir reparação pelo crime do escravismo. O extermínio também. Então, na Conferência Regional da Ásia, antes de Durban, os palestinos falaram: “Então vamos pedir ao Estado de Israel reparação, porque nós estamos sofrendo extermínio.”

A partir de 2001 abriu-se um precedente de discussão e fortaleceram-se aqueles grupos dos Estados Unidos e do Caribe que já vinham discutindo a questão da reparação pelo escravismo. Eles estavam baseando a reparação, anteriormente, nos fundos de emancipação. O fundo de emancipação foi o quê? O governo brasileiro indenizava os senhores de escravos que libertassem os escravos.⁵¹⁹ Então tinha um fundo de emancipação. Os senhores de escravos foram indenizados, mas os escravos não. Teve fundo de emancipação nas colônias inglesas também: os senhores de escravos foram indenizados, os escravos não. Nos Estados Unidos, os senhores de escravos também foram indenizados pelo presidente Abraham Lincoln, os escravos não.⁵²⁰ O general Sherman levantou que deveriam, então, reparar alguns escravos também. Foi o general Sherman, que esteve na guerra com vários soldados negros, quem sugeriu que se desse uma mula e dez acres de terra para cada negro. O Lincoln morreu e o presidente que sucedeu a ele cortou isso e não deu.⁵²¹ Por isso que já vem nos Estados Unidos há muito tempo a discussão da questão da reparação. Mas agora, com a Conferência, passou a ser o quê? “Vamos em cima dos direitos humanos para fazer reivindicação da reparação.” E, evidentemente, se é uma exigência do vencido e está praticamente desvinculada a reparação humanitária da reparação de guerra — porque aí nós não estamos sendo beneficiados por causa da Segunda Guerra Mundial... Os negros, quando estão reivindicando pela questão do escravismo, estão reivindicando em cima da base jurídica dos direitos humanos e dos outros direitos que eles vão ter por conta de terem sido indenizados os senhores de escravos, mas não os escravos.

Com isso, então, o movimento pela reparação tomou um vulto bem maior a partir de 2001, uma vez que os Estados africanos passaram a se incorporar nessa luta, embora a Nigéria já viesse se incorporando antes. Tanto assim que ela fez uma conferência em 1993 sobre reparação — não teve grande repercussão, mas fez.⁵²² O que eu quero mostrar para vocês é justamente que a reparação fica da seguinte forma: o vencido vai dizer a forma pela

qual ele acha que deve ser reparado. Ele vai formular o conceito dele de reparação. Por exemplo, o país africano vai dizer o seguinte: “Nós queremos o perdão da nossa dívida externa” — foi o que eles já levantaram —, “queremos capitais para podermos nos desenvolver, porque, por questões do escravismo e do colonialismo, nós ficamos na miséria.”

Outros países também estão formulando seus conceitos de reparação. A maneira como os negros do Brasil, aliados com os indígenas, farão o seu conceito de reparação terá de ser discutida, porque até agora ninguém tem na cabeça um conceito do que nós exigimos. É evidente que se nós formos discutir a questão da reparação, tanto os indígenas quanto os negros juntos, em momento nenhum nós vamos propor cotas na universidade. Porque não fará sentido. Então, a diferença, do ponto de vista jurídico, entre reparação e cotas, está justamente nisso: a reparação tem como base os direitos humanos, o sistema de cotas tem como base os direitos civis norte-americanos.

Frei David

Uma das normas do projeto do Educafro é que cada núcleo deve ter, com a mesma carga horária de química, física, inglês, biologia etc., aulas de cultura e cidadania, que é o espaço que qualifica o aluno para além do pré-vestibular. O projeto passou a ser um instrumento poderosíssimo para discutir e aprofundar a questão racial, a questão da autoestima, a questão das ações afirmativas. Esse grupo de pessoas — alunos, professores e coordenadores, militantes desse espaço —, com a participação de vários movimentos da sociedade e de vários outros pré-vestibulares, se transformou, no contexto do Brasil de hoje, no protagonista das lutas pelas cotas e das ações afirmativas.

As cotas, na sociedade brasileira, a ação afirmativa chamada de cotas, sempre existiram. Por exemplo, na questão da mulher, na questão do deficiente físico. Se você der um pulo na história, nos anos 1960, na “Lei do boi”, que garantia vagas nas universidades rurais para os filhos de agricultores... E nunca houve tanta polêmica contra aquelas cotas. Quando agora se estabelece cota para negros e, ao mesmo tempo, cota para a rede pública, cota para deficientes físicos e cota para indígenas, você não vê ninguém questionar cota para a rede pública, ninguém questionar cota para indígena, ninguém questionar cota para deficientes, mas vê todos os protestos somente contra cota para negros. Isso é um resquício da discriminação que está impregnada na sociedade, muito mal resolvida, e, portanto, acreditamos que, assim como a Marcha de 1988, que ameaçou derrubar a estátua de Caxias, foi um choque para a sociedade, também está sendo um choque para a sociedade não mais a queda dessa estátua, mas o subir dessa imagem que é o negro, nos patamares universitários.

Você vê que os judeus viveram sete anos de trabalho escravo na Alemanha, e os descendentes de judeus hoje, no mundo inteiro, reconheceram que aquela foi uma exploração injusta e que aquele tempo em que eles trabalharam em trabalhos forçados não tinha sido reparado, não tinha sido indenizado. Então os judeus entraram na Justiça na Alemanha e conseguiram obrigar o governo alemão a indenizar todos os descendentes de judeus hoje. Hoje uma fortuna imensa de euros é aplicada para pagar os

descendentes de judeus que foram vítimas dos sete anos de trabalhos forçados. A pergunta é: quantos anos a comunidade negra viveu em trabalhos forçados no Brasil? Trezentos e tantos, não é? Ora, portanto, se os judeus tiveram direito à indenização, quanto mais a comunidade negra! Então há uma reparação não feita que tem que ser feita.

As cotas passaram a ser, para a comunidade negra, um instrumento para provocar essa reparação de maneira indireta. E, portanto, alguns intelectuais em nossa sociedade têm consciência de aonde nós queremos chegar. Nós queremos chegar a uma sociedade justa, igualitária e fraterna, onde o negro tenha sido reparado de todo o sofrimento que ele teve ao longo dessa história. Bom, e aí esse pessoal tem medo desse processo. Mas esse medo é um medo que vem a partir da cabeça do exterior. Eles não avaliam a partir da cabeça dos brasileiros. A nossa experiência de luta de movimento negro brasileiro nos dá autoridade para dizer que, no Brasil, o negro não quer, de jeito nenhum, ser superior ao branco. O negro quer só o direito de ser igual nas prerrogativas, no acesso à educação, no acesso ao trabalho. Ora, no entanto, esses intelectuais de direita, ou intelectuais preocupados de esquerda — e boa parte dos intelectuais de esquerda não tem nenhuma leitura sobre a questão racial, são ingênuos na questão racial — estão com medos que não se provam. Volto a dizer: andando pelo Brasil afora, pelos quatro cantos desse país, trabalhei a questão racial e não encontrei nenhum grupo negro querendo derrubar o branco do poder, só encontrei grupos querendo direitos.

Segundo argumento, que eles usam muito: a entrada de negros despreparados pode fazer cair o nível das universidades. E está provado que isso é preconceito. Como é preconceito? O aluno que entrou sem cota na UERJ em 2003 e o aluno que entrou com cota em 2003: a UERJ pegou esses dois universos e fez pesquisas, fez várias pesquisas. Vamos destacar um só aspecto: quem teve nota de sete para cima na faculdade após um ano de estudos. Entre as pessoas que entraram sem cotas, ou seja, os “classe média” que tiveram dinheiro para pagar cursinho caro, 47,1% conseguiram notas acima de sete. Entre os cotistas, que são os pobres, os negros, os quebrados, que entraram só por causa da cota, 48,9% tiraram notas acima de sete. Ora, qual é a conclusão? Quem está levantando o nível da faculdade são justamente o negro e o pobre. E qual a explicação? Várias. Uma delas: o “classe média” estuda forçado no seu pré-vestibular querendo ganhar de graça a faculdade. Daí que, acabando aquela pressão dos pais para fazer o

vestibular, conseguindo a vaga dele, ele relaxa. Ele quer mais é título porque ele já tem a vida dele arrumada. O pobre que entra na faculdade com as cotas tem consciência de que ali é só uma etapa, ele tem que provar que é o melhor. E está provando que é melhor.

Um outro fator é o seguinte: é que o saber medido no vestibular é, no máximo, 10% do saber de uma pessoa. E que o vestibular pega justamente o saber que alguns têm dinheiro para comprar. Outros saberes que são importantes para a faculdade, mas não são medidos no vestibular, o pobre tem: perspicácia, inteligência, capacidade... E por isso o pobre está fazendo sucesso nas faculdades.

Na nossa luta pelo negro, a gente tem sempre uma luta mais ampla: também lutamos por cota para a rede pública, para deficientes físicos e para indígenas. Mas aí o que aconteceu? Quando você pega 2003 e estuda separadamente as cotas, você vai descobrir um dado bastante preocupante: na cota de rede pública, onde se pressupunha que o preto pobre iria ser beneficiado, você vai descobrir que 90% dos beneficiados são brancos. Por que isso? Fácil de explicar. Uma escola pública da Zona Sul tem qualidade dez vezes superior à de uma escola onde moram os negros: Baixada Fluminense, favelas... Você está diante de bens escassos: vagas em universidades são bens escassos. Para medicina, vamos botar aí cem vagas para medicina na UERJ, e você tem ali uns quatro mil disputando essas cem vagas. Então, se são bens escassos, tem muitos brancos pobres disputando e tem muitos negros pobres disputando esses bens. Na relação branco pobre-negro pobre, quem está mais em desvantagem é o negro, porque ele vem de escola pública de periferia, que tem qualidade dez vezes pior do que a qualidade de escola pública onde estão os brancos.

E aí o resultado foi esse: na UERJ, a maioria dos que entraram por rede pública foi branca. Então não atendeu a nossa questão. E, nas cotas raciais, descobrimos que 100% dos que entraram foram negros ou pessoas que se declararam negras que vieram das escolas particulares. Nem um sequer veio da escola pública. Isso foi um trauma para a gente. A gente se sentiu quebrado, traído, humilhado. E por isso lutamos radicalmente para que todas as cotas, daí para frente, tenham corte socioeconômico. Não basta ser da rede pública. Tem que ser da rede pública e provar que ganha renda per capita igual ou inferior a trezentos reais. Não basta ser negro. Tem que provar que é negro cuja renda per capita seja igual ou inferior a trezentos

reais. Não basta ser deficiente físico, não basta ser indígena.

A cota ideal que nós queremos é o modelo da cota da UnB.⁵²³ Na UnB há cota para negro; não tem cota para a rede pública e não tem cota para deficiente. Na UnB é só cota para negros. Por quê? Porque a UnB está convicta de que há uma reparação histórica a fazer com o povo negro. A UnB quer fazer isso. Não tem limite de renda per capita. Nós entendemos que a cota da UnB é a ideal, mas não podemos querer agora o ideal.

Queremos agora o real. Daí que defendemos, aqui no Rio, cruzando com o corte racial, o corte socioeconômico. Ou seja, se tem poucas vagas para negros, então, primeiro, o negro pobre. Depois sim, outros negros. A nossa fase atual é dizer o seguinte: “Precisamos que, no Brasil, haja diversidade de metodologias de inclusão, para avaliarmos e vermos o que é melhor.” A gente é favor de que se faça qualquer coisa. Só não somos a favor da omissão. E aí, como vai ser é uma conversa para depois, uma discussão para depois. Acho que daqui a cinco anos é que vamos poder dizer: “UnB, vamos mudar esse método?” Por enquanto, consideramos uma grande vitória.

Vanda Menezes

Eu sou a favor das cotas. Acho que, além de tudo, as cotas fazem com que essa massa que não faz parte desse nosso movimento, de militância, goste de ser negro, não é? As cotas trazem essa possibilidade de todo mundo dizer que é negão. Até quem não assumia. É uma ação que deve ser transitória e tudo o mais, mas que, sem dúvida, é uma das ações afirmativas que acho que está dando certo. Não dá é para você bancar 98% de brancos lá na universidade — porque só temos 2% de negros.⁵²⁴ Não dá. Para mim, as cotas não tinham que ser de 20% — as cotas da Universidade Federal de Alagoas, a Ufal, são de 20%; tinham que ser de 47%. Acho que somos o único estado no país que tem recorte de gênero nas cotas. 60% dos 20% das cotas são para meninas negras. Na Ufal é assim. A gente fez discussões sobre as cotas em 2003, elas passaram em 2004, e tivemos a primeira turma. Estamos com 50 bolsas. Temos um projeto chamado Afro-Atitude, de que nós somos parceiros, enquanto Secretaria da Mulher. Agora vai ter até um seminário para tratar da questão negra, religiosa, sobre Aids e sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis com os alunos das cotas. Acho que um dos caminhos é o das cotas.

Diva Moreira

Qual é a minha posição sobre ação afirmativa? É a seguinte: eu acho estéril o debate entre, de um lado, os defensores das políticas de ações afirmativas e, de outro lado, sobretudo, os membros da academia, defendendo as chamadas políticas universalistas. Acho esse debate extremamente estéril. Por quê? Porque acho que a população negra precisa de ambas as abordagens de políticas públicas. Você tem que ter políticas universalistas de fato, de excelente qualidade. Aquela escola pública que eu tive não era universalista; a grande massa da população, em 1950, estava na zona rural, e não tinha nem escola na zona rural e nas pequenas cidades. Então não era uma política universalista no meu tempo. Os adversários das cotas falam que era uma política fundada em valores universalistas e republicanos, não é isso? Eu falo o seguinte: precisamos de políticas universalistas de fato, desde a base, desde o jardim de infância. E precisamos também de políticas de ação afirmativa. Porque eu sempre digo o seguinte aos inimigos das cotas, gosto de ironizar: “Tudo bem, tem uma moçada ali naquele auditório que terminou o segundo grau e que está louca para pôr o pé na universidade, vai lá e fala para eles o seguinte: ‘Nós não vamos fazer políticas de ação afirmativa, não. Nós vamos fazer políticas universalistas. A partir de agora as escolas públicas vão ser da melhor qualidade, e seus netos, ou bisnetos, entrarão nas universidades públicas sem precisar de ação afirmativa.’ Vai lá e defende isso com essa turma. Se vocês derem conta, aplaudo vocês.”

Acho que realmente há a necessidade de políticas de ação afirmativa. Sei do caráter temporário, provisório delas, por isso é que defendo ardorosamente a combinação de políticas verdadeiramente universalistas com vários recortes. Quais? Recortes regionais. A população negra não é igualmente pobre nesse país. Então tem que dar prioridade para os bolsões de pobreza nos nossos estados e para as regiões Norte e Nordeste do nosso país. As mulheres, o recorte de gênero nas políticas públicas; o recorte etário, atenção à nossa criançada nas creches porque a discriminação começa lá, como os estudos da Fúlia Rosemberg demonstram, e atenção para os nossos idosos, por respeito à nossa cultura negra que valoriza os idosos.⁵²⁵ Então defendo a transversalidade regional e de classe: filho de Pelé não deve

entrar na universidade pelo esquema de cotas, a minha filha também não. Não perdi de vista a questão de classe. E aí tem uma outra dimensão, que é não estar focalizada apenas na população negra, mas também nos brancos pobres. Defendo isso e sei que sou malvista em certos setores do movimento negro por defender isso. Ou seja, tem um problema de classe nesse país, que é profundamente desigual e injusto e penaliza também segmentos da população branca. Inclusive eu defendo isso como sendo importante até para construir políticas de aliança, políticas de coalizão, e ampliar o leque daqueles que combatem o racismo. Por isso as nossas políticas devem estar baseadas também no critério de classe social para beneficiar a população branca pobre.

Aí como é que a gente faz essa política sem que os pretos percam? Porque, em políticas para pobre, se você não ficar esperto, os pretos ficam de fora, porque tem muito branco pobre nesse país. Aí o meu critério é demográfico nas políticas de ação afirmativa: qual é o percentual da população negra naquele município? 40%. Então 40% das cotas, por exemplo, vão ser destinadas à população negra. Em Salvador, por exemplo, você vai colocar um percentual; a política tem que focalizar prioritariamente nos pretos. Por quê? São maioria lá. Se você não adequar esta proporcionalidade à demografia, o que vai acontecer? Você vai colocar um percentual em regiões onde não tem população negra para ocupar aqueles espaços. Então é uma adequação à demografia.

Acho que existe uma relativa integração social na base da sociedade brasileira e temo que políticas de ação afirmativa que não incluem os brancos pobres possam melindrar, quebrar essa razoável integração racial que temos na base. E preservo isso, acho isso importante. Acho que nós, militantes negros, não podemos pensar somente em nós. Nós temos que ter políticas para o país. Porque os brancos sempre pensaram só neles no poder, só neles. Nunca pensaram em nós. Então nós não podemos pensar em ocupar espaços públicos e defender políticas públicas pensando apenas na gente. A prioridade é nossa, porque nós acumulamos desvantagens historicamente nesse país que nos deixaram tão para trás, tão para trás, que, se a gente não tiver um carinho especial, uma preocupação especial em alavancar a população negra, nosso povo ainda vai ficar para trás. Então a prioridade é a gente, mas não podemos perder de vista também a população indígena. Acho os nossos compromissos com a população indígena fracos demais. São muitos e muitos de nós, não somente eu, tenho certeza,

sobretudo no Norte do país, são muitos de nós que somos netos ou bisnetos de indígenas, e a população indígena é ainda mais oprimida, mais humilhada, mais excluída no nosso país. Então, penso que um projeto que seja libertário efetivamente para a população negra precisa ter uma dimensão nacional. Nós vamos libertar, mas não dissociados do conjunto da população brasileira. Sobretudo daqueles mais pobres, dos mais excluídos entre nós.

A questão da escola pública não pode ser o único diferencial. Eu sei de pessoas negras que estão estudando em escolas particulares, pagando escolas da pior qualidade, e às vezes, porque passaram um ano em escola particular, não estão tendo acesso às cotas. Eu acho isso uma injustiça. Ou seja, você não pode virar e falar o seguinte: “Todo mundo que está nas escolas particulares é gente que pode.” Não é assim. Nem todo mundo que está na escola privada é privilegiado, é filhinho de papai, porque tem escola privada e escola privada, tem escola pública e escola pública também. É ou não é verdade? Ou seja, se a gente não combinar essas várias transversalidades no desenho de uma política pública, a gente pode estar prejudicando os segmentos que a gente quer beneficiar. E isso é um contrassenso. Por exemplo, critério escola pública per se, sabe o que vai acontecer? Aqui em Belo Horizonte você tem uma “meia-dúzia” de três ou quatro escolas públicas da melhor qualidade frequentadas predominantemente por meninos brancos de classe média. Então, se você fecha os olhos — “Olha, que maravilha, vou beneficiar meninos de escola pública” —, pode vir, prioritariamente, essa moçada.

Ou seja, eu acho que nós, lideranças negras, temos que pensar num projeto de nação que seja inclusivo em relação ao nosso povo. Porque nós somos herdeiros, até hoje, de um projeto de nação falsamente republicano, que sempre excluiu a nossa população. A menina dos meus olhos é a população negra, que é a mais deserdada desse país, população negra e indígena. Agora, eu não posso pensar num projeto de nação tipo assim: “E os brancos? Os brancos se virem.” Não. Eu quero dar palpite em relação a como eu vejo uma política de coalizão para construir uma comunidade política nesse país. Esse país está dilacerado, está quebrado, está falido. Não é somente a falência do Estado brasileiro, não. Esse país não construiu padrões mínimos de convivência social, de convivência civilizatória. Não é à toa que os nossos estados estão desse jeito. E tem uma dimensão racial aí no subterrâneo, na base, que ninguém quer enxergar, mas que está aí na

violência que assola Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. Tem uma dimensão racial. Ou seja, nunca resolveram o problema racial nesse país e ele explode através dessa violência despolitizada, sem eira nem beira, que assola as nossas cidades. Então eu, como liderança negra responsável, política, de esquerda, não posso pensar num projeto de política de ação afirmativa que vá beneficiar apenas a população negra, pronto e acabou. Não. Além disso, nós estamos num mundo vitimado por essa globalização neoliberal excludente e temos também que montar, construir os vínculos internacionais, porque o Brasil não está isolado desse contexto internacional. Então a gente também tem que pensar globalmente.

Zélia Amador

Conseguimos, na Universidade Federal do Pará, agora, a questão de cotas para negros. Mas não foi do jeito que a gente queria. O projeto aprovado pelo Conselho Universitário não foi o nosso projeto. O nosso projeto era de cotas raciais. O projeto que foi aprovado lá é um projeto que vincula as cotas raciais às escolas públicas: 50% de vagas para a escola pública e, desse percentual, 40% para negros. É a proposta que está lá no projeto do governo da reforma universitária.⁵²⁶ A gente queria de cotas raciais: 20% de cotas para negros, que era a nossa proposta original, vagas para remanescentes de quilombos e vagas para indígenas. Nós entendíamos que tanto os indígenas como os quilombolas não precisavam passar pelo processo do vestibular. E a gente achou que não estava inventando nada. Todas as universidades federais já convivem com isso: as pessoas que vêm pelo convênio do Itamaraty, da África e às vezes de alguns países latino-americanos não precisam passar pelo nosso processo de vestibular. Então seria a mesma coisa. Seria o mesmo tratamento que deveria ser dado aos nossos indígenas e aos nossos remanescentes de quilombos: que tivessem a prerrogativa de entrar no terceiro grau por terem concluído o nível médio e feito toda a educação básica. Não são tantos os indígenas que chegam nessa situação, tampouco os quilombolas. Mas você iniciava um processo, que é um processo importante de ter esses grupos na universidade. Mas, enfim, não tivemos correlação de forças suficientes no Conselho para aprovar a nossa proposta. E a proposta que foi aprovada, então, foi a proposta de cotas vinculadas à escola pública.

Eu sempre acho que isso é um eufemismo da esquerda para não encarar a questão racial. Acaba tentando transferir tudo, hoje no caso da educação, para a questão da escola pública, partindo do princípio de que os negros são pobres e os indígenas também, então todos estariam nas escolas públicas. Mas eles são pobres pelo contrário, são pobres porque são negros, são pobres porque são índios. A universidade acaba fazendo essa inversão. Mas é isso. A gente continua aí na luta.

Mundinha Araújo

Estão discutindo sobre ação afirmativa aqui no Maranhão há muito tempo. Lógico que o movimento negro é a favor e está aí participando, já fizeram diversos seminários e sempre são chamadas as universidades. Mas não sei se isso já está, assim, claro. Nenhuma das universidades falou, não cogitaram fazer essa abertura de cotas. E entre os militantes, não é dizer que existe um consenso com a população negra. Os negros que conseguiram chegar na universidade sem cotas, e os filhos também, acham que é por aí mesmo, é estudar, e que o que não está prestando é o ensino fundamental. Mas vejo gente que é contra, perguntando: “E do que adianta chegar na universidade dessa forma porque é preto, mas se não está bem preparado, para ficar discriminado lá dentro? Quando um não der um bom rendimento, vão começar...” Eles acham que a situação do negro fica ainda pior: “Esse é de cotas, por isso que não entende nada, não está aprendendo nada.” E quem é a favor acha que tem que lutar pela universidade.

Eu ouço os dois e tenho meu ponto de vista: é que essa não é a prioridade hoje para a população negra, só chegar na universidade. Tem todos os negros da zona rural lutando contra a pobreza que é cada vez pior, lutando contra a fome, lutando contra a discriminação, porque não são ouvidos até pelo fato de serem pretos. Porque na zona rural ainda é mais violenta a discriminação. Esses pretos que saem dos povoados e vão para as sedes, onde fazem suas compras, onde vão aos bancos, eles são sempre vistos como quem está à margem de fato. Não é tratado tudo igual. E eles sabem. “Ah, esses pretos!” “Isso é coisa dos pretos de Santa Rosa.” “Isso são os pretos da Rampa.” Ainda estão lutando para viver com dignidade, para manter a dignidade. E não têm postos médicos, não têm escolas; quando terminam o fundamental, ou vão para a sede para continuar, ou terminou ali na primeira etapa.

Eu sou mais dessas pessoas, desses negros que gostariam de estar ainda continuando a lutar e a discutir por melhores condições de vida para a população negra. Costumo dizer: sou de uma família de 12 irmãos, oito foram para a universidade quando não existiam cotas. Por quê? Porque pelo menos meu pai tinha condições de me alimentar, não era rico, mas

tinha emprego. E será que é só por aí? E o caso do emprego dos pais desses estudantes, e a alimentação, e o transporte, e o mínimo de recursos para poder adquirir livros e comprar revistas? Tudo está aí para uma elite, essa que é a verdade. É para quem tem recursos. Você vê: uma revista semanal custa quase dez reais. Tem umas revistas agora de história. Eu, que tenho uma renda, reclamei. História Viva, sobre a insurreição francesa, insurreição popular, e como eu venho trabalhando com revoltas aqui no Maranhão, vem somar. Eu disse: “R\$ 9,90!” Achei caro. Acho caro. Os livros são caros. E aí? As bibliotecas, não existe nada. As bibliotecas das universidades não são atualizadas. Então, é uma série de discussões, não só o negro chegar na universidade. Tem uma série de discussões que nós temos que sentar juntos. No momento em que estou discutindo sobre um negro ir para a universidade, e que universidade é essa também que eu quero tanto ir para lá? Será que isso vai fazer nossas condições melhorarem tanto? Eu não gosto de ver como se fosse a salvação. Eu não gosto de encarar a discussão de cotas: “Ou nós entramos na universidade em determinado número agora, ou não tem mais saída para nós.” Não gosto de ver uma coisa só. Discutir cotas de forma isolada, só vendo a entrada do negro na universidade, acho perigoso. Acho que é deixar de fora discussões seriíssimas. “Ah, mas uma não invalida a outra.” Sim, não invalida, mas por que não se está discutindo então ao mesmo tempo? Se agora resolveram nos ouvir, por que nós não falamos de todas as nossas misérias, de todas as nossas carências, de tudo o que nos deixa à margem? Eu até evito falar de cotas, porque no momento em que se fala que não é a favor do que é consenso... Aí parece que é um traidor da causa. Já é contra os negros. Não, pelo contrário, eu sou a favor não só de um grupo, não só de uma camada, mas dos negros que estão aí sem educação. Essa é a verdade. Por que nós não lutamos por melhores escolas públicas nas periferias? Nós sabemos onde os negros estão. E nós aqui, com essas comunidades rurais, eles já estão lá, é só negro. No momento em que eu vou até a prefeitura e brigo para colocar uma escola com o fundamental completo e, depois, para o segundo grau, eu estou lutando pela educação. E não é só dizendo “cota para entrar na universidade”. Porque, senão, quem vai entrar nessa universidade se dizendo negro? Isso já está ocorrendo. É justamente quem está em uma situação melhor, e tão esbanquiçado que a gente olha: “Mas isso é negro?” “Ah, porque minha avó, minha mãe...”

Gente, não são esses que estão sendo discriminados. Não são esses que são rejeitados na hora de pegar um emprego. Porque, nesse país, quanto mais tu

clareias tua pele, menos discriminação tu vais sofrer por conta da cor. Ora, quem não sabe que um preto, como a gente chama aqui, retinto, recebe um tratamento, e para esses que eles encaram como mulatos, já pardos, não é o mesmo tratamento? E as portas se fecham justamente para os pretos retintos. São justamente os pretos que estão lá nas comunidades, em que praticamente não houve miscigenação. Mas estou na luta, acho que toda luta está valendo. Agora que resolveram nos ouvir, se o governo tem n projetos de inclusão, por que não? Mas não se pode ficar só discutindo cotas. Eu penso que a gente deve aproveitar essa abertura para discutir cotas e ver também o fundamental. Não podemos esperar. Porque senão nós estamos brigando para quem? Só para os que estão na idade de entrar para a universidade? E, mesmo assim, como o problema não é só esse, eles sabem que têm que trabalhar. A população negra começa a abandonar o estudo desde lá do segundo grau, desde o fundamental eles já estão abandonando, porque têm que ajudar, têm que sobreviver. Se não sobrevive, se não tem como, não tem profissão, não tem grau de instrução, cai na marginalidade que todo mundo conhece. Aí fica parecendo que é coisa genética, que todo preto é bandido.

Então, não sou contra nem a favor. Que se discutam cotas: tudo bem. Mas que não esqueçam por que a gente começou a fazer movimento negro. É uma luta bem mais ampla, que não pode se reduzir às cotas. Se na universidade se discute isso, tudo bem. Mas tem outras questões para se discutir em diversos lugares onde o negro está.

LEI 10.639, HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRAS

Edson Cardoso

O Ben-Hur Ferreira era um deputado federal negro, do PT do Mato Grosso do Sul, que eu tinha conhecido em 1987, quando dei o meu primeiro curso de formação em Campo Grande. O secretário de Educação em Campo Grande era negro, ligado ao PMDB, doutor Aleixo Paraguassú — ele escreveu agora um artigo lindo sobre a constitucionalidade das cotas.⁵²⁷ Ele me chamou a Campo Grande para dar um curso, uma oficina, em que eu conheci uma turma bem jovem: Ben-Hur, Carlos Porto, que depois foi ser secretário do PT de questão racial, todo mundo muito jovem.⁵²⁸ Voltei lá várias vezes, dando cursos sempre. Aí o Ben-Hur chegou em Brasília e me convidou para ser chefe de gabinete dele. Foi uma gestão muito confusa, porque logo em seguida ele cometeu um erro louco, que foi aceitar uma secretaria, e me mandou um suplente que não era negro, nunca tinha sido nem vereador, não conhecia a Câmara.⁵²⁹ É muito duro você pegar um parlamentar assim. E o Ben-Hur só voltou depois que deixou a secretaria, no final do mandato.

Mas ainda assim, acho que pesamos na aprovação do Artigo 14 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, porque é o gabinete do Ben-Hur que vai espicaçar o Itamaraty para que o reconhecimento do Artigo 14 fosse uma ação do governo brasileiro para Durban. Esse artigo é o que prevê uma instância de controle e fiscalização do cumprimento da Convenção. E o Brasil não tinha aderido ao Artigo 14, porque ele é pós-Convenção. Primeiro se fez a Convenção, depois é que se incluiu esse artigo, porque se criou um comitê para fiscalizar se os Estados implementam ou não a Convenção. É nesse comitê que você vai, caso você tenha esgotado no país todas as instâncias de denúncia de uma situação de discriminação racial. Uma das coisas que nós fizemos no mandato do Ben-Hur era dar prioridade a isso, e terminou que o Brasil finalmente reconheceu o Artigo 14.⁵³⁰

Fora isso, assim que cheguei, falei: “Ben-Hur, acho que a primeira coisa que devemos fazer é ver quais os projetos que foram arquivados nessa legislatura, porque pode ter coisa importante e a gente desarquia os projetos.” Quando olhei, que projeto importante estava lá? O movimento

negro de Pernambuco tinha entregado ao Humberto Costa um projeto introduzindo “História da África”.⁵³¹ Eu digo que tinha entregado, porque ele diz isso na justificativa do projeto. Na verdade, isso é preciso ser dito: Beato, o pai da Lucila, passou uma suplência no Senado e me parece que apresentou projeto de educação; Paim apresentou; Abdias apresentou; Benedita apresentou...⁵³² É importante recuperar essas iniciativas, porque revelam que esse resgate do passado sempre foi uma preocupação do movimento negro. Falar de história da África, de história e cultura afro-brasileira, isso não é uma coisa de uma pessoa, isso sempre veio por várias gerações do movimento.

O projeto do Paim, por exemplo, tem uma história curiosa: como o movimento negro estava na rua em 1988, o projeto foi aprovado no plenário da Câmara em três dias e, de lá, foi para o Senado. No Senado, ele ficou oito anos parado e foi arquivado. Porque eles também fazem esse jogo, no Congresso, quando tem uma pressão da opinião pública: “Está todo mundo de olho, numa data; a gente faz um jogo de cena, aprova aqui e manda para lá.” Como são os mesmos partidos, tudo igual, o cara fala: “Agora, lá, senta em cima e acabou.” Por isso, como Florestan Fernandes defendia e muita gente defende, e eu também, o ideal seria um congresso unicameral. E aquela coisa de movimento social: você teve a capacidade de fazer aquela movimentação de 1988 em tudo quanto foi cidade, mas, depois, como é que você vai manter uma mobilização daquela? Aí você reflui. Você não tem lobby profissional. O segmento de movimento social que não tem lobby no Congresso é o movimento negro.

Paim, Abdias, Benedita, enfim, você já tinha tido várias iniciativas. Aí chegou a do Humberto Costa numa outra conjuntura e a proposta foi aprovada discretamente na Comissão de Educação. Mas como o Humberto Costa não se reelegeu deputado, o que aconteceu? A proposta foi arquivada. Quando o deputado não volta para a próxima legislatura e um projeto dele não tem aprovação, por exemplo, em mais de uma comissão para poder prosseguir, o projeto é arquivado. Em toda legislatura se arquiva uma porção de projetos. Eu aí liguei pessoalmente para o Humberto Costa e disse para ele que o Ben-Hur estava chegando e perguntei o que ele achava de a gente desarquivar o projeto, porque essa era a nossa intenção. Ele falou: “Eu acho ótimo!” Então a gente desarquivou o projeto.

Aí eu vi que o projeto do Humberto Costa tinha recebido uma emenda de

Esther Grossi na Comissão de Educação.⁵³³ A emenda era o seguinte: o projeto chegou originalmente como “disciplina”, só que, com a Lei de Diretrizes e Bases, a LDB, o Congresso não pode mais aprovar disciplinas para introduzir em currículos; aprovam-se “conteúdos”. Ela fez, então, a modificação para “conteúdo”. Então foi uma emenda acrescentada na Comissão de Educação, que era só para alterar isso. Mas falei para o Ben-Hur: “Deputado, acho que não é ético apresentar um projeto assim sem consultá-la.” Então fui procurá-la — isso é trabalho do chefe de gabinete. Ela estava andando e continuou andando. Eu falando para ela que íamos apresentar o projeto e, como ela tinha apresentado a emenda, a gente ia apresentar junto, Ben-Hur e Esther Grossi. Ela disse: “Tudo bem.” Foi andando e não deu a mínima para o assunto. Assim fizemos: reapresentamos o projeto e é esse projeto, com essas assinaturas, que vai tramitar e que vai virar a Lei 10.639, em 2003, que acabou vindo como um projeto de lei dos deputados Esther Grossi e Ben-Hur Ferreira.

O conteúdo da lei é antigo no movimento negro. Se você olhar a Frente Negra, a preocupação com a educação está visível desde o seu estatuto.⁵³⁴ Eu digo para os italianos que eles conseguem a dupla cidadania olhando para trás: “Esse é meu pai, esse é meu avô.” O que eu concluo? A identidade se afirma na história. Se quero dominar uma população, o que eu faço? Ou apago ou distorço a história do grupo. Porque sei que vou causar danos à identidade do grupo se eu fizer isso.

Hédio Silva Júnior

A temática da educação sempre foi muito cara ao movimento negro. Se vocês pegarem a produção legislativa — inclusive, tem um livro em que eu compilo várias leis publicadas no Brasil sobre a discriminação —,⁵³⁵ a produção acadêmica até alguns anos atrás e o discurso corrente no movimento negro, a questão da educação sempre ocupou um papel central. Certamente, derivado do fato de que havia uma reivindicação de mudança no padrão das relações e na forma de as pessoas encararem a diversidade. A ideia da história da África já estava na Constituição de 1988.⁵³⁶

Agora, é um desafio, a meu juízo. Você tem uma lei que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB. Há algumas leis que são importantes na gestão do sistema educacional: você tem o Estatuto da Criança e do Adolescente, a LDB e o Plano Nacional de Educação. E a Lei 10.639 alterou dois artigos da LDB; não se trata de uma lei autônoma em relação à gestão do sistema educacional.⁵³⁷ Essa é a primeira consideração. A LDB descreve os objetivos da educação nos sistemas educacionais, e a Lei 10.639 vai lá e altera dois artigos, uma parte de um conjunto de aproximadamente cem artigos, que é o que a LDB tem. Então, você tem a impressão de que se trata de uma reivindicação para que sejam incorporados os elementos da história da África e dos afro-brasileiros na disciplina história, quando, na verdade, se trata da reivindicação que o movimento negro sempre teve: os conteúdos e as práticas pedagógicas no Brasil precisam dialogar com a diversidade racial.

Nesses dias eu estava falando, não sei com quem, que a palavra obá em ioruba é rei, mas também é uma orixá feminina. Então, a pessoa me perguntou: “Será que tem a ver com ‘oba’? A pessoa dizer: ‘Oba!’ expressando satisfação com alguma coisa?” Eu disse: “Não sei.” Mas aquele advogado e sambista aqui do Rio de Janeiro, o Nei Lopes, fez um trabalho que certamente poderia inspirar várias outras pesquisas falando sobre a africanização do português que nós falamos.⁵³⁸ Certamente a disciplina de língua portuguesa pode dialogar com a diversidade, para usar um exemplo mais banal. Então você tem esse primeiro problema: parece que a reivindicação era somente o negócio da história, quando a reivindicação

sempre foi preparar a escola pública e o ensino privado no Brasil para dialogar com a diversidade, para estancar a hostilidade racial que frequentemente vitimiza adolescentes e crianças negras nas escolas. E o cara vai reduzir isso à história da África? Segunda coisa: que a lei é, ao contrário do que muita gente pensa, o prenúncio da política pública, porque, se você fizer uma carta hoje para o Ministério da Educação, perguntando “Doutor ministro, quanto Vossa Excelência reservou no seu orçamento de 2005 para capacitar educadores, distribuir material para educadores, para a TV Escola, sobre história e cultura afro-brasileira?”... É como se a reivindicação estivesse descolada da gestão da educação.

Então, sem dúvida nenhuma, a Lei 10.639 representa um avanço. Agora, qual é o problema? Do ponto de vista da eficácia, da concreção, da materialização, a lei não chegou na escola. Ela foi a segunda lei sancionada pelo presidente Lula — portanto, vai completar agora dois anos.⁵³⁹ Mas volto a repetir: não sei qual a resposta que o MEC daria para a pergunta sobre qual o orçamento destinado a sua implementação. Então, tenho chamado um pouco a atenção do movimento negro para a importância de um trabalho mais cuidadoso de acompanhamento dessas iniciativas. Porque o problema é que a ineficácia de uma lei como a Lei 10.639 — não estou dizendo que ela é ineficaz, estou considerando o risco da ineficácia — é que ela não desmoraliza o presidente que sancionou a lei, nem a deputada que apresentou o projeto de lei, ela desmoraliza o movimento, que é quem reivindicou a apresentação daquele projeto de lei.

Tenho visto a Seppir com uma proposta de fazer seminários, de mobilizar outras esferas de governo para poder implementar a lei. Mas, na verdade, é preciso um acompanhamento mais sistemático do movimento negro em relação a essas conquistas no plano institucional, para que elas, inclusive, não acabem tendo um resultado contrário aos nossos interesses. Porque também, se você não treina, não capacita, não subsidia a professora lá do interior do Piauí, pode ser que o tratamento que ela dê àquilo seja um tratamento completamente diferente do tratamento que a gente espera que seja dado. Esse é um desafio.

Nilma Bentes

A Lei 10.639 é uma conquista. Ela foi muito boa para nós, porque já tínhamos iniciado esse processo de criar um espaço dentro das secretarias de educação, tanto do município de Belém como do estado do Pará. Então, quando veio a lei, ela veio reforçar o nosso trabalho. Embora você saiba que essa lei não é uma grande coisa, porque ela é meio complicada. Até hoje a gente não sabe de que África você vai falar. Já que não existe uma África, existem muitas, e há um turbilhão de livros que estão saindo sobre a África. Um dia desses, encontrei com o professor Kabengele Munanga e disse: “Mas de qual África a gente vai falar?” Porque são muitas Áfricas, não é? São mais de duas mil línguas, pode imaginar...

Agora, a gente vai fazendo do jeito que dá. Na nossa situação aqui no Pará, nós dívamos ênfase à questão do livro didático, mas, fundamentalmente, às relações interpessoais. Porque a nossa experiência como militante é essa: uma coisa é tratar o material pedagógico, os professores, outra coisa é o relacionamento dentro da escola. Isso que eu acho que é o ponto nevrálgico da questão, que os livros não vão trazer. Porque a professora aprende esse negócio, mas lá do lado dela mora um negro que ela discrimina, ou a professora negra se autodesvaloriza e aí, quando tem um aluno negro, ela própria não sabe o que fazer na hora do “pega”. Isso que é difícil nessa questão da Lei 10.639. Ela trata de uma coisa burocrática, digamos, regulamentar, curricular, que é importantíssima, mas ela não abre espaço para essa coisa, porque só conhecendo a história você não vai eliminar seu racismo do dia-a-dia. Se, no ambiente escolar, a merendeira dá o mingau por último para a criança negra, e dá duas vezes para a branca; o professor, que o outro xinga a criança e ele não interfere... Isso é doloroso na nossa experiência de vida. A gente sabe que aqui, pelo menos aqui no Pará, é muito duro. Ninguém aceita que é racista, mas o racismo é forte aqui. Todo mundo que vem de fora sente. Principalmente os negros.

Amauri Mendes Pereira

Em março de 2004 foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, CNE, as diretrizes curriculares nacionais para a Lei 10.639. Se não houvesse ainda as diretrizes, que é a norma, se poderia buscar uma desculpa. Nem isso mais é possível, porque foi aprovado, por unanimidade, o relatório com as diretrizes para a implementação da lei, redigido pela professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que foi a primeira pessoa negra no Conselho Nacional de Educação.⁵⁴⁰

O que fazer com essa lei? Eu tenho falado que essa lei tem uma história, que se confunde com a história das demandas do movimento negro brasileiro por educação e por educação de qualidade — de outra qualidade. Em todos os encontros do movimento negro, em todo lugar, a educação sempre teve um papel proeminente. Eu fiz três dos quatro relatórios dos encontros estaduais de negros do Rio de Janeiro: sempre se falava em educação. E educação de qualidade implica uma outra visão não racialista e não racista da história, e isso tem que ser transversal a todo o ensinamento em todas as disciplinas. Tem que cumprir aquele princípio da transversalidade dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Isso jamais foi colocado dessa forma por outro setor, o movimento negro esteve sozinho nisso durante longo tempo.

O Conselho Nacional de Educação, tendo cumprido seu papel, tem o desafio político das secretarias municipais e estaduais de educação. As assembleias legislativas dos estados e as câmaras de vereadores já estão aprovando. Com o Conselho Nacional aprovando, não dá para os conselhos estaduais serem contra. E os conselhos municipais de educação também não têm muito problema para criar. O desafio maior está sendo o acadêmico. É maior até do que o desafio político. Porque, nas universidades, o que a gente tem de conhecimento sobre história e cultura afro-brasileira vai se esgotar.

Então a demanda que a gente tem para a implementação da lei hoje é que se consiga produzir conhecimento sobre história e cultura afro-brasileira. E isso tem a ver com as pós-graduações, com os cursos de formação de professores nas universidades. Mas ainda tem uma cortina de ferro

bloqueando o acesso a isso. Porque tem a autonomia universitária nas universidades públicas. Então, é muito difícil mexer com isso a longo prazo. Há determinados esquemas político-acadêmicos encastelados, que são os que têm acesso às bolsas de pesquisa e tal. O CNPq é inteiramente branco, as agências estaduais — são todos contaminados pela visão de que um projeto desse tipo não obtém apoio para pesquisa. Então, dentro de pouco tempo não vai ter mais o que falar sobre isso, vai se esgotar.

Eu estou contando aqui um montão de histórias. Essas histórias precisam ser documentadas, investigadas, analisadas, não apenas relatadas. O que foi essa história? O Renascença Clube como nasce? O Aristocrata, em São Paulo? Como é que, desde o século passado, tem clubes negros em quase todas as maiores cidades do Brasil? Como é que foi a interação disso com os contextos das épocas, com parlamentares, com o Poder Executivo, com as forças sociais em movimento? Isso é “história e cultura afro-brasileira”. É algo que, ao mesmo tempo, tem uma alteridade, tem um espaço próprio de constituição, porque o negro não podia entrar no clube de brancos, mas, ao mesmo tempo, isso jamais foi feito sozinho. Está sendo feito em interação permanente com a sociedade. Então isso é história do Brasil, com uma outra ótica. Por isso que eu digo que a Lei 10.639 pode ser uma coisa revolucionária, porque vai desracializar. Mas no início tem que mostrar a população negra emergindo como um sujeito histórico coletivo. Eu tenho trabalhado um pouco com essa categoria, não sei se dá.

Outro desafio é o da práxis dos educadores. Esse realmente é o mais difícil, porque são milhares de educadores que já sabem tudo sobre isso, não precisam aprender. Não são racistas absolutamente, ninguém é racista: “Todo mundo já sabe tudo e nós valorizamos muito os negros. O negro é muito importante na sociedade brasileira...” E vai por aí, já sabem tudo, não precisam mais, estão completamente fechados. Uma grande quantidade. Então, trabalhar esse educador que está no dia-a-dia paternalizando, maternalizando o negro, as crianças negras e, no entanto, profundamente encharcado de todo esse senso comum do mito da democracia racial, mexer com isso, mesmo quando começar a produzir conhecimento, ainda vai ser difícil.

Mas acho que é um grande desafio que está aí, para a implementação da lei. Tenho me empenhado ao máximo. Tem uma comissão de diversidade lá na Secad, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

do Ministério da Educação, onde eu sou o representante do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Cândido Mendes. Tem também uma comissão na Seppir, na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para conseguir mexer com isso, e eu também sou membro dessa comissão. Mas nós estamos vendo que o negócio não anda.

Há lugares onde são feitas experiências extraordinárias, muitas completamente à revelia das coordenadorias de educação, ou das secretarias de educação. Eu tenho analisado isso, tenho um texto que chamei “Guerrilha na educação: o impacto pedagógico do movimento negro brasileiro nas escolas públicas”, que mostra claramente o avanço da luta contra o racismo dentro das escolas.⁵⁴¹ Os professores fazem um monte de coisas diferentes, ninguém imaginou que pudessem fazer isso, tanto encenações como discussões públicas, como aulas simples, mas que emocionam a todos. Os alunos contam uma porção de coisas. Entrevistei alunos, entrevistei professores, direção, coordenadorias, e há experiências que são extraordinárias.

Por exemplo, em Saracuruna, no estado do Rio, quem fez? Uma professora branca. Aí tem uma história de vida. Ela foi casada com um negro e viu o que é o racismo, porque ela viu os amigos se afastarem, viu a família renegar, viveu o diabo quando foi casada com ele. E aprendeu. Aí foi fazer estudos de história da África, tudo isso. E fez um evento gigantesco, juntou sete escolas de Saracuruna num clube da cidade. Mas não teve apoio de ninguém. Só contou com o apoio das pessoas que ela articulou. Pelo contrário, foi todo mundo contra, a diretora ficou meio na dúvida. Aí ela me disse: “Vai lá gravar entrevista com a diretora.” A diretora na hora escapuliu, não quis gravar. Você via que era uma coisa que estava sendo feita porque tinha alguém que bancava para fazer. Eu entrevistei alunas de lá, e as meninas diziam: “É a professora. É ela que faz. Isso é importante, ela deu valor para a gente. Ela botou a gente para desfilar, disse que a roupa estava bonita. Mas a gente também queria, porque tem uma outra professora que é militante do Grupo de União e Consciência Negra, lá em Saracuruna. E ela falava, contava histórias.” Essa parou de fazer militância em 1990. Está bem idosa, mas ainda é uma professora muito respeitada na comunidade, essa militante. Então, ali tinha um espaço que essa professora branca encontrou e potencializou. Onde tem gente que pega e faz, o negócio rende, cresce para toda a comunidade.

Teve uma outra professora, numa escola de São João de Meriti, para quem eu falei: “Então, a senhora é uma aliada do movimento negro, professora?” Ela disse: “Não. Eu não sou aliada de ninguém. Eu só sou uma professora que não aguenta mais ficar tendo que apagar fogo de aluno branco discriminando os negros, chamando de ‘macaco’. Isso eu não aceito. Eu não sou aliada. Meu negócio é acabar com o racismo.” Estou querendo chamar isso de uma nova cultura, que está fermentando, de consciência negra, que pode ser acessada por quem chegar. Essa professora é branca. Mas ela não quer saber: “Eu não quero é racismo.” É mais ou menos isso. Ela não leu nada, não tem bibliografia para fazer os eventos que ela faz, e já faz há muito tempo. Ela não tem nenhum suporte. Ela não gosta de movimento negro: “O movimento negro é muito radical.” Mas ela não quer ser racista. É claro que a ação dela é consequência do avanço da luta contra o racismo. Mas será que é só isso? Eu acho que já tem algo mais do que isso. E a implementação da lei vai potencializar isso. Mas está difícil.

Oliveira Silveira

A palavra avanço, em relação à trajetória do movimento negro, eu acho que é muito significativa, porque realmente houve esse avanço. Por exemplo, essa questão da Lei 10.639 é uma demanda muito antiga. Precisou haver uma lei, precisou tornar obrigatório. E isso está sendo feito, a meu ver, de forma muito correta. O parecer do MEC, por exemplo, é um parecer que instrumentaliza as escolas e as redes para trabalharem essas questões da história e da cultura.

É bom registrar que há muitas experiências positivas e interessantes. Eu estive, por exemplo, participando aqui em Porto Alegre da iniciação de um trabalho que partiu de uma pesquisa junto à comunidade escolar na rede municipal. Trabalhei com duas colegas na preparação de monitores que iriam para as escolas e depois procurariam também as famílias dos estudantes negros. Eu achei que era uma forma muito criteriosa de começar esse trabalho. Depois houve uma mudança de governo e eu não sei atualmente em que pé está essa situação. Na Bahia, o Ceafro participou de uma experiência muito boa, até publicou um livro com o relato de toda a experiência, em que houve a participação da comunidade de uma forma muito interessante.⁵⁴² Agora estive no Recife e vi que a rede municipal também se prepara muito bem. Houve um seminário de dois dias, eu participei falando em quatro turnos, juntamente com outras pessoas, e o envolvimento foi muito grande da comunidade, não só de diretores de escola, mas de professores, estudantes e também de animadores culturais.

Quer dizer, há uma resistência, mas ao mesmo tempo estão ocorrendo experiências boas. Então, eu acho que a adesão vai acontecendo. É uma coisa irreversível. Ela precisa acontecer mesmo, é lei e não só o movimento negro, mas também seus aliados estão trabalhando para que aconteça.

Jurema Batista

Sempre foi uma reivindicação do movimento negro que a nossa história fosse contada. Porque é aquele negócio que a gente sempre diz: tirar Zumbi lá dos porões da história já foi uma tremenda vitória. Mas ainda falta muita coisa, ainda falta falar desse que eu chamo “sequestro” dos negros de África para o Brasil. E também falta falar muito mais de como foi que aconteceu a libertação. A princesa Isabel ainda é a referência. Nós construímos Zumbi, mas a princesa Isabel ainda existe nos livros escolares, ainda existe essa ideia de que o negro não brigou pela sua libertação. E aí, quando contar a história do negro realmente, aí vai ver que a gente não veio todo mundo de um lugar só, não veio todo mundo de Angola, nem todo mundo veio da Namíbia, cada um veio de um lado. Eram povos com suas religiões, com suas crenças, com seus costumes. Porque parece que é tudo igual, é tudo negro. Nós somos negros, mas eram etnias diferentes na época, na África.

É o que a gente sempre diz: “Quem não conhece a sua história não pode ter uma identidade. E quem não tem identidade não sabe de onde está falando.” Então, para você saber de onde está falando, você tem que ter identidade, tem que saber de onde você veio. E o grande problema do negro no Brasil sempre foi esse: falta de identidade. Que é uma coisa superdifícil inclusive de resgatar. Como é que vou resgatar quem foi meu bisavô, tataravô?

Qual é a problemática para tirar esse projeto do papel? Os estados têm que regulamentar, apesar de ser uma lei federal. Para que ela venha a acontecer aqui no estado do Rio de Janeiro, o governo do estado vai ter que regulamentar. Um deputado até já

fez essa lei, o Noel de Carvalho.⁵⁴³ Agora, para sair do papel, não vai ser mole. Aí é uma questão política. É a tal coisa: lei que pega e lei que não pega. Quais são as leis que pegam? Por exemplo, a do cigarro está pegando. Agora não pode fumar nem em shopping. Por quê? Porque está existindo, por parte da sociedade, uma pressão contra os fumantes. Para a lei da história da África pegar no nosso currículo escolar, vai ter que continuar havendo pressão — agora, por estado, para que eles implementem nas secretarias estaduais e nas secretarias municipais.

Eu acho que o legal do movimento negro é isso: a gente sempre tem uma demanda nova. Essa é uma demanda que o movimento negro tem agora. É lei, mas se não houver, por parte do movimento, uma busca de afinidade entre nós para que nós possamos realmente brigar com os governos, vai ficar só no papel. Por quê? Vai ter que capacitar os professores: é caro! Vai ter que mexer na indústria gráfica: é outro problema. Vai mexer com dinheiro, vai mexer com conceitos, com preconceitos... Então não é uma coisa fácil de tirar do papel. É belíssimo, é tudo o que a gente queria, mas, se a gente não tiver unidade e competência para reivindicar isso dos governos estaduais, a gente não vai conseguir.

495 Juca Ribeiro, militante do movimento negro em São João de Meriti desde a década de 1980, foi presidente estadual e membro da direção nacional do Grupo de União e Consciência Negra (Grucon) e fundador da Central dos Movimentos Populares (CMP). Foi assessor parlamentar do então Partido Progressista Brasileiro (PPB), hoje Partido Progressista (PP), na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro à época da tramitação da primeira lei de cotas no país. Atualmente é secretário executivo do Instituto Agenda de Responsabilidade Social e Cidadania. Ver www.politicasdacor.net/boletim_ppcor/exibir.asp?cod_noticia=148&NUM_BOLETIM=18 e

http://aasn.iuperj.br/Articles/Renato_Emerson.pdf, acesso em 26/8/2007.

496 Jorge da Silva, coronel da Polícia Militar, doutor em ciências sociais pela UERJ e pós-doutor em ciências sociais pela Universidade de Buenos Aires, foi coordenador de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania do Governo do Estado do Rio de Janeiro (2000-2002), na gestão de Anthony Garotinho (1999-2002), presidente do Instituto de Segurança Pública (2003) e secretário de Direitos Humanos durante o governo de Rosinha Garotinho (2003-2006). Ver www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 25/8/2007.

497 Paulo Renato Souza (1945) foi ministro da Educação durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, entre 1º de janeiro de 1995 e 1º de janeiro de 2003, quando foi substituído por Cristovam Buarque (1944), que ocupou a pasta no primeiro ano de governo Lula, até 27 de janeiro de 2004. Ver <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=80&Itemid=225>, acesso em 25/8/2007.

498 Roberto Martins, após deixar o cargo de presidente do Ipea, no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, foi convidado em 2003 para ser membro do Grupo de Trabalho sobre Afrodescendentes do Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, função que exercia à época da entrevista de Carlos Alberto Medeiros. Ver www.politicasdacor.net/boletim_ppcor/exibir.asp?cod_noticia=132&NUM_BOLETIM=17, acesso em 25/8/2007.

499 O Artigo 3º da Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro de 1988 afirma: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I — construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III — erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV — promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” Ver www.senado.gov.br, “Legislação”, acesso em 25/8/2007.

500 O Decreto nº 63.788, de 12 de dezembro de 1968, que regulamentou a Lei nº 5.465 de 3 de julho do mesmo ano, também conhecida como a “Lei do boi”, determinava em seu Artigo 1º: “Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de agricultura e veterinária mantidos pela União reservarão preferencialmente, cada ano, para matrícula na primeira

série, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural; nos estabelecimentos de ensino médio mantidos pela União, 30% (trinta por cento) das vagas restantes serão reservadas, preferencialmente, para os agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.” Ver www.senado.gov.br, “Legislação”, acesso em 25/8/2007.

501 Marco Aurélio Mendes de Farias Mello (1946) tornou-se ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em 1990. Ver www.stf.gov.br/institucional/ministros/republica.asp?cod_min=148, acesso em 25/8/2007.

502 Em fevereiro de 2004, o dentista negro Flávio Ferreira Sant’Ana foi morto por policiais em São Paulo porque sua cor o tornava suspeito do roubo de uma carteira. Em outubro de 2005, os três policiais militares envolvidos no crime foram condenados pela Justiça; dois deles a 17 anos e meio de prisão, e o terceiro, a sete anos e meio.

503 Pnad é a sigla para Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, um levantamento feito periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

504 Ronald Wilson Reagan foi eleito presidente dos Estados Unidos em 1980 e reeleito em 1984.

505 O entrevistado refere-se aos casos “Gratz versus Bollinger” (539 U.S. 244), que questiona o programa de admissão da graduação da University of Michigan, e “Grutter versus Bollinger” (539 U.S. 306), que diz respeito aos critérios de seleção da escola de direito da mesma instituição, ambos de 2003. No primeiro, por uma votação de 6 a 3, a Suprema Corte dos Estados Unidos declarou inconstitucional o critério de pontos adicionais para minorias utilizado na graduação, enquanto no segundo, por 5 a 4, a Corte declarou que a raça pode ser usada como critério de admissão, como modo de garantir a diversidade na sala de aula. Ver artigo de João Feres Júnior, “Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: EUA e Brasil”, disponível em www.achegas.net/numero/30/joao_feres_30.pdf, acesso em 25/8/2007.

506 Lyndon Baines Johnson (1908-1973), deputado democrata do Texas (1937-1949) e depois senador (1949-1961), era vice-presidente de John F. Kennedy e tornou-se presidente dos Estados Unidos após o assassinato de Kennedy, em 1963. Reeleito em 1964, implementou um projeto de luta contra a pobreza e a segregação racial. Em seu governo foi promulgada a lei dos direitos civis (1964). Foi substituído por Richard Nixon, eleito em 1968.
Ver Grande Encyclopédia Larousse Cultural. s/l, Nova Cultural, 1998.

507 Kabengele Munanga (1942), nascido na atual República Democrática do Congo e radicado no Brasil desde a década de 1970, é professor titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP desde 1989. Formado em antropologia cultural pela Université Officielle du Congo à Lubumbashi (1969) e doutor em antropologia social pela Universidade de São Paulo (1977), publicou, entre outros, Negritude. Usos e Sentidos (São Paulo, Ática, 1986), Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra (Petrópolis, Vozes, 1999) e Cem anos e mais de bibliografia sobre o negro no Brasil (Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2003). Ver www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 30/8/2007.

508 A Lei nº 3.708, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) em 2001, instituindo cotas de até 40% para negros e pardos no acesso às universidades públicas do estado do Rio de Janeiro, foi substituída pela Lei nº 4.151, de 4 de setembro de 2003, que reserva 45% das vagas para “estudantes carentes”, assim divididos: 20% negros, 20% estudantes egressos de escolas públicas e 5% deficientes físicos e outras minorias étnicas. Ver
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0061OpenDocument>, acesso em 25/8/2007.

509 Em junho de 2003, a Universidade de Brasília (UnB) implantou o sistema de cotas para ingresso em seus cursos, utilizando como critério para definição de afrodescendente, além da autodeclaração, o exame fotográfico e, se houver recurso, a entrevista com o candidato.

510 Em 30 de novembro de 1999, o senador José Sarney (PMDB-AP) apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 650, que propunha: “Institui cotas de ação afirmativa para a população negra no acesso aos cargos e empregos públicos, à educação superior e aos contratos do Fundo

de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)”. O projeto estabelecia cota mínima de 20% para a população negra e, após longa tramitação no Senado, foi arquivado no dia 28 de fevereiro de 2007. Ver www.senado.gov.br, “Legislação”, acesso em 25/8/2007.

511 Dicionário Aurélio da língua portuguesa (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001).

512 Octavio Ianni (1926-2004), mestre e doutor em sociologia pela USP, foi professor de sociologia na PUC de São Paulo, na Unicamp e professor emérito da própria USP. Ao lado de Florestan Fernandes e Roger Bastide, ainda na década de 1960 abriu um novo caminho na análise das questões relacionadas com a situação dos negros e os preconceitos raciais na vida brasileira. Tornou-se também referência para os estudos sobre o populismo. Escreveu, entre outros, A formação do Estado populista na América Latina (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975), Escravidão e racismo (São Paulo, Hucitec, 1988) e Revolução e cultura (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983). Ver entrevista intitulada “Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil”, publicada na revista Estudos Avançados (São Paulo, USP, v.18, n° 50, 2004), disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100002&lng=in&nrm=iso&tlang=in, acesso em 25/8/2007.

513 Durante o primeiro mandato de George W. Bush como presidente dos Estados Unidos (2001-2005), Condoleezza Rice ocupou o cargo de conselheira de Segurança Nacional e Colin Powell, o cargo de secretário de Estado. Em janeiro 2005, no início do segundo mandato de Bush, Condoleezza assumiu o posto de Powell e, como secretária de Estado, tornou-se a primeira mulher negra responsável pela condução da política externa dos EUA.

514 Faap é a sigla para Fundação Armando Álvares Penteado, que oferece vários cursos de graduação e pós-graduação em São Paulo. Ver www.faap.br, acesso em 25/8/2007.

515 A Fundação Perseu Abramo, sediada em São Paulo, foi criada em 1996 pelo PT para “desenvolver projetos de caráter político-cultural”. Seu nome homenageia o jornalista e professor universitário Perseu Abramo (1929-1996), fundador do partido, em 1980. Ver <http://www2.fpa.org.br/portal/>,

acesso em 30/8/2007.

516 Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, bacharel e mestre em ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia (1982), é doutor em sociologia pela University of Wisconsin, Madison (1988) e pós-doutor pela Brown University (1994), ambas nos Estados Unidos. Defendeu tese de livre docência em sociologia política em 1997 na USP, onde, desde 2004, é professor titular. Publicou vários livros sobre as relações raciais no Brasil, entre eles Racismo e anti-racismo no Brasil (São Paulo, Editora 34, 1999) e Classes, raças e democracia (São Paulo, Editora 34, 2002). Ver www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 26/8/2007.

517 O Tratado de Versalhes foi o tratado de paz assinado entre a Alemanha e as potências aliadas em 1919, após o fim da Primeira Guerra Mundial. A Conferência de Yalta ocorreu em fevereiro de 1945, na cidade de Yalta, Ucrânia, com a presença de Franklin D. Roosevelt (EUA), Winston Churchill (Reino Unido) e Joseph Stalin (URSS), chefes de governo dos países que venceriam a Segunda Guerra Mundial na Europa cerca de três meses depois. Ela foi precedida pela Conferência de Teerã, no Irã, em 1943, o primeiro acordo firmado entre as potências aliadas durante a Segunda Guerra, e seguida pela Conferência de Potsdam, realizada na Alemanha, em julho e agosto de 1945, após o armistício de 8 de maio, quando se decidiu pela divisão da Alemanha em quatro zonas de ocupação.

518 A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos documentos básicos das Nações Unidas e foi assinada em 1948, com o objetivo de estipular padrões internacionais mínimos para a proteção dos direitos e liberdades do indivíduo, consideradas como formadoras da base do direito internacional. Ver http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php e www.pactoglobal.org.br/pg_principio.php, acesso em 25/8/2007.

519 A Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei dos Sexagenários, determinava, em seu Art. 3º, que os escravos seriam libertados “mediante indenização de seu valor pelo fundo de emancipação ou por qualquer outra forma legal”. Ver www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/imperio/sexagenarios.htm, acesso em 7/8/2007.

520 Abraham Lincoln (1809-1865) foi presidente dos Estados Unidos entre 1861 e 1865, período em que ocorreu a Guerra de Secessão, que opôs os estados do Norte aos estados do Sul, que haviam formado uma Confederação para se desligar da União. A oposição entre as duas regiões tinha como foco principal o fim da escravidão nos estados do Sul, onde ainda era empregada a mão de obra escrava. A abolição da escravidão era defendida pelos industriais e comerciantes do Norte e por políticos como o próprio presidente Lincoln. Em janeiro de 1863, ainda durante a guerra, Lincoln proclamou a emancipação dos escravos, que se efetivou em junho de 1865, após a derrota dos sulistas. Ver http://en.wikipedia.org/wiki/History_of_slavery_in_the_United_States#1860, acesso em 30/8/2007.

521 O general William Tecumseh Sherman (1820-1891) liderou tropas dos estados do Norte na Guerra de Secessão. Em janeiro de 1865 ordenou o confisco de 400 mil acres de terra na costa atlântica da Carolina do Sul, da Geórgia e da Flórida, destinados a cerca de 40 mil escravos libertos e refugiados negros. A determinação ficou conhecida pela frase “40 acres e uma mula”: cada chefe de família receberia cerca de 16 hectares (40 acres) de terras antes pertencentes a fazendeiros brancos do Sul. Não havia referência a “mulas” na ordem de Sherman, mas parece que elas foram distribuídas pelo Exército. A medida teve efeito reduzido, pois foi revogada pelo presidente Andrew Johnson, que sucedeu a Abraham Lincoln após seu assassinato por um confederado em abril de 1865. Ver <http://en.wikipedia.org>, acesso em 25/8/2007.

522 A Conferência Pan-africana sobre Reparação que ocorreu em Abuja, Nigéria, de 27 a 29 de abril de 1993, produziu um documento oficial, que se refere à “dívida moral” e à “dívida de compensação” devidas à África pelos países que se engajaram na escravidão, no colonialismo e no neocolonialismo. Ver Rhoda E. Howard-Hassmann. “Reparations to Africa and the Group of Eminent Persons”, Cahiers d’Études Africaines, École des Hautes Études en Sciences Sociales, em <http://etudesafricaines.revues.org/document4543.html>, acesso em 30/8/2007.

523 O sistema adotado em junho de 2003 pela Universidade de Brasília (UnB), por decisão do seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, passou a reservar 20% das vagas do vestibular para estudantes negros. Ver www.unb.br/admissao/sistema_cotas/index.php, acesso em 25/8/2007.

524 Segundo pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no ano 2000 o percentual de estudantes autodeclarados “negros/pretos” nas universidades brasileiras era de 2,2%, enquanto o percentual de estudantes autodeclarados “brancos” era de 80,5%. Ver http://portal.mec.gov.br/secad/index.php?option=com_content&task=view&id=2094&interna=6, acesso em 25/8/2007.

525 Fúlia Maria de Barros Mott Rosemberg é formada em psicologia pela Universidade de São Paulo (1965), doutora pelo Laboratoire de Bio-Psychologie de l'Enfant da École Pratique des Hautes Études — Université de Paris (1969) e pós-doutora pelas universidades de Cornell, nos Estados Unidos, e René Descartes, na França. Publicou diversos trabalhos nas áreas de educação infantil, políticas públicas, relações raciais, relações de gênero, socialização e educação, como Literatura infantil e ideologia (São Paulo, Global, 1985), “Culture, race and ethnicity”. In: M. Cochran (org.). Early Childhood Education (Westport, Greenwood Publishing Group, 2005) e “Relações raciais, classe e gênero na educação infantil.” In: Educação, sociedade, cidadania (Módulo 7) (Brasília, Edição MEC, 2006). Ver www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 25/8/2007.

526 O projeto de reforma universitária apresentado pelo presidente Lula ao Congresso Nacional no dia 8 de junho de 2006 prevê que, em dez anos, as instituições federais de ensino superior reservarão 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e que, dentro desse percentual, deverá haver reserva de vagas para negros e índios, variáveis de acordo com a proporção dos mesmos em cada estado, segundo as informações do IBGE. Ver <http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/Documentos/DOCUMENTOS/2005.7.2c>, www.mundonegro.com.br/noticias2/?noticiaID=459, www.universia.com.br/noticia/materia_clipping.jsp?not=27932%20 e http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/Noticias_Detalhe.asp?Codigo=8216, acesso em 26/8/2007.

527 Aleixo Paraguassú Netto foi secretário de Educação do estado do Mato Grosso do Sul durante o governo de Marcelo Miranda Soares, do PMDB (1987-1991). Ver www.sed.ms.gov.br/geradorhtml/paginasgeradas/ead_3958/pdfs/caderno_igu, acesso em 26/8/2007.

528 Carlos Porto foi secretário de Cultura e presidente da Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul durante o governo de José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT (1999-2007), e secretário de Turismo de Corumbá na gestão do prefeito Ruiter Cunha, do PT (2005-). Ver <http://www.corumba.ms.gov.br/modules/news/index.php?storytopic=0&start=1605> e www.unifolha.com.br/Materia/?id=14353, acesso em 30/8/2007.

529 Ben-Hur Ferreira licenciou-se do mandato de deputado federal para exercer o cargo de secretário de Educação do estado de Mato Grosso do Sul, de 20 de outubro de 2000 a 9 de abril de 2002. Seu suplente, Manoel do Carmo Vitório (1956), ocupou a cadeira de deputado federal de 25 de outubro de 2000 a 9 de abril de 2002. Formado em estudos sociais pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Manoel do Carmo Vitório foi presidente do Diretório Municipal do PT em Corumbá (MS). Ver www.camara.gov.br, acesso em 26/8/2007.

530 Em maio de 2000, o deputado federal Ben-Hur Ferreira encaminhou à mesa diretora da Câmara dos Deputados uma indicação à presidência da República, reivindicando o reconhecimento do Artigo 14 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), que afirma, em seu primeiro parágrafo: “Todo Estado Parte poderá declarar a qualquer momento que reconhece a competência do Comitê para receber e examinar comunicações de indivíduos ou grupos de indivíduos sob sua jurisdição que se consideram vítimas de uma violação pelo referido Estado Parte, de qualquer um dos direitos enunciados na presente Convenção. O Comitê não receberá qualquer comunicação de um Estado Parte que não houver feito tal declaração.” O Decreto Legislativo do Senado nº 57, de 26 de abril de 2002, aprovou a solicitação de o Brasil fazer a declaração facultativa prevista no Artigo 14, e foi promulgado pelo presidente Lula em 12 de junho de 2003, pelo Decreto nº 4.738. Ver Luciana Jaccoud & Nathalie Beghin. Desigualdades raciais... (op.cit.), p. 99; Maria Aparecida da Silva. “Ações afirmativas para o povo negro no Brasil.” In: Racismo no Brasil. (São Paulo, Peirópolis; Abong, 2002, pp. 105-21), em <http://pedagogia.incubadora.fapesp.br/>, e www.senado.gov.br, acesso em 30/8/2007.

531 Humberto Sérgio Costa Lima (1957), formado em medicina pela Universidade Federal de Pernambuco, foi deputado federal por

Pernambuco na legenda do PT, na legislatura 1995-1999. Em 2003 foi nomeado ministro da Saúde pelo recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e permaneceu no cargo até 8 de julho de 2005. Ver http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=377, acesso em 26/8/2007.

532 Joaquim Beato (1924), sacerdote da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil e pai de Lucila Beato, citada no capítulo 2 deste livro, foi senador pelo Espírito Santo de 1994 a 1995. De acordo com o banco de dados do Senado, apresentou dois projetos de lei: um, de 25 de janeiro de 1995, propondo a regulamentação da Lei nº 8.081, de 21 de setembro de 1990, que definia os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, e outro, de 6 de dezembro de 1994, que propunha alterar a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), estabelecendo prazo mínimo de filiação partidária para o registro de candidatos. Paulo Renato Paim (1950) foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul em quatro legislaturas (1987-1991, 1991-1995, 1995-1999 e 1999-2002) e senador pelo mesmo estado a partir de 2003, sempre na legenda do PT. Na Câmara dos Deputados apresentou o Projeto de Lei nº 678 de 10 de maio de 1988, que estabelecia a inclusão da matéria “História Geral da África e do Negro no Brasil” como disciplina integrante do currículo escolar obrigatório. Quando senador, Abdias Nascimento apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 75 de 24 de abril de 1997, que dispunha sobre as medidas de ação compensatória para a implementação do princípio da isonomia social do negro e incluía no ensino dos idiomas estrangeiros, em regime opcional, as línguas ioruba e kiswahili. A senadora Benedita da Silva apresentou o PLS nº 18, de 22 de fevereiro de 1995, que incluía a disciplina “História e Cultura da África” nos currículos. Ver www.senado.gov.br, acesso em 26/8/2007

533 Esther Pillar Grossi (1936) foi eleita deputada federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do PT em 1994, exercendo o mandato de 1995 a 1999. Na eleição seguinte, de 1998, alcançou uma suplência, mas ocupou uma cadeira na Câmara durante quase toda a legislatura 1999-2003: de 3 a 20 de fevereiro de 1999, de 22 de fevereiro de 1999 a 15 de fevereiro de 2000, e a partir de 16 de fevereiro de 2000. Ver www.camara.gov.br, acesso em 30/8/2007.

534 O Artigo 3º do estatuto da Frente Negra Brasileira, aprovado em 12 de outubro de 1931, afirmava: “A Frente Negra Brasileira, como força social,

visa à elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física; assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra.” O parágrafo único do mesmo artigo acrescentava: “Para a execução do Art. 3º, criará cooperativas econômicas, escolas técnicas e de ciências e artes e campos de esportes dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira.” Ver Márcio Barbosa (org.). Frente Negra Brasileira: depoimentos (São Paulo, Quilomboje, 1998), p. 110.

535 Hélio Silva Júnior. Anti-racismo: coletânea de leis brasileiras (federais, estaduais, municipais) (São Paulo, Oliveira Mendes, 1998).

536 O parágrafo 1º do Art. 242 da Constituição de 1988 determina: “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.”

537 A Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003 alterou dois artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20 de dezembro de 1996. O Artigo 26-A passou a ter a seguinte redação: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”, seguindo-se dois parágrafos que versam sobre os conteúdos que devem ser trabalhados. E o Artigo 79-B afirma: “O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.” Ver www.senado.gov.br, “Legislação”, acesso em 26/8/2007.

538 Nei Lopes (1942), bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (atual UFRJ), é escritor, compositor e pesquisador das culturas da diáspora africana e tem publicado, desde a década de 1980, resultados de suas pesquisas, como os já citados Dicionário banto do Brasil e a Enciclopédia brasileira da diáspora africana. Ver www.mpbnet.com.br/musicos/nei.lopes/index.html, acesso em 26/8/2007.

539 A primeira lei sancionada pelo recém-empossado presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi a Lei nº 10.638, de 6 de janeiro de 2003, que instituiu o Programa Permanente de Combate à Seca (Proseca). Ver www.senado.gov.br, “Legislação”, acesso em 25/8/2007.

540 Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, professora titular da Universidade

Federal de São Carlos (Ufscar), é mestre e doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-doutora em educação pela Universidade da África do Sul. Foi membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no mandato 2002-2006. Nesta condição foi relatora do Parecer CNE/CP 3/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Ver www.cnpq.br, “Plataforma Lattes”, acesso em 25/8/2007.

541 Amauri Mendes Pereira. “Guerrilha na educação: a ação pedagógica do movimento negro na escola pública”. In: Educação em Debate (Universidade Federal do Ceará, ano 25, v.2, n° 46, 2003).

542 O Ceafro é um programa de educação e profissionalização para a igualdade racial e de gênero do Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao) da Universidade Federal da Bahia, em desenvolvimento desde 1995. A Editora Cortez, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), lançou o livro Escola plural, a diversidade está na sala: formação de professores para a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo, que relata a experiência do programa Escola Plural desenvolvido pelo programa. O livro, com prefácio do diretor do Ceao Jocélio Teles, foi organizado por Maria Nazaré Mota, coordenadora adjunta do Ceafro. Ver www.ceafro.ufba.br, acesso em 25/8/2007.

543 O Projeto de Lei nº 1.962, de 3 de setembro de 2004, de autoria do deputado estadual Noel de Carvalho, trazia em seu Artigo 1º a seguinte determinação: “Fica o Poder Executivo, através da Secretaria de Educação e do Conselho Estadual de Educação do Estado, autorizado a elaborar projeto para definir a inclusão nos currículos do ensino fundamental e médio das escolas da rede pública estadual, considerando a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, com o objetivo de regulamentar a Lei Federal 10.639, de 9 de Janeiro de 2003, que alterou a Lei 9.394/96 — LDB.” Após longa tramitação, o projeto de lei foi arquivado no dia 12 de fevereiro de 2007. Ver [http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/0/142342c5d466ef4483256f03005 OpenDocument](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/0/142342c5d466ef4483256f03005), acesso em 25/8/2007.

BALANÇOS

SOBRE O MOVIMENTO NEGRO

Carlos Alberto Medeiros

No início dos anos 1970, se eu não me engano, em 1972, na PUC do Rio, houve uma espécie de congresso afro-brasileiro, que parece que foi o embrião da criação, depois, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Cândido Mendes. Esse congresso me marcou muito. Nele se discutiam questões religiosas, várias questões ligadas aos negros e à cultura africana e afro-brasileira, e todos os participantes eram brancos, exceto dois africanos. Um deles, o Anani Dzidzienyo, era um cara de Gana que tinha escrito uma tese de mestrado sobre Brasil, que o Itamaraty correu a desmentir na Inglaterra — o que, evidentemente, só deu mais publicidade à tese.⁵⁴⁴ E, depois de ouvir algumas coisas de brasileiros, negócio de mulata — aquelas coisas que diziam com a maior tranquilidade —, e de ouvir um padre que fez uma pesquisa sobre exu nos morros do Rio e confessou que não entendeu nada, eu me lembro do Anani falando com sotaque: “Vocês, brasileiros, não gostam de discutir seus problemas.” O outro africano era um cara chamado Okim, que era de Camarões. Então, os únicos negros que estavam não eram brasileiros. Hoje seria impossível realizar um congresso afro-brasileiro assim. Acho que é um sinal de que a gente avançou.

Vanda Menezes

A gente sempre quis que Zumbi fosse reconhecido como herói nacional, era uma utopia isso. Mas a luta foi tão grande que, no ano passado, o governador Ronaldo Lessa chamou as Forças Armadas e disse: “Só existem cinco heróis nacionais e nós temos três que são alagoanos.⁵⁴⁵ Um deles é Zumbi dos Palmares. Então, solicito que vocês façam salva de tiros e que desfilem para Zumbi, no dia 20 de novembro.” E foi assim que aconteceu. No dia 19 de novembro, nós perdemos um colega que tinha sido secretário de governo e era diretor da Tribuna de Alagoas. Infarto fulminante. Era muito amigo do governador, e o governador não pôde ir para a Serra da Barriga no dia 20. E quem fez revista às tropas? Zezito Araújo.⁵⁴⁶ Foi emocionante! Você ver Zezito vestido com uma bata africana e o Exército brasileiro batendo continência para ele. Aí você fica assim pensando: a gente subia a Serra e levava tiro, e hoje ele é o governador do estado. A gente só chorava. Foi emocionante.

Isso é luta, isso é conquista. E não vai ter mais um 20 de Novembro que não tenha salva de tiros. Como se tem para Duque de Caxias, Tiradentes, Marechal Deodoro e Floriano Peixoto. São os cinco heróis nacionais. Deodoro e Floriano são heróis nacionais — um proclamou a República, o outro consolidou. Foram dois presidentes, dois alagoanos. E Zumbi, antes deles. Mas foram 309 anos para ter salva de tiros. Foram trezentos para se dizer que ele era herói nacional.⁵⁴⁷ E aí a gente pode dizer: “Será que uma sociedade precisa de heróis?” Há quem diga: “Triste da sociedade que precisa de heróis.” Eu não digo: “Ah, porque é herói negro, a gente tem que se espelhar.” Nada disso. É porque ele foi herói, tanto quanto Duque de Caxias e tinha que ser reconhecido. Então, eu acho que tem frutos. Talvez poucos frutos para o que nós queremos, mas muito para a história. Esse tempo, para a história, não é nada: 25 anos, 30 anos.

Mas acho que valeu a pena e que vale a pena continuar a luta. E fazendo mais militantes, mais pessoas conscientes. E, principalmente, trazendo os aliados que lutam, que estão na luta antirracista, e que são brancos. E que a gente aprenda a não trazê-los dizendo que eles têm culpa ou que eles assumiram a culpa e por isso estão conosco. Que a gente construa e deixe

que eles tenham essa opção. E que a gente construa isso tratando da solidariedade entre nós. Para que a gente possa fazer um Brasil justo. Não é “mais justo”. É justo. Porque ele não é justo.

Lúcia Xavier

Sou da opinião de que a sociedade brasileira nos deve, deve muito, mas com profundidade; ninguém da esquerda nunca deu apoio ao movimento negro. Hoje em dia, quando alguém fala assim “Ah, porque o MST é a maior força política do país”, eu falo: “Não é, não. A maior força política desse país ainda continua sendo o movimento negro e de mulheres negras.”⁵⁴⁸ Lutou adversamente vários séculos. Nunca teve apoio da intelectualidade brasileira, no sentido de ajudar a estruturar teoricamente a luta contra o racismo — foram muito poucos. Não teve dinheiro de ninguém, nem da Igreja, nem do Estado. O pouco recurso que tem, nós trabalhamos para poder arrancar. Nunca vi nenhum intelectual de esquerda, exceto Florestan Fernandes, dizer “Eu sou contra o racismo e minha vida vai ser dedicada à luta contra o racismo”.

Agora, acredito que uma das questões que o movimento negro acabou não percebendo é que, na verdade, toda a história da comunidade afro-brasileira passa por um eixo que tem a ver com as mulheres negras. E acho que deixou de utilizar esse eixo como fundamental para engrossar e sedimentar melhor a sua ação política. Porque, se já tivesse colocado esse eixo na frente, teria engrossado muito mais essa luta. Não só via religiosidade. Porque são as mulheres negras que seguram a onda mesmo. Não tem nenhuma liderança negra, nenhuma delas, que não possa dizer que sua mãe ou sua esposa foi o arrimo para que pudesse militar, agir. Foi a base para segurar essa onda toda. E não tem uma família negra que possa dizer que foi só seu pai que deu o sustento. Até tem umas, mas não é a maioria.

Qual é a vantagem que o movimento de mulheres negras tem em relação ao movimento negro? É que ele incorpora as dimensões do cotidiano. Então, lá tem os problemas da escola, da criança, da mulher, do parto, da saúde, da habitação... Todo esse drama do cotidiano o movimento de mulheres negras traz com muita força. E traz exatamente pensando que isso é amálgama para uma estrutura pesada como o racismo. Hoje quem luta contra o racismo tem que lutar por uma boa educação, por uma saúde digna, pelos direitos humanos. Não tem como separar as coisas. Só aumentou o nosso trabalho.

Helena Machado

Sabe qual é o sentimento que eu tenho? É que está posta para nós, do movimento negro, uma tarefa muito maior, que a gente ainda não pôde alcançar. Estou falando em termos de Brasil: de unificar lutas, de disseminar solidariedade, de trabalhar através da ancestralidade. Não é só ir para uma casa de religião, não é só fazer o batuque, mas é ver o sentido do batuque para a sua vida hoje e observar isso. Enfim, a área cultural é, para mim, o manancial de uma nova sociedade para nós, de uma saída para nós. E isso eu estou vendo muito distante. O movimento negro como tal é um trabalho tão pequeno, tão de formiguinha, e sempre a avalanche do poder instituído é tão maior, a ponto de a gente considerar que são ganhos a questão das cotas, da lei... Não é negar nem as cotas nem a lei que inclui história e cultura afro-brasileira no ensino. Mas a faísca não foi detonada ainda. Para mim não foi.

Hédio Silva Júnior

Acho que Abdias Nascimento foi um pioneiro representante de um pensamento negro. Embora, sobretudo no período da redemocratização, ele sempre tivesse estabelecido uma identidade com o PDT e uma relação pessoal com o Brizola, o Abdias era um cara que historicamente tinha uma certa autonomia de pensamento em relação à esquerda. Na verdade, a geração que o antecedeu também tinha. Os caras da Frente Negra, o Correia Leite, o Henrique Cunha, o Guaraná de Santana, enfim, a história desses caras revela que eles tinham mais autonomia.⁵⁴⁹ Embora haja fatos que vez ou outra vinculem a Frente Negra ao integralismo, o fato é que você lê a imprensa negra e não há uma clivagem partidária tão explícita como, a meu juízo, vai haver na geração dos 1970.

Então acho que Abdias, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Eduardo de Oliveira e Oliveira foram intelectuais que nos antecederam e que tinham uma postura mais autonômica em relação à esquerda. A minha geração é uma geração que padeceu muito, que padece muito para ter um pensamento mais autônomo. Possivelmente também, com a ditadura, tenha havido a necessidade de buscar construir um espaço de aliança, até para a própria sobrevivência.

Eu diria que o exemplo mais acabado da ruptura foi quando a questão das ações afirmativas e a reivindicação por cotas passaram a integrar a agenda do movimento negro. Porque isso significou, para alguns até hoje, uma rendição do movimento negro ao discurso de transformação da sociedade. Porque a luta por ação afirmativa e por cotas significa a busca da integração social da população negra sem colocar em questão o regime político. Então é muito recente. Isso tem cinco anos, um pouco mais. Mas isso também tem a ver com um movimento para qual o movimento negro contribuiu muito fortemente, que foi a formação de uma elite intelectual. A minha geração é a geração que mais acumulou em termos educacionais. E começam então a ser lançadas as bases de um pensamento negro chancelado pela academia, ou seja, com pretensões de legitimação social. Uma nova verdade sobre a história, uma nova verdade sobre as relações, uma nova verdade sobre a política, sobre o Estado, sobre as instituições etc. Esse

investimento, feito em termos de acumulação de capital educacional, também contribuiu para tensionar certos tributos que o pensamento da militância historicamente pagou para a esquerda.

E houve também um movimento interno de identificar o racismo na ação da própria militância negra. Nós éramos absolutamente generosos com os companheiros brancos e absolutamente severos conosco mesmo. A estrutura das organizações era uma estrutura, em geral, colegiada, porque muitas vezes as pessoas tinham dificuldades de delegar poderes. Durante muito tempo as organizações negras se recusaram a ter uma estrutura verticalizada. Alguém pode dizer que isso é uma herança da ação política católica, porque as organizações católicas, em geral, têm a figura do colegiado. Mas há também quem diga que era uma dificuldade de delegação do poder. Esse trabalho interno foi um trabalho de nos depurar da herança do racismo, que vai se manifestar e se manifestou durante muito tempo. Se manifestou nas próprias organizações negras, sem dúvida nenhuma. A ideia básica era a de que todos deveriam estar no mesmo nível, ou de que ninguém poderia se destacar do grupo. Isso seria absolutamente normal se as pessoas não convivessem com outras organizações brancas, nas quais a estrutura era absolutamente verticalizada. Então elas aceitavam o presidente na organização branca, mas não aceitavam na organização negra. Isso desnudou o legado racista que nossa prática tinha. Por que temos uma relação de tanta generosidade com as instituições brancas e somos tão severos entre nós? Nossos embates eram muito duros. Hoje é muito agradável, até, fazer militância contra o racismo no Brasil. Há 25 anos era absolutamente oneroso para a pessoa, os embates eram muito duros, muito agressivos. Certamente é uma herança, que é o que o Steve Biko vai dizer em um texto superinteressante dele: que o racismo transforma o homem negro em uma casca sem conteúdo, num processo de embrutecimento e com tal fragilidade que, se você toca com o dedo, você fura aquela casca. Até descobrir o quanto nós próprios carregávamos de herança do racismo e ter uma relação mais fraterna, mais tranquila, de reconhecer o outro e projetar o outro, fortalecer o outro, delegar, foi todo um trabalho interno, um trabalho lento de aprendizado, de reflexão da militância. Eu me lembro: quantas vezes eu não vi, por exemplo, Abdias Nascimento ser hostilizado em reuniões do movimento negro porque não tinha o carimbo de uma organização negra. Hoje é uma figura absolutamente venerada, mas foi todo um trabalho nosso mesmo de depuração desse legado, que é um legado secular, e que não seria a

existência do movimento negro, alguns anos de militância, que iria fazer com que esse legado fosse sepultado.

Então, essa elite intelectual também foi importante porque ela pôs em questão a própria prática: o significado de ser negro, a relação interna, a relação entre os grupos, a relação com os brancos, o papel dos brancos, o papel da academia. Eu me lembro de uma época em que alguns negros entravam para a academia e rapidamente já começavam a desqualificar o movimento negro, um pouco sem refletir como é que é possível você sair da obra e virar doutor em uma universidade de prestígio no Brasil.

Compreender aquilo como parte de uma construção coletiva que vai permitindo que as pessoas possam, na universidade, produzir conhecimento sobre racismo em um país em que há 25 anos não havia racismo. Não é possível o sujeito achar que isso não é um devir, não é possível o sujeito achar que é uma construção pessoal dele.

Foi esse conjunto de fatores que fez com que o movimento negro, a meu juízo, adquirisse essa pujança, esse poder que de fato a gente foi construindo ao longo desses últimos anos. Acredito que o movimento negro é um dos mais promissores movimentos sociais que o Brasil tem. É um histórico de construção, mas também de identificação da extensão dos efeitos do racismo. Porque o racismo invade uma área da sua existência e pretende destituir a pessoa da sua condição humana. Então nada que é negro é bom: o seu corpo, o seu cheiro, o seu cabelo, a sua religião, a sua história, os seus antepassados, o seu continente de origem.

A desconstrução desses dogmas e desses estereótipos é um trabalho hercúleo que o movimento negro fez, para que a menina negra olhasse no espelho e dissesse: “Sou bonita!” E dissesse: “Eu quero estar com os meus iguais. Eu posso.” Então, eu diria que a gente adotou o caminho, a meu juízo, mais consequente, que foi o caminho de mudar as pessoas, mudar a forma como as pessoas lidam com o seu corpo, porque isso é uma das expressões mais cruéis da experiência do racismo: é ele fazer com que o sujeito lide mal, e de fazer com que o sujeito negue essa dimensão mais transcendente, que é a dimensão do corpo. Se você não lida bem com o seu próprio corpo, como é que você pode lidar bem com a sua existência? Essa é a questão. Então acho que esse trabalho, que tem várias linguagens, várias expressões, foi uma conquista bárbara. Quando eu li a Daiane dos Santos dizendo que ela queria levar o samba para a ginástica e que o Brasil era um país racista, eu

fiquei imaginando: “Quem é que formou essa menina? Onde ela escutou isso?”⁵⁵⁰ Eu acho que essa dimensão é até mais emblemática, mais ilustrativa da eficácia da luta contra o racismo do que propriamente essas conquistas no campo institucional. Porque eu acho que esse é o caminho seguro para a mudança. O caminho seguro para a mudança é mudar as pessoas. E eu acho que a gente deu conta de fazer isso.

Certamente tem uma parcela da população negra que não foi atingida pelo nosso discurso, mas é visível nas ruas que uma parcela significativa foi atingida pela ação política do movimento negro. As meninas, na rua, é coisa de uma expressão de dignidade, de altivez, que é visível. E volto a repetir: acho que isso é mais ilustrativo da eficácia da ação do que as cotas, muito embora as cotas também sejam um exemplo bastante cabal da eficácia da ação do movimento negro.

Magno Cruz

Eu tenho algumas críticas em relação aos projetos. No CCN fizemos vários tipos de projetos: projetos às vezes em parceria com a prefeitura, para trabalhar com crianças e adolescentes; projetos com o próprio governo federal, e outros projetos que foram sendo financiados por entidades internacionais. Acho que os projetos acabaram fragmentando o movimento, porque a gente ficou muito preocupado em cumprir aquilo que o projeto quer e perdemos a dimensão de que nós somos movimento negro. O nosso trabalho é conscientização, é mobilização, nosso trabalho é político. Nós não temos a tarefa de, por exemplo, botar uma escola, botar oficinas semiprofissionalizantes. Não. Podemos até, por uma questão de estratégia, fazer isso. Mas aproveitar esse espaço e esse público para fazer a consciência.

Acho que a gente se perdeu, e não foi só o CCN. A gente até diz assim: “Os europeus conseguiram novamente nos dividir.” Porque o movimento negro hoje não consegue mais... Os encontros acabaram — eles mantinham o elo de intercâmbio riquíssimo, principalmente aqui no Nordeste. E aqui mesmo no Maranhão, onde agora não existe só o CCN, mas inúmeras entidades, é difícil a gente se encontrar. A gente se encontra sempre provocado por alguém ou por algo que vem de fora. Por exemplo, no dia da abertura desse encontro de pesquisadores negros, a gente viu a militância das várias entidades do movimento negro.⁵⁵¹ Mas se for o próprio movimento se autoconvocar, não consegue. Então é complicado isso, porque cada um está muito preocupado com o seu projeto, com a sua atividade, olha muito para o seu umbigo, e não consegue se articular. Essa é a crítica que eu tenho em relação aos projetos. Mas não sou contra. Acho que tem que ter os projetos, mas desde que a gente tenha o entendimento de que o projeto é para trazer verba para a gente desenvolver aquilo que é a nossa tarefa política: conscientizar, conscientizar, conscientizar.

E ainda vamos encontrar muitos negros, mesmo tendo passado 25 anos, que preferem se dizer morenos. Ainda tem. Qual avaliação a gente faz de 25 anos de CCN? Indubitavelmente nós mudamos a forma de a sociedade ver a população negra e, principalmente, como a população negra se vê hoje, com

direitos, como cidadã e tal. Isso é inegável. Agora, nós não conseguimos transformar essa consciência política em ganhos sociais, econômicos e políticos. Na periferia de São Luís, que eu conheço porque hoje trabalho numa rádio comunitária, a gente conhece a realidade da violência das gangues, da violência policial, da fome, do ensino público que caiu tanto, e isso afeta muito a população negra. Na zona rural você vai encontrar uma população extremamente carente, carente de cidadania mesmo. Outro dia uma colega nossa que faz parte de um grupo de dança — porque aí o pessoal novo começa também a ir para a zona rural para pesquisar, para trabalhar —, levou o grupo de dança lá, para mostrar, fazer esse intercâmbio. Ela voltou muito chocada, chorou inclusive, porque ela estava numa comunidade, chegou na hora do almoço e convidaram ela para almoçar. E qual era o almoço? Café com farinha. Vocês conhecem a farinha d'água daqui, que é um pouco grossa? Essa é a produção da maioria das comunidades, a farinha. E ela chorou porque o almoço era isso: o café em uma xícara e a farinha, e as pessoas se servindo. Algum tempo depois foi outra pessoa e disse que não tinha nem o café, era um chá de capim-limão com farinha.

Acho que há uns dois anos veio uma comitiva de negros americanos, todos já aposentados e tal, e, ao invés de fazer turismo, resolveram conhecer a diáspora africana, dos negros. Vieram para o Brasil, foram em Salvador e vieram para o Maranhão. Aqui em São Luís conversaram com a gente e nós falamos: “Olha, se vocês querem conhecer a realidade do negro, a gente vai levar vocês em algumas comunidades rurais.” “Tudo bem.” Toparam, foram, choraram muito, porque nunca tinham visto tanta miséria. Mesmo na África, onde alguns já tinham ido, nunca viram tanta miséria. Então esse é o quadro que nós temos hoje. Se há 25 anos, quando o CCN se fundou, havia uma situação de pobreza, de carência, hoje piorou. Esse é o grande desafio que o movimento negro tem. Não só o movimento negro do Maranhão e não só o movimento negro. Acho que a sociedade brasileira. De como transformar essa consciência política, essa consciência político-racial em ganhos. Senão, nós teremos que ver nossos irmãos sendo violentados na zona rural e morrendo de fome na zona urbana.

Jurema Batista

Eu estava dentro daquele projeto individualista de ser uma boa profissional: “Os negros não querem nada, os pobres não querem nada. Eu quero, eu posso, eu faço.” Até que encontrei a Lélia Gonzalez e o Carlos Alberto Medeiros, que me deram uma sacudida. E foi uma coisa que eu aprendi e que faço até hoje. De vez em quando, hoje estou com 47 anos, chegam assim umas meninas de vinte, trinta e poucos anos, e dizem: “Olha, foi você que me despertou, você mudou a minha vida.” É isso mesmo: esse poder que o movimento negro tem de sacudir a alma da pessoa. Foi o que aconteceu comigo. De lá para cá, desde aquele dia, daquele encontro, eu nunca mais fui a mesma. Tive uma conversão.

Nesses debates, sempre faço um histórico da questão do negro no Brasil, da chegada do negro, sobre o que foi a escravidão. Depois falo do período pós-Abolição, e depois foco nos dias de hoje. Hoje, por exemplo, tenho sido muito chamada para falar sobre a política de cotas. Muitos me chamam para falar sobre ações afirmativas, mas sempre vou lá atrás e falo da história do movimento negro, como fomos nas décadas de 1970, 80. E aí as pessoas gostam. A gente fala com verdade, porque a gente passou por isso, não está inventando moda. E aí, a gente sempre ganha um monte de adeptos mesmo.

Acho que estamos bem melhores do que estivemos nas décadas de 1970 e 80, já tivemos muitas conquistas, realmente muitas conquistas. A gente tem um legado deixado para quem vem atrás, eu que já tenho um neto, um legado para os nossos netos, bisnetos, que vão viver com certeza em um país melhor. Lembrei de um samba do Martinho da Vila, que ele canta assim: “Vai ter que amar a liberdade, só vai cantar em dó maior. Vai ter a felicidade de ver um Brasil melhor.” Vai ser melhor o Brasil em que eles vão viver, muito melhor. Porque o nosso... Foi difícil, viu?! A gente teve que matar um leão por dia. Literalmente era isso. Eu me lembro como eu ia para o segundo grau. Trabalhava numa metalúrgica em São Cristóvão, batia o cartão, já de macacão, às seis horas da manhã. Maluquice! Depois, à noite, ia para a escola. No segundo grau, estudava no João Alfredo, que é em Vila Isabel, e eu morava no Andaraí. Tinha que tomar duas conduções,

mas o dinheiro não dava — senão, por que eu ia trabalhar? Então eu ia a pé de Vila Isabel até o pico do morro. Ainda bem que na época eu era novinha, tinha o maior pique, energia mesmo, dava para fazer. Mas quem é que consegue fazer isso? Isso é um em um milhão. A maioria desiste. Muitas vezes eu estava na escola, quando terminava a aula, o professor falava: “Jurema, acabou a aula. Vai embora.” Tinha dia em que eu ia para a escola para dormir. Saía de casa às cinco horas da manhã. Um dia dei até bom-dia para um morto. O morro era escuro, porque só teve luz quando me tornei presidente da associação de moradores. Aí, passei pelo morto e dei bom-dia. Ele não respondeu — claro, não podia me responder. Aí fui embora trabalhar e fui para a escola. Quando cheguei em casa à noite, minha mãe falou: “O Avelino morreu.” Eu falei: “Morreu como?” Ela falou: “Ele bebeu e morreu sentado.” Eu falei: “Então, quando passei e dei bom-dia, ele já estava morto.” Era tão cedo que eu descia para trabalhar e estava tudo escuro no morro.

Eu sei que o movimento negro tem crescido muito, muita gente mesmo. Não só em número de militantes, mas a questão da consciência negra hoje é muito forte. Qualquer lugar. O cara está jogando bolinha lá na rua, você acha que ele não sabe nada, aí você passa: “É, tia, sabe como é, a cor, não é?” A gente fala: “É, a cor impede, sim, mas você tem que estudar!” Já identificaram que não é como eu achava, que os negros não conseguem alguma coisa porque não querem. Não. Concretamente, em uma sociedade racista, a cor da pele abre ou fecha portas. Vamos nós duas procurar emprego: a chance de você ganhar a vaga, com a mesma formação, ou às vezes até com alguns elementos a menos do que eu no currículo, a chance é sua, porque você tem a cara do padrão de beleza, do padrão de visibilidade positiva. E quando a gente fala nisso com as pessoas hoje, elas acreditam. Antes, não: “Esse pessoal é complexado. Não é bem assim.” Hoje o “não é bem assim” a gente não ouve muito. A gente ouve muito mais o seguinte: “É, realmente, fui lá tentar uma vaga, me barraram. Deixei meu currículo no shopping...”

As pessoas já começaram a perceber isso; a juventude negra sente isso na pele. Quantas vezes eles são parados pela PM. E se tem um negro em um banco, qual a diferença com que um PM trata um jovem negro e um jovem branco? Aí, depois, você vai para o espaço geográfico: como ele trata um jovem na Zona Sul e como ele trata um jovem na Zona Oeste? Como ele trata um jovem dentro da favela aqui da Rocinha e como ele trata um

jovem ali na Gávea? São essas coisas que a gente fala e as pessoas se identificam.

Hédio Silva Júnior

O movimento negro é um movimento social plural, nada monolítico, com variadas formas de expressão, de linguagens, mas que, por outro lado, tem sido capaz, sempre que ele estabelece consensos, de ser vitorioso: o consenso do resgate de um herói negro; o consenso da fixação de uma data nacional, inclusive com feriado; o consenso em torno do papel da escola como instrumento de reprodução do racismo; o consenso em torno da necessidade da criminalização do racismo... Então, essa coisa multiforme, multifacetada e aparentemente inorgânica é capaz de, em momentos cruciais, estabelecer agenda, metas comuns. E todas as vezes em que o movimento negro elegeu uma meta, ele foi vitorioso.

O que me parece importante e, sempre que posso, eu falo sobre isso, é que a minha geração, exatamente pelo que ela foi capaz de acumular em termos educacionais, tem a responsabilidade de instituir uma organização negra nacionalmente enraizada, capaz de, minimamente, galvanizar essa energia chamada movimento negro, que você vai encontrar em grupos de rap, em grupos de jovens negros, em terreiros de candomblé, em grupos de pagode, em grupos religiosos católicos, evangélicos... Agora, nesses dias, eu que sou ogã de Oxum, eu que sou de candomblé, fui fazer uma palestra para um grupo que está formando o movimento negro evangélico, compreendeu? O meu temor é que — e eu vou morrer com um sentimento de derrota, caso isso aconteça — nossa geração não seja capaz de criar uma organização que galvaneze isso e que minimamente direcione essa energia.

A meu juízo, pode parecer vergonhoso que, nos anos 30 do século passado, quatro negros que não tinham o primeiro grau, não tinham formação básica, mal falavam o português, não tinham articulação internacional, não tinham internet, não tinham financiamento internacional, criaram uma organização chamada Frente Negra Brasileira enraizada em vários estados, com mais de oito mil filiados no país inteiro. Se a nossa geração não for capaz de criar alguma coisa que tenha pelo menos o poder de fogo que a Frente Negra teve, nós seremos derrotados. Essa é a minha avaliação. É o desafio da organização negra. E o desafio de disputar o voto racial, disputar o poder. Aí tem um salto, que é o salto da periferia da estrutura política

para o centro de decisão. Se vocês me perguntassem como é que eu me definiria, eu me definiria talvez como um bom divulgador do movimento negro, um bom propagandista do movimento negro. Mas o meu esforço é que a população negra assuma o poder. Eu quero e eu trabalho para que o povo negro assuma o poder. E acho que isso vai passar, no curto prazo, pela disputa do voto racial. Você teve em São Paulo e em outros lugares, nos anos 1960 e 70, negros que foram eleitos com o voto racial. Não me parece razoável que, com tudo isso que o movimento negro fez ao longo desses 25 anos, nós não estejamos explorando o voto racial. Eu dizia da questão do corpo e tal. Mas acho que o voto vai ser a demonstração mais explícita e direta da capacidade que a gente teve de enraizar socialmente a consciência racial, a consciência negra.

Eu chamaria essa organização de frente — uma frente que possa canalizar, digamos assim, com alguma organicidade, a pluralidade de organizações que você tem hoje no interior, nos lugares de acesso mais difícil nesse país. Você chega lá e tem uma organização negra. Uma frente que agregue, que galvaneze, que conte com o respaldo dos setores mais sérios, mais consequentes do movimento negro. Porque a primeira pergunta que você tem que responder — e esse é um dos nossos problemas, não são só flores — é o problema de interlocução. Hoje qualquer indivíduo põe um terninho, uma gravatinha, uma pasta 007, vai para Brasília e diz que é militante do movimento negro. Nós somos um movimento negro absolutamente pujante, por um lado, e absolutamente frágil, por outro. Temos um problema grave de interlocução: quem fala? Quem expressa? Quem sintetiza? Quem representa? Essa é uma fragilidade.

Nós próprios contribuímos para uma complexificação que exige um mínimo de organicidade, não mais no plano local daquela organização que não tinha estrutura vertical, mas agora no plano nacional. Tem um exemplo que eu sempre utilizo, que me parece indiscutível: a luta contra o racismo no Brasil andou mais rápido do que a organização. Se você dissesse para qualquer militante do movimento negro dez anos atrás “Daqui a dez anos vamos estar implantando cota para preto na universidade”, o cara ia falar para você assim: “Fala sério comigo. Isso é uma piada.” Então, nós fomos nos apercebendo do poder real da nossa ação política, menos por qualquer planejamento prévio e mais pelo que a gente foi apreendendo, descobrindo no cotidiano.

A proposta de ação afirmativa, por exemplo, não resultou de nenhum planejamento adrede, calculado, planejado e tal. A gente ousou propor, e um conjunto de fatores contribuiu para que isso emplacasse. Mas não é razoável que a luta ande mais rápido do que a organização. Você tem que ter uma organização capaz de gerir, digamos assim, esse novo momento, que é um momento absolutamente rico, em que nunca se discutiu tanto o tema do racismo. Mesmo a mais conservadora das instituições, ou a mais conservadora das três esferas de poder, que é o Judiciário, está tendo que se debruçar sobre isso. Portanto, agora a delegação vai ter que ser pensada em nível nacional, e não mais local, como era o desafio dos anos 1970 e 1980.

Sueli Carneiro

O movimento de mulheres negras tem estado nos principais fóruns da sociedade civil, se posicionando, discutindo, colocando a nossa ótica. Temos enfrentado o desafio de pensar questões com as quais a gente não esperava, em tão pouco tempo, ter de se ocupar. Por exemplo, os temas com que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que eu integro em nome da Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras, se depara: reforma tributária, reforma da previdência, política industrial, desenvolvimento, análise de conjuntura, neoliberalismo...⁵⁵² Ou seja, em menos de duas décadas, tivemos que encarar esse tipo de desafio, de estar palpitando sobre esses temas e tendo que aprender sobre essas questões. A Jurema Werneck, que é minha suplente no Conselho, tem dado muita canelada lá nos ministros, sobretudo da área econômica.⁵⁵³ Acho que isso é o patamar em que nós estamos hoje.

A Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, convocada pela Secretaria da Mulher, conduzida pela ministra Nilcéa Freire, foi outro momento em que a gente teve que estar na situação de dialogar com o governo a partir da nossa perspectiva.⁵⁵⁴ Estive numa mesa na semana passada, com o movimento de mulheres como um todo, na sua maioria com uma posição muito crítica em relação à política econômica e à quase inexistência das políticas sociais. Ou seja, são confrontos que a gente não esperava ter que travar tão cedo e que chegaram mais rápido do que a gente imaginava e, sobretudo, mais rápido do que a gente estava, de fato, preparada. Então tem sido, ao mesmo tempo, um exercício de protagonismo e de aprendizado, de correr atrás, de fazer supletivo em uma série de questões. E eu acho que o movimento de mulheres negras é hoje um laboratório importante de produção de agendas democratizantes para a sociedade brasileira.

Ivanir dos Santos

Falta muito ainda. Mas acho que, do ponto de vista político, levando em consideração a estrutura, as condições que outros movimentos tiveram, o movimento negro foi o que mais teve sucesso. É um movimento que não teve nenhuma estrutura de mobilização. Todos os atos que nós fizemos foram por nossa própria conta. Para fazer o Enen, não sei o quê, a turma tinha que se virar. Não tivemos partidos que investissem, como investem no movimento operário, ou no movimento feminista. Depois que alguns sindicalistas negros foram ganhos para a luta, começaram até a botar a pequena estrutura do seu sindicato para ajudar. Para usar um carro de som, podia ser o carro do sindicato.

Mas acho que, mesmo assim, a luta avançou. Você vê: o último debate da campanha presidencial, na agenda política, todos tiveram que falar sobre essa questão.⁵⁵⁵ E acho que a ação afirmativa vai ajudar nisso: vai abrir vagas para esse pessoal. Isso não é fácil. Ter chefe negro tem gente que não aceita. Isso é mudar a cultura da empresa. E vai mudar a cultura da sociedade. O que isso vai ter de “pau” ainda, vocês não queiram nem saber. Alguns dizem assim: “Vocês estão fazendo racismo às avessas.” “Nós? Nós nunca fomos racistas.” Se você observar bem, a comunidade negra é muito generosa. Eu costumo dizer sempre o seguinte: os caras chegam lá na escola de samba, lá na Mangueira, onde eu moro, eles não sabem nem sambar. Aí nós ensinamos a sambar, a tocar tamborim, o cara entra na diretoria, vira presidente e nos coloca para empurrar o carro alegórico! O cara não sabe nem levantar o pé na capoeira, vai lá, a gente ensina, o cara entra, ganha cordel, vira mestre e ganha dinheiro. O cara entra na nossa macumba, vai lá fazer uma consulta porque o casamento está ruim, porque não tem emprego, dá uns tremeliques e vira pai de santo da nossa cultura. Nós nunca discriminamos os brancos. Eles sempre entram nos nossos espaços. No entanto, em nem tudo que eles criam nós entramos. Essa é uma diferença para derrubar a questão do ódio racial. Ele não virá da comunidade negra, não virá. Agora, se vier do outro lado, cabe à sociedade saber lidar com isso. Mas de nós, não. Somos generosos.

Isso é uma outra coisa, porque eles trabalham como se nós fôssemos sempre

agressivos. Não é verdade. Acho que esse debate é um debate que nós temos que fazer com tranquilidade. Nós estamos reivindicando um direito. Porque historicamente foram nossos ancestrais que trabalharam aqui e construíram essa riqueza, essas possibilidades, e é vergonhoso para a sociedade brasileira que nós não possamos ter acesso a esses espaços que estão constituídos na sociedade, que são coletivos — estamos falando dos públicos: universidade pública, emprego público. Estamos falando disso.

E a iniciativa privada vai olhar do ponto de vista do mercado. Que ela olhe para o mercado, não há problema, porque, se a gente consegue botar uma massa negra no mercado, nem todos os negros serão conservadores e vão virar milionários. Com certeza, a vanguarda de esquerda nasce dos setores médios mais abastados da sociedade. Ou não é assim? Dos mais bem-educados. Quem são os intelectuais da esquerda? Diz aí todos. É raro ter um pobre. Mesmo quando diz que foi pobre, você vai ver, o pai era o dono da quitanda. Não era o sapateiro, era o dono da loja que fazia sapatos. Eu acho que daqui a alguns anos, daqui a 40 anos, vai ter outra coisa acontecendo.

A Seppir, da lógica do Estado, é uma possibilidade concreta. Embora eu tenha defendido outro modelo. Eu defendi a transversalidade. Não por conta do pessoal da Seppir, mas por conta do que o Estado faz quando cria a Seppir. Porque é natural você dizer assim: “Já está resolvido aquele canto.” Eu seria favorável a que, no MEC, tivesse um secretário negro, numa daquelas secretarias, construindo uma política para a comunidade negra, e que, no Trabalho, tivesse alguém. Educação e trabalho são fundamentais para nós. Eu preferia isso. Todo mundo sabe que eu defendi esse modelo. O perigo da Seppir é o isolamento em que podem, no fundo, colocá-la. Se você não tem sensibilidade nos outros ministérios, a tendência é eles darem uma migalha aqui, outra ali, mas empurrar a Seppir.

O fato de o Estado brasileiro reconhecer que tem que ter uma política eu acho que é bem-vindo. Eu tenho apoiado por conta disso. Mas, do ponto de vista da concepção, eu acho que podíamos ter feito um outro modelo, obrigar o Estado a se comprometer de outra forma. Porque é muito duro você olhar para um ministério e ver todos os secretários brancos. Parece que nós não temos capacidade de administrar, nem de gerir políticas. Tudo bem que esse governo tem um mérito, são quatro ministros negros, e isso é histórico.⁵⁵⁶ Do ponto de vista do simbolismo, isso é muito importante, mas eu quero pensar em áreas como educação, que é mais importante, e como

trabalho.

Eu não esperava que nós pudéssemos ver tanta coisa, participar de tanta coisa. Pelo menos assim, os meus filhos... Porque os nossos filhos nunca entendem a gente direito. Por mais que ele entenda aquilo, no fundo ele marca que a gente não comeu em casa naquele dia. Faltou na mesa: “Naquele domingo você não estava.” O cara estava lá, ferrado, na militância. Não ficou rico, mas não interessa. Pelo menos deu caráter, deu uma série de coisas que a gente só vai perceber depois. Se olhar bem essa discussão toda hoje, vai dizer: “Agora eu entendo por que o coroa não estava lá em casa. Porque muita coisa aconteceu e ele participou disso.” Hoje meu filho está na estatística, mas está fazendo vestibular de novo para administração, o segundo. Para convencer a turma lá de casa de cotas, não foi fácil, não. Eu tive que sentar três horas para explicar. Eu falei: “Vocês não podem desmoralizar a cota, vocês têm que fazer pela cota.” Aí acabaram compreendendo. A irmã dele que me falou, não foi ele, disse assim: “Agora ele vai fazer administração porque ele acha que, com esse negócio da cota nas empresas, vai ter vaga para executivo.” Aí ele entendeu. Então eu falei: “Agora vocês entendem por que a gente estava aí batalhando.”

Acho que não foi em vão. Eu acho que essa geração nossa — Amauri, Yedo, Januário... —, esse pessoal todo nosso, nós não lutamos em vão. Eu acho que, pelo menos, estamos vendo mudanças, sinais de mudanças. Você vê a publicidade, as comunicações, as novelas da Globo... Mesmo que ainda não estejam como nos nossos sonhos, mas têm mudado, e é fruto da nossa luta. Não é porque eles acordaram um dia e mudaram. É fruto da nossa luta. Então vai ser assim com as universidades, quando a gente olhar a universidade, olhar a área tecnológica, ligar a televisão e ver um engenheiro negro falando, dando sua contribuição à sociedade, como uma coisa natural, não uma coisa excepcional. Eu acho que a sociedade vai ganhar com isso, vai lucrar com isso, as crianças negras vão ter novas perspectivas, perspectiva de poder virar piloto de avião, de virar uma coisa... Acho que é disso que a sociedade precisa. Isso vai ter efeito na luta contra a violência. Essa comunidade não tem perspectivas. E você cria um novo caminho, aí vai valer a pena estudar, porque hoje você tem um segmento negro que não sabe que vale a pena estudar. Eles sabem que não vale.

Você olha um shopping center, é uma vergonha você entrar numa loja e ver

dez trabalhadores brancos e você achar que aquilo está normal. Você vai num restaurante na Zona Sul, vai nos grandes balcões das empresas de aviação... Quando estou viajando de avião, o cara fala comigo em inglês, porque acha que eu sou estrangeiro. Ele não acha que eu posso ser brasileiro. Acho que isso é muito vergonhoso. Mas acho que, mesmo assim, esse movimento tem conseguido vitórias. Minha escola política foi o movimento negro: nossas brigas, nossas questões, nossas disputas... Foi ali que eu me formei. Não fui formado no partido, estou dando contribuição no partido a partir daquilo que tenho do movimento.

RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

Lúcia Xavier

Acho que a questão étnico-racial tomou, nos últimos 20 anos, uma centralidade na ação política mundial profunda. Mas ainda sinto falta de uma discussão mais verdadeira em relação a isso. O fato de termos uma secretaria, a Seppir, acho que é um ganho fundamental; termos ministros e ministras negras, acho de um ganho fundamental, mas concretamente, “na real”, como diz o outro, “à vera”, ainda não está claro. O PPA, o Plano Plurianual, espelha isso.⁵⁵⁷ É só pegar o último estudo da Wânia Sant’Anna sobre as assimetrias raciais: você vai ver que o PPA passa ao largo, apesar de ter um mega objetivo falando sobre a superação das desigualdades raciais, que várias vezes o ministro da Saúde dizia que eram desigualdades sociais. É aquela ideia de que o racismo é um problema das pessoas e de que o Estado brasileiro não é racista. Mesmo quando o Fernando Henrique dizia que o Estado brasileiro é racista, e falava isso em vários discursos, mesmo assim você não via um conjunto de ações. E olha que ainda torno a dizer que somos vitoriosos por tudo isso: pelos vários GTIs, pela Secretaria, por tudo mais.

Mas o esforço que eu precisava ver para ter certeza disso, pelo menos no Brasil, é o esforço da redistribuição de renda. Enquanto não tiver isso, ninguém abriu mão do seu privilégio. Nós é que estamos abrindo mão da responsabilidade de resolver o problema. Mas a sociedade brasileira, o Estado brasileiro, ainda não tomou a coragem de dizer: “Então, tá. Nós vamos tirar daqui e passar para cá.” O debate de cotas é isso; é um pouco, eu diria, o reflexo da dificuldade de se abrir uma ação concreta contra o racismo. E eu não sou das pessoas que acham que o racismo vai acabar não, só estou querendo acabar com a desigualdade racial, no mínimo. Porque o racismo faz parte da relação humana, não vai acabar. Só que alguém tem que ficar constrangido quando agir com racismo. Você imagina: um país como o nosso, que se diz democrático, que viveu trezentos e não sei quantos anos com escravidão, passa cento e poucos anos dizendo que é democrata, ainda não consegue viver com negros no dia-a-dia, andando pela rua. Eu ando pela rua, eu vejo quanta gente segura a bolsa quando eu passo... Você imagina se esse povo vai abrir mão de algum benefício! Não vai. Mas não vai mesmo. Nós é que não damos descanso. Nisso a minha fé não me ajuda,

porque eu não consigo ver esperança. Eu vejo ações, das quais eu mesma faço parte, que vão empurrando essa barreira, mas que, de lá para cá, esteja mais fácil, eu não vejo.

Sabe qual é a impressão que eu tenho no Brasil hoje? É que nós vivemos um pós-guerra. Se não houvesse uma ação contra o pós-guerra, a Europa estaria na mesma situação de 40 anos atrás. O racismo é a mesma coisa. Só que o racismo é uma guerra que destrói todo dia. Todo dia. Como ele não destrói a estrutura física, como ele não abala a vida social dessas pessoas, elas acreditam que não têm responsabilidade nisso — o que, a meu ver, revela só a burrice de uma elite como a nossa, que não tem amor a esse país. Não precisa ter amor às pessoas desse país, mas amor ao país: “Eu sou brasileiro, pronto acabou.” Não, não tem. Se pensa em outro lugar, vive a dimensão platônica: a massa corpórea, o mal, está aqui, e o espírito está lá na Europa, lá nos Estados Unidos. E suga daqui o néctar, a vida, alimento e ponto. Vai morrer mesmo esse corpo, então vamos transmitir tudo para lá, porque aqui está a sombra, lá está a luz. Então, quando chegar lá, está tudo o.k. E não percebe que empobreceu essa nação, que deixou essa nação ignorante, que deixou essa nação pobre, em todos os sentidos, inclusive no sentido intelectual. Não vejo por que ter uma massa de gente ignorante, uma massa de gente pobre, uma massa de gente que não come, uma massa de gente que não pensa... É uma burrice total. Eu tenho um verdadeiro desprezo por essa elite, porque ela é de uma maldade profunda. Eu não tinha nem ideia de que eu tinha tanto desprezo por ela. Mas não é? Porque quer ser rico, milionário, viver 100% com toda a riqueza, ótimo! Mas não é possível apostar nisso destruindo a nação, não é possível. E não é nenhuma ideia globalizante, dizer: “As fronteiras da nação se alargaram. Não existe mais Estado-nação. Nós somos internacionais.” Não é isso. É a expropriação colonialista, assim como eu vi. A visita do Lula à África era isso: parecia um novo colonizador.⁵⁵⁸ Não era parceiro, gente que está disputando a construção de mercados mais solidários. Eu realmente fico impressionada. Esse esforço eu ainda não vi. E aí eu sinto muito, a sensação que eu tenho é que nós não andamos muito, não.

Yedo Ferreira

Se você chegar numa escola de samba e perguntar para o pessoal “Vocês sofrem racismo?”, eles vão dizer: “Nós não sofremos.” Isso é outro fenômeno: ele ocupa o espaço que foi dado para ele, entendeu? Por exemplo: ele trabalha no cais do porto, do cais do porto ele vai para casa, no subúrbio, lá no subúrbio ele vai para a escola de samba, toma sua cerveja, samba, depois vai para o trabalho... Quando é que ele vai sentir racismo ali? Ele não sente. Então, se você perguntar para ele, ele diz: “Eu não. Eu vou lá no meu samba, me divirto. Depois, como bem, nós fazemos lá nossa feijoada. Então, não existe o racismo. O Brasil é uma democracia racial.” Mas um fenômeno que nós temos que perceber é justamente isso...

A elite brasileira teve uma capacidade muito grande na dominação. Aí, dominação geral. E a dominação no Brasil criou departamentos para cada um. Ontem eu estava falando isso até para um companheiro nosso que é angolano. Eu estava falando: “No Brasil é assim.” Então, para o negro, ela criou um departamento: os negros se manifestam através das manifestações culturais. Não se vê o negro se manifestando politicamente, não tem isso no universo da elite brasileira, ela não colocou isso. Então, o Gilberto Gil tem que chegar lá e tem que dançar. Tudo bem, aí está legal. Se o Gilberto Gil faz um discurso político dando uma posição da relação do Brasil com a África, aí os caras dizem: “Espera aí. Isso daí, não. O cara está fora.” Porque não é dado para o negro fazer uma manifestação desse teor. Esses foram os instrumentos que a elite brasileira utilizou para dominar.

A mesma coisa com o estudante: o estudante tem que se preocupar só com o estudo. Então, a UNE não pode falar em política. A UNE tem que falar sobre o estudo, ficou reservado. Se ela falar sobre a Alca, vão dizer: “Não é nada disso. Tem que falar que aqui o ensino está ruim, nós temos que ter professor.”⁵⁵⁹ Porque as pessoas estão ali querendo estudar para ter a sua ascensão social. Então, não querem ela engajada numa discussão política. Os sindicatos: reivindicação salarial. Então, o sindicato não pode ter nenhum envolvimento ideológico, enquanto os sindicatos na Europa têm a luta ideológica — porque não pode ficar desvinculada a luta ideológica da econômica. Mas no Brasil é somente a luta pela reivindicação salarial, o

sindicato não pode ter envolvimento político. Certo?

Edna Roland

Acho que ficou muito evidente, ficou bem compreendido, pelos representantes dos três países que participaram da Iniciativa Comparativa de Relações Humanas, a forma como o racismo se reproduz em cada sociedade: ele tem formas específicas. Mas ficou também muito bem afirmado que a forma de existência do racismo no Brasil é a mais sofisticada de todas. Porque se você tem, como se teve nos Estados Unidos, um sistema de segregação; se você tem, como se teve na África do Sul, no caso do apartheid, leis que definem que os indivíduos são desiguais e que dizem qual é o lugar de cada um, então você já tem um alvo muito claro: uma lei que tem que ser derrubada. Se os direitos estão legalmente definidos como desiguais, então está muito claro que, se você quer promover a igualdade, você tem que derrubar essa lei e instituir direitos iguais. Se você tem lugares definidos por lei — escolas para brancos, escolas para negros, banheiros para brancos, banheiros para negros —, está muito claro que você tem que acabar com essa divisão. E aí, além do sistema de segregação racial e do sistema de apartheid serem alvos fáceis porque eles mostravam a sua face, apesar disso, essas duas sociedades garantiram certos direitos aos seus cidadãos de segunda classe. Eu conheci, nos Estados Unidos, escolas seculares que foram criadas durante o período da escravidão para escravos, enquanto aqui no Brasil os escravos eram proibidos de aprender a ler, eram proibidos de colocar os pés na escola. Na África do Sul, havia universidades destinadas aos negros. Universidades de segunda classe, é verdade, mas havia universidades destinadas aos negros. Então, sob o regime do apartheid, proporcionalmente havia mais negros universitários do que no Brasil sob a democracia racial.

Então a gente pôde constatar essas realidades ao estudar essas três nações. E a conclusão a que chegamos é essa: é muito mais difícil você combater um inimigo que se esconde, um inimigo que se disfarça, um inimigo que diz que não existe. É muito mais complicada a desconstrução do racismo quando ele tem faces sutis e mutantes, como é o caso do racismo no Brasil. A Gloria Steinem, uma colega da Iniciativa Comparativa de Relações Humanas, tem uma construção muito interessante para se referir às diferenças desses três países. Ela fala que, nos Estados Unidos e na África do Sul, o racismo

adotou uma forma masculina de ser, enquanto que, no caso do Brasil, você tem uma forma feminina de racismo, uma forma que, digamos, dá voltas, é insidiosa, funciona como a água que vai ocupando todos os espaços e você não consegue pegar. Por isso mesmo o Brasil, desses três países, é o último país em que se inicia o processo de superação do racismo, é o último país em que você tem um processo de reconhecimento da existência do racismo e do reconhecimento da necessidade de políticas de promoção da igualdade e de combate ao racismo. Isso se dá justamente porque aqui o racismo é muito mais eficiente. E, também, uma reflexão que eu faço é que, para sua reprodução, o racismo aqui no Brasil se apoia muito mais nos mecanismos de internalização. É muito mais eficiente uma forma de racismo sustentada por mecanismos em que os sujeitos internalizam — em que as vítimas internalizam e em que os opressores internalizam —, do que uma forma de racismo que é sustentada por instituições externas que são visíveis. Porque é o seguinte: se eu não sou capaz de me libertar, se eu não sou capaz de exercer plenamente todas as minhas capacidades e tudo o mais, não preciso de uma pessoa de fora me impedindo, não preciso da polícia me impedindo, não preciso de um inspetor de quarteirão me impedindo de ir para cá ou para lá. Não preciso ter um passe que me impeça de circular, se eu próprio não tenho a coragem de chegar ao lugar que está definido como o lugar no qual eu não devo estar. É muito mais eficiente, é muito mais eficaz e muito mais difícil de ser erradicado.

Acho que isso é o que mais caracteriza, na minha opinião, as formas de existência do racismo brasileiro. Porque o negro se coloca no “lugar do negro”. E aí, para você poder tirar isso de dentro e assumir todo o seu potencial enquanto ser humano, você tem que lutar contra um inimigo que está dentro de você. Ele não está lá fora. Você tem que conseguir tirar isso de você para poder realizar o seu potencial humano. É muito mais terrível essa forma de existência do racismo.

Mas nos Estados Unidos e na África do Sul, você elimina as leis, mas não elimina o racismo.

Não. O que acontece? Uma conclusão a que nós chegamos e alertamos os nossos companheiros da África do Sul: “O que vai acontecer agora aqui na África do Sul é o que nós temos hoje no Brasil. Eliminadas as leis,

eliminadas as formas externas de existência do racismo, ele vai underground, ele vai se tornar clandestino. E aí vai se tornar mais sutil. E aí vai acontecer com vocês aqui na África do Sul aquilo que acontece conosco no Brasil. Porque as coisas vão ter que ser feitas de forma não dita, de forma enviesada.” Na África do Sul, quando começa o processo de fim do apartheid, o processo de democratização, qual foi a proposta que se colocou? A desracialização da sociedade. E o que é a desracialização da sociedade? Não se pode mais ter, por exemplo, informações sobre raça ou cor. Isso passou a ser considerado uma coisa racista. Ou seja, práticas da sociedade brasileira que nós tivemos que questionar e dizer: “Não. Não tem como combater o racismo se você não tiver informação sobre raça.” A África do Sul começou a tornar invisíveis as desigualdades raciais ao questionar os sistemas de informação do apartheid: “Não. Temos que acabar com esses sistemas de informação.” Só que a realidade continua. E como é que você vai poder dizer se ela continua ou não continua? Como é que você vai poder dizer que as políticas que você está implementando estão reduzindo ou não estão reduzindo o gap racial? Não tem como. Você não pode simplesmente, através de um decreto, dizer: “A partir de hoje nós não vamos mais trabalhar com informação racial.”

Então nós começamos a alertar os companheiros da África do Sul dizendo: “Esse filme nós já vimos. Nós já temos pós-graduação, somos pós-doutores nesse filme.” Como nos Estados Unidos hoje: se nos acusam aqui no Brasil de estar vivendo um processo de americanização, você tem hoje nos Estados Unidos aquilo que pode ser considerado um processo de brasilianização. Lá, por ocasião do censo de 2000, aconteceram debates colocados especialmente pelos grupos latinos, que diziam: “Eu tenho várias identidades, como é que eu vou optar por uma delas?” E reivindicavam caixinhas no censo em que houvesse uma identidade multiétnica, por exemplo.⁵⁶⁰ Você tem hoje setores dentro dos Estados Unidos que reivindicam a necessidade de categorias multiétnicas, e não categorias isoladas como negro e branco.

Então é um processo dinâmico que está acontecendo nas nossas sociedades. A direção para onde cada sociedade está caminhando, nesse momento, é diversa — o que acontece nos Estados Unidos, o que acontece aqui no Brasil e na África do Sul. Agora, nós achamos que a nossa experiência brasileira pode ser um compêndio para o povo da África do Sul e dos Estados Unidos. A gente já sabe quais são os riscos dessa experiência com cara brasileira.

Jurema Batista

No Brasil é muito engraçado, as pessoas sempre disseram assim: “Porque nós somos todos iguais.” Essa coisa de não dar visibilidade à cor está dentro daquela ideia de democracia racial, de que nós temos todos o mesmo direito, quando, na verdade, não é. Quando apresentei o projeto de lei que insere o item cor nos prontuários médicos da rede pública de saúde, eu queria saber como a saúde trata o negro. Para você fazer a análise de uma situação, o item cor é super-importante, porque isso pode determinar as condições de vida das pessoas e pode determinar políticas públicas. Por exemplo, nós temos um grande número de mulheres negras que têm problema de miomatose.⁵⁶¹ Tem que começar a pesquisar: por que isso? Aí você vai ter que jogar verba para a pesquisa. A questão da anemia falciforme, que é a maioria de negros que tem, também.⁵⁶² Por que tem isso? Precisa de dinheiro para a pesquisa. A gente acha que, quando o Estado trabalha focando as diferenças, fica muito mais fácil ele fazer a aplicação de dinheiro público para melhorar a situação. E não você ver como um todo.

Foi feita uma pesquisa pela ONG Criola junto com a Secretaria de Saúde, porque existe ainda, infelizmente, um grande número de mulheres que morrem em parto e pré-parto, mas as mulheres negras são maioria.⁵⁶³ Aí você pode pegar o número geral: “Tanto x de mulheres morrem de parto”. Mas se você souber que a maioria é negra, você vai poder pensar em uma capacitação para os profissionais que trabalham nos postos de saúde, porque começa ali. O que as grávidas negras dizem? “Você foi no posto de saúde?” “Fui.” “Quantas perguntas te fizeram?” “Uma.” “Verificou sua pressão?” “Não” “Fizeram exame de luz?” “Não” “Te indicaram para você fazer algum tratamento?” “Não”. Aí você vai para uma moça branca e pergunta: “Você foi no posto? E como é que te trataram?” “Assim, assado...” Aí você vai entender por que as negras morrem mais. Você chega lá na sala de pré-parto e pergunta para a mulher negra: “Quantos toques você recebeu?” “Um, dois.” Você pergunta para a moça branca, ela diz: “Quatro, cinco.” Aí você vai entender por que o nem daquela mulher negra deixou de nascer. Porque, ao não ter esse contato com a mulher, não se vê o perigo que ela está passando. A criança entrou em sacrifício e morreu.

Por que a questão do racismo? Porque o racismo constrói um nojo do negro: “O negro é sujo.” Ainda mais no serviço público. Aí junta negritude e pobreza, dois itens. Então, o médico, que tem uma formação — a maioria dos médicos vem de uma classe mais abastada, que é quem passa para a universidade para fazer medicina e tem dinheiro para bancar o curso —, já tem todo um preconceito. E outro preconceito fortíssimo na questão da medicina, que tem a ver com a escravidão, é de que negro é forte. Eu vivia isso na minha infância. Nunca tive muita força física, carregava água, minhas amigas carregavam latas de 20 litros e eu carregava de dez. E o pessoal falava: “Uma negona dessa e carrega uma latinha d’água assim!” Então: a mulher negra é forte. Se ela é forte, ela aguenta mais dor: “Deixa ela sentindo aí mais um pouquinho de dor porque ela aguenta.” Já a outra não: “É fraquinha, a branquinha.” Eu achava isso também, que branco é fraco. Nós que limpávamos as casas, nós que carregávamos os pesos, nós éramos os animais vendidos nos mercados como o quê? Viam os dentes, constituição física. Então essa coisa da animalização do negro é uma coisa presente até hoje. Logo, o negro aguenta mais dor. Então uma mulher negra pode ficar muito mais tempo na sala de pré-parto, até entrarem ela e o filho em sacrifício. Às vezes morre o filho, às vezes morrem os dois.

Eu quero saber qual é a cor do cidadão do estado do Rio de Janeiro que busca o serviço público. A partir daí a gente vai saber como ele é atendido. Dentro da questão da evasão escolar: “Tantas crianças evadiram. Quem mais evadiu? Por quê?” Dentro da psiquiatria: “Internamos quantas pessoas? Qual é a cor do interno?” A minha ideia é que, na verdade, se tenha a capacitação de todos os profissionais dentro dessa questão da desconstrução do racismo. São profissionais que estão lidando com pessoas, não com coisas, com números. Agora, por exemplo, também fiz um projeto de lei para que o Estado disponibilize anualmente informações sobre quantos negros sofreram violência policial, sobre os homossexuais — quantos morrem. A gente precisa saber quem é que essa polícia está matando. A gente já sabe que é negro. Mas a gente quer que o Estado oficialize isso e divulgue a lista para a gente. Não tem que vir instituto internacional para dizer isso para a gente. A gente quer que o Estado divulgue a lista, porque quem acaba fazendo isso são as ONGs. O Estado não está muito preocupado com isso. Mas acho que todo o Estado deveria fazer sempre capacitação nessa área de cidadania. E aí você ia pegar tudo: portador de deficiência, a questão do negro... Todos os funcionários deveriam aprender a lidar com a diversidade mesmo. É servidor público, ou

seja, para servir à população, que é uma diversidade.

Olívia Santana

Eu era servente, fazia a limpeza da escola e sempre quis ser professora. Desde que eu tinha 12 anos de idade, decidi que seria professora. Achava bonita a profissão e minha mãe, embora fosse analfabeto por nunca ter ido à escola, mas aprendeu sozinha a conhecer as letras, ela me ensinava a cartilha do ABC e tomava a lição em casa. E era a alternativa de formação que eu tinha. Então sempre prezei muito os estudos. Felizmente eu consegui fazer o primário, fazer o ginásio e o ensino médio — o segundo grau, na época. Mas depois resolvi tentar o vestibular. E foi interessante isso, porque me dei um prazo de cinco anos para ficar tentando todos os anos, para fazer o vestibular e passar. Se eu não conseguisse, procuraria ter uma outra formação mais técnica que me desse condições de ter um emprego diferente. Eu não queria lavar chão e limpar vaso sanitário todos os dias. Sabia que não era aquilo, embora fizesse com zelo. Nunca fui demitida.

Trabalhei dois anos nessa escolinha, depois fui convidada por uma amiga para ser merendeira em uma outra escola, que já era uma função um pouco melhor e uma relação um pouco mais respeitosa. Eu usava o horário de almoço, que na outra escola eu não tinha, e estudava muito nos módulos que a filha da dona da escola, que tinha feito pré-vestibular, me emprestou. E aconteceu. Eu não esperava passar na minha primeira experiência no vestibular da Universidade Federal da Bahia. No dia em que saiu o resultado foi engraçado, porque liguei para uma amiga com a certeza de que ela tinha passado. Disse: “Parabéns. Já sei que você passou, não precisa nem comprar jornal.” E ela falou: “Parabéns para você também! Que bacana a gente ter passado!” Eu falei: “Como? Mas eu não passei, não devo ter passado.” Ela falou: “É claro que você passou, seu nome está no jornal.” Comprei o jornal e estava lá o meu nome. E não é que era verdade? Então foi uma festa, uma alegria muito grande. Foi a primeira grande conquista da minha vida, ter passado para pedagogia no vestibular da Universidade Federal da Bahia.

As pessoas no trabalho não acreditaram que eu tinha passado. Num primeiro momento, todo mundo fez a maior festa, celebrou, me deu parabéns e tal. E depois a dona da escola mandou me chamar na sala dela e

falou: “Parabéns por ter passado, mas você sabe que, na universidade pública, os horários não são compatíveis com o seu trabalho aqui. Então você vai ter que escolher. Se você fez para valer ou não, não sei. Mas você tem que dizer, porque nós temos que nos preparar, porque, se você tiver que sair, nós vamos ter que arrumar uma outra pessoa para botar no seu lugar.” Mas eu disse: **“Não tem uma outra forma de eu ficar e cursar a universidade ao mesmo tempo?”** Ela disse que não, que não podia porque eu trabalhava o dia todo. Então foi duro, muito duro ter que escolher entre a sobrevivência e a universidade. Quando cheguei em casa e dei a notícia, minha mãe também falou: **“Poxa, que bom que você passou. Mas esse negócio de faculdade você sabe que não é para a gente, não é? Passou, mas não dá para ficar somente estudando. Então tira esse negócio da cabeça e vamos trabalhar.”** Então foi uma ducha fria.

Tive que tomar uma decisão muito solitária de fazer a faculdade. Minha mãe ficou num primeiro momento muito chateada comigo. Realmente, o pagamento do aluguel do quarto em que a gente morava era feito com o meu trabalho. Eu entendo a minha mãe — hoje, com o distanciamento, dá para a gente poder ter um outro olhar sobre o que aconteceu na época. Mas eu consegui um emprego depois em uma escolinha comunitária, onde eu ganhava um quarto do salário mínimo, que dava exclusivamente para pagar o aluguel. Fiquei trabalhando nessa escola dois anos. Eu ia para a faculdade a pé e voltava de ônibus — escolhia entre uma coisa ou outra.

Trabalhei em outras duas escolas e depois entrei como estagiária numa escola que tinha 20 anos e era uma experiência bem bacana: uma escola de classe média, regular, mas com experiência pedagógica de arte e educação. Já no primeiro ano virei professora e depois me tornei coordenadora pedagógica da escola. E era interessante: como as pessoas não me conheciam, queriam matricular seus filhos e era marcada uma hora comigo. Tenho uma experiência bem emblemática nesse sentido: um casal foi lá para matricular a filha e marcou um horário com a coordenadora pedagógica da escola. Quando fui atendê-los, a secretária chamou e falou: “A coordenadora já pode atendê-los, por favor.” Eu saí e disse: “Vamos?” O casal não se mexeu. Eu disse: “Vamos fazer a entrevista?” E ela falou: “Deve haver algum engano. Estamos aguardando a coordenadora pedagógica.” Eu disse: “Tudo bem.” Entrei na sala e fiquei um tempão lá. Aí a secretária voltou e falou: “Vocês ainda não entraram?” Ela falou: “Não, é que a coordenadora ainda não...” Ela falou: “Mas a coordenadora

está aqui, está na sala dela.” Era eu, e a mulher ficou toda desconcertada, falou: “Não imaginava...” Eu disse: “Não imaginava o quê?” Ela falou: “Não, eu imaginava uma outra pessoa.” Eu falei: “Que tipo de pessoa?” Ela não conseguia dizer que não imaginava que a coordenadora da escola era uma educadora negra. Eu era exceção mais uma vez.

Sempre abordei a questão racial em todos os espaços da minha vida profissional, exatamente porque, na minha trajetória de vida, a segregação que eu vivi tinha um aspecto racial muito pesado. Eu me lembro das vezes em que eu ia acompanhar a minha mãe no emprego doméstico e que os porteiros dos prédios diziam: “Olha, esse brinquedo aí você não pode usar.” Eu era amiga da filha da patroa, mas não podia usar os mesmos brinquedos que ela usava no playground do prédio. Isso era muito marcado, e o racial sempre foi determinante do estado de segregação econômica que eu vivia.

Justo Evangelista Conceição

Quando fui vereador, eu andava bem ajeitado e andava com um deputado que foi nosso advogado no sindicato, Benedito Coroba. Foi o advogado que mais ajudou o trabalhador rural daqui. Jovem, não tinha nadinha, casou com uma pernambucana. A família dela rica, e ele, pobre. Depois que casou nós tivemos a luta no sindicato e ele disse: “Eu vou ser advogado de vocês, voluntário.” Nessa época foi instalada aqui a Vale do Rio Doce, que ofereceu um salário altíssimo para ele ir trabalhar como advogado. E ele veio conosco, dentro de um carrinho velho que ele tinha, e entrava no escritório, entrava e saía: “Eu assumo o contrato e deixo vocês, ou deixo esse contrato e vou assumir com vocês?” Eu disse: “Benedito, eu não sei. Porque nós não temos nada para te manter.” E uma hora ele disse: “Rapaz, me acabo agora, mas vou voltar para Itapecuru e assumir essa causa com vocês.”

Teve dia de nós, trabalhadores rurais, fazermos vaquinha para comprar um pacote de café daquele pequeno para tomarmos na casa dele, porque todo mundo estava lá na casa dele. Ele chorava e dizia: “Trouxe a mulher alheia, casei com ela para passar fome do meu lado.” Eu dizia: “Benedito, essa situação passa.” E esse advogado tirou muitos lavradores da cadeia. Acompanhou e defendeu perante o juiz, em comunidades que tinham liminares de entrega de posse para os proprietários despejarem os lavradores, e não foram despejados. Depois, fez um concurso para promotor de Justiça e passou.⁵⁶⁴ Esse advogado, nós escolhemos para ser nosso representante na Assembleia Legislativa aqui no estado, e foi eleito. E hoje é o promotor mais famoso que tem na região e não tem mais aquela necessidade que tinha. Eu falei: “Eu te disse que Deus ia te ajudar.”

Eu andava arrumado junto dele, porque ele era deputado, na época, e eu, vereador. E cansei de chegar em casa dele aqui em São Luís, a gente saltava e eu ficava sempre em um terraço. Aí às vezes a família dele lá dizia: “Benedito, diz para seu motorista vir aqui.” Vê o tanto que eu era discriminado. Ele dizia: “Não, rapaz, esse não é meu motorista. Meu motorista sou eu. Ele é um vereador.” Aí eles ficavam com vergonha.

Eu cheguei num lugar, em Chapadinha, e tinha um deputado lá, o Wagner

Pessoa.⁵⁶⁵ Nós chegamos, era um festejo, tinha um leilão, e eu estava em pé atrás desse deputado, no meio de muita gente. O cabra que estava gritando no leilão me conhecia, disse: “Agora, para gritar o leilão, tem um deputado e tem um vereador.” O deputado olhou para trás, passou a vista por cima de mim assim, assim, e nunca me enxergou. Porque era um negro. Ele nem imaginava que eu era vereador, porque não parecia mesmo vereador.

Então por isso que nós dizemos assim: que a luta nossa como negro não é discriminando também os brancos, porque os brancos pobres sofrem do mesmo jeito a discriminação. Só que, nessa sociedade em que nós estamos agora, de último lugar é o negro. E graças a Deus tem branco que está nos ajudando, que está se dedicando, muitas vezes até voluntário, está se dedicando à nossa luta. Porque nós sozinhos não poderíamos ir a lugar nenhum, nem vamos, se não formos junto com os brancos também.

Mas na realidade a gente sofre. Ainda hoje, em Itapecuru Mirim, eu sei que muitos falam, tem muitos comerciantes lá que gostam de mim, essa coisa toda, mas tem outros lá, empresários, que, quando estou no grupo dos brancos que me consideram, eles vêm, falam com todo mundo, pegam na mão de todo mundo e, se muito, dizem “oi” para mim. Isso eu estou sentindo. Então essa é uma verdade. A gente, de qualquer forma, é muito querido hoje para os políticos, essa coisa toda. Eles estão me engolindo, porque sabem que a gente tem força política nas comunidades. Eu imagino e me pergunto se essa amizade que eles têm comigo é amizade mesmo, ou se estou sendo um instrumento, porque eles podem me usar como um instrumento deles. Ou é amizade e igualdade que eles estão considerando? Eu fico pensando.

Antes de eu entrar para o movimento negro, eu trabalhava com as comunidades negras, mas era identificado mesmo com os trabalhadores rurais. E tinha uma outra coisa, que era muito triste: eu nunca me tinha como negro, me tinha como pardo, me tinha como outra coisa, como se fosse a pior coisa do mundo ser negro. Porque as pessoas diziam que negro é porco, que negro quando não suja na entrada, suja na saída, negro é não sei o quê. Então, com aquilo, me deram uma lavagem cerebral. Depois é que eu fui descobrir, eu me aceito hoje com muito orgulho, digo: “Sou um negro bonito.” Tenho orgulho de ser negro mesmo, me assumo com todo o carinho, com tudo. Mas, na nossa própria comunidade, eu fui fazer uma sindicalização, então a gente tem que botar na ficha: “Qual é tua cor?”

Ninguém disse “negro”. “Pardo”, “cor de canela”, como eu ouvi falar, “moreno”. “Negro”, não. Desse jeito. É porque a pessoa não se assume. Foi aí que eu passei a me assumir.

Hédio Silva Júnior

O vídeo *Vista minha pele*, produzido pelo Ceert, foi mais uma ideia da Cida.⁵⁶⁶ Ela é psicóloga, e os psicólogos têm várias pretensões muito interessantes. Uma delas é não ter tanto compromisso com um recorte só, com um olhar. O psicólogo sempre se interessa muito pela relação. Então, a ideia acabou sendo de mudar a perspectiva e discutir qual é o impacto para o bem-estar emocional, psíquico, de uma jovem de 15 anos em uma escola em que ela é minoritária, em uma escola em que ela não seria jamais a rainha de qualquer coisa, que na quadrilha ela nunca seria a noiva, que a professora nunca daria a bolsa para ela carregar no final da aula, enfim, todas essas experiências cotidianas do racismo. Só que a jovem é branca, numa sociedade onde o rico é o negro. A ideia em que se deteve foi inverter os papéis, e daí o título *Vista minha pele*, para que o branco possa refletir um pouco sobre o significado violento que certas práticas no ambiente escolar têm, mas que são tidas como naturais.

Então essa é um pouco a proposta do vídeo. Uma proposta para que o branco reflita sobre ele próprio. Acho também que é uma perspectiva nova que a elite intelectual negra traz para compreensão do problema das relações raciais no Brasil e, portanto, para os termos da ação política do movimento negro: que o branco é branco, que branco é cor e que isso se traduz em privilégios simbólicos, materiais etc. É que o branco aparentemente sempre foi o grande ausente do fenômeno das relações raciais. E nós queremos estudar o branco brasileiro, compreender o branco, o que os brancos comem, o que eles faziam durante o período do escravismo... Porque, na verdade, as ciências sociais no Brasil — não vou dizer só a antropologia para não ferir suscetibilidades —, mas o problema é que parece que o problema racial no Brasil sempre foi um problema dos pretos. Florestan Fernandes, por exemplo, foi um aliado importantíssimo na luta contra o racismo, escreveu um livro em que ele disse que a escravidão teria deformado o negro brasileiro, teria incapacitado o negro brasileiro para se integrar socialmente, a anomia social, a coisa da disputa, a crítica a certas práticas que ele entendia que eram incompatíveis com a ideia de família, mas o que é interessante é que o Florestan, que era um marxista, não vai pensar na possibilidade de que a escravidão pode ter deformado o

branco brasileiro.

Acho que o debate sobre ação afirmativa tem coisas interessantes: ele tira a branquitude do armário. Hoje há uma reação branca à ação afirmativa no Brasil. A branquitude — como um movimento político absolutamente articulado, organizado, que gera a economia, a política e as comunicações desse país com tranquilidade — vai botando as manguinhas de fora, digamos assim. Isso aparentemente tensiona mais as relações, porque até hoje quem foi para o microfone, quem foi para o debate público, foi a negritude — se eu for pensar a negritude como a antítese da branquitude. Agora, não; agora, o branco foi chamado para o debate público para ele dizer o que ele pensa das relações raciais. Está sendo forçado, na verdade, porque o debate sobre ação afirmativa força o branco a se manifestar.

E a gente começa a constatar que é tudo muito precário, o pensamento é muito primário, um senso comum muitas vezes superficial. Mas acho que alguns estão querendo um tensionamento. É bárbaro que as relações sejam mais honestas e que as coisas sejam ditas. Uma vez alguém me perguntou se eu estava fazendo a defesa da segregação racial, porque eu fiz a seguinte afirmação: “Você está num determinado espaço no planeta em que você não constitui uma pessoa. A sua cultura não é reconhecida como tal e, na cultura dominante, você não cabe nela.” Você pode pensar poucas situações mais embrutecedoras do que essa. É o limbo de que o Caetano fala, não sei se no Haiti.⁵⁶⁷ É o limbo existencial. A segregação, de toda sorte, obriga o grupo a se fortalecer como grupo. Então, o grupo vai criar referências, o grupo vai se empoderar. Essa é a primeira característica, digamos assim, da crueldade do modelo brasileiro de relações raciais: parte do produto do que o branco construiu nesse país.

A outra é que três meses após o fim da Guerra de Secesão, confederados derrotados na guerra criavam a Ku Klux Klan, com um discurso abertamente racista e dizendo objetivamente que não queriam os pretos na América, como eles tratam o país deles.⁵⁶⁸ Então você tem a possibilidade de negociar direitos quando o discurso é posto dessa forma. Muito diferente daqui, em que você diz: “Eu joguei bola com ele.” O cara até fala quando está só entre homens: “Eu adoro uma negrinha. Adoro uma mulher preta.” Então, esse limbo, cuja síntese, uma das mais acabadas sínteses, a meu juízo, está na marchinha famosa do Lamartine Babo... “O seu cabelo não nega mulata / porque és mulata na cor / mas como a cor não pega / eu quero

seu amor.” Então, essa ambivalência. O que eu quero da mulata? Eu só quero uma parte dela. Tem uma parte que eu desejo e tem outra que eu repilo. O vigor desse debate sobre ação afirmativa vai explicitando essa ambivalência. É uma pessoa da família, muito querida, se você é uma empregada doméstica dócil, subserviente. Mas para ser o professor de direito constitucional, que é uma disciplina de elite no currículo de direito, aí já é mais complicado. Mas você pode, na beira da praia, ser chamado... Um cara pode achar: “Esse negão é bom de pagode. Vou chamá-lo aqui para fazer um pagode e tal.” Mas você já não vai poder morar no mesmo bairro, a sua presença no mesmo restaurante... Essa ambivalência, eu acho que vai sendo trazida à luz com o debate sobre ações afirmativas.

Eu acho que, nesse sentido, o debate sobre ação afirmativa civiliza, talvez a melhor expressão seja “humaniza” mais as relações. Torna o modelo menos embrutecedor. Eu acho que é bárbaro que os brancos possam ter um projeto. Acho legítimo que eles defendam seus interesses, como acho absolutamente legítimo que o povo negro defenda os seus interesses. E é assim que você negocia direitos. Com as mulheres foi assim. As mulheres desnudaram um componente machista do comportamento masculino, as práticas dentro de casa. E hoje os homens, alguns — uns por imperativo categórico, outros por imperativo hipotético; uns temendo a punição, outros porque acreditam —, enfim, estão reconstruindo a relação em novas bases. Eu acho que a proposta da ação afirmativa é essa. Mas o que tem de novo é isso: ela está desnudando o branco. Está deixando o branco nu, para fazer uma homenagem a Marx, o branco está ficando nu.⁵⁶⁹

Então acho que isso é uma das contribuições mais interessantes que o movimento negro, digamos assim, traz para a discussão sobre democracia.

[544 Anani Dzidzienyo é professor de estudos africanos, portugueses e brasileiros, na Brown University, em Providence, Rhode Island, Estados Unidos, e vem publicando desde a década de 1970 várias pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, como The Position of Blacks in Brazilian Society \(Londres, Minority Rights Group, 1971\).](#)

[545 Ronaldo Augusto Lessa Santos \(1949\) foi governador do estado de Alagoas por dois mandatos consecutivos, entre 1º de janeiro de 1999 e 1º de](#)

janeiro de 2007, quando foi substituído por Teotônio Vilela Filho, eleito em 2006.

546 Zézito Araújo foi titular da Secretaria Executiva de Defesa e Proteção das Minorias, durante o segundo governo de Ronaldo Lessa em Alagoas (2003-2007).

547 Zumbi dos Palmares teve seu nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria por meio da Lei nº 9.315 de 20 de novembro de 1996, sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Ver Luciana Jaccoud & Nathalie Beghin. Desigualdades raciais... (op.cit.), p. 114.

548 MST é a sigla para Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, fundado em 1984.

549 Guarará de Santana participou da criação da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931 e foi o fundador e comandante civil da Legião Negra, uma dissidência da FNB criada para lutar a favor dos paulistas durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Ver José Correia Leite. ...E disse o velho militante José Correia Leite... (op.cit.).

550 Daiane Garcia dos Santos (1983) foi a primeira atleta da ginástica olímpica brasileira a se tornar campeã mundial nesse esporte nos exercícios de solo do Campeonato Mundial de 2003. Segundo o Comitê Olímpico Brasileiro, ela foi a primeira ginasta no mundo a executar o salto duplo twist carpado, um salto mortal duplo com os joelhos esticados, considerado de alta dificuldade, o que fez com que o mesmo recebesse o seu nome: Dos Santos. O samba-choro Brasileirinho, de Waldir Azevedo, foi utilizado em suas apresentações nas temporadas de 2004 e 2005. O talento de Daiane foi descoberto em uma praça de Porto Alegre, quando, aos 12 anos, brincava de saltar com outras crianças e chamou a atenção da professora Cleusa de Paula, que a convidou para treinar ginástica artística. Ver <http://pt.wikipedia.org> e <http://revistao2.uol.com.br/mulherdetalhe.asp?IDmateria=239>, acesso em 27/8/2005.

551 Trata-se do III Congresso Brasileiros de Pesquisadores Negros, realizado em São Luís do Maranhão em setembro de 2004.

552 O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) foi criado pela Lei nº 10.683, em 28 de maio de 2003, com o objetivo de cumprir o

papel de articulador entre governo e sociedade. Seus membros são designados por ato formal do presidente da República para um período de dois anos. Na composição do Conselho estão presentes trabalhadores, empresários, movimentos sociais, governo e personalidades expressivas em diversos setores. Ver www.cdes.gov.br, acesso em 27/8/2007.

553 Jurema Pinto Werneck graduou-se em medicina pela Universidade Federal Fluminense (1986), é mestre em engenharia pela Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (Coppetec) (2000) e doutora pela Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ (2007). Uma das fundadoras e coordenadoras da Criola — Organização de Mulheres Negras, criada no Rio de Janeiro em 1992, atuou em projetos de saúde da mulher no Ceap (1990-1992), no Fundo Municipal de Desenvolvimento Social (Fundo-Rio) (1987-1992) e na Coordenação de Gestão Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz (2002-2003). Ver www.cnpq.br, acesso em 30/8/2007.

554 A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) foi criada através da Medida Provisória 103, no primeiro dia do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (1/1/2003), para desenvolver ações conjuntas com todos os ministérios e secretarias especiais. Nilcéa Freire (1952), médica, professora universitária e ex-reitora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tornou-se titular da SPM em fevereiro de 2004 e organizou, em conjunto com o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, de que resultaram as diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em dezembro de 2004. Ver www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/, acesso em 27/8/2007.

555 Refere-se à campanha presidencial de 2002.

556 Logo no início do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva foram empossados quatro ministros negros: Benedita da Silva, no Ministério de Ação Social; Gilberto Gil, no Ministério da Cultura; Marina Silva, no Ministério do Meio Ambiente, e Matilde Ribeiro, na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão com status de ministério. Ver www.comciencia.br/reportagens/negros/08.shtml, acesso em 25/8/2007.

557 O Plano Plurianual de Investimentos (PPA) é um plano de médio prazo

elaborado no primeiro ano de mandato do presidente eleito para ser executado nos quatro anos seguintes. Ele é instituído por lei e estabelece as metas da administração pública. Os investimentos com execução superior a um exercício financeiro, ou seja, a um ano civil (de 1º de janeiro a 31 de dezembro), só podem ser iniciados se estiverem previamente incluídos no PPA ou se forem nele incluídos por autorização legal. Ver www.stn.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_01.asp, acesso em 27/8/2007.

558 Em novembro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma viagem a cinco países da África: São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Ver www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/02/060206_lulaafricadieg, acesso em 27/8/2007.

559 Alca é a sigla para Área de Livre Comércio das Américas.

560 O censo de 2000 nos Estados Unidos foi diferente do de 1990, no qual cada pessoa, depois de se identificar como branca, negra, indígena, esquimó, aleuta, asiática ou originária das ilhas do Pacífico, tinha que especificar sua origem. Pedia-se aos indígenas que informassem a que tribo pertenciam; os asiáticos ou indivíduos das ilhas do Pacífico deviam selecionar uma opção em uma lista de grupos nacionais e as pessoas de origem hispânica tinham de especificar se eram mexicanas, porto-riquenhas, cubanas ou alguma outra opção. No censo de 2000 foi possível escolher mais de um grupo racial. Ver <http://usinfo.state.gov/journals/itsv/0699/ijsp/ij069905.htm>, acesso em 27/8/2007.

561 Miomatose é a formação de miomas, tumores benignos do útero.

562 A anemia falciforme é uma doença genética incurável e com alta mortalidade. Sua característica principal é a deformação que causa na membrana dos glóbulos vermelhos do sangue, decorrente de uma hemoglobina conhecida como hemoglobina S. Quando o oxigênio na circulação diminui, os glóbulos vermelhos com a hemoglobina S podem ficar com a forma de meia lua ou foice, perdem a mobilidade e a flexibilidade e, por esse motivo, têm dificuldade para passar pelos vasos sanguíneos, formando um aglomerado de glóbulos vermelhos que impede a circulação do sangue. Ver www.aafesp.org.br/oQueE.html, acesso em 27/8/2007.

563 No boletim Toques, publicado pela Criola em 2002 (Ano IV, n.6), lê-se que “dados coletados pela Secretaria de Saúde no ano 2000” informam que a principal causa da morte de mulheres nos serviços de saúde, principalmente nas periferias, era a “negligência de profissionais”. Ver http://criola.org.br/site/Boletim_toques/2002-gravidez.pdf e http://criola.org.br/site/Boletim_toques/2002-gravidez.pdf, acesso em 30/8/2007.

564 Benedito Coroba é promotor de Justiça da Comarca de Vargem Grande, no estado do Maranhão.

565 Wagner Pessoa foi deputado estadual do Maranhão na legislatura de 1991 a 1995. Ver www.al.ma.gov.br/paginas/noticias.php?codigo1=953, acesso em 27/8/2007.

566 Vista minha pele, direção de Joel Zito Araújo (São Paulo, Ceert, 2004, 24 min.).

567 Haiti (1993), música de Caetano Veloso e Gilberto Gil, com letra de Caetano Veloso, que começa com os seguintes versos: “Quando você for convidado pra subir no adro da Fundação Casa de Jorge Amado / Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos / Dando porrada na nuca de malandros pretos / De ladrões mulatos / E outros quase brancos / Tratados como pretos / Só pra mostrar aos outros quase pretos / (E são quase todos pretos) / E aos quase brancos pobres como pretos / Como é que pretos, pobres e mulatos / E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados / E não importa se olhos do mundo inteiro possam estar por um momento voltados para o largo / Onde os escravos eram castigados / E hoje um batuque, um batuque com a pureza de meninos uniformizados / De escola secundária em dia de parada / E a grandeza épica de um povo em formação / Nos atrai, nos deslumbra e estimula / Não importa nada / Nem o traço do sobrado, nem a lente do Fantástico / Nem o disco de Paul Simon / Ninguém / Ninguém é cidadão / Se você for ver a festa do Pelô / E se você não for / Pense no Haiti / Reze pelo Haiti / O Haiti é aqui / O Haiti não é aqui.”

568 A organização racista Ku Klux Klan foi fundada nos Estados Unidos dois anos depois do fim da Guerra de Secessão, em 1867, em Neshville, com o objetivo de impedir a integração dos negros como homens livres após a abolição da escravidão. Ver www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?

codigo=308, acesso em 27/8/2007.

569 O Manifesto Comunista (1848) de Marx e Engels, apesar de criticar o “socialismo pequeno-burguês”, cujo objetivo seria restabelecer os antigos meios de produção e troca, reconhece seus méritos: “Esse socialismo analisou com muita penetração as contradições inerentes às relações de produção modernas. Pôs a nu as hipócritas apologias dos economistas. Demonstrou de um modo irrefutável os efeitos mortíferos das máquinas e da divisão do trabalho, a concentração dos capitais e da propriedade territorial, a superprodução, as crises, a decadência inevitável dos pequenos burgueses e camponeses, a miséria do proletariado, a anarquia na produção, a clamorosa desproporção na distribuição das riquezas, a guerra industrial de extermínio entre as nações, a dissolução dos velhos costumes, das velhas relações de família, das velhas nacionalidades.” Ver <http://www.ebooksbrasil.org/eLiberis/manifestocomunista.html>, acesso em 30/8/2007.

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS MOMENTOS DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

Final do século XIX

Fundação de periódicos editados por negros, que tinham como principais temas a “raça negra” e o preconceito. Foi o caso de Treze de Maio, fundado no Rio de Janeiro em 1888; A Pátria, em São Paulo, em 1889, e O Exemplo, em Porto Alegre, em 1892.

Início do século XX

Fundação de jornais da “imprensa negra paulista”, assim chamada por Roger Bastide e Florestan Fernandes, que a estudaram na década de 1950: O Menelick, em 1915; A Rua e O Xauter, em 1916; O Alfinete, em 1918; A Liberdade e O Bandeirante, em 1919; A Sentinel, em 1920; O Kosmos, em 1922; O Getulino, em 1923, e O Clarim, posteriormente O Clarim d’Alvorada, em 1924. Todos, à exceção de O Getulino, de Campinas, eram publicados na cidade de São Paulo. O Clarim d’Alvorada, fundado por José Correia Leite e Jayme de Aguiar, circulou de 1924 a 1932.

1931

Em 16 de setembro, criação da Frente Negra Brasileira (FNB), por José Correia Leite, Jayme de Aguiar, Vicente Ferreira, Henrique Cunha, Raul Joviano do Amaral, Gervásio de Moraes e Arlindo Veiga dos Santos. Em 1933, começou a circular em São Paulo seu jornal, A Voz da Raça. Com ramificações em vários estados do país, a FNB foi transformada em partido político em 1936, mas extinta no ano seguinte, juntamente com os outros partidos, após o golpe do Estado Novo.

1932

Com a Revolução Constitucionalista, foi criada a Legião Negra, uma dissidência da FNB liderada por Guaraná de Santana, para lutar a favor dos paulistas na guerra civil.

Criação do Clube Negro de Cultura Social, em São Paulo. Segundo José Correia Leite, seu fundador, tratava-se de uma resposta aos líderes da FNB, com a qual havia rompido, mostrando que seu grupo seria capaz de criar uma nova entidade.

Entrada, na Guarda Civil de São Paulo, de duzentos homens indicados pela FNB, após uma comissão da FNB ter ido ao Rio de Janeiro reivindicar junto ao presidente Getúlio Vargas a entrada de negros na Guarda, que antes era proibida.

1933

Criação, em São Paulo, da Frente Negra Socialista, mais uma dissidência da FNB, por um grupo que discordava das tendências monarquistas de lideranças da FNB, como Arlindo Veiga dos Santos.

1934

Realização, em Recife, do I Congresso Afro-Brasileiro, organizado por Gilberto Freyre.

1936

Fundação, em Recife, por Solano Trindade, da Frente Negra Pernambucana e do Centro de Cultura Afro-brasileiro, que tinha o objetivo de divulgar os intelectuais e artistas negros.

1937

Realização, em Salvador, do II Congresso Afro-Brasileiro, organizado por Édison Carneiro e Jorge Amado.

1938

Realização do Congresso Afro-Campineiro, em Campinas.

1942

Fundação da Orquestra Afro-Brasileira, por Abigail Moura, na cidade do Rio de Janeiro.

1943

Fundação da União dos Homens de Cor (UHC), em Porto Alegre, com ramificações em pelo menos 11 estados da federação. A UHC existiu até meados da década de 1960.

1944

Criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), no Rio de Janeiro, por um grupo de profissionais liberais, artistas e ativistas negros, sob a

liderança de Abdias Nascimento. O jornal Quilombo, órgão de divulgação do TEN publicado no Rio de Janeiro, circulou de dezembro de 1948 a 1950.

1945

Criação da Associação do Negro Brasileiro (ANB), em São Paulo, também por José Correia Leite. A ANB publicou o jornal Alvorada e, em 1945, lançou um Manifesto em Defesa da Democracia.

Criação, no Rio de Janeiro, por Abdias Nascimento e outros militantes, do Comitê Democrático Afro-Brasileiro, que reivindicava a anistia dos presos políticos durante o Estado Novo (1937-1945).

1945-46

Realização da Convenção Nacional do Negro, em duas plenárias, em São Paulo e no Rio de Janeiro. A Convenção, organizada por Abdias Nascimento, propôs à Assembleia Nacional Constituinte de 1946 um elenco de medidas, entre as quais a definição da discriminação racial como crime de lesa-pátria. A proposta foi apresentada aos constituintes pelo senador Hamilton Nogueira, mas não foi aprovada.

1948

Fundação do movimento negro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por Abdias Nascimento e Sebastião Rodrigues Alves, entre outros.

1949

Realização da Conferência Nacional do Negro, organizada por Abdias Nascimento, Alberto Guerreiro Ramos e Édison Carneiro, como preparação do 1º Congresso do Negro Brasileiro, realizado no ano seguinte.

1950

Fundação do Teatro Popular Brasileiro, por Solano Trindade, no Rio de Janeiro.

Realização do I Congresso do Negro Brasileiro, no Rio de Janeiro, organizado pelo TEN.

1951

A Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, a chamada “Lei Afonso Arinos”, incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou cor.

1956

Criação da Associação Cultural do Negro, por José Correia Leite e outros, em São Paulo.

1961

Em 14 de abril, criação, pelo Decreto nº 50.465 do governo Jânio Quadros, do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), com sede em Brasília, como “centro de altos estudos destinado a incrementar as relações

do Brasil com o mundo afro-asiático”.

1966

Realização do I Festival Mundial de Artes Negras em Dacar, no Senegal, que contou com a participação de artistas brasileiros.

1971

Criação do Grupo Palmares, em Porto Alegre.

Criação, no interior do estado de São Paulo, do Grupo de Teatro Evolução.

1972

Criação, em São Paulo, do Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan).

1973

Fundação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), na Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Em 1978 começou a ser publicada a revista Estudos Afro-Asiáticos do CEAA.

1974

Fundação, no bairro do Curuzu, em Salvador, da Sociedade Cultural Bloco Afro Ilê Aiyê.

Criação, no Rio de Janeiro, da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba). Em 1977, foi fundado o jornal Sinba, que circulou até 1980.

Fundação, em Salvador, da Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (Secneb).

1975

Fundação do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), na cidade do Rio de Janeiro. Em 1977, o IPCN adquiriu uma sede própria, na avenida Mem de Sá, no Rio, com financiamento da Inter American Foundation.

Fundação do Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR) na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói (RJ).

Fundação do Centro de Estudos Brasil-África (Ceba), em São Gonçalo (RJ).

Fundação do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (Ibea), em São Paulo.

Fundação da Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira (Acacob), em São Paulo.

1976

Fundação, em Salvador, do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro.

1977

Realização do II Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas, em Lagos, na Nigéria.

1978

Em 7 de julho, ato público contra o racismo, em frente do Teatro Municipal de São Paulo, marcou o início do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR), posteriormente Movimento Negro Unificado (MNU).

Em 23 de julho, realização de reunião em São Paulo, para elaboração dos estatutos e da carta de princípios do MNU.

Entre 9 e 10 de setembro, realização de assembleia do MNU na sede do IPCN, no Rio de Janeiro, para definição dos estatutos da entidade.

Em 4 de novembro, realização de assembleia do MNU em Salvador, no Instituto Cultural Brasil-Alemanha (Icba). Na ocasião aprovou-se a designação “Dia Nacional da Consciência Negra” para o dia 20 de novembro.

Realização do I Festival Comunitário Negro Zumbi (Feconezu) em cidades do interior de São Paulo.

Fundação dos periódicos Jornegro, Árvore das Palavras e Cadernos Negros, em São Paulo, e Tição, em Porto Alegre.

O jornal Versus passou a publicar a coluna “Afro-Latino-América”.

Realização, em Genebra, na Suíça, da I Conferência Mundial Contra o Racismo.

1979

Em 23 de março, fundação do bloco afro Malê Debalê, em Salvador.

Em 19 de setembro, fundação do Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão.

Fundação do Grupo Negro da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo.

Fundação do Bloco Afro Olodum, em Salvador.

Fundação da Associação Cultural Zumbi (ACZ), em Maceió.

Criação da Associação de Ex-Alunos da Funabem (Asseaf), no Rio de Janeiro.

Criação do Grupo de União e Consciência Negra (Grucon).

Com o fim do bipartidarismo, alguns negros integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) criaram a Frente Negra de Ação Política de Oposição.

1980

Em agosto, realização do I Encontro Memorial Zumbi, em Alagoas.

Fundação do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), em Belém.

1981

Realização do I Encontro de Negros do Norte e Nordeste, em Recife.

Criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Alagoas.

Criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro) por Abdias Nascimento, na PUC de São Paulo. Em 1984, o instituto transferiu-se para o Rio de Janeiro.

1982

Em 4 de abril, fundação do Bloco Afro Agbara Dudu, no bairro de Madureira, no Rio de Janeiro.

Realização do II Encontro de Negros do Norte e Nordeste, em João Pessoa.

Fundação da primeira Comissão de Negros do Partido dos Trabalhadores (PT), na cidade de São Paulo, por Milton Barbosa, Clovis de Castro, Flávio Carranza e outros.

Fundação da Secretaria do Movimento Negro do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

1983

De 2 a 4 de junho, realização do III Encontro de Negros do Norte e Nordeste, em São Luís.

Em 18 de novembro, realização da “Marcha contra o Racismo”, da Candelária à Cinelândia, no Rio de Janeiro. Foi a primeira marcha do movimento negro contemporâneo com a frase “Zumbi está vivo” como

palavra de ordem estampada em todos os cartazes.

Fundação do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro, por Lélia Gonzalez e outras.

Fundação do Centro de Estudos da Cultura Negra (Cecun), em Vitória.

Realização do I Encontro Estadual de Negros do Rio de Janeiro, em Nova Iguaçu (RJ).

Realização do I Encontro de Seminaristas, Padres e Religiosos Negros do Brasil, no Rio de Janeiro.

Formação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, durante o governo de Franco Montoro (1983-1987).

Realização da II Conferência Mundial contra o Racismo, em Genebra.

1984

Em março, fundação do Bloco Afro Akomabu, em São Luís.

De 12 a 14 de outubro, realização do I Encontro de Cultura Negra em Uberaba (MG).

Fundação no Núcleo Cultural Niger Okan, em Salvador.

Formação do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo.

1986

Em maio, fundação da União dos Negros de Aracaju (UNA).

Em agosto, realização da Convenção Nacional do Negro em Brasília, onde foram discutidas propostas para a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.

Em agosto, realização do I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão, promovido pelo CCN, com o tema “O negro e a Constituição brasileira”.

Nos dias 8 e 9 de novembro, realização do II Encontro Estadual de Negros do Rio de Janeiro, em Nova Iguaçu (RJ).

A Serra da Barriga, em que se localizava o Quilombo dos Palmares, no atual estado de Alagoas, foi inscrita no Livro de Tombamento Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional (Iphan).

Na cidade de São Paulo, o prefeito Jânio Quadros (1986-1989) criou o Conselho Municipal do Negro, que, na administração de Luiza Erundina (1989-1993), foi transformado em Coordenadoria Especial do Negro (Cone).

1987

Em 13 de maio, o Decreto nº 94.326, assinado pelo presidente José Sarney e pelo ministro da Cultura, Celso Furtado, criou o Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura, que seria executado durante o ano de 1988.

Nos dias 19 e 20 de setembro, realização do I Encontro Estadual do Negro do Espírito Santo, em Vitória.

De 10 a 12 de outubro, realização do I Encontro de Negros do Sul-Sudeste, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Criação da Casa Dandara, em Belo Horizonte.

Realização do I Encontro de Negros do PT, em Brasília.

Fundação do jornal Maioria Falante, no Rio de Janeiro.

Começou a funcionar no IPCN, no Rio de Janeiro, o programa SOS Racismo Direitos Humanos e Civis, o primeiro do gênero no país.

1988

Em 30 de abril, fundação do Geledés — Instituto da Mulher Negra, em São Paulo.

Em abril iniciou-se o Projeto Vida de Negro, no Maranhão, apoiado pelo CCN e pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH).

Em 11 de maio, realização da Marcha contra a Farsa da Abolição, na Candelária, no Rio de Janeiro.

Em 14 de julho, fundação da União de Negros pela Igualdade (Unegro), em Salvador.

Em 22 de agosto, criação da Fundação Cultural Palmares, entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, pela Lei nº 7.668.

Em 5 de outubro, a Constituição Federal estabeleceu que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (Art. 5, XLII); que “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (Art. 216, § 5), e que “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

De 6 a 8 de novembro, realização do I Encontro Estadual da Mulher Negra no Rio de Janeiro.

Em dezembro, realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença (RJ).

Fundação do Conselho de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro (Cenierj)

Realização do II Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão.

1989

Em 5 de janeiro, a Lei 7.716, conhecida como Lei Caó, definiu os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.

Em fevereiro, fundação do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (Ceap), no Rio de Janeiro.

De 15 a 17 de abril, realização do III Encontro Estadual de Negros do Rio de Janeiro na Escola de Samba Império Serrano.

Realização do III Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão.

1990

Fundação do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), em São Paulo.

Realização do Fórum de Mulheres Negras de Sergipe.

1991

Em 1º de abril, no início do segundo governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro (1991-1994), fundação da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção da População Negra (Sedepron), posteriormente denominada Seafro. O titular da secretaria foi Abdias Nascimento.

Nos dias 21 e 22 de setembro, realização do IV Encontro Estadual de Entidades Negras do Rio de Janeiro, na UERJ.

De 14 a 17 de novembro, realização do I Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen) no estádio do Pacaembu, em São Paulo. Na ocasião foi criada a Coordenação Nacional de Entidade Negras (Conen), reunindo entidades que se organizam em fóruns estaduais de entidades negras.

Fundação da Soweto Organização Negra, em São Paulo.

Realização do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Salvador.

No estado do Rio de Janeiro, durante o segundo governo de Leonel Brizola, foi inaugurada a primeira Delegacia Especializada em Crimes Raciais, na cidade do Rio de Janeiro. Na esteira dessa experiência, outras unidades da federação, como São Paulo, Sergipe e o Distrito Federal, criaram instituições semelhantes, que, no entanto, acabaram extintas.

1992

Em 31 de julho, fundação, em Salvador, do Instituto Cultural Steve Biko, pioneiro na organização de cursos pré-vestibulares para estudantes negros de baixa renda.

Em 2 de setembro, fundação da Criola, instituição voltada para o trabalho com mulheres, adolescentes e meninas negras no Rio de Janeiro.

1993

Em 5 de junho começou a funcionar o primeiro núcleo do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), em São João do Meriti, na Baixada Fluminense.

1995

Em 20 de novembro, realização, em Brasília, da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, em memória dos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares.

Em 20 de novembro, decreto do governo federal instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de desenvolver políticas para a Valorização da População Negra, vinculado ao Ministério da Justiça.

De 21 a 25 de novembro, realização do 1º Congresso Continental dos Povos Negros das Américas, em memória aos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares, no Parlamento Latino-Americano, Memorial da América Latina, São Paulo.

Em novembro, realização, em Brasília, do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Desse encontro resultou a Comissão Nacional Provisória de Quilombos.

Realização do IV Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão.

Criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores, durante o X Encontro Nacional do PT, realizado em Guarapari (ES).

Fundação do Congresso Nacional Afro-brasileiro (Cnab), pelo professor e poeta Eduardo de Oliveira.

1996

Em maio, criação da Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas (Conaq), substituindo a Comissão Nacional Provisória de Quilombos, instituída no ano anterior.

Em 20 de março, decreto do governo federal criou, no âmbito do Ministério do Trabalho, o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO).

Em 20 de novembro, Lei nº 9.315 inscreveu o nome de Zumbi dos Palmares no livro dos heróis da pátria.

1997

Em abril, fundação da Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, em São Paulo.

Em 13 de maio, sancionada a Lei nº 9.459, alterando a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, definindo os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor e acrescentando parágrafo ao Código Penal de 1940.

Em novembro, criação da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq).

Realização do V Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão.

Organização do núcleo piloto do Educafro — Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, na praça da Sé, em São Paulo.

1998

Criação, em Belo Horizonte, na gestão do prefeito Célio de Castro (1997-2003), da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra (Smacon), extinta em 2000.

1999

Em 26 de outubro, portaria do Ministério do Trabalho e Emprego determinou informativos sobre raça e cor nos formulários da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

Criação da Frente Parlamentar Brasil-África, bancada formada no Congresso Nacional por iniciativa do deputado Ben-Hur Ferreira, do PT do Mato Grosso do Sul, e com apoio dos parlamentares negros petistas Carlos Santana (RJ), João Grandão (MS), Gilmar Machado (MG) e Paulo Paim (RS).

Realização do II Encontro Nacional de Entidades Negras, no campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

2000

Em 1º de junho, portaria do Ministério do Trabalho instituiu Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação nas Delegacias Regionais de Trabalho (DRTs).

Em 7 de junho, o deputado federal Paulo Paim (RS-PT) apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3.198, instituindo o Estatuto da Igualdade Racial.

Em 8 de setembro, decreto presidencial instituiu o Comitê Nacional de

preparação da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada em Durban, África do Sul, no ano seguinte.

De 30 de outubro a 1º de novembro, realização, em Brasília, do encontro de representantes de 26 organizações de mulheres negras do Brasil, Peru, Equador e Uruguai, para discutir estratégias para a Conferência de Durban.

Em novembro, realização do II Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, em Salvador.

Formação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Rumo à III Conferência, reunindo entidades do movimento de mulheres negras.

Realização do VI Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão.

2001

De 6 a 8 de julho, realização da I Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, no Rio de Janeiro, com a participação de cerca de 1.700 delegados.

De 31 de agosto a 7 de setembro, realização, em Durban, África do Sul, da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.

Em 4 de setembro, portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário estabeleceu cotas para negros em cargos de direção, no preenchimento de vagas em concurso e na contratação por empresas prestadoras de serviço e organismos internacionais de cooperação técnica.

Em 10 de setembro, o Decreto nº 3.912 atribuiu à Fundação Cultural Palmares a identificação, a demarcação e a titulação de terras remanescentes de quilombos.

Em 4 de outubro, o Decreto nº 3.952 da presidência instituiu o Conselho

Nacional de Combate à Discriminação, no âmbito do Ministério da Justiça.

Em 9 de novembro, sancionada no estado do Rio de Janeiro a Lei nº 3.708, de autoria do deputado estadual José Amorim, do Partido Progressista Brasileiro (PPB), instituindo cotas de até 40% para as populações negras e pardas no acesso às universidades estaduais. Foi a primeira lei que implementou a reserva de vagas nas universidades por critério de raça ou cor.

Em 20 de dezembro, portaria do Ministério da Justiça instituiu o programa de ações afirmativas do ministério estabelecendo cotas para afrodescendentes, mulheres e portadores de deficiência na ocupação de cargos de direção e contratações de empresas prestadoras de serviço e consultores.

2002

Em 13 de maio, o Decreto nº 4.228 instituiu, no âmbito da administração pública federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas, sob a coordenação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

Em 22 de agosto, portaria do Ministério da Cultura instituiu cotas para afrodescendentes, mulheres e portadores de deficiência em cargos de direção e contratações.

Em 26 de agosto, a Medida Provisória nº 63, transformada em lei em 13 de novembro (Lei nº 10.558), criou o Programa Diversidade na Universidade, com o objetivo de “implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros”.

2003

Em 9 de janeiro, sancionada a Lei nº 10.639, que alterou dois artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 20 de dezembro de 1996, tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas do país.

Em 10 de março, decreto presidencial instituiu um grupo de trabalho interministerial para elaborar a proposta de criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial.

Em 21 de março, a Medida Provisória nº 111, transformada em lei em 23 de maio (Lei nº 10.678), criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), da Presidência da República.

Em 20 de novembro, o Decreto nº 4.886 instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR).

Em 20 de novembro, o Decreto nº 4.887 regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

2004

Em 20 de agosto, decreto presidencial instituiu, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, comissão tripartite com o objetivo de promover políticas públicas de igualdade de oportunidades e de tratamento, e de combate a todas as formas de discriminação de gênero e de raça, no emprego e na ocupação.

Em 10 de setembro, a Medida Provisória nº 213, transformada em lei em 13 de janeiro de 2005 (Lei nº 11.096), criou o Programa Universidade para Todos (ProUni), com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e

parciais a estudantes de baixa renda em cursos de graduação e sequenciais de formação específica de instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderissem ao programa. No Artigo 7º, a Lei determinou que as instituições de ensino tivessem um “percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros” e que esse percentual fosse “no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE”.

BIBLIOGRAFIA DA CRONOLOGIA

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. “O movimento negro contemporâneo”. In: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (org.). Revolução e democracia (1964...). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 637-669 (As esquerdas no Brasil, v. 3).

BARBOSA, Márcio. Frente Negra Brasileira: depoimentos. São Paulo: Quilombojoe, 1998.

CARDOSO, Marcos Antônio. O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

DOMINGUES, Petrônio José. A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937) (tese de doutorado em história, FFLCH-USP, 2005).

FÉLIX, João Batista de Jesus. “Pequeno histórico do movimento negro contemporâneo.” In: Lilia Moritz Schwarcz e Letícia Vidor de Sousa Reis (org.). Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo, Edusp, Estação Ciência, 1996, pp. 211-216.

FERRARA, Miriam Nicolau. A imprensa negra paulista (1915-1963). São Paulo, Ed. FFLCH-USP, Coleção Antropologia, nº 13, 1986.

FERREIRA, Maria Claudia Cardoso. As trajetórias políticas de Correia Leite e Veiga dos Santos: consensos e dissensos no movimento negro paulistano (1928-1937) (Dissertação de mestrado em história, UERJ, 2005).

GOMES, Flávio. Negros e política (1888-1937). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.

GREGÓRIO, Maria do Carmo. Solano Trindade: raça e classe, poesia e teatro na trajetória de um afro-brasileiro (1930-1960). (Dissertação de mestrado em história, UFRJ, 2005).

HANCHARD, Michael George. Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília, Ipea, 2002.

LEITE, José Correia. ...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos. Organização e textos Cuti. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LOPES, Nei. Enciclopédia brasileira da diáspora africana. São Paulo, Ed. Selo Negro, 2004.

MOTA-MAUÉS, Maria Angélica. “Movimento Negro no Brasil.” In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30. Coordenação geral Alzira Alves de Abreu, Israel Beloch, Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão, Fernando Lattman-Weltman. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. 5v. il.

NASCIMENTO, Abdias do. O quilombismo. Rio de Janeiro: Fundação Palmares, OR Produtor Editorial, 2002.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo, Summus, 2003.

PEREIRA, Amauri Mendes. Três impulsos para um salto: trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro. Rio de Janeiro, UCAM, 1998.

PEREIRA, Amauri Mendes. Para além do racismo e do anti-racismo: a produção de uma cultura de consciência negra na sociedade brasileira. (Tese de doutorado em ciências sociais. Rio de Janeiro, UERJ, 2006).

PINTO, Regina P. O movimento negro em São Paulo: luta e identidade (Tese de doutorado em antropologia social. São Paulo, FFLCH, Universidade de São Paulo, 1993).

Quilombo. Edição facsimilar. São Paulo, Editora 34, 2003.

REICHMANN, Rebecca. “National Conference of Representatives of Black Women’s Organizations”. Brasília, October 30, 2000-November 1, 2000. In: <http://www.iadb.org/sds/doc/Prolead-ConferenceBlackWomen-1E.rtf>.

ROLAND, Edna. “O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e

perspectivas.” In: Antônio Sérgio A. Guimarães e Lynn Huntley. Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

SANT’ANA, Luiz Carlos. “Breve memorial do movimento negro no Rio de Janeiro”. Papéis Avulsos. CIEC-UFRJ, n.53, 1998.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. O movimento negro e o Estado (1983-1987) (Dissertação de mestrado em ciência política, Campinas, Unicamp, 2001).

SANTOS, Joel Rufino dos. “O movimento negro e a crise brasileira.” In: Política e Administração. Rio de Janeiro, Fundação Escola de Serviço Público, v. 2, jul-set 1985, pp. 285-308. Edição especial: Movimentos sociais no Brasil.

. “A luta organizada contra o racismo.” In: Wilson do Nascimento Barbosa e Joel Rufino dos Santos. Atrás do muro da noite. Dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília, Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares, 1994, pp. 87-146.

SANTOS, Marcio André de Oliveira dos. A persistência política dos movimentos negros brasileiros: processo de mobilização à 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo (Dissertação de mestrado em ciências sociais. Rio de Janeiro, UERJ, 2005).

SCHUMAHER, Schuma; Brazil, Érico Vital. Mulheres negras do Brasil. Rio de Janeiro, Senac Nacional, 2007.

SILVA, Joselina da. União dos Homens de Cor: uma rede do movimento negro após o Estado Novo (Tese de doutorado em ciências sociais, Rio de Janeiro, UERJ, 2005).

SILVA, Nelson F. Inocêncio. Consciência negra em cartaz. Brasília, Editora UnB, 2001.

STEIL, Carlos Alberto. “Políticas, etnia e ritual. O Rio das Rãs como remanescentes de quilombos.” In: M. Peirano (org.). O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

Páginas na Internet

www.abdias.com.br/biografia/detalhada_texto.htm

www.senado.gov.br, “Legislação”.

LISTA DE SIGLAS

ABI — Associação Brasileira de Imprensa

Abia — Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids

Acacob — Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira

ACB — Ação Católica Brasileira

ACBB — Associação Cultural Brasileira Beneficente

Aconeruq — Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão

ACR — Animação dos Cristãos no Meio Rural

ACZ — Associação Cultural Zumbi

Adin — Ação Direta de Inconstitucionalidade

AGU — Advocacia Geral da União

AI — Ato Institucional

AIB — Ação Integralista Brasileira

Alca — Área de Livre Comércio das Américas

Alerj — Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

ANB — Associação do Negro Brasileiro

ANC — African National Congress (Congresso Nacional Africano)

Anpocs — Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

Anpuh — Associação Nacional de História

AP — Ação Popular

APNs — Agentes de Pastoral Negros

Arena — Aliança Renovadora Nacional

Asseaf — Associação dos Ex-Alunos da Funabem

Aswad — The Association for the Study of the Worldwide African Diaspora

BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNH — Banco Nacional de Habitação

CCN — Centro de Cultura Negra do Maranhão

CDES — Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

CEAA — Centro de Estudos Afro-Asiáticos

Ceab — Centro de Estudos Afro-Brasileiros

Ceafro — Centro do Estudante Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia

Ceoao — Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia

Ceap — Centro de Articulação das Populações Marginalizadas

CEB — Comunidade Eclesial de Base

Ceba — Centro de Estudos Brasil-África

Cebrap — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Cecan — Centro de Cultura e Arte Negra

Cecun — Centro de Estudos da Cultura Negra

Cedec — Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

Cedenpa — Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará

Cedicun — Centro de Estudos e Divulgação das Culturas Negras

Cedine — Conselho Estadual dos Direitos do Negro

Ceert — Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades

Cemuf — Centro de Mulheres de Favelas e Periferia

Cenacora — Comissão Ecumênica Nacional de Combate ao Racismo

Cenba — Coordenação do Conselho de Entidades Negras da Bahia

Cenierj — Conselho de Entidades Negras do Interior do Estado do Rio de Janeiro

Cepal — Comissão Econômica para a América Latina

Cerd — Committee on the Elimination of Racial Discrimination (Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial)

Cesp — Companhia Energética de São Paulo

Ceub — Centro de Ensino Unificado de Brasília

CGI — Comissão Geral de Investigações

CGT — Confederação Geral dos Trabalhadores

CIA — Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)

Cidan — Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista

Negro

CIEx — Centro de Informações do Exército

CIP — Congregação Israelita Paulista

CLA — Centro de Lançamento de Alcântara

CMP — Central dos Movimentos Populares

Cnab — Congresso Nacional Afro-Brasileiro

CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNE — Conselho Nacional de Educação

CNPIR — Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Colina — Comando de Libertação Nacional

Conaq — Coordenação Nacional de Quilombos

Cone — Coordenadoria Especial do Negro

Conen — Coordenação Nacional de Entidades Negras

Consea — Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Coppetec — Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos

CPDOC — Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPLP — Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CPT — Comissão Pastoral da Terra

CRB — Conferência dos Religiosos do Brasil

Creib — Clube Recreativo e Esportivo dos Industriários de Bangu

CUT — Central Única dos Trabalhadores

DAS — Direção de Assessoramento Superior

DCE — Diretório Central dos Estudantes

DCI — Defence for Children International (Defesa Internacional para Crianças)

DEM — Democratas

DGIE — Direção Geral de Investigações Especiais

DHBB — Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro

Dops — Departamento de Ordem Política e Social

DRT — Delegacia Regional do Trabalho

DWB — driving while black (dirigindo enquanto negro)

ECA — Estatuto da Criança e do Adolescente

ECO — Escola de Comunicação

Educafro — Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes

Enen — Encontro Nacional de Entidades Negras

Faap — Fundação Armando Álvares Penteado

Faetec — Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro

Faferj — Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro

Fafich — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

Faperj — Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fase — Federação de Órgãos de Assistência Social

Faspa — Frente de Ação Secundarista Paraense

FBI — Federal Bureau of Investigation

FCC — Fundação Carlos Chagas

FCP — Fundação Cultural Palmares

Feabesp — Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo

Febem — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

Feconezu — Festival Comunitário Negro Zumbi

Fetaema — Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Maranhão

FFLCH — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP

FGV — Fundação Getulio Vargas

Fies — Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FMU — Faculdades Metropolitanas Unidas

FNB — Frente Negra Brasileira

Frelimo — Frente de Libertação de Moçambique

Funabem — Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

Funai — Fundação Nacional do Índio

Funbec — Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino da Ciência

Fundaj — Fundação Joaquim Nabuco

GMN-RJ — Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro

Greip — Grêmio Recreativo e Esportivo dos Industriários da Penha

Grucon — Grupo de União e Consciência Negra

GTAR — Grupo de Trabalho André Rebouças

GTEDEO — Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação

GTI — Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra

GTM — Grupo de Teatro Marciliense

Ibam — Instituto Brasileiro de Administração Municipal

Ibase — Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Ibea — Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas

IBEAA — Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Icba — Instituto Cultural Brasil-Alemanha

Incra — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Indesp — Instituto Nacional de Desenvolvimento Esportivo

INE — Instituto Nacional de Estatística

Inep — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPCN — Instituto de Pesquisas das Culturas Negras

IPDH — Instituto Palmares de Direitos Humanos

Ipea — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ipeafro — Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros

**Ipec — International Programme on the Elimination of Child Labour
(Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil)**

Iphan — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPM — Inquérito Policial Militar

Iseb — Instituto Superior de Estudos Brasileiros

Iser — Instituto Superior de Estudos da Religião

Itema — Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

Iterpa — Instituto de Terras do Pará

Iuperj — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Cândido Mendes

JEC — Juventude Estudantil Católica

JOC — Juventude Operária Católica

JUC — Juventude Universitária Católica

LBA — Legião Brasileira de Assistência

LDB — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MAM — Museu de Arte Moderna

MDA — Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDB — Movimento Democrático Brasileiro

MEC — Ministério da Educação

MIR — Movimiento de Izquierda Revolucionaria (Movimento de Esquerda Revolucionária)

MIT — Massachusetts Institute of Technology (Instituto de Tecnologia de Massachusetts)

MNC — Movimento Nacional Congolês

MNU — Movimento Negro Unificado

MNUCDR — Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial

Mobral — Movimento Brasileiro de Alfabetização

MPEG — Museu Paraense Emílio Goeldi

MPLA — Movimento Popular de Libertação de Angola

MPR — Movimento pelas Reparações dos Afrodescendentes no Brasil

MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MUCDR — Movimento Unificado contra a Discriminação Racial

NAACP — National Association for the Advancement of Colored People

(Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor)

Naea — Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Neab — Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

Neinb — Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro

NEN — Núcleo de Estudos Negros

OAB — Ordem dos Advogados do Brasil

OCML-Polop — Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária

OIT — Organização Internacional do Trabalho

ONG — Organização Não Governamental

ONU — Organização das Nações Unidas

OPP — Organismo Para-Partidário

Ospaaal — Organização de Solidariedade com os Povos de Ásia, África e América Latina

OUA — Organização da Unidade Africana

PACS — Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul

PAIGC — Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PC do B — Partido Comunista do Brasil

PCB — Partido Comunista Brasileiro

PCRI — Programa de Combate ao Racismo Institucional

PDS — Partido Democrático Social

PDT — Partido Democrático Trabalhista

PFL — Partido da Frente Liberal

PL — Partido Liberal

PLS — Projeto de Lei do Senado

PM — Polícia Militar

PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Pnad — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNPIR — Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial

Pnud — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Polop — Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária

PP — Partido Progressista

PPA — Plano Plurianual

PPB — Partido Progressista Brasileiro

PPS — Partido Popular Socialista

**Praesa — Project for the Study of Alternative Education in South Africa
(Projeto para o Estudo de Educação Alternativa na África do Sul)**

PrepCon — Conferência Preparatória

Procen — Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura

**Prolam — Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina
da Universidade de São Paulo**

Pronex — Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência

Proseca — Programa Permanente de Combate à Seca

ProUni — Programa Universidade para Todos

PSB — Partido Socialista Brasileiro

PSDB — Partido da Social Democracia Brasileira

PSTU — Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT — Partido dos Trabalhadores

PTB — Partido Trabalhista Brasileiro

PUC — Pontifícia Universidade Católica

PUF — Presses Universitaires de France

PVN — Projeto Vida de Negro

PVNC — Pré-Vestibular para Negros e Carentes

Rais — Relação Anual de Informações Sociais

Rits — Rede de Informações para o Terceiro Setor

Seafro — Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras

Sebrae — Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Secad — Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

Secneb — Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil

Sedepron — Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras

Sedes — Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

SEF — Southern Education Foundation (Fundação Educacional do Sul)

Senac — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Senun — Seminário Nacional de Estudantes Universitários Negros

Sephis — South-South Exchange Programme for Research on the History of Development

Seppir — Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Sesc — Serviço Social do Comércio

Sesi — Serviço Social da Indústria

Sinba — Sociedade de Intercâmbio Brasil-África

Smacon — Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra de Belo Horizonte

SMDH — Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

SNI — Serviço Nacional de Informações

SOF — Sempre Viva Organização Feminista

STF — Supremo Tribunal Federal

Sudene — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Suderj — Superintendência de Esportes do Estado do Rio de Janeiro

TEN — Teatro Experimental do Negro

TEZ — Trabalho e Estudos Zumbi

TSE — Tribunal Superior Eleitoral

TST — Tribunal Superior do Trabalho

UERJ — Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Uesp — União dos Estudantes Secundaristas Paraenses

Ufac — Universidade Federal do Acre

Ufal — Universidade Federal de Alagoas

Ufba — Universidade Federal da Bahia

UFF — Universidade Federal Fluminense

UFG — Universidade Federal de Goiás

Ufma — Universidade Federal do Maranhão

UFMG — Universidade Federal de Minas Gerais

Ufpa — Universidade Federal do Pará

UFRJ — Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC — Universidade Federal de Santa Catarina

Ufscar — Universidade Federal de São Carlos

UHC — União dos Homens de Cor

UNA — União dos Negros de Aracaju

UnB — Universidade de Brasília

UNE — União Nacional dos Estudantes

Uneb — Universidade do Estado da Bahia

Unegro — União dos Negros pela Igualdade

Unesco — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unesp — Universidade Estadual Paulista

Unicamp — Universidade Estadual de Campinas

Unicef — Fundo das Nações Unidas para a Infância

Unifem — Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

Unirio — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Unisinos — Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Unit — Universidade Tiradentes

URSS — União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Usaid — United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)

Usia — United States Information Agency (Agência de Informação dos Estados Unidos)

USP — Universidade de São Paulo

Var-Palmares — Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR — Vanguarda Popular Revolucionária

TEXTOS DOS CARTAZES

AS MULHERES NA LUTA CONTRA A ESCRAVIDÃO

Organizadoras: Maria Lúcia de Barros Mott e Nilza Iraci Silva

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1988-1989

Mulher: força de trabalho no quilombo

(Autora: Maria Beatriz Nascimento)

Denominava-se quilombo um agrupamento de cinco mil ou vinte mil negros. A fuga foi o principal meio de estabelecer essas comunidades de indivíduos livres da escravidão. Ao mesmo tempo em que guerreavam, os quilombolas produziam alimentos e artefatos diversos. Tinham modos próprios de vida e comportamento que os diferenciavam do padrão senhor versus escravo, dominante. O mais importante e mais conhecido quilombo brasileiro foi o dos Palmares. Entretanto, houve outros de igual magnitude, como o da Comarca, do Rio das Mortes. Situado no sudoeste da capitania de Minas Gerais, chefiado pelo quilombola Ambrósio, controlou por muitos anos, em meados do século XVIII, os caminhos que davam acesso à capitania de Goiás e Mato Grosso, por onde se expandiam as fronteiras do ouro e do diamante. No quilombo de Ambrósio grande parte do trabalho de garimpagem e extração do minério cabia às mulheres, que também se ocupavam da agricultura. Seus nomes não são escritos nestas fontes históricas. Isto se deve a dois fatores: de um modo geral, pela tradição africana, o nome de indivíduos, principalmente mulheres, está relacionado ao daqueles que são chefes e denominam a identidade do grupo. Em parte, pela visão e discriminação sexual dos escritores de textos oficiais, onde a mulher, enquanto subordinada, não possui identificação própria.

Teresa de Quariterê

(Autora: Mirna Pinsky)

Teresa foi rainha do quilombo de Quariterê durante duas décadas, no século XVIII. Originária de Benguela (Angola) — embora, provavelmente, nascida no Brasil —, Teresa liderou um grupo de 79 negros e 30 índios instalados próximo ao rio Galera, não muito longe da fronteira de Mato Grosso com a atual Bolívia. Teresa impôs tal organização no quilombo que este sobreviveu até 1770. Contava com um parlamento, um conselheiro da rainha e um sistema de defesa organizado com armas trocadas com os brancos ou roubadas em incursões às vilas das redondezas. O controle que Teresa exercia sobre a aldeia era férreo. Temendo deserções, que inevitavelmente desaguariam em traições, punia violentamente aqueles que tentavam abandonar Quariterê. Pessoalmente, Teresa era vaidosa e se fez assistir por um bom número de negras e índias. Durante seu governo, Quariterê contou com uma agricultura desenvolvida. Produzia algodão e vários mantimentos; possuía duas tendas de ferreiro e teares. Os tecidos aí fabricados eram vendidos fora do quilombo, assim como os excedentes alimentares. Em 1770, moradores e mineiros da capitania de Mato Grosso, aborrecidos com as inúmeras deserções de escravos, organizaram uma expedição que aprisionou 44 dos 79 negros, matando o conselheiro e levando presa a rainha Teresa. Sentindo-se perdida, Teresa ingeriu ervas venenosas e, talvez pela ação do veneno, tenha “morrido enfurecida” ao ser conduzida, presa, para Vila Bela.

Mulheres nas revoltas baianas

(Autor: João José Reis)

Entre 1807 e 1835 mais de duas dezenas de revoltas e conspirações escravas ocorreram na Bahia. Centenas de escravos e libertos africanos delas participaram, entre os quais muitas mulheres. A maioria dessas mulheres ficou no anonimato, mas nem todas. Em 1826, uma africana de origem nagô chamada Zeferina liderou os rebeldes que combateram na revolta do quilombo de Urubu. Este levante começou quando um grupo de escravos fugia, levando comida para o quilombo situado na periferia de Salvador. Alguns capitães-do-mato que tentaram tomar o quilombo foram derrotados. Forças sucessivas de milicianos e da cavalaria foram enviadas e, após uma

batalha violenta, os escravos foram derrotados, embora muitos conseguissem fugir mato adentro. Os quilombolas, homens e mulheres, lutaram com armas brancas e de fogo. Durante a luta gritavam “morra branco e viva negro”. Seus opositores só conseguiram prender um homem e uma mulher. Essa mulher era Zeferina: enfrentou os soldados armada com arco e flexas. Durante a luta comportou-se como verdadeira líder. A maior autoridade da Bahia na época, o presidente da província, referiu-se a ela como “rainha”. Zeferina é o caso mais conhecido de mulher negra rebelde na Bahia das revoltas escravas, mas há outros casos. Em 1814, na revolta das armações de pesca em Tapoan, participaram as escravas Ludovina, Felicidade, Teressa, Germana e Ana. A liberta Francisca foi condenada a ser açoitada pelas ruas da cidade e depois degredada para Angola. Francisca havia percorrido o Recôncavo da Bahia, a região dos engenhos, com seu companheiro Francisco Cidade, pregando a rebelião. As africanas também participaram da fase conspiratória da famosa Revolta dos Malês, em 1835. Cerca de 31 dos 309 presos eram mulheres, 11 escravas e 20 libertas. Não há notícia de que elas tenham participado da luta nas ruas de Salvador, mas muitas sabiam da conspiração e apoiaram o levante.

Maria Firmina dos Reis

(Autora: Nilza Iraci Silva)

Maria Firmina nasceu em São Luís do Maranhão em 1825. Mulata, proveniente de uma família de pequenas posses, conseguiu sua nomeação para o Ensino Oficial por concurso (1847). Orgulhosa com a vitória da filha, sua mãe resolveu alugar um palanquim, espécie de cadeira carregada por dois ou mais escravos, para que ela recebesse o documento que lhe dava o direito a lecionar. Revoltada, Maria Firmina recusou, afirmando que “negro não era animal para se andar montado nele!”. Considerada a primeira romancista brasileira, seu livro Úrsula foi publicado com o pseudônimo Uma Maranhense em 1859. Nele, a autora já denunciava a escravidão, mostrando a contradição entre a fé cristã professada pela sociedade e a残酷do regime escravagista, com seus castigos, torturas e humilhações. Maria Firmina participou ativamente da vida intelectual maranhense, colaborando com poemas e contos em diversos jornais e revistas literárias. Em 1887 publicou, na Revista Maranhense, o conto “A

escrava” e, em 1871, lançou o livro de poesias *Cantos à beira mar*. Compôs ainda várias músicas e folguedos, como o “Bumba meu boi”, e o “Hino da libertação dos escravos”. Escrito em 1888, por ocasião da Abolição, não foi uma expressão do modismo da época, mas uma visão entusiástica do seu sentimento contra o cativeiro que oprimia seus irmãos. Mesmo oficialmente afastada do ensino, Maria Firmina lecionou até a metade da década de 1890, educando as crianças no distrito de Maçaricó. Apesar de pobre e solteira, teve alguns filhos adotivos e inúmeros afilhados. Morreu aos 92 anos, pobre e cega, na casa de uma amiga ex-escrava, e até hoje, em Guimarães, “a uma mulher inteligente e instruída, chamam Maria Firmina”.

Luciana de Abreu

(Autoras: Zenóbia Lúcia de Deus e Maria Lúcia de Barros Mott)

Andradina de Oliveira (1878-1935), escritora gaúcha, em uma pequena biografia de Luciana de Abreu, assim descreve traços da conterrânea: “rosto moreno-pérola, grandes olhos dulcorosos, fronte emoldurada por cabelos escuros”. Nascida em Porto Alegre (1847) filha de pais incógnitos, Luciana de Abreu foi colocada na roda dos expostos, asilo da Santa Casa de Misericórdia. A partir da tradição oral, guardada por ex-alunos e mestres da Escola Luciana de Abreu, teve-se informação da ascendência negra da escritora. Aos sete anos Luciana iniciou os estudos na escola primária, aí permanecendo após a formatura na qualidade de ajudante. Sua aptidão para o estudo foi incentivada pelo pai adotivo, que lhe obtinha livros emprestados. Aos vinte anos casou-se e, já mãe, matriculou-se na Escola Normal recém-inaugurada. Formada em 1872, concorreu a uma vaga para o magistério público, sendo preterida apesar da merecida colocação, tornando-se posteriormente, professora de reconhecido talento. Esta não foi a única vez que Luciana se viu desencorajada de continuar com as suas aspirações intelectuais. Ainda estudante, escreveu alguns capítulos de um romance que, devido à chacota, acabou por destruir, ficando com o apelido de “romancista”. Em 1868 foi fundado no Rio Grande do Sul o Partenon Literário, uma sociedade que integrava a inteligência do período. Defendia, entre outras coisas, a Abolição e a República. Alguns de seus sócios eram, inclusive, a favor da educação da mulher. Luciana de Abreu foi convidada

para aí realizar conferências, sendo considerada por seus biógrafos como a primeira mulher a discursar em público, defendendo os direitos do seu sexo. Na preleção “Emancipação da mulher”, proferida em 1875, coloca-se a favor da Abolição.

Chiquinha Gonzaga

(Autora: Maria Lúcia de Barros Mott)

A partir de 1870, o pensamento antiescravista passou a ter maior aceitação; começam a aparecer sociedades emancipacionistas e abolicionistas em várias províncias, organizadas em geral por elementos do sexo masculino, algumas delas mistas, outras compostas apenas por mulheres. Muitas dessas associações agiam dentro do “princípio da ordem”, evitando que os escravos se envolvessem na campanha com medo de uma rebelião. Promoviam alforrias individuais e de grupos de escravos pela compra destes — remunerando portanto os proprietários — com a renda obtida através de coletas, quermesses, leilões de prendas, etc. Contavam com a participação de artistas dilettantes e profissionais, simpatizantes ou verdadeiramente militantes. Com o passar do tempo algumas dessas associações transformaram-se, passaram a se utilizar de todos os meios, promovendo inclusive a fuga de escravos, para pôr um fim à escravidão. Chiquinha Gonzaga, compositora e maestrina de sucesso, participou da campanha como uma autêntica ativista, propagandeando em ruas, cafés, teatros e estradas de ferro, além de vender de porta em porta partituras de músicas de sua autoria. Empenhou-se em particular na libertação do escravo José Flauta, músico de talento. Chiquinha Gonzaga nasceu no Rio de Janeiro em 1848. Era filha natural da mulata Rosa Maria Lima e de José Basileu Neves Gonzaga. Educada para fazer um “bom casamento”, rebelou-se contra a autoridade masculina, abandonando o marido e os filhos menores para seguir seu próprio destino. Arrimo de família, passou a dar aulas de piano, participou de um conjunto de músicos profissionais, antes de ser reconhecida como compositora e prestigiada como maestrina. Chiquinha Gonzaga não ficou indiferente aos movimentos políticos e sociais que se seguiram, destacando-se o da campanha pela proclamação da República e da criação da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais.

Maria, Mariana e Adelina

(Autora: Maria Lúcia de Barros Mott)

Até meados do século XIX o Espírito Santo teve a sua economia baseada na cultura canavieira. No início do século XIX, toda a província se viu atraída pelo café, o que fez duplicar, a partir de 1850, a população escrava. Fugas, quilombos e revoltas foram comuns na região. Os quilombos recebiam a ajuda de escravos e escravas, possibilitando assim a sua sobrevivência, através do abastecimento e da venda de produtos. Por volta de 1840, as escravas Maria e Mariana vendiam a carne de gado roubado pelos quilombolas e o sabão que faziam com o sebo na Vila do Rio Pardo, comprando, com o dinheiro, sal, farinha, aguardente e tudo mais que os foragidos necessitassem. Também no movimento abolicionista houve a participação de mulheres escravas. Adelina Charuteira, em São Luís do Maranhão, era quem transmitia informação para a associação abolicionista Clube dos Mortos, que escondia e promovia a fuga de escravos. Adelina era uma escrava inteligente e arguta. Sabia ler e escrever, fazia bordado e costura. Sua mãe criara todos os filhos do senhor e recebera a promessa, no leito de morte, de que ele libertaria a filha assim que fizesse 17 anos, “quando deveria já ter juízo e não se perderia mais”. A moça fazia charutos, daí seu apelido, que eram vendidos avulsos e para as casas comerciais. Esta sua atividade propiciava que acompanhasse a movimentação abolicionista e circulasse nos mais variados meios sociais da capital maranhense, informando assim aos abolicionistas sobre os planos dos escravocratas e propiciando a fuga de escravos. Esta atividade era exercida quando tinha 16 anos, faltando poucos meses para obter a própria alforria.

A luta no Ceará

(Autora: Maria Lúcia de Barros Mott)

Na década de 1870, o Ceará sofreu uma forte seca que levou os senhores a vender seus escravos para as plantações do Sul. O movimento abolicionista

articulou-se a partir de então. Dele participaram homens e mulheres, negros e brancos pertencentes a várias classes sociais, como os jangadeiros, vários dentre eles ex-escravos, e os tipógrafos. As mulheres participaram seja das sociedades abolicionistas criadas por homens, como tiveram a sua própria, a Sociedade Cearense Libertadora, da qual faziam parte senhoras de várias idades, professoras, escritoras, donas de casa, muitas delas casadas com líderes abolicionistas ligados ao comércio. Dentre elas, Maria Thomásia teve papel de destaque: foi diretora geral da Sociedade, proferiu discursos, integrou a comitiva que viajava para o interior da província a fim de propagar o movimento e ajudou na fuga de escravos que eram transportados para um quilombo perto de Fortaleza. Eram sócias também Joaquina Francisca Nascimento, negra, casada com o líder jangadeiro Francisco Nascimento, a educadora Elvira Pinto e a escritora Emilia de Freitas. Destacam-se também na luta contra a escravidão Tia Simôa, negra, mulher do ex-escravo e líder jangadeiro José Napoleão, que impediu o embarque de escravos para o Sul; Maria Correia do Amaral, que escondia escravos fugidos em sua propriedade, e Francisca Barbosa Lima, entre outras. Em 25 de março de 1884, o Ceará proclamou ter alforriado todos os escravos da província. Esta afirmação teve ampla repercussão no período, tornando o Ceará exemplar no discurso abolicionista. Uma revisão histórica feita nas últimas décadas chama a atenção para o fato de o movimento abolicionista ter aí ocorrido apenas quando grande parte da sua população escrava já tinha sido vendida e após a aprovação da lei que proibia o tráfico interprovíncias, o que acarretou uma desvalorização no seu preço, além dos dados fornecidos pelo Ministério da Agricultura, que apontam em uma centena o número de escravos existentes no Ceará ainda em maio de 1888.

Narcisa Amalia

(Autora: Norma Telles)

Narcisa Amalia (1852-1924), professora, escritora e jornalista, tornou-se conhecida por volta de 1870 através de publicações em jornais da Corte e das províncias, assim como de um livro, Nebulosas (1872), que alcançou boa repercussão. Morou em Resende, depois no Rio de Janeiro, e foi uma batalhadora incansável pelos direitos da mulher. Foi uma democrata radical e, por isso mesmo, uma abolicionista. Para ela, o ideal do século, a Musa

inspiradora era a Liberdade que sonhava, talvez num futuro não muito distante, e que permitiria aos povos, aos homens e às mulheres, viverem livres de violência, opressão, injustiças. Em versos traçou o “quadro hediondo” da escravidão, narrou os sofrimentos “dos míseros cativos”. O escravo, outrora um bravo em sua terra, permanecia curvado ante um falso poder e era preciso partir os grilhões, quebrar as algemas. Era preciso que “esta raça, que genuflexa rebrama”, se erguesse “de pé ungida, das crenças livres...”, pois então o anjo da liberdade, tendo descido “de infelizes escravos / Fez talvez dez homens bravos, / Talvez dez outros heróis!”. A pátria não poderia ser independente, nem se constituir como nação plena, enquanto persistisse a nefasta instituição, enquanto todos os direitos não fossem restituídos. Narcisa Amalia contemplava com desgosto e tristeza o “espetáculo desolador dos costumes pátrios” e não era uma otimista em relação à situação. Acreditava que era preciso lutar e conclamou à rebeldia e à revolução. Essas ideias lhe valeram críticas veementes dos seus contemporâneos. Narcisa Amalia, que demonstrou um radicalismo côncio e vigoroso contra todas as forças de tirania, não se deixou iludir pelas modificações institucionais. Em 1899 publica Condolênciа, um poema onde se mostra descrente das reformas institucionais porque não antevê a possibilidade do povo se instruir “nos mistérios da igualdade” através do acesso a uma educação democrática.

As mulheres de Santos

(Autora: Nilza Iraci Silva)

A cidade de Santos (SP) abrigou três quilombos, o do Jabaquara, o do Pai Felipe e o do Santos Garrafão, todos eles bastante conhecidos dos senhores de escravos, que, entretanto, não conseguiam resgatar suas “propriedades” em virtude da intervenção da população, que protegia os negros aí refugiados. O quilombo do Jabaquara, chefiado por Quintino de Lacerda, diferenciava-se dos demais por ter sido criado não pelos quilombolas mas por abolicionistas, com o objetivo de abrigar os escravos fugidos da cidade e, cada vez em maior número, das diversas regiões da província que, então, abandonavam em massa as fazendas, controlando-se, assim, sua movimentação e ações mais radicais, numa tentativa de se limitar a participação escrava no processo emancipador. Em Santos, várias mulheres

são lembradas pela sua participação no movimento abolicionista. Francisca Amália de Assis Faria, em 1870, escondia negros fugitivos no quintal de sua casa, incentivando outras senhoras a fazerem o mesmo. Outra santista que participou do movimento abolicionista foi Anna Benvinda Ribeiro da Andrade, esposa do abolicionista Martin Francisco. Fundou e presidiu, em São Paulo, A Emancipadora, entidade destinada à libertação de escravas moças. Também foram as mulheres que, revoltadas, fizeram regressar a São Paulo um trem que conduzia tropas para enfrentar os escravos do quilombo do Jabaquara. Embora os documentos apresentem com maior frequência as atividades das classes mais abastadas, registra-se na cidade de Santos exemplo concreto da participação da mulher negra e humilde no processo de libertação. Brandina é um desses exemplos: proprietária de uma pensão, apesar de seus pequenos ganhos, fornecia comida, fumo e remédio para os negros fugitivos, tendo, inclusive, ido à falência graças a essas constantes doações.

A revolta no cotidiano

(Autora: Maria Lúcia de Barros Mott)

A reação de homens e mulheres escravos ao regime que os oprimia teve várias formas de manifestação, tanto individual quanto coletiva. Este tipo de resistência levou os escravos a adotarem um tipo de comportamento que, aos olhos do branco, era considerado muitas vezes aviltante e criminoso. Mas como obedecer a um código religioso ou moral que os privava da liberdade, justificava a sua exploração e os fazia sofrer a mais cruel violência? Muitos dos adjetivos pejorativos que qualificam o negro ainda hoje resultam da resistência dos seus antepassados à escravidão: nada era realizado além do necessário, daí ser considerado preguiçoso; fingia-se ignorante e incompetente, portanto “incapaz”. Assim, a cozinheira jamais executaria satisfatoriamente o serviço da arrumadeira, caso isso lhe fosse mandado fazer. Mostrava-se desastrada, sabotando o trabalho, destruindo a casa. A fuga era não só um meio de abandonar os maus-tratos como o de lesar a propriedade do senhor. Apesar das dificuldades de sobrevivência nas fugas individuais e dos violentos castigos a que seriam submetidas se capturadas, muitas escravas fugiam, como atestam os inúmeros anúncios em jornais e os processos policiais. Formas mais violentas de reação ao

cativeiro foram registradas por historiadores, como lesões corporais, agressões e assassinatos. Não raro escravas recorriam ao aborto e ao infanticídio, livrando desta maneira a sua prole da escravidão. Outras simulavam doenças, ou mutilavam o próprio corpo, ferindo-se para não realizar o trabalho indesejado; outras, ainda, chegavam a cometer suicídio ou deixavam-se morrer de fome para, desta forma extrema, escapar ao cativeiro. Esta rebeldia exercida no cotidiano por homens e mulheres escravos, aliada ao pavor semeado pelas fugas, assassinatos, incêndios, revoltas e quilombos, acabou por minar a credibilidade nas vantagens da escravidão e desorganizou o trabalho nas fazendas, acelerando, segundo alguns autores, a extinção do regime.

Josephina Durocher

(Autora: Maria Lúcia de Barros Mott)

Nascida na França em 1808, naturalizada brasileira, Josephina Durocher chegou ao Rio de Janeiro aos oito anos de idade. Ainda jovem, ficou órfã e, com dois filhos pequenos, viúva. Matriculou-se na Faculdade de Medicina, onde obteve o diploma de parteira em 1834. Durante seus quase 60 anos de profissão fez nascer crianças dos mais variados meios sociais, sendo considerada uma profissional habilíssima. Deixou vários trabalhos publicados sobre o seu ofício, além de um opúsculo, publicado em 1871, intitulado *Idéias por coordenar a respeito da emancipação*. Para Madame Durocher a permanência da escravidão num país regido por uma Constituição liberal era um paradoxo. A emancipação dos escravos nascidos no Brasil no período da independência teria sido mais fácil, pois a proporção entre brasileiros e africanos dava vantagem aos segundos. Os brasileiros escravos tornaram-se mais numerosos e a alforria em massa poderia provocar assassinatos por vingança aos antigos senhores, bem como a queda na produção agrícola, pois o escravo quando libertado trazia liberdade por licenciosidade. Daí a necessidade de educá-los. A Abolição deveria ser, portanto, gradual, além de respeitar o direito de propriedade. Estabelecendo-se um código de conduta, brancos e negros só teriam a lucrar. Josephina Durocher propõe um código onde os senhores seriam transformados em superiores e os escravos em subordinados; os primeiros responsáveis pelos segundos, sendo inclusive tutores da prole

escrava/subordinada. Horário de trabalho, repouso, lazer, alimentação, vestimenta, moradia, religião e alforria estariam também regulamentados, não cabendo salário ao subordinado. Este opúsculo resume, de maneira exemplar, algumas das ideias sobre o negro e a escravidão, comuns a vários abolicionistas. Através dele podemos perceber que, nem sempre, ser abolicionista significou ver o negro como cidadão igual, íntegro, capaz de cuidar da sua própria existência ou, antes, pressupunha que o negro deveria continuar sujeito às elites brancas.

DATAS HISTÓRICAS CITADAS NO CALENDÁRIO DA CASA DANDARA DE 1992

Fonte: Mémoire des peuples noirs.

Realização de David Gakunzi e Marie Moreau, 1991.

Janeiro

15, 1929 — Nascimento de Martin Luther King Jr., um dos principais mártires da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos da América.

17, 1961 — Assassinato de Patrice Lumumba, patriota e revolucionário congolês. Um dos principais líderes da luta pela independência do ex-Congo Belga, hoje Zaire.

18, 1858 — Nos Estados Unidos, nascimento do Dr. Daniel Hale Williams, pioneiro da cirurgia cardíaca.

26, 1944 — Nos Estados Unidos, nascimento de Angela Davis, militante da luta pelos direitos civis.

Fevereiro

03, 1969 — Em Moçambique é assassinado Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frente de Libertação daquele país.

06, 1945 — Na Jamaica nasce Robert Nestor Marley, inspirador do movimento rastafari.

12, 1909 — Nos Estados Unidos é criado o NAACP (Associação Nacional

Americana para o Progresso do Povo de Cor) por W. E. B. Du Bois.

21, 1965 — Assassinato de Malcom X, militante ativista negro, nos Estados Unidos.

Março

07, 1965 — Nos Estados Unidos, grande marcha pelos direitos civis, de Selma a Montgomery, liderada por Martin Luther King Jr.

08, 1857 — Em Nova York, na Fábrica Cotton, 129 operárias que protestavam contra salários miseráveis e condições de trabalho morreram queimadas em incêndio provocado pelo patrão. Em 1910, no II Congresso de Mulheres Socialistas, realizado em Copenhague (Dinamarca), Clara Zetkin propôs a instituição do 8 de março como Dia Internacional da Mulher.

15, 1961 — Em Angola inicia a revolta armada contra a ocupação colonial portuguesa.

21, 1960 — Dia Internacional da Eliminação da Discriminação Racial, data instituída pela Organização das Nações Unidas em memória do massacre de Sharpeville (manifestantes negros foram mortos por protestarem contra a obrigatoriedade do uso do passe, na África do Sul).

23, 1942 — Nasce na Guiana o escritor e historiador Walter Rodney.

Abril

01, 1967 — Criação do partido dos Panteras Negras, nos Estados Unidos da América.

04, 1968 — Assassinato de Martin Luther King Jr., nos Estados Unidos da América.

07, 1803 — Morte no cativeiro, em França, de Toussaint Louverture, principal líder da luta antiescravista e pela independência do Haiti.

25, 1918 — Nos Estados Unidos nasce Ella Fitzgerald, cantora de Jazz.

Maio

01, 1886 — Dia Internacional dos Trabalhadores. Em Chicago, a luta pela redução da jornada de trabalho para oito horas resulta em uma greve de 200 mil operários. Três dos sete principais líderes são enforcados.

11, 1981 — Na Jamaica, morre Robert Nestor Marley.

13, 1950 — Nascimento nos Estados Unidos do cantor Steve Wonder.

13, 1888 — Lei Áurea — a princesa Isabel assina o decreto que abole o trabalho escravo no Brasil. Para os movimentos negros é o Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo.

Junho

01, 1992 — Primeira Conferência Internacional sobre Ecologia e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro.

13, 1980 — Foi assassinado, na Guiana, Walter Rodney, historiador, escritor e militante político.

16, 1976 — Dia internacional de solidariedade à luta do povo negro da África do Sul. Esta data foi instituída pela ONU em razão do levante de Soweto, quando estudantes foram assassinados em manifestação contra o ensino obrigatório da língua africânder.

25, 1975 — Independência de Moçambique, do sistema colonial português.

Julho

- 02, 1839 — Em plena travessia do Atlântico escravos se amotinam e controlam o navio negreiro Amistad.**
- 04, 1900 — Nos Estados Unidos, nascimento de Louis Armstrong, um dos grandes músicos de Jazz.**
- 10, 1891 — O Dr. Daniel Hale Williams (Doctor Dan) realiza com êxito a primeira operação cardíaca.**
- 17, 1959 — Nos Estados Unidos, morre Billy Holiday, cantora de Blues.**
- 21, 1967 — Assassínado na África do Sul Albert Lutuli, presidente do Congresso Nacional Africano (ANC) e Prêmio Nobel da Paz.**

Agosto

- 04, 1983 — Após insurreição popular, Thomas Sankara, político anticolonialista, sobe ao poder em Burkina Faso.**
- 09, 1956 — Em Pretória, na África do Sul, aproximadamente 20.000 mulheres, em marcha, protestam contra o uso do passe.**
- 17, 1887 — Nasce na Jamaica Marcus Mosiah Garvey, militante pela unidade e a libertação do povo negro.**
- 22, 1791 — No Haiti, início da revolta dos escravos que levará à independência do país, do colonialismo francês.**
- 27, 1963 — Nos Estados Unidos morre W. E. B. Du Bois, historiador e escritor panafricanista.**

Setembro

12, 1977 — Na África do Sul é assassinado Biko, aos 36 anos de idade. Fundador do Movimento da Consciência Negra.

18, 1909 — Em Gana, nasce Kwame Nkrumah, primeiro presidente deste país, líder panafricanista.

25, 1911 — Em Trinidad, nasce o historiador e pesquisador Eric Williams.

Outubro

12, 1492 — Quinhentos anos do chamado descobrimento das Américas. Para os povos indígenas, inaugurou-se uma tragédia demográfica de proporções desconhecidas na história da humanidade. Para os povos africanos, o reinício do sistema escravista destruiu civilizações e culturas em África e deu início a séculos de violência e barbárie contra os negros escravizados nas Américas.

15, 1987 — Em Burkina Faso o presidente Thomas Sankara, colocado no poder por um levante popular, é assassinado por golpistas.

16, 1986 — Na Noruega, obtém o Prêmio Nobel de Literatura Wole Soyinka, escritor nigeriano.

19, 1986 — Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique, é morto após um atentado que atingiu o avião em que viajava, enquanto sobrevoava o espaço aéreo da África do Sul.

Novembro

11, 1985 — Em Londres, Inglaterra, grande manifestação de massa contra o racismo.

23, 1977 — Um ataque das tropas rodesianas sobre o campo de refugiados de Chimoio, em Moçambique, faz mais de 100 mortos e feridos.

27, 1942 — Nos Estados Unidos nasce Jimmy Hendrix, guitarrista e músico.

30, 1966 — Independência de Barbados, do sistema colonial inglês.

Dezembro

01, 1955 — Nos Estados Unidos, Rosa Parks se recusa a ceder seu lugar no ônibus a um passageiro branco. O incidente desencadeia um boicote massivo dos ônibus pelos negros.

03, 1847 — Nos Estados Unidos é editado o primeiro número do jornal North Star, publicado por Frederick Douglas, militante antiescravista.

18, 1946 — Nasce na África do Sul o líder Steve Biko, fundador do movimento da Consciência Negra.

29, 1923 — Nasce no Senegal Cheikh Anta Diop, pioneiro na revisão histórica do Egito negro.

CONSCIÊNCIA NEGRA NO BRASIL

Autora: Nilma Bentes

Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, Cedenpa.

Ter consciência negra significa compreender que somos diferentes, pois temos mais melanina na pele, cabelo pixaim, lábios carnudos e nariz achatado, mas que essas diferenças não significam inferioridade. Que ser negro não significa defeito, significa apenas pertencer a uma raça que não é pior e nem melhor que outra, e sim, igual.

Ter consciência negra significa compreender que somos tratados como subumanos, para que acreditemos ser inferiores passíveis de exploração, sem direitos de exigir tratamento exatamente igual ao dos não negros.

Ter consciência negra significa compreender que somos discriminados duas vezes: uma porque somos negros, outra porque somos pobres, e, quando mulheres, ainda mais uma vez, por sermos mulheres negras, sujeitas a todas humilhações da sociedade.

Ter consciência negra significa compreender que não se trata de passar da posição de explorados para a posição de exploradores, e sim de lutar, junto com os demais oprimidos, para fundar uma sociedade sem explorados nem exploradores. Uma sociedade onde tenhamos, na prática, iguais direitos e iguais deveres.

Ter consciência negra significa combater todas as tentativas dos opressores em nos dividir, não somente entre nós mesmos, mas também dos demais segmentos que lutam por uma sociedade de iguais.

Ter consciência negra significa compreender que a luta contra o racismo não é uma luta somente dos negros, e sim de toda a sociedade que se quer livre, pois não há sociedade livre onde exista racismo.

Ter consciência negra significa constatar a força de nossa cultura, de nossa gente, que, mesmo sob chicote, fez-nos sobreviver e continuar essa luta, desde as universidades onde somos poucos, até aos presídios onde somos muitos e todos psicologicamente massacrados.

Ter consciência negra significa compreender que, para ter consciência negra, não basta ser negro e até se achar bonito, e sim que, além disso, sinta necessidade de lutar contra as discriminações raciais, sociais e sexuais, onde quer que se manifestem.

Ter consciência negra significa compreender que nós negros construímos, praticamente sozinhos, as bases deste Brasil e hoje somos mais da metade da população, temos direito, portanto, de exigir do segmento não negro o pagamento de parte desses débitos, já que o desrespeito moral, as humilhações aos nossos antepassados jamais poderão ser reparados.

Ter consciência negra significa compreender que a organização é fundamental na luta contra o racismo e que, como a maioria de nós pertence à chamada classe baixa da população, a causa dos chamados delinquentes, marginais e prostitutas é também a nossa causa.

Ter consciência negra significa compreender que a luta contra o racismo é longa e árdua, mas que nela devemos depositar a máxima energia possível, para que futuras gerações de negros possam viver livres das humilhações que marcaram a vida de nossos antepassados e marcam as nossas hoje.

Ter consciência negra significa juntar as nossas forças, a força milenar da crença nas transformações de Exu, na justiça de Xangô, na tenacidade guerreira de Ogum, Iansã, Oxossi e todos os Deuses das religiões africanas, para levar a luta até a vitória total.

Ter consciência negra significa, sobretudo, sentir a emoção indescritível, que vem do choque, em nosso peito, da tristeza de tanto sofrer, com o desejo férreo de alcançar a igualdade, para que se faça justiça ao nosso Povo, à nossa Raça. Axé.

CADERNO DE FOTOS



1695
NOVEMBRO

ZORBI

1978
NOVEMBRO



**"MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA
A DISCRIMINAÇÃO RACIAL"**

— PELA LIBERTAÇÃO DO NEGRO —

**DE PÉ
E DE FRENTÉ IRMÃO,
VAMOS TODOS
A PALMARES**

20 DE NOVEMBRO - DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA

SEMANA ZUMBI: 17 A 22 DE NOVEMBRO / MACEIÓ - UNIÃO DOS PALMARES
ALAGOAS



ILÊ AIYÊ

DIA
DA
MÃE
PRETA
28 SET 86

F. SANTOS

1ª Semana do Negro

17 a 23 de novembro
1986



Locais

Teatro Renascença
Teatro de Câmara
Assembleia Legislativa RS
Associações de Vilas

Participação

Entidades e Grupos
do Movimento Negro RS

Promoção

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Câmara Municipal de Porto Alegre
Secretaria Municipal
de Educação e Cultura
Fundação de Educação Social e Comunitária

Apoio cultural **imcosul**

A loja que está do lado da gente.

O Povo Brasileiro Contra Apartheid

20.12.86 MACEIÓ-AL

Realização:



Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Maceió
Administração: Djalma Falcão

Apoio:



Governo do Estado de Alagoas

Coordenadoria de Assuntos Afro-Brasileiros

SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA



18 A 29 DE NOV. 86

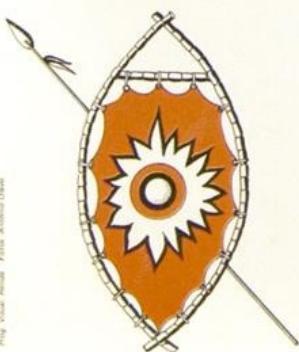


Foto: Vitor Pinto - Foto: Antônio Olavo

Fundação Nacional
PRÓ-MEMÓRIA

CESE
Coordenação Estadual de Sescip

Memorial
ZUMBI



PROGRAMAÇÃO

Dia 18/11 (terça-feira) às 19 horas:
III MARCHA COM ZUMBI CONTRA O RACISMO
Saída Terreiro de Jesus até o Campo Grande.

Dia 19/11 (quarta-feira) às 21 horas:
EXCURSÃO À SERRA DA BARRIGA – AL.
Saída: Campo Grande (em frente ao Teatro Castro Alves)

Dia 23/11 (domingo) às 8 horas:
CORRIDA RÚSTICA ZUMBI DOS PALMARES
Saída: Jardim de Allah – Chegada: Praça da Sereia (Itapuã)

Dia 29/11 (sábado) às 23 horas:
Encerramento – Local: Fantoches da Euterpe (Largo Dois de Julho)
A GRANDE FESTA QUIZUMBA

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS
Praça Castro Alves, Núm. Gregório de Matos - Salvador - Bahia - CEP 40120-000

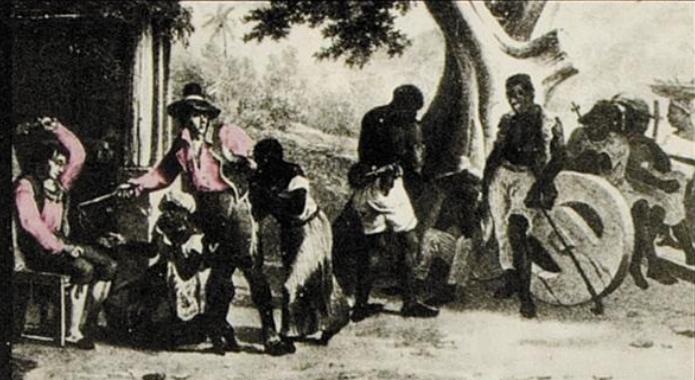


Salvador

15110-000

PROMOÇÃO: **CENBA**

1888 LEI ÁUREA 1988



NADA MUDOU



VAMOS MUDAR

MARCHA CONTRA A FARSA DA ABOLIÇÃO

PARTICIPE

11 DE MAIO - 16 HORAS - CANDELÁRIA

MOVIMENTO NEGRO - RJ

100



1888 1988
CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO

100 ANOS DE MENTIRA

GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA

Movimento Negro Unificado



1978 - 1988 10 ANOS DE
LUTA CONTRA O RACISMO

ABOLIÇÃO

cem anos



CULTURA

Assessoria de Cultura
Afro-Brasileira



Gifs Afros



GRUPO OLODUM



SALVADOR-BAHIA-BRASIL

BASTA!

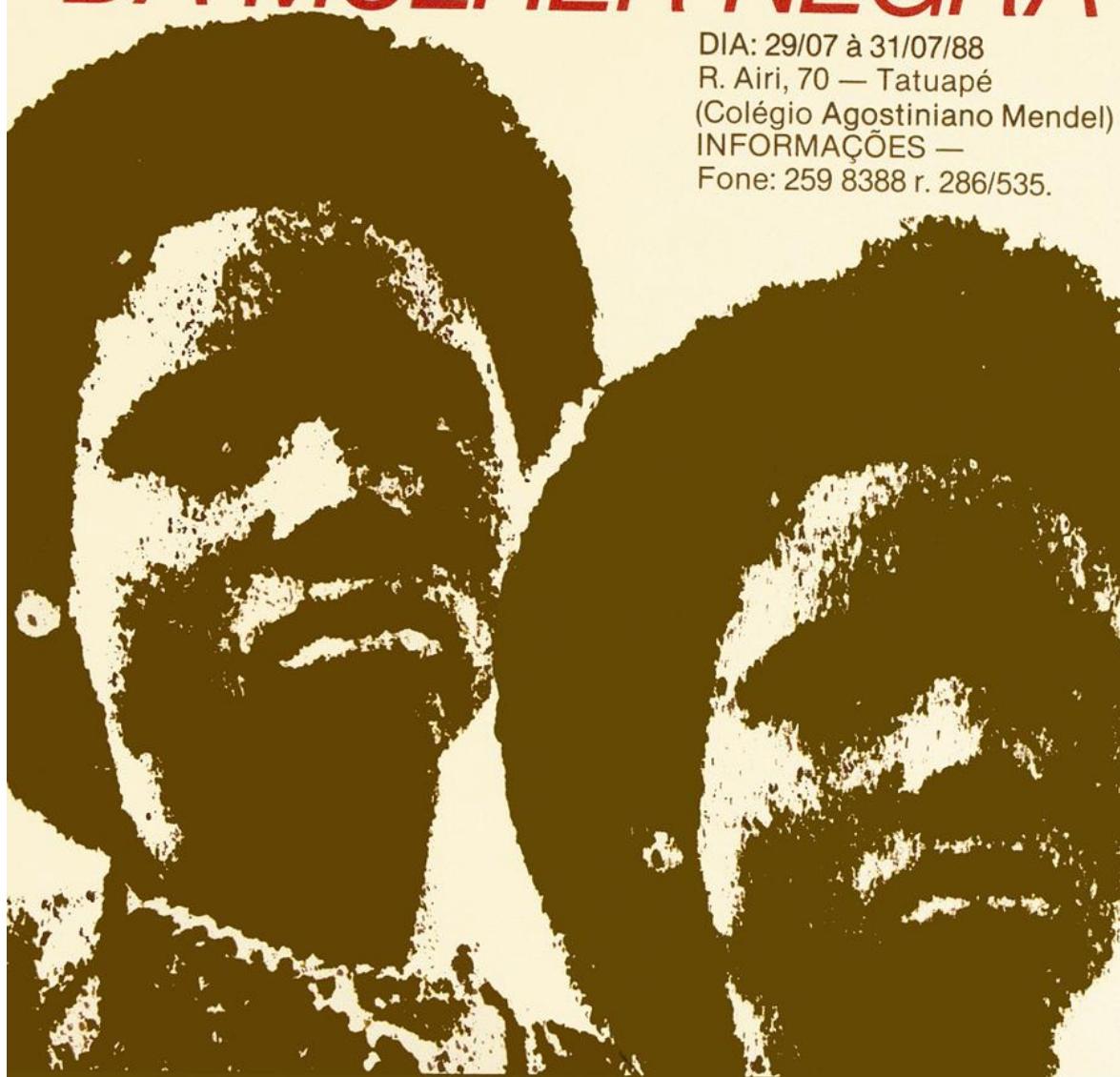


MNU
10 ANOS DE LUTA
MOVIMENTO
NEGRO UNIFICADO
1978 - 1988

3º ENCONTRO ESTADUAL DA MULHER NEGRA

Foto: Roberto Lazzarini - Fotografia & Marketing

DIA: 29/07 à 31/07/88
R. Airi, 70 — Tatuapé
(Colégio Agostiniano Mendel)
INFORMAÇÕES —
Fone: 259 8388 r. 286/535.



ENTIDADES:

*União Popular de Mulheres do Estado de São Paulo/União de Mulheres do
Município de São Paulo/Comissão de Negros do PT/Grupo Negro da PUC/Grupo Gana de
Jundiaí/Casa Afro Cultural Brasileira/Grupo Gana de Araraquara/MNU/ Banda Lá.*

AS MULHERES NA LUTA CONTRA A ESCRAVIDÃO.

Organizadoras: Maria Lúcia de Barros Mott - Nilza Iraci Silva

1988

1989

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher CNDM



1º ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS

14 a 17
NOVEMBRO
1991

PACAEUBO
S.PAULO.SP.
BRASIL
AXE

INFORMAÇÕES

AMAZONAS (092) 234-0278	PARÁ (091) 231-3507
BAHIA (071) 321-1765 241-7188 R. 12	PARANÁ (041) 277-4742
GOIÁS (062) 225-1179	RIO GRANDE DO SUL (0512) 25-2167
MARANHÃO (098) 221-2216	RIO DE JANEIRO (021) 221-2036 224-6771
MINAS GERAIS (031) 224-9031 (032) 215-4700 R. 22	SANTA CATARINA (0482) 23-7113
	SÃO PAULO SECRETARIA NACIONAL (011) 37-9882

INAC
III

CASA DANDARA

JANEIRO						
D	S	T	Q	S	S	S
	1	2	3	4		
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

FEVEREIRO						
D	S	T	Q	S	S	S
	1					
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

MARCOS						
D	S	T	Q	S	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

ABRIL						
D	S	T	Q	S	S	S
	1	2	3	4	5	6
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

MAIO						
D	S	T	Q	S	S	S
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

JUNHO						
D	S	T	Q	S	S	S
1	2	3	4	5	6	7
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				



1

AGOSTO

SETEMBRO

OUTUBRO

NOVEMBRO

DEZEMBRO



2

2

2

2



3

3

3

3

3

3



4

4

4

4

4

4



5

5

5

5

5

5



6

6

6

6

6

6



7

7

7

7

7

7



8

8

8

8

8

8



9

9

9

9

9

9



10

10

10

10

10

10



11

11

11

11

11

11



12

12

12

12

12

12



13

13

13

13

13

13



14

14

14

14

14

14



15

15

15

15

15

15



16

16

16

16

16

16



17

17

17

17

17

17



18

18

18

18

18

18



19

19

19

19

19

19



20

20

20

20

20

20



21

21

21

21

21

21



22

22

22

22

22

22



23

23

23

23

23

23



24

24

24

24

24

24



25

25

25

25

25

25



26

26

26

26

26

26



27

27

27

27

27

27



28

28

28

28

28

28

anxo' IPCN



INSTITUTO DE PESQUISAS DAS CULTURAS NEGRAS

AV. MÉM DE SÁ, 208 - RIO DE JANEIRO - BRASIL - TEL: 252-6083

1º

SENUN



**"A UNIVERSIDADE QUE
O Povo NEGRO QUER"**

1º Seminário Nacional de Universitários Negros
03 a 07 de setembro/93 - Salvador-Ba

Promoção:
Coordenação Nacional dos Universitários Negros

Apoio:



Universidade Federal
da Bahia
(UFBA)
CNPQ: 3134



Universidade
Estadual
de Salvador
(UESB)
CNPQ: 3040



Universidade
do Estado
do Rio Grande
do Sul
(UERS)
CNPQ: 3133

Universidade de São Paulo

(USP)

CNPQ: 3132

PREFEITURA
DE SALVADOR

Governo do
Brasil

Brasília

CNPQ: 3131

Informações:

SECRETARIA NACIONAL DO SENUN

Caixa Postal 874, Agência Central Comércio

Salvador BA CEP 40001-970

Fone: (071) 245-7244

Inscrições: de 02/08 a 04/09/93

X CONGRESSO DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

Goiânia 8,9,10 e 11 de abril de 1993
“NOSSA GRANDE TAREFA É CONSTRUIR

UM PROJETO POLÍTICO, DO PONTO DE VISTA DOS NEGROS”

(LUIZA BAIRROS, Coordenadora Nacional)

Janeiro						
D	S	T	O	S	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				



Fevereiro						
D	S	T	O	S	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Março						
D	S	T	O	S	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Abril						
D	S	T	O	S	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

PÔS GUERRA NÔRA

Racismos e preconceitos em clima de humilhação negra é o ordinário passado transformando-se e resultando adverso que nos sente.



Ato público que encerra, em São Paulo, o encerramento do MNU (Goiânia, 1978).

Nelson Mandela – na África do Sul lutou pelos negros lutou contra o apartheid racial.

Júlia Kubitschek, Rio de Janeiro, faleceu hoje por uma representação política que tenta, de fato, afastar preconceitos com as aspirações do povo negro.

Atos realizados a favor das comunidades negras em países da África.

PROGRAMA DE AÇÃO ESTATUTO

MNU
MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

21/02 - Dia Internacional Para Eliminação da Discriminação Racial
13/03 - Dia Nacional da Demarcação Contra o Racismo
18/06 - Fundação do MNU
28/11 - Dia Nacional da Consciência Negra

APÓIO CULTURAL

Fundação Cultural Pedro Ludovico

REAJA À VIOLENÇA

DOS BANCOS DE BH • MOVIMENTO DE MULHERES GBAAL • CASA DA CULTURA DO GLÓBAL E REGLÍC • FEDERAÇÃO DE NEGROS DA UFG • COORDENADORIA DIRETIVA DO NADOC • COORDENAÇÃO REGIONAL DA PIRH • CENTRO CULTURAL INTERREGIONAL LAGOA DO NADOC • SEPEPA UNIÃO INDÍGENA DE CULTURA DE BH • ANGOLA PELOURINHO • GRUPO DE CAPOEIRA ANGOLA EU SOU ANGOLEIRO • CENTRO DE CULTURA POPULAR 1º DE MAIO • ASSOCIAÇÃO UNIDOS DE PALMARES • GRUPO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA • ASSOCIAÇÃO CULTURAL CÍRCO MALUMBO • SINDICATO DOS



20 DE NOVEMBRO



DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA



VIVA ZUMBI DE PALMARES



NÃO AO GENOCÍDIO DO POVO NEGRO

RACIAL

ATO POLÍTICO CULTURAL

PRAÇA SETE - DE 14 ÁS 20 HS

OLHO DA RUA • RÁDIO ALÉ E NADA
• NEW BH BREAK CITY • DIVISÃO DE
APOIO • CIA PRIMITIVA DE ARTE
NEGRA • TROMBONISTAS DE
MINAS • AXÉ IGBÁ • WILSON
QUEROCA • KALIMBA

DIA 19 DE NOVEMBRO

CONSELHOS DE BH • MOVIMENTO DE MULHERES GBAAL • CASA DA CULTURA DO GLÓBAL E REGLÍC • FEDERAÇÃO DE NEGROS DA UFG • COORDENADORIA DIRETIVA DO NADOC • COORDENAÇÃO REGIONAL DA PIRH • CENTRO CULTURAL INTERREGIONAL LAGOA DO NADOC • SEPEPA UNIÃO INDÍGENA DE CULTURA DE BH • ANGOLA PELOURINHO • GRUPO DE CAPOEIRA ANGOLA EU SOU ANGOLEIRO • CENTRO DE CULTURA POPULAR 1º DE MAIO • ASSOCIAÇÃO UNIDOS DE PALMARES • GRUPO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA • ASSOCIAÇÃO CULTURAL CÍRCO MALUMBO • SINDICATO DOS

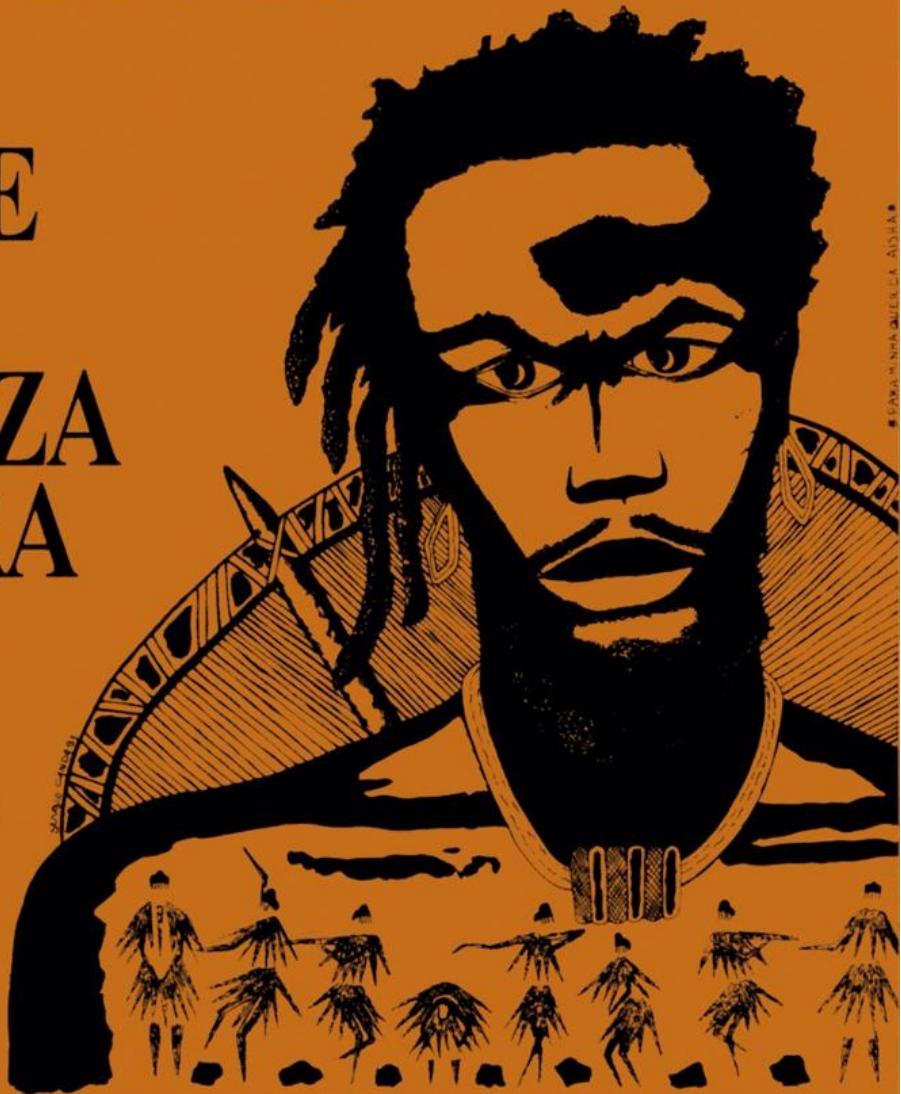
GRUPO AFRO CULTURAL | **GRUPO AFRO**
DUDU OAGBARA DUDU OAGBARA DUDU

Saudações a Todos

**XII
NOITE
DA
BELEZA
NEGRA**

Participações
especiais:

Raça Negra
e
Banda Pique
Total

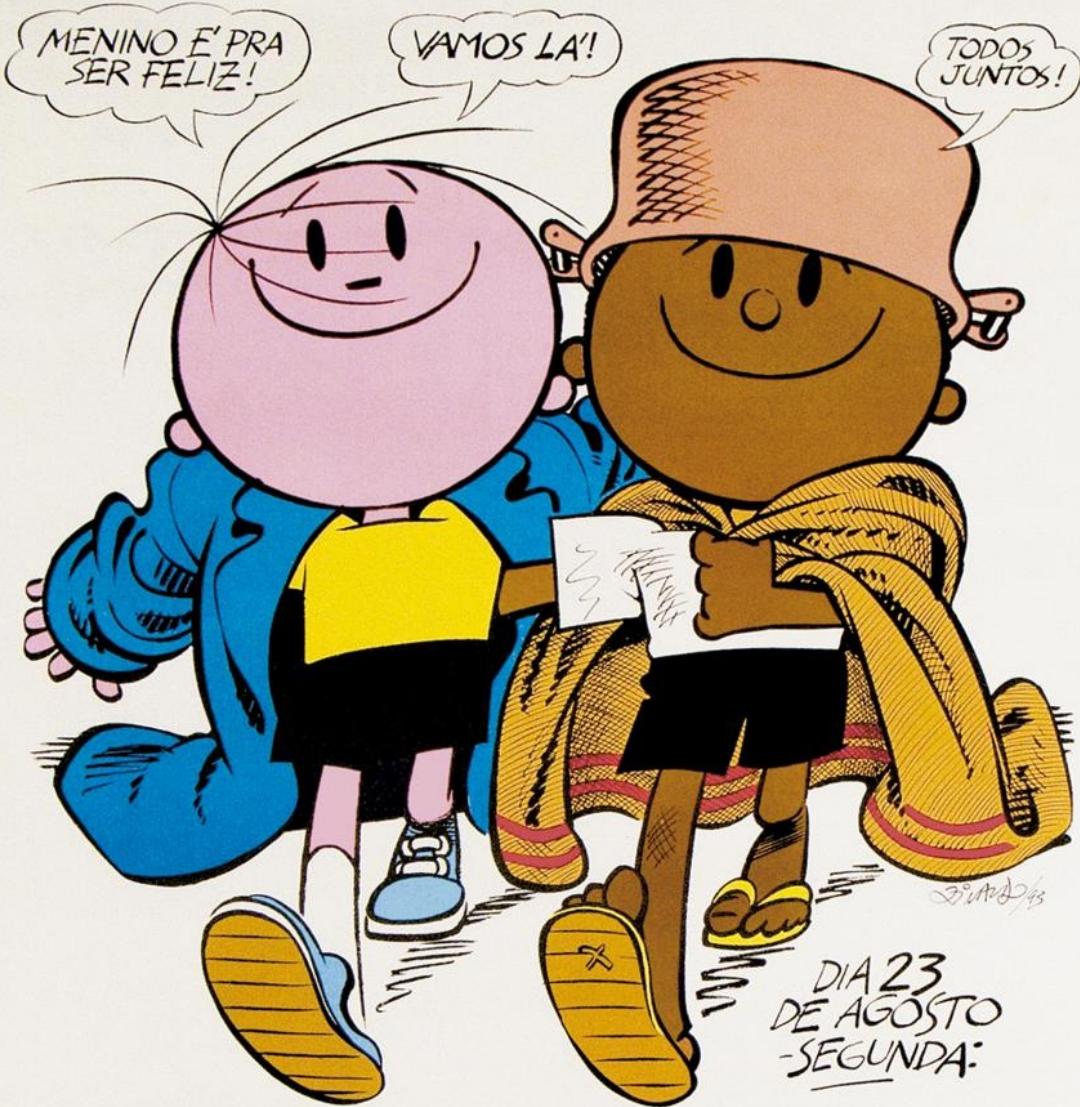


Sexta * 20 * Agosto * 21h * 1993

G.R.E.S. BEIJA-FLOR Rua Pracinha Wallace Paes Leme, 1025 - Nilópolis
Rio * Brasil



APOIO
M.W. Barroso Silk Screen Ltda.



CAMINHADA · PELA · VIDA!

AVENIDA · RIO · BRANCO · CINELÂNDIA → CANDELÁRIA

Programação 23 de Agosto 1993

15 horas: Concentração na Cinelândia

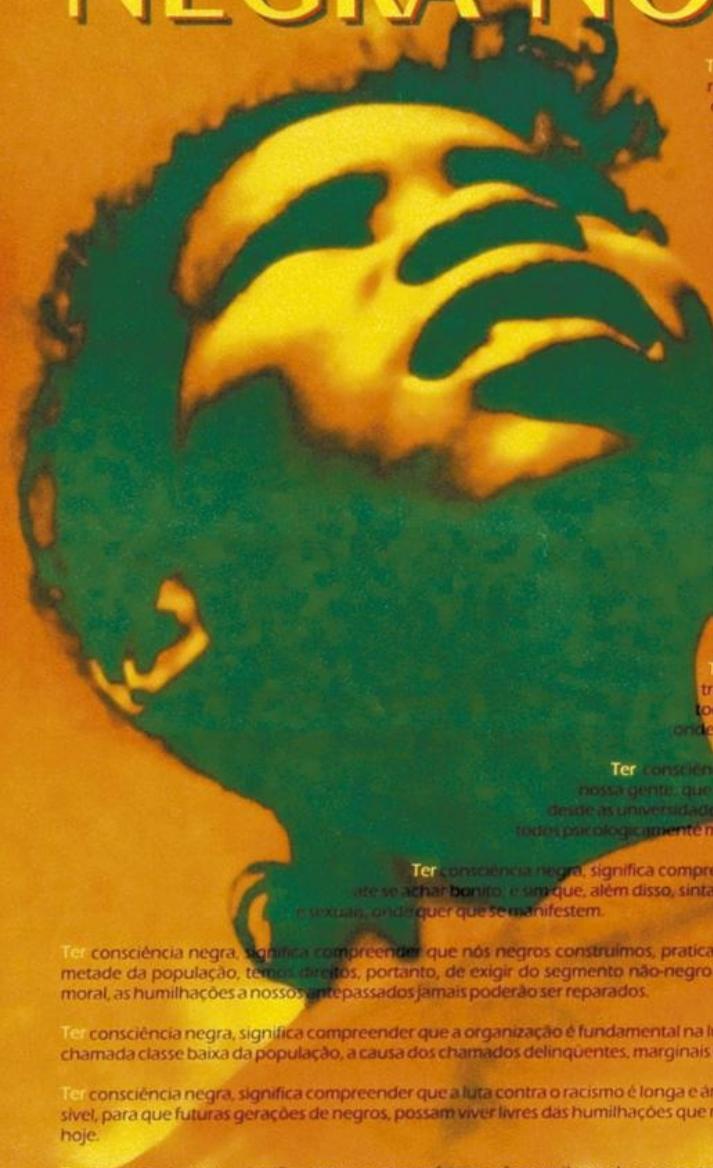
18 horas: Ato Ecumênico na Candelária, com participação de representantes de diferentes cultos e tradições religiosas.

16 horas: Início da caminhada em direção à Candelária

20 horas: Vigília pela apuração do crime.

IPCN — PASTORAL DO MENOR — FEBARJ — CEAP — SÃO MARTINHO — CEBES RIO — ISER — ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE ACARI — CBDDCA — PC do B — PSB — PT — PSTU — PSD — PLP — UNE — CUT — AMES — SIND. DOS TRAB. ECON. INFORMAL — MOV. VERDES — FÉ E ALEGRIA — CRIAM's — CHILD HOPE — MNMMR — IBISS — IBRADES — C. VOADOR — UBES — ABONG — CRB/GRENI — FORUM ESTADUAL DE MULHERES NEGRAS — ABRAPIA — SINDICATO DOS BANCÁRIOS

CONSCIÊNCIA NEGRA NO BRASIL



Ter consciência negra, significa compreender que somos diferentes, pois temos mais melanina na pele, cabelo pixaim, lábios carnudos e nariz achatado, mas que essas diferenças não significam inferioridade. Que ser negro não significa defeito, significa apenas pertencer a uma raça que não é pior e nem melhor que outra, e sim igual.

Ter consciência negra, significa compreender que somos tratados como subumanos, para que acreditemos ser inferiores passíveis de exploração, sem direitos de exigir tratamento exatamente igual aos dos não-negros.

Ter consciência negra, significa compreender que somos discriminados duas vezes: uma porque somos negros, outra porque somos pobres, e, quando mulheres, ainda mais uma vez, por sermos mulheres negras, sujeitas a todas humilhações da sociedade.

Ter consciência negra, significa compreender que não se trata de passar da posição de explorados para a posição de exploradores e sim de lutar, junto com os demais oprimidos, para fundar uma sociedade sem explorados e nem exploradores. Uma sociedade onde tenhamos, na prática, iguais direitos e iguais deveres.

Ter consciência negra, significa combater todas as tentativas dos opressores em nos dividir, não somente entre nós mesmos, mas também dos demais segmentos que lutam por uma so-ciedade de iguais.

Ter consciência negra, significa compreender que a luta contra o racismo, não é uma luta somente dos negros e sim de toda sociedade que se quer livre, pois não há sociedade livre onde existe racismo.

Ter consciência negra, significa constatar a força de nossa cultura, de nossa gente, que mesmo sob chicote, fez-nos sobreviver e continuar essa luta, desde as universidades onde somos poucos, até aos presídios onde somos muitos e todos psicologicamente massacrados.

Ter consciência negra, significa compreender que para ter consciência negra não basta ser negro e ate se achar bonito e sim que, além disso, sinta necessidade de lutar contra as discriminações raciais, sociais e sexuais, onde quer que se manifestem.

Ter consciência negra, significa compreender que nós negros construímos, praticamente sozinhos, as bases deste Brasil e hoje somos mais da metade da população, temos direitos, portanto, de exigir do segmento não-negro o pagamento de parte desses débitos, já que o desrespeito moral, as humilhações a nossos antepassados jamais poderão ser reparados.

Ter consciência negra, significa compreender que a organização é fundamental na luta contra o racismo e que, como a maioria de nós pertence à chamada classe baixa da população, a causa dos chamados delinquentes, marginais e prostitutas é também a nossa causa.

Ter consciência negra, significa compreender que a luta contra o racismo é longa e árdua, mas que nela devemos depositar a máxima energia possível, para que futuras gerações de negros, possam viver livres das humilhações que marcaram a vida de nossos antepassados e marcam as nossas hoje.

Ter consciência negra, significa juntar as nossas forças, a força milenar da crença, nas transformações de Exu, na justiça de Xangô, na tenacidade guerreira de Ogun, Iansá, Oxossi e todos os Deuses das religiões africanas, para levar a luta até a vitória total.

Ter consciência negra, significa, sobretudo, sentir a emoção indescritível, que vem do choque, em nosso peito, da tristeza do tanto sofrer, com o desejo férreo de alcançar a igualdade, para que se faça justiça ao nosso Povo, à nossa Raça AXÉ.



CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA
DOS NEGROS DO PARA
CEENPA
Fundação Cultural do Pará

APOIO:



SECRETARIA
ESPECIAL DE
PROMOÇÃO SOCIAL

